

expressão
POPULAR

História Militar do Brasil

Nelson Werneck Sodré



d.
FCH

General de brigada do Exército, crítico literário, filósofo, geógrafo e, sobretudo, um historiador intelectualmente honesto. É difícil resumir a multiplicidade de talentos e vocações de Nelson Werneck Sodré. Ele foi pioneiro em inúmeros campos que só mais tarde seriam reconhecidos pela historiografia universitária. *A História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, publicada em 1938 (!), foi escrita com um invejável rigor acadêmico antes que qualquer estudo comparável fosse produzido na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo. Podemos dizer o mesmo de sua *História da imprensa no Brasil*.

No campo da História Econômica, suas teses foram objeto de contestação, mas ainda assim sua *Formação Histórica do Brasil* inunda os olhos do leitor com páginas brilhantes sobre a invasão holandesa e, especialmente, sobre o chamado ciclo da mineração.

Todavia, no conjunto de sua obra, a *História Militar do Brasil* é um livro *sui generis*. O autor pôde conhecer uma massa de documentos primários à qual só um oficial da sua geração poderia ter tido acesso.

HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL

30/2011

| |
|--|
| UNIDADE - TFCB |
| Nº CHAMADA 921 |
| 5-146 |
| V. _____ EX. _____ |
| TO. EQ. 864886 |
| PR. 20960/10 |
| C. <input checked="" type="checkbox"/> |
| P. 25,00 |
| DI. 28/06/11 |
| M. 2011 793922 |

NELSON WERNECK SODRÉ

HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL

20117545

2ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo • 2010

Copyright © 2010, by Editora Expressão Popular

Revisão
Ricardo Nascimento Barreiros

Projeto gráfico
ZAP Design

Capa e diagramação
Krits Estúdio

Imagem de capa
Acervo Iconographia

Impressão e acabamento
Cromosete

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S679h Sodré, Nelson Werneck
História militar do Brasil / Nelson Werneck Sodré. --2.ed. --
São Paulo : Expressão Popular, 2010.
576p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-7743-153-3

1. Brasil – História militar. 2. Militarismo – Brasil –
História. I. Título.

CDD 355.00981

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

2ª edição: Expressão Popular, abril de 2010
1ª edição: Civilização Brasileira, 1965

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 197 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo-SP
Fone/Fax: (11) 3105-9500
vendas@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Um clássico mais que contemporâneo | 7 |
| <i>Paulo Ribeiro da Cunha</i> | |
| | |
| I- FASE COLONIAL | 19 |
| Fundamentos da colonização..... | 19 |
| A estrutura da colonização..... | 23 |
| A estrutura militar | 35 |
| O episódio holandês | 43 |
| As milícias repressivas | 60 |
| A questão platina | 66 |
| Conclusões..... | 75 |
| Notas | 81 |
| | |
| II- FASE AUTÔNOMA | 85 |
| Os fundamentos da autonomia..... | 85 |
| A estrutura escravista e feudal..... | 90 |
| A estrutura militar sulina..... | 96 |
| A estrutura militar oficial..... | 111 |
| Lutas externas e internas..... | 120 |
| As forças militares do latifúndio..... | 134 |
| A Guarda Nacional | 147 |
| A luta contra o Exército..... | 161 |
| A reconstituição do Exército..... | 172 |
| A Questão Militar | 182 |
| A Abolição e a República..... | 196 |
| Floriano e o florianismo | 209 |
| O latifúndio contra o Exército..... | 227 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| O Tenentismo | 253 |
| A Coluna Prestes..... | 270 |
| Conclusões | 284 |
| Notas | 290 |
| | |
| III- FASE NACIONAL..... | 313 |
| A Revolução de 1930 | 313 |
| A marcha para a ditadura | 328 |
| A Ditadura Pretoriana | 341 |
| O consulado militar..... | 356 |
| O Clube Militar | 373 |
| A grande conspiração..... | 396 |
| O golpe gorado..... | 424 |
| A ditadura frustrada..... | 444 |
| A ditadura vitoriosa | 465 |
| Conclusões | 486 |
| Notas | 495 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA..... | 543 |

UM CLÁSSICO MAIS QUE CONTEMPORÂNEO

*Paulo Ribeiro da Cunha*¹

Na virada do milênio, alguns acontecimentos se apresentam como pontos de partida para uma reflexão. Em 2009, muitos analistas comemoraram a vitória do capitalismo e o consequente esgotamento das formas de transição ao socialismo, tal como ele foi expresso no Leste europeu. No mesmo ano, pouco tempo depois daquelas precoces comemorações, entraria em colapso o modelo do neoliberalismo, que trouxe à luz alguns questionamentos, em especial, o de evitar referenciar reducionismos teóricos e analíticos como o do “*fim da história*”, tese que ganhou contornos de profecia; social e politicamente catastrófica para a humanidade, a experiência neoliberal seria a pá de cal naqueles analistas que sustentavam a leitura de uma preponderância da mão invisível do mercado associada à ideia do Estado mínimo. A história tem suas armadilhas.

Ainda são tempos difíceis para a humanidade, e igualmente para o Brasil, em que a agenda política recoloca desafios históricos que estavam aparentemente anestesiados, mas que se apresentam agora com outras adjetivações, sem, no entanto, refletir profundas diferenças estruturais e sociais em relação àquela do último século. Entre estes desafios, se apresenta o de aprendermos explicações e formulações para intervirmos no processo político. Daí a importância de retomar os pensadores clássicos, que assim são referenciados pelos contemporâneos, pelas instigantes pontuações que elaboraram em um tempo distante (ou não), bem como

¹ Professor de Teoria Política da FFC/Unesp - Marília.

pelos instrumentos teóricos formulados para a compreensão dos desafios presentes.²

Nessa linha é que se apresenta, em muito boa hora, a reedição do conjunto da obra de Nelson Werneck Sodré, autor clássico do pensamento social brasileiro, que acontece às vésperas do centenário de seu nascimento. Sua obra é vasta e coerente, abarcando um conjunto de dezenas de livros e de artigos, que versam sobre um arco de reflexões na história, literatura, sociedade, cultura e política. Embora o autor ainda seja objeto de vivas polêmicas, cujas teses são reatualizadas no debate político contemporâneo pelos desafios que enfrentou em elaborar um projeto para a nação, vemos nos últimos anos um reexame mais categorizado (e menos preconceituoso) de seus trabalhos. A rigor, essa reflexão clássica orienta-se por um aspecto central, *apreender a constituição da sociedade brasileira*, exposto em um desafio que se apresenta como possibilidade de apreensão e superação em três livros referenciais: *Introdução à Revolução Brasileira*, *História da Burguesia Brasileira* e *Formação Histórica do Brasil*.

Nelson Werneck Sodré elaborou sua obra na condição de duas vocações paralelas, confluentes e mediadas pela política. Uma delas, como intelectual, foi desenvolvida em grande medida extramuros acadêmicos, sendo ele um dos últimos intelectuais públicos, daqueles que escreviam para a sociedade e para a nação e dialogavam com elas: talvez isso explique a reedição de seus trabalhos. A outra, militar, exercida como oficial de artilharia do Exército e que chegou à patente de general de brigada, está expressa em dois dos seus livros

² A título de ilustração, este pressuposto se sustenta particularmente em relação à reflexão marxista, enterrada da mesma forma que em outras ocasiões históricas; entretanto, tem se verificado nos últimos tempos, em vários países do mundo (mesmo na Alemanha pós-queda do muro de Berlim), uma expansão extraordinária da edição de obras e sua melhor tradição no mercado editorial, e isso não é diferente no Brasil.

que buscam apreender o papel dos militares no Brasil: *Memórias de um Soldado* e *História Militar do Brasil*. Esse último objeto da presente reedição, igualmente se distingue como um clássico. E por quê?

História Militar do Brasil trouxe ao debate político e ideológico uma outra leitura sobre os militares e sobre sua intervenção na história do Brasil, diga-se, nada isenta de polêmicas. Mas, diferente de algumas teses que sustentam a presença dos militares por “razões endógenas”, Sodré chama a atenção para o fato de que eles não estão ausentes do processo político, e muito menos dissociados das influências extramuros da caserna. Os militares estão inseridos na sociedade e dela recebem influências da mesma forma que a influenciam; eles se expressaram historicamente no processo político pela intervenção da instituição militar ou por grupos, muitos deles nacionalistas, alguns de esquerda.³

Na verdade, sua reflexão traz aquela que é uma de suas teses mais controversas, e a que, consequentemente, resultou numa reação contundente de alguns analistas: o Exército teve uma formação democrática e assim interveio de forma progressista em muitas ocasiões na história do Brasil. Tese esta ainda sujeita a questionamentos, mas aos quais o autor não foge, sustentando sua leitura com vasta fundamentação documental e teórica (além de prática pela condição de ter sido oficial do Exército). Mas, é possível identificar a atualidade de *História Militar do Brasil*? Se for possível, de que maneira? Vamos ao debate.

Inicialmente, vale pontuar como é descrito o processo de constituição do livro, suas fases históricas e a qualificação que essas rece-

³ A rigor, não há em sua leitura uma apreensão da instituição militar de forma homogênea; ela se reflete e se legitima no processo político na medida em que grupos e classes se apresentam na sociedade ao lado das causas nacionais e patrióticas.

bem do autor. A *Fase colonial*, primeira, é seguida da *Fase autônoma*, tendo, em 1930, iniciado a *Fase Nacional*, particularmente importante, e com ela um adendo: o Exército muitas vezes esteve ao lado do povo. A partir de 1945, o autor indica uma subfase, denominada *Consulado militar*, iniciada concomitantemente à guerra fria. Nesse último período, é que se apresentou ao país o debate democrático e nacionalista: a polêmica sobre o petróleo; as ameaças à Amazônia, confluindo essas questões no Clube Militar. Sodré participava da Diretoria do Clube Militar, cuja chapa incluía oficiais nacionalistas (alguns advindos do tenentismo) e de esquerda, além de dirigir sua prestigiada *Revista*. O Clube Militar pontificou naquela ocasião, uma das mais belas e significativas campanhas pela soberania nacional de nossa história: a luta "O Petróleo é Nosso", cuja vitória assegurou seu monopólio e a criação da Petrobrás.

Um parêntese se faz necessário. Podemos interpretar, sem risco de grandes equívocos, que a geração atual é caudatária da luta desses militares que hegemonizaram politicamente aquela tese patriótica, e temos hoje como seu maior legado, o Pré-sal, segundo analistas, nosso passaporte para o futuro. Nelson Werneck Sodré foi um deles, cujo reconhecimento por aquela participação foi inexistente; ao contrário, quase todos tiveram suas carreiras abortadas, muitos transferidos do Rio de Janeiro para guarnições distantes, outros reformados e até mesmo expulsos das Forças Armadas. Sodré foi exilado por alguns anos em uma distante guarnição de fronteira, tendo suas promoções na carreira militar ocorrido, em grande medida, "por antiguidade" até as vésperas do golpe de 1964.

Para uma apreensão aprofundada sobre sua trajetória pessoal, vale pontuar que a reflexão exposta em *História Militar do Brasil* não está deslocada de outro clássico do autor: *Memórias de Um Soldado*. Em ambos os livros, ele não somente pensou, formulou e reformulou paradigmas, mas também resgatou sua presença

militante como personagem histórico, já que interveio em muitos momentos decisivos da história política brasileira. Neles estão presentes, de forma articulada, o resgate das lutas dos anos de 1950, nas quais houve uma intensa reflexão sobre um projeto nacional e democrático associado aos movimentos populares; além disso, houve também lutas que refletiram a resistência de setores militares em enviar tropas brasileiras à Guerra da Coreia. Em sua análise, a *Fase Nacional*, descrita em *História Militar do Brasil*, é a que reflete a tradição histórica e democrática que se expressaria em movimentos de confrontação ao imperialismo e ao latifúndio. Sodré estabeleceu igualmente a distinção conceitual entre país e nação e o papel da instituição militar na particularidade da revolução burguesa em curso no Brasil, valorizando, como missão das Forças Armadas, assegurar as liberdades democráticas e a livre expansão econômica nacional.

Com efeito, a tese central posta em *História Militar do Brasil* sobre a presença democrática dos militares é sustentada e reafirmada empiricamente; mas, é também analisada no livro como polêmica e controversa, visto que, além do resgate amplo, ele mesmo não se escuda em analisar os momentos que a instituição militar se pautou por posições conservadoras, quiçá reacionárias. Vale registrar que Sodré pagaria um alto preço pela coerência de suas posições ao longo dos anos seguintes, sendo, inclusive, preso com o golpe militar. Mas ele não deixou de chamar a atenção de que a derrota das forças em 1964 foi uma derrota política, tendo lamentado que houvesse uma radicalização à esquerda no pré-1964; aspecto este que teria contribuído para o golpe, na medida em que resultaria no isolamento das forças políticas progressistas e nacionalistas.

Como ressaltado, duas questões se apresentam para sustentar sua leitura sobre a questão democrática e os militares. Uma, a composição social do Exército, da qual ele é um expoente. Sodré ressalta

que a instituição era composta em grande medida por membros advindos da pequena burguesia e que, no seu tempo (mas também nos períodos subsequentes), o Exército era quase que a única possibilidade daqueles jovens ascenderem socialmente. De forma correlata, sustentou neste livro que o Exército, pela sua vascularização nacional, era uma instituição que expressava a integração, bem como possibilitava educação a milhares de jovens – e isso não é pouco em um país como o Brasil.

Um outro fundamento importante dessa tese é aquele que chama atenção para os vários momentos da história do Brasil em que os militares estiveram ao lado do povo. E são muitos: a campanha da abolição e a consequente proclamação da República (exemplos dignificantes de patriotas são citados em generais como Floriano e Lott); as expressões do movimento tenentista e da Coluna Prestes; a campanha “O Petróleo é Nosso”; os movimentos de resistência como o 11 de novembro e a posse de João Goulart etc. são também exemplos de manifestações progressistas e democráticas dos militares ao longo da história. Mas, em seu livro, o autor também não se abstém de analisar criticamente as situações em que os militares se envolveram ou foram envolvidos negativamente: a campanha de Canudos; a chamada Intentona Comunista e suas consequências, a atuação golpista em 1937, a Doutrina Góis Monteiro e especialmente, algo de triste memória, o golpe de 1964. Ainda assim, Sodré defende que a história dos militares é um componente da história do Brasil em seus avanços e recuos, nada isolada do processo político brasileiro. Fica ainda, no entanto, uma indagação: em que medida essa tese se apresenta contemporaneamente? Ou, melhor, há alguma factibilidade da questão democrática e nacional quando analisamos as Forças Armadas hoje?

Há pistas importantes para corroborar essa hipótese; especialmente na última parte de *História Militar do Brasil*. O livro foi pu-

blicado em 1965, um ano após o golpe, quando ainda se verificava uma luta interna entre as várias facções do Exército quanto aos rumos que o processo iria tomar. Ao mesmo tempo que o autor privilegia o resgate da questão democrática, ele objetiva, na conclusão, uma proposta de intervenção política para setores específicos da oficialidade no pós-1964 (afinal, com os processos de expurgo nas FAs, não havia mais esquerda militar, movimento de subalternos e marinheiros como componentes a influir, além de ser politicamente impensável), muitos deles insatisfeitos com possíveis desdobramentos de uma intervenção de longo prazo. É bem provável que essa última e diferenciada parte conclusiva tenha sido elaborada logo depois do golpe, quando a ditadura militar estava envolvida em distensões internas e o quadro político ainda indefinido. Ao que parece, o autor indicava para setores militares uma política de resistência à ditadura a partir do aprofundamento de uma perspectiva democrática que estava posta no debate, mas sugeria igualmente a (re)valorização da questão nacional, incorporando osmoticamente o popular na configuração de um projeto de nação.⁴

Contemporaneamente, há uma nova geração de militares emergindo no cenário político que, vale dizer, inegavelmente tem pautado sua presença pela disciplina, pelo cumprimento do dever submetido às normas democráticas advindas do processo de transição. Evidentemente, há muitas inquietações políticas, e mesmo uma agenda não equacionada, em especial quanto à extensão da anistia aos setores cassados e aos subalternos, ou mesmo a inconclusa questão sobre a punição aos torturadores e a abertura dos

⁴ Se o autor tivesse vivido mais alguns anos, é bem possível que essa última parte sofresse algum grau de reelaboração, já que sugere nela uma reflexão que pudesse vir a ser uma contribuição ao processo político. Essa é uma hipótese, aliás, factível, na medida em que é uma característica de Sodré dialogar e reavaliar pontos de seus livros entre uma edição e outra.

arquivos militares. Em seus últimos artigos, o autor afirmava que as diferenças do pré-1964 estavam superadas; portanto, havia que estabelecer pontes de diálogo, especialmente no setor nacionalista no sentido de aproximar os militares e a sociedade civil. Talvez essa tenha sido sua última missão, quiçá, o seu último combate e, com ele, a perspectiva de retomarmos um projeto de nação.

A atual agenda política – com a queda do neoliberalismo em 2009 –, em alguma medida, não difere daquela em que ele esteve envolvido em 1964; aliás, o neoliberalismo é denunciado por ele como farsa, quando esteve em voga nos anos de 1990 em um de seus últimos livros (com o título, *Farsa do Neoliberalismo*). Por essa razão, sua obra se apresenta como um imperativo para repensar a nação, em que o papel do Estado ganha centralidade e, com ele, a perspectiva de um projeto nacional, que seja efetivamente democrático e popular. Afinal, como bem pontuou o autor em um ensaio “Quem é Povo no Brasil”⁵, os militares fizeram parte do povo em várias ocasiões de nossa história. Em sua análise, *povo* teria por significado maior (que difere do conceito de população) a confluência de vários segmentos a favor das causas democráticas e progressistas; portanto, nada mais coerente que somar a essa opção os militares e reconhecê-los como ator importante deste processo de construção, atualmente em curso em outros países da América Latina, em que eles assumem papéis relevantes com esse objetivo.

A partir de *História Militar do Brasil*, podemos identificar pistas sobre a sua contemporaneidade. Temos algumas hipóteses. Pesquisas recentes demonstram que a composição social do Exército tem se alterado, se aproximando daquela que foi uma constante ao

⁵ Ensaio histórico editado inicialmente para a Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* e reeditado numa série que comporia a clássica *Introdução à Revolução Brasileira*.

longo do século 20 (sendo composto inclusive por oficiais filhos de praças). Paralelamente, a instituição tem tido uma intervenção social pedagógica, já sinalizada pelo autor em várias partes do país, particularmente na Amazônia. Por sua composição social, as FAs estariam mais próximas da tese exposta pelo autor e, por sua presença no processo político incorporando causas nacionalistas (de maneira tímida e não publicamente), os militares – por hipótese – estariam se inserindo gradual e democraticamente no debate político. Controvérsias e rumores em curso sobre a real imobilidade dos militares também fazem parte do debate político e acadêmico, mas nada que tenha abalado o processo advindo da Constituição de 1988. Hipóteses factíveis ou não, é um dado a ser contemplado.

Todavia, as dificuldades em lidar com as sequelas da intervenção militar de 1964 ainda permanecem e se fazem presentes através da atuação de alguns oficiais de extrema direita, que criam dificuldades nesse diálogo ao resgatar um “espírito de corpo”; embora muitos jovens militares lamentem serem penalizados por uma dívida de gerações anteriores e que absolutamente não lhes diz respeito. Talvez esse seja um ponto a ser superado e explique certa timidez por parte de muitos nacionalistas em se posicionarem propositivamente nas grandes questões nacionais, nada distante daqueles que estiveram face a face de uma agenda correlata e que foram participantes legítimos do processo político brasileiro ao longo da história. Seguramente, aspectos da atual agenda nacional como o Pré-sal, a questão da internacionalização Amazônia, entre outros temas, podem e devem demandar sua opinião como atores diretamente envolvidos no processo. Mas não somente.

A reforma agrária, uma reivindicação histórica dos primeiros tenentes desde os anos de 1920, equivocadamente operacionalizada por muitos militares como políticas de colonização ou reassentamento, pode vir a ser um ponto de identidade e aproximação com os

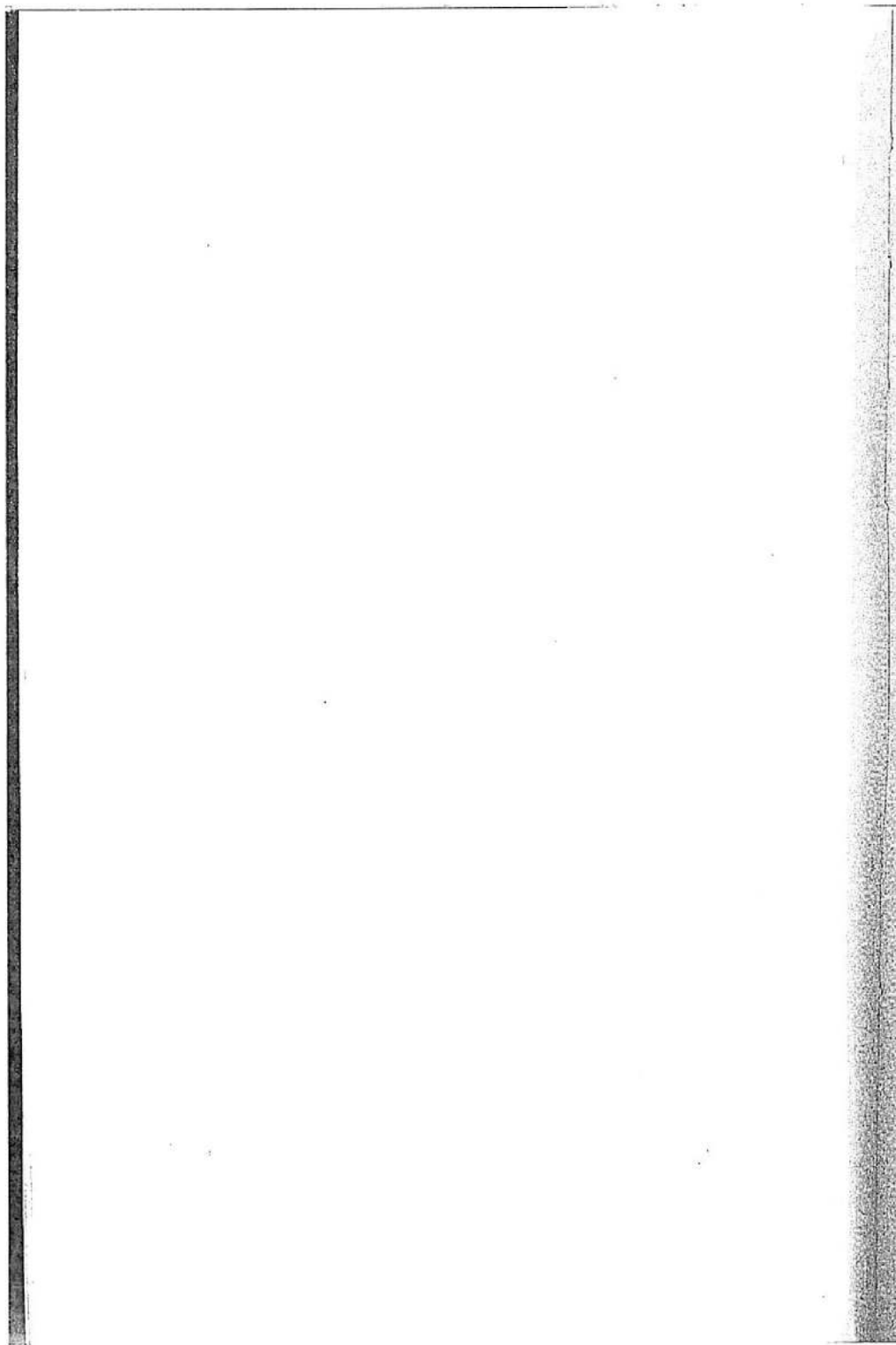
movimentos sociais, particularmente ao ser resgatada e valorizada na perspectiva de um projeto nacional. Um indicativo positivo dessa possibilidade é a recente formulação da *Estratégia Nacional de Defesa (END)*, plano idealizado por setores militares e civis no sentido de propor uma política de defesa ao país que, pioneiramente, aponta que sua factibilidade passa pelo equacionamento da questão fundiária. Embora essa tese não tenha a mesma dimensão que outros aspectos elencados no documento, e tendo sido expressa de forma bem residual, o simples fato de seu reconhecimento significa um passo à frente como política de diálogo e aproximação com os movimentos sociais do campo. Faltou, no entanto, chamar esses últimos como agentes diretamente envolvidos e interessados para somar e influir nas decisões bem como no esforço de implementação.

Contudo, esse aspecto parece estar evoluindo no debate político no Brasil, havendo inclusive um gradual consenso em qualificar o golpe de 1964 como “civil-militar” (e não somente golpe militar), em que pese, haja manifestações condenáveis (muitas vindas de setores acadêmicos) que procuram suavizar aquele período como “ditabranda”.

Outros indicativos também sugerem a contemporaneidade do debate proposto por Nelson Werneck Sodré. Há em curso – polemicamente, diga-se de passagem – movimentos de jovens militares no sentido de democratizar as Forças Armadas e, nessa linha, atuam algumas entidades de praças; sem deixar de mencionar a gradual presença de militares estudando em universidades, bem como participando de congressos acadêmicos. No Congresso Nacional, uma tímida evolução é perceptível pela interlocução da instituição com os militares, havendo inclusive uma gradual especialização de parlamentares na temática Forças Armadas, sendo, alguns de seus interlocutores mais categorizados, deputados de esquerda. Ao que parece, ocorre de parte a parte um diálogo sem maiores constrangi-

mentos ideológicos. Mesmo a atual proposta sobre o reequipamento das Forças Armadas numa perspectiva estratégica saltou os muros da caserna, incorporando outros setores não militares nesse debate.

Esses aspectos correlatos, sem dúvida, já seriam suficientes para recomendar ao leitor que *História Militar do Brasil* não é somente um livro de história, mas sim a história como processo em curso, reflexo de uma tese clássica que é contemporânea em seus desafios, especialmente no quesito de que se pode pensar os militares como atores nacionais na construção de uma sociedade efetivamente democrática. Sua leitura se soma ao resgate de uma reflexão sobre seu papel na agenda nacional, contribuindo para o diálogo destes com outros segmentos nacionais e populares, superando preconceitos e agravos; os reconhecendo como um componente do povo, tese igualmente cara a Nelson Werneck Sodré, mas que os confluiria conjuntamente com os vários atores nacionais no desafio maior: a construção da nação brasileira.



I

FASE COLONIAL

FUNDAMENTOS DA COLONIZAÇÃO

O surto mercantilista assinala, na Europa medieval, a fase de transição em que as velhas instituições começam a declinar e começam a aparecer os primeiros sinais de uma nova era. O isolamento feudal, realmente, entrava em contraste com as relações que caracterizam o desenvolvimento das trocas, e vai sendo quebrado progressivamente. O surto mercantil, de um lado, e a passagem do artesanato à manufatura, de outro lado, anunciam uma vida urbana movimentada, que é o reverso da vida rural absoluta do feudalismo clássico. No campo das relações políticas, tais mudanças vão ser acompanhadas pelo processo de unificação monárquica, quando os reis, apoiados nos mercadores, conseguem impor a sua autoridade aos demais senhores feudais, unificando-se os poderes e daí surgindo as nações. No domínio da cultura, esse processo de unificação é acompanhado do aparecimento dos idiomas e das literaturas nacionais. O movimento renascentista define claramente o processo, particularmente quando o aparecimento de uma nova técnica, a da imprensa, permite difundir os conhecimentos clássicos, até aí privativos de determinados grupos da classe dominante medieval.

O aparecimento do mercado mundial, que o surto mercantil proporciona, deriva da retomada do comércio entre a Europa e o Oriente, que a expansão árabe reduzira ou impossibilitara, com o domínio do Mediterrâneo. As técnicas de transporte do tempo impunham ainda severas, restrições às trocas: somente determinados produtos eram passíveis de transporte e comércio, e os da terra não

estavam habitualmente entre eles, enquanto a Europa, cujos índices demográficos eram ainda baixos, produzia aquilo de que necessitava a sua população para o consumo, no terreno de alimentícios. Entre os produtos que conquistam um lugar destacado nas trocas, por tudo isso, estavam aqueles que, pelo seu alto custo unitário e pequeno volume, eram compatíveis com o consumo reduzido e com as técnicas rudimentares de transporte do tempo: as especiarias. Ao lado dos panos, produto tradicional das trocas, as especiarias se destacariam, então, e, em consequência, destacar-se-ia a importância do Oriente como fornecedor dessa mercadoria de características especiais. A disputa dos mercados do Oriente, assim, será um dos motivos do impulso conferido ao comércio. À medida que o volume desse comércio avulta, torna-se imprescindível alterar as técnicas de transporte, passando a primazia ao transporte marítimo e, neste, desenvolvendo-se rapidamente, inovações que lhe permitem a navegação de alto mar. O vulto do investimento que o transporte marítimo impunha vinha conferir novas condições à aliança dos mercadores aos reis. Teria sido impossível o surto mercantil sem a segurança que a unificação do poder político permitia e também sem a garantia da tributação centralizada. À segurança do transporte terrestre juntava-se, agora, a segurança do transporte marítimo.

Portugal distinguiu-se, desde a sua autonomia, justamente por se ter antecipado no processo de unificação e, portanto, por ter gerado as condições em que o surto mercantil podia desenvolver-se. As lutas pela autonomia, como as lutas pela conquista territorial que, progressivamente, alijam os árabes e permitem ao novo reino uma base física mais ampla, são possíveis pelo estabelecimento, ainda cedo, da aliança entre a casa real e os grupos mercantis litorâneos, que viviam do abastecimento das frotas de cruzados e da troca entre a área do Mediterrâneo e a área do Mar do Norte. Em Portugal houve, assim, as condições, que só mais tarde surgiram em

outros países, para que a atividade mercantil encontrasse garantias e perspectivas, concentrando-se no reino luso, por isso mesmo, os melhores recursos de que a Europa dispunha, no tempo, desde o material humano até as técnicas mais avançadas, oriundos de várias áreas do continente. A partir do movimento que leva ao poder o mestre de Aviz, as condições possibilitam o impulso que leva à conquista das praças comerciais do Norte africano e preparam-se as que permitiriam a navegação de longo curso e, em consequência, a busca das fontes orientais de mercadorias por roteiros oceânicos. Em Portugal está concentrado, então, o capital comercial, em proporções que nenhum outro país conhece.

À medida que o capital comercial se concentra no reino, e à medida que amplia as suas atividades, agrava-se a luta pelos lucros que proporciona, entre o grupo mercantil, detentor daquele capital, e a classe feudal, ligada à terra. Se a expansão das trocas externas havia fortalecido o primeiro, a expansão territorial, com a conquista das áreas até aí ocupadas pelos árabes, fortalece o segundo. Assim fortalecida, a classe feudal passará a disputar ao grupo mercantil os lucros do comércio exterior, que vão em constante desenvolvimento. Enquanto a classe feudal estava solidamente enraizada ao solo metropolitano, pelas relações estabelecidas, o grupo mercantil não estava ligado ao processo de produção de que a metrópole era teatro, pois vivia e se enriquecia justamente da troca de mercadorias produzidas por outros e consumida por outros, esgotando as suas atividades na esfera de troca e de intermediação, daí a sua debilidade política que a existência da servidão feudal sancionava e a inexistência de um artesanato desenvolvido, que possibilitasse a evolução para a manufatura, comprometia decisivamente.

A larga, metódica e rendosa empresa do comércio ultramarino, assim, que seria o suporte da expansão navegadora de que resultaram as grandes descobertas marítimas e a conquista de regiões até

então estranhas à produção e à troca, era uma empresa puramente mercantil, que se resumia em procurar as fontes de mercadorias e em transportar e distribuir essas mercadorias no mercado consumidor europeu. Para essa gigantesca empresa comercial, não se tratava de produzir – ela jamais se ocupou da produção – mas de trocar, e tão somente de trocar. E os seus lucros, conseqüentemente, eram apenas aqueles obtidos na troca. Essa característica essencial do capital comercial explica como, na luta com a classe feudal, o grupo mercantil português acabará por ser derrotado, não tendo mesmo as condições para empreender sozinho a imensa tarefa que se apresenta quando se trata de preservar o domínio das áreas descobertas ou conquistadas em ultramar.

A descoberta do Brasil, e a necessidade de preservá-lo da investida dos concorrentes, colocam um problema que o grupo mercantil português não estava em condições de resolver. Nessa nova terra, realmente, não havia produção organizada capaz de ser objeto de troca: o indígena produzia apenas para o seu consumo. Nem ela proporcionava produtos que fossem de interesse à troca cujo mercado consumidor era a Europa. Aqui, para preservar a posse era indispensável ocupar e, para ocupar, era necessário produzir. Ora, a empresa mercantil, responsável pela extraordinária façanha que fora a expansão navegadora ultramarina, não estava preparada para produzir, jamais se interessara pela produção. Todas as suas energias e organização estavam concentradas na exploração do comércio oriental, cujos lucros deveriam disputar ainda à classe feudal metropolitana, além de disputar as fontes de mercadorias com os concorrentes. O progressivo debilitamento desse grupo mercantil vai exigir de Portugal, então, a associação, para a tarefa de preservar as suas conquistas ultramarinas, e o Brasil em particular, com outro país, suficientemente dotado de recursos para isso é passível de participação no comércio com os produtos da nova terra. Mas, para

comerciar era necessário produzir, e as condições do Brasil para se tornar área produtora eram extremamente desfavoráveis.

A ESTRUTURA DA COLONIZAÇÃO

Para preservar a conquista ultramarina americana, sobre a qual pesavam grandes ameaças, que as armadas de policiamento da fase da feitoria logo verificavam e que eram impotentes para destruir definitivamente, tratava-se de ocupar, mas de ocupar produtivamente, que é a única forma estável e duradoura para a ocupação. Para produzir, entretanto, alguns obstáculos, consideráveis na época, deviam ser superados. Não se tratava de produzir qualquer coisa, mas sim de produzir um gênero que a terra, largamente disponível, estivesse em condições de fornecer, pelas suas exigências ecológicas; que fosse tradicionalmente aceito no mercado consumidor europeu; que estivesse na experiência portuguesa e que fosse suscetível, pelo seu volume e pelo seu valor, de superar outros impedimentos, como o das distâncias e do frete correspondente, o da força de trabalho e o do investimento inicial, particularmente destinado a assegurar a continuidade da ocupação entre o momento da chegada dos elementos humanos destinados à produção e o início da produção.

A história assinala que o gênero que atendia a todas essas exigências foi o açúcar, de que os portugueses eram já produtores tradicionais, desde que haviam conseguido, com auxílio dos holandeses, apropriar-se das técnicas de produção e alcançar uma distribuição compensadora no mercado europeu. A Coroa portuguesa, vinculada profundamente, ainda, ao comércio com o Oriente, não dispunha dos recursos necessários à solução de um problema tão complexo como o da montagem de uma empresa produtora ultramarina, em condições tão adversas. Detentora do patrimônio imenso que eram as terras ultramarinas, entretanto, poderia, através de concessões, delegar a particulares a tarefa de montagem de tal empresa,

fixando-os, assim, na colônia distante e cujas necessidades de defesa impunham essa transferência de poderes. Esses particulares deveriam possuir, entretanto, um mínimo de recursos, que lhes permitisse enfrentar o problema da produção em região distante: isso exclui da colonização os melhores elementos da sociedade portuguesa, os artesãos, os pequenos produtores independentes, os trabalhadores livres em geral.

Por outro lado, devendo produzir para o exterior, uma vez que, no Brasil, não há consumidores, decorre a necessidade de produzir em larga escala, a única compatível com o vulto do investimento e suas dificuldades. Não sendo em larga escala, a empresa não é compensadora, não cobre os enormes riscos da transferência a uma região ultramarina e distante. Ora, para produzir em larga escala um gênero de base agrícola, torna-se indispensável força de trabalho abundante. Ninguém vem para o Brasil para produzir, com o seu próprio trabalho, apenas o necessário para a sua subsistência, ou a de sua família; mas para produzir para o exterior, para grande número de consumidores, produzir de forma a alcançar lucro, produzir um grande excedente. Para isso, torna-se imprescindível força de trabalho numerosa, e só a escravidão pode permitir que essa numerosa força de trabalho seja subordinada às exigências da grande produção. E não a escravidão do indígena, que nem é numeroso nem acomodado ao trabalho obrigado e sedentário, mas a escravidão do africano, deslocado de seu continente de origem e objeto de tráfico, convertido, ele próprio, em mercadoria, a mais cara do tempo. A empresa produtora será de escala muito grande, conseqüentemente, grande pela extensão da terra, grande pelo número de escravos, grande pelo volume da produção e, em seguida, pelo seu valor. O sucesso dela está na dependência, ainda, da associação de interesses entre Portugal, de que o capital comercial se evade progressivamente, e a Holanda, para onde aquele capital passa a gravitar e onde uma

manufatura desenvolvida permite a fabricação dos equipamentos que transformam o caldo de cana em açúcar, mercadoria sólida, suscetível de transporte e resguardada da deterioração, apta a ser consumida em regiões distantes da zona de produção, ao mesmo tempo em que dotada de um poderio marítimo que lhe permite estabelecer a continuidade no escoamento da produção e na distribuição pelo mercado consumidor europeu.

Estabelecidas as condições para a montagem da empresa produtora de açúcar, as diversas esferas são naturalmente repartidas: o produtor é livre na área da produção, em que a metrópole não interfere; mas esta se reserva, sob regime de monopólio, a área da circulação, em que o produtor não interfere. Essa divisão de áreas, duplamente consentida, permite à Coroa, que delegou amplos poderes aos colonizadores, desvincular-se da produção, em que se somam os ônus, e reservar-se a circulação, onde se acumula a maior parte da renda. Não são apenas econômicos os poderes transferidos, são também políticos. Como não interfere na área da produção, a Coroa delega os poderes administrativos e políticos. Fica ausente, assim, de sua área específica, aquela em que se exerce o chamado poder político, e a ordem privada absorverá a área em que aquele poder está ausente. O senhor de terras será, conseqüentemente, autoridade pública. Investido, inclusive, do poder militar, salvo no mar, para o que não tem possibilidades. Como o mar é a área da circulação, e a circulação é monopólio da Coroa lusa, ela assegura as condições de escoamento das safras e garante a colônia contra as investidas oceânicas em grande escala. As investidas esporádicas, em pequena escala, pertencerão ao colonizador, que opera apenas em terra e só para isso dispõe de recursos. Da costa para o mar alto, a defesa pertence à Coroa, que dispõe de poderio marítimo, seu ou de seu aliado holandês, que preserva a colônia de investidas de envergadura, durante todo o tempo em que a aliança tem vigência.

Quando aquela aliança se rompe, será ele próprio, o antigo aliado, o inimigo, aquele que se apresenta em força face à colônia e se apossa de grande parte dela, a parte em que se estabeleceu a grande empresa produtora de açúcar.

Não delegava a Coroa aos donatários apenas poderes civis, tão amplos que Varnhagen os chamou majestáticos, delegava ainda os ônus da defesa, e por isso mesmo o donatário era, a um tempo, governador e capitão - "como foi dito e quero e me apraz que o dito Duarte Coelho e todos os seus herdeiros e sucessores que a dita terra herdarem e sucederem se possam chamar e chamem capitães e governadores dele".¹ Por isso mesmo permitia que "mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e quaisquer outras coisas de munições de guerra que à dita capitania levarem ou mandarem levar o capitão e moradores dela, ou quaisquer outras pessoas assim naturais como estrangeiras, hei por bem que não paguem direitos alguns e que os sobreditos possam livremente vender todas as ditas coisas e cada uma delas na dita capitania ao capitão e aos moradores dela que forem cristãos e meus súditos."² Mas no Foral dispunha taxativamente: "os moradores e povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra a servir nela com o capitão se lhe necessário for."³ Permitia, assim, ao donatário, o exercício do poder militar e o título de comandante, enquanto colocava às suas ordens os povoadores, obrigados a servi-lo e a reconhecê-lo como chefe, ao mesmo tempo em que permitia a entrada de instrumentos necessários à luta militar, as armas e munições, e ainda o tráfico delas, com a reserva de que isso só ocorresse entre cristãos e súditos do reino, o que vedava o comércio de armas com os indígenas, objeto, como se verá, de constantes cuidados e discriminações nesse sentido.

Esse início de legislação militar, que data de 1534, a Carta de Doação é de 10 de março e o Foral de 4 de setembro, será ampliado

com as disposições do Regimento do Governador-Geral do Brasil, baixado em 17 de dezembro de 1548, e destinado a Tomé de Sousa. Esse Regimento não é apenas uma carta política de extraordinária importância, é também uma diretriz militar. A expedição de Tomé de Sousa é, aliás, uma expedição militar caracterizada, como se verifica pelo preâmbulo do referido Regimento e os fatos confirmaram: "Eu, el Rei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha Casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitâneas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exaltamento de nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente para daí se dar favor e coisas que comprimem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes, e por ser informado de que a Baía de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abastança e saúde da terra e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Baía se faça a dita povoação e assento e para isso vai uma armada, com gente, artilharia, armas e munições, e tudo o mais que for necessário, e pela muita confiança que tenho em vós que, em caso de tal qualidade e de tanta importância, me sabereis servir com aquela fidelidade e diligência que para isso se requer, hei por bem de vos enviar por governador às ditas terras do Brasil, no qual cargo e assim no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte da qual fortaleza e terra da Bahia vós haveis de ser capitão."⁴

As instruções a Tomé de Sousa eram de caráter essencialmente militar. Devia chegar, "fazendo guerra a quem quer vos resistir" e, em seguida, "fazer outra cerca junto dela de valor e madeira ou taipa, como melhor parecer, em que a gente possa estar agasalhada

e segura", para submeter, desde logo, as tribos antes rebeladas e que haviam causado prejuízos aos antigos moradores, porque todas as outras tribos estavam esperando "para ver o castigo que se dá aos que primeiro fizeram os ditos danos, pelo que cumpre muito ao serviço de Deus e meu que os assim se levantaram e fizeram guerra serem castigados com muito rigor." Para isso deveria o governador utilizar ainda as tribos amigas, acolhendo-as, mas com cuidado: "os gentios se agasalharão em partes onde não possam fazer o que não devem". Para a construção da fortaleza, a expedição trazia oficiais especializados em fortificação, pedreiros e carpinteiros, bem como gente apta a construir navios para a sua defesa. Ficava proibido o fornecimento de armas a quaisquer infiéis, particularmente aos indígenas.

O regimento ditava ainda as normas de recrutamento e de serviço militar: "Porque para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança, hei por bem e mando que os capitães das capitânicas da dita terra e senhores dos engenhos e moradores da terra tenham artilharia e armas seguintes: cada capitão, em sua capitania, será obrigado a ter ao menos 2 falcões e 6 berços e 6 meios-berços e 20 arcabuzes ou espingardas, e pólvora para isso necessária, e 20 bestas, e 20 lanças ou chuças, e 40 espadas, e 40 corpos de armas de algodão das que nas ditas terras do Brasil se costumam, e os senhores dos engenhos e fazendas que, por este Regimento, hão de ter torres ou casas-fortes, terão ao menos 4 berços e 10 espingardas com pólvora necessária, e 10 bestas, e 20 espadas, e 10 lanças ou chuças, e 20 corpos de armas de algodão. E todo morador das ditas terras do Brasil, que nela tiver casas, terras, ou águas, ou navio, terá ao menos bestas, espingarda, espada, lança ou chuça; e este capítulo fareis notificar e apregoar em cada uma das ditas capitânicas, com declaração de que os que

não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas se provejam delas, da notificação a um ano. E passado o dito tempo, e achando-se que as não têm, pagarão em dobro a valia das armas que lhe falecerem das que são obrigados a ter, a metade para os cativos e a outra metade para quem os acusar.”⁵ Esta diretiva, assim, regulava a vida militar colonial, distribuindo encargos e missões. Na expedição, por outro lado, estavam incorporados 400 soldados regulares do reino, que serviriam de instrumento militar para o exercício da autoridade do primeiro Governador-Geral, embrião da tropa que se constituiria na decorrência dos encargos discriminados no Regimento.

O Regimento do Governador-Geral Francisco Giraldes, de 8 de março de 1588, complementava aquela diretiva militar inicial. Num de seus primeiros itens, se determinava ao novo governador que, logo após sua posse, os capitães das capitanias deviam pô-los ao par “do estado de cada uma das ideias e da gente, armas e munições que nela há e se estão em necessidade de vossa ajuda.” E se recomendava, ainda, que o novo governador tomasse conhecimento “se as armas do armazém da dita capitania, assim as que nele achardes, como as que levais se vos enviarem, estão limpas e bem tratadas e, não o estando, as fareis limpar e pôr em partes convenientes, para se não danificarem, recomendando aos almoxarifes, em cujo poder estiverem, que tenham delas bom cuidado, e vós o tereis também, de as verdes muitas vezes e fazer ter bem tratadas, para vos poderdes ajudar delas, quando cumprir, e havendo algumas que não sejam para servir, por estarem danificadas, as fareis consertar e reparar o melhor que puder ser.” Devia também o novo Governador-Geral entregar as armas, artilharia e munições que levava, e as que recebesse daí por diante, aos oficiais encarregados de zelar por elas. Cabia-lhe, além disso, que utilizasse os préstimos do engenheiro que levava na expedição, para melhorias nas fortificações da Bahia, devendo tal engenheiro acompanhar o governador em suas viagens às capitanias,

para os mesmos fins; de outro lado, cabia-lhe armar e aprestar os navios destinados à guarda da costa. Giraldes trazia um reforço de 150 soldados, que poderiam permanecer na Bahia ou ser destinados a alguma das capitânicas, que eles necessitassem. Capitânicas que ele deveria visitar, particularmente para verificar se a instrução que determinava a cada povoador, conforme suas posses, possuir determinado número de armas, estava sendo cumprida, provendo o almoxarifado da sede colonial àqueles que as não tivessem, mediante indenização, fiscalização e proibição de entrega dessas armas, ou de outras, aos infiéis, isto é, ao gentio. E velaria ele também sobre a vigilância da costa, para prevenir as incursões dos corsários, e a instrução dos artilheiros para hostilizá-los, impedindo desembarque na costa, instrução que seria ministrada nos domingos e dias santificados, comparecendo, quando possível, o próprio governador, a essa instrução e aos exames dos bombardeiros, de sorte a serem pelo menos em número de cem. Era uma diretiva completa, que atualizava a primeira, baixada a Tomé de Sousa.⁶

Quando Giraldes recebeu tais instruções, em 1588, estava o Brasil já sob domínio espanhol, quando se amudaram os ataques dos corsários. Enquanto Portugal exerceu o seu domínio, antes dessa fase, o inimigo mais poderoso com que teve de se defrontar foi a expedição francesa que se instalou na baía de Guanabara, cuja expulsão coube a Mem de Sá, com o auxílio dos paulistas. Instalaram-se ali os franceses de Villegagnon, desde 1555, com premeditado ânimo de permanecer. Para desalojá-los é necessário o auxílio da metrópole, sob a forma da frota de Simão de Vasconcelos, que chega ao Brasil em novembro de 1559, iniciando-se as operações em janeiro de 1560, encerradas a 17 de março. A expulsão dos franceses da Guanabara é um exemplo típico de conjugação das forças regulares metropolitanas, particularmente as navais, com as forças irregulares coloniais, que constituem o grosso nas operações terrestres, forças

irregulares acrescidas pelos indígenas locais, que se dividem, ficando alguns com os invasores e outros com os portugueses. Voltando os franceses à Guanabara, houve necessidade de novas operações, que, iniciadas em 1563, só terminam em 1567, decorrendo dentro dos mesmos moldes, e agora com ajuda de elementos coloniais de várias capitanias, e particularmente dos paulistas.

As investidas dos corsários aumentaram extraordinariamente com o domínio espanhol. Já em 1583, Fenton apresenta-se em Santos, sendo recebido com forte resistência dos elementos locais e não conseguindo inteiramente os seus propósitos. Em seguida, aparece Withrington, que penetra no Recôncavo, onde permanece por 40 dias, no exercício da pilhagem. Em 1591, é Cavendish que assola o litoral, de Cabo Frio a São Vicente: por duas vezes entra em Santos, e sempre sofre pesadas perdas, inclusive em combates terrestres. Lencaster e Venner, em 1595, assolam o Recife, mas são recebidos combativamente e não aprofundam a penetração. A finalidade dessas investidas consistia mais no saque a determinados pontos, para onde a riqueza afluía, do que no ânimo de conquista e de permanência. Já os franceses, ao contrário, depois de derrotados na Guanabara, voltaram as suas atenções para outra faixa do território colonial português, fixando-se no Maranhão, desde 1594. Trata-se, agora, do tipo de operações montado para expulsar os que haviam se apoderado da Guanabara: há neles o ânimo de permanecer, e a expulsão exige, por isso mesmo, um esforço muito maior do que aquele que permitiu resistir às investidas esporádicas dos simples corsários. Tais operações começaram em 1614 e terminaram em fins do ano seguinte, obrigando a conjugação dos esforços da metrópole e dos colonizadores, da tropa regular e da tropa irregular, os indígenas nelas incluídos, de elementos de terra e de elementos navais. E as investidas não cessaram: em diversos pontos do litoral, e particularmente na área amazônica, franceses, holandeses e

ingleses se estabeleceram, exigindo, pela distância, a conjugação de forças navais e terrestres, para serem desalojados, e impondo a ocupação dessas áreas distantes e até aí relegadas a segundo plano. É a necessidade de preservá-las da investida externa que apressa a ocupação, o povoamento, a colonização e, conseqüentemente, o lançamento de uma estrutura militar que assegure a posse da terra e a tranquilidade do trabalho sobre ela exercido.

A inutilidade das armadas de policiamento, verificada desde a fase da feitoria, exigia a montagem de aparelho militar local. A intervenção das frotas, navios ou armadas metropolitanas limitar-se-ia às operações de grande envergadura, destinadas a enfrentar perigos de dimensão a que os recursos locais não poderiam atender, aqueles perigos derivados do ânimo de permanecer. Para as operações de outro tipo, visando o inimigo externo, o corsário, ou o inimigo interno, o indígena, o aparelho local e privado seria suficiente. As armadas de policiamento, assim, tendem a perder significação, com a passagem do tempo, todo esforço militar repousará na própria gente colonial, embora pouca e dispersa.⁷ Aparecem, assim, três tipos de organização militar, no que diz respeito às forças terrestres: as regulares, tropas vindas do reino, como aquelas que acompanharam Tomé de Sousa e outros governadores-gerais, ou acudiram às operações especiais contra invasores poderosos, do tipo dos franceses que se estabeleceram na Guanabara e no Maranhão, ou do tipo dos holandeses, que se estabeleceram em Pernambuco, ampliando depois os seus domínios; a semirregular, constituído pelas forças dos Serviços de Ordenanças, regulares do ponto de vista de que institucionalizadas pela legislação, a partir dos primeiros documentos, as Cartas de Doação e as Cartas de Foral, concedidas aos donatários, e ampliadas com os Regimentos baixados aos governadores-gerais, mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam

os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a oportunidade; e irregulares, aquelas que se organizam à base da iniciativa de povoadores, moradores ou colonizadores, à margem da legislação e, portanto, da vontade das autoridades metropolitanas ou locais, para atender a uma necessidade dos próprios interessados, do tipo da bandeira. "Os colonos e sua gente - filhos, agregados ou escravos - encontravam-se no dever estrito de pagar ao capitão-governador o tributo de sangue em caso de guerra", observa um historiador, situando o papel dos Serviços de Ordenanças.⁸

O fato é que a ocupação, o povoamento, a produção, revestir-se-iam de um caráter guerreiro que o meio impunha. "Durante o período colonial - escreve Oliveira Viana - a conquista da terra apresenta, por isso, um caráter essencialmente guerreiro. Cada latifúndio desbravado, cada sesmaria 'povoada', cada curral erguido, cada engenho 'fabricado', tem, como preâmbulo necessário, uma árdua empresa militar. Do Norte ao Sul, as fundações agrícolas e pastoris se fazem com a espada na mão. 'Não se pode tratar da fábrica ali - diz um cronista do século 2, Frei Leonardo Oros - senão com a foice nesta mão e a espada na outra'."⁹ Não eram apenas as autoridades mais altas da administração colonial, os governadores-gerais, por exemplo, que vinham acompanhados de tropa regular e providos de armas, artilharia e munições, como informam os documentos oficiais; eram os próprios donatários ou aqueles que pretendiam montar engenho ou fundar lavoura de cana. No montante do investimento inicial, a que já se referiu aqui, não importava apenas o equipamento do engenho, nem as ferramentas e utensílios dos trabalhadores agrícolas, nem os utensílios domésticos mais necessários, mas também as armas e munições. A empresa de ocupação e povoamento era uma empresa militar inequívoca, revestia-se necessariamente de sentido militar, e não podia deixar de ser assim. Os particulares estavam, dessa forma, sujeitos às eventualidades da luta armada e não apenas

por força de disposições da legislação vigente, mas por força de suas próprias necessidades, das exigências do meio.

Lavouras e engenhos deviam instalar-se próximo ao litoral ou junto à barranca dos rios, em seus trechos finais: estavam obrigados a essa vizinhança que acrescentava ao perigo de ataque dos indígenas, permanente por toda a parte, o perigo de ataque dos corsários, esporádico mas temível, quando não revestido do ânimo de permanecer, como ocorreu em algumas oportunidades. Ocupar, povoar, trabalhar, era, pois, um mister que exigia esforço armado, vigilância constante, atribulações continuadas, mobilização permanente. Não é de surpreender, assim, que a organização mais ampla e mais estável tenha sido a das Ordenanças, em que os povoadores eram postos em armas e agremiados para o combate em conjunto. O caráter dos estabelecimentos coloniais, da tarefa preliminar de aposamento das terras, de expulsão dos habitantes primitivos e ainda de sua escravização em muitos casos, fazendo do índio capturado o escravo da lavoura e fazendas de criação, ou o servo, neste último caso principalmente, impunha essa mobilização, adrede prevista e preparada. A propriedade assemelha, por isso mesmo, a uma fortaleza, o engenho é quase sempre uma casa-forte, amuralhada, com as suas grossas paredes protetoras, dominando a paisagem como um castelo roqueiro por vezes. E as povoações parecem burgos medievais, com os seus muros, valos, cercados e fortificações. E os povoadores se organizam em bandos armados, como no medievalismo, com o senhor de terras à frente: "Organizando-se no meio da selvageria, o domínio defende-se a si mesmo. Assediado por todos os lados, é forçado a constituir-se militarmente. Forma, então, dentro dos seus muros, um pequeno exército permanente - pronto, ágil, mobilíssimo, talhado à feição do inimigo."¹⁰

Nessa expressão, "talhado à feição do inimigo", espelha o historiador uma figura exata, pois o grosso da tropa é de índios, na maio-

ria das vezes, enquadrados apenas por uns poucos colonizadores, por eles ajudada com armas, e ajudando-os com sua técnica específica de combate, a sua agudeza no conhecimento das manhas do adversário, a sua experiência, o seu conhecimento da terra. São, também muitas vezes, índios contra índios, dilacerando-se e destruindo-se em benefício dos dominadores portugueses. E os senhores de terras não se distinguem apenas pela extensão de suas posses e pelo número de seus escravos, mas também, particularmente em São Paulo de Piratininga, pelo vulto de seus bandos guerreiros: "Então, a importância social dos grandes senhores é dada pelo número de homens de que eles podem dispor, isto é, pelo número de 'arcos', como se diz. 'Potentado em arcos', 'opulento em arcos', 'homem poderoso de grande séquito', são expressões que enchem as páginas dos cronistas e linhagistas coloniais". Dos paulistas antigos, diz um deles que é "axioma entre eles; Fuão é poderoso por tantas armas: neste número entram negros, mulatos, índios, mamelucos, carijós e mais variedade de gente que há por aquele sertão."¹¹ É sobre essa organização militar improvisada sob a necessidade do meio e calcada na sua estrutura social e econômica que repousa a segurança e a obra de estabelecimento e de expansão do colonizador. Assim, ele consegue levantar engenhos, ao longo da costa e à beira dos rios, cativar indígenas para as suas lavouras ou para o tráfico, proporcionar espaço para as suas criações de gado, destruir aldeamentos transitórios da índia ou arrasar reduções jesuíticas. Assim, começa a gerar um tipo de organização militar específico da colônia, que espelha de alto a baixo a forma de exploração aqui estabelecida e a posição relativa das classes nessa obra.

A ESTRUTURA MILITAR

A feitoria dos primeiros tempos da colonização, antecedendo o ensaio das donatárias, indicara cedo a presença de outra amea-

ça, além daquela representada pelo indígena que, nesses tempos iniciais, aliás, conviveu com os poucos povoadores dispersos na costa, não sendo objeto de grandes hostilidades, e até fornecendo a força de trabalho destinada à derrubada e ao transporte da madeira tintorial para as praias e aguadas onde os navios a recolhiam. Gente de várias procedências traficava na costa, numa concorrência lesiva aos interesses da Coroa portuguesa. Contra essa gente é que se organizam as primeiras expedições punitivas e policiadoras que percorrem o litoral, antes da fase das donatárias. Tais expedições, tarefa do poder público metropolitano, giram em torno dos pontos de exploração da madeira tintorial. Nessa fase, não existia outra forma de atenção para com a colônia: "Além disso - escreveu Fleiuss - limitou-se d. Manuel a ordenar se erigissem feitorias em certos pontos mais estratégicos do litoral, tanto para lhe afirmarem a posse e vigiarem o contrabando, como para servirem de entreposto de tráfico e refresco das caravelas a meio caminho das Índias. De feito puramente econômico-militar, essas estações de arribada às naus são um esboço dos nossos primeiros núcleos de organização político-administrativa."¹²

Na mesma medida em que a colonização consegue dar caráter permanente à conquista, levantando os engenhos e estabelecimentos de qualquer espécie uma produção relativamente importante - a de açúcar se torna grandemente importante logo depois -, a competição se aprofunda e as tentativas de assalto se amiúdam. Algumas já ultrapassam os moldes do ataque fortuito, da pura rapinagem local, para mostrar que visam algo mais grave, o estabelecimento concorrente. Contra o ataque fortuito ou o desembarque que visa permanência, o colonizador não tem recursos suficientes. No caso, não o favorecem as vantagens que leva na luta contra o indígena: a superioridade técnica das armas e o divisionismo das tribos. Os assaltantes são detentores das mesmas armas e valem-se também

daquele divisionismo, nos casos que visam à permanência, conseguindo alianças locais.

Há, pois, necessidade de introduzir elementos humanos, e também de organização, capazes de neutralizar tais ameaças e operações. Assim, ao mesmo passo que a legislação atribui aos colonos deveres militares, o poder público metropolitano deve acudir-lhes com forças próprias e recursos. Assistimos, assim, a conjugação de dois tipos de organização militar, o europeu e o americano, justapondo-se e reagindo um sobre o outro, no sentido de enfrentar os assaltos externos. Este, na sua montagem particular, que serve ao problema do indígena; aquele, na sua articulação tradicional, representando a ação do poder público metropolitano.

A Coroa não acode apenas com as primeiras tropas regulares que a colônia conhece - as centenas de homens que chegam com a expedição de Tomé de Sousa. Acode também com um esboço de fortificações litorâneas, iniciado na fase da feitoria, com as armadas de policiamento da costa. Esse sistema de fortificações não cessará de se desenvolver, de se aperfeiçoar e de se expandir. Começando na costa, e gerando povoações e cidades nos locais onde se instala, no 1º e 2º séculos, ampliará às mais distantes regiões do interior, nas zonas próximas da colonização espanhola no 3º século a sua expansão: dominando as enseadas, as entradas dos portos, as barras, a foz dos rios, os estreitos, as passagens obrigatórias, os grandes vales, tais fortificações atestam, durando no tempo e resistindo à passagem dos anos, o desmedido esforço para assegurar a posse da colônia. Os proprietários de terras são onerados com o fornecimento obrigado de materiais para essas construções e mesmo de força de trabalho, devendo-se o traço delas a especialistas vindos da metrópole. Reserva-se à Coroa, isto é, as forças navais regulares, do poder público metropolitano, numa primária repartição dos esforços de defesa, o peso da luta marítima para o que tem o aparelhamento de

seus barcos e frotas, de suas equipagens, de seus canhões. Deixa-se aos povoadores e moradores locais o peso maior da tarefa em terra, quando o flibusteiro consegue chegar ao desembarque, fornecendo-lhe, no caso, apenas algum reforço de tropa regular, quando o problema se agrava ou se demora, ou o apoio de chefes credenciados, que reúnem os elementos fornecidos pelos particulares, com a autoridade de mandatários do rei.

É o que ocorre com as forças que permitem a Mem de Sá expulsar os franceses da Guanabara, oportunidade em que os colonos de São Vicente começam a exercitar-se no manejo e no comando de grupos armados que serão depois as *bandeiras* de apresamento, lançadas para o interior distante, em busca das grandes e dispersas fontes de força de trabalho que são as missões jesuíticas em que a reunião e a fixação retiram ao indígena as possibilidades de defesa que a infixação lhe permitia. Pouco a pouco, as *bandeiras* vão delineando a sua organização e mostrando o seu caráter militar irregular: "É a Bandeira uma pequena nação de nômades, organizada solidamente sobre uma base autocrática e guerreira, mesmo as de colonização. O bandeirante lhe é, ao mesmo tempo, o patriarca, o legislador, o juiz e o chefe militar."¹³ É duvidoso que a *bandeira* tenha tido qualquer sentido colonizador, por mais ampla que seja a significação da palavra: destinada ao apresamento de indígenas, para a atividade do tráfico humano - em crise com a invasão holandesa e a apropriação pelos holandeses das fontes africanas de escravos - ou para a mineração, não tem nenhum sentido de povoamento, nem de conquista territorial que, no nosso tempo, lhe têm sido atribuídos. Tem caráter medieval evidente, oriunda que é de uma sociedade de base feudal, como a da colônia e povoamento de São Paulo de Piratininga, constituída de um grosso de índios frecheiros e de comandos brancos ou mamelucos, com um mínimo de enquadramento. Aproveita a artilosidade do indígena, o seu divisionismo,

as suas técnicas de combate e de guerrilhas. À escopeta europeia, o bandeirante acrescenta o uso do escupil, espécie de dalmática, estofada de algodão, com que, coberto o soldado dos pés à cabeça, combate protegido contra as frechas dos indígenas.¹⁴

Com o passar dos anos, a *bandeira* assume formas relativamente poderosas e se destina a misteres os mais variados, todos de natureza militar inequívoca: são grandes forças militares que executam múltiplas missões, expandir a posse territorial e assegurar a sua defesa, ajudar nas operações de envergadura contra os invasores que se instalam no litoral, capturar o braço indígena destinado ao trabalho escravo, concorrer na defesa da costa, em cooperação com forças regulares e semirregulares ou isoladamente, exercer tarefa policial, na defesa dos interesses dos grandes proprietários, visando destruir os redutos de escravos foragidos, os quilombos. Nessa multiplicidade de missões que se sucedem, o vulto de sua organização chega a impressionar: "Cada caudilho é senhor de considerável corpo de negros, índios e mamelucos, em regra contando-se por centenas, às vezes por milhares. Manuel Prêto dispõe de 999 índios frecheiros, não incluindo os negros e os mestiços, Fernão Pais tem milhares de escravos. Só Antônio Rapôso comanda cerca de 3 mil combatentes."¹⁵

Tal organização, que predomina no Sul, mas que não é privativa do Sul, tem misteres terrestres, entretanto, e, no caso de luta contra o corsário, na luta contra o inimigo externo, é meramente auxiliar. Contra este inimigo, é mister, particularmente no caso em que o assalto tende a demorar-se ou traduz a intenção de evoluir para a permanência, o concurso da tropa metropolitana e particularmente de forças navais. Esse concurso é ainda indispensável na tarefa em que o mar é o palco, mesmo que os combates sejam junto à costa ou nas angras e baías ou nas proximidades dos ancoradouros.

É por isso que os primeiros governadores-gerais são os que se fazem acompanhar das primeiras tropas regulares que a metrópole

faz estacionar na colônia, e é ainda por isso que entre as suas tarefas principais está a de organizar o sistema de fortificações costeiras. Cada esforço de povoamento, visando expulsar elementos invasores ou não, reveste-se de caráter militar e resulta sempre no estabelecimento de um forte, que será o núcleo de povoamento. Isso acontece na Guanabara, com as operações contra os franceses: "Murado no alto do Castelo, o recinto da fortaleza, tomando-a por símbolo da cidade, repetiu a mesma cerimônia de posse realizada por Estácio de Sá em Vila Velha, dois anos antes."¹⁶ Isso acontece no Rio Grande do Norte: "Não conseguiram os potiguares, auxiliados pelos franceses, impedir o avanço da conquista luso-espanhola. E, após desbaratá-los, junto à foz do Rio Grande do Norte, foi fundado, aos 6 de janeiro de 1597, o forte dos Três Reis Magos, assim chamado por causa da tradicional festa cristã comemorada naquela data."¹⁷ Isso aconteceu no Ceará: "Incumbiu o Governador-Geral a Martim Soares Moreno, sobrinho do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, de levantar uma fortificação avançada naquele territórios pois já se tinha notícia da presença de franceses no Maranhão. Martim Soares Moreno, que já conhecia a região, pois participara da expedição de Pêro Coelho de Sousa, e conhecia a língua tupi, com a ajuda de Jacaúna, chefe tabajara, escolheu a ponta do Cucuripe para erguer a fortificação, que foi chamada a 'Fortaleza', sob a proteção de Nossa Senhora do Amparo, em 1611."¹⁸ Isso aconteceu no Maranhão: "Como geralmente surgem as cidades coloniais, São Luís nasceu ao lado do forte de São Luís, que Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiere, erguera aos 6 de agosto de 1612."¹⁹ Isso aconteceu no Pará: "Nossa Senhora de Belém, fundada na baía de Guajará, aos 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, igualmente surgiu ao lado de um forte: o forte do Presépio."²⁰

A guarnição dessas fortificações será fornecida pela população local, dentro das prescrições do Regimento de 1548 e do disposto

no *Serviço das Ordenanças*, de 1575, completando, ampliando e discriminando o segundo o que o primeiro havia estabelecido, e organizando-se verdadeira milícia à base da população existente, e sua repartição em classes. A tropa regular fornecia o enquadramento, quando estava presente, e isso era a exceção. No essencial, as áreas escravistas, aquelas em que se instalou desde logo a empresa açucareira de produção em larga escala, e a área feudal, nas colônias de povoamento do tipo de São Vicente e São Paulo, nas regiões de ocupação linear, do tipo da amazônica, nos sertões em que se expande o pastoreio, não ofereciam diferenças, do ponto de vista da organização militar, embora nestas últimas se caracterizasse a organização militar mais claramente como vinculada ou idêntica aos tipos clássicos que o medievalismo gerara, com o tributo de sangue entre eles: os comandos eram constituídos pelos senhores, a tropa era constituída pelos servos.

O amplo espaço, que a ordem privada encontrava, na colônia, em contraste com o reduzido espaço em que girava a ordem pública, configuraria toda a estrutura administrativa e afetaria, em consequência, a organização militar. Assim, ao lado de uns poucos cargos providos pelo rei, e de outros, em maior número, que cabia ao donatário prover, havia aqueles em que o provimento cabia aos sesmeiros, isto é, aos senhores de terras. Surgiam, nesse quadro, as câmaras locais, compostas de vereadores e presididas pelos juizes ordinários, estes e aqueles escolhidos pelos *homens bons*, confirmada a dos segundos pelo rei. A esse respeito, um estudioso observou com muita propriedade: "*Homens bons*, insiste um historiador nosso, eram '... os individuos mais respeitáveis da vila, isto é, aqueles que já tinham exercido a governança.' E logo nos informa da liberalidade com que juizes e corregedores lhes procediam à qualificação: '*só deixavam de ser homens bons os operários, os mecânicos, os degredados, os judeus e os estrangeiros.*' Aqui está: *homens bons* eram todos os que

exploravam o trabalho alheio; os que do seu viviam eram livres ou escravos: nem os primeiros entravam naquele rol.²¹

Ora, se as câmaras seriam providas segundo esse critério de discriminação dos *homens bons*, todas as funções de nomeação, ainda a hierarquia prevista no *Serviço das Ordenanças* teria de ser submetida à repartição em classes existente e seguir, portanto, o mesmo critério. Estava claro, pois, e não podia deixar de ser assim, que a tropa era constituída pela gente que trabalhava, fosse escrava, fosse livre e submetida à servidão, ou livre, abrangendo o pequeno número dos pequenos produtores, representando a primeira, na área escravista, a esmagadora maioria. A hierarquia dos comandos era distribuída pelos senhores de terras e escravos, ou de terras e de servos, permanecendo deles privativa. Os oficiais subalternos, sargentos e cabos eram nomeados pelos capitães, mediante aprovação dos capitães-mores; os capitães eram nomeados pelas câmaras (que vimos como se constituíam), com aprovação dos capitães-mores; os capitães-mores, pelas câmaras, mas da organização anterior, de 1548. Surgiriam outros, em 1575, como os sargentos-mores e os ajudantes. Apareciam os *Terços*, nas formações regulares, vindas da metrópole. Nas milícias, assim organizadas pelo *Serviço das Ordenanças*, a fração básica era a companhia, comandada por um capitão, abaixo do qual vinha um alferes.

Por toda a parte, no interior como no litoral, a população estava organizada para a guerra, seja contra o indígena, seja contra o corsário. Não apenas do ponto de vista da tropa avançar, nos instantes precisos, para acorrer ou permanecer nos locais ameaçados. Mas ainda do ponto de vista da própria vida de rotina, de tal sorte a luta militar era uma contingência constante e podia irromper a qualquer momento. Por isso, a morada mesmo se convertia em fortaleza, surgia com tal feição: "Nas fazendas estava-se como num campo de guerra. Os ricos homens usavam proteger as suas vivendas e solares

por meio de duplas e poderosas estacadas à moda do gentio, guarnecidas pelos fâmulos, os apaniguados e índios escravos, e servindo até para os vizinhos quando, de súbito, acossados pelos bárbaros."²² Tais moradas traduziam, assim, a estrutura de classe que condicionaria a estrutura militar: eram os castelos fortes desses senhores coloniais que eram os comandantes da tropa colonial.

Martius, em seu curioso trabalho *Como se deve escrever a História do Brasil*, situou o papel das milícias coloniais, calcadas na estrutura social vigente: "A influência dessas milícias é grande e importante por dois motivos: por uma parte elas fortaleciam e conservavam o espírito de empresas aventureiras, viagens de descobrimento, e extensão do domínio português; por outra favoreciam o desenvolvimento de instituições municipais livres, e de uma certa turbulência e até desenfreamento dos cidadãos, capazes de pegar em armas em oposição às autoridades governativas, e poderosas ordens religiosas. De outro lado achamos também nisso a causa dos sucessos das armas portuguesas contra diversos invasores, os franceses no Maranhão e Rio de Janeiro, os holandeses em uma grande parte da costa oriental."²³ Realmente, as forças militares irregulares e semirregulares, isto é, as *bandeiras* e as *Ordenanças*, defendiam os interesses da classe dominante colonial e espelhavam a supremacia desses interesses, na fase em que a ordem privada era absoluta em sua influência, sendo restrita a ordem pública. Enquanto os interesses da classe dominante na metrópole e os interesses da classe dominante na colônia se conjugaram, esse tipo de organização militar satisfazia perfeitamente as necessidades e sua vigência atendeu às condições reais da sociedade.

○ EPISÓDIO HOLANDÊS

A instalação da grande empresa colonial produtora de açúcar teve, como vimos, a participação dos holandeses, que vinham partilhando da distribuição do açúcar e se haviam associado antes à montagem da

empresa produtora das ilhas do Atlântico, que permitiram a Portugal arrancar aos venezianos a primazia na produção. A aliança estabelecida entre Portugal e a Holanda, herdeira ainda da maior parte do capital comercial que abandona o reino luso, quando declina nele o grupo mercantil, possibilitou o estabelecimento, em área ultramarina e distante, de empresa produtora de grandes proporções. O capital comercial holandês participou com os equipamentos e com a distribuição, contribuindo para o extraordinário alargamento do consumo do açúcar nos mercados europeus. Parte dos transportes que permitiam o escoamento das safras era também holandês. Enquanto esse sistema teve condições para manter-se, a empresa se desenvolveu e prosperou. Com a perda da autonomia portuguesa, em 1580, entretanto, a situação sofre uma mudança radical: o Brasil ficaria integrado nas posses espanholas, e a Espanha não mantinha com a Holanda a mesma identidade de interesses, muito ao contrário. A situação coloca para a Holanda a alternativa: ou instalar uma nova área produtora, ou apoderar-se daquela área para cujo estabelecimento tanto contribuirá. A segunda solução era muito mais vantajosa, por todos os motivos, e estava dentro das condições de hostilidade que separavam a Holanda da Espanha. Foi, conseqüentemente, a solução escolhida.

A solução submeter-se-ia, segundo os planos holandeses, a determinadas condições, de que a fundamental era não entrar a Companhia das Índias Ocidentais, empresária da conquista, na esfera da produção, procurando mantê-la intocada, salvo no que dizia respeito aos bens da Coroa espanhola e aos bens da Igreja. O plano era típico de uma organização fundada no capital comercial, voltada unicamente para a troca, desinteressada da produção, no sentido de aproveitar-se sempre de um sistema de produção instalado, não se envolvendo nele: visaria, assim, preservar os lucros da circulação, que lhe pertenciam, tradicionalmente, pois vinham da fase anterior de aliança com Portugal, acrescidos dos lucros provenientes

da apropriação dos bens da Coroa rival e da Igreja. Importava, necessariamente, na conquista das áreas africanas que proviam a zona agrícola colonial americana de força de trabalho, sem o que a conquista desta se tornaria inválida em curto prazo. Esse plano foi desenvolvido com meticulosidade, sofrendo, entretanto, na execução posterior, algumas deformações que o inutilizariam.

Do ponto de vista das operações militares, a conquista da área açucareira no Brasil teve três fases, bem distintas, embora acontecimentos ligados a cada uma se prolongassem em outras: a fase inicial, de conquista do território, de curta duração; a fase média de consolidação daquela conquista e ampliação dela, de longa duração; e a fase final, de declínio e expulsão, também relativamente rápida. Na primeira, os conquistadores se deparam com a resistência das forças locais, que conseguem vencer, pela superioridade militar que detinham, sendo a Holanda a maior potência do tempo. Na segunda, opera-se a acomodação da classe dominante, produtora de açúcar e beneficiária dos lucros da produção, com os novos senhores. Na terceira, por motivos supervenientes, deterioram-se as relações de acomodação, e tem início a fase de luta, comandada pela classe dominante colonial, que resulta na expulsão dos invasores. A ideia de evitar a contradição com a classe dominante colonial esteve sempre presente nos propósitos dos conquistadores enquanto, de outra parte, àquela convinha estar com os conquistadores desde que se mantivesse em sua posição de classe dominante, daí a acomodação que predomina na segunda fase. Essa acomodação, como o tempo provará, seria de natureza diferente, entretanto, da acomodação entre a classe dominante colonial e a classe dominante portuguesa. As relações que decorrem da segunda não são as mesmas que decorriam da primeira. Há, na Holanda, com repercussão em suas conquistas, relações de produção estranhas a Portugal, relações de produção diferentes, a que a sociedade lusa ainda não alcançara.

Fornecedora monopolista dos escravos necessários às lavouras de cana, dos produtos importados necessários ao consumo da população da área ocupada e compradora monopolista dos produtos dessa área, a Holanda estava em condições de exercer um domínio incontestado. No exercício desse domínio, entretanto, introduzirá relações de produção em contraste com as tradicionais no meio colonial. Quando se propõe, dentro de seus critérios, apropriar-se dos bens da Coroa e dos bens da Igreja, ao mesmo tempo em que pretende evitar interferir na esfera da produção, esquece que começa a invadir essa área e a chocar-se com parcelas da classe dominante colonial. Quando leva a hasta pública os engenhos dos senhores que resistiram aos ataques iniciais e abandonaram suas terras, ou quando, mais adiante, encara a solução de movimentar os engenhos que lhe são entregues, ou a elementos seus, por derrocada financeira de seus antigos proprietários, volta a chocar-se com aquela classe dominante colonial, e acaba por se incompatibilizar com ela.

Em 9 de maio de 1624, apresentou-se no Recôncavo a frota holandesa de Jacob Willekens. Depois de um dia e uma noite de combates, a cidade do Salvador rendia-se aos atacantes. Mas a população em armas, que a abandonara, manteve-se organizada e nas vizinhanças começou a acutillar os ocupantes: "Em poucos dias, as guerrilhas ou Companhias de Emboscadas, compostas de 25 a 40 homens cada uma, estavam organizadas e entravam em contato com as defesas inimigas, junto às portas do Carmo e de São Bento, ao mesmo tempo em que o acampamento baiano vinha instalar-se mais próximo da cidade, no arraial do Rio Vermelho, a uma légua de distância dos muros fortificados do Salvador. Apertava-se, assim, cada vez mais o cerco ao invasor, tirando-lhe toda possibilidade de expandir-se para o Oriente e de conseguir recursos, no interior, para manutenção da sua conquista. As guerrilhas não davam tréguas às guarnições flamengas e as suas emboscadas se revelavam bastante

eficientes. Primeiro foi o governador holandês Van Dorth que caiu degolado, de volta de uma inspeção ao forte de Monserrate; mais tarde, em setembro, Alberto Shouten, sucessor de Van Dorth, também sucumbiu numa dessas investidas dos nossos guerrilheiros.²⁴

Ilhados na cidade, sem condições para progredir no sentido do interior, os holandeses permaneceram em precária situação ao longo dos meses: dependiam vitalmente de socorro da metrópole. E a população em armas não lhes dava trégua: "Apesar da grande superioridade de armas, não restava aos holandeses, agora, outro recurso senão se defender dentro dos muros da cidade. Tornaram-se perigosos para os seus chefes e soldados mesmo os pequenos trajetos entre um e outro forte, o que os levou ao abandono do mais distante de todos, o de Santo Antônio da Barra. As ciladas estavam preparadas em toda parte e até audaciosos assaltos eram, de vez em quando, realizados nas vizinhanças da praça, contra guarnições isoladas e desprevenidas. Novas trincheiras foram levantadas junto às portas de São Bento e, ousadamente, defronte do forte de Monserrate, passando assim o inimigo a ser hostilizado de perto pelos nossos arcabuzes e flechas."²⁵

O padre Antônio Vieira mostra qual era a vida dos guerrilheiros coloniais, que cercavam a cidade: "Vigiavam todas as noites sem cessar; passavam os dias sem descansar; tinham por casa o céu e a terra por cama; expostos ao frio e à calma, padecendo muitas fomes e sedes. Muitas vezes, particularmente ao princípio, se sustentavam só de farinha de guerra, sem mais do que uma pouca de água. As folhas das árvores lhes serviam de prato de comer e de púcaros para beber. Menos sentiam, porém, essa falta que a de armas e munições, a qual era tanta que o soldado que disparava o segundo tiro não tinha com que atirar o terceiro; e não poucas vezes aconteceu levarem o arcabuz ao rosto em vão, para não mostrarem ao inimigo a sua pobreza: que chegou a não haver em todo o arraial mais que um

barril mui pequeno de pólvora, com o qual se sustentou o capitão Francisco Nunes Marinho muitos dias, pregoando fingidamente que havia muita pólvora em uns barris que em casa tinha cheios de areia; e os nossos matavam uns holandeses para poder matar outros, servindo-se da pólvora que tomavam aos primeiros para poder atirar aos segundos. E com ser tão grande essa falta, nunca aos nossos faltou ânimo. Finalmente, tão bem se houveram que parece refizeram a quebra passada em que incorreram, quando largaram a cidade aos holandeses. Não ficaram aquém nessa empresa os índios frecheiros das nossas aldeias: antes eram a principal parte do nosso exército e que mais horror metia aos inimigos; porque quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando o Sol claro e o céu sereno, viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo flechas que os traspassavam; e como lhes falta o ânimo do outro espartano, não se atreviam a resistir, porque enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas flechas...²⁶

Em dezembro, chegaram reforços de Pernambuco. Em março, os sitiados dispunham de 1.400 homens, além dos índios; os sitiados, de 1.600 mercenários e holandeses, além de tropa auxiliar, de 700 homens, mais 500 negros que haviam armado. O cerco permanecia, agora reforçado pelos pequenos barcos que impediam aos holandeses abastecerem-se nos fundos do Recôncavo. Em 30 desse mês, transpôs a barra a esquadra espanhola de socorro, desembarcando suas forças no dia seguinte. Chegaram mais reforços, de São Paulo e do Rio de Janeiro e, em 30 de abril depois de um mês de intensos combates, os holandeses renderam-se, abandonando a cidade. Em 1º de maio, as forças libertadoras entraram em Salvador, em 26 aparecia frente ao Recôncavo a esquadra holandesa enviada para acudir aos sitiados, já nada podendo fazer. Em março e junho de 1627, sob o comando de Pieter Heyn, tentaram os holandeses novas investidas

contra a Bahia, encontrando resistência que os impediu de manter-se no local. Em fevereiro de 1630, a poderosíssima força naval de 50 navios e 8 mil homens de desembarque do almirante Hendrik Corneliszoon Lonck ocupou o Recife, iniciando o domínio holandês. Nassau chegou em 1637, para consolidar a administração e tentou apossar-se da Bahia, no ano seguinte, sem sucesso, repetindo-se a tentativa em 1640, outra vez detida, e agora contando os defensores com as forças que Barbalho, em sua jornada desde a praia de Touros, trouxera à sede do governo colonial. Vencendo cerca de 2.400 km e atravessando a zona dominada pelos holandeses, a coluna de Barbalho percorreu em quase quatro meses de guerrilhas e sofrimentos a longa distância, para vir participar da luta contra os invasores. Em 1647, 1648 e 1649, tentaram os holandeses a conquista da Bahia, sempre sem resultado.

Os combates para a conquista do Recife duraram de 15 de fevereiro a 3 de março de 1630, tendo sido tenaz a resistência apresentada pelas forças locais, ao comando de Matias de Albuquerque. Vencidas, retraíram-se para a várzea próxima a Olinda e ao Recife onde se instalaria o famoso Arraial do Bom Jesus: a disposição era de continuar a resistência, a exemplo do que ocorrera na Bahia. Não tardaram, entretanto, a surgir os primeiros sinais de acomodação: duraram as lutas esporádicas ainda uns poucos anos, ao desamparo da metrópole. As próprias autoridades públicas com sede na Bahia entraram em acordo com os invasores. A classe dominante colonial começava a transigir com eles e a participar do governo que instalaram. O domínio parecia consolidado.

Em 1640, Portugal restabelecia a sua autonomia. As forças locais que ainda se mantinham em hostilidade ao invasor, apesar da acomodação dos senhores de terras, supuseram que isso traria uma alteração importante no quadro: a metrópole as ajudaria, agora. Não foi o que aconteceu: o governador do Brasil, Jorge de Mascarenhas, Marquês

de Montalvão, estabeleceu entendimentos com Nassau e, em junho de 1641, Portugal e Holanda concordavam em celebrar um tratado de "aliança ofensiva e defensiva contra os espanhóis e um armistício de dez anos quanto às respectivas colônias". Nessa base, Nassau alargou o domínio holandês de Sergipe ao Maranhão. Parecia consumada a sorte do Brasil. E, entretanto, já em 1642, tinha início a resistência que terminaria com a expulsão dos holandeses. Que motivos teriam provocado tal mudança na situação, quando as condições externas pareciam tão contrárias aos povoadores do Brasil?

A classe dominante colonial se havia acomodado ao domínio holandês e pactuava com ele, participando mesmo da representação. Na Assembleia de 1640, estava representada por numerosos senhores de engenho: "os representantes portugueses deram um voto de confiança ao governador", confirma Watjen. As relações de produção em que se fundamentava a empresa dos invasores, entretanto, logo dissipavam as possibilidades da acomodação tão bem aceita pela classe dominante local. Pouco a pouco, numerosos de seus elementos passam à situação de devedores insolváveis da Companhia das Índias Ocidentais, particularmente em consequência da compra de escravos. "Providência imediata de grande significação, informa Joaquim Ribeiro, foi a facilidade de crédito para os adquirentes dos engenhos de açúcar confiscados e, sobretudo, a facilidade de crédito para o cultivo da terra. É certo que essa facilidade provocou, mais tarde, consequências imprevisíveis: o endividamento dos lavradores, muitos dos quais se tornaram insolváveis."²⁷ Para esclarecer, adiante: "Justamente são os senhores de engenho, arruinados e endividados, que vão liderar o movimento insurrecional. Nesse ponto, os historiadores esclarecidos não se acham em atrito. Todos identificam a causa que provocou o levante geral contra a administração holandesa. Não há discrepância. A situação dos senhores de engenho agravava-se com a saída de Nassau e os seus sucessores não

procuraram sequer conjurar os males que afligiam a classe rural. Por sua vez, a política de usura da Companhia das Índias Ocidentais e dos mercadores do Recife tornou-se de tal modo escorchante que não era possível tentar-se conciliação e só um caminho se divisava para a crise: a revolução.”²⁸

Não é outra a opinião de Oliveira Lima: “O motivo, senão o essencial, decisivo da Revolução, era sabido ser mais de que o sentimento patriótico, a *pressão das dívidas dos agricultores brasileiros à Companhia das Índias Ocidentais e aos traficantes batavos*. Os chefes da revolução pernambucana, isto é, aqueles que se conjuraram para repelir o batavo do solo brasileiro, são senhores de engenho arruinados ou em via de desastre total.” E João Ribeiro confirma: “Os senhores de engenho, endividados pelos dinheiros e compras de escravos importados pela Companhia, encontraram no novo governo a ameaça de duras penas judiciais pegaram, pois, em armas e assim nasceu a insurreição pernambucana.” Handelman vê, também, nos empréstimos feitos pelos mercadores recifenses aos lavradores, isto é, aos proprietários de terras, o germe da insurreição, quando a situação destes se aproximou da insolvência. Van der Dussen, de sua parte, insiste no mesmo ponto: “Os portugueses, senhores de engenho, em consequência da guerra, perderam muitos dos seus bens, empobrecendo e incapacitando-se para restaurar os seus engenhos, mas graças aos créditos liberais facilitados pelos mercadores holandeses puderam levantar-se, com o que se beneficiou a Companhia; pagam sem pontualidade, sendo necessário que os comerciantes insistam pelo pagamento.” A opinião de Van der Dussen refere-se a uma fase anterior à de deterioração, já se preluando as condições que levariam ao rompimento entre a classe dominante colonial e os invasores.²⁹

A guerra contra estes, por isso mesmo, sofreu as consequências das três fases antes enumeradas, a de luta inicial, a de acomodação

e a de luta final, com um traço claro, que define a posição das classes sociais naquela luta: as classes que constituíam o povo jamais conciliaram com os invasores e lutaram, dentro de suas possibilidades, durante todo o tempo, constituindo-se no fundamento da resistência, do primeiro ao último instante. Sobre elas repousou o esforço da resistência, que não cessou nunca. A classe dominante, após a derrota inicial, pactuou com os invasores, acomodou-se ao seu domínio, e só mudou de atitude quando os seus interesses a levaram a isso, buscando, então, apoiar-se nas classes populares e retomando a luta. O poder público metropolitano jamais proporcionou à resistência os recursos necessários à luta, e a política portuguesa após o restauro da autonomia, foi de acumplicimento com a dominação holandesa, só evoluindo dessa posição na fase final, quando já as forças locais haviam alcançado vitórias decisivas. Em Pernambuco, pois, assiste-se ao espetáculo do povo em luta contra o invasor, mesmo contra a vontade da classe dominante local e contra os propósitos da metrópole, isto é, da classe dominante metropolitana. Esse aspecto político essencial afeta o aspecto militar, da organização à tática.

A estrutura social brasileira, na área escravista, condicionando a organização militar, enfrenta, com a ocupação holandesa, um problema de proporções gigantescas. Para a vida colonial, esse problema assumiu, realmente, uma dimensão profunda. Em nenhum outro caso verificou-se o quadro variado que a invasão dos batavos poria em evidência. Pelo poder dos que a inspiraram, organizaram e empreenderam, pelo vigor com que foi conduzida, dentro da mais aprimorada técnica militar do tempo, da parte dos invasores, pela intenção que estes concretizaram de permanecer na terra, pelas medidas políticas e administrativas que, para isso, introduziram, pela amplitude territorial de seu domínio, pela importância da zona em que estiveram instalados, pela duração das operações e da instalação

da empresa constituiu, no quadro colonial, uma experiência sem paralelo.

A um exame superficial, no seco balanço das forças materiais, chega a surpreender que os invasores tenham sido derrotados. Eram eles mais ricos, mais organizados, mais desenvolvidos e, portanto, mais fortes. Conquanto, mesmo no exame superficial, não se possa esquecer o quadro das competições mundiais do tempo, entre classes, grupos e nações, e o papel que tais competições tiveram no episódio da invasão holandesa, influenciando nele de maneira profunda, direta ou indiretamente, é impossível diminuir o extraordinário esforço que representou para a colônia a resistência e a campanha contra os invasores, consideradas as condições do tempo e do meio.

Realmente, depois de vários ataques a diversos pontos da costa, os holandeses conseguiram apoderar-se do Recife. Venceram em seus propósitos e, dessa base privilegiada, conseguiram alargar consideravelmente o seu domínio, levando-o de Sergipe ao Maranhão, pela costa e pelo interior. Após as resistências iniciais, conseguiram firmar-se na posse do território, de tal sorte que grande parte da população colonial foi obrigada a suportá-los e a classe dominante aceitou a dominação. Não só a crise portuguesa, com a perda da autonomia, como a necessidade de permanecer na posse de suas propriedades e engenhos, assegurando a continuidade da riqueza individual e a da posição de classe, fez com que considerável parcela dos senhores locais se acomodasse aos holandeses, aceitando-os como legítimos em sua autoridade. A própria tolerância, inclusive a religiosa, apontada na administração holandesa pelos cronistas e historiadores, comprova o entendimento com os elementos locais que detinham a propriedade.³⁰

Outra parcela comprometida com a resistência teve as suas terras confiscadas e os engenhos destruídos ou distribuídos a outrem, passando a mãos estrangeiras em boa parte. Essa foi a parcela menor,

sem dúvida, porque a resistência só voltou a ganhar em força pelo concurso posterior de proprietários que se haviam acomodado à dominação holandesa, quando surgiu a crise do crédito, que os indispôs com os novos dominadores que haviam aceito. Desse momento em diante, a dominação holandesa estava irremissivelmente condenada. Havia se incompatibilizado irremediavelmente com todas as classes, inclusive a dominante, sem possibilidade de transigência, pelos seus processos. Permitira a formação do suporte social em que a insurreição apoiaria a sua tenaz campanha para expulsar os invasores.

Quando a insurreição toma impulso, agora irresistível, assiste-se a uma curiosa conjugação e mistura de técnicas e de processos de combate. Confluem na luta, efetivamente, os elementos mais heterogêneos: os organizados e tradicionais, de origem externa, do lado holandês como do lado espanhol e português, o militar profissional; o mercenário; os improvisados e internos, quer os fundados na fraca tradição dos *Serviços de Ordenanças*, com os senhores de terras à frente de suas companhias, constituídas com os elementos de trabalho do latifúndio, quer os que brotam das contingências da própria luta, com as frações comandadas pelo índio Camarão ou pelo negro Henrique Dias. Dos processos de combate, o mesmo é lícito afirmar: surgem as formações esquemáticas, simétricas e maciças dos *terços* lusos e espanhóis e dos regimentos e batalhões holandesas, com a sua ordem inflexível e o combate submetido à regra, ao mesmo tempo em que surgem, do lado dos rebeldes, as formações dispersas, os movimentos simulados, o aproveitamento do terreno e do revestimento para esconder efetivos e atitudes, os golpes fundados na malícia, as improvisações que se ajustam à realidade.

Surge, em particular, a guerrilha, com a sua fisionomia específica e o seu cortejo de consequências. No que diz respeito ao armamento, os contrastes não são menos estranhos. O holandês trazia os

seus piques, chuços, lanças, pistolas, espadas, clavinhas, arcabuzes flamengos e mosquetes; dispunha de peças de artilharia, de ferro e de bronze. Colocava esse armamento numa ordem rígida, prescritos os lugares nas fileiras dos batalhões e na área de combate. Lusos e espanhóis empregaram armamento idêntico, menos variado e menos abundante todavia. E as forças irregulares fundaram suas lutas nas armas dos índios e na arma branca. Segundo Lopes Santiago, no combate das Tabocas apenas 230 homens dos 900 da tropa colonial dispunham de armas de fogo. Os demais - e nos demais estavam os irregulares - eram armados de facões, dardos, espadas e paus.

Quer da parte dos holandeses, quer da parte da tropa regular lusa e espanhola, houve um grande esforço de adaptação às condições coloniais, que resultou quase sempre inútil, particularmente quanto aos invasores. Já em 1639, cuidavam estes de organizar as *Companhias de Burgueses*, elemento similar à *Companhia de Ordenanças*. A tentativa ficou sem qualquer consequência séria.³¹ Ordens foram dadas, também, no sentido de serem organizadas emboscadas contra os rebeldes, que operassem à noite, "pois de dia não é fácil capturá-los."³² Nem um serviço rigoroso de "ordem política e social", como se poderia dizer, ficou esquecido. Nas recomendações deixadas por Nassau, quando de seu regresso à Europa, o chamado testamento político que baixou, ficava prescrito o seguinte: "Convém que VV. SS. procurem angariar e manter, por meio de favores e de dinheiro, alguns portugueses particularmente dispostos e dedicados para com VV. SS., dos quais possam vir a saber em segredo os preparativos do inimigo, os seus novos desígnios e empresas. Esses portugueses devem ser dos mais importantes e honrados da terra, e lhes será recomendado que, exteriormente, se mostrem como se fossem dos mais desafetos aos holandeses para não caírem em suspeição. Os mais próprios seriam os padres, pois são eles que de tudo têm melhor conhecimento."³³ É singular a intuição que Nassau revela, ao sugerir que os elementos

para tal “serviço” deveriam ser recrutados entre os elementos “mais importantes e honrados da terra”, isto é, na classe dominante, na classe que se acomodara ao domínio holandês, na classe que estava mais preocupada em preservar as suas propriedades do que comprometida com a honra ou a liberdade. E Nassau recomendava, mais adiante, que não se colocasse muita confiança, para tal mister, “em gente ínfima, pois se um dia dizem a verdade, em outro enganam com muitas mentiras.” Sabia que não podia confiar no povo.

Da parte dos elementos regulares lusos, a acomodação às condições locais logo se impôs. Diogo Santiago menciona o problema de Barreto de Meneses, enviado a comandar os rebeldes, obrigado a ouvir Camarão e Henrique Dias antes de suas decisões, “por não ser prático na campanha, nem saber o modo com que nela pelejava a nossa gente, que é muito diferente do de Portugal.”³⁴ Impunha-se, no fim de contas, a organização dos nativos; os seus processos de combate forneciam os modelos. O testemunho dos holandeses a esse respeito é elucidativo e minucioso. Em ofício de 1648, aos Estados Gerais, o Conselho do Recife mencionava o problema: “Todos os dias a experiência nos mostra que se habituaram a essa guerra de tal modo que podem medir-se com os mais exercitados soldados, como se tem visto nas refregas que com eles temos tido e como ainda se vê diariamente nos encontros que temos com eles a cada momento. Resistem muito bem agora de pé firme e logo que descarregam suas espingardas atiram-se sobre os nossos para se baterem corpo a corpo. Sabem também armar emboscadas em lugares e passos apropriados e vantajosos, fazer sortidas dentro do mato e, em geral, produzir muito mal aos nossos. Quanto às armas, estão bem municados, sabem muito bem servir-se delas e, no tocante às suas qualidades corporais, excedem muito aos nossos soldados mais exercitados quanto à agilidade e disposição. Além disso, sabem melhor do que os nossos se submeter às provações, tais como a falta de víveres, enquanto os

nossos soldados têm de carregar sempre os alforjes (embornais) ou então transportar os víveres logo atrás deles."³⁵

O relatório enviado aos Estados Gerais após as batalhas dos Guararapes pinta o quadro com rigorosa exatidão. Nele, o conselheiro Van Goch assim se manifesta: "Em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo do mato e por detrás dos pântanos e de certos lugares, com a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e aplicam-se a romper diferentes quadrados. Em segundo lugar, as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza, para correrem para diante ou se afastarem, e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e também de portugueses e italianos, que têm muita analogia com os naturais do país, quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem tudo isso com uma agilidade e rapidez notáveis. Nós, ao contrário, combatemos em batalhões formados, como se usá na mãe-pátria, e nossos homens indolentes e fracos não são afeitos à constituição do país. Disto resulta que estas espécies de ataques com armas de fogo, como acima se trata, devem inevitavelmente ter bom resultado, e que rompendo nossos batalhões e pondo-nos em fuga, matam-nos um maior número de soldados na perseguição do que teriam feito no combate mesmo. Esta ocasião, infelizmente, forneceu-nos mais do que muito a prova. Além disto, as peças de artilharia de campanha, não podendo ser apontadas sobre bandos ou grupos dispersos, tornam-se inteiramente inúteis ou, para melhor dizer, transformam-se em verdadeiras charruas para o nosso exército, sem contar uma multidão de outros inconvenientes muito numerosos para serem aqui apontados."³⁶

A retirada de Barbalho, percorrendo mais de 2.400 km, lutando constantemente e infligindo pesadas perdas aos invasores, a resistência do Arraial do Bom Jesus, a tenaz guerrilha de anos a

fiu, a luta contra a capitulação da maior parte dos latifundiários e da própria Coroa portuguesa, após a Restauração, as derrotas das forças regulares e a adversidade do tempo que destruía as armadas de reforço, a têmpera dos guerrilheiros, sua constituição popular, o modo como seus chefes encaravam a guerra, são comprovantes de que alguma coisa de muito profunda se havia forjado ao calor dos combates. Nem poderiam os holandeses imitar os processos de combate que aqui encontraram e que tanto os surpreenderam. A guerrilha, essencialmente ideológica, não estava ao alcance do invasor, como não estará, em tempo algum, ao alcance de tirania alguma. Processo libertário, que vive do apoio de populações locais insubmissas, peculiar aos que, falhos de recursos materiais, confiam em suas convicções e nelas encontram sua fortaleza, não pode traduzir a dominação. O episódio da guerra holandesa, tão importante na história da colônia, mostraria como, em condições de liberdade, já com existência caracterizada, embora sem representação social e política, o povo brasileiro sabia defender a sua terra.

E não há documento mais eloquente da situação a que fora levada a população da área açucareira do que a carta com que Henrique Dias, em seu nome e no de Camarão, responde à intimação que recebera dos dominadores:

“Senhores holandeses. São tão manifestos e claros os embustes e enredos de vossas mercês, que até as pedras e os paus conhecem os seus enganos, aleivosias e traições; não falo de mim, que com a perda de minha saúde e derramamento de meu sangue me fiz doutor no conhecimento desta verdade. Quando vossas mercês mandaram à Bahia, a pedir ao governador Antônio Teles da Silva socorros de infantaria para aquietar estes moradores de Pernambuco que se haviam rebelado, não estava eu, nem o governador dos índios d. Antônio Felipe Camarão, na Bahia, que éramos ido havia muitos dias a certas empresas de importância no sertão; e lá tivemos aviso

dos moradores desta terra, em como se livrarem das crueldades, traições, roubos e tiranias, que vossas mercês com eles usavam, se haviam rebelado, e estavam com as armas nas mãos, deliberados, ou a ficarem livres de tão tirano jugo e deitar vossas mercês da terra, ou a perderem as vidas na demanda. Ouvida sua razão, e conhecendo quanta razão tinham de se levantarem, pusemo-nos a caminho e viemos ajudá-los; e entrando nesta Capitania, soubemos ao certo que havendo vossas mercês mandado vir a infantaria da Bahia para aquietarem a terra, tanto que viram desembarcados em terra os nossos soldados, mandaram-lhes queimar os navios em que tinham vindo, e determinaram matá-los todos enganosamente, não tendo embarcações para se tornarem, e por esta razão, deliberaram-se os dois mestres de campo de se defenderem de vossas mercês; e eu e o governador Camarão de defendê-los em tudo o que pudéssemos, e demos nossa viagem por bem empregada. Meus senhores holandeses, meu camarada, o Camarão, não está aqui, porém eu respondo por ambos. Saibam vossas mercês que Pernambuco é sua pátria e minha, e que já não podemos sofrer tanta ausência dela; aqui havemos de perder as vidas, ou havemos de deitar vossas mercês fora dela, e ainda que o governador-geral e Sua Majestade nos mandem retirar para a Bahia, primeiro que o façamos havemos de responder-lhes, e dar as razões que temos para não desistir desta guerra. O caso é que se vossas mercês se querem render e entregar o Recife, far-lhe-emos todos os honrados partidos que forem possíveis; se se enfardarem de estar encurralados nesse Recife, e quiserem sair a espairecer, e dar uma saída cá por fora, livremente podem fazer, e aqui os receberemos com muita alegria, e lhes daremos a cheirar as flores que produzem e brotam os nossos mosquetes. Deliberem-se com tempo e despejem a terra, ou deixem-se estar aí metidos, comendo e bebendo o que tiverem em seus armazéns, ou mandem buscar muitas provisões à Holanda, também nós temos rei e pai, que suposto que até agora

não se tenha metido nesta facção da liberdade, todavia se vir que os da Companhia mandam armada de novo, também S. Majestade nos mandará a sua, porque assim o pede a razão que acuda a seus vassallos nas tribulações. Deixem vossas mercês de fazer tanto sem proveito, porque bem podem perder as esperanças de o tirarem jamais de Pernambuco. E quando vossos pecados (o que Deus não permita) nos obrigarem a retirar-nos, saibam de que certo que havemos de deixar a terra tão rasa como a palma da mão, e tão abrasada que em dois anos não dê fruto; e se vossas mercês a tornarem a plantar (o que não sabem nem podem) nós viremos em seus tempos a queimar-lhes numa noite o que houverem plantado em um ano. Isso não são fábulas nem palavras deitadas ao vento, porque assim há de ser. Guarde Deus vossas mercês e converta-os de suas falsas seitas e heresias. O governador Henrique Dias."³⁷

AS MILÍCIAS REPRESSIVAS

A estrutura social articulada à base da produção açucareira em grande escala, de que surgiu o regime escravista, permitiu a aliança entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana, firmada na divisão entre a produção e a circulação, cada uma primitiva na sua área, aquela representante, mandatária e procuradora desta. Tudo as unia; nenhuma contradição as separava. A primeira brecha nessa aliança tácita, de fundamentos objetivos, surgiu com a luta contra os holandeses, em consequência do abandono em que permanecem por longo tempo os insurgentes de Pernambuco. Tal brecha será progressivamente ampliada quando a metrópole se mostrar impotente para assegurar a distribuição do açúcar nos mercados consumidores europeus e ainda de assegurar os preços do açúcar, em consequência de sua debilidade naval e mercantil, quanto ao primeiro problema, e da concorrência de outras áreas produtoras, as antilhanas, quanto ao segundo.

Aquela aliança, entretanto, recebe um decisivo golpe, no século 18, quando surge e se amplia a mineração brasileira. Não surgiria com ela a acomodação que apareceu desde a instalação da produção açucareira, com a repartição de áreas, a da produção para o produtor, com todos os poderes, e da circulação para a metrópole, com todos os poderes. Ao descobrirem-se os filões auríferos, esperados há dois séculos, a metrópole adotou uma nova política: manteve o monopólio comercial, e até o aprofundou de forma inexorável, levando-o a limites extremos, e penetrou na área da produção, ansiosa por retirar das riquezas em ouro o máximo proveito. Essa invasão da área interna, até aí privativa dos povoadores, tornou impossível a acomodação antiga e a repartição tácita e convencionada de áreas. Assim, a delegação de poderes não teve condições para repetir-se: a metrópole foi obrigada a instalar todo um imenso aparelho de poder público, que a representasse. Esse aparelho, que cresceu desmedidamente, assentou em particular no fisco, na justiça e nas milícias, organizações que assumiram desde o início uma posição repressiva inequívoca.

No terreno militar, agora, pois, não era cabível a delegação de atribuições e, portanto, a constituição de organizações militares cujos quadros de comando e direção estivessem em mãos de elementos coloniais, todos colocados, pela característica de nascimento e de atividades, em condições de suspeição. Tais quadros de comando e de direção deveriam permanecer nas mãos da metrópole, que os proveria com elementos de sua confiança, ou enviados do reino ou aqui recrutados entre os portugueses mais ligados à administração colonial. Criava-se e ampliava-se, em consequência, um poder público, separado agora da ordem privada e em contradição com ela. Os órgãos fiscais exerciam a tributação extorsiva de que foi teatro a área mineradora; os da justiça baixavam as sentenças atrozes que puniam os descaminhos do ouro ou as violações de complexa legislação

que resguardava as rendas metropolitanas; os da milícia exerciam a tarefa policial destinada a manter submissa uma população que crescia depressa e que buscava a riqueza na atividade mineradora tão fortemente entravada pela intervenção metropolitana, provocando múltiplos meios de evasão e recursos variadíssimos de sonegação. Daí por diante, começam a declinar as Ordenanças e a crescer as Milícias. Nas áreas antigas, em que a mineração não apareceu, preponderam as primeiras; na área mineradora, preponderam absolutamente as segundas.

O sistema de capitânias doadas entra em progressiva liquidação. O poder público passa a assumir encargos cada vez mais amplos. Crescem, em consequência, as tropas de Milícias, enquanto aparecem as contribuições de tropa regular vinda da metrópole. Existe uma repartição natural entre os elementos de natureza militar: as Ordenanças, as Milícias e a tropa regular. As Ordenanças continuam a ser uma força territorial, gerada à base da estrutura econômica, política e social da população, nas áreas antigas, atendendo a eventuais ameaças afastadas, mobilizando-se apenas em face de circunstâncias que a isso obriguem. As Milícias, recrutadas no país, isto é, na colônia, no que diz respeito aos soldados e, depois, aos postos inferiores de oficiais, tendem para a organização permanente, colocam-se sempre nos locais ou nas zonas em que há perigo mais próximo de ameaça interna ou externa, aquela em primeira urgência e principal, cercam as autoridades e mandatários metropolitanos, assegurando-lhes o exercício funcional.

Quando o aparecimento do ouro provoca a corrida que acarreta um rápido aumento da população nas Minas Gerais - a colônia passa da ordem de 300 mil habitantes, no fim do século 17, para da ordem de 3 milhões de habitantes, no fim do século 18 - concentram-se ali os mais fortes contingentes milicianos, destinados a assegurar o exercício da tributação em particular: acompanhar o transporte do ouro,

impedir a sua evasão, guardar os registros de passagem obrigatória, exercer o policiamento em suma. No conjunto do poder público colonial, a função militar passa a ter um lugar de destaque, ao mesmo tempo em que começa a crescer, a tomar forma própria e a definir-se melhor todo o conjunto da estrutura militar. Esboça-se tal tendência nos fins do século 17, quando circulam as primeiras informações sobre as minas. Em 1698, torna-se sistemático o ensino de artilharia, no Rio de Janeiro; em 1699 instala-se uma Aula de Fortificação, na mesma cidade. O centro de gravidade da colônia deslocava-se para o sul, por força da mineração. Os problemas militares fundamentais consistiam, agora, na repressão interna, na defesa da costa contra as incursões estrangeiras e nas operações no Prata.

Tais circunstâncias obrigavam a uma forte concentração do poder público, em contraste com a sua debilidade e a sua dispersão dos dois primeiros séculos. Essa concentração fica expressa nos amplos poderes conferidos aos vice-reis. "De poderosos que eram os governadores e vice-reis do Brasil, a despeito de todas as restrições legais da metrópole, a ponto de dizer o padre Vieira que o seu poder era 'monstruoso', chegando alguns deles a recusar o 'cumpra-se' às ordens da corte, taxando-as de ilegais, ainda mais poderosos o foram de 1763 em diante, a partir do conde da Cunha, cuja cartapente é uma verdadeira delegação de funções majestáticas, ou *jus imperii*, fazendo do vice-rei um perfeito soberano."³⁸ Exercia o vice-rei, realmente, o comando supremo de todas as forças organizadas ou estabelecidas na colônia, pois lhe competia, entre outras coisas, "superintender e inspecionar todas as obras de defesa dos portos e o serviço das guarnições", bem como "prover os postos de Ordenanças", até o posto de coronel, e ainda "ordenar, dos dizimos e mais consignações, o pagamento das folhas civil, militar e eclesiásticas", chegando mesmo a poder "criar, em caso de guerra, ofícios e postos de militares, só servindo o voluntariado durante a

guerra, e, terminada, sendo reformado sem soldo, com as honras da patente." Poderes militares inequívocos, pois. A carta-patente do conde da Cunha dava-lhe "todo o poder sobre todos os generais, mestres de campo, capitães de fortalezas, pessoas que nelas estiverem e que forem nas ditas armas e capitães das que lá andarem e forem àquele Estado (do Brasil)..."

Nas antigas zonas de ocupação, povoamento ou exploração econômica, as Ordenanças não chegam a possibilitar, pela inatividade costumeira, o fundamento real de uma estrutura militar estável. Em tais zonas, elas dependem muito da tropa regular e da tropa miliciania, passando, gradativamente, a segundo plano, em face da centralização do poder público. Um historiador observou a esse respeito: "Militarmente, vimos que as Ordenanças pouco valem: forças estacionárias, não se podendo deslocar de suas sedes respectivas; em regra muito mal equipadas e instruídas, elas são, como tropa, de valor ínfimo. Em princípio, serviam como auxiliares locais das outras forças, de linha ou milícia, nos casos de agressão externa ou comoção intestina."³⁹

Na medida em que o poder metropolitano vai retomando tudo o que delegara em fase anterior, quando da repartição dos poderes, reunindo nas mãos de seus mandatários ou de elementos de autoridade e de força que os cercam todas as prerrogativas, tende a desaparecer aquela organização natural que foram as Ordenanças, ou são relegadas a uma função secundária. Milícias e tropa regular ocupam, pouco a pouco, as funções militares. A ordem privada cede lugar e, com isso, a classe dominante colonial, a que estava ligada a organização das Ordenanças, começa a ser despojada de representação militar e de tudo o que isto significa. "É verdade - escreve um ensaísta - que vemos um certo número dos seus representantes na gestão de algumas magistraturas importantes, de ordem civil ou de ordem militar, ouvidorias, juizados, brigadeirias, ou mesmo no go-

verno de capitânicas secundárias. Mas, da alta oficialidade dos corpos de linha, bem como dos cargos burocráticos do governo-geral e da gestão das capitânicas de primeira ordem, é também verdade que ela está praticamente afastada. Desta porção mais importante da administração colonial a Coroa se reserva monopólio exclusivo, e a confia, de preferência, aos delegados de sua vontade, despachados diretamente da metrópole.⁴⁰ Para acrescentar, referindo-se já ao período em que a colônia se transformara em reino, com a transladação da corte portuguesa: "Como os postos militares, de capitão para cima, acabam, praticamente, por se fazer monopólio dos emigrados lusitanos, os representantes da nobreza rural se descontentam também."⁴¹

A metrópole não teve, entretanto, em tempo algum, recursos para estabelecer na colônia numerosas tropas de linha. As Milícias servem como solução para o problema. Nelas é que a Coroa exercerá o seu esforço e, com isso, definirá a sua posição. Onde se torna necessário, para a preservação da ordem interna, isto é, para a preservação de seus interesses, para assegurar o seu domínio, a Milícia vai adquirir grandes proporções. Em Minas Gerais, por exemplo, e principalmente, onde a mineração, com o fisco a subjugar, acarreta desequilíbrios constantes e denuncia inquietações em inconfidências. A ponto de um cronista observar, com acerto: "Se uma capitania do centro, despovoada como adiante se dirá, pode sofrer 26 regimentos milicianos, sem detrimento da agricultura, mineração e mais misteres, é questão a decidir-se pelos políticos."⁴² Em função dessa tendência repressiva e, portanto, exclusivista e discriminatória contra o elemento colonial é que se verifica, na Inconfidência Mineira, a disparidade eloquente: Tiradentes, brasileiro, é apenas alferes; Joaquim Silvério dos Reis, português, é coronel e comandante de um dos regimentos milicianos. Há necessidade de não confundir, entretanto, a questão de origem com a questão de classe, pelo menos enquanto os interesses da metrópole e os

da colônia, pelas suas classes dominantes, não forem antagônicos: Tiradentes é elemento de pequena burguesia, a embrionária e precoce pequena burguesia que a mineração faz surgir na colônia; Joaquim Silvério dos Reis é elemento da classe dominante colonial de senhores de escravos.

A transição do predomínio das Ordenanças para o predomínio das Milícias e a introdução de tropas regulares metropolitanas corresponde às alterações ligadas ao próprio processo de exploração colonial posterior à luta contra os holandeses. Nessa luta, começam a surgir contradições entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana; a mineração agravará tais contradições. Em consequência, a organização militar, que repousava a ordem privada, na confusão desta com a ordem pública; no provimento dos postos pelos elementos da classe dominante colonial, passa inteiramente ao controle da metrópole e assume o aspecto repressivo que tão bem a caracteriza na época do ouro. É uma força destinada a fiscalizar o povo, a vigiar as suas ações, a reprimir qualquer manifestação de rebeldia -, é uma força contra o povo. A espoliação colonial que a mineração acarreta, levada a extremos limites, como no Distrito Diamantino, exige essa organização repressiva, complementada pela tropa regular, e a centralização de poderes, inclusive os militares, que tornam os vice-reis verdadeiros régulos, prontos às ações punitivas rigorosas. Para exercer a sua dominação, a metrópole tem agora necessidade da violência.

A QUESTÃO PLATINA

A segunda metade do século 18 assistiu a uma transformação acentuada na economia do ocidente europeu, caracterizada, exteriormente, pelas inovações técnicas que permitiram aumentar aceleradamente a produção de bens elaborados e, por isso, conhecida como Revolução Industrial. Na essência, tal transformação traduzia

a vitória do modo capitalista de produção, a ampliação das relações de produção que lhe eram peculiares e, conseqüentemente, a liquidação das relações feudais que subsistiam no velho continente. A mineração brasileira teve uma função importante na referida transformação: o afluxo de ouro em grandes proporções subverteu as relações entre o preço das mercadorias e o preço dos salários, ajudando a acumulação, impulsionou o alargamento da área da moeda, permitindo a remuneração do trabalho assalariado a número crescente de operários e possibilitou ainda a constituição de fundos de reserva de que necessitavam as grandes empresas capitalistas.

O aumento acelerado da produção influiu necessariamente no aumento das trocas comerciais, impondo a abertura de novos mercados e a ampliação dos existentes. Entre estes, destacavam-se já os das áreas coloniais americanas, dominadas pelas metrópoles ibéricas. Tais áreas estavam submetidas, entretanto, ao regime de monopólio de comércio, que as isolava, dificultando enormemente a participação dessas áreas no consumo dos produtos elaborados que o desenvolvimento capitalista vinha proporcionando. À frente desse desenvolvimento se colocava a Grã-Bretanha que conseguiria penetrar no mercado colonial brasileiro, mas através da intermediação portuguesa, graças à aliança que a ligava a Portugal. A penetração no mercado colonial espanhol, porém, ainda que através da intermediação da metrópole, era impossível, uma vez que Espanha e Inglaterra estavam em conflito ou contradição econômica. A solução inicial, enquanto não chegasse a etapa de liberdade de comércio, devassando os mercados coloniais, consistia em utilizar a aliança com Portugal para alcançar o mercado colonial português, e utilizar ainda essa aliança para alcançar o mercado colonial espanhol através de ações de contrabando ou de conquista territorial tornadas possíveis pela vizinhança geográfica entre a área colonial lusa e a área colonial espanhola na parte sul do continente americano.

Nesta última, o mercado principal era constituído pela zona platina, separada do antigo vice-reinado do Peru e constituída em vice-reinado do Rio da Prata, encabeçado por Buenos Aires, portal agora de mercado de grandes proporções. O regime de monopólio comercial imposto por Madri fazia de Buenos Aires o ferrolho do estuário platino, para onde gravitavam as exportações e as importações da vastíssima zona a que aquela cidade vinha servindo. A aliança entre a Inglaterra e Portugal faz com que os portugueses sejam levados a empreender tentativas de penetração no estuário, a mais importante das quais foi a instalação da Colônia do Sacramento, em 1680, para quebrar o monopólio ali estabelecido. A Colônia do Sacramento corresponde à necessidade, para a expansão mercantil resultante do desenvolvimento industrial, de quebrar o monopólio estabelecido em Buenos Aires.

A mineração brasileira não encontrara efeitos apenas na Europa, onde contribuiria para acelerar o processo de desenvolvimento capitalista, mas também na América, e particularmente na área platina. O avanço da colonização para o sul, rumo àquela área, representa episódio preliminar da mineração: em 1647 funda-se Paranaguá, em 1647 a Laguna, em 1692 reverte à Coroa a donatária sulina dos Assecas, em 1693 Arzão descobre as minas do Caeté e começa a desenvolver-se a corrida para os altiplanos auríferos, onde se forma, em curto prazo, mercado consumidor apreciável, decorrente não apenas do adensamento demográfico, mas também da capacidade aquisitiva que o ouro permite. Pela sua extrema especialização, a atividade aurífera excluía qualquer outra, e as populações mineradoras passaram a receber de fora tudo aquilo de que necessitavam. É esse mercado novo que torna mercadorias alguns bens que tinham até aí apenas valor de uso, como a carne bovina obtida pelo arrebanhamento do gado que se havia expandido nas planuras sulinas. Nessas regiões distantes, vizinhas da área de dominação espanhola, surge a luta pelo gado, com a atividade dos tropeiros; surge, depois,

a luta pelas pastagens, quando começa a fase das estâncias, com a apropriação da terra. A necessidade de lutar pelo gado e, mais adiante, a necessidade de lutar pelas pastagens, faz dessa zona uma área de conflitos constantes. Os motivos aliados a estes conflitos e os motivos, antes referidos, ligados à penetração mercantil na zona bloqueada platina confluem de forma a constituir o quadro de intervenção lusa na área de dominação espanhola.

Para realizar as operações destinadas a possibilitar aquela intervenção, a metrópole portuguesa é obrigada a organizar uma estrutura militar muito mais ampla e muito mais rígida do que a colônia conheceu até então. Por outro lado, o advento da mineração chamara sobre a colônia a atenção dos poderes que competiam com o de Portugal, e o alvo de assaltos, agora, será o Rio de Janeiro, e não mais os portos das zonas açucareiras. Assim, em 1710 Duclerc apresentou-se na Guanabara, efetivou o desembarque, sendo batido e preso. Mas, no ano seguinte, Duguay Trouin, com força muito mais poderosa, conseguiu apoderar-se da cidade, impondo-lhe pesado resgate: 610 mil cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois. O reforço enviado do interior, para acudir à defesa, chegou tarde: os franceses conseguiram uma presa importante. A necessidade de prevenir ataques dessa natureza, quando o centro de gravidade da colônia estava agora no Sul, e a de intervir na zona platina, obrigam à montagem de uma estrutura militar nova, ao mesmo tempo em que obrigam à instalação de ensino militar sistemático que, a rigor, a colônia desconhecera até aí. A Coroa, que se reservara o domínio do mar – a colônia não tinha Marinha –, entrava agora na estrutura das forças militares terrestres. As operações que giram em torno da defesa da Colônia do Sacramento fundam-se particularmente em ações navais, complementadas por ações em terra.⁴³

As ações navais são sempre conduzidas com apoio da armada inglesa; para as de terra, entretanto, há que contar com a ajuda

das tropas irregulares da campanha gaúcha. E a preocupação com as investidas marítimas dos competidores atraídos pela opulência mineradora e em busca de participação nos seus resultados, exige um esforço continuado para aprimorar as fortificações costeiras. Não há vice-rei que se descuide desse problema fundamental. Entre as benemerências do conde da Cunha, Fleiuss assinala: "Seu primeiro cuidado foi visitar as fortalezas e passar revista à guarnição, dirigindo a respeito um longo ofício ao ministro dos Negócios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, onde reclamou sobre a reforma e reparos dos fortes e à indisciplina e falta de tropas, esgotadas pela guerra cisplatina. Lançou os fundamentos do nosso arsenal de Marinha, no sítio compreendido desde a ladeira de São Bento ao cais de Braz de Pina; edificou os fortes da Praia Vermelha, de Fora e de Santo Antônio do Monte Frio, "ao sul de Macaé; melhorou Villegagnon; construiu nesta cidade uma casa, no morro da Conceição, para depósito de material bélico, e outra na ponta da Misericórdia, onde esteve o Arsenal de Guerra, para depósito da Artilharia," etc.⁴⁴ Do conde Azambuja, assinala: "Tomando posse do cargo em 17 de novembro, mereceu-lhe especial solicitude o problema de fortificação do litoral e, com o tenente-general Bohn e o brigadeiro Funck, organizou um plano de sua defesa"⁴⁵ Do marquês de Lavradio: "Cuidou, como seus antecessores, das fortificações e guarnições da cidade, cujo estado expôs à metrópole, em longo relatório de 20 de fevereiro de 1770, apresentando como mais aceitável o plano geral do capitão Francisco João Roscio, baseado na experiência do ilustre Vauban; insistiu na conveniência de organizar um corpo de cavalaria de linha, podendo servir-lhe de núcleo o esquadrão da guarda dos vice-reis, composto de 60 praças, corroborando o conceito que, da inutilidade do regimento de cavalaria auxiliar, fizera o seu antecessor, conde de Azambuja."⁴⁶

Como a mineração impulsionou consideravelmente a penetração do povoamento, aparecendo as zonas que seriam, depois, as capitânicas de Goiás e Mato Grosso, a fortificação litorânea foi ampliada com a fortificação interiorana, surgindo as obras que marcaram as linhas fronteiriças, para o que os governantes de capitânicas tiveram sempre as suas atenções voltadas. E, em concordância, uma instrução sistemática de fortificação, na continuidade de medidas iniciadas em 1698 e 1699. Em 1738, realmente, o ensino militar torna-se obrigatório, nenhum oficial podia ser promovido se não tivesse aprovação na aula de Artilharia, após cinco anos de curso, e essa aula merecia os desvelos da administração metropolitana, que a procurou prover com bons especialistas, entre os quais se destacaria o sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim. Em 1774, o ensino ficou acrescido de uma cadeira de Arquitetura Militar, até o vice-reinado do conde de Rezende, quando surgiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro, dividido o seu curso em duas partes, a de Matemática e a de Exercícios Práticos.

O conde de Lipe vinha de organizar as forças terrestres portuguesas, agora mais do que nunca submetidas à severa regulamentação e a um formalismo rígido, que se refletiria nas instruções enviadas à colônia. Em 1767, ordenava-se que o Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro moldasse os seus exercícios pelos seus congêneres europeus: "que o dito Regimento seja reduzido à mesma formatura, aos mesmos estudos, aos mesmos exercícios e às mesmas manobras em que os Regimentos de Artilharia deste reino se acham já tão destros como os de Inglaterra e de França e com grande e conhecida superioridade aos da Espanha."⁴⁷ O zelo pela uniformidade motivava outra intervenção da Coroa, em severa e peremptória ordem: "Manda El-Rei Nosso Senhor que V. Ex. no Seu Real Nome declare a todos os oficiais do dito Regimento nos termos mais significantes e mais positivos que Sua Majestade não quer absolutamente nem por

uma parte que esse Regimento de Artilharia tenha outra formatura, outros exercícios, outras manobras, outra forma de serviço, senão em tudo e por tudo os mesmos que se praticam nos mais Regimentos de Artilharia deste reino; nem por outra parte quer que na aula desse se ditem ou estudem outras doutrinas, se façam outros ou se leia por outros livros que não sejam os do referido *Bellidoro* e dos mais autores que foram prescritos nas Instruções particulares ordenadas por Sua Majestade para as referidas lições e estudos..."⁴⁸ O formalismo metropolitano, dessa forma, invadia a área militar.

Essa rígida estrutura da organização militar tinha condições de compatibilidade relativa com o problema da defesa litorânea, mas não as tinha com o problema das lutas sulinas, em que fatores locais interfeririam de maneira acentuada. A tendência à uniformidade, entretanto, não declinaria por isso: em 1667, para a nova organização da tropa, chegavam ao Brasil o tenente-general João Henrique Bohn e o brigadeiro Jaques Funck, inaugurando a longa série de chefes militares estrangeiros que participariam na organização militar brasileira, na colônia e no império. Nesse mesmo ano desembarcavam no Rio os regimentos metropolitanos de Bragança, de Elvas ou de Moura e de Extremoz, destinados depois à participação nas lutas platinas. A estrutura militar ia assumindo caráter complexo e pesado, completamente diverso das linhas simples e até naturais que antes a caracterizava.

Essa estrutura militar rígida, copiada de modelos externos, não teria condições para enfrentar o problema platino, e seria obrigada a funcionar como simples complemento e reforço das forças irregulares, geradas no ambiente regional, estas sim aptas a enfrentar as lutas ali travadas. De sorte que, no sul pastoril, as Ordenanças continuam a constituir a ossatura do sistema militar. Elas encontram naquela área todas as condições para ganhar uma amplitude que as torna o elemento necessário e indispensável. Porque, na luta pelo gado

e na luta pelas pastagens, surge uma organização militar, moldada pelas Ordenanças, em que o padrão antigo, dos primeiros tempos da colonização – a população em armas – assume as proporções naturais e conjuga-se com a situação regional. Em outras áreas, antes da mineração impor as alterações já mencionadas, as Ordenanças enfrentavam o risco episódico; no sul pastoril é o contrário que acontece, o risco é permanente, a terra é um acampamento militar, Os habitantes estão continuamente mobilizados, a luta é o quadro constante e não a situação transitória. Daí o enraizamento espontâneo, na própria ordem social, de modelo militar que pretendia atender apenas as ameaças externas. A partir do momento em que o mercado criado pela mineração confere valor ao gado, luta-se pelo gado, numa zona fronteira indelimitada. E os problemas locais e regionais passam, progressivamente, a conjugar-se com os problemas gerais, aqueles que interessavam, e muito, o governo colonial, como mandatário da metrópole, isto é, a penetração no mercado platino. Dessa conjugação surge a cooperação e, às vezes, a fusão entre as duas organizações militares, a irregular, das Ordenanças, e a regular, das tropas metropolitanas e das milícias.

A luta pela instalação, pela defesa e pela preservação da Colônia do Sacramento, desenvolvida principalmente pelas tropas regulares metropolitanas, reforçadas pelas milícias e apoiada por forças navais vindas da Europa, é acompanhada, assim, pelas operações desenvolvidas pelas forças irregulares, na defesa de seus interesses particulares. Via de regra, as primeiras operam ao longo do litoral e no mar, as segundas operam na campanha. A par do sério problema regional que se configura nas constantes tentativas de penetrar o mercado platino, objetivo fundamental da metrópole, pela sua aliança com a Inglaterra, existe a luta generalizada pela posse do gado e das pastagens, recrudescida quando aquele passa a representar, como bem de troca, não o couro mas também a carne, depois do estabelecimento das charqueadas.

Ao mesmo tempo em que, no resto do território colonial, existe a refratariedade ao recrutamento militar, procurando mesmo os senhores de terras cobrir-se contra ele através das isenções – isenções que serão extensivas ao colono açorita que se destina às zonas do Sul, pelo menos em caráter formal – na capitania de São Pedro, ao contrário, a própria organização da propriedade estabelece as bases de uma ativa arregimentação militar: o estancieiro é, antes de tudo, um chefe de bando armado, arrastando a qualquer momento a sua tropa e juntando-a à tropa de linha, quando é o caso, operando por conta própria na maior parte das vezes. Existe ali uma acentuada preponderância dessas forças irregulares sobre as forças profissionais. Todas as lutas no Sul, até a guerra com o Paraguai, são sustentadas principalmente por essas forças irregulares, entrando as unidades de outra procedência, seja do reino, seja de outras capitanias, como forças suplementares. É na decorrência de condições peculiares, pois, que se forma ali uma tropa aguerrida, com os seus chefes naturais, o que não acontece nas outras zonas.

A fisionomia militar sulina oferece, assim, características que não se repetem no resto da colônia. Não só as necessidades da guerra externa, levada quase sempre a territórios vizinhos, como as contingências regionais, com os traços pertinentes ao regime pastoril, criam ali condições específicas. A capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul está sempre mobilizada e em guerra. A atividade das armas associa os indivíduos, absorve as atenções, gera uma série de comportamentos que modelam a fisionomia militar da sociedade sulina. As *arriadas* vão permitindo o alargamento constante das pastagens lusas, as *califórrias* decidem questões de propriedade: tais movimentos são espontâneos, giram na esfera privada, surgem das necessidades deste ou daquele chefe local. Forjam-se, a pouco e pouco, forças numerosas, habituadas à luta, conhecedoras do terreno, insubstituíveis nos misteres da guerra, arregimentadas na peonada que lida com o gado.

A extensa apropriação transforma em chefes militares os estancieros, e suas lutas por melhores pastagens e a ânsia em apresar gado é que constituem o móvel principal de suas operações isoladas. Sobre essa ordem natural, gerada das condições locais, é que se vai apoiar o governo metropolitano, quando se trata de operações de maior envergadura, a invasão de Zevallos, a campanha de 1801, a campanha de 1811, a campanha de 1816, as peripécias em torno da Colônia do Sacramento, ao longo de muitos anos.

CONCLUSÕES

O advento da corte do príncipe d. João, que assinala a fase de transição para a autonomia política e que a prepara, no quadro de derrocada do regime de clausura e de monopólio, com a liberdade comercial, marca o aparecimento de medidas que constituem a base de uma organização militar estável e permanente. Já em fase anterior, quando se transferira para o Rio de Janeiro a sede do governo colonial, com a importância que passa a assumir a zona mineradora, criara-se a 1ª Companhia de Cavalaria da Guarda dos vice-reis, ao mesmo tempo em que se estabeleceram no Brasil os primeiros regimentos metropolitanos. Agora, em 13 de maio de 1808, surge o decreto que manda organizar o Corpo da Brigada Real do Brasil, como os que criam o Arsenal Real da Marinha, a Intendência e Contadoria da Marinha, a Real Academia dos Guardas Marinhas e a Real Fábrica de Pólvora. A reforma não fica nesse ponto. O ministério Linhares lança os fundamentos do ensino militar, com a criação da Academia Real Militar, em 1814, num ensino cuja elaboração fora, como se viu, muito lenta, e cujas primeiras medidas, isoladas e sem grande projeção, podem ser datadas de 1698. Naquele mesmo ano ficava regulado o julgamento dos militares em foro especial, o que indica a presença e a importância dessa função no quadro da sociedade da época, e traduz o vulto dos efetivos metropolitanos

transferidos ao Brasil. Em 1816, chega ao Brasil a divisão comandada por Lecor, que é orientada para o Sul, destinando-se à Cisplatina e chegando à conquista de Montevideú, com a derrota das forças de Artigas. Surge, em seguida, na corte, a *Divisão Militar Auxiliadora*, comandada por Avilez e constituída de tropa regular lusa.

Com a sucessão dos acontecimentos que provocaram o regresso da corte a Lisboa e trouxeram a regência do príncipe d. Pedro, tais forças militares, constituídas de portugueses, com os comandos cuidadosamente escolhidos, representarão um ponderável entrave ao desenvolvimento do processo da autonomia. Foi esse fato entre outras razões que motivou o aparecimento das forças militares estrangeiras, constituídas de mercenários, representando uma anomalia no processo que conduzia ao aparecimento do núcleo de um exército cujo recrutamento fosse realizado, de alto a baixo, na população brasileira. Os batalhões de mercenários terão um papel destacado nos motins políticos da época, como nas lutas platinas, sendo empregados ainda contra as manifestações de rebeldia que começam a se acentuar nos preliminares da autonomia e crescem após a sua proclamação, atingindo o fim da primeira metade do século 19. Subsistem, nas lutas platinas, até a guerra contra Rosas. Seus elementos, mercê de condições especiais, no Sul, serão absorvidos em boa parte na área de colonização germânica iniciada em 1824, tornando-se colonos. O depoimento de alguns oficiais mercenários do tempo representa preciosa informação a respeito das lutas militares a que o Brasil foi levado, ou das lutas internas, apesar de seus exageros. O primeiro ministro da Guerra, após o 7 de abril, determinou a dispensa do serviço ativo de todos os estrangeiros contratados, como oficiais ou como praças. A estrutura militar estava em vésperas de nova fase, devendo ser profundamente remodelada.

A fase colonial, no que diz respeito à organização militar, encerra-se, a rigor, com a criação, em 18 de agosto de 1831, da *Guarda*

Nacional. Vamos assistir, daí por diante, à retomada progressiva de poderes militares por parte do governo. Acentua-se a tendência, que se vinha pronunciando desde a mineração, ainda sob a dependência colonial, de centralização de poderes, quando os poderes delegados aos senhores de terras foram podados consideravelmente, culminando tudo com a introdução de divisões inteiras de tropas metropolitanas e, ainda, com o recrutamento de mercenários constituindo unidades dentro do conjunto das forças coloniais e mesmo nacionais, no sentido de servidoras de um país autônomo. Com a autonomia, assistiremos a um movimento inicial de descentralização, que acompanha o Ato Adicional, na linha da luta contra o primeiro imperador; e, em seguida, uma nova centralização de poder militar, quando o governo retoma em suas mãos a organização militar.

Do ponto de vista da organização militar, que acompanha de perto a montagem do aparelho de Estado do país recém-independente, só então se pode admitir como finda a fase colonial, quando todos os elementos nela surgidos e desenvolvidos ficam extintos ou consideravelmente amputados em sua força, para dar lugar a uma nova organização, a serviço de interesses que, não sendo novos – a classe dominante permanece a mesma – assumem o aspecto novo que a posse do poder configura. A classe dominante de senhores de terras e de escravos forjará, na medida de suas necessidades e de suas possibilidades, o instrumento militar de que carece. É um instrumento autônomo, sem dúvida, porque não depende de uma autoridade metropolitana externa. Está muito longe ainda, entretanto, de ser um instrumento nacional.

As alterações sucessivas que a organização militar colonial sofreu refletiram as alterações da estrutura econômica e social, como não podia deixar de ser, e foram introduzidas, de acordo com as necessidades, sem nenhuma ideia de plano, sem nenhuma concepção política como aquela que preside, hoje, a montagem de organizações milita-

res, em qualquer parte do mundo. Se abstrairmos as particularidades, os traços circunstanciais e secundários, e refizermos as grandes linhas dessa evolução colonial, partindo de um plano, verificaremos que a missão das forças militares, durante os três séculos de dominação lusa, pode ser resumida no seguinte: *assegurar a empresa da colonização*. A forma de assegurar essa empresa e, portanto, de cumprir a missão, desdobrar-se-ia em três aspectos: apossar-se do território, manter o território e expandir a conquista do território. Essa ideia fundamental que está ligada ao território é função do regime que preside à colonização, o da grande propriedade produzindo sob trabalho escravo e para o exterior, estabelecida em região colonial, com uma sociedade dividida em senhores e escravos.

Como se apresenta o inimigo, em tais condições? Nas áreas em que se estabelece a agricultura, o inimigo é ou o indígena, que é preciso desalojar ou escravizar, para o que o colonizador se vale de sua superioridade em meios materiais, armas em particular, e do divisionismo estabelecido entre as tribos; e o pirata, que investe do exterior, e para deter suas investidas organiza-se o recrutamento baseado, na ordem privada, na contribuição obrigatória da população, que se organiza nas *Ordenanças*, ao comando dos próprios senhores de terras e de escravos, com reforço eventual de expedições metropolitanas, pertencendo à metrópole sempre as operações no mar, e levantando-se, progressivamente, a rede de fortificações, particularmente para a defesa de portos por onde a produção se escoava para o exterior. Com a mineração, o inimigo principal passa a ser outro: passa a ser o próprio povo, que sofre da tributação extorsiva, enquanto permanece a ameaça de investida externa, no litoral, e aparece uma zona de conflito permanente, no Sul pastoril. A organização militar reflete essa transformação pela intervenção agora do poder público, pela organização das Milícias numerosas, com a sua discriminação dos elementos coloniais, com o serviço permanente,

enquanto surgem as forças vindas da metrópole, regimentos inteiros deslocados para a colônia. Com o desenvolvimento do regime pastoril sulino e seu caráter fronteiro, e as disputas pelo gado e pelas pastagens, envolvendo elementos de origem espanhola, da área vizinha, surge o último inimigo, o castelhano, impondo um extraordinário desenvolvimento local das *Ordenanças*, calcadas na estrutura social peculiar à sociedade pastoril, e abrangendo a totalidade da população, refletindo a divisão da sociedade em classes.

Do ponto de vista da organização em si, a evolução é iniciada, em 1548 praticamente, com o *Serviço das Ordenanças*, reforçado, em casos extremos pelos *Terços* lusos ou espanhóis, enquanto surgem e se multiplicam as organizações irregulares conhecidas como *Bandeiras*, que desempenham misteres variados, de defesa territorial, de policiamento interno, como na destruição dos quilombos, de apresamento de indígenas e de expansão territorial, com a mineração. Os inimigos externos, franceses e holandeses principalmente, dão lugar a operações sistemáticas de maior ou menor duração, e os últimos, porque se instalam no território, provocam o aparecimento da organização irregular das guerrilhas. As *Milícias*, que crescem extraordinariamente com a mineração, assumem caráter permanente, absorvidas nas missões próprias ao policiamento, à vigilância e à repressão que começa a definir-se nas inconfidências, preludiando a autonomia: a força militar tende a antagonizar-se com a população. As organizações militares que se destacam, na medida em que o tempo avança, são, assim, as irregulares sulinas, as *Milícias* de cavalaria, comandadas pelos estancieiros transformados em chefes militares, os Regimentos lusos, que são deslocados para a colônia, e os mercenários estrangeiros, que vêm reforçar a tropa repressiva ou destinada a operações contra os castelhanos.

Tais organizações operam segundo as condições coloniais de núcleos de povoamento dispersos, voltados para o exterior, na

tradição fragmentária e divisionista que preside em toda a fase colonial, em que cada zona se defende separadamente porque se apresenta separadamente à investida do inimigo, o interno como o externo. O traço fundamental da organização é o da defesa territorial. Trata-se de conquistar território, de defender território ou de expandir território. Esta é a situação que a autonomia encontra, a herança que recebe. Sobre ela é que deve levantar a estrutura militar própria. Se a estrutura econômica e social estava profundamente ancorada na fase colonial, a militar também estará, naturalmente. A Independência não foi uma revolução, no sentido de que não alterou a relação entre as classes, manteve o regime da grande propriedade e do trabalho escravo e da economia de exportação: não gerou tipos novos de organização, portanto, e menos ainda tipos novos de organização militar. Mas teve de resolver, desde logo, alguns problemas de extrema gravidade, oriundos da fase anterior, para o que necessitava de uma estrutura militar de que estava muito longe de dispor. Sobre o formalismo da ordem joanina, assim, é que vai assentar o desdobramento dessa estrutura, e atirar-lhe missões novas que, a pouco e pouco, demandarão alterações.

NOTAS

- ¹ I. A. A.: *Documentos para a História do Açúcar, I, Legislação, (1534-1596)*, Rio de Janeiro, 1954, p. 8, disposições da "Carta de Doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho."
- ² I. A. A.: *op. cit.*, p. 22, disposições da "Carta: de Foral de Duarte Coelho".
- ³ *Idem*, p. 24, mesmas disposições.
- ⁴ I. A. A.: *op. cit.*, p. 45, "Regimento do Governador-Geral do Brasil".
- ⁵ I. A. A.: *idem*, pp. 45 a 62, instruções do "Regimento ao Governador-Geral Tomé de Sousa".
- ⁶ I. A. A.: *op. cit.*, pp. 355 a 376, instruções ao Governador-Geral Francisco Giraldes.
- ⁷ "Entretanto, cedo verificou-se que as armadas de guarda-costas, além de dispendiosas e arriscadas, não poderiam dar resultados eficientes na caça à pirataria que tanto prejudicava os interesses portugueses no Brasil, além de criar para a metrópole, à vista das reclamações que implicava, o perigo de uma guerra na Europa." (Rodolfo Garcia: *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1890)*, Rio de Janeiro, 1956, p. 52. Sobre a ação dos corsários, escreve Max Fleiuss: *História administrativa do Brasil*, 2ª ed., São Paulo, sem data, pp. 1-2: "E, guardando para si a terra, limitou-se a nela manter os primeiros capitães-vigias da costa, especialmente encarregados de policiá-la contra os piratas espanhóis e franceses e de fiscalizar os contratos de tráfico, o que, em absoluto, não impediu que verdadeiras flotilhas contrabandistas, munidas até de carta de corso e armadas em pé de guerra, partindo de Honfleur, Dieppe, Palos, e posteriormente da Holanda, visitassem regularmente o nosso litoral, tendo pontos certos de encontros com os nossos naturais, essencialmente nômades, sem apego ao solo e sobremodo ingênuos e confiantes, a ponto de se despojarem de tudo quanto possuíam, das riquezas do país, à troca de uma enxada, de um machado ou mosquete, de indústria europeia."
- ⁸ Max Fleiuss: *op. cit.*, p. 12. Todos os historiadores referem-se à origem dos Serviços de Ordenanças, calcando particularmente suas observações na legislação inicial referida. Os historiadores militares também, com detalhes quanto à organização e armamento.
- ⁹ Oliveira Viana: *Evolução do povo brasileiro*, 3ª ed., São Paulo, 1938, p. 96.
- ¹⁰ Oliveira Viana: *Populações meridionais do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, 1938, p. 83.
- ¹¹ Oliveira Viana: *Evolução*, *op. cit.*, p. 91.
- ¹² Max Fleiuss: *op. cit.*, p. 2.

- ¹³ Oliveira Viana: *Populações*, op. cit., p. 99.
- ¹⁴ Sobre o escupil, ler os estudos de Sérgio Buarque de Holanda: *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro, 1947, capítulo "Frechas, feras, febres", pp. 105 a 147.
- ¹⁵ Oliveira Viana: op. cit., p. 229.
- ¹⁶ Max Fleiuss: op. cit., p. 27.
- ¹⁷ João Alfredo Libânio Guedes e Joaquim Ribeiro: *História administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 1957, p. 50, III.
- ¹⁸ *Idem*, p. 58.
- ¹⁹ *Idem*, p. 70.
- ²⁰ *Idem*, p. 71.
- ²¹ E. de Castro Rabelo in Max Fleiuss, op. cit., p. 14.
- ²² Teodoro Sampaio: "São Paulo de Piratininga no fim do século 16", in: *Rev. Inst. Hist. Geo. Paulista*, n. II.
- ²³ In Rodolfo Garcia: op. cit., p. 109.
- ²⁴ Antônio de Souza Júnior: *Do Recôncavo aos Guararapes*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1949, p. 15.
- ²⁵ Antônio de Souza Júnior: op. cit., p. 18.
- ²⁶ Antônio de Souza Júnior: op. cit., pp. 18-19.
- ²⁷ Joaquim Ribeiro e João Alfredo Libânio Guedes: op. cit., p. 376.
- ²⁸ *Idem*, p. 415.
- ²⁹ Adriaen van der Dussen: *Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639)*, Rio de Janeiro, 1947, p. 85.
- ³⁰ Adriaen van der Dussen: op. cit., p. 31.
- ³¹ Adriaen van der Dussen: op. cit., p. 130.
- ³² *Idem*, p. 132.
- ³³ João Alfredo Libânio Guedes e Joaquim Ribeiro, op. cit., p. 406.
- ³⁴ Diogo Lopes Santiago: *História da Guerra de Pernambuco*, Recife, 1943, p. 139.
- ³⁵ Antônio de Souza Júnior: op. cit., p. 142.
- ³⁶ Antônio de Souza Júnior: op. cit., p. 143.
- ³⁷ Rocha Pombo: *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1920, p. 136, IV.
- ³⁸ Max Fleiuss: op. cit., p. 52.
- ³⁹ Caio Prado Júnior: *Formação do Brasil contemporâneo - Colônia*, São Paulo, 1942, p. 321.
- ⁴⁰ Oliveira Viana: *Populações meridionais*, op. cit., p. 30.
- ⁴¹ *Idem*, p. 37.
- ⁴² Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos: "Descrição da Capitania de Minas Gerais", in: *Rev. Arq. Pub. Min.*, Belo Horizonte, 1891.

⁴³ "Sucumbiu em consequência do choque recebido com a notícia da perda de uma frota que enviara, com duas fragatas inglesas Lord Clive e Ambuscade, em socorro da Colônia do Sacramento..." (Max Fleiuss: *op. cit.*, p. 57)

⁴⁴ *Idem*, p. 58.

⁴⁵ *Idem*, p. 58.

⁴⁶ *Idem*, p. 59.

⁴⁷ Adailton Sampaio Pirassununga: *O Ensino Militar no Brasil (Período Colonial)*, Rio de Janeiro, 1958, p. 21.

⁴⁸ *Idem*, p. 23.



II FASE AUTÔNOMA

OS FUNDAMENTOS DA AUTONOMIA

O processo da autonomia política dos povos americanos de colonização ibérica inseriu-se no processo de ascensão burguesa: o desenvolvimento das relações capitalistas no ocidente europeu, e na Inglaterra principalmente, exigiu a ruptura dos laços de dependência entre as colônias ibéricas deste continente e suas metrópoles, começando por exigir o desvendamento dos mercados coloniais, mantidos até aí sob o regime de clausura e de monopólio. Dentro da contradição geral que separava, na Europa, as áreas em pleno desenvolvimento capitalista das áreas em que se mantinham predominantemente as relações feudais, cabe a contradição entre o desenvolvimento capitalista inglês e o atraso feudal ibérico. Nas áreas coloniais americanas, duas contradições se apresentavam: a contradição entre a classe dominante colonial, escravista ou feudal, e a classe dominante metropolitana e feudal; e a contradição entre a classe dominante colonial e as classes ou camadas sociais dominadas.

O movimento pela autonomia dependia, para seu desenvolvimento, que a contradição entre o capitalismo em ascensão e o feudalismo em declínio se resolvesse pelo triunfo do primeiro, e progrediria na medida em que esse triunfo se delineasse; dependia ainda de que a contradição particular entre o capitalismo britânico e o feudalismo ibérico se resolvesse pelo triunfo do primeiro, corolário da contradição geral entre o capitalismo e o feudalismo; mas dependia, por último, de que, entre as duas contradições, aquela entre a classe dominante colonial e a classe dominante metropoli-

tana e a entre a classe dominante colonial e as classes dominadas coloniais, a primeira fosse encarada como principal, estabelecendo condições para que se unissem as forças coloniais em luta pela independência. A história assinalou o desenvolvimento favorável à emancipação, mas estabeleceu as diferenças específicas entre o caso da área espanhola e o caso da área portuguesa do continente americano. No primeiro, a guerra pela independência foi, em algumas regiões, um processo complexo em que as duas contradições, a interna e a externa, se misturaram, assumindo a luta, por vezes, as características de guerra civil. No segundo, o nosso caso, a independência resultou de uma alteração política praticamente sem luta, ou sem as prolongadas e profundas lutas de que foi teatro a América espanhola. As contradições de classe foram transferidas a uma etapa imediatamente posterior, a das rebeliões provinciais que encheram a época da Regência.

A separação entre o Brasil e Portugal não trouxe à colônia, assim, grande abalo social, e não correspondeu a alterações profundas: a estrutura de produção permaneceu a mesma, a posição das classes sociais permaneceu a mesma. A independência não teve caráter revolucionário. Foi uma empresa comandada pela classe dominante de senhores de terras, dentro de suas limitações de classe. Estas limitações impunham, desde logo, que não se realizasse nenhuma alteração profunda, nenhuma modificação significativa e que tudo permanecesse, na essência, como nos tempos coloniais, menos a dependência para com a metrópole. Para realizar a independência dentro de tais limitações, entretanto, a classe dominante colonial deveria conjugar os seus esforços aos interesses do capitalismo em ascensão, e em particular do capitalismo britânico.

A aliança entre a classe dominante colonial, escravista ou feudal, e a classe dominante inglesa, a burguesia, substitui, a partir da autonomia, a antiga aliança entre a classe dominante colonial e a

classe dominante portuguesa. Se a Inglaterra dominava a economia lusa, desde a Restauração, e firmara a sua ascendência em acordos diplomáticos de que os mais característicos foram os de 1654 e de 1703, passaria a dominar, e diretamente, a economia brasileira, após a separação entre a colônia e a metrópole. Para chegar a essa situação estava dispensada inclusive de empregar a força, pois tinha Portugal sob seu inteiro domínio. No caso da área espanhola, isso não aconteceu, e as exigências britânicas de caráter econômico revestiram-se de violência, não só a violência direta, concretizada, entre outros exemplos, pelas duas tentativas de ocupação de Buenos Aires, como de caráter político, porquanto a posição britânica de penetração no vasto mercado antes espanhol no Prata vai conjugar-se com a beligerância brasileira naquela época. Enquanto a Inglaterra não lançar pé, concretamente, profundamente, na zona do Prata, o estado de guerra entre o Brasil e os países daquela zona será constante, e terminará na segunda metade do século, ao consolidar-se a hegemonia britânica ali.

O primado inglês no processo da autonomia brasileira estabelece as condições de submissão da economia brasileira à economia inglesa, que se prolonga durante todo o século, com altos e baixos. Não existia uma conciliação perfeita de interesses, no caso, em primeiro lugar porque os nossos produtos de exportação, em que assentava a nossa economia, não eram consumidos na Inglaterra nas proporções necessárias, ficando ela como distribuidora deles para outros mercados europeus, ao mesmo tempo em que, em segundo lugar, havia divergência quanto ao problema do tráfico negreiro e do trabalho escravo que era um dos fundamentos de sua posição econômica e social. Tais diferenças, entretanto, não foram suficientes para superar as identidades: a necessidade, para os ingleses, de dominar o mercado consumidor brasileiro, inundando-o com as suas mercadorias, e a necessidade, para a classe dominante brasileira,

dos recursos financeiros ingleses, para assegurar a continuidade de sua dominação econômica e social. De dominadores da política externa brasileira, e orientadores de sua ação no Prata, passaram os ingleses a dominadores das finanças brasileiras, através do comércio desigual e dos empréstimos, passando, depois, ao campo dos investimentos públicos, na segunda metade do século 19. A subordinação do Brasil à Inglaterra é o traço definidor da situação internacional do nosso país.

Tendo assegurado a fuga da corte lusa para a colônia e, em seguida, a franquia de mercado, pela abertura dos portos e pela tarifa preferencial, a Inglaterra esteve por trás de todas as iniciativas de intervenção no Prata, de que faz parte a novelesca tentativa de fazer de d. Carlota Joaquina, com a cumplicidade do comandante da esquadra britânica surta no porto do Rio de Janeiro, Sidney Smith, rainha platina, tentativa gorada pela suspeição em que os britânicos tinham a esposa de d. João VI, até a empresa de invasão da Guiana Francesa.¹ A concretização dos laços de dependência do Brasil para com a Inglaterra, no terreno financeiro, datam praticamente da autonomia. Já em 29 de outubro de 1822, menos de dois meses depois do Grito do Ipiranga, comerciante inglês estabelecido no Rio de Janeiro com a firma Read Irving & Cia. propunha empréstimo de 400 mil libras ao Brasil e, quando se seguiram as negociações desenvolvidas em Londres para esse fim, com banqueiros ingleses, o ministro da Fazenda Nogueira da Gama, que substituíra Martim Francisco Ribeiro de Andrade por ser este, entre outros motivos, contrário ao empréstimo, diria, com evidente sinceridade: "Não temamos contrair empenhos quando se trata de salvar a nação brasileira e firmar sua independência".

Tais negociações levaram ao primeiro empréstimo externo brasileiro; o de 1824, tomado em Londres, e no valor de 3 milhões de libras esterlinas, de que a condição mais discutida, embora não a

principal, foi a da comissão de 2% concedida aos negociadores, acusação que o futuro marquês de Barbacena carregou por toda a vida. Esse empréstimo só foi liquidado em 1890, pagando o Brasil mais de 65 anos de juros. Ao empréstimo de 1824 seguiu-se o de 1825, chamado "empréstimo português" porque, galgando o reconhecimento de nossa independência pela antiga metrópole, assumíamos a responsabilidade por empréstimo tomado pelo governo de Lisboa em Londres, acrescentando-lhe uma indenização complementar. Quando se levantaram aqui protestos contra a decisão do governo, que Holanda Cavalcanti declararia abusiva, o ministro da Fazenda, agora o marquês de Barbacena, argumentaria que "para pagamento de nossa dívida, sem falar em uma receita ordinária e sempre crescente, temos acima de dois milhões de milhas quadradas de terras incultas e excelentes, que poderemos vender..." Era a primeira vez, mas não seria a última em que a classe dominante proporia claramente alienar território nacional, quando não soberania. A série de empréstimos faria com que as finanças brasileiras passassem ao controle britânico, de tal sorte que, entre muitas outras observações no mesmo sentido, M. A. Jay poderia escrever: "A abolição aparente do sistema colonial não foi, portanto, mais que uma mudança de metrópole: o Brasil cessou de depender de Portugal para tornar-se uma colônia da Inglaterra."² Ou o economista Normano, quando escreve: "O Brasil foi, durante longo período, um membro não oficial do império econômico da Grã-Bretanha."³

No tratado anglo-brasileiro de 1826, por outro lado, tornava-se extensiva ao nosso país a cláusula, concertada antes com Portugal, que permitia aos navios ingleses revistar os navios brasileiros suspeitos de conduzir escravos, extensão que foi alcançada por meio de pressão, conforme denuncia Armitage. O *direito de visita* motivou numerosos incidentes e até sacrifício de vidas, constituindo inqualificável abuso, contra o qual o governo imperial, em 1845,

levantaria o seu protesto, pela nota assinada por Limpo de Abreu, que dizia: "Absurdo fora reconhecer no governo britânico o direito de punir súditos brasileiros, nas suas pessoas ou na sua propriedade, por crimes cometidos no território do Império, sem muito expressa, clara e positiva delegação deste direito feito pelo soberano do Brasil ao da Grã-Bretanha." Gozavam os ingleses, no Brasil, por força de cláusula dos acordos de 1810, que o Brasil manteve, do direito de justiça especial, subtraindo-se, assim, à jurisdição da justiça brasileira, norma de um colonialismo ostensivo e brutal.

A autonomia, pois, tem, como consequência, a aliança de subordinação à Inglaterra, dominadora dos mares e dominadora das trocas, que será a dominadora do mercado interno e a dominadora das finanças. Para conseguir manter-se no poder, a classe dominante, quando enfrenta os tremendos riscos decorrentes das rebeliões provinciais, pois, deve apoiar-se principalmente nessa aliança externa. É essa aliança que lhe vai permitir sufocar as manifestações de rebeldia nas mais diversas regiões, organizar o seu aparelho militar, uma vez que, de início, nem possui aparelho militar em condições para uma tarefa de tal envergadura, nem de condições materiais para organizá-lo.

A ESTRUTURA ESCRAVISTA E FEUDAL

A fase em que se processa a autonomia é de grave e profunda crise na economia brasileira: o açúcar sofre tremenda concorrência no exterior e seus preços baixam e sua distribuição se encontra comprometida de há muito; o algodão se valerá, em certo período, do debilitamento da exportação norte-americana, decorrente da guerra da independência dos Estados Unidos, finda a qual expulsa o nosso produto do mercado inglês; os couros, do mesmo modo, vivem enquanto a concorrência platina se enfraquece, pela anarquia e pelas lutas que perturbam a exportação daquela área, entrando

em declínio quando ela volta ao mercado. Desde a decadência da mineração, que ocorre muito antes de chegar ao fim o século 18, a situação econômica é de crise, e de crise grave, afetando toda a estrutura da produção. Ora, isso acontece precisamente quando, com a independência, há tarefas gigantescas a cumprir.

As organizações militares, parte do aparelho de Estado, refletem sempre as condições da sociedade que as geram. Isso se observaria, com exemplar clareza, no caso brasileiro, pela particularidade ligada à autonomia: não era possível conservar a organização antiga, que refletia a dominação lusa, e havia todas as dificuldades para montar uma nova organização. Não apenas dificuldades materiais, ligadas à crise que a economia atravessava, mas dificuldades políticas, ligadas àquela crise e ao abalo que a independência produzira, e que não fora possível, de forma alguma, evitar, apesar dos esforços para isso desenvolvidos. Sem o exame da sociedade que emerge para a autonomia, e que vai presidir a organização do aparelho de Estado que lhe reflete os traços essenciais, e de que a organização militar é uma parte, não seria possível compreender as transformações introduzidas.

A classe dominante, e incontestada em sua dominação, é a de senhores de terras e de escravos, ou de senhores de terras e de servos. Nas áreas de economia mais desenvolvida, naquelas de produção para exportação – áreas tradicionais, que se haviam desenvolvido no período colonial –, eram senhores de terras e de escravos, constituindo a parcela mais importante da classe superior, detentora do poder. A Constituição de 1824 consagrava-os como “altos e poderosos senhores” e, no parágrafo 1º de seu artigo 5º, afirmava que os escravos não eram brasileiros. Mais adiante, emenda constitucional, que demandou esforços para triunfar, passaria a considerá-los brasileiros, mas não cidadãos. Acontece que o país tinha 4 milhões de habitantes – na média de um habitante em cada

2 km² - dos quais mais de 1,2 milhão, alguns diziam que 1,5 milhão, eram escravos, isto é, em cada quatro brasileiros, ou habitantes do Brasil, um pelo menos era escravo. A população de todo o Brasil, pois, era o que hoje é a população da cidade de São Paulo, se uma considerável parcela dela, entre um terço e um quarto, fosse constituída de pessoas que não tinham a condição nacional e, depois, nem a condição da cidadania.

A outra parcela da classe dominante era de senhores de terras e de servos, isto é, aquela que exercia a propriedade nas condições feudais, submetidos os trabalhadores às obrigações peculiares ao servo. Eram particularmente as áreas que produziam para o mercado interno, em que as relações feudais se haviam implantado desde o início de sua ocupação, como na Amazônia, ou no sertão nordestino, ou no sul pastoril, ou haviam surgido na etapa de decadência econômica, com a derrocada da produção para o exterior, e este era o caso, particularmente, da antiga zona mineradora, cuja decadência contrastava dolorosamente com o esplendor que conhecera na passagem da primeira para a segunda metade do século 18, agora entregue a uma agricultura de subsistência de baixíssimo nível e a um pastoreio também inexpressivo do ponto de vista econômico e apenas extensivo. Essa área passou a ser uma daquelas em que as relações feudais mais se alastraram e aprofundaram: os senhores viviam da situação de proprietários da terra, auferindo a contribuição dos servos, em trabalho ou em espécie. Entre proprietários, parentes e aderentes a classe senhorial, escravista ou feudal, representava da ordem de 300 mil pessoas, numa estimativa razoável.

Abaixo da classe dominante senhorial, vinha a camada média, gerada particularmente com a mineração, e que seria a precoce e peculiar pequena burguesia brasileira, que antecede a burguesia em seu aparecimento histórico, no nosso caso, camada constituída por todos aqueles que não eram senhores mas não eram também

escravos ou servos: pequenos comerciantes, pequenos proprietários de terras, funcionários, padres, militares, artesãos de diversos ramos. Esta camada era muito mais numerosa nas cidades do que no campo, e não deixaria de crescer, com a autonomia, e em particular pelas necessidades ligadas à organização do aparelho de Estado, cujas peças era necessário prover. O artesanato, que alcançara um desenvolvimento apreciável, no século 18, apesar de algumas interdições – a da atividade dos ourives, a das atividades de imprensa, a da atividade de vestuário –, sofreria dois profundos golpes, que lhe estagnariam o desenvolvimento: o aviltamento do trabalho físico, do trabalho manual, proveniente do escravismo, mas, e principalmente, a franquia do mercado aos produtos elaborados vindos do exterior, que estiolou as condições que poderiam permitir o ressurgimento artesanal e, conseqüentemente, a ampliação da camada média com uma contribuição ligada ao trabalho físico. Só na província de São Pedro do Rio Grande do Sul houve, na realidade, passado artesanal, ligado à colonização germânica, iniciada em 1824, e por força de condições peculiares àquela zona do país e não repetidas em outras, a não ser em dimensões secundárias, praticamente inexpressivas. Mas as atividades intelectuais, pertinentes aos homens livres, estas se desenvolveram depressa: os cursos jurídicos aparecem um lustro após a autonomia, e outros cursos surgirão em seguida, fornecendo quadros às atividades liberais e ao aparelho de Estado. Aparecem, desde logo, com a marca classificadora de distintas do trabalho físico, e enobrecedoras por isso mesmo.

Vinham, depois, em escala descendente, os servos e os escravos, em que se recrutariam os elementos marginais, como em parcelas da camada média, que vão constituir as sobras urbanas, a que o recrutamento militar, pelos processos brutais do tempo, vai dedicar as suas atenções. Porque é entre essa gente flutuante, que se aglomera nas áreas urbanas, sem se integrar nas atividades que definem tais áreas

e lhes dão fisionomia específica, que serão encontrados os que, arrebanhados como animais, e à força, na regra dos casos, constituirão as fileiras militares, em terra e no mar. Salvo, evidentemente, no que diz respeito à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde todos eram soldados natos, e as atividades das armas, nas fileiras, não envilecia, como nas outras áreas do Império. E os quadros da oficialidade surgiram, em maioria absoluta, da camada média, que se realizava dessa maneira. E nem estes tinham *status* social superior, muito ao contrário. Oficiais e soldados e marinheiros eram permanentes, embora a legislação previsse duração para o serviço dos praças, não se distinguindo, como hoje, nesse particular, mas apenas quanto à camada social em que eram recrutados. A presença do mercenário, por outro lado, recrutado nas suburras europeias, mais contribuiria para aviltar a profissão das armas. Em condições normais, a classe dominante não necessitava do aparelho militar para impor a sua dominação de classe: só na tarefa repressiva que exerceu quando das rebeliões provinciais houve essa necessidade, porque naquelas rebeliões a luta de classes se manifestou. Daí a sua subestima pela atividade militar. A classe dominante não se tornou dominante pela violência e, ao tempo da autonomia, não tinha ainda necessidade da violência sistematizada para manter-se.⁴

É evidente, pois, que a organização militar que o país vai conhecer, quando da autonomia, reflete as condições sociais e a dominação da classe senhorial. Esses reflexos estão presentes sob as aparências formais que a organização apresenta: ela imita modelos e padrões externos, realmente, mas essa não é a essência da organização militar. Imita padrões disciplinares, mas obedece a outros, completamente diversos, aqueles que derivam da situação real e concreta. Imita padrões de combate, mas é forçada, em várias ocasiões, às condições que a realidade impõe e cuja aceitação é obrigatória, fugindo completamente aos regulamentos. Imita tipos de formação, de paz

e de combate, mas respeita apenas em certa medida esses tipos, e eles assumem traços inequívocos de frouxidão, entre nós.

Se a situação posterior à autonomia era grave, por força da crise econômica, enormes eram as tarefas a enfrentar, sem a solução das quais não apenas o país mas a classe dominante corriam sérios riscos. Entre aquelas tarefas, algumas exigiam o emprego da organização militar, e o país estava praticamente desprovido dela: em primeiro lugar, levar o exercício da autoridade a todos os recantos da imensidade geográfica do Brasil, com vários focos de turbulência, alguns já na fase da rebeldia declarada; em segundo lugar, como prolongamento de situação herdada da fase colonial, fixar a posição do Império na zona platina conflagrada. Eram tarefas para as quais o Estado brasileiro, em sua gestação, não estava preparado: não dispunha dos meios materiais para montar o aparelho militar indispensável à solução de tais problemas. Quando d. Pedro, ainda na regência, escreve ao pai, já em Portugal, que se encontra na situação de simples governador da província em que tinha sede a sua corte, afirmava uma verdade. Sua autoridade não era reconhecida no resto do Brasil; e seria necessária muita luta para que fosse reconhecida, mesmo depois da autonomia. Enquanto isso, o problema platino persistia no palco.

Há, nesse quadro em que se conjugam tantos aspectos negativos, pelo menos um positivo, que permite bastante desafogo à classe dominante senhorial, em suas tarefas: a aliança externa dispensa os esforços no sentido da defesa militar do litoral, isto é, as perspectivas de ataque por mar, vindo de inimigo poderoso e distante, como tantas vezes ocorrera na fase colonial, são remotas, há bastante tranquilidade a esse respeito. E as forças navais organizadas ao improviso das necessidades mais prementes, que não esperam por melhores tempos e, portanto, por soluções mais adequadas, atendem ao inimigo interno, o inimigo de classe, do ponto de vista

da classe dominante, que surge, por toda a parte, das rebeliões ditas provinciais, que se repetem e que se alastram, que se sucedem e que se agravam e se prolongam. E são, por isso mesmo, obrigadas a lançar mão de personagens estranhos ao país, aqueles almirantes ou comandantes de navio ingleses, que passam, estranhamente, a constituir uma espécie de almirantado brasileiro.⁵

A ESTRUTURA MILITAR SULINA

Quando os paulistas incursionaram pelo Sul, na atividade de apresamento, toda a área colonial sul-americana pertencia a uma só metrópole, não encontrando outro impedimento do que o oferecido pelos jesuítas, que aldeavam a indiada em suas reduções. Mas a situação que se apresentou, quando a Inglaterra, utilizando as forças portuguesas, empreendeu a tentativa de romper o monopólio espanhol no Prata, era inteiramente diversa, abrindo-se a longa fase de conflitos sulinos que deixou indecisas por muito tempo as fronteiras coloniais e, depois, as imperiais. Em 1680, como ficou dito, surgiu, no estuário platino, a Colônia do Sacramento e, em 1687, os jesuítas transpuseram novamente o Uruguai, iniciando a organização dos Sete Povos de Missões.

A Colônia do Sacramento representava praça adrede organizada para exercer o contrabando, neutralizando a ação fiscalizadora e centralizadora de Buenos Aires.⁶ Tal função deveria ser vista sempre como ameaçadora pela Coroa espanhola, que não recuaria diante de sacrifício algum para neutralizá-la ou lhe dar fim com a destruição daquela praça.⁷ E a área dos Sete Povos de Missões, de seu lado, representava a ameaça que os espanhóis apresentavam ao domínio português no sul.⁸ Por trás das ações oficiais lusas, entretanto, estava o interesse inglês em penetrar o vastíssimo mercado platino, e assim a Coroa de Lisboa tinha condições navais que lhe permitiam lançar-se a uma empresa aparentemente fora de suas forças.⁹

As correrias em busca do gado que crescia livre na campanha eram antes desimpedidas. Nem lhe disputavam a posse o particular, que só pretendia o couro, nem o Estado, que, sendo dominador único de todas aquelas terras, estava despreocupado de traçar limites políticos. Com a separação dos dois reinos peninsulares, o problema assumia aspectos inteiramente novos: eram de origem nacional diversa os disputantes do gado, eram duas as metrópoles que disputavam o território, no desejo de ampliar suas posses. E terceiros, disputavam o comércio, em área que abria as portas a grandes mercados.¹⁰

Em 1692 reverte à Coroa lusa a donatária dos Assecas e, já no ano seguinte, Arzão descobre ouro em Caeté, iniciando uma fase nova na história colonial. Em 1705, Portugal perde a Colônia do Sacramento, não desistindo, porém, de lutar pelo seu restabelecimento: o Tratado de Utrecht põe fim às hostilidades entre lusos e espanhóis e, em 1715, acordo entre as duas Coroas possibilita a restituição da Colônia do Sacramento a Portugal. A migração estava em pleno desenvolvimento, e se desdobraria com as descobertas auríferas de Goiás e de Mato Grosso. Em 1726, os espanhóis fundavam Montevidéu, para neutralizar a ação desenvolvida pela Colônia do Sacramento, atacada em 1735 e novamente ocupada pelos espanhóis em 1737, ano em que Silva Pais funda o forte do Rio Grande, começa a conceder sesmarias nas proximidades e aparece uma organização militar tradicional, o Regimento de Dragões que, deslocado para Rio Pardo, vigiará na direção de oeste, cobrindo o Viamão, fundado em 1747. Dois anos depois, começam a chegar ao Continente os primeiros casais açorianos, que ocuparão o litoral marítimo e o litoral lagunar; em 1750, o Tratado de Madri entrega a Portugal os Sete Povos de Missões, em troca da Colônia do Sacramento. Em 1752, funda-se o Porto dos Casais e, em 1756, ocorre a Guerra Guaranítica, que culmina não apenas com a ocupação militar dos Sete Povos de Missões,

mas leva à expulsão dos jesuítas, em 1759. A mineração brasileira atinge o seu apogeu e, com isso, as relações comerciais com o Sul, particularmente pela necessidade de gado, desenvolvem-se. Em 1761, um distrato rompe o acordo firmado em Madri 11 anos antes e, no ano seguinte, 1762, Cevalos invade a capitania, indo até Santa Catarina. Em 1776, cria-se o vice-reinado do Rio da Prata, organizado no ano seguinte, quando também as cortes de Lisboa e Madri firmam o tratado de Santo Ildefonso: Portugal perdia a Colônia do Sacramento e também os Sete Povos de Missões, a maior parte da campanha passava a domínio espanhol. Todas essas flutuações mostram como a área sulina permaneceu disputada por longo tempo, teatro de continuados e cruentos combates, presa constante da inquietação, exigindo estrutura militar que assentaria na própria população, para acudir às suas necessidades, independentes de modelos externos e inteiramente subordinada às condições do meio.

Com a destruição das reduções jesuíticas, no século 17, os rebanhos de suas estâncias espalharam-se pela campanha e se multiplicaram à lei da natureza. "Os cavalos e éguas, além das quantidades provenientes da introdução jesuítica, ainda tiveram como introdutores os índios cavaleiros - charruas, minuanos e afins que passavam suas cavalcadas para os pampas do Sul, constituindo na Banda Oriental grandes focos de disseminação de sementais equinos".¹¹ "A tribo dos charruas - diz o mesmo informante - é a mais forte e belicosa de todas. Têm eles estatura média, cor amarelada, parecendo coberta de fumaça; de olhos pequenos e vivazes, e de agilidade incrível na corrida e na luta, podem competir na carreira com os cavalos mais velozes e segurá-los e montá-los sem freio, mantendo-se firmes por mais que o animal corcoveie e procure lançar ao chão o cavaleiro. Tem uma expressão selvagem, que não revela sentimento algum, pois as maiores dores e mesmo a morte eles a recebem sem queixa nem manifestação de sentimento."¹²

É sobre essa riqueza até então desprezada, o gado vacum e cavalos, disperso na campanha, que se atiram os paulistas, quando o mercado minerador torna esses bens mercadorias, conferindo-lhes valor. Abrem-se roteiros para o Sul, a começar com o de Cristóvão Pereira, ligando a Laguna à Colônia do Sacramento. Surge a larga etapa das invernadas, quando o tropeiro está interessado apenas no gado, vindo arrebanhá-lo na campanha para conduzi-lo a São Paulo e às minas. Paralelamente, pelas necessidades ligadas à defesa da Colônia do Sacramento, a iniciativa oficial começa a estabelecer núcleos de ocupação e de povoamento, a distribuir sesmarias e desse movimento, sucedendo à etapa das invernadas, surge a etapa da estância, na medida em que as pastagens começam a ser apropriadas e disputadas. Fundem-se os interesses oficiais e particulares e fundem-se as contribuições humanas, a do tropeiro ou do estancieiro em início e a do comerciante ou do agricultor, que a colonização açorita fixa no litoral marítimo e no litoral lagunar, e as populações crescem, misturando as suas contribuições, com a participação do indígena.

Aparecem os tipos que dão fisionomia à região. "Os peões são recrutados entre os desertores de tropas, índios fiéis e, mais tarde, também entre os pretos." (...) "A atividade ininterrupta ao ar livre, a movimentação violenta, deu-lhes uma agilidade incomparável, principalmente no montar, mas, por outro lado, adquirem hábitos de brutalidade e selvageria que quase os identifica aos bárbaros charruas que foram expulsos destas paragens." (...) "Não se lastimam do sofrimento próprio, nem se comovem com o alheio, o que lhes aumenta a audácia e intrepidez nas guerras. Não gostam de trabalhar e de servir mas muitíssimo de bebida, jogo e de mulheres". (...) "Mal a criança tem oito dias, é levada pelo pai ou pelo peão a passeios a cavalo e assim continua até chegar à idade de poder andar só, em seu cavalo."¹³

É uma população pobre: "Têm quase por único alimento o churrasco de carne mal assada, às vezes sem sal, como entre os charruas, e os utensílios de cozinha não passam de um barril com água, que tomam em quantidade excessiva, uma vasilha de cobre que serve também para ferver água, e que só usam os mais abastados como bule para ferver o chá de mate ou do Paraguai. Além dos trajos domingueiros, não têm eles mais do que algumas cobertas de lã que servem, juntamente com os ponchos, para fazer a cama em que dormem.¹⁴ Estes são os peões, porque há, ainda, os elementos nômades, que andam de rincão em rincão, descompromissados com o trabalho, desligados de qualquer atividade sistemática, os chamados *gaudérios*: "Nas *pulperias* ou *vendas* onde chegavam, fazendo roda de gaúchos, tocavam e cantavam ante eles que lhes ofereciam bebidas e presentes. Eram dados a aventuras amorosas, seduzindo mulheres e meninas que não resistiam a esses aventureiros, de cabelos que caíam em cachos do chapéu espanhol de abas largas, cabeção de rendas, peito aberto, faixa vermelha, botas curtas de canhão de que pendiam grandes esporas, muitas vezes ostentando cingida à cinta uma grande e velha espada espanhola. E as mulheres, vivamente impressionadas, seguiam-nos para as selvas esconsas. Viviam aqui primeiramente explorando o gado cimarrão e, na falta deste, o gado manso que laçavam, vendendo-o aos brasileiros vizinhos. Dedicavam-se também ao roubo de escravos, que seduziam com promessas. E se o proprietário lesado exigisse a devolução do roubo que haviam praticado, arriscava-se a ser saqueado, maltratado e, até trucidado por esses vagabundos que se uniam em defesa própria. Infrutíferas as diligências que faziam os governadores no intuito de reprimir esses atentados, pois, sem pouso certo, perambulando pelas campanhas, evitavam o choque das patrulhas ou, quando numericamente mais fortes, enfrentavam-nas, ousadamente."¹⁵

864 886

UNICAMP

Rua 155 - JCH

Formavam-se, e muitas vezes se fundiam, duas sociedades de características diversas: "Enquanto os açorianos se agrupavam em comunidades, repartindo-se em povoados regulares, uniformes pelo traçado das ruelas e das praças, sob a invocação de seus velhos oragos, à orilha dos rios e das lagoas, a... *campanha* era o teatro das correrias dos aventureiros paulistas e portugueses, entregues à caça de numerosos rebanhos de gado bravo."¹⁶ Assim surgiram as *arreadas*: "Formou-se, mercê das circunstâncias, uma classe numerosa de aventureiros que abandonando a existência afanosa da labuta agrícola, entregava-se ao nomadismo, sedutor da preia de gado nas linhas de fronteira. Desde 1780, havia charqueadas no continente. Para abastecer tais empresas, ou para o aproveitamento do couro das reses, grupos de colonos, fugindo da vida policiada, erravam pelos campos, sem pouso certo, enriquecendo-se com a rapinagem dos armamentos. A essa indústria chamavam *arreadas*."¹⁷

"As *arreadas* de gado no Rio Grande foram sempre permitidas - escreve Rego Monteiro - e muitas vezes aconselhadas pelos governadores, como se deu com J. Marcelino, em sucessivas cartas para Rafael, de 24 de outubro, 10 de novembro, 12 de dezembro de 1774."¹⁸ J. J. Vertiz, em 1774, queixava-se ao governador do Rio Grande contra essas operações arrasadoras: "Viamão, Rio Pardo e esta banda meridional do Rio Grande e Jacuí foram, até hoje, o refúgio de quantos delinquentes correm pelos campos de Missões e território de Montevidéu, Maldonado, Soriano e Vacas, penetrando também os de Santa Fé e Corrientes, com o iníquo objeto de roubar os gados vacuns, cavalhadas e eguadas das estâncias situadas nesta parte oriental dos rios da Prata, Uruguai e Paraná."¹⁹ Não admira que as *arreadas*, finalmente, constituíssem operações militares, realizadas em obediência a determinados propósitos: "O assalto de São Martinho iniciou a reação metódica portuguesa na obtenção das terras que considerava suas, começavam a ser executadas as ordens

da metrópole, através do vice-rei que, em suas cartas de outubro, para Bohn, insistia pelo ataque imediato da vila do Rio Grande, antes de chegarem reforços aos espanhóis, que se preparavam em Espanha."²⁰

Mais do que isso: a metrópole, pelos seus agentes, começou a pretender participar dos lucros das arreadas, como se fossem operações regulares, suscetíveis de tributação: "Rematou o ano a carta de Lavradio, de 18 de dezembro, para o brigadeiro José Marcelino, tornando-o responsável por não se terem repartido as presas feitas no Continente de São Pedro durante a guerra finda, de acordo com as prescrições estabelecidas. Ora, quando foi da fase difícil para Portugal, antes da tomada do Rio Grande, era preciso tudo facilitar, a estimular o ardor dos combatentes, com promessas de recompensas, e nesse sentido expediu Lavradio, em 3 de dezembro de 1774, *bando*, tratando das presas. Até essa época, recolhia-se o apresado às repartições da Fazenda que, em espécie ou dinheiro, prelibava do quinto, distribuindo o restante pelos que a tivessem feito, obedecendo porcentagens variando com os postos ou funções. Para melhor estimular as tropas, resolveu Lavradio dispensar o *quinto* que pertencia à Fazenda Real e, mesmo guardando para ela o material de guerra apresado, que até então era só a ela adjudicado, resolveu pagar 20% do valor desse material aos apresadores." (...) "E das presas da tomada de Santa Tecla e subsequentes correrias, o que era material de guerra foi conduzido para Rio Pardo, o gado entregue aos contratadores de carne, por preços já convencionados, e os cavalos distribuídos entre os apresadores."²¹ Por isso mesmo, da conquista das Missões, um historiador militar poderia escrever: "Assim, um punhado de aventureiros conseguiu aquilo que noutras emergências exércitos inteiros talvez não tivessem conseguido: a fronteira política ajustava-se agora à fronteira natural, constituída pela linha d'água de um dos maiores rios do Brasil, o Uruguai."²²

Lutava-se no Sul, assim, em primeiro lugar, pelo gado. Um relato dos mais antigos nos dá conta do problema: "Agora, darei parte a V. Ex. das campanhas do Rio Grande, Castilhos e Maldonado, que foi porto dos franceses, estão todos estes lugares em paz, que já não aparecem os estrangeiros a fazer courama, e só os prédios das aldeias dos padres castelhanos, chamados *tapes*, e estes fazem muito dano às campanhas do Rio Grande, impossibilitando as ditas pampas com grande imensidade de gado que levam para as aldeias, só a fim do dano que querem fazer a Sua Majestade, conduzindo o dito gado para outras campanhas que ficam da outra banda de um rio chamado Uruguai."²³ Silva Pais comunicava ao conde de Sarzedas, em 1735, que envidava esforços para "convocar alguns desertores que se pudessem juntos passar ao pampa e arrebanhar todos os gados para a nossa parte."²⁴

Já os tropeiros, em outra direção, haviam trabalhado no mesmo sentido: "Os rebanhos selvagens da zona abaixo da serra já não seriam suficientes para a procura e os estancieiros e tropeiros dirigem-se para os campos do planalto; afrontam as asperezas da montanha e abrem no seu flanco um novo caminho por onde possam conduzir as milhares de cabeças de gado da Vacaria do Norte, os rebanhos com que se surpreendera Cristóvão Pereira, quando, em 1731, subira pela primeira vez pela estrada de Sousa Faria, como refere em sua Prática."²⁵ Essa, era a atividade econômica a que a mineração, com o mercado que gerara, os obrigava: "Outro comércio se fazia na margem do Prata, a passagem de tropas de gado das Vacarias do Mar para as fazendas da vila da Laguna."²⁶

De atividade econômica, passaria a atividade militar o apresamento de gado: "Falhada a surpresa, resolveu Rafael, de acordo com as instruções, cortar os recursos aos espanhóis, e para isso enviou fortes patrulhas de aventureiros a arrebanhar todos os animais das cercanias, voltando essas partidas conduzindo cerca de 1.500

animais cavaleiros e 5 mil cabeças de gado vacum, vindo também aprisionados alguns índios e soldados dragões, e correntinos.”²⁷ A ação de Rafael Pinto Bandeira nas Missões era típica; foi ela repetida quando da invasão de Ceballos: “E por eles vieram as primeiras informações das forças de Ceballos, sua marcha para o ataque da Colônia do Sacramento, do reforçamento de Santa Tereza, não deixando de trazer seus esculcas o gado e cavalos arrebanhados nas estâncias espanholas da campanha de Montevideú, como era hábito na época, sendo todas as notícias transmitidas a Bohn em carta de 5 de junho.”²⁸

Em sua *Exposición*, Alvear referiu-se ao fato de que os campos rio-grandenses achavam-se cobertos de rebanhos que, desde logo, “passaram a aumentar as fortunas de nossos compatriotas e amigos”; as propriedades brasileiras viram-se despojadas de seus rebanhos, subindo as presas a cerca de meio milhão de cabeças, segundo informação idônea.²⁹ Assim, “muitos milhares de cabeças de gado que, durante a campanha do ano anterior, haviam sido enxotadas da província de São Pedro do Sul, agora pastavam nos campos gordos da Cisplatina, para consolo e alegre estímulo dos republicanos”.³⁰ O fenômeno se repetiria sempre: “O inimigo, para se defender, seria obrigado primeiramente a apanhar os cavalos que, segundo o costume da região, estavam soltos, espalhados nas vastas planícies, de modo que existia a maior probabilidade de cercarmos todo o acampamento e aprisionar todo o bolo, antes que os republicanos ficassem em condições de reagir eficazmente. Mal o marechal Braun colhera as necessárias informações, ia continuar a marcha; nisto, repentinamente, o comandante da cavalaria que nos acompanhava, o coronel Bento Manuel, declarou que não daria mais um passo para a frente sem que antes tivesse mudado de cavalos, substituindo os magros e miseráveis cavalos de nossos cavalarianos pelos bonis cavalos que já se lograra reunir na incursão à província Cisplatina”³¹

À luta pelo gado se sucede, evidentemente que misturando-se ambas muitas vezes, e até no tempo, a luta pelas pastagens. É que, ao longo das correrias pela campanha, e das lutas a que deram lugar as disputas pelo gado e pelo comércio platino, a região foi sendo progressivamente apropriada, estabelecendo-se nela a rede das estâncias. A distribuição de sesmaria alcançou principalmente o elemento militar, regular ou irregular, e este com destaque: "Do nosso lado, em razias repetidas sobre as guardas adversas, partiam algaras de cavalarianos, instigados pelos comandos da fronteira, inquietando os castelhanos, que respondiam com represálias a tais ataques. Foi em meio dessa intranquilidade, em plena luta de fato, que se iniciou a distribuição das terras. As extensas fazendas de sesmaria eram concedidas aos militares e soldados, que pediam baixa do serviço, ou ali permaneciam de armas na mão, prontos para novos alarmas e novas pugnas. Os próprios comandantes da fronteira encaminhavam as concessões, localizando-as, depois, com os práticos do terreno. Foram assim, militares e aventureiros que se fixaram nessa zona. Depois de cada campanha pacificadora, aumentava o número de estâncias. Já fora assim nas lutas de reconquista contra Ceballos, que povoaram o sudeste. A preamar da guerra, arrastando o povo em armas, deixava no seu recuo, com os destroços, em mais alguns pedaços de terreno integrados no território, novas sesmarias como recompensa de serviços."³²

O avanço e o apropriado eram sucedidos, repetidas vezes, pelo recuo e pelas perdas territoriais, de pastagens, de propriedades particulares: "A derrota do Rio Grande, como passou à história o trágico episódio de 1763, determinou o abandono voluntário ou forçado das estâncias, dentro dos limites ocupados pelo invasor, e o reflujo das populações que deixavam os seus lares para o norte do canal e principalmente para o Viamão, onde foi parar o governo espavorido."³³ Assim, de um lado, os avanços abriam perspectivas

de apropriação aos não possuidores, e os recuos obrigavam os despojados a lutar pela retomada de suas propriedades. Todos lutavam, conseqüentemente, por um objetivo direto; defendiam o que era seu ou aquilo de que pretendiam apossar-se. Os mais destacados socialmente, estâncias e rebanhos; os menos destacados, a presa variada dos embates, o cavalo principalmente, quando não outros despojos. Como militares, graduados ou não, confundiram sempre a luta militar com a sua luta privada. Na qualidade de militares, e em recompensa por serviços militares, é que se haviam tornado proprietários; como militares, deveriam defender o que lhes pertencia.

Silva Pais, de sua base no Rio Grande, distribuía aos seus comandados as terras próximas. Do lado do Rio Pardo, base do Regimento de Dragões e sentinela da direção Oeste, o mesmo ocorria, desde os primeiros tempos: "O Regimento de Dragões era uma fraca unidade. A longa campanha da demarcação o esgotara. Seus oficiais se iam transformando em estancieiros, sesmeiros que eram, em grande parte; os soldados não recebiam soldo por anos continuados, nem fardas e nem a farinha que lhes era pago em dinheiro".³⁴ A cada pausa, nova distribuição de terras: "cessa o estrépito das armas e os soldados, abandonando as fileiras, vão se transformar nos criadores de rebanhos, em estancieiros, organizando a própria fortuna e a do país, atirando-se denodadamente ao trabalho".³⁵ "À revelia do governador do Rio Grande do Sul, Rafael Pinto Bandeira, autoridade militar na zona conquistada, é quem faz a partilha das terras e aí se vão instalando os homens poderosos do Continente, oficiais de Dragões e de ordenanças, funcionários do Estado, simples praças das tropas de milícias - os amigos e os colaboradores do bravo chefe da fronteira."³⁶ "Como prêmios dos serviços prestados nas primeiras campanhas que tiveram por teatro as terras do Rio Grande, os oficiais da tropa, os primeiros Dragões e os alistados das fileiras de auxiliares iam recebendo as sesmarias de campos, onde

fundavam as suas estâncias.”³⁷ “Lindeiros de Rafael foram o major Rodrigo da Costa, oficial da infantaria do Rio de Janeiro e um dos auxiliares do general Bohn, que foi quem lhe outorgou a sesmaria, e Manuel Marques de Sousa, major do Regimento de Dragões, o qual teve sesmaria no arroio das Pedras.”³⁸ “Regressando a Porto Alegre, o capitão-general d. Diogo de Sousa, se não coberto de louros por vitórias alcançadas nos campos de batalha, engrandecido sem dúvida pela energia e dignidade com que enfrentou as asperezas de uma difícil empresa, lançada sobre os seus fortes ombros pela política dúbia, vacilante e sinuosa do príncipe regente, regressando à capital, repetimos, d. Diogo tratou logo de repartir os campos do quadrilátero Santa Maria, Ibicuí, Uruguai e Quaraí. Foram agraciados os seus amigos, colaboradores, civis e militares, de linha e milicianos: durante o ano de 1814 registraram-se muitas dezenas de sesmarias na região acima, então chamada de Entre Rios.”³⁹ Seriam infundáveis as citações.

Não é preciso, pois, nessa região devastada constantemente pela guerra, inserir nenhuma forma de estrutura militar: o problema militar, ali, é o cotidiano, o constante – é a própria substância da existência. Visitando o Rio Grande, depois da abertura dos portos, Luccock notará bem essa fisionomia peculiar: “Por tudo que já foi dito, pode-se concluir que os assuntos militares eram dirigidos energeticamente em São Pedro. Na realidade, a cidade é uma guarnição, sendo o governador seu comandante em chefe. Tem debaixo de suas ordens dois regimentos de linha, pertencentes um a Rio Grande e o melhor deles a São Paulo; possui, ademais, um corpo de cavalaria recrutado entre os estancieiros, e um regimento de milícia. Todo homem livre da região se acha alistado numa ou noutra dessas unidades, sendo que se conseguiria levantar uma força considerável em pouco tempo, numa qualquer emergência. A tropa camponesa e a milícia eram falhas em tudo, exceto em número; apareciam

em campo munidas de lanças e eram de fato capazes de apanhar o inimigo com maior perigo do que a que podiam desenvolver no uso do mosquete".⁴⁰

A tropa se constituía naturalmente, sem nenhuma transformação: a peonada se fazia presente nas fileiras, e o comando pertencia aos estancieiros: "O estancieiro era, em regra, um chefe natural e, desse modo, se impunha e dominava pela ascendência moral, que é a mais poderosa das forças dos condutores de homens." (...) "Com esse objetivo, os nossos maiores se arregimentaram e, desse modo, se fizeram soldados desde a primeira geração, sob o comando dos estancieiros e não raro por estes alimentados e armados, constituindo assim verdadeiras mesnadas de lanças fornidas, à semelhança dos contingentes dos barões feudais, com a diferença, porém, que a contribuição deste era obrigatória e a dos nossos espontânea e patriótica".⁴¹ A vida militar era apenas um aspecto da vida comum, uma de suas formas; a estância era a forma de reunião para o trabalho e para a guerra, e dela provinham, espontaneamente, a fileira numerosa da peonada como os quadros de chefia, e os comandos: "O espírito de subordinação ao chefe natural, o pai ou o patrão, o aguçamento de determinadas faculdades intelectuais, a sobriedade dos costumes, a resistência física, o trato das armas, o hábito das cavalgadas e rodeios, faziam do homem da estância um combatente excepcional. Se, por essas circunstâncias, a estância prepara gente apta para a guerra, a escola a melhorava ainda mais porque o patrão, o estancieiro, era, por sua vez, frequentemente, um antigo soldado".⁴² Quando tocava a rebater na campanha, o estancieiro vinha com toda a sua gente, a começar pela própria família: "À semelhança de um autêntico patriarca, o visconde de Cerro Alegre levava consigo, como oficiais de suas hostes, avultado número de parentes, um filho, 7 cunhados, 17 primos-irmãos e diversos primos segundos".⁴³ Eram chefes natos, de Pinto Bandeira a Osório e Andrade Neves,

passando por centenas de outros exemplos. Nem sempre faziam a guerra geral, a que tocava a todos, a que era reconhecida pelas autoridades do Império; frequentemente, faziam a guerra particular, de seus próprios interesses, para defendê-los ou aumentá-los, as célebres *califórnia*s.

A norma dos costumes acabou por dar formas quase estáveis, quase institucionais, a essa estrutura militar. Ela não se assemelhava, entretanto, à estrutura oficial e normal. Ao contrário: era uma tropa que tinha suas próprias regras, a sua própria disciplina, a sua própria hierarquia: "O soldado gaúcho do ciclo heroico da nossa história raramente era um profissional das armas. Nas campanhas que por aqui se decidiram, os contingentes de tropas regulares foram sempre insignificantes. Mais de três quartas partes do efetivo talvez das forças em operações eram sempre compostos de soldados de ocasião, de voluntários. Assinada a paz, não se deixavam ficar indolentes nos quartéis: voltavam à faina das estâncias, à espera de outra invasão, de novas ordens para expor a vida. Os comandantes, às vezes os próprios generais, eram paisanos, pertencentes a famílias abastadas, e em geral organizavam por conta própria seus batalhões e regimentos. Não existia entre chefes e subordinados a disciplina militar, como a compreendem e executam os técnicos de guerra."⁴⁴

Nem encaravam a disciplina os soldados como os regulares: assim como participavam da luta, dela se retiravam, segundo sua vontade, e nada os demovia desse procedimento. "Os desertores - conta Paula Cidade - chegaram a ser tão numerosos que não era possível processá-los. A deserção já não acarretava perigos, mas determinava lucros, pela venda do cavalo, levado no ato de desertar, com arreios e tudo."⁴⁵ Abreu, futuro barão do Cerro Largo, chefe estancieiro de grande prestígio, criou situação difícil, quando sua tropa se incorporou à de Barbacena, para enfrentar os argentinos: "Essa gente não tinha instrução militar suficiente. A disciplina dela

era a das guerrilhas. Pior de tudo: havia entre os homens de Abreu numerosos desertores dos corpos do exército ali presentes, cujos chefes entraram logo a reclamá-los, sem que o comandante em chefe encontrasse um meio de atendê-los, sem suscetibilizar o chefe que os abrigava sob seu grande prestígio".⁴⁶ A concepção que esses homens tinham da obediência era diferente da do militar profissional, as tropas regulares: "Não se julgava um soldado jungido inalienavelmente ao juramento de obediência, adstrita a sua atividade ao marasmo da caserna no tempo de paz. O continentino estava sempre pronto para enfrentar o inimigo, debandando as fileiras mal cessava o motivo que o fizera empunhar as armas".⁴⁷ Esse traço peculiar de indisciplina, no sentido ortodoxo da palavra, permanece ao longo do tempo: "A falta de uma disciplina rigorosa, avessa ao caráter rio-grandense, se faz sentir tanto na revolução de 1835 como na de 1893. O exército revolucionário não tem uma organização estável; frequentemente aumenta ou diminui, com a entrada ou saída de grupos que representam, a nosso ver, as diversas estâncias que tomam parte na luta. Por isso, essa instabilidade, essa temporariedade, evita sempre uma coesão, rigorosa, que mantenha todos os soldados unidos, como autómatos, sob a chefia militar."⁴⁸

As *arriadas*, o hábito da luta, as *califórnias*, a participação constante nos combates, e as vantagens que disso advêm para a peonada e para os senhores, na organização feudal da sociedade sulina, levam os costumes à barbárie insopitável, que se repete ao longo da história. Os exemplos são inumeráveis: "A luta terminou numa verdadeira hecatombe. Poucos foram os inimigos que escaparam à fúria dos soldados."⁴⁹ "(...) levou a perseguição aos fugitivos muito longe e, como não se dava quartel ao vencido, esse combate ficou assinalado como um dos mais sanguinolentos dessa guerra."⁵⁰ "O acampamento e tudo quanto nele havia foram incendiados. O saque, por ordem superior, limitou-se a pequenos volumes, para não

dificultar as marchas.”⁵¹ “(...) toda a campanha, num raio de mais de 80 léguas, foi talada e saqueada.”⁵²

Foram essas as forças irregulares que permitiram enfrentar o problema platino, quando se conjugaram os interesses do governo central, o da metrópole ou o do país autônomo, e os interesses dos senhores locais. Até a guerra com o Paraguai, e por motivos que serão discutidos a seu tempo, foi essa força irregular, cuja estrutura assentou na ordem social sulina, que assegurou a nossa presença no cenário do Prata. Sobre ela repousou, assim, até segunda metade do século 19, a segurança do Império; as tropas regulares, enviadas da metrópole ou do Rio de Janeiro, apenas reforçaram a tropilha gaúcha e foram por esta, em regra, mal vistas, inclusive o mercenário. Soldado por necessidade, vendo na luta militar uma atividade normal, de que lhe provinham vantagens, o gaúcho criou as suas formas de organização e preservou-as, fornecendo ainda grandes chefes, seja como condutores de homens, afeitos às campanhas, comandantes de cavalaria, seja como generais e coronéis formados nas fileiras regulares, levados ao Exército por vocação e vendo na atividade militar o traço de enobrecimento que a tradição sulina consagrou. Só aí, realmente, o soldado teve uma situação social definida e apreciada, pois em todas as outras zonas foi marginalizado, subestimado, quando não desprezado. Nas outras zonas, a tropa regular, que refletia um poder distante, não mereceu apreço, e as forças irregulares, de função transitória, atenderam sempre a interesses mais secundários. No sul foi o contrário que aconteceu, mas por força de condições que não se repetiriam fora de determinados limites geográficos, aqueles do pastoreio.

A ESTRUTURA MILITAR OFICIAL

Para a classe dominante colonial, empresária da independência, o grande problema estava em organizar um aparelho de Estado que

lhe refletisse o domínio e preservasse os interesses. O embrião desse aparelho de Estado fora montado sob a regência joanina: tratava-se de ampliá-lo, em condições de suprir a ausência da metrópole, que mantivera fora do Brasil os órgãos de cúpula, aqueles em que se definiam as decisões, só presentes quando da permanência aqui da corte bragantina. Uma das peças mais importantes desse aparelho de Estado seria, necessariamente, a militar. Ainda aí, apesar da autonomia ter se realizado contra Portugal, a parte estabelecida por d. João ficou mantida, como básica. O primeiro problema consistia na presença, e em posição de franca hostilidade, das forças metropolitanas que, no Sul, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Nordeste e no Pará, eram obstáculos à vontade do novo governante, embora príncipe português.

A estrutura militar oficial anterior à independência, e que, como estrutura, sobreviveu à independência, se caracterizava, entre outras coisas, pela discriminação contra os elementos nativos. Já a Inconfidência Mineira malograra, em parte, por isso: pela traição de três coronéis portugueses, Silvério dos Reis, Brito Machalheiro e Inácio Correia Pamplona. Não surpreende, pois, que os oficiais brasileiros, todos subalternos, fossem encarados como conspiradores em potencial. Nas rebeliões provinciais que antecedem a independência, a de 1817, por exemplo, a hostilidade de que era vítima a oficialidade brasileira deu lugar, de início, a violentos choques entre uns e outros, entre os oficiais brasileiros e os comandos e oficiais portugueses. É dessa época a representação do tenente-general Vicente Antônio de Oliveira a d. João no sentido de que não se concedesse aos oficiais brasileiros, servindo no Exército, posto acima de capitão e que fossem destituídos todos os que tivessem posto superior a este. Ia mais longe, propondo que os brasileiros fossem considerados inaptos para a promoção àqueles postos e que se estendesse tal critério aos funcionários civis. Tudo isso acarretaria profunda aversão do povo

aos militares, que se confundia com a aversão ao português, tão peculiar, necessariamente, às reivindicações nacionais naquela fase inicial. Monglave, depondo a respeito, refletiria a aversão do povo aos militares lusos: "Cada soldado português era um ladrão que, com a cooperação de seus camaradas e a tolerância de seus chefes, assaltava impunemente o desditoso cidadão."⁵³

Apesar disso, foram inúmeros os oficiais portugueses que permaneceram no Brasil, após o regresso da corte bragantina, e que acabaram por aceitar a independência, servindo nas forças militares que o governo do príncipe d. Pedro começou a organizar, os Soares Andréa, os Âncora, os Niemeyer, os Manuel Jorge Rodrigues, e tantos outros. Num total de 217 generais e brigadeiros relacionados como em serviço, após a independência, havia mais da metade de nascidos em Portugal.⁵⁴ A primeira tarefa consistia em expulsar do Brasil as forças militares portuguesas que se mantinham fiéis à metrópole. Desde os episódios do *Fico*, a Divisão Auxiliadora, comandada por Avilez, representava sério obstáculo à autonomia em rápido andamento. Para expulsá-la foi preciso apelar para as milícias e para o povo armado. Ante essa decisão, Avilez teve de deslocar suas tropas para o outro lado da baía, de onde seguiria destino, depois. A Divisão Naval lusa de Francisco Maximiliano de Sousa não pode desembarcar suas forças. D. Pedro confessaria ao pai, em carta: "No dia 9 do corrente, apareceu a esquadra; mandei-a fundear fora da barra, porque o povo está muito desconfiado de tropa que não seja brasileira." Posteriormente, impedidos ainda os oficiais de desembarcar, foi permitido o desembarque dos soldados desde que quisessem ficar e se alistar no Exército brasileiro: 894 deles aceitaram o alvitre. Para a Bahia, a fim de expulsar as forças do general Madeira, segue uma expedição: caberá a chefe também estrangeiro, Pedro Labatut, o comando dos brasileiros. Já Pernambuco conseguira expulsar o Batalhão de Algarve, com o ódio despertado desde a rebelião de

1817. O mesmo acontecera no Piauí, mas no Maranhão e no Pará houve necessidade de forças militares enviadas do Rio de Janeiro para alcançar a finalidade de excluir do território os militares lusos que resistiam à independência. No Pará, foram expulsos 83 oficiais lusos.⁵⁵ O antagonismo entre oficiais brasileiros e portugueses chegara a ponto intolerável: “São os militares portugueses – diz João Ribeiro – os que mais justificam e inflamam os ódios nativistas: grosseiros, soberbos e prepotentes, por toda parte vão semeando o rancor e a cólera.”⁵⁶

A Constituição de 1824 procurou definir as linhas gerais da estrutura militar oficial, obedecendo aos moldes coloniais que haviam estabelecido as três linhas: a primeira, composta da tropa regular e paga; a segunda e a terceira, compostas de milícias e ordenanças, simplesmente auxiliares e gratuitas. Daí as três categorias militares, exército, milícias e guardas policiais, com efetivo fixado anualmente e, ainda, fixado anualmente o processo de recrutamento. O Exército destinava-se a defender as fronteiras e nelas estacionar; as milícias incumbiam-se de manter a ordem pública nas comarcas, dentro de cujos limites permaneceriam, sendo eletivos e temporários os seus oficiais, a exceção dos majores e ajudantes; as guardas policiais eram encarregadas de fornecer a segurança dos indivíduos, perseguindo e prendendo os criminosos. Só em casos de rebelião ou invasão estrangeira poderia o governo desviar tais tropas de seu mister privativo, submetendo ao exame da Assembleia Geral, porém, as circunstâncias determinantes. As deficiências dessa organização saltavam aos olhos e estavam ligadas ao desejo de acomodar-se aos modelos coloniais.

“Criando instituições administrativas profundamente centralizadoras – escreve Tobias Monteiro – o projeto, ao mesmo tempo, punha a força quase fora do alcance da autoridade central, como se houvera propósito, aliás contraditório, de cercar-lhe o poder. Tal intento levava-o ao excesso de formar um corpo de oficiais eletivos;

instabilidade dos métodos de recrutamento, variável cada ano ao sabor das legislaturas e de suas inspirações políticas; à diversidade de composição e instrução da tropa, nociva à eficácia de operações militares de grande vulto." Detalhando, adiante: "Obrigando todos os brasileiros a pegar em armas, para sustentar a independência e a integridade do império, e defendê-lo dos inimigos internos e externos, a Constituição conservou a força de terra e mar existente, até que a Assembleia Geral a aumentasse ou diminuísse, e deixou para ser regulada por ordenança especial a organização do Exército e da Marinha, seus soldos, disciplina e promoções. Projeto e Constituição foram acordes em três pontos essenciais para garantia da própria existência da força pública e da sua eficácia: em ser ela "essencialmente obediente" e não poder congregarse como corpo deliberante; em ser-lhe jamais permissível reunir-se sem ordem da autoridade legítima; em assegurar as patentes dos oficiais, delas só privados por sentença passada em julgado no juízo competente."⁵⁷

A Constituição devia ser jurada também pelas províncias, e é interessante observar as ressalvas feitas na Bahia, quando ali foi prestado o compromisso: "Apenas fizeram duas reservas, a respeito da vitaliciedade dos Conselheiros de Estado e da faculdade dada ao poder Executivo de remover a tropa de segunda linha. Deliberou-se requerer que só em caso de perigar a independência e integridade do império fosse permitido retirá-la dos seus distritos."⁵⁸ Tal reserva mostra como as forças militares de segunda linha eram muito mais dependentes dos poderes locais do que do poder central, como refletiam muito mais os interesses dos senhores de terras e de escravos, seus titulares aliás, do que os interesses gerais e nacionais. Tais forças tinham tido papel importante nas lutas da independência, quando tiveram de sair do Brasil cerca de 14 mil soldados portugueses.

Decreto de 1º de dezembro de 1824 determinava a organização da tropa, repartindo-a em 1ª e 2ª linhas. Naquela, as armas eram

infantaria, cavalaria e artilharia, contando a infantaria com Batalhões de Granadeiros e Batalhões de Caçadores, em número de 4 os primeiros e de 27 os segundos; os mercenários apareciam na organização dessa arma e do Exército, com 4 batalhões, 2 de Granadeiros e 2 de Caçadores; eram 7 os regimentos de cavalaria; eram 17 os corpos de artilharia, 12 de Artilharia de Posição e 5 de Artilharia Montada. Apareciam nessa organização, em que figuravam os nomes e números antigos e os nomes e números que passavam a ostentar, unidades tradicionais, como o Regimento de Dragões do Rio Pardo, e unidades singulares, como os batalhões de libertos. Na 2ª linha, a artilharia aparecia apenas como previsão, mas a infantaria compreendia 4 Regimentos de Infantaria e 52 Batalhões de Caçadores, e a cavalaria compreendia 26 Regimentos de Cavalaria Ligeira. Observação final prevenia, contudo, que a tabela, como chamava a esse quadro, “terá o seu devido efeito gradualmente, ao passo que crescerem nas províncias a população, as finanças e a necessidade da defesa, ficando a cargo os governadores das Armas e presidente darem conta a Sua Majestade Imperial sobre aqueles objetos, para o mesmo Augusto Senhor deliberar como achar justo.” Isso equivalia a considerar a organização como projeto e não como execução.⁵⁹ Mesmo as unidades de 1ª linha contavam só com o casco; as de 2ª linha, para operar nas comarcas, isto é, para corresponder aos seus fins, mais políticos que militares, tinham estrutura mais real.

Na estrutura regular, e assim só poderia, e com enormes concessões considerar a 1ª linha, figuravam com destaque as tropas mercenárias, cuja primeira unidade foi criada em 8 de janeiro de 1823, quatro meses após a proclamação da Independência. Outras foram organizadas depois, à medida que iam chegando da Europa os elementos necessários, enviados por agenciadores, entre os quais destacaram-se Schaeffer e Cotter, que prometiam futuro dourado aos que aceitassem vir para o Brasil, e cujo cumprimento sempre

foi esquecido, fazendo com que a maioria admitisse vir como emigrante, seduzida por concessões de terras. "Refugos de tropas dissolvidas, nobres arruinados, aldeões simplórios formaram as levadas que o dr. Schaeffer enviava para servir no Exército brasileiro", esclareceu um ensaísta. "A permanência dos mercenários nos corpos de tropa - acrescenta - era um tanto arbitrária, sem prazo certo, de maneira que os reengajamentos se sucediam e a ocasião de obter terras e praticar a lavoura nunca chegava. Além de muitos desses estrangeiros estranharem o clima, o serviço era pesado e os regulamentos extremamente rigorosos, sendo frequentes e ignóbeis os castigos corporais."⁶⁰ A crônica desses mercenários foi feita por alguns oficiais estrangeiros, como Seidler e Seweloh, entre outros, mas também por escritores nacionais, que situaram as perturbações de que participaram. Nem é de se desprezar, para o estudo do seu papel, o depoimento dos chefes militares brasileiros que os tiveram sob suas ordens. Era uma escória militar.

O chefe militar estrangeiro era já conhecido entre nós. Muitos deles tiveram função destacada, desde Bohn, cuja aspereza e interferência em assuntos administrativos e políticos provocou constantes atritos com as autoridades provinciais, no sul, passando por Labatut, que comandou as forças que expulsaram os portugueses da Bahia; Lecor, que teve papel nas lutas da Cisplatina; Brown, que seria uma espécie de chefe de Estado-Maior de Barbacena, nas guerras com as Províncias Unidas do Rio da Prata. O Império, em seus primeiros dias, instituiu, porém, o sistema de unidades inteiras recrutadas no estrangeiro, com oficialidade estrangeira, comandadas por estrangeiros, e apenas enquadradas no conjunto das forças brasileiras. O papel que tiveram nas lutas externas foi insignificante. Barbacena escreveu deles o seguinte: "Ajuntarei mais a relação número 3, com o nome dos alemães que voltam para a colônia de São Leopoldo e tinham vindo para o Exército como voluntários. Esses homens,

velhos e estropiados, e sobremaneira viciosos, nunca prestaram serviços e foram o maior obstáculo aos movimentos do Exército, porque era mister fornecer carretas para eles, ou como doentes, ou como inválidos." Dos estrangeiros que vieram servir ao Brasil, raros os que, como Mallet, Leverger e uns poucos mais salvaram-se do desastre total. Mas se, nas guerras, eram elemento secundário, na repressão política constituiriam peça importante: atuaram em Pernambuco e mesmo contra os farroupilhas. A campanha contra Rosas assistiu, praticamente, ao fim da participação dos mercenários em nossas forças terrestres.

Para o Império, trata-se, em primeira urgência, de organizar a Marinha, pois as ligações com as províncias se faziam por via marítima, e o problema essencial era levar o exército da autoridade central a todo o território, na fase crítica que a mudança de situação política abria e que se prolongaria por toda a primeira metade do século 19. A retirada da corte bragantina provocará o deslocamento da maior parte dos navios e das forças navais. Foi José Bonifácio, realmente, quem lançou as bases da Marinha, tomando as primeiras medidas destinadas à criação de uma força naval capaz de atender às múltiplas necessidades que se apresentavam, de caráter imperioso e urgente. E, ainda aqui, a solução esteve no mercenário. Ao ministro Luís da Cunha Moreira, titular da pasta, caberiam o esforço administrativo e medidas organizativas, mas a força militar teria feição inteiramente desprovida de caráter nacional. O material existente era mínimo, embora se tivesse realizado - era o tempo do navio de madeira e a vela - muita coisa no terreno da construção de barcos. De Londres, Barbacena aconselhava a contratação de marinheiros estrangeiros e indicava, para organizar a Marinha, um almirante que residia no Chile e que prestara serviços na campanha de libertação das antigas colônias espanholas do jugo da metrópole, Cochrane. Já estavam a serviço do Império Taylor e Grenfell. Outros viriam depois. "Os

navios eram mal-armados e os marinheiros, mal pagos, eram quase todos portugueses, gente da pior classe, verdadeiros refugos da navegação mercante”, depõe um ensaísta.⁶¹

Contratados aqui ou fora, direta ou indiretamente, vindos da Inglaterra ou do Chile, chegaram os homens a quem o Brasil entregaria os comandos navais: *lord* Thomas Alexander Cochrane como primeiro-almirante; o norte-americano David Jewett, como capitão de mar e guerra; John Taylor, Thomas Sackville, Crosbie, James Thompson e James Norton, como capitães de fragata; Benjamin Kelmare, como capitão-tenente; e John Pascoe Grenfell, Jayme Sheperd, Estevam Carlos Cleuly, Jorge Manson, Guilherme Eyre, John Rodgers Gleddon, Francis Cleare, Vicente Jorge Chrofton, James Nicoll, Samuel Chester, Rafael Wright, Samuel Gillet, e Jorge Clearence, como primeiros-tenentes; Adrian Rendrick Mynson, Charles Watson, Guilherme James Inglis, Duncan Macrights, Ambrose Charles, Jorge Cowan, Charles Mosselen, José Litscostan, Charles Xell e Jorge Brown, como segundos-tenentes. Foram contratados na Inglaterra 500 marujos e aceitaram, como grumetes e marinheiros, escravos oferecidos pelos senhores, “abonando-se a estes as competentes gratificações”.⁶² Com a Independência, havia aderido à causa brasileira, a maioria da oficialidade lusa da Marinha, 4 Almirantes, 6 capitães de mar e guerra, 21 capitães de fragata, 18 capitães-tenentes, 16 primeiros-tenentes, 28 segundos-tenentes, 18 Guardas-Marinhas, além de vários cirurgiões. Como material de guerra, dispunha a Marinha de 6 naus, 3 fragatas, 2 corvetas e 3 brigues, cujo estado geral era péssimo. Era esse acervo, precário “que Cochrane vinha comandar, para estabelecer as condições militares de domínio da corte do Rio de Janeiro sobre a enorme extensão territorial do Brasil, com as províncias convulsionadas”.⁶³

Essa a estrutura militar oficial que o Império monta para enfrentar as gigantescas tarefas que se apresentam, numa fase de grave

crise, quando a situação econômica é gravíssima e a situação política a reflete, deflagrando, logo depois da autonomia, a luta que ela detivera, pelo objetivo comum da separação da metrópole.

Alcançado esse objetivo, e na medida em que o centro, com a classe senhorial a montar o seu aparelho de Estado, envidasse esforços para modelar o país segundo os seus interesses, cuja finalidade essencial consistia em alterar a estrutura colonial no mínimo possível. Para enfrentar o perigo interno, mais sério do que o externo, embora este também estivesse presente, era necessário recorrer ao estrangeiro. Para montar a estrutura militar, era imprescindível recorrer aos aliados de fora: "A obtenção de recursos para sustentar forças em pé de guerra e talvez entrar em operações bélicas mais ou menos demoradas, dependia de obter-se em Londres um empréstimo, negociado por Gameiro e Caldeira Brant, delegados do Brasil para negociarem o reconhecimento da Independência."⁶⁴ Veio o empréstimo - primeiro de uma longa série. Vieram as tropas. Vieram os chefes. Na luta externa, na disputa pela Cisplatina, a classe senhorial transigiu e perdeu. Na luta interna, porém, foi intransigente, levando a repressão aos mais extremos limites, sufocando a ferro e fogo os focos de rebeldia, subordinando as províncias e as classes aos seus preceitos. Prestou, assim, mais um serviço, o seu último serviço, o da unidade. Pagamos por ele um alto preço; foi, na realidade, uma vitória amarga.

LUTAS EXTERNAS E INTERNAS

O processo da Independência brasileira parece ter sido pacífico, e as histórias oficiais só mencionam, a esse respeito, as lutas na Bahia, contra as forças portuguesas ali estacionadas, encerradas com o 2 de julho. Embora aquele processo não tivesse assumido, como na área espanhola, o caráter de guerra civil, em que as contradições de classe repontaram, por vezes com aspectos profundos e graves, a verdade

é que foi tormentoso e marcado por lutas de classe, revestindo-se de violência em numerosos casos. Mesmo sem ir até a fase dos fins do século 18, em que os episódios da Inconfidência Mineira e da Inconfidência Baiana foram característicos, alinhando o sacrifício de grandes figuras, os precursores da emancipação – entre os quais se destacou, por tantos títulos, a personalidade invulgar do alferes de milícias José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes –, e analisando apenas os acontecimentos mais próximos, é impossível esquecer a importância do movimento de 1817, em Pernambuco, quando a fúria metropolitana, estando a sede na colônia, ensanguentou a província. “A Revolução Francesa, a emancipação dos Estados e de quase todas as colônias espanholas, acenderam no espírito dos pernambucanos de escol a ideia de independência”, escreve Tobias Monteiro. Para acrescentar: “Em quase todo o clero, em quase todas as famílias poderosas havia propagadores da revolta. Em 1817 conspirava-se abertamente em reuniões e jantares, onde se pregava a emancipação da província e das outras vizinhas. O ódio aos portugueses transpirava nos morras aos ‘marinheiros’”.⁶⁵

Em todos os movimentos de rebeldia, os militares apareceram com destaque e refletiram, em seu próprio meio, a aversão aos lusos, com a particularidade, no caso da força armada, de que, nela, o problema era hierárquico, pois os comandos eram lusos, havendo o choque entre estes e os subordinados. No movimento de 1817, isso também ocorreu: “A tolerância de um governador bondoso e tímido permitiu criar-se o foco de exaltação revolucionária, que atingiu a oficialidade brasileira da tropa”, esclarece Tobias Monteiro.⁶⁶ Quando se decidiu a agir, o conflito foi inevitável: indo a um quartel, para tentar sufocar a rebelião, e investindo com veemência os seus subordinados, um general foi morto por um oficial, e os rebelados tomaram conta do Recife. Esperavam a adesão de elementos de províncias vizinhas, mas ela lhes faltou, e

nem estavam preparados para assumir o poder, que lhes caíra às mãos com alguma facilidade. A conspiração abrangera numerosos elementos, entre os quais se destacam, como na Inconfidência Mineira, padres e militares. Sentiam estes, e duramente, o peso hierárquico dos chefes portugueses e as dificuldades ou impedimentos de acesso aos postos superiores: "Por estas ideias também se deixou influenciar grande parte da oficialidade nascida no Brasil, por ver que era preterida nas promoções, em benefício de oficiais portugueses nem sempre mais capazes e leais do que eles."⁶⁷ Por isso, em 6 de março, quando tentava prender o capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado, foi assassinado o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro.

A vacilação da classe dominante senhorial, porém, condenaria o movimento: "Os senhores de engenho, apesar da adesão de Manuel Correia de Araújo e do entusiasmo despertado pela fácil vitória dos revolucionários, não aderiram ao movimento. A maioria permaneceu neutra, para logo após, quando compreendeu que a situação não era tão favorável aos rebeldes, passar a hostilizar o movimento. Eles temiam a libertação dos seus escravos, embora o governo revolucionário lhes garantisse que assim não procederia, para não ferir o direito de propriedade."⁶⁸ A rebelião apresentou, com a derrota, o rol dos mártires, entre os quais se destacaram os militares Domingos Teotônio Jorge, Antônio Henrique Rebelo; José de Barros Lima, que "souberam se portar com estoicismo diante da morte e dar um exemplo ao povo e aos tiranos."⁶⁹ Luís do Rêgo, militar português que se distinguira na guerra peninsular, chegando ao Recife com tropas de confiança, restabeleceu a ordem e deu início ao seu consulado. Ai e na Bahia, onde mandava o conde dos Arcos, foram os responsáveis submetidos a julgamento e punidos com rigor exemplar e com brutalidade que os elevou, com a conduta que mantiveram, à categoria do martírio.⁷⁰

A sinistra e trágica depressão aos revoltosos de 1817 não arrefeceu o ânimo dos que lutavam pela Independência, e contribuiu para deixar muito mais clara a posição das classes sociais em seu processo. A classe dominante de senhores de terras e de escravos ou de servos vacilaria até o último instante, compactuando com os desmandos da tirania. Sem ela, entretanto, nas condições do Brasil do século 19 em seu início, a Independência era impossível. Quando acedeu em participar do movimento, comandando-o, impulsionada em particular pelos grupos de pequena burguesia em que tanto se distinguiram os padres e os militares e os intelectuais, buscou com todas as suas forças, e até mesmo reconciliando-se com os elementos ligados a possível retorno da dominação lusa, evitar que a emancipação fosse além daquilo que constituía o interesse de classe, reprimido brutalmente, tão brutalmente quanto os mandatários da metrópole antes, as tentativas de aprofundamento da resistência. No processo da autonomia, pois, as contradições de classe estiveram presentes e motivaram prolongadas e cruentas lutas. As primeiras seriam travadas precisamente em Pernambuco, ainda ao calor dos acontecimentos de 1817, e até com a participação de alguns dos protagonistas do movimento anterior.

Desde que fechara a Assembleia Constituinte e firmara uma Constituição outorgada, d. Pedro I começara a perder a confiança dos brasileiros. Esta situação se agravou com a nomeação de governante - que a província de Pernambuco julgava indesejável, elegendo outro os poderes locais. Começaria a luta, pois, situando-se em torno de manter-se o governante nomeado pelo centro ou aquele escolhido na própria província. Nela participariam, desde o início, elementos militares locais: "Logo em 12 de janeiro, apareceram os primeiros sintomas de dissidência militar a respeito da legitimidade do poder em mãos de Carvalho", depõe Tobias Monteiro.⁷¹ Acrescentando: "Grande parte do esquadrão de cavalaria de 1ª linha recusou-se a re-

conhecer o novo comandante, o major Trota, que fizera a campanha da Bahia, e declarou só obedecer ao seu antecessor, o comandante interino, capitão Francisco José Martins.⁷² Os pronunciamentos militares se sucediam: "Representaram então algumas corporações militares no sentido de ser aceito e jurado o projeto, por verem que a Câmara nada podia fazer por se achar ameaçada por certas pessoas." "Em fins de fevereiro, a tropa de linha estava dividida e envolvia-se a fundo na agitação política." "Os oficiais deram a sua opinião por escrito, assinando alguns mais de um parecer, embora no mesmo sentido, ou em sentido aproximado."⁷³ A luta militar começou em 20 de março, após golpe frustrado, em 3 do mesmo mês, quando o 1º Batalhão de Caçadores cercou o palácio do governo. Em 31, chegava ao Recife, com duas fragatas, Taylor, que entrava em dissidência com o Comandante das Armas, Barros Falcão, partidário da posse do governante escolhido pelos poderes locais. Taylor estabelece o bloqueio e d. Pedro I tenta contornar a situação, nomeando um terceiro para governante. Recusada a posse a este, estava aberta a divergência com a Coroa brasileira, representada pelo imperador: entrava em questão, agora, o problema de jurar ou recusar juramento à Constituição outorgada. E este problema conflagraria não apenas Pernambuco, mas todo o Norte do país. Ia entrar em ação o aparelho militar repressivo, montado à base do mercenário.

Suspeito aos brasileiros, desde a dissolução da Assembleia Constituinte, o primeiro Imperador começaria a resvalar para o plano que o liquidou em 1831. A aversão aos portugueses coloriu por isso - porque suspeitavam sempre de tentativa de retorno a uma situação de dependência da antiga metrópole - todos os pronunciamentos. Ora, portugueses estavam no comando das forças militares, em todas as províncias. A luta começaria contra eles, pois "sob o comando de Cochrane - narra Tobias Monteiro - partiram em 2 de agosto uma nau, uma corveta, um brigue e dois transportes, levando a bordo

1.200 homens das três armas, às ordens do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, em cuja companhia foi mandado o brigadeiro José Manuel de Moraes, para assumir o governo militar, apenas fosse restaurada a autoridade imperial. Era de bom augúrio a chegada nesse mesmo dia de £300 mil, primeira remessa do empréstimo negociado em Londres.⁷⁴

Cochrane enviou carta ao governador rebelado, no Recife, que a respondeu declarando “não poder tratar por correspondência, máxime em língua estrangeira, negócio de tanta monta.”⁷⁵ Adiante, sabendo tratar com um mercenário, ofereceu-lhe determinada recompensa pecuniária, com o intuito claro de suborno. As forças imperiais, desembarcando em Alagoas, marcharam para o Recife, onde os navios de Cochrane estabeleceram o bloqueio. Convergiram as de terra para a zona em que era senhor de engenho Paes Barreto, ali recebendo reforços organizados por este, ficando o conjunto denominado “exército cooperador da Boa Ordem”. Tais forças eram mantidas pelo próprio Paes Barreto. Apoiadas no latifúndio e no soldado mercenário, as forças imperiais iniciaram as operações com uma intimação do brigadeiro Francisco de Lima e Silva: “Malvados, tremei! A espada da Justiça está por dias a decepar-vos a cabeça, rendei-vos ou, aliás, estas bravas tropas que eu comando entrarão como se fosse por um país inimigo. Não espereis mais benevolência, o modo do vosso julgamento não admite; uma comissão militar, da qual sou presidente, é que vos há de fazer o processo e mandar-vos punir.”⁷⁶

Com a derrota dos rebelados, ia começar a tragédia punitiva. Entre civis e militares, tidos como cabeças, foram separados 17 homens de destaque nos acontecimentos, frades como Caneca, João de Santa Miquelina e Antônio das Mercês, padres como João Barbosa Cordeiro e Inácio Bento d’Ávila, militares como os majores Ildefonso, Agostinho Bezerra e Emiliano Benício. Mandados para o

Recife, "Caneca, Ildefonso, Agostinho e 4 dos mais comprometidos ficaram num calabouço de 13 palmos de comprimento. De largura, era tão estreito que, deitado, o mais alto deles tocava em uma parede com a cabeça e com os pés na outra oposta. Aí, informa ainda frei Caneca, guardavam-se dantes as cabeças dos enforcados. Dir-se-ia terrível presságio ou cruel aviso de sinistro destino".⁷⁷ E nem poderia faltar a quem pretendia a liberdade, esse destino, desde as instruções enviadas do Rio até o tratamento concedido pelos executantes em Pernambuco: "Escrevendo a Cochrane, a respeito da maneira de proceder em sua missão, recomendava-lhes Vilela Barbosa, visconde de Paranaguá, que não admitisse convenção ou capitulação alguma, pois a rebeldes não se devia dar quartel."⁷⁸ Não fora a generosidade de muitos, que esconderam acusados e envolvidos, "as execuções teriam atingido um número incalculável", deporia um contemporâneo e testemunha.⁷⁹ O latifúndio não perdoava. E as ordens eram terminantes: só a frei Caneca aplicar-se-ia a pena de morte, sem tardança; os outros viriam depois. Ao frade caberia, assim a glória do martírio, juntando-o à galeria dos imolados em 1817. Tobias Monteiro narra as cenas finais em página comovedora:

"Ao fugaz e triste eclipse da defesa, ignorado das multidões, sucedia a luz gloriosa do martírio, que elas viam iluminar o cadafalso. No dia 12 de janeiro de 1825, véspera da execução, o cabido e as irmandades marcharam incorporadas e de cruz alçada, para debalde suplicar aos juizes adiamento do ato, até o Imperador resolver acerca do pedido de perdão que lhe iriam dirigir. Do limiar da casa, despediu-os um deles, em nome dos demais.

"No dia fatal, ainda madrugada, moviam-se tropas dos quartéis, tomavam embocaduras de ruas e guarneciam o caminho entre a prisão e a forca. Já o sol se alteava, e o condenado ainda dormia a fundo. O frade confessor abalou-o, para despertá-lo. Vestido de hábito de Madre Deus, apareceu diante da tropa, que o esperava, e, calmo,

caminhou entre alas até a Igreja do Terço, em cujo adro estreito, entre duas ruas, e aberto sobre exígua praça, se levantava um altar. A torre esguia avultava no modesto cenário, como a prece dos crentes, erguida à clemência dos céus, recurso extremo contra a dureza da justiça humana. Sozinho, em meio a grande círculo de soldados, o padecente foi chamado a aproximar-se do altar, onde os sacerdotes o adornaram das vestes próprias para celebrar. Começaram então dois deles a ler alternadamente nos missais. A um dado sinal, outro, posto ao lado da vítima, aspergiu-lhe a casula e, em seguida, lha tirou. Com a mesma cerimônia de rezas, aspersões e, às vezes, oblações de incenso, arrancaram-lhe a estola, manípulo, cordão, alva, manto, deixando-o em camisa e calça, despojado de tudo quanto o fizera na terra um servidor de Jesus. Restava a coroa, que se conservava aberta sobre o crânio, e não se lhe podia arrancar como alfaías de sacristia. Sobre ela fizeram sinais e borrifaram-na d'água benta, talvez para ressalvá-la da próxima ignomínia. Após o degradar das ordens sacras, a Igreja, pela mão dos seus ministros, entregou-o ao meirinho, que o ajudou a cobrir-se com a alva dos condenados.

— “Resignado, tranquilo durante a cena hedionda, certo talvez de caminhar para a imortalidade, sem sinal de temor, marchou frei Caneca, até o largo, onde se erguia o cadafalso, cujos degraus subiu a passo firme e no meio descansou por um momento. Quebrou-se então o tétrico silêncio. O carrasco, um pardo cujo nome, passaria à história, Agostinho Vieira, recusou exercer o seu ofício e foi imitado pelo ajudante; recorreu-se então aos presos da cadeia. Todos negaram-se. Promessas, ofertas, ameaças, maus tratos, tudo foi debalde. Filhos da Igreja, nenhum quis ser algoz de um sacerdote, associar-se, de qualquer modo, à tragédia em que ela colaborava humildemente.

— “Duas horas esperou-se o desfecho da luta, entre a resistência dos pequenos, dos desgraçados e a autoridade impotente para obrigá-

los. Os emissários mandados do lugar da força à cadeia, ao quartel e ao palácio, viam as casas quase todas fechadas; a cidade parecia deserta. Àquela hora, sozinho em companhia do cirurgião-mor da brigada, Lima e Silva, consternado, marchava a passos largos na grande sala silenciosa, quando vieram pedir-lhe as últimas ordens para sair-se da terrível expectativa. Mandou que fuzilassem o condenado, apontando-lhe a cabeça e o peito para poupar-lhe a agonia. Dos olhos, marejavam-lhe as lágrimas.

"A serenidade do paciente inspirava mais que piedade, inspirava admiração, prenúncio da vindoura celebridade. Ao descer da força e encaminhar-se ao posto do sacrifício, ele pediu que o não fizessem sofrer por mais tempo inutilmente. A primeira descarga abateu-o e iluminou-lhe o caminho da história."⁸⁰

Mas, na corte, exigia-se agora rapidez nas execuções. Lima e Silva começava a ser acusado de contemporizar com os rebelados, de tolerar algumas fugas, de fraco e inepto: "A demora do julgamento dos réus levantara nas esferas do governo indisposições contra Lima e Silva. Os oficiais, que ele mandara para o Rio de Janeiro, tiveram ordem de voltar, a fim de sujeitarem-se a julgamento; os soldados, esses seguiram para Montevidéu, onde foram disseminados pelos corpos. Desde então, em meados de dezembro, o imperador cogitava de enviar um general a Pernambuco, com a missão de lembrar-lhe a promessa feita de não poupar os culpados, e de substituí-lo se ele recusasse obrar nessa conformidade."⁸¹

E logo outras medidas se seguiram: "O pedido de clemência a favor de Agostinho Bezerra levou o governo a consumir a decisão tomada. Desde logo respondeu à comissão militar que 'por nenhum pretexto' se deveria 'demorar nem suspender' a execução das sentenças e aprovou seu procedimento de indeferir 'a louca e incurial pretensão' do cabido e clero de Recife a respeito do retardamento da de frei Caneca. Duas semanas depois, em 25 de fevereiro, Lima

e Silva foi exonerado e substituído por Barroso, que partiu autorizado a divulgar os atos, conforme as circunstâncias aconselhassem. Imediatamente após a sua chegada, na última década de março, foi enforcado Agostinho, cuja grandeza de alma a favor dos adversários, num momento terrível da revolução, mais avultou ante a desumanidade do Imperador, recusando comutar-lhe a pena, contra o voto do Conselho de Estado. Uma testemunha da lúgubre ceia viu-o marchar para o patíbulo, como se caminhara em passeio, sem jamais alterar o ar quase prazenteiro. Mais seis padeceram a mesma morte. Outros pedidos de clemência, formulados pela comissão militar, também não foram ouvidos. Não se levaram em conta os serviços passados, como os do capitão Nicolau Pereira contra as tropas de Avilez e de Madeira, e na salvação da vida de um oficial da brigada imperial. Se tão altos precedentes não valiam como atenuantes, para abrandar o rigor das sentenças, já não era julgamento e sim vingança.⁸²

De Pernambuco, as forças imperiais passam às outras províncias do Norte, abaladas pela rebelião contra os desmandos de d. Pedro, ao Maranhão e ao Pará principalmente, acudidos por forças navais. Ali, em abril de 1823, os militares brasileiros, de há muito oprimidos pelos comandos portugueses e até por tropa recrutada e mantida pelos comerciantes lusos de Belém, levantaram-se, tendo à frente o capitão Boaventura Ferreira da Silva. Sufocado o movimento, a repressão foi brutal, como de costume. Inútil, porém, pois novo levante ocorreu em seguida e a província se conflagrou. Coube a Greenfell a repressão: "Desarmou a tropa, conduziu o parque de artilharia para o largo do Palácio, na manhã de 17, e pôs tudo no quadrado formado pelas suas forças navais e elementos de terra, armados e municidados, entre os quais até portugueses se encontravam. Destes elementos surgiu a intriga que ia vitimando o próprio Batista de Campos, e que deu lugar ao ato de violência e malvadez de Greenfell, mandando espingardear cinco soldados, um de cada

regimento, incriminados nas desordens da noite anterior. Os motins, as prisões, as deserções e a indignação pela crueldade de Greenfell. Rarearam as fileiras da tropa e a junta provisória, aproveitando o momento, dissolveu os três regimentos de infantaria, fundindo-os em um só, com o nome de *Regimento Imperial*, sob o comando do tenente-coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, filho do governador militar."⁸³

Greenfell não ficou nesses preliminares, porém. Levou sua ação muito mais longe. Organizou as milícias locais, com o apoio das classes conservadoras, isto é, dos portugueses enriquecidos no comércio e dos senhores de terras, contrapondo-as à tropa regular que se havia amotinado. "Estas providências - diz um historiador - e mais ainda o requinte de perversidade de Greenfell, mandando encerrar nos porões do brigue *Diligente* e, mais tarde, *Palhaço*, do comando do tenente João Lúcio de Araújo, 250 civis e soldados que entrara nos tumultos de rua, para matá-los, como matou, pouco a pouco, pela fome, pela sede e pela asfixia, desencadeou a reação contra os lusônios no interior da província, sendo seus primeiros pregoeiros as vítimas das perseguições na capital que, pela fuga, haviam conseguido escapar à morte."⁸⁴ Em todas as províncias em que os anseios de liberdade motivaram levantes, a tropa regular participou das lutas, ao lado dos rebeldes. Para dominar tais levantes, o governo imperial apoiou-se nos senhores de terras e de escravos, que mobilizaram a sua gente, juntando-a aos mercenários, para esmagar os movimentos de libertação.

Para agravar o quadro desses anos iniciais da vida independente, o Brasil receberia, como triste herança, a questão platina, sendo compelido a enviar forças para o Sul, a fim de enfrentar as das Províncias Unidas do Rio da Prata. As campanhas anteriores, e particularmente a de 1816, que liquidara Artigas, haviam trazido pesados ônus aos brasileiros, particularmente agravados depois da incorporação da

Cisplatina. O tratamento dado pelo governo central das províncias sulinas, a do Rio Grande e a Cisplatina, que tinham na atividade pastoril a base de sua economia, era extremamente desigual. Foi esse tratamento que concorreu para que surgissem condições objetivas que permitiram o levante da Cisplatina, desenvolvido com a campanha militar que se iniciou com a invasão das forças de Alvear e sua penetração em território brasileiro. A tributação que o Império impunha a tais províncias perturbava, quando não impedia, o desenvolvimento delas. O levante da Cisplatina seria o prelúdio do levante da farroupilha. Ora, isso impedia, pela identidade de condições, que as forças irregulares gaúchas participassem da luta em que se defrontavam o Império e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Para muitos dos que viviam no Sul, a autonomia da Cisplatina não era uma solução inadequada, muito ao contrário. Sem o apoio dessa tropa irregular, que sempre constituíra a base militar para as lutas platinas, o Império não tinha condições para se empenhar a fundo numa guerra externa, em zona tão distante. A força mercenária para ali enviada, ao lado de tropa regular de centro, contou com um pouco auxílio da população local.

E mesmo a tropa regular enviada do centro não estava preparada para um tipo de guerra como aquele: nas lutas internas, de que ela estava participando intensamente, em todas as províncias, e na corte inclusive, colocara-se sempre em posição contrária às que o Imperador vinha assumindo, e vinha, por isso mesmo, sofrendo continuada deterioração, relegada a segundo plano e objeto de suspeição constante. O estado dessa tropa regular era muito ruim por tudo isso: "A desorganização era espantosa. Faltava tudo. As tropas estavam descalças, com o fardamento e soldos inteiramente atrasados. Não havia carros de boi (base dos transportes militares daquela época) em número suficiente, pois eram necessários milhares desses veículos e só existiam 50. De 14.708 cavalos, constantes

dos mapas entregues pelo brigadeiro Massena Rosado, ao deixar as funções de governador das armas, só 18 realmente estavam em condições de prestar serviços militares. Quem compulsava os documentos da época, sente-se chocado pelas referências desairosas que muitas vezes se fazem às altas personalidades. Não escapam nem certos presidentes da província. Entre as autoridades, o descalabro não é menos notável. Os mercenários alemães, nos seus livros de memórias, registram fatos inacreditáveis, envolvem autoridades civis e militares. Os mapas dos efetivos das unidades só jogavam com as folhas de pagamento. Dois escândalos eram comuns: inclusão em folha de pagamento de indivíduos que não existiam e manutenção de unidades fantasmas, cujo fim era apenas assegurar vencimentos maiores a determinados chefes. A existência de *vedarias*, através das quais um funcionário da fazenda devia, nos dias de pagamento, estar presente no quartel ou acampamento e ver com seus olhos o militar que estava contemplado em folha, de nada servia. Os fornecedores enriqueciam rapidamente, passando recibo de utilidades que não eram recebidas, ou que não representavam em quantidade ou qualidade aquilo que era pago pelo Estado. Chega-se a ter a impressão de que de dez indivíduos nove ou eram desonestos ou dissidiosos na defesa da moralidade administrativa das forças armadas. Os que se opunham, e eram poucos, a tal estado de coisas, passavam a ser apontados como criadores de *casos*, ao mesmo tempo em que as camarilhas dominantes estendiam entre eles e os altos chefes barreiras da mais difícil transposição.⁸⁵ Diante desse quadro, a paz de 27 de agosto de 1828 representava fim honroso. Por algum tempo, deixaria o governo central de preocupar-se com o problema platino, cujas questões seriam resolvidas pelos elementos locais, até nova fase de intervenção, quando da guerra contra Rosas.

Mas os desmandos do imperador agravavam a situação: apoiando-se na facção portuguesa, perdia as simpatias dos que não preten-

diam rever a autonomia e temiam um retorno à dependência da metrópole lisboeta. O ambiente, nas províncias, continuava a ser de efervescência, com sucessivos e repetidos episódios, em que a tropa tomava lugar de destaque, dividindo-se os comandos, ainda em mãos de elementos lusos, e a oficialidade subordinada, constituída por brasileiros. No Pará, o “espírito de indisciplina das forças de 1ª linha, isto é, da tropa regular, motivou novos e graves acontecimentos militares”.⁸⁶ O governo do general Francisco José de Sousa Soares de Andréa, português, não conseguiu arrefecer os ânimos. Em Pernambuco, a reação se articulara numa *Coluna do Trono e do Altar*, espécie de sociedade secreta, da qual informa Pereira da Costa que “para fazer vingar a ideia que defendia, chegou a sociedade a conceber planos tenebrosos, e até mesmo a tentar contra a vida de algumas pessoas notáveis, que lhe eram adversas, ao mesmo tempo em que procuravam chamar ao seu partido diversos oficiais militares, intento este que foi frustrado (...)”⁸⁷ Tal sociedade, tolerada pelas autoridades, pretendia o absolutismo, um governo sem Constituição e contava principalmente com apoio dos elementos portugueses da praça. Já em 1829 houve duas tentativas de sedição, da parte da fração liberal e brasileira, logo sufocadas. A situação era tensa.

Muito mais tensa na corte, sem nenhuma dúvida, e particularmente diante de atentados como aquele que sacrificou Líbero Badaró. A repercussão chegara às províncias vizinhas: Minas recebeu a visita de d. Pedro I com os sinos das igrejas dobrando a finados. As coisas haviam chegado a tal ponto que, segundo depoimento de Armitage, bastava alguém aceitar cargo no governo para ficar impopular. É o historiador inglês ainda quem escreve: “Uma porção de mancebos pertencentes ao partido exaltado, reunido a outros de oficiais militares (pois que a desafeição geral se havia comunicado até ao próprio exército) percorreram as ruas, dando vivas à Constituição, à Assembleia Geral, e ao Imperador enquanto constitu-

cional etc." O clima chegou ao auge com os atentados portugueses da noite das garrafadas.⁸⁸ Em 5 de abril, d. Pedro reorganiza o seu ministério, com titulares a que ele próprio enobrecera, na maioria, "todos notáveis pela sua impopularidade." O ministro da Guerra mandou sondar a disposição da tropa, recebendo a informação de que havia suspeitas quanto à fidelidade dela. "Nas tropas, informa Calógeras, já figuravam numerosos brasileiros, tanto entre os oficiais como entre os praças. O voluntariado era abundante. Militares e civis fraternizavam francamente."⁸⁹ Realmente, em 1º de abril, povo e tropa reuniam-se no Campo de Santana, e o Imperador foi obrigado a abdicar. Fora deposto por um movimento em que as forças militares, colocando-se abertamente ao lado das forças populares, retiraram-lhe qualquer condição de resistência. Com o 7 de abril, a Independência aprofundava os seus efeitos e começava a mostrar a realidade da composição política que a permitira. Surgiria, agora, a luta interna.

AS FORÇAS MILITARES DO LATIFÚNDIO

O movimento patriótico de 7 de abril de 1831 teve a sua finalidade gorada, pouco a pouco, e desde o momento em que a divisão ressurgiu entre os componentes que se haviam juntado a fim de alcançar o alijamento do imperador. Surgem três componentes principais, que podem ser claramente distinguidos em todos os pronunciamentos que ocorrerão daí por diante: a direita radical, apelidada *caramuru*, agrupando os que pretendiam o retorno de d. Pedro I e os portugueses estabelecidos no Brasil, diretamente ameaçados sempre pelo nativismo exaltado; a centrista, conservadora, que repelia o retorno de d. Pedro I, desejosa de assegurar a autonomia, mas ciosa de seus privilégios e temerosa a qualquer sentido ou tendência de aprofundamento do processo da Independência, englobando grandes setores da classe senhorial e apelidada dos

chimangos; e a radical de esquerda, que pretendia levar o processo da Independência a limites mais amplos, inclusive com o estabelecimento do regime republicano, apelidados *jurujubas* ou *farroupilhas*.⁹⁰ Quando se torna inviável o retorno de d. Pedro, as duas primeiras correntes se somam, e operam o isolamento da terceira: é a situação que levará, com a repressão das rebeliões provinciais, ao pleno domínio das forças conservadoras do latifúndio, com a reação iniciada com a lei interpretativa do Ato Adicional, de 1834, e culminando com o golpe da Maioridade e a centralização subsequente. Como o Exército, pela maioria de seus componentes, participava daquela terceira e democrática corrente, a orientação conservadora do latifúndio se estabeleceu no sentido de reduzir o seu poder e a sua expressão, relegando-o a plano secundário, e organizando-se força militar específica, a *Guarda Nacional*.

Se já havia ambiente de tensão, antes do 7 de abril, "depois da abdicação de d. Pedro esse ambiente motivou uma série de acontecimentos, em todo o país, de que os militares participariam, sempre no sentido de aprofundar o processo da Independência. Começou no Pará, com os motins de junho.⁹¹ Continuou com os motins de agosto. Prosseguiu com a rebelião das cidades e vilas do interior, em abril de 1832. Em dezembro de 1833, pretendendo o governador Lobo de Sousa aplicar a lei de anistia, "percebeu desde logo que atos seus tinham tido a infelicidade de despertar também a paixão religiosa e que o clero e os restauradores armavam-se para derribá-lo."⁹² Começam a emergir no cenário homens como Eduardo Nogueira, por apelido *Angelim*, e Francisco Pedro Vinagre, que teriam papel destacado na *Cabanagem*.

Na madrugada de 7 de janeiro de 1835, finalmente, surge a rebelião em que estas figuras passam a primeiro plano, contando com a adesão do capitão Manuel Gomes Varela e do major Caetano Alberto, comandante dos caçadores e da artilharia. Daí por

diante, “povo e soldados se confundiam e se conjugavam nos mais nefandos atentados à ordem e à propriedade”, anota um historiador, surpreendido pelas razões plebeias da insurreição e pelos seus métodos.⁹³ Começara, realmente, período de profundas perturbações e de violentos choques, em que o movimento popular mais sério a que o país já assistira ia definir situação inteiramente nova, concretizada na tomada do poder pelas forças populares. Não é aqui o lugar, certamente, para descrever o que foi esse movimento, nem mesmo para analisá-lo em profundidade, como merece. Importa aqui mostrar a participação militar, e o papel que o componente militar desempenhou no movimento. Diante do enérgico comando de chefes como Vinagre, as forças que obedeciam às autoridades da Regência foram acolhidas pela esquadra.

De bordo, o governador determinou o bombardeio da cidade, fazendo aumentar o número de deserções em suas forças. Vinagre assumiu o poder, em 21 de fevereiro de 1834, e, em 12 de abril, chegava a Belém nova força naval que, tentando o desembarque, foi batida. Novo governador nomeado, e agora velho militar português, o marechal Manuel Jorge Rodrigues, consegue assumir. Para manter-se, apela “até para os navios de guerra estrangeiros”.⁹⁴ Em agosto de 1835, os rebelados cercam a cidade de Belém, conquistam-na e não resta a Manuel Jorge outro recurso senão transferir a sede do governo para um dos navios da esquadra que, sob o comando do inglês Taylor, dominava o rio. Dono da capital, Angelim iria enfrentar, a partir de abril de 1836, novas forças do governo central, agora comandadas por um brigadeiro conhecido no Pará, José de Sousa Soares de Andreia. Trazia este tropa de escol, peculiar ao latifúndio: “Nos próprios navios de guerra e distribuídos ainda pelos navios mercantes que carregavam víveres, petrechos bélicos e demais efeitos militares, procediam do Rio e da Bahia, colhidos nas próprias prisões dessas províncias, quatrocentos recrutas destinados às forças do exército.”⁹⁵

Não é difícil distinguir, entre as duas facções em luta, qual aquela que encarnava realmente o ideal da Independência, o sentimento popular e o traço nacional. Bastaria verificar a composição das forças que lutavam de um e de outro lado: do lado da *Cabanagem*, os elementos mais combativos das classes e camadas que constituíam o povo; do lado dos imperiais, os elementos pagos ou os facinorosos que defendiam a classe dominante de senhores de terras e de servos e de escravos. Mas houve, objetivamente, procedimentos que permitiram distinguir aqueles traços. Manoel Jorge solicitou o apoio de navios estrangeiros e de forças estrangeiras para lutar contra os filhos da terra, sendo ele próprio um estrangeiro.

E os chefes da rebelião? Assim procederam, em circunstância semelhante, segundo um historiador que não os apreciava e sempre situou o movimento como levante de desordeiros: "Ao encerrar este capítulo, não posso fazê-lo sem prestar devida homenagem ao patriotismo intemerato de Francisco Pedro Vinagre e de Eduardo Angelim, em dois lances difíceis de seus governos que, mesmo dentro da anarquia que os alimentava e mantinha, não deixaram que os franceses da força naval de Caiena e que os ingleses dos navios de Strong, estes em março de 1836 e aqueles um ano antes, precisamente, nos exigissem em tom insolente e audaz satisfações que não lhes devíamos. O comandante da força naval francesa, reclamando contra o cerco e busca dados no consulado de sua nação, sob o governo de Malcher, exigia que 'sem perda de tempo, fosse armado o pavilhão francês no mastro da principal fortaleza da capital, onde se costumava içar a bandeira brasileira, e que aí tremulasse por tanto tempo quanto levasse a ser saudada por uma salva real de 21 tiros dados pelos canhões da mesma fortaleza, exigência que faria valer em presença de 40 canhões que se achavam de morrões acesos.' O comandante da *Belvedere*, para vingar os atos de pirataria cometidos em Salinas no mercante inglês Clio por

facciosos de Angelim, exigia, por sua vez, que 'a bandeira inglesa fosse arvorada em todas as fortalezas da cidade, *estando por baixo a bandeira*, saudada com 21 tiros, sendo entregues à justiça inglesa os criminosos. O destemido Angelim respondeu aos ingleses, como o denodado Vinagre contestara antes aos franceses, isto é, negando-se terminantemente a dar tão covardes satisfações, que aviltariam a nossa bandeira e a nossa pátria, e dizendo-lhes que aos criminosos, governo e sediciosos, num e noutro caso, já os punira o povo, depondo e eliminando Malcher e prendendo os saqueadores de Salinas, dentro das leis do país, que as possuía para punir seus criminosos sem auxílio da justiça inglesa. Quaisquer que tenham sido os crimes desses dois chefes rebeldes, esses atos de enérgico patriotismo, praticados em circunstâncias excepcionais da vida do povo paraense, não podem ficar sem o destaque de uma menção tão honrosa para suas memórias quanto consoladora e grata para o nosso coração de brasileiros!"⁹⁶

Também em Pernambuco as repercussões do 7 de abril foram turbulentas. O poder estava em mãos dos absolutistas, como o comando das forças, este detido por portugueses que haviam aderido à Independência e eram conhecidos como *adotivos*. Assim, ao conhecer a notícia da abdicação, parte da tropa do Recife, sob o comando do capitão Francisco Inácio Ribeiro Roma decidiu exigir do governo local alterações correspondentes, isto é, a saída dos elementos absolutistas. A tropa rebelada acolheu-se a Olinda, onde recebeu a adesão de numerosos elementos populares: "Em pouco tempo o ajuntamento formado em Olinda ganhou importância porque a ele aderiram vários oficiais como, entre outros, os majores Francisco Antônio Pereira dos Santos e Pedro Antônio Veloso da Silveira, lentes do Curso Jurídico como Manuel José da Silva Porto e João José de Moura Magalhães, heróis da Confederação do Equador como José Maria Ildefonso, estudante, tropa e povo."⁹⁷

Daí enviaram os patriotas proclamação ao presidente da província: "O povo de Recife e Olinda, estudantes do Curso Jurídico, tropa de sua guarnição e corpos militares de uma e de outra praça, atualmente reunidos em Olinda, cheios de suspeitas de que alguns comandantes militares e outros subalternos, além de algumas autoridades desta província, bem conhecidas por sua conduta antinacional e opiniões abertamente absolutistas, não se queiram opor à execução legal das ordens da Regência ora instalada no Rio de Janeiro, e pôr em prática tentativas perniciosas à nossa liberdade, tendo demais justos receios de que o estado de azedume em que se acham atualmente os espíritos haja de produzir algum funesto resultado entre a multidão, e convencidos de que o único meio de aplacar a conflagração geral que parece querer abrasar-nos é a imediata e pronta demissão dos empregados mal vistos do povo, imploram a V. Ex^a para que, ouvido o Conselho do Governo, segundo a lei de 20 de outubro de 1823, proceda à demissão peremptória dos empregados abaixo nomeados, substituindo-os por brasileiros natos, dignos da confiança pública; ficando os suplicantes bem certificados de que V. Ex^a e o patriótico conselho que o rodeia, conhecendo os votos do povo, não deixarão de por em execução estas únicas medidas, que só podem restaurar a paz e a tranquilidade alteradas."⁹⁸ Seguiu-se a lista de oficiais e altos funcionários cuja demissão se solicitava. Tentou o governo local resistir, quando "desertou toda a tropa de, linha, a maior parte da polícia abandonando todas as guardas, até mesmo a guarda do Palácio, e constando que, além da tropa de linha tinham saído já alguns milicianos e mais pessoas do povo."⁹⁹ Capitulou, então, o governo, e satisfez o pedido dos rebelados.

As chamadas "classes conservadoras" compreenderam os perigos que a situação apresentava, de aprofundamento das consequências do 7 de abril, e empreenderam várias medidas de organização: "Por estas razões, vitoriosa a sedição de 6 de maio, compreenderam os ho-

mens ricos da província, possuidores de fortunas, que necessitavam se congregar em defesa da ordem e dos seus interesses.”¹⁰⁰ Fundaram, então, a Sociedade Patriótica Harmonizadora, que programaria os seus propósitos assim: “Aceitar a abdicação, promover que não se prosseguisse as suspensões, deposições e perseguições de empregado e outras pessoas por suas opiniões políticas anteriores, socorrer os órfãos desvalidos, cujos pais foram imolados judicialmente pelas comoções políticas, e opor-se à restauração, tudo por meios honestos e não contrários à lei.”¹⁰¹

Isto é, a reação, quando forte, reprimia com o máximo de violência, quando débil, conciliava; propunha-se, agora, a acudir os órfãos de suas vítimas anteriores, que punira com a infâmia e o sacrifício da vida; queria que se suspendessem as alterações no governo, mantendo-se nele os seus partidários, que o povo exigia fossem afastados, para que permanecesse forte na dominação do Estado; pregava que tudo se fizesse “por meios honestos e não contrários à lei”, a lei que lhe protegia os interesses e que ela invoca sempre que se vê ameaçada e que viola todas as vezes que necessita. Os “meios honestos” eram uma referência aos meios e processos plebeus, que tanto assustam o latifúndio sempre.

“Da leitura da relação dos sócios da Patriótica Harmonizadora – narra um historiador – se nota que quase todos, pela posição que ocupavam, eram homens de haveres, homens que, possuindo fortuna, temiam que as agitações políticas e rusgas subsequentes trouxessem prejuízos. Procuravam manter a ordem na província porque, assim fazendo, resguardavam suas posições e haveres e demonstravam compreender que a moderação, que era o meio caminho entre a restauração e domínio dos portugueses, e a federação, que poderia levar à república e, conseqüentemente à abolição do tráfico de escravos, ou mesmo do cativeiro, era para eles o caminho mais seguro.”¹⁰²

As perseguições anteriores, na repressão aos movimentos de 1817 e 1824, haviam sido tremendas, e não se haviam limitado aos que foram levados à morte, porque abrangiam também os vivos, menos culpados, entre eles muitos oficiais do Exército, que tinham sido afastados das fileiras, permanecendo sem meios de vida. É com estes que o governo local tenta harmonizar-se: "Logo em 12 de julho, visando esquecer as lutas do primeiro reinado e reparar injustiças dos seus antecessores, convidou os oficiais da tropa de 1ª linha, que se achavam desempregados, a voltarem às fileiras, pois havia nas mesmas faltas de oficiais, a fim de que pudessem receber os soldos a que tinham direito, convidando-os a se apresentarem no dia 28, às 9 horas da manhã, na secretaria do Comando das Armas."¹⁰³

Mas, ainda assim, não podiam as autoridades que representavam o latifúndio confiar na tropa: "A inquietação das ruas tinha ressonância nos quartéis, onde oficiais, políticos muitas vezes, não impunham disciplina aos seus subordinados, esperando contar com eles nas ocasiões em que o apoio dos mesmos fosse necessária para fazer uma *rusga*, nome que então davam aos motins. Além disso, os soldados viam a desorganização social que dominava a província; eram, em sua maioria, recrutados entre a população pobre, livre, na cidade e no campo. Sabiam que a proteção de uma autoridade poderosa livraria qualquer pessoa do recrutamento e aqueles que não conseguiam esta proteção ficavam revoltados. Os do campo sabiam ainda a imunidade que reinava no mesmo, onde os grandes proprietários, senhores absolutos dentro de suas terras, açoitavam criminosos, que em certas ocasiões lhes poderiam ser úteis."¹⁰⁴

A situação da tropa de 1ª linha, a tropa regular, era péssima. Profundamente contaminada pelos ideais libertários, de formação democrática, ela se vinculara sempre aos movimentos contra a reação latifundiária e, por isso, estava sob permanente suspeição. A sorte da tropa regular era relegada a segundo plano, portanto: "Ao lado

destes fatos, viam-se os desprotegidos que, recrutados para a serviço militar, passavam a perceber nos quartéis a diária de 126 réis, em péssima situação. Esta diária muitas vezes passava meses inteiros sem ser paga e quando os soldados recebiam a importância que lhes era devida, a mesma era paga em moeda de cobre, e a moeda de cobre, chamada muitas vezes de *xemxém*, era falsificada com muita facilidade, circulando em grande quantidade."¹⁰⁵

Preocupou-se o novo comandante com tal situação: "O brigadeiro Paula, sempre vigilante e inquieta com o atraso do pagamento dos saldos, o que podia levar os soldados à rebelião, procurou estabelecer para a tropa uma disciplina mais severa, inclusive determinando que os portões dos quartéis fossem fechados depois das 20 horas, quando se procederia à chamada nominal dos soldados. Ao lado disto, nos casos de indisciplina, costumava-se aplicar castigos corporais."¹⁰⁶ Isso tudo deu lugar aos motins de setembro, quando as tropas se apoderaram da cidade, clamando pela expulsão dos portugueses e pela abolição dos castigos físicos.

A repressão, como não podia deixar de ser, foi terrível. Alfredo de Carvalho, cronista veraz, informaria "ser tradição que, por ocasião da formidável revolta militar havida no Recife, em 14, 15 e 16 de setembro de 1831, foi massacrado grande número de soldados amotinados, no lugar que ainda hoje conserva aquela denominação. Referia-se à Praça Chora Menino".¹⁰⁷ Os consulados estrangeiros em Recife, pressionaram no sentido da severa punição dos rebelados e o governo atendeu, garantindo às autoridades estrangeiras de que a punição seria rigorosa. Os sobreviventes foram, na realidade, recambiados para Fernando de Noronha.

A situação não melhorou muito com isso: "A conspiração era geral e ninguém confiava na tropa (...)". As guardas começaram a ser fornecidas por uma organização irregular e recente, as Guardas Municipais. O latifúndio começava a organizar a sua força militar

específica. E a Sociedade Patriótica Harmonizadora entoava agora outra canção, já menos harmonizadora, referindo-se, em "proclamação ao presidente da província à "soldadesca insubordinada" que agira "à maneira dos antigos vândalos", conclamando-o a agir "desassombrado de qualquer boato aterrador sugerido pela fraqueza", para o que contaria com o apoio de todos "se, por desventura nossa, a anarquia quiser levantar o seu medonho colo", esclarecendo ainda que "a segurança individual dos cidadãos só podia existir no seu patriotismo e não nessas cortes de mercenários, arrancados muitas vezes das prisões, a que tinham sido conduzidos por sua imoralidade".¹⁰⁸ Assim, depois de debilitar o Exército e de infamar o recrutamento, levava ao escárnio e ao insulto o seu desprezo.

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a situação se agravava a cada passo. Correspondendo à reação que se operava no Rio de Janeiro, no sentido de liquidar o conteúdo do movimento de 7 de abril, as províncias eram tratadas, política e economicamente, como áreas tributárias, obrigadas a contribuições onerosas e em tudo dependentes do centro. A progressiva retomada do comando político pelas forças do latifúndio começara bem cedo, na própria sede do governo da Regência. Encabeçava o dispositivo militar que asseguraria a manobra o brigadeiro Francisco de Lima e Silva: "Nos dias que se seguiram - informa um historiador - conseguiu ele reprimir as desordens das camadas mais baixas da população, que se atiraram a depredações a propriedades de portugueses, assaltando lojas e casas de comércio e espancando seus donos. A plebe não esquecera as promessas dos políticos, feitas no Campo de Santana, e as reformas radicais que iriam ser realizadas e reclama naturalmente a sua execução."¹⁰⁹

Uma série de motins de tropas surge no Rio de Janeiro. Em 4 de maio, a Regência reorganiza o Exército, reduzindo profundamente os seus efetivos. Em 12 de julho, insubordina-se o 26º Batalhão de Infantaria; em 14, revolta-se o Corpo de Polícia. Em 6 de outubro,

levanta-se o Corpo de Artilharia sediado na ilha das Cobras. Em 2 de abril de 1832, rebelam-se as fortalezas de Villegagnon e Santa Cruz; em 17, irrompe movimento nas tropas sediadas na Quinta da Boa Vista. A situação do Exército preocupa seriamente a Regência: "Com a extinção de numerosos corpos, ficaram os oficiais sem soldados", informa um intérprete dos acontecimentos. Surge a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, agrupando as figuras mais prestigiosas das chamadas classes conservadoras. Um dos seus organizadores, o jornalista Evaristo da Veiga, propunha, na *Aurora Fluminense*, a extinção progressiva do Exército.

Entre os objetivos da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, dístico que não passa de disfarce das forças mais retrógradas, está, desde logo, a "criação e organização da Guarda Nacional, recrutada entre cidadãos de importância e que deverá funcionar como tampão político e contrapeso às tropas regulares, cuja duvidosa fidelidade estava sendo demonstrada pela atitude que não raro assumiam de solidariedade com o povo revoltado." "Será - diz um historiador - durante todo o Império, um exército mais ou menos civil e político, ao lado do Exército brasileiro."¹¹⁰ A Regência, pouco a pouco, empreende, concretamente, a destruição do Exército: "Padre Feijó, o destruidor da força armada do país, cujos destroços entregou aos presidentes de província para deles fazerem seus agentes eleitorais", diz um alto chefe militar.¹¹¹

Enquanto os partidários do retorno de d. Pedro permaneceram no palco, algumas medidas liberais foram tomadas e encontraram receptividade. Desde que aquela hipótese desapareceu e que a reação latifundiária se reunificou, os elementos liberais passaram a ser perseguidos e o Exército, pela sua formação patriótica e democrática, passou a ser esquecido, amesquinhado, relegado a plano subalterno, infamado por todo o sistema político. A lei interpretativa do Ato Adicional podava-o de todas as franquias liberais. A partir de 1834,

pois, o poder central estava nas mãos das forças do latifúndio. Essa marcha involutiva deveria ser respondida por uma série de movimentos provinciais. O mais grave deles, foi, sem dúvida alguma, a Revolução Farroupilha. É que, na província sulina, os desmandos da Regência haviam permitido a formação de ampla frente, em que se agrupavam os senhores de terra e do gado, destinada a resistir a uma espoliação que dava à província o tratamento de país estrangeiro, pela tributação.

Ali, existia “um povo acampado, à espera do toque de reunir”, dotado de uma organização militar própria, que englobava toda a população e a mantinha sempre em condições de luta. Chegavam até ali, e encontravam a mais ampla receptividade, as “aspirações liberais no período tumultuário da Regência”. Em suma: “enquadrada nesta fase de reorganização nacional, a epopeia de 1835, pelas suas finalidades e tendências, não difere das comoções do Norte, nem dos levantes paulista e mineiro.”¹¹² Esse é o traço geral, que identifica o movimento com os demais, e o situa na época conturbada que denuncia o abalo da Independência. A tendência liberal e republicana está ali sempre presente, como nos outros recantos: “Aproxima-se o dia em que – dirá Bento Gonçalves, em plena rebelião – banida a realeza da terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir, para estreitar laços federais, à magnânima nação brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza, e os nossos mais caros interesses.”¹¹³ No Rio Grande, entretanto, há força militar mobilizada e capaz de lutar prolongadamente. Resistem por dez anos, apesar de que a Regência conseguira apoiar-se nos elementos do litoral lagunar e do litoral marítimo, ligados às atividades agrícolas e mercantis e, por isso, dependentes do exterior. Nem ali a repressão ocorrera dentro de normas que foram a rotina nos outros movimentos: o próprio resultado final da luta impede esse domínio absoluto do centro: a solução será equilibrada, sem profunda alteração do qua-

dro provincial, guardando a gente sulina os seus sentimentos, a sua organização, as suas características, indomáveis ao longo da luta e através de todas as vicissitudes.

As repercussões de 7 de abril de 1831 e do movimento regressivo que sucedeu a esse impulso extraordinário da vontade popular foram extensas e profundas. No Ceará em 1831 e em 1832, na Bahia, com a *Sabinada*, em 1837 e 1838, em São Paulo e Minas Gerais, em 1842, além do que ocorrera no Pará e em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, terminando com a Revolução Praieira, em 1848, surgiram manifestações sérias de rebeldia, de inconformação, de liberalismo. E as forças militares estiveram sempre presentes nesses movimentos. "A oficialidade pertencente à geração surgida com as lutas da Independência - escreve um historiador - vai aos poucos ascendendo aos comandos e aos postos de direção, desalojando velhos chefes dos dias de formação do Exército, velhos chefes de mentalidade acentuadamente conservadora, do tempo da ordem da nobreza. Esses militares, muitos deles de origem lusitana, guardavam naturalmente ainda muito vivas as impressões da vida da corte, recordando, cheios de saudade, os bons tempos, o brilho e a pompa de uma aristocracia cujos restos d. Pedro I ainda mantinha e que a 'canalha das ruas' derrubara. Em 7 de abril de 1831, os novos oficiais, ao contrário, estão já nessa época fortemente imbuídos de ideias liberais e republicanas. Até a Independência, era nas sociedades secretas, nas lojas maçônicas, que se discutiam as novas doutrinas e os mais avançados princípios políticos chegados da Europa, e da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos; depois da emancipação, será nos clubes, nas ruas e mesmo dentro dos quartéis, nas barbas respeitáveis dos velhos marechais de campo, brigadeiros e generais estupefatos. E não somente discutem como conspiram, tramam, sublevam-se, tantas vezes quantas sejam necessárias para tornar vitoriosas as suas ideias."¹¹⁴

Dessa geração de 1831, dirá Tavares Bastos: "Havia então nos homens políticos espontaneidade, ardor, fé viva na liberdade aquecida ao sol da América. Não os retinham as falsas noções do governo que formam a triste atmosfera dos nossos dias. Alguns houve até que procuravam dar ao sistema em experiência do Ato Adicional o rigor lógico das instituições federais, que em germe continha."¹¹⁵ Concluindo outro intérprete: "Foi natural, por tudo isso, que sobre essa *geração rebelde* do Exército de então, a corrente política mais radical do país procurasse repousar todas as suas esperanças." Mas, o inverso, "para a classe que assume o poder, a revolução tinha no entanto chegado ao seu termo. Era preciso não só estacar como separar-se dos aliados da véspera. E se é verdade, como disse Armistage, que o 7 de abril fora obra dos militares, não havia dúvida de que eles quisessem impulsionar para a frente o movimento. Sobre eles, o governo concentrou todos os meios. É a partir de então que o Exército passará a ser tratado pelos políticos do partido conservador - donos logo mais de todas as posições no segundo Império - a uma distância não raro bastante vexatória."¹¹⁶

AGUARDA NACIONAL

O caráter da Independência, no caso do Brasil, afetou profundamente as características das forças armadas do país. A autonomia ficou situada no quadro, a que outros povos coloniais também se submeteram, de subordinação ao desenvolvimento capitalista mundial surgido na fase final do mercantilismo. Tratava-se, em suma, de rasgar grandes áreas coloniais, integrando-as como vastos mercados consumidores e livres. Tudo, entretanto, na medida em que se deviam conservar como áreas produtoras de matérias-primas destinadas a alimentar o surto industrial que se processava nas zonas mais desenvolvidas do mundo. Para a primeira parte se concretizar, era necessária a autonomia política, quebrando os laços de subor-

dinação das áreas coloniais às suas metrópoles, que serviam como intermediárias nas trocas, e que por isso insistiam na manutenção do regime de clausura e de monopólio. Para a segunda parte se concretizar era necessário que a estrutura de produção erigida naquelas áreas, quando coloniais, permanecesse intacta. Mesmo a um exame superficial, verifica-se que a estrutura brasileira não sofreu alteração com a autonomia. As relações de produção permaneceram as mesmas. Dominava-as, com a força adquirida em três séculos de estabelecimento e desenvolvimento, o regime da grande propriedade e da produção extensiva, sob o trabalho escravo.

A Independência, assim, não altera as relações de classe; assegura, ao contrário, a sua permanência. Coloca a classe dominante, de senhores de terras e de escravos ou de servos, no exercício do poder. Toda a representação política gira em torno dos seus elementos; os demais ficam excluídos dela. Durante os três séculos de regime colonial, entretanto, transitáramos da enorme distância social que separava os senhores de terras dos escravos e dos servos para a elaboração lenta e difícil de uma camada social intermediária, proporcionada pelo crescimento demográfico tão simplesmente, de um lado, mas também pelo desenvolvimento do mercado interno, em particular depois da mineração, e, em consequência, por uma rudimentar mas progressiva divisão do trabalho, em vista das muitas necessidades que se haviam gerado e desenvolvido. Aparecera e crescera, realmente, um grupo mercantil, sediado principalmente nas grandes cidades, quase todas portuárias. Apareceram outras necessidades, que proporcionaram espaço para funcionários, artífices, trabalhadores de variada espécie, que não eram escravos, servos ou proprietários de terras. O trabalho servil buscava afanosamente preencher todas as lacunas, gerando mesmo o escravo doméstico e o artesão que entregava o produto de seu trabalho ao senhor. Não lhe era possível, entretanto, atender a tudo.

Surgiam claros enormes, e cada vez maiores, na escala a que a simplicidade hermética da escravidão não podia atender. Daí a animosidade contra o grupo mercantil, calcada particularmente na peculiaridade de que ele se fechara à contribuição nacional, monopolizado por elementos lusos ou de origem lusa recente. Daí a desmoralização do trabalho livre, do trabalho físico, que desclassificava os que o exerciam. Surgia assim, e com dificuldade, depois da camada intermediária, a pequena burguesia, cujo precoce aparecimento é uma das peculiaridades de nossa formação histórica, um embrião de burguesia, demasiado débil para disputar posições, para ganhar sequer a simples representação política; e começava, também, a ter existência, uma classe trabalhadora não escrava, inteiramente destituída de direitos e sem força alguma para organizar-se. De outro lado, crises de produção, decadência de algumas zonas, alterações nos processos usuais e na sua rotina, proporcionavam a queda social de elementos antes ligados à classe senhorial, que transitavam para misteres sem significação enobrecedora, entre os quais se distinguiam as profissões ditas liberais.

São transformações muito lentas, sem dúvida. Vão acelerar o seu ritmo, entretanto, na medida da passagem do tempo, e na medida em que surgirem e se agravarem, na estrutura brasileira de produção, as inevitáveis contradições. A Independência, realizada no início da terceira década do século, sofre um processo de ampliação até o início da quarta década e movimento de 7 de abril para, num paradoxo aparente, regredir e encaminhar-se para um conservadorismo seco daí por diante. Criando a *Guarda Nacional*, em 1831, a classe dominante dos senhores de terras e de escravos ou de servos, numa fase em que travava intensa luta para manter-se no controle do aparelho de Estado, estava forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares, que seriam relegadas a segundo plano, as de terra particularmente. A

partir de 1834, com a lei interpretativa do Ato Adicional, os senhores governam o país sem peias e sem limites.

Um pouco antes, em plena fase de tumultos, com os motins a que a tropa regular, como a irregular muitas vezes, acudiam com a sua adesão e agravavam, criara-se ambiente ameaçador, que logo se generalizou. A reunião dos elementos regulares na Sociedade Militar, por exemplo, antes da Independência, e quando aqueles elementos tinham predominância portuguesa, levava os brasileiros a encarar outras formas de organização, e as autoridades ligadas à tendência de aprofundar o processo político cedo verificaram as dificuldades que isso apresentava. As formas de organização paralelas ficariam na esfera da reação, que as improvisava ou mantinha, conforme as necessidades. Com a regressão no processo da Independência, após a lei interpretativa do Ato Adicional, verificada a necessidade de relegar as forças armadas a segundo plano, surgiu o problema de criar uma força específica da classe dominante.

Antes da autonomia, não serviam mais as *Milícias*, nem o mercenário, nem a tropa regular metropolitana, e as *Ordenanças* não tinham consistência e estrutura permanente, pois englobavam elementos muito heterogêneos. A regência, já reduzida à unidade, lança as bases da *Guarda Nacional* e dispensa as organizações paralelas. Chegara a essa fórmula depois de passar pela experiência transitória das *Guardas Municipais* que se assemelhavam em muito às antigas *Ordenanças* e, como elas, provaram ser insuficientes. Eram constituídas de cidadãos em condições de serem alistados como eleitores, isto é, de certo destaque, isentos somente os inválidos e os impedidos de função pública, armados às próprias expensas, quando menos de uma lança, mas devendo ser, posteriormente, indenizados de qualquer despesa feita, organizados por companhias, sob as ordens de um comandante-geral para cada distrito, imediatamente subordinado ao juiz de paz.

Um exame sumário nos permitirá distinguir as características principais dessa nova e transitória organização, que espelha tanto as exigências da classe senhorial. Em primeiro lugar, o recrutamento é uma singularidade: feito na base dos "cidadãos em condições de serem alistados eleitores", correspondia a premeditada e rigorosa seleção por cima, de vez que o eleitorado era constituído à base da renda e a restrição da área eleitoral era dos traços definidores do domínio daquela classe. Tratava-se, pois, de força constituída por elementos de posses. Em segundo lugar vinha a existência de um comandante por distrito, isto é, por divisão territorial administrativa, em que a força dos senhores de terras representava tudo, o que importava, em última análise, em dar ao proprietário mais eminente o comando de força de homens de sua classe. Em terceiro lugar vinha a subordinação desse comandante local ao juiz de paz. Como este era de escolha local, através das câmaras constituídas pelos "homens bons", isto é, pelos homens de posses, representava simples e automático mandatário dos senhores de terras. É, pois, força de elite, por assim dizer, selecionada, escolhida, cuidadosamente recrutada, na base daquilo que hoje se convencionou conhecer como "censo alto". É, também, força regional.

As *Guardas Municipais*, entretanto, por força de sua própria origem e estrutura, não atendem às necessidades do momento: eram extremamente reduzidas, em seus efetivos, para poder enfrentar as turbas amotinadas, a que acudiam em reforço as tropas regulares. Torna-se indispensável uma organização mais ampla, mais flexível também, capaz de por fim à instabilidade que se alastra e se aprofunda. É assim que surge a lei criadora da *Guarda Nacional* que extingue automaticamente, as organizações antigas, as *Ordenanças* e *Milícias*, e substitui as organizações recentes, as *Guardas Municipais*. É apresentada como força auxiliar do Exército, tendo por fim: "defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade

da Nação." Surge um novo paralelismo, portanto: força de linha e força auxiliar, que corresponde claramente à repartição: Exército e *Guarda Nacional*.

A *Guarda Nacional* era, segundo a lei que a criou, uma organização permanente, consistindo o seu serviço ordinário, dentro e fora dos municípios, em destacamentos à disposição dos juizes de paz, criminais, presidentes de províncias e ministro da Justiça, mediante requisição da autoridade civil. Seu serviço, pessoal e obrigatório, abrangia todos os homens maiores de 18 anos, com exceção dos militares de terra e mar da ativa, senadores, deputados, conselheiros de Estado, clérigos, carcereiros, oficiais da Justiça e da polícia, maiores de 50 anos, reformados do Exército e da Marinha, empregados postais, e os provavelmente inaptos para o serviço das armas. As substituições, desde que entre parentes próximos, eram permitidas; as dispensas, concedidas pelo conselho de qualificação, composto de seis dos eleitores mais votados do distrito e presidido pelo juiz de paz. Faziam parte da 2ª linha de reserva os funcionários públicos, os advogados, médicos, cirurgiões, boticários, acadêmicos, estudantes de seminários e escolas públicas, e os empregados de arsenais e oficinas do Estado. A nomeação de oficiais inferiores e cabos era feita por eleição, sob a presidência do juiz de paz; a dos coronéis e majores, pelo governo da Regência, que também fazia a de instrutores e de quartel-mestre, mediante proposta do chefe da legião. Legião era o escalão mais alto.

A *Guarda Nacional* fornecia destacamentos para fora dos municípios, em defesa das praças, costas e fronteiras, como auxiliar do Exército. No caso de insuficiência da tropa de linha ou de polícia, dava o número necessário de homens para escolta das remessas de dinheiro ou de outros bens nacionais, condução de presos ou condenados, socorro aos municípios conflagrados ou em caso de incursão de malfeteiros. Às Câmaras Municipais cabia fazer a re-

partição dos elementos da *Guarda Nacional* e fixar as paradas. Os oficiais eram eleitos por quatro anos, com exceção do major e do chefe de legião, que deviam ser conservados enquanto bem servissem. Cabia, igualmente, ao governo a faculdade de suspender os oficiais e, temporariamente, os exercícios e revistas, bem como a de suspender ou dissolver a própria *Guarda Nacional*, se assim julgasse conveniente, como fez com os corpos de *Milícias* e de *Ordenanças*. Os oficiais, uma vez mobilizados, ficavam sujeitos à lei e disciplina do Exército e recebiam os mesmos soldos, etapas e vencimentos dos de linha.

Não é preciso demorado exame para verificar como, em todos os seus detalhes, a *Guarda Nacional* representava uma criação específica do regime dominado pela classe senhorial. Sua subordinação às Câmaras Municipais, aos juizes de paz, às listas eleitorais, denunciam características nítidas de classe, uma vez que tais elementos eram representantes diretos dos senhores de terras. Ao lado das forças de linha, assim, criava-se um instrumento militar específico dos grandes proprietários, destinado, pela confiança integral que merecia deles, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular. E não foi por mera coincidência que, em decreto de 17 de janeiro de 1832, ficava declarado que os militares não gozavam de foro especial no caso de crime político. A Sociedade Militar, perigosa organização paralela que agrupava numerosos elementos militares envolvidos nos tumultos da época, era dissolvida em 7 de dezembro. Em 12 de agosto de 1834 passava no legislativo emenda constitucional cuja essência representava os interesses da classe dominante. Pouco a pouco, os elementos representativos dela concentrariam todos os poderes, o militar, o religioso, o político, o administrativo. Diante das ameaças que enfrentavam, lançavam mãos de todos os recursos, na defesa dos privilégios que detinham. Contra tudo isso levantaram-se, em diversas províncias, os elementos liberais.

A criação da *Guarda Nacional*, porém, representava apenas uma parte da política da classe dominante, a outra parte estava no papel secundário conferido ao Exército. Em prolongamento, aliás, à posição que cabia à força armada no tempo da colônia: "Durante muitos meses e às vezes até anos inteiros deixavam os soldados de receber os seus suprimentos de soldo e fardamento. E isto levava, naturalmente, ao afrouxamento da disciplina, que só pode coexistir com a moralidade, os oficiais, em melhor situação do que os praças, prejudicavam estes, quanto possível, em proveito próprio. Os de patentes mais elevadas, como o mesmo general Lecor, adiantavam aos seus subordinados, com descontos de alta percentagem, a título de juros, algum dinheiro de que eles necessitassem. No interior, a situação era mais grave porque oficiais e praças, considerando o serviço militar coisa secundária, não se entregavam aos exercícios exigidos, preocupando-se unicamente com a compra e venda de gado e cavalos, com que povoavam suas estâncias. Sob essas condições, as deserções tomaram vulto, havendo corpos que só contavam com a metade ou, quando muito, com dois terços de seus efetivos regulares. O perdão geral aos desertores, publicados de vez em quando, só servia para aumentar o mal, pois muitos, contando antecipadamente com essa providência, desertavam para vender o cavalo, as armas e a equipagem, e, ao vir o perdão, apresentavam-se, confessando-se arrependidos, até que novamente pudessem repetir a rendosa gatunagem."¹¹⁷

O estado da tropa era sempre lastimável: "Péssimo o estado em que o novo general encontrou a divisão. Os homens estavam quase famintos, os uniformes em farrapos, o armamento estragado, contribuindo tudo isto para tornar sem efeito os grandes projetos que formulara."¹¹⁸ O descalabro atingia a tropa mercenária, seduzida por ganhos fáceis e enraivecida pelos enganos: "Este procedimento exasperou sobremodo os alemães, reavivando o espírito de desor-

dem, até então latente, a que se veio juntar a diferença que a quebra do valor do dinheiro papel, que baixou 50% e o cobre 75%, trouxe aos vencimentos. Pagava o governo o soldo de suas tropas em papel e pequena parte em cobre, o que o diminuía em mais de um terço. Contrastava essa baixa com a alta dos meios de subsistência, que tinham sofrido sensível aumento, duplicando o preço, desde a formação dos batalhões estrangeiros. As explorações dos fornecedores aumentavam os descontos sofridos nos fornecimentos de víveres, havendo várias acusações, não provadas no entanto, contra oficiais e quartéis-mestres, incumbidos da fiscalização, que compravam boas roupas e mobiliário, quando os seus vencimentos eram insuficientes para isso."¹¹⁹

Seidler confirma: "O soldo que, aqui, não era pago em papel, como no Rio de Janeiro, mas em moeda, e que desta maneira, inclusive todas as gratificações, chegava quase ao dobro do que era lá, desde muito tempo não nos era pago; também pouco teríamos podido fazer aqui com o dinheiro, pois os comerciantes há muito tempo não se animavam às nossas vizinhanças, desde que os espanhóis haviam apanhado diversas de suas carretas e matado os donos"¹²⁰ Em outra passagem: "O nosso exército, meio esfaimado achava-se, como já disse, nas mais tristes condições e os soldados, quase em declarada revolta, reclamavam cada dia mais alto as roupas e o soldo devidos; as deserções, sobretudo nas milícias, cresciam tanto que, nesse pequeno exército, atingiam às vezes a 200 por mês; nem as ameaças da mais severa punição, nem as mais cínicas promessas de prêmios conseguiam remediar a esse mal, dia a dia crescente."¹²¹

O mal era antigo: quando se pretendeu enfrentar o invasor espanhol, que viria a dominar o sul, atingindo Santa Catarina, foi mister que acudissem às tropas com os soldos, atrasados nos pagamentos por anos de abandono."¹²² Reconhecia-se que "o regime até então seguido no Rio Grande, de se ficar a dever anos de paga aos

soldados, a quem se exigia toda disciplina e dedicação e do calote aos fornecedores, era inteiramente inconveniente.”¹²³ O calote aos fornecedores, realmente beneficiados sempre com o estado permanente de guerra na zona da fronteira sulina, era a situação normal: “Diz nessa carta que nenhum dinheiro poderia obter dos contratadores, pois que eles nem mesmo o crédito tinham, porque o governo do Rio de Janeiro já lhes devia 150 mil cruzados, de assistência às tropas, e nenhuma providência era tomada para pagar-lhes, ao menos para lhes restabelecer o crédito perdido.”¹²⁴ Isto constava de carta do governador José Marcelino a Lavradio, carta em que acrescentava: “O pouco dinheiro que vinha do Rio de Janeiro mal dava para pagar seis meses devido à tropa, e esse mesmo para ser entregue ao general Bohn, que o empregava sem audiência da Junta da Fazenda, despendido com a tropa e vila do Rio Grande”.¹²⁵

As queixas da tropa eram constantes: “Eles fundavam e fundam as suas queixas em que, tendo constantemente defendido este continente das invasões dos castelhanos, se acham há mais de um ano sem soldo algum e há mais de cinco anos com uma só farda, e ultimamente já sem ração de farinha, e nus...”¹²⁶ O governador das armas apelava para o vice-rei, desesperadamente: “V. Ex^a acentuou nada responder, nem providenciar anos de pagamento e fardamento, e farinha para estas tropas, que uns vão fugindo à fome e nudez em que se acham, e outros se conservam sempre dentro dos quartéis pelas mesmas faltas”.¹²⁷ Em épocas difíceis “os vencimentos eram pagos pontualmente; expulsos os espanhóis, voltou e regime normal das dívidas e do calote.”¹²⁸ Era antiquíssimo o mal, e já rotina: “Por este tempo, esteve a nascente colônia em apertado lance, e lhe vinha principalmente o risco de lascivo apetite, e a temeridade e ódio lheram a forma; o desgosto que na tropa fermentava pela falta de 20 meses de soldo, do fardamento de 3 anos, e da penúria de munições de boca, exacerbou-se um dia com a violência que, por impudicos

motivos, mandou um dos oficiais praticar em dois soldados, e fez sua explosão em 5 de janeiro de 1742.”¹²⁹

Esse quadro, que se tornaria tradicional, e que envolvia o serviço das armas em subalternidade escandalosa, espriava-se também em corrupção, conforme depoimento já citado: “Os mapas de efetivos das unidades só jogavam com as folhas de pagamento. Dois escândalos eram comuns: inclusão em folha de pagamento de indivíduos que não existiam e manutenção de unidades fantasmas, cujo fim era apenas de assegurar vencimentos maiores a determinados chefes.”¹³⁰ Crescia o número de unidades, mas não o de soldados, e tal fato se ligava “à preocupação mais ou menos ilícita de aumentar os proventos dos oficiais.”¹³¹ Em 1816, Lecor escrevia ao marquês de Aguiar “O dinheiro que vinha na charrua não chegava para pagar o que nesta já se estava devendo.”¹³²

Seweloh fornece o quadro seguinte, relativo a uma fase posterior: “O exército estava cheio de fome e fadiga, deviam-lhe o soldo de 6 a 9 meses, só alguns oficiais tinham sido pagos até aquele dia, por amizade e favor. Milhares de tropeços tinham de ser removidos; para prova, basta ler o relatório do quartel-mestre-general, tenente-coronel Elisário, ao general Rosado. Desde muito tinham desaparecido a religião e a justiça e, com elas, sumiram-se a disciplina e a ordem. Nenhum auditor havia no exército. O único auditor geral do exército, pouco antes nomeado, chegara nas vésperas da batalha e desaparecera no meio do tumulto; 6 semanas antes da batalha, o comandante em chefe pediu a um padre que viesse para o exército e cuidasse do altar que se desmanchava. O padre do 3º Regimento de Cavalaria, de São Pedro, era o único que existia no exército, mas a falta de altar, missas e vasos lhe tornara impossível o desempenho de suas funções. Conservara-se fiel ao seu regimento, durante a batalha, e perdera tudo quanto tinha. O hospital de Sant’Ana era um quadro revoltante de miséria e desgraças. Doentes de todas as

classes, sem separação, sem remédios, sem tratamento, morreram no chão, indiscriminadamente, sem receber um único testemunho de solicitude durante a vida, sem encontrar o menor desvelo na hora derradeira. O acampamento predileto das tropas nesta campanha era um rincão, como deles muitos se encontram nos ribeirões, especialmente onde dois se reúnem; os soldados, sem direção alguma da parte do chefe ou dos oficiais, todos confundidos, levantam seus ranchos onde melhor lhes convém, servindo-se para isso dos ponchos. Tropas da província tinham imensos bandos de índias que, nos melhores cavalos, enxameavam em torno do exército, e, às vezes, só pela força podiam ser separadas ou apeadas, nunca porém podiam ser completamente afastadas.”¹³³

A situação não sofreu nenhuma alteração substancial após a Independência e particularmente depois do movimento de regressão iniciado em 1834, cujos efeitos seriam atirar o Exército a um plano secundário. Os depoimentos e documentos confirmam exaustivamente isso. Em 1844, aproximando-se do fim a campanha contra os farroupilhas, Caxias escrevia ao ministro da Fazenda nos seguintes termos: “Achando-se o exército em campanha com uma dívida de mais de 6 meses de seus vencimentos, em consequência de não ter podido a tesouraria da província alcançar, na praça de Porto Alegre, quantias suficientes para sacar, e tendo o exército de operações se aproximado da fronteira do Rio Grande, resolvi mandar à mesma cidade o 1º escriturário da Caixa Militar, Antônio José de Campos, autorizado a sacar contra o Tesouro Nacional, a quantia necessária para fazer face ao menos à metade dessa dívida, ordenando-lhe, ao mesmo tempo, que fizesse o competente aviso ao Tesouro, declarando os valores das letras que tiver de passar. Os apuros em que me tenho visto na campanha, pela falta de recursos, e a aproximação do inverno, que muito dificulta as comunicações com a capital, justificam esta minha deliberação, que espero mereça

a aprovação de Sua Majestade, o imperador. Ao antecessor de V. Ex^a já eu havia pedido providências sobre o meio de acudir a semelhantes pagamentos, particularmente aos que pertencem ao ano financeiro próximo passado. Deus guarde a V. Ex^a. Quartel General das pontas do Piratini, 8 de abril de 1844."¹³⁴

Terminada a Revolução Farroupilha, pacificada a província, em 1846, um comandante de fronteira, já coberto de serviços ao país e em vésperas de maiores serviços, podia escrever a carta seguinte ao governador da província, narrando a situação de sua tropa, com aquela franqueza rude e veracidade exemplar peculiares à sua grandeza humana:

"Ilmo. e Exmo. sr. - Com o devido respeito, saúdo a V. Ex^a como súdito humilde e criado. Senhor, os apuros em que me vejo, na qualidade de comandante interino do 2º Regimento me deliberaram a dirigir-me a V. Ex^a rogando-lhe o especial favor de mandar ao quartel-mestre do mesmo regimento, Francisco Eleutério da Fontoura Palmeiro, os vencimentos que constam dos documentos que leva. Permita-me V. Ex^a, em confidência e com a confiança que me inspira um presidente soldado, lhe faça algumas observações: É neste campo, onde se vende pelo dobro do que se compra nessa cidade, que se não pagam etapas desde maio do corrente ano! E por isso é bem claro que os oficiais e cadetes comam fiado nas tabernas. Assim, por tanto tempo, perde-se o crédito preciso em quem serve o Estado. De mais a mais, pagamos dobrado o que comemos fiado. Faz três meses que não recebem soldo, o que aumenta a penúria, principalmente das famílias dos oficiais e cadetes, e concorre para um não sei que a respeito dos deveres de cada indivíduo. Em outubro do ano passado, recebeu fardamento este regimento. Já tenho, por vezes, dado parte de que há falta de vestuários e que muitos soldados não tem com que se cubram; todavia, nada posso pedir porque uma ordem do dia manda que, de julho em diante, os cor-

pos se fardem pela caixa respectiva! Porém isso são ordens, porque até esta data não me consta que saísse um vintém para o fundo de rancho ou fardamento.

“Temos aqui um fornecedor para as etapas, mas este vai aí receber a importância dos gêneros com que abastece o acampamento. E com que fundos hei de eu pagar o que comem os praças em diligências e destacamentos? Como hei de acudir às despesas de um hospital que recebe doentes de todos os corpos, e o seu fornecedor não quer negócios para a capital porque a sua lida de comércio é para Pelotas? O comandante da brigada sacava na praça de Bagé contra a Alfândega do Rio Grande, mas este único recurso que aqui tínhamos está vedado, e o comércio daquela praça não tem relações com o de Porto Alegre! Dir-me-á V. Ex^a, que os ponchos que recebi em outubro estão em frangalhos; eu também lamento que não durem o dobro, para não ver os soldados nus e, no entanto, obrigados ao serviço constantemente. Nem creio que os 60 réis diários cheguem para fardar um praça, e isto prova a disparidade seguinte: 60 réis para a corte, 60 réis para o Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, 60 réis para Pirai e até 60 réis para Missões! Duvidei da notícia que me deu um oficial vindo dessa cidade de que as etapas haviam baixado a 200 réis para os pontos da fronteira. Cada uma ração, neste ponto, o menos que nos custa às praças de pré é 305 réis. Se disto baixarem, os soldados comerão vento ou roubarão ao vizindário; certo que era mais cara ao governo a etapa fornecida pelo comissariado, que excedia os 310 réis que aqui recebemos. Enfim, senhor, seja o que quiser quem manda, mas parece-me que o que venho de expor está muito em relação com a nova aprovação da proposta, porém não com a criação de mais um regimento de linha, se acaso o mesmo sistema lhe chegar.

“Saiba mais V. Ex^a que os corpos de cavalaria, aqui e na fronteira do Rio Grande, estão sem cavalos para o serviço e há corpos

que nenhum tem! Do meu, que possui alguns cavalos, a metade montará mal. Concluo ratificando o meu pedido, certo de que o alcançarei da bondade de V. Ex^a, a quem não é minha intenção tomar o tempo precioso. Deus conserve os dias de V. Ex^a, como à Pátria é mister, e deseja o que é de V. Ex^a (a) Manuel Luís, Pirai, 29 de setembro de 1846.”¹³⁵

Outro depoimento, de outro grande chefe militar, e de 1865, isto é, na fase da Guerra com o Paraguai, confirma esse desprezo pelo exército. É uma carta de Andrade Neves a Osório, de teor seguinte: “Estamos mal; estão adoecendo muitos soldados e têm morrido já alguns, e os médicos sempre gritando que não há remédios. O médico que veio por último, mostra ser muito bom e cuidadoso, o que tenho estimado. Estimarei que V. Ex^a esteja restabelecido de seus incômodos. Nossas cavalhadas estão morrendo aos montes. Tem havido deserções; não na minha brigada, mas na gente de Passo Fundo. Os soldados estão muito nus e sem soldo. V. Ex^a nos dê remédio para estes males.”¹³⁶ E a situação era a mesma em todo o território do país. Com a agravante dos serviços de polícia, a que o Exército era obrigado, e que era outra forma de humilhá-lo. O próprio ministro da Guerra, em 1852, clamava contra isso: “Não concluirei, senhores, este artigo, sem ponderar-vos que o Exército não poderá atingir aquela perfeição que é desejável enquanto for ele na sua quase totalidade obrigado a servir de polícia.”¹³⁷

A LUTA CONTRA O EXÉRCITO

A *Guarda Nacional*, instrumento de força da classe dominante, era uma organização permanente – como costumam ser os exércitos – cujo serviço era pessoal e obrigatório, isto é, que obrigava os cidadãos. Essa obrigatoriedade estava contida no recrutamento – traço que distingue sempre o caráter das instituições militares. Ora, o recrutamento para a *Guarda Nacional* abrangia todos os homens

maiores de 18 anos e com menos de 50 anos, – justamente o que é objeto de recrutamento nos exércitos, em quase todos os países modernos. Na realidade, ninguém era obrigado a servir no Exército; mas todos eram obrigados a servir na *Guarda Nacional*. Os que serviam no Exército, como na Marinha, ou que haviam servido, os já na reserva ou reformados, estavam isentos do serviço da *Guarda Nacional*. O simples fato de ser o serviço no Exército apenas uma isenção para o serviço na *Guarda Nacional* comprova a prioridade desta. Os postos eram, na oficialidade, ou de nomeação do governo, os superiores, ou de eleição presidida pelo juiz de paz num conselho de seis eleitores entre os mais votados (porque as eleições em dois graus, da primeira fase do Império, criavam a situação indicada, em que havia eleitores de eleitores, e eleitores de mandatários). Ao contrário do que ocorria no Exército, pois. Outra diferença entre o Exército e a *Guarda Nacional* estava na missão específica de cada uma dessas organizações: o primeiro se destinava particularmente às operações contra inimigos externos, quando a *Guarda Nacional* aparecia como complemento ou reforço; a segunda se destinava particularmente às operações contra inimigos internos, quando o Exército aparecia como complemento ou reforço. Assim, o Estado confiava muito mais na *Guarda Nacional* do que no Exército para a repressão interna.

Na prática, e em especial no que diz respeito ao recrutamento, é que se verifica a diferença entre uma e outra organização, o carinho dedicado à *Guarda Nacional*, o desprezo dedicado ao Exército. Desprezo antigo, ancorado na fase colonial, aliás. Porque, já quando da invasão do sul pelos castelhanos, ficara observado o traço: “Com o conhecimento do desastre de Santa Catarina, sem poder eficazmente atender à ilha, resolveu o vice-rei mandar para o sul um forte contingente vindo de Minas Gerais, contingente este que não primava pela qualidade, pois diz José Marcelino que o governador de São

Paulo, em carta de 28 de maio, lhe comunicara: 'são pretos, brancos, mulatos, o que há de mais indigno daquela capitania'.¹³⁸ O que não era de espantar, pois "a organização das tropas com elementos escravos era matéria regulada em lei, formando-se até corpos particulares de libertos."¹³⁹ Realmente, na organização de 1824, constam esses corpos de libertos, distribuídos por várias províncias, e muito mais naquelas que possuíam maior número de escravos, naturalmente. Não apenas se recrutava na vilanagem, e só nessa, mas empregava-se a violência para o recrutamento: "Só consegui que lhe mandasse uns recrutas que para nada serviam, pela sua falta de preparação mental e militar: uma companhia de cavalaria de 37 homens e uma de infantaria, esta de 42 homens, ilhéus, chacareiros, hortelões e outros trabalhadores braçais, agarrados naturalmente à unha pelas autoridades militares. Tratava-se, como é fácil compreender, dessa gente pobre e desvalida, que sempre derramou, por bem ou por mal, o seu sangue pelo Brasil."¹⁴⁰

O recrutamento para o Exército, assim, deveria manter-se nos moldes coloniais: ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis, de malfeitores mesmo: "Junte-se a isso - esclarece um historiador militar - o velho costume colonial de isentar as classes abastadas e mesmo as classes médias do serviço militar. Para preencher os claros do Exército, era preciso caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com a suas noitadas de álcool, enfim os párias, os egressos daquela sociedade cheia de preconceitos contra os militares."¹⁴¹ Mais adiante: "Num país em que ser soldado era profissão, mas profissão que rebaixava o indivíduo a nível pouco superior ao dos escravos, já se vê que o voluntariado não bastava para preencher os claros do Exército, nem mesmo no tempo de paz. As fileiras só eram procuradas espontaneamente por alguns jovens

de tradicionais famílias militares, candidatos ao oficialato, entre os quais sobressaíam os cadetes. O grosso dos corpos de tropas, que nesse tempo policiavam as cidades e davam guardas nos presídios, formavam-nos os recrutados à força."¹⁴²

Outro historiador militar lembra: "O problema do recrutamento tinha que enfrentar, no regime monárquico, escolhos criados pelos costumes do período colonial." E cita Henrique Jorge Rebelo que, em trabalho publicado, em 1867, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, depõe: "O recrutamento é o mais devastador que é possível. Quantas vezes eu mesmo tenho observado soltar-se o atrevido capadócio por exemplo da potente senhoria? Quantas vezes, debaixo do santo manto do poder, tem-se visto prender-se o intrigado jovem, o único filho de uma família desgraçada? Quantas vezes, sob a pobre, mesquinha capa, hei observado chegar-se o ricaço camponês e, pelo escondido metal que consigo traz, livrar o filho, o parente, o amigo, talvez todos, no caso de sofrer o recrutamento?"¹⁴³ Handelmann indicaria, descrevendo a campanha de 1827: "As restantes províncias consideravam com má vontade o sempre renovado e cada vez mais severo recrutamento; e se já era, sem dúvida, motivo de geral aversão o serviço de muitos anos no Exército regular, agora que recrutas eram imediatamente despachados para distantes campos de batalha, numa causa estranha, se tornava amplamente odioso e somente pela força e por estratagemas conseguia-se preencher as fileiras, e o recrutamento tomava com isso a feição de verdadeira caçada ao homem."¹⁴⁴

A discriminação de classe no recrutamento, e discriminação entre os que se destinavam a uma ou a outra das forças militares, a regular ou a *Guarda Nacional*, foi uma constante do Brasil latifundiário e imperial: "Em 1837, adotaram-se certas providências para facilitar o preenchimento dos claros nos efetivos do Exército, entre as quais a de facilitar aos recrutados a apresentação de substitutos, ou o pagamento de uma indenização de 400 mil réis, por isenção

do serviço, medida que só aproveitava aos ricos e contribuía para agravar a impopularidade já tradicional dessa instituição no Brasil. Recorreu-se também ao velho sistema europeu do recurso a agentes recrutadores, dando-se, porém, tal encargo somente a oficiais. A princípio, lucravam eles 4\$000 por indivíduo que recrutassem, mas, depois, deu-se-lhes uma gratificação fixa de 40\$000 mensais, o que vinha moralizar mais o sistema sem, porém, lhe acrescer a eficácia. Os elementos assim incorporados eram reunidos em *depósitos de recrutadas*, onde recebiam alguma instrução, para depois serem distribuídos pelos corpos."¹⁴⁵

Handelmann distinguiu bem a diferença no recrutamento para a *Guarda Nacional* e para o Exército: "Segundo a lei de 8 de outubro de 1831, são obrigados a entrar para a milícia (*Guarda Nacional*) todos os cidadãos entre 18 e 60 anos, que possuam renda de 200 mil réis, nas grandes cidades marítimas (Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão) e 100 mil réis nos outros lugares do Império, e pertencem, até os 50 anos, à primeira conscrição, depois à reserva; os oficiais subalternos, até capitão, são eleitos pelos praças; o comandante do batalhão (tenente-coronel) e o seu major assistente, além do alferes, são eleitos pelos outros oficiais, ao passo que é reservado ao governo nomear os comandantes das legiões (coronel e major assistente)."¹⁴⁶ Para a Marinha, o sistema era o mesmo do Exército: "era costume recrutar à força índios, de preferência no vale do Amazonas, pegando à força os incautos que vinham às cidades." O sistema foi alterado, em 1847, estabelecendo-se "o voluntariado, com prêmio em dinheiro, o que não impedia contudo que, de tempos em tempos, quando não era suficiente, se recorresse de novo ao recrutamento forçado."¹⁴⁷

O recrutamento para a tropa regular foi alterado algumas vezes: em 1837, em 1841, em 1848, em 1852. As sucessivas leis, entretanto, admitiam a substituição; quase sempre apenas alargavam as isenções: chefes de família, estudantes, administradores de fazendas,

caixeiros das grandes casas de negócios, condutores de rebanhos, marinheiros e pescadores, artifices e operários de fábricas (se apresentassem atestado de boa conduta), funcionários e padres. Restava, para servir à força, o elemento disponível, as sobras do trabalho, os marginais da concepção moderna. E só a exigência de atestado de boa conduta para ficar de fora é eloquente. Exigir esta boa conduta para isentar-se do serviço era como denunciar a má conduta dos que ingressavam nas fileiras.

Handelmann, que comparou o recrutamento a uma caçada humana, tocaria em outro ponto curioso e característico: “e o recrutamento toma, por esse fato, a feição de formal caçada ao homem (como também no Brasil se costuma designá-lo), pelo que as autoridades subalternas se aproveitam, muitas vezes, da oportunidade para satisfazerem os seus ódios particulares, e desejo de vingança e cobiça, lesando a lei.”¹⁴⁸ Sem falar no fato de que os recrutadores não ousariam voltar suas vidas para o pessoal dependente, ainda que para o trabalho somente, dos grandes senhores, pessoal que constituía o exército participar de cada um. E J. B. Magalhães completa: “Mas, há mais: a política utilizava o recrutamento como arma – eleitoral ou de ação opressiva – convocando as milícias (...)”¹⁴⁹

Já em maio de 1831, os efetivos do Exército eram reduzidos à metade, de 30 mil para 14.342 homens. Em algumas províncias, são extintos os tradicionais Comandos das Armas. Tudo a pretexto de economia, naturalmente, como a suspensão das promoções, sob pretexto de que havia oficiais excedentes. Todos os cuidados passariam, depois, a ser dedicados à *Guarda Nacional*. Suas características eram evidentemente, políticas, como era próprio da classe dominante, que via no Exército ameaça à segurança de seus interesses: “Na realidade, foram mais motivos de política *interna* que *externa*, que sugeriram a criação da *Guarda Nacional*. Ela tomou, assim, um cunho essencialmente *político* o que, no futuro, vai ser causa de sua degenerescência

escandalosa, pelo abuso que os *políticos* fizeram dela, para as suas manobras eleitorais, em disputa do poder. De fato, o que ditou evidentemente a criação da *Guarda Nacional* foi o interesse *político-partidário* e não o da *defesa nacional*. E, por isto, ela não desempenhou em toda a parte, como no sul, o seu eficiente papel militar.”¹⁵⁰

As características oligárquicas da *Guarda Nacional* foram percebidas por muitos observadores e historiadores: “O que vinha destruir qualquer possibilidade dos delegados (de nomeação do presidente da província) subtraírem-se ao domínio dos senhores rurais era, além dos poucos recursos materiais de que dispunham, a existência da *Guarda Nacional* em todos os municípios, que reforçara muito o poder dos chefes locais. Tinha ela por fim auxiliar o Exército na manutenção da ordem, defender a Constituição, promover o policiamento. Havia a *Guarda Nacional* permanente e a 2ª linha, reserva, que devia ser composta dos funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, estudantes, pelas profissões liberais enfim, e com a qual os chefes locais acenavam como recompensa aos que não pertenciam a esta categoria e queriam escapar da permanente. Os chefes locais de prestígio recebiam, automaticamente, os postos mais altos da *Guarda Nacional*; o *posto de coronel* era concedido ao *chefe político da comuna*, as patentes de capitão a chefes locais influentes, e o *conselho de qualificação*, que declarava quem devia servir na reserva e quem ficava isento de servir na *Guarda*, era composto, em cada município, de eleitores do 2º grau mais votados, sob a presidência do juiz de paz. Era uma arma fortíssima nas mãos dos senhores rurais, não só porque legalmente se tornavam chefes militares, como porque em suas mãos estava mandar este ou aquele servir no Exército; com a *Guarda Nacional* eram ameaçados os revoltosos contra o mandão local, os adversários. E como o delegado, para efetuar uma prisão, geralmente necessitava do auxílio da *Guarda Nacional*, que se destinava expressamente a ajudar a manutenção da ordem

e promover o policiamento, é claro que não teria força nenhuma contra o mandão local e seus amigos."¹⁵¹

A obrigação de reforçar o Exército nas lutas externas só foi cumprida, na realidade, no Rio Grande do Sul, que suportou, até a guerra com o Paraguai, quase todo o peso delas. E se faltasse algum indício, entre tantos indícios eloquentes, sobre o caráter da *Guarda Nacional*, um deles seria suficiente para defini-lo: a *Guarda Nacional* dependia, não do ministro da Guerra, mas do ministro da Justiça: "Importava isto em limitar a missão do Exército à *guerra externa*, o que feria, de fato e de frente, o texto constitucional. A *politicagem* sofismava (...) Deixa bem visíveis os seus desígnios ocultos, quando, com as providências que adota, quebra a unidade das organizações militares do Brasil, retirando a *Guarda Nacional* da alçada do Ministério da Guerra; essa força militar terrestre e outras passavam a ser subordinadas ao Ministério da Justiça. A lei que criou a *Guarda Nacional* extinguiu os antigos corpos de milícias e ordenanças e os guardas municipais, de existência mais recente, cujos elementos foram fazer parte dela. Destarte, nada tinha a ver o Exército, ou o Ministério da Guerra, com a formação de suas reservas e adquiria na *Guarda Nacional* um concorrente para seu próprio recrutamento."¹⁵²

Assim, fora da alçada militar, subordinada à autoridade política, a serviço direto dos interesses da classe dominante, a *Guarda Nacional* se reservava o direito de recrutar os elementos melhores da sociedade, e distribuía os comandos segundo a confiança dos senhores de terras. Era uma força de elite, por cima e por baixo, nos comandos e na tropa. Enquanto isso, o Exército se obrigava a caçar os elementos marginalizados da sociedade para constituir a tropa, enquanto recrutava nas camadas médias a oficialidade. E, se assim era, para manter disciplina na tropa, cuja constituição estava assim viciada, tornava-se necessário o tratamento pela violência. O

castigo físico era outra tradição colonial, e os códigos são copiosos em informações a esse respeito.

As punições de prisão e multa, comuns, na fase colonial, foram aqui agravadas pelos castigos corporais, erigidos em norma. Os cronistas militares da época, na fase colonial e na fase autônoma, os mercenários alemães inclusive, deixariam numerosos depoimentos a propósito da rudeza os castigos disciplinares: "Oitocentas pancadas eram impiedosamente aplicadas a todo aquele que se afastasse por mais de 24 horas do seu quartel - castigo a que mui poucos sobreviviam". "É muita bordoeira (...) A portaria de 3 de setembro de 1825 mandou punir com 60 chibatadas a primeira deserção simples e com 100 a segunda."¹⁵³ Um historiador militar moderno confirma: "A disciplina em campanha era mantida pelos castigos corporais, que incluíam o estaqueamento, pela sobrecarga de serviço, pela imobilização em troncos improvisados e pelas repreensões verbais. Vigoravam como castigos disciplinares dos mais severos as surras com espada de prancha, de acordo com o regulamento de 1763, ou do conde de Lipe. Os crimes eram julgados em conselho de guerra e os castigos a aplicar iam desde surras até a pena de morte ou de prisão perpétua, com correntes de ferro nos tornozelos, a que chamavam carrinho."¹⁵⁴

Na formação da oficialidade, teve destaque a reforma da Academia Militar, em 1835, quando se juntaram a formação de oficiais do Exército e da Marinha; o ensino era longo, baseado na matemática. Separaram-se, novamente, em 1838, as formações, dando origem às Escolas Militares e Naval; na primeira, os oficiais de infantaria e cavalaria tinham formação rápida, em dois anos, os que se destinavam à artilharia e engenharia passavam nela cinco anos, assim como os que se destinavam ao Estado-Maior. Dividiu-se a oficialidade de terra em duas frações: uma, constituída de uns poucos elementos oriundos da classe dominante, particularmente

prestigiosos por motivos políticos, que se reservavam as funções mais importantes, como depositários da confiança das autoridades, e que passavam parte do tempo em serviço político, como representantes partidários, nas câmaras eletivas, ou como mandatários do governo, dirigindo províncias; outros, a maioria, e particularmente depois de consolidada a dominação da classe senhorial, seriam oriundos das camadas médias, da nobreza titular em declínio, elementos menores e menos favorecidos das grandes famílias, desprovidos de posses, mas as condições de acesso para estes eram difíceis e excepcionalmente recebiam funções políticas, eletivas ou nomeadas.

Já o mesmo não acontecia na Marinha, encarada como atividade enobrecedora, quando na oficialidade evidentemente, porque a condição de marinheiro envilecia; para a Marinha se encaminhavam, em esmagadora maioria, elementos oriundos da classe dominante. A distância que separava a oficialidade da tropa, no Exército, era, assim, muito menor do que na Marinha. E se, a partir da segunda metade do século 19 principalmente, as forças de terra sofreriam os efeitos do avanço técnico, que tornava as armas de guerra de fabricação privativa dos países adiantados em seu desenvolvimento, com indústria estabelecida, a Marinha receberia o reflexo dessa transformação de forma muito mais acentuada, ficando na dependência de compras no estrangeiro.

As iniciativas de Mauá, que encontraram reflexos no provimento de navios à Marinha, desde que impulsionou o estabelecimento da Ponta d'Areia, sofreram declínio acentuado, desde que por pressão externa, e da Inglaterra em particular, voltamos a adquirir barcos no exterior, abandonando a produção interna, numa concorrência que a incipiente indústria naval brasileira não poderia enfrentar. Na proporção em que os meios militares se tornam complexos, ligados ao desenvolvimento industrial fundado particularmente na metalurgia, o aparelhamento das forças armadas vai se tornando um

grave problema, colocando o país na inteira dependência do exterior até mesmo para o movimento de armas individuais. E as forças armadas tendem, com o recebimento desses meios indispensáveis, particularmente pelas lutas externas, a copiar os modelos externos, nos costumes, na disciplina, no fardamento. Na Marinha imperial, e com prolongamento à fase republicana, será acentuado o traço e o hábito da imitação. E não apenas no que é formal e ritual, mas ainda no que é essencial: a Marinha permanecerá, como a diplomacia, um dos últimos redutos do preconceito ostensivo de raça e surgirá como ilha de brancos ou brancarões, num país de população predominantemente negra e mestiçada. Enquanto no Exército, o acesso ao oficialato de mulatos e de negros, particularmente depois da guerra com o Paraguai, passará a ser normal e comum.

Esse traço de aparente tolerância refletia apenas a desestima pelo Exército: a nação não se reconhecia nele, não se via nele representada, mas sim na Marinha. Esta devia, por isso, ser como uma vitrine bem cuidada, para dar a ideia do que não éramos, mas desejávamos ser, segundo os padrões da classe dominante. A desestima pelo Exército se verificava ainda no fato de lhe serem entregues funções policiais: tais funções, que tendem a avultar com o tempo, estão presentes no pensamento dos reformadores, a cada inovação nas instituições militares terrestres. A respeito dessas ideias, diz um comentarador: "Apesar das referências à segurança da fronteira e às necessidades de guarnição dos fortes do litoral, torna-se visível que o papel policial do Exército era visto de um modo preponderante, o que se compreende facilmente pelo fato de ter sido feita (a reforma) ao término do agitado período da Regência."¹⁵⁵ As reformas de 1842, 1845, 1847, 1850, todas parciais, resultam das ameaças platinas, que começam a crescer, novamente. Mas a campanha contra Rosas será desenvolvida ainda, e em aliança com forças argentinas e orientais, à base dos elementos irregulares da província sulina.

A reorganização formal continua a avançar, porém, aos arrancos, com inovações circunstanciais: a criação da Repartição do Quartel Mestre General, em 1853; a do Ajudante-General, em 1858, já tendo sido criada, em 1851, a divisão do território em Distritos Militares. Na metade do século, os efetivos permaneciam, no Exército, em nível baixíssimo, ainda considerada a época, menos de 1.400 oficiais, menos de 16 mil praças. O armamento predominante era a antiga espingarda de pederneira, até que entraram as primeiras armas Minié, espingardas e clavinas. O efetivo permanecia em 18 mil, em 1864, quando se iniciou a guerra com o Paraguai, com o problema da Banda Oriental do Uruguai. Por aí se verifica, claramente, como o Império estava militarmente desaparelhado: pensava que poderia resolver o problema platino apenas à base da tropilha gaúcha. Para manter-se, a classe dominante não necessitava dele: tinha a sua *Guarda Nacional*...

A RECONSTITUIÇÃO DO EXÉRCITO

A concentração de poderes que se espelhou diretamente na centralização política e administrativa predominou no Brasil entre a lei interpretativa do Ato Adicional, que reduziu bastante a quase plena autonomia provincial, e o fim da Guerra do Paraguai, quando os protestos contra o sistema começaram a avultar. Grandes transformações iriam ocorrer no país durante essa fase: o largo edifício colonial começa a denunciar as primeiras brechas. O surto da lavoura do café nas terras próximas da corte traria sensível desafogo na situação econômica. Os acordos tarifários com a Inglaterra, ligados aos tratados firmados em 1810, são abandonados: a reforma Alves Branco estabelece novos critérios e uma ampla pauta de tributos de entrada. A extinção do tráfico negreiro, em 1850, deixa livres recursos enormes, que se transferirão a investimentos até aí desconhecidos ou embrionários. Surgem as primeiras ferrovias. A

navegação a vapor aproxima as regiões do país; dentro em pouco predominará sobre a navegação a vela. Instalam-se linhas telegráficas. E as empresas pioneiras de Mauá denunciam um quadro novo de atividades enquanto o aparelho de crédito se amplia. A vida urbana se desenvolve e recebe os benefícios de novas técnicas, de iluminação e de transportes particularmente. O comércio se desenvolve; o exterior fornece saldos. Aumenta a população livre, buscando um lugar na estrutura social e, conseqüentemente, amplia-se a divisão do trabalho. O desenvolvimento não é uniforme, porém: velhas zonas, antes opulentas, entram em declínio ou permanecem em situação vegetativa. Começam a aparecer, com forte tendência a generalizar-se, relações capitalistas de produção.

A centralização afetaria as condições de funcionamento da *Guarda Nacional* justamente porque muitos dos poderes delegados às províncias vão sendo retomados pelo governo central: na presidência do conselho de qualificação, que regulava as convocações, não estava mais o juiz de paz, emanação do poder local, mas o juiz municipal, nomeado pela corte. E era esta que nomeava os presidentes de província e, agora, se reservava o direito de expedir as patentes dos oficiais da *Guarda Nacional*, cobrando emolumentos: concedia títulos, mas amputava poderes. A legislação, mais adiante, aprofundaria as alterações. Lei de 1865, ao abrir-se a guerra com o Paraguai, só regulamentada em 1874, determinou que a *Guarda Nacional* só fosse convocada em caso de luta externa, alterando, na sua essência, as finalidades da organização. Estava prevista, também, para a convocação, a eventualidade de comoção interna, mas o quadro dos comandantes, dos oficiais superiores, dos subalternos e até das unidades reduziu-se muito.

Tais alterações não passaram despercebidas aos estudiosos: "Há também uma outra instituição, a *Guarda Nacional*, em que se haviam transformado as antigas milícias locais, e cuja força é considerável na-

quela época. Esta instituição passa, também a ser subordinada, desde 1850, ao poder central. Dele passam a depender o comandante e a oficialidade, bem como a organização do alistamento. Equivale dizer que, daí por diante, o poder central enfeixa em suas mãos a polícia e a guarda cívica”. Generalíssimo da polícia – exclamava Tavares Bastos – o ministro da Justiça ficou sendo também da Guarda Nacional. São dois exércitos que marcham ao sinal de comando: A conquista é infalível: eis as câmaras unânimes de 1850!”¹⁵⁶ E quando surgem os primeiros sinais de arregimentação republicana, em 1870, os manifestantes não se esquecem de destacar o papel da Guarda Nacional, combatendo-o: “Militarizada, arregimentada ela no funcionalismo dependente, na Guarda Nacional, pela ação do recrutamento ou pela ação da polícia é ilusória a soberania que só pode revelar-se sob a condição de sempre de acordo com a vontade do poder.”¹⁵⁷

A sociedade do período áureo do Império, entretanto, não concede ao militar nenhum lugar de destaque. Sua importância, individual ou de classe, é reduzida. Daí ser comum que as tropas permanecessem longos meses à mercê da sorte, sem perceber vencimentos, fardamento ou quaisquer recursos. Ao longo de toda essa época, de vários quadrantes, de todos os lugares em que havia força militar de linha, a queixa é a mesma, e dela não estão isentos ainda os que vivem na fronteira sulina, sempre mobilizada ou conflagrada: o descaso com a tropa constituía regra inflexível. Não é suficiente verificar no mal apenas a inoperância administrativa; é preciso ir mais a fundo, e encontrar a desestima senão a aversão pelo militar profissional. O recrutamento, por isso mesmo, se estiolava nas condições mais lamentáveis: tratava-se mais de processo policial do que de norma militar, e as crônicas da época estão cheias de lamentações e de protestos contra os desmandos dos recrutadores. A caserna continuava a ser refúgio de desocupados, de desqualificados, de malfeitores – uma espécie de castigo.

As *falas* do trono constituem indicação de singular valor para a verificação dessa desestima pelo militar. Inclui em suas falsas concepções, no sentido policial com que encaram a função do soldado, na absoluta incompreensão de seu papel nacional. Tudo isso significava, em suma, que o lugar ocupado pela tropa, na época, era dos mais secundários. Pouco mais ou menos o mesmo se pode dizer em relação ao que afetava o recrutamento dos oficiais. Proporcionando-lhes, em suas escolas de formação, ensino acadêmico e até singular para o tempo, já se apontava aos instruendos o caminho de outras atividades. Na tropa permaneceriam os elementos menos credenciados, do ponto de vista daquela formação intelectual. Não havia na profissão das armas nenhum atrativo social ou econômico. O Exército ocupava lugar absolutamente destituído de significação. Não representava o elemento de força em que se apoiava a estrutura social, o domínio da classe que governava o país. Essa classe não tivera, até aí, necessidade dele, para defender-lhe os privilégios e os interesses; tinha a sua própria organização militar, recrutada em suas próprias fileiras, rigorosamente fiscalizada, estreitamente comandada. Não precisava de outra.

Quando os pronunciamentos provinciais, levados ao clima da luta militar, se extinguem, dominados por mão de ferro, o país entra numa fase de aparente paz interna, que encobre as grandes transformações em processo, aquelas da segunda metade do século 19, quando parcela da classe dominante, a das zonas em declínio, perde influência, conservando honras e direitos antigos, enquanto outra ascende, por força do desenvolvimento de atividades novas, a do café por exemplo, passando a absorver grande parte, logo depois a maior parte, do poder. O declínio da classe senhorial estava aparentemente consolidado, entretanto. Não havia necessidade de conferir demasiada importância ou destaque - e isso teria sido difícil - ao instrumento militar que, atravessando longo período

de estagnação, vai se reorganizando a pouco e pouco, através de obstáculos sem conta, em constante mediania. Não houve, pois, nenhuma condição para situar a condição militar como de casta; ao contrário, o militar é funcionário de segunda ordem, esquecido, mal pago e sem nenhuma representação social. Nesse sentido, a Marinha se distingue bastante, diferenciando-se, desde cedo, merecendo outro apreço. O recrutamento da oficialidade, por isso mesmo, fica mais ou menos à vontade, no Exército, quando não totalmente à vontade. E ela será formada nas camadas, sempre em desenvolvimento, a que a estrutura da produção concede lugar reduzido, insignificante. É na camada livre, mas não proprietária, principalmente, que será recrutada a oficialidade, na classe média que se esboça.

A esse respeito, um comentador de Rui Barbosa saberia distinguir bem os termos do problema: "Mas esse rudimento de burguesia não seria capaz de alterar a estrutura da sociedade. A classe média nascente, a que se incorporam funcionários e empregados, vai-se cristalizar em torno de uma nova força, que nela iria buscar toda a sua composição - essa força é o Exército Nacional. Não se tem dado, a meu ver, o relevo devido a esse fato capital da nossa história: a identificação do Exército com a classe média. Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estruturação econômica robusta, que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é também certo que essa influencia surge compensada pela concentração de força política, que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder novo: o poder militar. Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dele fariam daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova força, para a qual também não contribuíram os filhos da

aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar."¹⁵⁸

Nos primeiros lustros de funcionamento, realmente, os cursos jurídicos eram a saída adequada que a classe dominante encontrara para formar os quadros indispensáveis ao aparelho de Estado: "Numa sociedade como a nossa - escreveria um ensaísta - em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais como o anel de grau e a carta de bacharel podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas, que pertencem às classes servis."¹⁵⁹ Acentuando, mais adiante: "Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial."¹⁶⁰ Só mais tarde, quando a sociedade tiver denunciado, em suas alterações, os efeitos das profundas transformações na estrutura da produção, surgirá o liberalismo jurídico, de que as faculdades serão provedoras fecundas: "E se muitos não ousavam ainda trocar a milícia pela mercancia, que é profissão baixa, trocavam-na pela toga e também pelos postos de administração civil e empregos literários, de modo

que conseguiram resguardar a própria dignidade, resguardando, ao mesmo tempo, a própria comodidade.”¹⁶¹

Os quadros favorecidos pelos cursos jurídicos, nos seus primeiros lustros, pois, destinavam-se a manter a ordem vigente, e não a lhe alterar as bases, a resguardar os seus fundamentos e não a enfraquece-los. Seriam recrutados naquela classe e a ela voltariam, como servidores aparelhados, dotados de meios para justificar os seus pretensos direitos e para transformá-los em normas legais, em decisões de poder: “Ao lado dos escravos, vicejava a multidão brilhante dos senhores territoriais, a nossa aristocracia rural. O destino era um dilema imperioso: ou vivia subjugada à terra, na madraçaria das caçadas e pescarias e multiplicando a plebe das senzalas – ou fugia à realidade triste, empavonando-se de bovarismo, entulhando-se de bacharelise. E, quase sempre, em todos os casos, os grandes fazendeiros, ciosos de hegemonia política, despachavam os filhos para os bancos e exames das faculdades de Direito de Recife ou de São Paulo. Ali, eles se adestravam em prélios oratórios, cultivavam os dotes poéticos, exacerbando as imaginações, já exaustivamente exacerbadas pelos sóis tropicais. Esses eram os futuros dirigentes, nascidos no latifúndio e esquecidos do espírito da nossa terra pela atração empolgante das cortes europeias. Todavia, antes de tudo, por trás desse bovarismo de suntuosidades literárias, eles eram principalmente os filhos dos grandes fazendeiros, os representantes dos inumeráveis interesses latifundiários, os componentes das oligarquias e clãs políticos que constituem a realidade nacional.”¹⁶²

Ora, quando as transformações da segunda metade do século 19 estão em pleno desenvolvimento, e já começam a denunciar os seus efeitos sociais e políticos, embora ainda de forma embrionária, acontece o imprevisto da guerra com o Paraguai. Imprevisto, naturalmente, apenas segundo a duração e o esforço que exigiu. E aparece a necessidade, quase súbita, de enquadrar ou mesmo substituir o

instrumento militar que até aí fora encarregado de solucionar, com os seus próprios recursos, os nossos problemas externos, que eram unicamente os platinos – o estancieiro-chefe militar, com a sua tropa irregular de cavalaria, constituída, à maneira medieval, pelos peões das estâncias, com as suas montadas, os seus arreios e as suas armas – , por outro instrumento, organizado em novos moldes, soldado em outra têmpera, fundado em outras técnicas e processos de combate.

Contra o profundo e sólido sistema fortificado que Lopez levantara nas barrancas do Paraguai, já não era suficiente, na sua bravura insofrida, à tropilha gaúcha. Ela poderia, como aconteceu, continuar a ser instrumento importante, mas instrumento auxiliar, colocado ao lado de outro, enquadrado por outro, o do Exército regular, a cuja disciplina deveria submeter-se, cujos processos e técnicas deveria aceitar. Ora, a necessidade quase súbita de criar um instrumento militar forte, para operar distante de suas bases nacionais, contra inimigo que lutava em seu próprio território, numa guerra de longa duração – e nessa longa duração estava o imprevisto do problema – imporá novas medidas: uma atenção mais próxima, continuada e persistente para com esse instrumento militar, concessões de honras e regalias aos seus membros, ampliação do sistema de recrutamento, fomentando o voluntariado, inclusive com a largueza das alforrias ao escravo alistado. No decorrer da campanha, homens da classe média, e mesmo, em casos excepcionais, de camadas inferiores, galgam o oficialato. Rompe-se a linha de cor, e o rótulo da pele deixa de se constituir em impedimento à ascensão na hierarquia militar. Fora sempre frouxo, na tropa regular, e a guerra o liquidou quase totalmente. Por outro lado, o recrutamento se choca com o regime de trabalho escravo, debilita o mesmo através de medidas legais, provoca alforrias e fugas numerosas. A nobreza de títulos começa a receber a contribuição militar, ainda que em parcela reduzida. Depois da guerra, em parcelas crescentes, embora minoritárias.

Um lustro de campanha, durante a qual a mobilização cobrira, em certos períodos, mais de 100 mil homens – homens de todas as províncias, e em particular daquelas onde a massa escrava era mais numerosa, e de todas as origens, particularmente as camadas inferiores –, teria de forjar nova mentalidade no Exército. O acontecimento, sob todos os aspectos, fora demasiado traumatizante e demasiado longo para que deixasse de produzir efeitos consideráveis, tanto mais que tinha antecedentes e significativos. O Exército que surge da guerra com o Paraguai é força nova na vida do país – não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional. Até aí – e é interessante verificar esse aspecto –, fora possível a participação, e nem era vedada, de grandes chefes militares na vida política, fazendo parte das agremiações partidárias em que se repartia a luta parlamentar no Império. Pelas suas origens, Caxias, de tradição indefectivelmente conservadora, será das figuras de prola do partido com que se afina; pelas suas origens, Osório, figura espontaneamente liberal, será dos vultos marcantes do partido contrário. Isso não significa a intromissão do Exército na vida política, e contra isso jamais se levantou voz ponderável, não representava isso nenhum fenômeno ou anomalia, não se discutiu nunca o problema, nem se propôs impedimentos ou se ergueu protesto, ao tempo. Isso não tinha importância – porque o Exército não tinha importância.

Depois da guerra com o Paraguai, entretanto, o cenário fica mudado inteiramente. Na proporção do envolvimento de cada figura ilustre de chefe militar na vida política existia o fato ou a possibilidade de envolvimento do Exército. E o Exército, agora, tinha importância. É curioso que a tese, evidentemente falaciosa, de que o lugar do militar é no quartel, de que a força militar deve ser muda, de que os seus elementos devem apenas cuidar de seus afazeres profissionais, como autômatos, não foi levantada até aquela

fase. A partir daí, o processo de alteração da estrutura do país persiste em seus rumos, e alinha sempre novos problemas, cada vez mais profundos. Mesmo durante a luta militar externa, aquele processo não sofreu pausa. Agravou-se, muito ao contrário. Acelerou o seu ritmo. Depois da guerra, surgiram questões importantes, marcando a inquietação do tempo, a fermentação que se generalizava, o aparecimento de situação nova: a da liberdade dos sexagenários, a da lei eleitoral, a da liberdade do ventre da escrava, a Religiosa, a Militar. Denunciando-se, de certa maneira, como ligadas às mesmas causas, na Abolição, na República, no Encilhamento, sintomas evidentes, gritantes, daquelas alterações que marcavam etapas num acelerado processo de desenvolvimento.

Terminada a guerra, os efetivos do Exército voltam a baixar: são 19 mil homens, em 1871, apenas 15 mil, em 1880, oscilando entre 11.300 e 13 mil, no período de 1881 a 1889, isto é, o efetivo de uma Divisão Moderna, e não mais. Esse era o efetivo da tropa, mas havia a oficialidade que, tendo prestado serviços e ascendido na carreira, durante o conflito, permanecia em atividade ou se acolhia à reserva, atenta à vida pública do país. Tornava-se cada vez mais difícil o aparelhamento das forças armadas, pelo desenvolvimento das técnicas, com a indústria pesada, e pelo fato de que o Brasil permanecia sem condições para ingressar na etapa da industrialização. Começa, subrepticiamente, a repontar, na consciência dos militares de terra e do mar, porque as relações objetivas são, nisso, de clareza meridiana, a necessidade de impulsionar a indústria, de abandonar o estágio agroexportador a ligação entre indústria pesada e armamento e, conseqüentemente, entre o país desenvolvido industrialmente e forças armadas organizadas e eficientes. Estas, a pouco e pouco, e a guerra contra Lopez fora prova concludente, tornavam-se organizações complexas, compatíveis apenas com países em que a produção tivesse atingido o grau de complexidade necessário à manutenção delas.

Surge a iniciativa de mandar oficiais, à Europa, estudar os novos armamentos. Algumas compras são efetuadas, aparecendo, a partir de 1872, os fuzis a Comblain e o canhão alemão Krupp que terá vida longa na artilharia brasileira. Em 1874, a Escola Militar separa-se da Escola Central, na tendência para formação especializada que distinguisse o militar do engenheiro. O ensino de formação passa por várias alterações, e surge legislação específica para as promoções de oficiais. A tentativa realizada, em 1875, de alterar o sistema de recrutamento, introduzindo o alistamento obrigatório e o sorteio para suprir as notórias e antigas deficiências do voluntariado, gorou, diante da resistência política.

Surgiriam, então, os graves problemas políticos em que a participação dos oficiais se faria notória, com certos traços de escândalo. Essa participação, entretanto, comprovaria a impossibilidade de existência de forças armadas estanques, desinteressadas dos problemas do país. Encaradas até aqui mais em seus aspectos formais e disciplinares, revelavam, na verdade, o que havia de mais profundo nas alterações por que passava o Brasil.

A QUESTÃO MILITAR

A guerra com o Paraguai alteraria profundamente a estrutura social do Exército. Não teria sido possível, realmente, desenvolver as longas operações no exterior, durante cinco anos à base da tropilha irregular gaúcha e à base do voluntariado à força que se arregimentava nas unidades de linha. Em janeiro de 1865, pois, o governo imperial atendeu às novas e impositivas necessidades do Exército com a lei que previu a organização dos corpos de Voluntários da Pátria, isto é, cidadãos entre 18 e 50 anos que, além do soldo comum aos praças, perceberiam mais 500 réis diários, a gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no fim da guerra, "um prazo de terras de 22.500 braças quadradas, nas colônias militares

e agrícolas”, todas as promoções por bravura, invalidez com meio soldo, pensão de meio soldo também a herdeiro indicado à vontade, decisão que faria acorrer às fileiras milhares de cidadãos que, nas condições anteriores, teriam sem dúvida se eximido do serviço. Essa composição seria afetada também pelo ingresso de libertos e de escravos, em grande número: a maioria da tropa regular que combateu no exterior era constituída por negros; depois de carregar o fardo do trabalho, carregariam o fardo da guerra. Mas voltariam ao país com novo espírito, com capacidade muito mais ampla de analisar a sociedade escravista brasileira.

E está claro que a guerra, não alterando a composição, no que diz respeito à oficialidade, contribuiu profundamente para caracterizá-la melhor: “Basta cotejar a situação política das várias repúblicas latino-americanas, para compreender o que em qualquer delas tem representação a criação de um exército com quadros permanentes e estrutura estável: enquanto perduram as formações militares incipientes ou irregulares, acessíveis ao prestígio de chefes de fortuna, reina o *pronunciamento*, a revolução de palácio; quando se alcança a etapa da institucionalização do Exército, este deixa de ser a estrutura, para ser a subestrutura política, e sua autoridade assume um caráter potencial.”¹⁶³ Mais adiante: “Industriais e negociantes – a classe média civil – ligados ao exército nacional – a classe média militar – podem ter entre si discordâncias de ideias, antagonismos, mas estão ligados pelo mesmo imperativo de alteração dos quadros vigentes, e por isso geram e executam a república.”¹⁶⁴

Que, com essa composição, e relegado a posição secundária, logo depois da guerra com o Paraguai, o Exército se inclinasse a participar das alterações que se esboçavam, não é de espantar. E os precursores do regime republicano, depois de 1870, quando lançam o seu Manifesto, insistem sempre no aliciamento dos militares. A *República*, órgão que defendia aquela alteração de regime, manti-

nha uma seção “À classe militar”. Nela, a certa altura, examinaria a degradação do soldado, na forma seguinte: “O castigo corporal, ainda subsistente, é que é de si só o testemunho vivo da degradação da classe; a manutenção do Código draconiano do conde de Lipe, como base da legislação militar portuguesa e brasileira, código bárbaro e monstruoso que no seu próprio excessivo rigor encontra o primeiro obstáculo à sua fiel e íntegra execução; a infidelidade na execução dos contratos de engajamento, infidelidade levada pelo governo imperial até o crime, sendo a má-fé do governo a mais ativa e poderosa força de desmoralização do Exército; os constantes abusos do governo com relação à liberdade pessoal dos militares e a ineficácia, quando não a compressão, dos tribunais aonde essa liberdade devia encontrar o mais forte escudo – as injustiças constantes do governo imperial, na apreciação dos serviços militares, ora graduando a covardia e a inépcia, ora preterindo a capacidade e o valor; finalmente, a mediocridade do salário compensador de tanto sacrifício, salário que nem corresponde às necessidades elementares do cidadão que se fez soldado nem lhe permite amparar da miséria, nem a si, nem aos seus.”¹⁶⁵ Em 27 de fevereiro de 1873, a polícia imperial depredou a redação do jornal, repetindo a violência na noite seguinte. O clima político começava a agitar-se; logo surgiria no palco a questão religiosa.

Embora a legislação referente ao recrutamento tivesse sido melhorada, a situação era ainda precária: o alistamento só cobria as camadas inferiores da sociedade, era permitido isentar-se do serviço por meio de contribuição pecuniária, um indivíduo podia ser substituído por outro e muitos entregavam escravos para esse fim, ou pagavam a terceiros: “Nas fileiras do Exército como nas tripulações da Esquadra só se viam negros e mestiços de vários tons, além de brancos dos sertões”, escreverá Oliveira Lima. O regulamento disciplinar de 1875 prescrevia punições disciplinares contra deter-

minadas ações que já se anunciavam como perigosas para as instituições vigentes: autorizar, promover ou assinar petições coletivas; provocar pela imprensa conflitos ou rixas com os seus camaradas; publicar qualquer representação que tenha feito contra seu superior, sem permissão da autoridade a quem a mesma representação foi dirigida etc. E outra escala de punições, visando a indisciplina comum, abolindo o açoite, mas admitindo a supressão de refeições, a redução de rações e a carga de armas, que consistia em ter sobre os ombros o punido, durante horas, o peso de seis espingardas. O objetivo a alcançar era, como se vê, muito mais o de frear manifestações políticas do que o de manter a disciplina formal.

E, realmente, haveria logo sobejos motivos para o rigorismo imperial. Em 1879 surge o incidente entre o comandante das armas da província da Bahia, brigadeiro Barros Falcão, e o presidente da província. Deodoro da Fonseca é mandado substituir o seu camarada envolvido no incidente. De lá, escreve a Osório, ministro da Guerra: "Não passo de um verdadeiro comandante superior de Guarda Nacional da roça." Às vésperas da lei eleitoral que Saraiva conseguira fazer passar, ocorreram na corte sérios motins de rua, com vários mortos e intervenção da tropa do Exército. Em 1883, um grupo de oficiais eliminou o jornalista de *O Corsário*, o conhecido verrineiro Apulcro de Castro, que difamara um deles. O incidente carecia de importância, tomado isoladamente, mas motivou discussões parlamentares e terminou por motivar a queda do gabinete Lafaiete. Andrade Figueira diria que se tratava de "rebelião militar vitoriosa". A ampliação do caso reflete a sensibilidade aguda do ambiente político às questões envolvendo militares: era sintoma grave. A Questão Militar, entretanto, surgiria em 1884.

E surgiria vinculada a outra questão, a da Abolição, comprovando a estreita dependência entre o que se passava no meio militar e o que se passava na política do país. Porque a grande questão, a

fundamental, naquela fase, era a do trabalho, e polarizaria todas as atenções, não podendo os militares, evidentemente, permanecer alheios a problema desse porte. Não ficaram alheios mesmo, muito ao contrário, dela participaram intensamente, e a Questão Militar, foi apenas, sob os seus aspectos fundamentais, uma das faces da luta profunda que se travava em todo o país no sentido da liberdade do escravo. É fácil compreender, por tudo aquilo que se conhece sobre o recrutamento, que um problema que afetava a sorte do negro encontrasse repercussão entre os militares, uma vez que o negro, liberto ou escravo, havia constituído o grosso das forças militares e daquelas que tinham combatido no exterior. De outro lado, sendo a oficialidade recrutada particularmente na classe média, que vinha em ascensão, é ainda fácil compreender como os anseios libertários encontraram nela enorme receptividade.

Em março de 1884, com a libertação dos últimos escravos, a província do Ceará chegara à extinção do sistema. Os acontecimentos da distante província encontram eco na corte, e principalmente nos meios estudantis, que tiveram participação muito grande no abolicionismo. Nas lutas do Ceará tivera papel destacado o jangadeiro Francisco do Nascimento, denominado *Dragão do Mar*: cabia aos jangadeiros o transporte de carga dos navios, que ancoravam ao largo, ao cais, e Nascimento comandou a decisão dos jangadeiros de recusa ao transporte da carga especial que era o escravo, impedindo, assim, a saída de escravos da província para outras. Era golpe muito sério no sistema, pois ele vivia agora do comércio interno de escravos. Francisco do Nascimento foi por isso glorificado pela imprensa abolicionista e convidado para vir à corte onde as homenagens que receberia representariam forma ativa de propaganda abolicionista. Recebido triunfalmente no Rio de Janeiro, foi levado às sociedades abolicionistas, aos teatros, aos jornais. Foi levado também à Escola de Tiro, em Campo Grande, comandada por oficial que se distinguira

na guerra com o Paraguai e que gozava de merecido renome nas fileiras, o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, abolicionista convicto. A imprensa registrou a visita e destacou a sua significação. Não a interpretou do mesmo modo, entretanto, o ministro da Guerra, Franco de Sá, que censurou o comandante que permitira tal evento. É evidente que os abolicionistas comentaram asperamente o incidente, dando-lhe relevo muito grande.¹⁶⁶

Em 1886, sendo chefe de gabinete o barão de Cotegipe, o visconde de Pelotas, um dos chefes militares que se haviam distinguido na guerra com o Paraguai e merecido título de enobrecimento, teve oportunidade de pronunciar severo discurso, no Senado, a respeito da situação atravessada pelo Exército e do desprezo que merecia das autoridades políticas. Mencionava até alguns dados surpreendentes: em 1884, com um efetivo de 13 mil homens, haviam passado pelas prisões, no Exército, 7.326 homens, de que 54 eram oficiais; em 1885, as deserções haviam subido a 502. Como respondesse o ministro da Guerra, o orador observara que as iniciativas das autoridades se resumiam em transferir oficiais pelo fato de pertencerem ao partido político contrário, e citou uma série de casos. Pouco adiante, o ministro da Marinha entra em choque com um dos grandes daquela força armada, Silveira da Mota, barão de Jaceguai, que solicita reforma. Aceito o pedido, o agravado recebe a solidariedade consagradora de seus companheiros de armas, todos eles com grandes serviços prestados ao país.

O clima atingiu ao máximo, entretanto, com o incidente de que foi protagonista o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, outro veterano da guerra com o Paraguai que, em inspeção à tropa da província do Piauí, acusou as irregularidades ali encontradas, e que eram comuns no tempo: as negociatas com o soldo dos praças e com os prêmios aos voluntários e engajadas. Cunha Matos era oficial dos mais distintos do Exército e a autoridade acusada, capitão

Pedro José de Lima, juntava sua condição de militar à de membro do Partido Conservador, tendo sido ainda delegado de polícia numa comarca do interior. Esse laço partidário fez com que um deputado conservador daquela província, Simplicio Coelho de Rezende, tratasse do problema na Câmara, em discurso de 15 de julho de 1886, defendendo o seu correligionário e afirmando que a acusação provinha do fato de ser Cunha Matos ligado ao Partido Liberal. A linguagem empregada pelo parlamentar foi a mais violenta. Violenta foi, conseqüentemente, a resposta que lhe deu Cunha Matos, pela imprensa. A intervenção do ministro da Guerra, Alfredo Chaves, consistiu em punir Cunha Matos.

Se o incidente Sena Madureira fora devidamente aproveitado pela imprensa, o de Cunha Matos não ficou apenas nesse terreno, tendo motivado intervenções diversas na tribuna parlamentar. A mais veemente delas foi a do visconde de Pelotas: "Mas o honrado ministro - diria, referindo-se ao titular da Guerra - em vez de defender o honrado oficial, defendendo a própria classe militar de que sua excelência é o chefe, preferiu conservar-se mudo, reservando toda a sua veemência para castigar o oficial, quando este protestou pela imprensa. É preciso pedir licença até para gemer!" O discurso do general Câmara fora em 16 de agosto; logo no dia seguinte, comparece o ministro da Guerra ao Senado. A sessão inteira é dedicada ao que começava a assumir as proporções de Questão Militar. O problema se agrava quando começa a correr a notícia de que o conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, ex-ministro da Guerra, e agora deputado provincial no Rio Grande do Sul, vinha de denunciar ao Supremo Tribunal de Justiça do Império o marechal Deodoro da Fonseca pelo crime de prevaricação. E se agrava ainda mais quando, no Rio Grande do Sul, onde servia o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira revive o incidente em que fora envolvido, em artigo publicado justamente no órgão republicano A

Federação, dirigido por Júlio de Castilhos, em vista de ter sido citado nos debates em torno do incidente Cunha Matos, e pelo ministro da Guerra que o punira, o agora senador Franco de Sá. Cabe ao ministro da Guerra, que punira Cunha Matos, punir também Sena Madureira. Mas este, no momento, era subordinado de Deodoro da Fonseca. Interpelado este, sobre se autorizara Sena Madureira a publicar o artigo, responde que não autorizara, mas enviara ofício explicativo da questão às autoridades superiores. Antes de recebido o ofício, e de posse de telegrama de Deodoro, o ministro determinou a punição de Sena Madureira.

No telegrama, Deodoro respondera tão somente que não autorizara a publicação do artigo e que enviara outros esclarecimentos em ofício. É no ofício, pois, que define a sua posição: opina que a questão disciplinar não existia, pois o que o regulamento disciplinar vedava era a discussão entre subordinado e superior e, nas fileiras parlamentares, só eram superiores de Sena Madureira os ministros da Guerra e da Marinha, funcionalmente, tendo o incidente ocorrido com o senador Franco de Sá, que não era superior do tenente-coronel autor do artigo que, assim, não tinha que solicitar autorização para publicá-lo, nem era passível de punição por isso. A interpretação que Deodoro transmite é serena e sente-se que, dirigindo-se a um chefe que trata como "venerando e muito estimado", o visconde da Gávea, então ajudante-general do Exército, não quer de forma alguma colocar mal esse seu superior e amigo. Não houvesse o escalão intermediário entre o ministro da Guerra e o comandante das Armas, possivelmente a linguagem de Deodoro teria sido outra.

Por tricas do destino, entretanto, o ofício de Deodoro cruza com o aviso em que o ajudante-general determinava a punição de Sena Madureira, por ter feito "referências inconvenientes a um membro do Parlamento" e crítica a "atos da administração de um ex-ministro

da Guerra". Ora, tratava-se de interpretação antípoda daquela que Deodoro defendia. E este recusou-se a transmitir o aviso ao punido, incorrendo, assim, em ato de indisciplina. A *Federação* explora habilmente o incidente, mostrando a forma como eram tratados os militares pelas autoridades. E o visconde de Pelotas, de passagem em Porto Alegre, escreve ao jornal: "Como velho soldado deste Exército tão rico de abnegação, de patriotismo e de valor, venho agradecer à ilustre redação de *A Federação* as palavras de consideração e de conforto que dirige ao distinto tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, a quem o atual sr. ministro da Guerra mandou reprimir em ordem do dia do comando das armas desta província. O tenente-coronel Madureira é um oficial que faz honra ao Exército brasileiro pela sua bravura, pela sua ilustração, pela sua honradez e pelo seu devotamento ao serviço. Dando testemunho público do apreço que me merece em suas altas qualidades, e da alta estima em que o tenho, cumprimento muito cordialmente aquela, ilustrada redação, que no artigo 'Arbitrio e Inépcia' fê-los tão bem realçar. O tenente-coronel Madureira merece honras e louvores."

E o próprio Sena Madureira volta às colunas do jornal, esclarecendo que "não me podia sujeitar, como não me sujeito, a imposições menos dignas dos brios, não só da classe militar, como de qualquer outra em que o cidadão se preze de ser honrado". Começam a agitar-se os oficiais da guarnição. Pedem permissão a Deodoro para realizar reunião em que debateriam o assunto, recebendo não só a aprovação como a frase: "E fiquem sabendo que eu já estou riroteando nos postos avançados!" Ora, no Senado, Franco de Sá interpelava o governo sobre o andamento da questão, desejando saber se a ordem de punição não fora cumprida e por que, e quais as medidas que o governo tomara ou ia tomar, respondendo Cote-gipe que não houvera descumprimento de ordem alguma e que o senador ficasse tranquilo porquanto o governo tomara as medidas

necessárias à manutenção da disciplina. Cotegipe não se dava conta de que estava em pleno andamento a Questão Militar.

Já agora dirige-se diretamente a Deodoro, pedindo informações. E este responde: "Justo e geral sentimento do Exército muito ofendido. Oficiais pediram reunião calma; aprovei e consenti. Resolveram-se atos de inquestionável direito." Por tais palavras começou Cotegipe a perceber que o terreno em que pisava começara a faltar. Volta ao comando das armas e esclarece que "era prudente não autorizar reuniões e deliberações coletivas que podem trazer consequências imprevistas". Referia-se a "explorações políticas". E recomendava que Deodoro empregasse a "sua autoridade para pôr termo a essa agitação dos espíritos".

A resposta de Deodoro é um modelo de dignidade e de altivez: "Não há exploração política, nem exaltação de ânimos. Todos os oficiais-generais e outros se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição de os privar de pronta e imediata defesa e têm para isso sobeja razão. Todos reconhecem, porque são disciplinados, a conveniência da judiciosa proibição de discussões pela imprensa sobre fatos de qualquer natureza, mesmo particular, que envolvam superiores. Ser, porém, privado e punido por discussões com pessoas alheias à classe e que não estejam revestidas de caráter superior pelo mando administrativa, é duro, humilhante e prejudicial. Peço a leitura do meu ofício de 3 de setembro ao ajudante-general. Justa é a dor pela imposição com que querem amesquinhar o Exército, sempre subordinado e sempre pronto. Sofre o que tem o calo pisado e não aquele que pisa. Se, como presidente e comandante das armas, tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão para com a classe também os tenho, porque assim o exige a disciplina, moralidade e o brio dos soldados que defendem a monarquia. Afianço a vossa excelência que há calma e afianço, também, que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer

oprimir o Exército. A corporação militar da província deposita em mim, como seu intérprete, suas justas queixas e pede o valimento de vossa excelência.”

As decisões tomadas na reunião dos militares de Porto Alegre são esposadas pelos dois chefes militares, Deodoro, ligado ao Partido Conservador, e Pelotas, ligado ao Partido Liberal. E, na corte, a agitação começa a aprofundar-se. Chegam aos ouvidos do imperador que o ambiente da Escola Militar era de franca rebelião, insuflada por Benjamim Constant, e o ministro da Guerra lhe propõe o fechamento sumário da Escola e desligamento de seus alunos. Alguns militares aprestam-se para convocar os oficiais a fim de apresentar solidariedade aos companheiros do sul. São imediatamente presos pelo ministro da Guerra e a questão repercute no Parlamento, com ataques às decisões dos militares e a Deodoro. Cento e cinquenta cadetes e oficiais publicam em *O País*, jornal republicano de Quintino Bocaiuva, moção de desagravo ao chefe militar atacado. As reuniões começam a amiudar-se. Numa delas, presidida pelo barão de Jaceguai, surge o documento, apresentado pelo major Benjamim Constant, de adesão aos companheiros da província do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, e agora contando com a assinatura do próprio Deodoro, aparece o manifesto em que a oficialidade da guarnição manifesta os seus pontos de vista contrários às normas vigentes e em defesa de seus direitos. Em 1º de novembro, Cotegipe dirige a Deodoro longo ofício, informando-o da ida de novo presidente para a província, para o qual lhe pede ajuda, e recriminando-o pelas atitudes tomadas, tanto mais que era depositário da confiança do governo.

A resposta de Deodoro é longa e amarga. Contesta a acusação de indisciplina quanto aos participantes das reuniões ocorridas em Porto Alegre, elas haviam sido calmas e disciplinadas, embora motivo houvesse para o contrário: “Houve motivo para tumultu-

osas reuniões, porque os militares não podem, nem devem, estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplícios, cujas imunidades não os autoriza a dirigir insultos, nem os isenta de precisa e conveniente resposta.” E como procedera o governo, quanto a esses insultos? Diz Deodoro: “Por parte do governo, permita-me V. Exª dizer, muita consideração aos insultantes, e assim não só aprovou os insultos como foi além – ofendeu ainda mais, com pública repreensão, para conhecimento do mundo, a um velho servidor, homem criterioso, homem decente, homem correto e homem distinto, somente para satisfação a quem nenhuma autoridade tinha sobre militares!”

Acrescentando: “A ferida foi forte, cruel e mortal e com justa razão sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram vítimas.” Depois de historiar os serviços do Exército e os sacrifícios do soldado, e como os seus elementos estavam mais em condições de compreender o verdadeiro sentido da disciplina, tem estas palavras terríveis: “Se a sorte determinar o rebaixamento da classe militar, no dia em que eu desconfiar que, na frente de soldados, não passarei de um comandante superior da Guarda Nacional – especial – e simples vulto político, e quebraria minha espada e, envergonhado, iria procurar, como meio de vida, a exemplo de muitos, uma cadeira de deputado para também poder insultar a quem quer que seja.”

Nessa altura dos acontecimentos, a Questão Militar atingira o máximo de intensidade: numerosos chefes militares, em todos os cantos do país, se solidarizavam com Deodoro e o próprio visconde da Gávea preferia abandonar a função para ficar com a sua classe. Cotegipe torna a dirigir-se a Deodoro, mas agora para afirmar-lhe que a divergência entre ambos é insuperável e que será substituído no comando das armas da província do Rio Grande do Sul. Deodoro recebe consagradoras manifestações ao deixar o comando. E são as

mesmas que receberá, logo depois, Sena Madureira quando, após cinco vezes pedir, lhe concedem demissão das funções que exercia, sendo saudado por Câmara e Deodoro e viajando com este para a corte. Saldanha Marinho levantaria, em seguida, a premissa da invalidade dos atos que haviam punido Cunha Matos e Sena Madureira, sendo aplaudido pelos chefes militares. Em 26 de janeiro de 1887, o navio que trazia Deodoro e Sena Madureira chega ao Rio; as autoridades militares tudo fazem para impedir o comparecimento da oficialidade e dos alunos da Escola Militar. Mas em vão. Em 2 de fevereiro, os jornais publicavam convocação para uma reunião no Teatro Recreio dos oficiais em serviço na guarnição, a ser presidida por Deodoro e secretariada por Sena Madureira. Deodoro foi saudado por Benjamin Constant, Serzedelo Correia e um alferes que pertencera à unidade que ele comandara na guerra com o Paraguai, e recebeu a delegação de poderes dos presentes para alcançar das autoridades a revogação dos atos atentatórios à dignidade militar. A imprensa, comentando a reunião, afirmava que a decorrência natural dela era a demissão do gabinete. Tendo se verificado que os alunos da Escola Militar haviam comparecido à reunião, foi aberto inquérito, resultando no desligamento de 50 deles. Deodoro entregou nas próprias mãos do imperador, em audiência pessoal, solicitação para anulação dos atos discutidos na reunião do Teatro Recreio. Ficou sem resposta.

A questão continuava na imprensa, e, em 5 de fevereiro, Deodoro escrevia ao imperador. Afirmando-lhe que, a serem negados os pedidos dos militares lhe fosse concedida a exoneração do serviço das armas. A demissão do ministro da Guerra vem aplacar o ímpeto dos militares. Por um instante, o problema parece encerrado. O novo ministro declara que está pronto a mandar cancelar as punições, desde que os interessados requeressem. Sena Madureira, porém, se recusa, desde logo, e o fogo crepita outra vez. Novas manifestações militares, novas punições, novos debates parlamentares, Pelotas escrevendo a

Deodoro, afirmava que o Exército não podia permitir que o governo o confundisse com os "fâmulos das fazendas de café". Nos primeiros dias de maio, reunidos em casa de Deodoro, os militares decidem lançar manifesto ao país. Cabe a redação a Rui Barbosa. Pelotas e Deodoro assinam em primeiro lugar. O problema é reposto nos devidos e enérgicos termos. A repercussão é enorme. O país para, à espera das consequências. Em 18 de maio, Pelotas fala no Senado. Seu pronunciamento é mais do que enérgico, raiando a violência. Lembra o 7 de abril, fato hoje "muito bem aceito". E, dirigindo-se ao chefe do gabinete, que o ouve, declara: "Peço encarecidamente ao nobre presidente do Conselho que reconsidere o seu ato, por amor a este país, não por amor e satisfação a mim, que pouco ou nada valho. Solva esta questão de modo honroso e digno. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar o nobre presidente do Conselho na força armada que tem à sua disposição..." Era uma clara ameaça.

A Questão Militar, nos seus aspectos formais, foi encerrada com solução que deixou totalmente desprestigiado o gabinete Cotegipe, que só viria a cair em março de 1888, solução longa e asperamente debatida no Senado. A doença de que era mero sintoma, porém, persistiu no seu processo natural. Quem via o problema na sua exterioridade, supunha-o simples questão disciplinar, e ainda hoje há quem o veja assim. Mas se assim fosse, teria sido resolvida depressa, e bem. Quando os regulamentos e as leis e as normas e os dispositivos escritos não alcançam, entretanto, debelar o ímpeto dos que se levantam é porque já não correspondem a uma situação real, já foram superados nas suas vigências. A questão era política e não disciplinar. Denunciava, no seu vulto, a gravidade da situação que o país atravessava é, nela, a deterioração das instituições.

Um pouco mais de atenção permitiria verificar que, de um lado, estavam militares, e de outro, estavam políticos. Mas havia algo mais

do que isso: de um lado, estavam militares cujas tendências eram para a abolição do trabalho escravo e a alteração do regime; e, de outro lado, políticos que representavam as intransigências mais retrógradas do escravismo agonizante e da monarquia em liquidação. A estes restava apenas valer-se dos regulamentos disciplinares, que sancionavam uma situação superada, e laços de subordinação peculiares a uma sociedade escravista. Faltava-lhes a força para aplicar os regulamentos, de forma a deter um processo natural, que a letra morta dos dispositivos escritos já não atendia. Não se tratava, assim, de problema disciplinar, nem comportava soluções meramente disciplinares, mesmo com transigência ou capitulação. Tratava-se de questão de essência: o aparelho militar não serviria mais à classe dominante escravista. Sem ele, estava ela desamparada, perdida, pois só lhe restava a solução da força, o apelo a meios tradicionais, por antigos. E quando a autoridade só pode apresentar como razão a antiguidade, já está liquidada.

A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA

A questão abolicionista e a questão da mudança do regime se desenvolveram, entre nós, com profundos vínculos, que as denunciam como sintomas do mesmo processo. E em ambas a participação dos militares, e os do Exército em particular, foi fundamental. É interessante notar, a propósito, que a história oficial, não ultrapassando o nível da crônica, do simples e linear relato dos acontecimentos, não teve grandes preocupações em esconder a participação popular no movimento pela Abolição, mas teve essa preocupação em relação ao movimento pela República. A tese de que a mudança de regime foi acidente, ligado apenas a circunstâncias ocasionais, e limitado aos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro, tendo "o povo assistido a tudo bestializado", tem sido aceita, e vive da mera repetição. Essa repetição tem um senti-

do, evidentemente, não pode derivar apenas de causas fortuitas: o sentido de desfigurar a República, de despojá-la de seu conteúdo popular. E as análises ligadas a essa tese central, esmerando-se em levantar problemas secundários, e neles esgotar a interpretação – a “traição” de Floriano, as irritações de Deodoro, a inimizade entre este e Silveira Martins –, aprofundam o sentido de acidente puro e simples a que é relegada a questão da mudança do regime. Ora, a verdade histórica é muito diferente.

Seria longo mostrar como a ideia republicana esteve presente em todos os movimentos de que a colônia foi cenário, e o país depois: na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, no movimento pernambucano de 1817, na Confederação do Equador, na *Sabinada*, na *Balaiada*, na *Cabanagem*, na Revolução Farroupilha, na Revolução Praieira. Não é preciso que tenha alguém compreensão profunda do processo histórico para verificar que essa reiteração não podia derivar de fatores circunstanciais. A ideia republicana, realmente, corresponde aos anseios políticos das classes e camadas sociais que, no Brasil, desde os fins do século 18, encaravam a necessidade de conjugar a autonomia a um sistema de governo tão democrático quanto nos fosse possível. A ideia, oposta, de realizar a autonomia com o mínimo de alterações, pertence justamente à classe dominante senhorial. E vai representar a sua preocupação máxima, e constituir a base ideológica do enorme esforço que desenvolve para dominar as rebeliões provinciais, empregando a violência descomedida de duríssima repressão e destruindo depois a estrutura militar que lhe parecia ameaçadora, para erigir a Guarda Nacional em instrumento de seu domínio. A República foi o resultado, entre nós, assim, de um século de grandes e profundas lutas, pontilhadas de sacrifícios e de renúncias.

O que havia mudado, e muito, realmente, era a situação histórica, os condicionamentos que, antes, haviam relegado a formulação

republicana ao plano em que foi possível reduzi-la pela violência, e agora a apresentavam como possível e, em seguida, como necessária. O que tinha sido uma antecipação, nos fins do século 18 e na primeira metade do século 19, era agora uma necessidade histórica: haviam sido constituídas as condições para isso. Não foi, assim, um impulso isolado, sem significação, originado do pensamento alvoroçado de uns poucos, o lançamento do manifesto de 1870. Basta correr a lista de assinaturas: ali estavam alguns dos homens mais responsáveis e destacados do tempo. Não importa que alguns tenham voltado ao aprisco da monarquia: isso era episódico e acidental, meramente individual e circunstancial; o manifesto, ao contrário, era sinal evidente de que se preparavam as condições para derrocar um regime que, apresentando-se como forma do que representava de conteúdo mais retrógrado em nosso país, não satisfazia já as necessidades do desenvolvimento do Brasil.

Entre 1870 e 1872, surgiram aqui mais de 20 jornais republicanos: não pretendiam influenciar a opinião, apenas; refletiam a opinião. Um deles, *A República*, sequência de *A Opinião Liberal*, que aparecia no Rio de Janeiro, atingia, meses depois de seu aparecimento, uma tiragem superior a 8 mil exemplares diários, bastante considerável para o tempo. Que a sua "atividade não era inócua prova o ataque de que foi vítima, em 1873 - o ano da Questão Religiosa, por sinal, o ano em que se reuniu um Congresso Republicano aqui. E o ambiente estava longe de apresentar sintomas de calma. Já se haviam travado as lutas em torno da Lei do Ventre Livre, as controvérsias parlamentares em torno da reforma da lei eleitoral, que prosseguiriam até sua execução. Nem continuaria plácido, muito ao contrário: em 1879, ocorreriam as desordens por motivo do imposto do vintém, em que tanto se destacaria Lopes Trovão; em janeiro de 1881, Saraiva conseguia transformar em lei o velho projeto de reforma eleitoral; um ano mais tarde, em fevereiro

de 1882, um deputado, Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, interviria nos debates parlamentares afirmando: "Representante da nova geração, sou republicano, adotando o manifesto de 3 de dezembro de 1870."

Em 1883, a província do Ceará iniciava a libertação dos escravos ali existentes, completando o movimento no ano seguinte. Por toda a parte, alastravam-se as associações de abolicionistas e o meio estudantil esposava esse ideal com manifestações ostensivas e iniciativas como a da libertação dos escravos, de casa em casa, e de rua em rua, sob a influência de professores como Benjamim Constant, André Rebouças, Paulo de Frontin, Álvaro de Oliveira. Em 1884, ocorreria o incidente em que figurou como personagem central o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira: o abolicionismo entrava nos quartéis, era ardentemente esposado pelos militares. Nesse mesmo ano, ouve-se a filípica prenunciadora de Ferreira Viana: "Quarenta anos de opressões, de onipotência e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião do país desorganizada; 40 anos de desfalecimentos, de sujeições, de tímidos protestos; 40 anos de usurpações, bem-sucedidas, de liberdade constitucional quase suprimida, terão animado talvez o poder a afrontar a opinião do país e a desferir sobre a Câmara o golpe da dissolução." Assim falava quem não era republicano, mas, na província do Rio Grande do Sul, onde a Questão Militar começava a ganhar contorno grave, seria um jornal republicano, *A Federação*, a tribuna dos oficiais inconformados.

Encerrada, do ponto de vista formal, a Questão Militar, decidiram os oficiais, no Rio de Janeiro, fundar uma associação de classe, à semelhança do Clube Naval, que já existia, e que se destinava a agrupar os oficiais de Marinha. A intenção foi divulgada pela imprensa, a partir de 26 de junho de 1887, realizando-se a primeira reunião no Clube Naval, sob a presidência do marechal Deodoro da Fonseca e logo ficara resolvido que o clube teria amplitude maior do que o

dos oficiais de Marinha, pois abrigaria a oficialidade das duas forças armadas. Nessa reunião, estiveram presentes o barão de Jaceguai, o major Benjamim Constant e o capitão Serzedelo Correia e em outra, realizada em 4 de julho, Sena Madureira apresentou os estatutos de cuja elaboração fora encarregado. Nesse ano, aliás, reunia-se no Rio de Janeiro mais um Congresso Republicano, com lançamento de manifesto, reafirmando os princípios divulgados no de 1870.

Foi no nascente Clube Militar que surgiu a ideia, apresentada por Serzedelo Correia, de ser apresentado Deodoro como candidato a uma vaga que se abria no Senado. A intervenção de Benjamim Constant, a respeito dessa proposta, é extremamente lúcida: "Sou, em princípio, a favor da proposta. Mas acho que é necessário ouvir-se, primeiro, o marechal Deodoro, sobre as ideias que atualmente mais agitam o espírito público (...)" Quais seriam essas ideias? Benjamim, colocando o problema em termos de princípios, com grande clareza política, as enumera: "Por exemplo: as da abolição, da autonomia das províncias, do casamento civil, da separação da Igreja e do Estado, da secularização dos cemitérios (...)" Eram os princípios que empolgavam a parcela de povo que constituía a opinião nacional, realmente. E os militares faziam parte dessa parcela. Colocando-as, Benjamim esclareceria: "Uma vez que esta candidatura não deve ter espírito partidário, deve fundar-se no interesse coletivo e no exame de problemas tão abandonados (...)" Até hoje, nunca votei. Mas estou disposto a exercer pela primeira vez esse direito, sufragando um candidato que aceite o programa contido nas ideias que aponte (...) ¹⁶⁷

É importante destacar como, em primeiro lugar, Benjamim Constant colocava o problema em sua essência, os princípios, e os enunciava com clareza; como distinguia o que era pertinente ao interesse nacional, ficando os militares compelidos a desobrigar-se de vínculos com aquele, mas obrigados a vínculos com este; e como

denúncia, com o seu exemplo, o desinteresse pelo exercício do voto, até aquele momento, desinteresse que envolve visível condenação ao sistema político e à sua forma mais concreta, a representação. E Deodoro, como respondeu a essa colocação, em que se destacava o problema abolicionista? Respondeu com exemplar firmeza: "Não é de hoje, mas de há muitos anos, que sou adepto das ideias manifestadas pelo major dr. Benjamim Constant."¹⁶⁸ Logo a Confederação Abolicionista decidiu defender a candidatura de Deodoro; em seguida, os republicanos. Deodoro não foi eleito, evidentemente: o processo eleitoral não permitiria isso, tão estreito e fechado era. O fato foi significativo, porém. E, nas manifestações populares que recebeu, em virtude da votação que merecera, declarou, alto e bom som: "Estou profundamente convencido de que a pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada enquanto tiver em seu seio a mancha da escravidão!"¹⁶⁹

Em setembro de 1887 regressava Joaquim Nabuco da Europa. Era o tribuno da Abolição e vinha de se eleger em Pernambuco, após ter sido, em prélio anterior, despojado de sua cadeira na Câmara pelo bloqueio eleitoral dos escravistas. De todos os recantos do país lhe chegavam, por isso, manifestações de apreço e de caloroso aplauso, que a imprensa abolicionista divulgava. E divulgou, assim, a dos cadetes da Escola Militar, que irritou profundamente os membros do gabinete e provocou do ministro da Guerra, o conselheiro Delfino Ribeiro da Luz, determinação ao comandante da Escola para que prendesse os implicados na manifestação e os submetesse a Conselho de Investigação. O escravismo brasileiro, em seus estertores finais, ainda ousava ações de força, como se tudo estivesse a seu favor. Mal a punição se tornou pública, Deodoro saiu em defesa dos cadetes: "Somente espírito partidário mui feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que, permitido a todo cidadão, não

foi ainda proibido ao soldado.¹⁷⁰ Era linguagem antípoda daquela empregada por Martinho de Campos, um pouco antes, quando, declarando-se “escravocrata da gema”, firmava: “Os abolicionistas são salteadores; mas, para estes, tenho o meu revólver. A escravidão deve ser por amor dos próprios escravos.”¹⁷¹

Joaquim Nabuco associaria o problema da Abolição e o problema militar, mostrando como estavam intimamente ligados: “A escravidão ainda se reflete sobre o modo por que o governo trata o Exército brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O governo está empregando os soldados brasileiros como capitães do mato na pega de negros fugitivos!” Rematando: “Há profissão mais alta e mais honrosa do que a do soldado? Há profissão mais baixa e mais degradante do que a de capitão do mato?”¹⁷² Linguagem antípoda empregaria Andrade Figueira, quando censurava alunos da Escola Naval que haviam comparecido ao desembarque de Nabuco: “Para que é criado o Exército? Para que é recrutado? Para que é organizado? Para que concorrem os cofres públicos com os soldos e todas as vantagens concedidas à classe militar?” Rematando: “Se hoje se prega a disciplina, querendo fazer crer ao soldado que não deve cumprir a ordem para prender escravos fugidos, amanhã será difícil fazê-lo compreender o dever de defender a pátria e combater o inimigo. É preciso não perturbar a consciência do soldado, mas deixá-lo entregue à disciplina do seu regimento e do seu superior.”¹⁷³

Em outubro de 1887, reúne-se o Clube Militar, sob a presidência de Deodoro, em sessão destinada a tratar da questão. Decisão: o Exército não se prestaria mais ao papel que Andrade Figueira supunha ser específico da instituição militar. Em ofício ao ajudante-general, afirmava-se a “imprudência de opor barreiras à forte corrente abolicionista”, e que representava “injustiça clamorosa o morticínio

decretado a homens que buscam a liberdade sem combates nem represálias"; e que era "papel menos decoroso e menos digno" aquele que se dava ao Exército com a missão que lhe atribuíam. Como o ajudante-general devolvesse o ofício, Deodoro dirigiu-se à própria Regente. Encerrando o apelo que lhe fazia, considerava: "o Exército brasileiro espera que o governo imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende."

Há que observar, no pronunciamento de Andrade Figueira, a visão de classe, que supõe ser a força armada instrumento apenas destinado a lhe defender os interesses, ainda quando, ou talvez principalmente quando, só reste o emprego da violência; gerando o estranho e singular, mas classista, conceito de disciplina, que consistiria numa cega obediência, "do seu regimento e do seu superior", que vedasse qualquer raciocínio e relegasse o soldado à posição de autômato ou janízaro, pago para servir, como se deduzira ainda da menção ao soldo e vantagens que os militares recebiam, como se fossem, um e outras, benemerências e dádivas. E há que, observar, nas afirmações de Deodoro, traduzindo o, pensamento de seus subordinados de que a instituição estava caduca, de que não era honrosa a missão de capturar os que buscavam, com a fuga, a liberdade, afirmações que timbram em afirmar o caráter nacional do Exército, isto é, a sua insubmissão em colocar os interesses da classe dominante acima do interesse do conjunto do povo, como o próprio interesse do povo. Ora, quando o Estado já não dispõe de seu instrumento de força para fazer cumprir a lei, esta deixou de existir, na prática: com o apelo de Deodoro à Regente, a Abolição estava feita.

Em conexão com o problema abolicionista, caminhava o outro problema, o do regime. Em outubro de 1887, face à doença de d. Pedro II, a Câmara Municipal de São Borja, na província do Rio Grande do Sul, por unanimidade, aprovava moção sugerindo a

realização de plebiscito nacional para decidir quanto à conveniência da sucessão no trono de “uma mulher obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro.” Outras Câmaras Municipais, nas províncias de São Paulo e de Minas, manifestaram-se no mesmo sentido. Quando algum governo provincial, como o de São Paulo, exercido por Rodrigues Alves, tentasse coibir tais pronunciamentos, mandando submeter a processo os vereadores, a justiça não consideraria subversivas meras manifestações no sentido da realização de um plebiscito.¹⁷⁴ Em Minas Gerais, republicanos e liberais avançados, em 1886, haviam já conseguido derrotar candidatos conservadores, elegendo, em Ouro Preto, o abolicionista Manoel Joaquim de Lemos. A pequena imprensa republicana se propagava pelas cidades do interior. Se São Paulo conseguia, em 1885, eleger à Câmara Imperial, candidatos republicanos como Prudente de Moraes e Campos Sales, Minas escolheria Álvaro Botelho. Começavam a crescer em número os representantes republicanos nas Assembleias Provinciais e particularmente nas Câmaras Municipais. Na sua jornada de propaganda, tendo sido visado com uma pedrada, ao falar em Ouro Preto, no momento em que estalava a trovoadas, Silva Jardim tivera a saída magnífica: “Vejam, senhores, como Tiradentes responde a injúria da pedrada abafando com o trovão o gesto da tirania!”¹⁷⁵ A referência não se resumia na imagem: como se sabe, a glorificação de Tiradentes foi sempre negada, no Império. Grave incidente militar, em São Paulo, com invasão de um quartel do Exército pelo chefe de polícia, motivaria novos pronunciamentos militares e revides sérios. A pedra estava rolando.

Como todos os regimes agonizantes, mas que ainda dispõem do uso do aparelho de Estado e, particularmente, dos instrumentos, de força, a monarquia ostentou a violência, ao aproximar-se do fim. Cuidou-se de lançar mão da Guarda Nacional para enfrentar o Exército. Os tumultos se sucediam; a polícia atuava com emprego

da brutalidade. No Rio de Janeiro, utilizava-se de desordeiros para perturbar ou impedir as reuniões de republicanos. Em dezembro de 1888, quando discursava Silva Jardim no salão da Sociedade Francesa de Ginástica, elementos colhidos nos meios mais diversos, malfeitores conhecidos, atacaram os que ali se agrupavam a tiros e só depois de muito tempo as autoridades tiveram de sair de sua omissão propositada, intervindo no sentido de assegurar a ordem. Em todas as oportunidades, o governo insistia em repressões e na extrema vigilância.

Esses cuidados eram maiores em relação à Escola Militar; naquele período turbulento ocorreu ali sério incidente: por ocasião de visita do ministro da Guerra, conselheiro Tomás Coelho de Almeida, ao desfilar a Escola, destacou-se da coluna um cadete e, num assomo de rebeldia, atirou o sabre ao chão, depois de inutilmente tentar vergá-lo no joelho. Esse cadete era Euclides da Cunha.¹⁷⁶ Outras providências, complementares da violência e da repressão, visavam atender algumas necessidades militares, como a de educação dos filhos. Para isso, em 6 de maio de 1889, instalou-se na antiga residência senhorial do barão de Mesquita, o Colégio Militar, que deveria receber os órfãos e filhos dos militares da ativa, da reserva e reformados. Mas, como as manifestações de rua comesçassem a amiudar-se e a avultar, em julho o chefe de polícia baixava um ucasse com severas determinações: "Faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele noticia tiverem, que serão processados pelo crime do artigo 90 do Código Criminal os indivíduos que, nas praças, ruas ou outros lugares públicos ou em presença de autoridades derem *vivas à república, morras à monarquia, vivas ao partido republicano* ou profetirem gritos e frases igualmente sediciosas. Da mesma sorte serão punidos com as penas do art. 297 do citado código aqueles que forem encontrados com armas proibidas, sem que para uso delas tenham licença legitimamente concedida. Finalmente, serão dissolvidos, pela

forma legal, os ajuntamentos e reuniões em lugares públicos que tiverem por fim promover a realização dos atos compreendidos nos arts. 285, 286, 287, 293 e 294 do Código Criminal. Do que, para constar, se expede o presente, que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Corte, 17 de julho de 1889. O chefe de polícia: José Basson de Miranda Osório."

Era inútil ostentação de força, quatro meses depois a monarquia seria deposta. Apesar de seu programa liberal, o gabinete de Ouro Preto enfrentaria, logo em sua apresentação, clima tempestuoso. Cesário Alvim se declararia pela República: "Tendo arvorado o estandarte da Federação e não devendo voltar à minha província com outro programa, senão com aquele, sem o qual o país corre grande perigo, entendo do meu dever passar a fronteira da monarquia e abraçar sinceramente, abnegadamente a causa republicana, que será a causa de todo país!" O padre João Manoel de Carvalho terminaria sua intervenção com os brados: "Abaixo a monarquia! Viva a República!" A imprensa "refletia esses debates, e ainda a agitação das ruas, numa pregação cada vez mais violenta contra o antigo regime. As situações em que militares se envolviam eram repetidas, e convenientemente exploradas pelos jornais. O ministro da Marinha, barão de Ladário, mandara descontar dos vencimentos do capitão de mar e guerra Custódio José de Melo, comandante do cruzador *Almirante Barroso*, as despesas feitas em festa oferecida, no Chile, às autoridades locais, retribuindo homenagens ali recebidas. Violento choque, na rua do Ouvidor, entre estudantes e a polícia, envolvera cadetes da Escola Militar, que haviam apoiado os primeiros, sendo identificados os alferes-alunos Tasso Fragoso, José Beviláqua e Saturnino Cardoso. Nem mesmo a pretendida austeridade monárquica ficara de pé: ao tempo de João Alfredo, surgira o escândalo dos Loios, acusados de privilégios e proteções desmedidas como concorrentes e executantes de obras públicas; e, no próprio

Conselho de Estado, Ouro Preto tivera de enfrentar, com sua habitual sobrançeria, observações contundentes de Andrade Figueira a respeito de créditos extraordinários. Eram aspectos superficiais, sem dúvida; o problema essencial passaria despercebido, o empréstimo externo realizado em Londres, o mais vultoso até ai assumido pelo país, e destinado à distribuição aos antigos proprietários de escravos, a título de indenização pela "perda de seus escravos, mas sem esse título, e através de bancos que operariam, assim, com somas enormes, de que não pagariam juros, entregando-as aos latifundiários, em condições especiais de prazo e amortização.

Os episódios do 15 de novembro, assim, não foram mais do que o coroamento de longo processo. A República não teve nada de accidental; muito ao contrário, resultou de desenvolvimento progressivo de condições que, no penúltimo decênio do século, tinham se agravado consideravelmente. Um dos aspectos mais sérios desse agravamento estava, sem dúvida, no fato de não contar a monarquia com a força armada, para defendê-la. Ao lado do povo, na Abolição e na República, essa força armada refletia os anseios de mudança, esposava os novos ideais, defendia-os ardentemente. Nem teve o positivismo, que tão largamente influenciou no grupo que se formava na Escola Militar, o papel causal que lhe tem sido atribuído. Conquanto fosse enorme o prestígio de Benjamim Constant, e, realmente, a doutrina de Comte, penetrando por via da matemática, influísse no pensamento dos cadetes e em determinados meios civis, ajustando-se bem aos reclamos democráticos daquela fase, sua influência foi apenas parcial e reduzida. A origem de classe da oficialidade, esta sim, explicaria as atitudes tomadas, face aos acontecimentos, pelos militares. O positivismo, permitindo-lhes acomodar os anseios libertários com todo um conjunto de valores éticos ligados ao passado, e como tais consagrados, foi um dos veículos propícios. Nada mais do que isso. Mesmo porque a insatisfação era generalizada,

não abrangia apenas aqueles elementos jovens que, nos bancos da Escola Militar, recebiam os ensinamentos de Benjamim. Nem seria este um positivista ortodoxo. E, salvo em alguns sinais exteriores, a doutrina pouco influiria nas instituições novas.

A ordem do dia baixada por Floriano Peixoto, ajudante-general do Exército, em 29 de novembro, curta, incisiva, revela como os militares haviam recebido a mudança de que haviam participado tão ativamente, e não apenas no que se relacionou com os acontecimentos do dia 15 na capital do país: "Exultando do mais vivo contentamento, cumpro hoje o dever de levar ao conhecimento do bravo Exército brasileiro que, desde o dia 15 do mês andante, acha-se o torrão sagrado da pátria sob a forma - república federativa. Meu contentamento é tanto maior quanto, com brilho que jamais se apagará das páginas da história de todo o mundo, ficou patente que ao Exército e à Armada brasileira, cujo patriotismo tantas vezes provou-se nos campos de batalha em meio das lutas mais renhidas em defesa da honra da nação - e ao povo se deve não só o êxito da empresa, como também a maneira altamente digna e honrosa por que ela foi alcançada".

Em sua mensagem ao Congresso, de novembro de 1890, Deodoro demorava-se nas referências à situação das forças armadas, pregando a necessidade da "elevação do nível moral do soldado brasileiro", como a necessidade de qualificar o serviço das armas, "a mais elevada e a mais nobre função pública que o cidadão é chamado a desempenhar". Acusava as normas a que o Império havia obedecido, cuja preocupação era a de, em relação às forças armadas, "trazê-las jungidas à ignorância, reduzi-las a instrumentos passivos, oprimi-las pelo sistema bárbaro do terror". A justiça, para o soldado, não deveria ser "a tortura ou a degradação social". Tais propostas não encontraram a ressonância necessária entre os parlamentares, entretanto. E as lutas começariam a ser travadas, entre os elementos

políticos ligados ao latifúndio e os elementos ligados à burguesia em ascensão e, particularmente, sua fração pequeno-burguesa mais combativa, perturbariam de tal forma o ambiente que teria sido impossível realizar reforma radical do aparelho militar. Nessas lutas internas, que se iniciaram logo depois da conquista do poder pelos republicanos, refletir-se-iam as contradições que a sociedade brasileira do tempo abrigava.

FLORIANO E O FLORIANISMO

Como a Abolição, a República surgiu, em nosso país, em consequência da progressiva ascensão burguesa, numa fase em que começavam a alastrar-se no Brasil, e particularmente na área de mais rápido desenvolvimento, relações capitalistas que se incompatibilizariam com o trabalho escravo e com a forma monárquica. Entre as frações com que contava a burguesia, destacando-se pela sua organização e combatividade, a dos militares deveria ter papel de relevo. Caberia aos militares, em consequência, função também de relevo na configuração do novo regime. O latifúndio era ainda, entretanto, muito poderoso para que deixasse de participar das lutas políticas de então: surpreendido no primeiro momento, reorganiza as suas fileiras e volta ao cenário, atuando sob formas as mais diversas e, particularmente, no sentido de separar as forças cuja unidade permitira o triunfo da rebelião que alterara o regime. A força mais efetiva, que deveria ser isolada desde logo, e despojada de representatividade política, era a dos militares. Pouco a pouco, ao longo dos primeiros anos da República, esse isolamento vai sendo alcançado, e a burguesia se recompõe com o latifúndio, enquanto começa a emergir com clareza do fundo do quadro uma componente que não era nova, mas denunciava agora sua presença, o imperialismo, em que o latifúndio encontraria o poderoso aliado de que tanto necessitava.

Nos primeiros momentos, entretanto, com os militares no poder, a ânsia reformista era predominante. A tal ponto que o Governo Provisório esboçou inflexão de sentido anticlerical que, iniciada com a separação entre a Igreja e o Estado, daria motivo a outras cogitações.¹⁷⁷ A tendência a aprofundar as alterações estava ligada à reação que começava a surgir e que exigiria algumas medidas enérgicas da parte do Governo Provisório. Em 18 de dezembro foi abortado, pela intervenção de Floriano Peixoto, tentativa de motim num dos corpos da capital. Criou-se, em consequência, a Comissão Militar de Sindicâncias e Julgamentos, com alçada para essa espécie de rebeldias: algumas sentenças de morte foram cominadas, todas comutadas para prisão perpétua pelo governo. O prestígio militar levaria a descomedimentos: entendeu o Governo Provisório de bom alvitre galardoar com patentes de generais os seus membros civis, e a reação da imprensa, em comentários irônicos, não se fez esperar. As coisas começaram a tomar rumo mais largo com a instalação da Constituinte.

Mas, já em novembro de 1890, *A Tribuna*, órgão monarquista que começava a circular em julho, sofreu as consequências de sua linguagem virulenta e reacionária, que envolvia particularmente os militares. Para esse jornal, Deodoro era uma nulidade, um zero fardado; a República, sinistro conúbio militarismo com o positivismo; quanto ao Clube Militar, merecia esta referência: "O Clube presidido pelo sr. Deodoro não teria sido permitido em nenhum país culto." Numeroso grupo armado, irrompeu na redação do pasquim e depredou as instalações. O incidente repercutiu no ministério, que esteve para demitir-se. O assunto foi glosado na Câmara, onde os protestos começaram a avolumar-se. O motivo, no fundo, para a inquietação reinante, era muito outro: estava na orientação do ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que vinha, pelas medidas que propunha ou executava, servindo ao desenvolvimento das relações capitalistas, em detrimento dos interesses do latifúndio. O conjun-

to de reformas a que Rui dedicara sua atenção, realmente nova e flexível, completamente diversa da velha estrutura que o Império moldara. Entre os últimos atos da monarquia estava o financiamento ao latifúndio, a base do numerário obtido por empréstimo externo, o mais vultoso até então levantado, entregue aos bancos para que se distribuísse, em condições de privilégio, empréstimos aos antigos proprietários de escravos. Rui suspendera o funcionamento desse sistema, conseguindo ainda reter mais da metade dos recursos. A fúria do latifúndio, pois, estava no auge.

Em janeiro de 1891, Deodoro aceita a demissão do ministério e recorre a velhos, quadros: a política econômica e financeira de Rui é eliminada; a estrela do novo elenco era uma personalidade ligada ao regime deposto, o barão de Lucena. O falecimento de Benjamin Constant, em seguida, perturba ainda mais os republicanos ardorosos que assistiam ao recuo político do governo. *A Tribuna*, em fevereiro, tira um número clandestino, com violentos ataques ao chefe do governo, que encontram o mais amplo eco na Câmara insatisfeitos todos, com o recuo uns, com aquilo que restava de republicanismo no poder, outros. A divisão entre civis e militares, fomentada pela reação, iria deflagrar ao surgir o problema da eleição do presidente da República, antepondo-se a candidatura de Deodoro a de Prudente de Moraes. Campos Sales, na sua reconhecida sagacidade, verificou que era ainda cedo para esse rompimento ostensivo: não se haviam criado as condições ainda para que a cisão não resultasse em benefício de um retorno monarquista. Sua intervenção resultou inútil, entretanto. Em 24 de fevereiro foi promulgada a Constituição; no dia seguinte teve lugar a eleição, pelo Congresso, do primeiro mandatário republicano.

O ambiente era tenso. O Clube Naval manifestara suas simpatias pela candidatura de Deodoro, afirmando falar em nome da Marinha; muitos oficiais protestaram contra ela, entretanto, afirmando que

o dever dos militares era “garantir as instituições e acatar as resoluções do poder constituinte”. O Clube Militar, por sua vez, tornou público que “nada justificaria, no momento atual, a sua intervenção perturbadora (referindo-se às forças armadas) nas deliberações do Congresso Constituinte por ocasião das eleições dos primeiros magistrados da República”, e afirmava que se deveria “respeitar os atos do poder soberano, que acredita inspirados no amor da pátria”. Os alunos da Escola Superior de Guerra (em nada semelhante ao estabelecimento do mesmo nome agora existente) manifestaram-se no mesmo sentido; e também os da Escola Militar. Esperavam muitos a vitória de Prudente de Moraes, mas o eleito foi Deodoro, com Floriano na vice-presidência. A crise fora transferida.

Colocado em minoria na Câmara e no Senado, com o desenvolvimento político, Deodoro foi sendo compelido a desmandar-se: não satisfazia os republicanos, porque recuara nas reformas, e não satisfazia a reação que se articulava com os remanescentes monarquistas, porque estava vinculado à derrocada do antigo regime. Como sempre, a ambiguidade levava ao suicídio político. Em 3 de novembro, Deodoro decide a dissolução do Congresso, ato para o qual não tinha poderes. O documento em que pretende justificá-lo tem algumas passagens interessantes: a referência ao fato de que as liberdades públicas não haviam sido violadas uma só vez; a referência à transferência para o Legislativo de poderes privativos do Executivo; a referência aos óbices que as iniciativas deste encontravam sempre no Legislativo; a referência à lei de responsabilidade do presidente da República; a referência ao fato de que o governo jamais emitira papel moeda ou bilhetes do Tesouro e jamais contraíra empréstimo no exterior ou no interior; a referência à negativa do Senado de restabelecer a legação brasileira junto à Santa Sé. O documento fazia referência ainda à convocação futura de eleições para recompor a situação. Deodoro esperava renunciar, assim eleito o novo Congres-

so. Mas a repulsa ao seu gesto começou no Rio Grande do Sul, e no meio militar, provocando as primeiras prisões. Em 15 de novembro numerosos oficiais assinaram manifesto, em Porto Alegre, contra a dissolução do Congresso. Em 23 de novembro, com a rebeldia alastrada à capital, Deodoro passa o governo a Floriano.

É evidente que a substituição de um marechal por outro não seria suficiente para atenuar as graves contradições que surgiam no palco e assumiam caráter agudo. A diferença estava, entretanto, em algo mais sério: Deodoro, pela ambiguidade de sua política, pelo recuo em relação às reformas que haviam sido iniciadas pelo Governo Provisório, não conseguira arregimentar forças que o sustentassem; Floriano conseguiu isso, pela sua fidelidade ao regime, no que tinha este de essencial, e não no que tinha de formal. E foi o formalismo que separou do novo governante muitos daqueles que, acreditando na República, viam-na nas suas exterioridades mais do que em seu conteúdo, entre os quais Rui Barbosa, que foi dos primeiros a proclamar a necessidade de, com urgência, serem convocadas eleições para escolha direta do presidente. Logo, para os formalistas, surgiria o problema da legitimidade dos poderes de Floriano; e a reação faria desse aspecto a sua bandeira ostensiva; mas é claro que a bandeira oculta é que a movia e fascinava. Em 13 de dezembro, rebela-se um dos cruzadores da esquadra: era questão antiga o motivo, a do castigo corporal; mas em janeiro, duas fortalezas, a da Lage e a de Santa Cruz, levantam-se. No inquérito, o sargento Silvino confessa que havia sido traído, pois numerosos elementos civis e alguns chefes militares o haviam incitado à rebelião. Em 21 de março, surge o manifesto dos 13 generais. Floriano não tergiversa: esmaga a rebelião das fortalezas, reforma *incontinenti* os generais. Em abril surgem manifestações de rua: Floriano prende os elementos mais destacados e dispersa-os pelos lugares mais distantes do país. Em agosto, Deodoro morre: Floriano comparece ao enterro, presta-lhe

a homenagem devida e volta aos seus afazeres. É o homem a quem a sorte da República está confiada. Vai provar que sabe servi-la.

Se a Escola Militar, ainda ao tempo do Império, era o acolhimento único dos elementos sociais menos favorecidos que pretendiam ascender, sob a República esse seu caráter se desenvolveu: o tipo comum que ali ingressava era o do jovem provinciano que, tendo verificado praça antes como medida preparatória, e tendo conhecido as fileiras previamente, assim, e a condição de praça, encontrava na escola da Praia Vermelha o caminho natural. Ao tempo do Império, a profissão era subalterna e desprezada, qualificava mal; sob a República, com as glórias da guerra com o Paraguai e com a ascensão política do Exército, já apresentava outra face e começava a despertar as atenções. Demais, o crescimento demográfico e a ampliação da classe média brasileira, com a estreiteza do mercado de trabalho, e particularmente do trabalho que, numa sociedade ainda eivada dos preconceitos escravistas, tivesse timbre de dignidade, pressionava naturalmente no sentido de levar às fileiras militares, na categoria de oficiais, elementos da classe média. "Sendo um estabelecimento gratuito, acorriam à Escola Militar rapazes de todas as condições sociais, inclusive os das classes mais humildes, que não possuíam recursos para custear os seus estudos". Ali, eram levados "à leitura de autores que nada tinham com a carreira das armas, enciclopedistas e doutrinários da democracia, como ao romantismo revolucionário, que a abolição vinha favorecendo".¹⁷⁸ Repetidamente isso acontecia: "Contingências materiais, carência de recursos, pois dentro de poucos meses cessariam os proventos do montepio instituído por meu pai, não me permitiriam seguir o curso da Escola Politécnica, para que me atraíam minhas inclinações e um projeto antigo havia muito abandonado. A Escola Militar foi sempre, no Brasil, o recurso para que podiam apelar aqueles que, sem meios de prover as necessidades da existência a par das despesas de um curso

superior, sentissem necessidade imperiosa de estudar, de adquirir uma soma ampla de conhecimentos, de estabelecer as fundações de uma cultura de nível superior. Não quero dizer, é claro, que só esses nela se matriculassem. Grande número, provavelmente a maioria, procurava a Escola Militar apenas seduzidos pelo interesse da profissão das armas, pelas vantagens de uma carreira assegurada, para obedecer a uma tradição familiar ou para superar as condições do meio em que haviam nascido. É fato indiscutível. Mas sempre houve número, maior do que se poderá talvez supor, que abraçava a vida militar por ser a forma mais prática e mais eficaz de satisfazer à necessidade íntima de estudar e aprender, de desenvolver e aparelhar a inteligência. Não vou, é óbvio, citar exemplos. Mas quantos um dia passaram pelas fileiras da antiga Escola Militar, pois é a essa que aludo, deles se lembrarão. A Escola Militar era o caminho aberto diante de mim para continuar a estudar, fazer um curso superior e, incidentemente, entrar numa carreira que, embora não me seduzisse, me asseguraria estabilidade na existência. Nos primeiros dias de 1903 assentei praça e matriculei-me."¹⁷⁹

Muito ao contrário do que se escreveu, e se repete, e tão somente por isso existe, a influência do positivismo no espírito democrático da oficialidade do Exército foi mínima. Combatendo a reforma que Benjamin Constant fizera, e que tomou o seu nome, Teixeira Mendes, em seu opúsculo *A Política Positiva e o Regulamento das Escolas do Exército*, acusava a intenção do poder público de "galvanizar o militarismo mediante a sua ligação com a ciência."¹⁸⁰ A acusação de que o positivismo "viciou horripelmente o ensino em nossas escolas militares, arrancando-lhes o caráter essencial de centros de educação militar, de formação intelectual e moral para a guerra", carece, em todos os pontos de fundamento, e caracteriza aliás, uma posição anti-histórica evidente, a de pretender julgar o passado à base de conceitos do presente, no caso os conceitos associados às

concepções totalitárias de poder e ao papel das forças armadas como suportes de Estados obedientes a tais concepções.¹⁸¹

Benjamin era pacifista convicto, depositando suas esperanças em futuro em que fosse possível “a deposição das armas” nos museus, para que as gerações vindouras pudessem admirar com horror o longo período de barbárie que vem, desde as origens da humanidade, transformando os elementos de progresso em elementos de destruição.”¹⁸² Mas sabia perfeitamente da necessidade de ter um Exército organizado e eficiente, desejava-o “respeitado e respeitador, como garantia da segurança da manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, e trabalhando condignamente pelo engrandecimento da pátria; respeitando os poderes públicos, desde que estes cumprissem a lei, e reagindo até, se preciso fosse, na praça pública, quando os desmandos dos governos levassem o desrespeito à lei até a conspiração.”¹⁸³

Ora, uma força militar organizada, e com tais finalidades, era o oposto do que almejavam os positivistas ortodoxos, que preferiam uma força meramente policial e, obedientes aos ensinamentos do mestre francês, pregavam o fechamento das escolas militares. O que se combate, embora escondidamente, quando se levanta acusação contra o tipo de formação de oficiais a que se entregavam as nossas escolas militares, na época, é o que chamam “intervenção do Exército na política”, eufemismo que sonega os dados reais. Ora, uma força armada que deveria ser eficiente e organizada como a queria Benjamin, mas, ao mesmo tempo, esclarecida e participante, deveria parecer aos endeusadores atuais um sacrilégio. Daí a tese de que se formavam maus oficiais. Muito ao contrário: talvez em época alguma o Exército conhecesse plêiade mais brilhante de oficiais, no sentido profissional e no sentido geral. O que se combate é, precisamente, a tendência política dessa oficialidade, recrutada na classe média, ciosa dos valores peculiares a essa classe e pronta a defendê-los e,

assim, precursora e vanguarda da ascensão burguesa e reformista em nosso país. Nesse agrupamento combativo e preparadíssimo é que se apoiaria Floriano Peixoto. Mas está claro que não apenas nele.

Sua posição corajosa de defensor dos ideais republicanos grangeou-lhe enorme popularidade e ainda nos meios intelectuais. Mocidade estudantil, mocidade militar, intelectuais, camadas numerosas da população urbana, povo mesmo, eis a base em que Floriano assenta a sua força. A reação se levanta, amplamente organizada, para combatê-lo. O calor desse combate espanta e dá a medida dos interesses que Floriano feria. Pardal Mallet escrevia coisas assim, num jornal chamado *O Combate*: "Vai Ashaverus da desgraça desta pátria! Caminha! Caminha, caminha, imprimindo no solo o desenho nefasto das sete pontas de ferro que te ornam o calçado, quando passeias por sobre os Estados, pronunciando o terrível advento do morticínio e do infortúnio. Vai Ashaverus! Segue a tua sina! Caminha, deixando após ti montões de cadáveres. Mas houve bem o cortejo de lamentos, de imprecações, que, depois de tua passagem funesta, levantam os sobreviventes do teu crime nefando: nessa manifestação única a que fazes direito, gritam as viúvas e os órfãos, soluçam os desgraçados que fizeste, repelem os ecos acusadores desta pátria, por ti prostituída, conspircada, vilipendiada."

José Patrocínio, no mesmo jornal, destempera-se: "Sangue, mais sangue. É preciso que o sr. Floriano beba. Os anêmicos dão-se bem na atmosfera dos matadouros, e o Brasil é um boi manso, que tanto serve para tirar a zorra do trabalho, como para nutrir os tiranos."¹⁸⁴ Entre os que o combatem estão escritores como Pardal Mallet, Patrocínio, Luís Murat, Olavo Bilac. Mas são muitos os que o apoiam e, entre eles, destaca-se a figura combativa e nervosa de Raul Pompeia. E Guimarães Passos e Artur Azevedo, e Coelho Neto. Velha técnica, a de manifestos de generais, que tantos sucessos alcançou depois, encontra em Floriano a resposta necessária. E a prova de sua

justeza: ele, que adotou a terapêutica adequada, firmou-se: quantos recuaram ante a chantagem de intimidação, caíram.

Mal pagou, até hoje, o crime de ter defendido as causas populares: quem deseja estudar-lhe a figura singular, não encontra fontes idôneas; todas lhe transmitem uma imagem deformada, carregada de vícios morais, de descomedimentos: no 15 de novembro, é um traidor manso, que disfarça a sua traição e adere aos vencedores; no Ministério da Guerra, o traidor que prepara a queda de Deodoro, feito centro da conspiração que o derrubará; no governo, o tirano, sedento de ódios, violento na repressão, sanguinolento, frio; no geral, o homem sinuoso, que não se define, que espreita os acontecimentos, para aproveitar-se deles e triunfar, um ambicioso escondido, uma fera sempre pronta a dar um bote pelas costas. Esse o retrato que as gerações receberão; sobre sua tarefa gigantesca de consolidar as instituições, apenas um título, sobre a defesa dos interesses populares, o silêncio; sobre a firmeza com que encara a arrogância estrangeira, uma anedota; sobre a grandeza de espírito de perdoar ainda aos que o injuriavam, uns retalhos de depoimentos recentes. Da República, fica, nos estereótipos, a imagem de acidente feliz, conjugação da irritação com a felonía; de Floriano, a imagem de ditador boçal. Os fundadores do regime deixaram bens e descendência ilustre, bem colocada, distinguida; o consolidador nada deixou, bem algum, apenas um filho que se distinguiria como artista de circo. Fora, entretanto, ditador, com todos os poderes...

O estereótipo começa com Euclides da Cunha, nos dois retratos que traça de Floriano: "Era um impassível, um desconfiado, um cético, entre entusiastas ardentes e efêmeros, na inconsistência de uma época volvida a todos os ideais, e na credulidade quase infantil com que consideramos os homens e as coisas. Este antagonismo deu-lhe o destaque de uma glória excepcionalíssima. Mais tarde, o historiador não poderá explicá-la."¹⁸⁵

Mais adiante: “O herói, que foi um enigma para os seus contemporâneos pela circunstância claríssima de ser um excêntrico entre eles, será para a posteridade um problema insolúvel pela inópia completa de atos que justifiquem tão elevado renome. É um dos raros casos de grande homem que não subiu, pelo condensar no âmbito estreito da vida pessoal as energias dispersas de um povo.” (...) “Traduz de modo admirável, ao em vez da sua robustez, a nossa fraqueza.”¹⁸⁶ Completando esse retrato, cheio de imagens, mas de transparente falsidade: “este golpe teatral, deu-o com a impassibilidade costumeira; mas foi empolgante. Minutos depois, quando diante do ministério vencido o marechal Deodoro alteava a palavra imperativa da revolução, não era sobre ele que convergiam os olhares, nem sobre Benjamim Constant, nem sobre os vencidos - mas sobre alguém que a um lado, deselegantemente revestido de uma sobrecasaca militar folgada, cingida de um talim frouxo de onde pendia tristemente uma espada, olhava para tudo aquilo com uma serenidade imperturbável. E quando, algum tempo depois, os triunfadores, ansiando pelo aplauso de uma plateia que não assistira ao drama, saíram pelas ruas principais do Rio - quem quer que se retardasse no quartel-general veria sair de um dos repartimentos, no ângulo esquerdo do velho casarão, o mesmo homem, vestido à paisana, passo tranquilo e tardo, apertando entre o médio e o índice um charuto consumido, a meio, e seguindo isolado para outros rumos, impassível, indiferente, esquivo...”¹⁸⁷

A água forte de Euclides encerra, na verdade isolada de alguns traços; e na insopitável grandeza de sua admiração recôndita, um julgamento cego. E esse julgamento será repetido em outro retrato, quando apresenta Floriano em inspeção às fortificações do litoral, quando da revolta da esquadra: “À meia penumbra da claridade em bruxoleios, lobriguei um rosto imóvel, rígido e embaciado, de bronze; o olhar sem brilho e fixo, coando serenidade tremenda, e

a boca ligeiramente refogada num ríctus indefinível – um busto de duende em relevo na imprimidura da noite, e diluindo-se no escuro feito a visão de um pesadelo.” (...) “... e a Esfinge, quebrando a imobilidade de pedra, veste um *paletot* burguês e vem – desconfiadamente confiante – rondar os lutadores...”¹⁸⁸

Euclides, mais tarde, e a pouco e pouco, começa a rever os seus julgamentos, mas já aqueles retratos, admiráveis como perfis literários, como flagrantes de imaginação candente, começavam a gravar-se como esculpidos em pedra, para a posteridade. Contará a Lúcio de Mendonça, em carta, o episódio em que foi a Floriano pedir pelo sogro, que diziam condenado: “Floriano cerrou o semblante, contraindo o cenho com insólita expressão. Supus que tinha errado, procurando-o. A minha ansiedade era tamanha que, se encontrasse um revólver à mão, eu seria eliminado. De súbito um monossilabo. Esperei a resposta com relativa impavidez. As suas palavras seriam para outro enigmáticas, para mim não. Disse: ‘Quando seu pai ainda não cogitava em procurá-lo (a frase que empregou tinha forma menos austera) eu já era amigo de Sólon. Pode retirar-se’.”¹⁸⁹ E, muito depois, confessaria sua fascinação por aquela figura singularíssima, cuja grandeza sentia, mas que interpretara de forma tão falsa. Essa interpretação, e outras do mesmo tipo, repetiram-se e, pouco a pouco, forjaram o estereótipo.

A grandeza de Floriano, que não se limita aos traços individuais, mas se define precisamente pelo conteúdo de sua ação política – e por isso as paixões se moveram descomedidamente em torno de seus atos e de suas decisões – começa apenas a aflorar. Suas decisões nada tinham de descompassadas, entretanto, obedeciam a um raciocínio claro e traduziam em atos uma reflexão acurada e serena. Ei-lo, numa dessas atitudes: “Em 10 de abril de 1892, afinal, os conspiradores organizam pronunciamento mais enérgico. Com o deputado J. J. Seabra à testa, seguido de vários oficiais, jornalistas

e políticos, organiza-se uma manifestação ao generalíssimo Deodoro da Fonseca, desfilando a turbamulta pelas ruas, até ao Catete. Durante a passeata, J. J. Seabra, Pardal Mallet, Mena Barreto e outros fazem discursos incendiários, pregando a insurreição. De volta, demoram-se os agitadores no Largo de São Francisco. Novos discursos. Daí seguem para o Campo de Sant'Ana. Senhor do que se operava, o governo tinha distribuído forças. Defronte do quartel-general, a multidão detém-se. Os oficiais, com o coronel Mena Barreto à frente, porém, transpõem 5 portões. O marechal Floriano Peixoto, que se encontrava na Piedade, onde residia, viera para o centro, atraído pelas notícias. À falta de carro, fora a pé da estação da Central ao quartel-general, aí chegando logo que o coronel Mena Barreto entrara. Frio, sem arrogância, mas firme e cortante, segura o oficial, seu velho amigo, pelo braço, dizendo-lhe: - Você, como sempre, maluco. Está preso." Depois, expede ordens, com a mesma calma desconcertante, chama os oficiais de confiança, dá providências rápidas e, a pé, vai para o Itamaraty, a pouca distância, atravessando a multidão curiosa."¹⁹⁰

Outro episódio. Na campanha parlamentar contra Floriano, destacava-se, pela sua ardente pregação, pela violência da linguagem e pela pertinácia no combate, um jovem deputado pela Paraíba, Eptácio Pessoa. Exemplo dessa oratória: "O povo descrente, desiludido, rugindo temeroso contra o poder público que o mata a fome e a bala. Agora mesmo, criancinhas, que vêm pedir a liberdade de seus pais; mães, que vêm soluçar a vida de seus filhos, que é a sua própria vida; por toda parte, a desolação, a tristeza, o luto, a dor. De outro lado, um homem sinistro, que tripudia sobre os escombros de todas estas ruínas, como o gênio pavoroso do exterminio, deixando transparecer nos seus lábios o riso sardônico da vingança satisfeita, deixando ver nos bordados de sua farda as manchas aí lançadas pelo sangue de seus irmãos." Avisado por amigos, esse

deputado, cuja oratória, apesar de idêntica ao dramalhão, alcançava setores da opinião pública, acha melhor afastar-se do país. Há um problema a resolver, o do passaporte, que deve ser concedido pelas autoridades. Como o conseguirá? Eis os fatos, no depoimento filial de sua biografia: "Achava-se Floriano Peixoto na sala de despachos, cheia de amigos e de congressistas. Chega o cel. Valadão, senta-se ao lado do presidente e comunica-lhe diante de todos: - Esteve hoje na Chefatura o Epitácio Pessoa. Foi pedir-me um passaporte. Não quis recebê-lo antes de saber as suas disposições, sr. presidente. Deve-se dar o passaporte? Há uma verdadeira algazarra de protestos: - Não deve dar o passaporte! Esse homem vive atacando o presidente - e de que maneira! - e há de se lhe dar o passaporte! - V. Ex^a não tem adversário mais terrível, sr. presidente! E um deputado encarece: - Por muito menos do que ele faz muita gente tem ido para a Conceição. E a barulhada ociosa cresce, torna-se ensurdecadora. Floriano ouve impassível, sem uma palavra. Quando serenam as vozes, volta-se para o chefe de polícia e diz-lhe pachorrentamente: - Dê o passaporte ao menino... E na tarde seguinte, Epitácio recebia o indispensável documento."¹⁹¹

A pregação revolucionária avança e consegue atingir a Marinha. Na sua tarefa divisionista, as forças políticas ligadas ao atraso, alcançavam êxito, penetrando no setor mais fraco, ali onde se resguardavam ainda privilégios de classe, ali onde se refugiavam pruridos aristocráticos, ali onde era possível colher alguns oficiais, e particularmente chefes, suscetíveis de aliar-se à subversão contra as normas democráticas. Miguel Lemos dirá, dessa tentativa: "Associando-se aos esforços dos revoltosos do Rio Grande do Sul e aceitando a cooperação de todos os descontentes, por mais demoralizados e divergentes que fossem, não hesitou em sujeitar sua pátria a uma das mais cruéis provações por que ela tem passado."¹⁹² A revolta, sob pretexto de restabelecer o império da Constituição

- e não seria a última vez que esse pretexto serviria ao esforço reacionário em nosso país - não tardou em ameaçar diretamente a própria existência do regime republicano, "sobretudo depois que um outro almirante, já famoso pela sua cerebrina neutralidade, aderiu abertamente ao movimento, sem ocultar as suas tendências restauradoras."¹⁹³ Do manifesto de Saldanha da Gama constava trecho em que afirmava: "aceitando a situação que me é imposta pelo patriotismo, reúno-me, sem precisar conchavos, em pleno dia, pesando as responsabilidades que tomou, aos meus irmãos que, há um ano, nas campinas do Rio Grande do Sul, e há três meses, na baía desta capital, pugnam valorosamente pela libertação da pátria brasileira do militarismo, agravado pela contubérnia do sectarismo e do mais infrene jacobinismo."¹⁹⁴ Ignorava o almirante rebelado, depois de sua fase de estranha neutralidade, situação absolutamente desconhecida e inédita nos anais militares, que estava passando atestado significativo ao governo florianista: eram qualidades suas, realmente, e enobrecedoras, e nacionais, e populares, e democráticas. O "militarismo" era a vigilância contra os privilégios de classe, o sectarismo era o resguardo das instituições democráticas, e o jacobinismo era a preservação da soberania nacional.

E a Marinha do tempo refletia, na sua oficialidade, e até certo ponto, sem dúvida exagerado pelo espírito de classe profissional e de classe social, a discriminação de que o Exército estava inteiramente despojado: "A aristocracia do Império encaminhava de bom grado a gente do seu sangue para os quadros da oficialidade naval. As glórias da Guerra do Paraguai, as constantes viagens pelo estrangeiro, o gosto da vida mundana, emprestavam à Argentina certa coloração aristocrática. O almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama, por exemplo, de estirpe nobre, muito estimado na corte de São Cristóvão, bravo, culto, viajado, elegante e mundano, era o seu tipo representativo. A propaganda republicana pouco a en-

tusiasmara e pouco afetara a juventude da Escola Naval. Aceitara a República como fato consumado, por espírito de disciplina e de patriotismo, no fundo descontente da supremacia do Exército na implantação do novo regime.”¹⁹⁵

Floriano não se atemorizou com a ameaça. Apoiado calorosamente pela mocidade e pelo povo em geral, defendendo-lhe os interesses, protegendo-o da ganância dos que pretendiam explorá-lo, com a carestia e os preços dos gêneros alimentícios, agindo sem temores contra os poderosos da fortuna e da política, enfrentando os arrogantes de estrangeiros que pretendiam, com os navios de guerra de suas nações surtos no porto, levá-lo a recuos; soube captar adesões apaixonadas e levar o país à vitória. E a ameaça era, na verdade, tremenda. Estavam a bordo de barcos de guerra poderosos alguns dos mais eminentes chefes navais, enquanto, no Sul, forças recrutadas em território nacional e no estrangeiro, marchavam ousadamente na direção do Norte, penetrando em Santa Catarina e chegando ao Paraná. Custódio de Melo tinha prestígio: “Como Saldanha da Gama, honrava as tradições de apuro, de disciplina e até de elegância da Marinha que, entre nós, sempre foi carreira predileta dos jovens da nossa mais polida e fina sociedade.”¹⁹⁶ A esquadra revoltada bombardeia a cidade, os fortes travam o duelo. Em 11 de março a esquadra governista, sob o comando do almirante Jerônimo Gonçalves, rondava a barra: penetrou-a, logo depois; e desbaratou, com apoio na artilharia de terra, a frota rebelada: Saldanha e seus comandados apinhavam-se agora, no tombadilho de duas naus portuguesas.

A República estava consolidada. As forças políticas organizadas em partidos, refletindo o poder do latifúndio, reivindicam a normalização constitucional. Floriano cedeu: estava doente, exausto do longo esforço e compreendera a insuficiência de sua base política para travar a luta decisiva: a liquidação dos redutos em que a reação

se apoiava e que lhe permitiam apresentar como do interesse do povo tudo aquilo que era de seu próprio interesse. O Brasil estava ainda distante da fase em que tal luta seria possível. Fora no governo, expressão lídima das forças econômicas e sociais novas, que começavam a sua longa trajetória para o poder, tipo representativo da vanguarda aguerrida e pequeno-burguesa, a componente militar, com que aquelas forças haviam contado para operar a mudança do regime, e que refletiam, em sua ética, os anseios peculiares a uma classe que lutava contra o latifúndio, o liberalismo político, a modéstia de existência, a moralidade na gestão da coisa pública, o horror à especulação, o sentimento nacionalista. Quedava batido, agora, não pelos adversários, que jamais o fizeram fraquejar, mas ante toda uma conjuntura política para a qual não havia outro remédio senão uma prolongada luta que iniciara mas que já não podia levar avante. A outras pertenciam fazê-la, em circunstâncias diferentes, da forma que se adequasse aos tempos.

Pouco depois de retirar-se do poder, entregando, pelo seu ministro da Justiça, o cargo ao presidente "eleito", o paulista Prudente de Moraes, não resistindo aos padecimentos, Floriano, recolhido a um lugarejo, a Divisa, chegava ao fim. Pedira que ali mesmo o sepultassem, mas as autoridades não permitiram, e o corpo foi transportado para o Rio, embalsamado e colocado na igreja da Cruz dos Militares onde a multidão, silenciosamente, desfilou. Luiz Edmundo, que foi vê-lo, conta: "Lá estava, queda, para sempre, aquela mão, aquela inerte mão que comprimira a minha, álgida, magra, longa, como que modelada em bronze. Olhei-a demoradamente, lembrando a cena do Arsenal. Parece que chorei, não me recordo. Sei, apenas, que resistir não pude a uma secreta força que, insensivelmente, para ela me arrastava e conduzia. Da mesma me aproximei, como um autômato, presa do mais terno e mais sincero sentimento. Sobre ela me curvei, e, como se beijasse

a mão de um santo, comovido, beije-a.”¹⁹⁷ Em 6 de julho, foi realizado o enterramento. Luiz Edmundo, que o presenciou, afirma que “nem pelos dias reservados às cerimônias religiosas da Paixão de Cristo o Rio de Janeiro apresentava uma aparência, assim, tão cheia de desconsolo e de tristeza. Toda uma multidão silenciosa e abatida, desde cedo, havia saído para a rua. Não havia, nas lojas dos floristas, uma só rosa, um cravo, uma dália ou uma papoula para vender. E, entretanto, na véspera, de Petrópolis, de Teresópolis e de Friburgo, por prevenção, tinham chegado carregamentos colossais de flores, logo, velozmente, transformadas em coroas e palmas. Muito antes da hora marcada para o começo das exéquias, o povo já havia obstruído, completamente, os logradouros mais avizinados ao templo de onde deveria sair o ataúde do grande morto, em direção ao cemitério.”¹⁹⁸

A imponência da solenidade estava na massa popular, a maior que a capital já vira reunida: “Um terço dos moradores da cidade ou, talvez, mais, assistiu à solene passagem desse cortejo, que levou horas e horas a desfilar. Pelas calçadas, portas e janelas das casas, toda uma multidão se aglomerava, em cachos. Vi homens de joelhos, pelas ruas, senhoras que choravam. Gente trepada pelos combustores da iluminação, pelos postes dos fios telegráficos e até pelos beirais de altos e íngremes telhados. Jamais uma romaria cívica, até hoje, logrou, que eu saiba, uma imponência igual. Os funerais de Rio Branco foram notáveis, foram, mas não tiveram, como os de Florianópolis, a solenidade, a magnificência e até mesmo o concurso de uma tão grande massa popular. Para se ter uma pequena ideia do que foi esse acontecimento extraordinário, basta lembrar que, no momento em que chegava à porta do Campo Santo o ataúde que conduziu o corpo do grande morto, a larga fila dos que o acompanhavam, em passo vagaroso, ainda era vista, pelo Largo da Glória, entrando pela rua do Catete. Uma verdadeira apoteose!”¹⁹⁹

E a sombra do consolidador se projetaria além, no tempo, sobre os governos posteriores, e em sua memória a vigilância pela República crescia, e se mobilizavam os espíritos, nas horas de dúvida ou de ameaça. Cumprira, exemplarmente, a sua missão. E isso não lhe foi perdoado jamais. Depois de seu desaparecimento, as paixões prosseguiram, como se ele estivesse vivo. Tocara tão fundo o que havia de nacional em nossa gente que jamais lhe seria feita a justiça, senão a protocolar: a história oficial relegou-o praticamente ao silêncio. Cometera crime inexprimível: defender o povo brasileiro. Como a Tiradentes, que permanecera esquecido durante todo o período da monarquia, sendo uma das primeiras preocupações dos republicanos retirá-lo do olvido a que fora propositadamente atirado, não se perdoaria a Floriano a sua firmeza em defesa das instituições democráticas, no que elas tinham de essencial e dentro das condições da época, nem a defesa dos interesses populares contra o privilégio, nem o da soberania contra a intervenção estrangeira. O povo o guardou, entretanto, como a Tiradentes, e o fez seu.

O LATIFÚNDIO CONTRA O EXÉRCITO

Para as forças do latifúndio, o período em que os elementos militares permaneceram no poder, e particularmente o período florianista, foi de revezes e de ameaças. Tais elementos defendiam posições liberais, estavam no honesto e firme propósito de realizar reformas no país, defendiam os interesses populares, enfrentavam com vigor as ameaças externas, tinham especial sensibilidade para o que era nacional. As forças políticas que representavam o latifúndio e algumas daquelas em que já se refletia a influência da burguesia ascensional, mas que temiam o alcance do reformismo militar, tudo fizeram para alijar do palco essa componente insólita, que ameaçava a tranquilidade da exploração secular e enfrentava com destemor soluções novas. Tratava-se, para essas forças, de alijar o florianismo,

forma típica que a componente militar assumiu, e a que teve maior duração e aprofundou mais a sua tendência política. Tratava-se de combater o "militarismo": os militares deviam voltar aos seus lugares, nas casernas, sua intromissão na política era um mal terrível. Esqueciam que, antes, não era de forma alguma estranho que chefes militares fossem parlamentares e pertencessem a partidos políticos organizados. Agora, o princípio de distanciamento entre o militar e a política era defendido como da essência do regime e necessário à própria estabilidade das instituições. As organizações partidárias evoluíram para a constituição do partido único, o Partido Republicano, que recebia, em cada Estado, o complemento do nome local. Mas, preliminarmente, era necessário afastar o florianismo. E este, entretanto, era algo que ultrapassava já os limites militares. Logo se verificou essa verdade.

Ao serem batidos na baía do Rio de Janeiro, após o combate da Armação, quando da tentativa de pôr em terra as suas forças, os revoltosos da Marinha foram acolhidos em navios de guerra portugueses surtos no porto. Logo veio a palavra do governo português, dando a "segurança de que os refugiados só desembarcarão em terra portuguesa, sendo nela conservados sob vigilância das autoridades competentes, a fim de evitar qualquer intervenção na política interna do Brasil". Em vez de seguir para Portugal, entretanto, aqueles navios deixaram o porto com destino ao Sul, e os asilados foram desembarcados no Uruguai, daí passando ao Rio Grande do Sul, para prosseguir na luta contra o governo brasileiro. Era uma ação intervencionista ostensiva e acintosa. Tal fato desencadeou nas massas populares furor que teve correspondência em diversas manifestações de rua, com hostilidade aos lusos aqui residentes. O movimento de massas definia o apoio popular que Floriano desfrutava. E que merecia: logo que se teve notícia do desembarque dos elementos revoltosos no Uruguai, Floriano enviava ao representante de Portugal

em nosso país uma nota que terminava assim: "Tornando-se sem objetivo a presença de V. Ex^a entre nós, como encarregado de negócios, incluso vai o passaporte de que necessita para retirar-se com o pessoal de sua legação." Ao mesmo tempo, eram transmitidas ordens à nossa representação em Lisboa para que se retirasse de Portugal. E as manifestações de rua prosseguiram. Ora, para as forças políticas ligadas ao latifúndio, tratava-se de acabar com tudo isso, de "despojar da mística revolucionária a evolução republicana", utilizando, para isso, a "confiança das classes conservadoras, aterrorizadas pelo florianismo."²⁰⁰ Tudo isso, entretanto, não se faria, como situou um historiador, "sem dissídios graves e amargas desilusões nos arraiais republicanos."²⁰¹ Que motivos teriam as "classes conservadoras" para estarem aterrorizadas com o florianismo? O rigor com que Floriano punia a ganância na alta dos preços, a firmeza com que assegurava ao povo da capital os gêneros alimentícios de que necessitava. O apoio de massas a Floriano não era visto apenas como ameaça pelas ditas "classes conservadoras", também pelas forças políticas. Para Bernardino de Campos, o regime não estava consolidado; via, "no fanatismo florianista, ameaças para a unidade brasileira."²⁰² Essa referência ao fanatismo dá a ideia do estado de espírito do povo.

Assegurada a posse de Prudente de Moraes, era preciso destruir o florianismo, abafar tudo o que ele significava. A perseguição aos seus partidários começou cedo, de alto a baixo: tornava-se imperioso, antes de mais nada, eliminar das instituições aquela componente que procurara efetivá-las, torná-las instrumento da vontade popular. Floriano, em seu recolhimento, assistiu ao espetáculo e, aqui e ali, teve oportunidade de manifestar-se a respeito. A Porciúncula escreveu em novembro de 1894: "Venho de saber que o Senado não aprovou a nomeação, que o governo passado fez, da vossa ilustre pessoa para ministro - nosso representante em Viena. Lamento que o espírito da política pequenina e baixa tenha *estabelecido audiência*

naquela casa, onde só deve imperar a justiça. E assim vai esta pátria republicana perdendo o concurso dos seus mais dedicados e esforçados defensores. Os mais bravos e decididos trabalhadores contra a revolta são atualmente os *despeitados*, os *criminosos*... Felizmente, nos lembraremos sempre, jamais esqueceremos que, acima de *tudo*, está a República.”²⁰³ Prudente de Moraes governaria sob um clima de constante tensão, ao operar o alijamento das forças democráticas que haviam possibilitado a mudança do regime. Dizia-se, por isso mesmo, “enojado da política e dos políticos”, ainda em 1896, esclarecendo: “Sei que os jacobinos têm-me ódio – tornam-se dia a dia mais arrogantes, à proporção que vão sendo animados pelos chefes, generais Quintino e Glicério – e logo se sintam com forças para substituir-me por algum *general* que faça a política forte do marechal, não adiarão para o dia seguinte.”²⁰⁴

Era necessário voltar ao regime das farsas eleitorais em que, maneando os pequenos grupos de eleitores, os coronéis latifundiários forjariam os representantes de sua conveniência.²⁰⁵ Nisso estava a democracia, segundo as forças conservadoras, na posse e no livre manejo do aparelho de Estado, através de um processo de escolha cuja significação democrática sabiam praticamente nula. Tratava-se de montar a máquina que permitisse perdurar alguns decênios nessa simulação grotesca. No período de Prudente de Moraes, ela não fora ainda convenientemente organizada; seria uma das tarefas essenciais de seu substituto. O florinianismo estava ainda vivo. Em maio de 1897, surgiu a revolta da Escola Militar, motivada, segundo se propalou, pela decisão do governo de remeter para o Rio Grande do Sul, onde eram esperadas perturbações, armas e munições pertencentes à Escola. “Na realidade – esclarecerá autor insuspeito – a revolta vinha se preparando de longa data pelo fermento das ideias jacobinas e florinianistas trabalhando o espírito dos mestres e dos alunos.”²⁰⁶ Tendo sido proposta, na Câmara, congratulação ao governo pela

repressão, Glicério combateria a iniciativa, que representava "arma política", destinada a dividir a representação nacional, compelindo-a "condenar a solidariedade legalista e republicana que nos prende àquele histórico depósito das nossas afeições", referindo-se à Escola Militar.²⁰⁷ A proposta foi rejeitada.

E, ainda em 1897, abalando o país, surge o problema de Canudos, cuja situação parecia a muitos, e ao povo principalmente, traduzir o esforço de restauração monárquica ante o qual os tíbios políticos conservadores, preocupados em despojar o regime de seus traços democráticos, comportavam-se como cúmplices. Euclides da Cunha atendeu a esse sentimento, que se generalizava, comparando o reduto sertanejo à nossa Vendaia. A República estava ameaçada: era imprescindível mobilizar-se em sua defesa toda a opinião nacional. Aquele levante camponês travestido de fanatismo religioso denuncia, na realidade, a que limites o latifúndio levava os seus malefícios já nos fins do século. "Causava horror às classes dominantes qualquer tentativa de quebrar o sagrado monopólio da terra - escreveria agudo ensaísta. E mais ainda, é claro, qualquer movimento armado no campo, espinha dorsal da vida econômica do país. Admitir que se batiam os pobres do campo contra a opressão feudal, era admitir que tinham o direito de fazê-lo. Precisavam ocultar as verdadeiras causas das lutas que surgiam no campo, esconder seus reais objetivos. Procuraram sempre, através de toda a história do Brasil, desvirtuar essas lutas no nascedouro, apresentando-as como simples atos de banditismo. Esmagavam-nas de um golpe ou tratavam de desalojar os combatentes, dispersá-los, para deformar o sentido inicial da luta e o motivo determinante, e transformar os insurgentes em reles bandoleiros, condenando-os ao papel de salteadores, sem apoio firme entre as populações rurais às quais estavam ligados mais diretamente e onde constituíam uma ameaça à grande propriedade territorial."²⁰⁸

A Revolta de Canudos denunciaria muitos dos aspectos do Brasil dos fins do século e, particularmente, das debilidades da República que, mal inaugurada, caía sob o guante do latifúndio implacável, sem grande resistência de uma burguesia que seria compelida a acumpliciar-se com o atraso feudal. Revelaria a extraordinária capacidade de luta do nosso povo, sua tenacidade, sua resistência, seu apagado heroísmo. Contra aquele casario de taipa, acometeram sucessivas expedições militares em fúria: "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, quando caíram os seus últimos defensores, que morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, à frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados."²⁰⁹

Euclides, amargurado, recusou-se a descrever os detalhes finais: "Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se mostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?"²¹⁰ Houve quem entrasse em detalhes, porém, contando a sorte dos prisioneiros, antes do final: "Acontecia certas ocasiões estarem muitos daqueles miseráveis dormindo e serem acordados para se lhes dar a morte. Depois de feita a chamada, organizava-se aquele batalhão de mártires, de braços atados, arrojados um ao outro, tendo cada par dois guardas, e seguiam... Eram encarregados desse serviço (a degola) dois cabos e um soldado, ao mando do alferes Maranhão, os quais, peritos na arte, já traziam seus sabres convenientemente amolados, de maneira que, ao tocarem a carótida, o sangue começava a extravasar num jorro..."²¹¹

Revelaria, também, o grau de deterioração a que o Exército fora submetido, sua incapacidade para travar uma luta organizada: objeto do ódio dos que haviam sucedido a Floriano, restava-lhe aquele simulacro de força organizada que se mostraria impotente

diante de uma cidadela de taipa. E que se desmandaria em fúria, na degola dos prisioneiros, sobre a qual o silêncio repousou, quebrado apenas pelo protesto dos acadêmicos de medicina baianos. Fúria que levantaria, pouco adiante, o braço assassino de Marcelino Bispo, provocando o sacrifício do general Machado Bittencourt. Era esse o clima que as oligarquias latifundiárias impunham ao país: para prepará-lo, é claro que a tarefa preliminar consistia em destruir o florianismo, em extirpá-lo como planta daninha, que resguardava os restos democráticos das instituições cedo corrompidas. Para coar essa corrupção, abrem-se os entendimentos para o *funding* de 1898, ponto crítico na cadeia de empréstimos externos extorsivos, iniciada meses depois da Independência e a que a República dará um sentido novo.

E Prudente de Moraes passa o governo a Campos Sales. Caberá a este o acabamento da obra, dar-lhe os traços definitivos, montar o sistema oligárquico, liquidar de vez o Exército, levar o latifúndio ao pináculo de sua força. Entrava-se no regime do partido único; que hoje muitos combatem, quando surge em regime socialista, e que configurou, entre nós, por longo tempo, a ditadura do latifúndio. Com essa ditadura, evidentemente, o Exército era incompatível; para instaurá-la, tornava-se necessário destruí-lo.

Para dar acabamento a tarefa dessa amplitude, o latifúndio encontra o seu afim específico, o imperialismo: "o capital estrangeiro começará a afluir para o Brasil em proporções consideráveis. E isso permitirá, não somente restabelecer o equilíbrio das contas externas do país, tão gravemente atingidas na crise dos anos anteriores, mas restabelecê-lo em nível muito alto, tornando possível um largo aparelhamento material e uma sensível ascensão do padrão de vida nacional."²¹² Campos Sales estabelece os dois pilares de sua obra: a política econômica e financeira de associação com o imperialismo, dirigida por Joaquim Murinho, e a política de feudalização, pela

distribuição às oligarquias regionais dos Estados como fazenda privada de cada uma, dirigida por ele mesmo.

"É bom assinalar - observa um historiador - que aquelas oligarquias eram compostas, na sua maior parte, por elementos que vinham dos velhos partidos monárquicos. Coincidirá, assim, o advento da *política dos governadores* com a *república dos conselheiros*..."²¹³ E surgia, então, a política nacional como simples "agrupamento de feudos, grandes e pequenos."²¹⁴ Não sem alguns timoratos e esparsos protestos, que denunciam a debilidade da burguesia: Adolfo Gordo, também republicano histórico, seria dos primeiros a acentuar as divergências radicais que não podiam deixar de se estabelecer entre a anunciada orientação e a fê republicana. Da mesma opinião seriam Paula Souza, Bueno de Andrada, Miranda Azevedo, que classificou a nova orientação de *declarada empresa de apóstatas interesseiros*, e Cincinnati Braga que lembrou as promessas da propaganda e as doutrinas de liberdade pregadas ao povo. Acrescentou não ter dúvida sobre os grandes males que adviriam para o Brasil, no caso de sair vitorioso naquela sala (em que se achavam reunidos os próceres políticos de então) aquilo que denominava um *plano autocrático*.²¹⁵ Rui definiria o ajuste como troca de atribuições e cessão mútua de garantias em que "o governo federal entregava cada um dos Estados à facção que dele primeiro se apoderasse. Contanto que se pusesse nas mãos do presidente da República, esse grupo de exploradores privilegiados receberia dele a mais ilimitada outorga."²¹⁶

Dois são os caminhos que, quanto à organização do aparelho militar de que o Estado sempre carece, seguiria a política oligárquica: fortalecer a Marinha, como órgão do poder central, capaz de enfrentar um Exército maculado pela turbulência; criar forças irregulares, com tendência para se tornarem regulares, nos Estados, para servir aos poderes locais e, em determinadas eventualidades, no apoio recíproco, ao governo federal. O inimigo era o Exército;

contra ele todos os esforços seriam concentrados. Mas tudo dentro de rigorosa economia: "A grande virtude do plano financeiro Murtinho-Campos Sales era a simplicidade. Se o Tesouro Nacional carece de dinheiro, e o dinheiro do Tesouro vem dos impostos, aumentam-se indiscriminadamente os impostos, e não há mais problemas do Tesouro. Se o câmbio está baixo e as divisas estrangeiras para pagamento no exterior custam muito caro, o governo encarrega o público de o prover diretamente de divisas estrangeiras, pela imposição de uma cota-ouro no pagamento dos direitos de importação... Sendo tudo assim tão simples, também as consequências deviam ser muito fáceis de prever. O governo não conseguiu esgotar todos os pontos do seu programa, repondo o *mil-réis* no seu nível de conversão metálica, pela recuperação do valor legal de 27 d. sobre Londres. Mas, ao fim do quadriênio presidencial, ele estava na casa dos 18, tendo partido das imediações de 6. Em compensação, os membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro também haviam sido bons profetas, na previsão dos resultados econômicos. Logo ao segundo ano da aplicação do programa, a lavoura, a indústria, o comércio, os bancos, tudo faliu de um extremo ao outro do país, fechando as portas o próprio *Banco do Brasil* daquela época, o *Banco da República*... Mas, em novembro de 1902, ao passar o governo ao novo presidente eleito, o conselheiro Rodrigues Alves, Campos Sales recebia dos banqueiros Rothschild, de Londres, que haviam negociado conosco o empréstimo-moratório do *Funding Loan*, um paternal telegrama de felicitações, no qual se lia: '*devido à vossa deliberação de restaurar o equilíbrio das finanças, o crédito do vosso país ressurgiu e a felicidade geral da nação bastante aumentou... Desejamos ardentemente que o vosso sucessor adira à sábia política que com tanto êxito indicastes...*'²¹⁷ Ora, o sucessor, Rodrigues Alves, havia sido escolhido justamente por ter se comprometido a dar continuidade à política de Campos Sales.

A impopularidade do governo Campos Sales foi qualquer coisa de espantoso. As perturbações que seu governo sofreu foram constantes, nenhuma de grande gravidade, entretanto. O guante era severo. No dia em que passou o poder, entretanto, os sentimentos se desafogaram: "Do ponto de vista interno, entretanto, tão sábia política se caracterizava apenas pela circunstância de Campos Sales, no dia de partir de volta para São Paulo, só ter podido comparecer ao banquete de despedidas que lhe ofereceram os banqueiros e capitalistas do Rio de Janeiro, entre os quais os representantes de Rothschild, sob a proteção de fortes contingentes de polícia militar, porque o povo nas ruas furiosamente o vaiava, e continuou a vaiar depois pela noite a dentro, ao longo da estrada de ferro, até os extremos de Cascadura..."²¹⁸ Foi a maior vaia da história republicana.

Quando o problema da sucessão se abriu, o nome que surgiria naturalmente, em vista de seus serviços ao regime, fora o de Bernardino de Campos. Mas este cometeu a ligeireza de conceder entrevista, que caiu como uma bomba nos meios políticos, traçando uma nova política econômica e financeira. Foi aliado depressa. Em Rodrigues Alves, conselheiro do Império, repressor dos abolicionistas e dos republicanos, no regime extinto, encontraram o candidato adequado.

Quando se abriu a sucessão deste, e surgiu como candidato natural João Pinheiro da Silva, filho de imigrantes, partidário da reserva do mercado interno à indústria nacional, da valorização do trabalho e outras medidas progressistas, foi rapidamente aliado, surgindo a de outro conselheiro do Império, Afonso Pena, que a tudo se submeteria, inclusive aos compromissos da "valorização" do café, o grande negócio da finança internacional. "A escolha do Conselheiro Afonso Pena - escreve um historiador - senador pelo Estado de Minas Gerais, como candidato definitivo à sucessão Rodrigues Alves, é um dos fatos mais fiel e rigorosamente característicos

do sistema de conchavos pessoais e subalternas conveniências em que a política se constituiu para domínio e completa exploração deste país. Dos nossos políticos então em evidência, a começar pelo presidente Rodrigues Alves, nem um só pôde salvar-se na completa deselegância e na absoluta inferioridade daquele arranjo. O que costumamos chamar a política profissional, isto é, a espécie de casta que entre nós desvirtua e explora as funções públicas, ali combinou-se com as pretensões industriais e financeiras mais ruinosas e contrárias à economia geral do país, para garantir a sua rudimentar e grosseira máquina de opressão. Ideias anteriormente defendidas como essenciais, princípios proclamados como irredutíveis pontos de programa, até velhas incompatibilidades pessoais admitidas como questões de honra, tudo foi esquecido, de tudo fez-se tábua rasa, para chegar sem maiores perturbações àquele compromisso que, se não satisfazia completamente as ambições de todos, pelo menos ressalvava no momento o sistema geral de interesses privados em que a nossa política se funda, contra os grandes e reais interesses da nação.²¹⁹

Para manter sistema desse tipo, seria necessário um aparelho militar especial, com capacidade de repressão muito grande, ao pé da obra ou dotado de mobilidade para acudir rapidamente aos focos de inquietação, obediente, desinteressado da realidade política. No plano federal, esse aparelho será a Marinha: fechada em redoma, desde a revolta de 1893, de efetivos reduzidos, recrutamento discriminatório da oficialidade, tendo feito da adoração de Saldanha o seu culto lareiro (esquecendo, premeditadamente, o grande marinheiro que havia sido Jerônimo Gonçalves, porque este servira a Floriano). Voltada para o exterior mais do que para o país, guardando os comandantes enorme distância dos comandados, na rotina e na escala social, a Marinha estava em condições de servir a missão dessa natureza.

Omissa, esquecida, desaparelhada, a Marinha começa a receber tratamento especial: não o tratamento que a tornasse o instrumento militar capaz de servir ao país, mas o instrumento capaz de servir a determinada política interna: "O conceito foi outro, sistemático, persistente e invariavelmente sussurrado aos ouvidos e forçado como uma ameaça no ânimo dos chefes do Estado; o motim, a revolta, a revolução sempre prestes a estalar. Na Marinha, só um homem impediria o conflito. Em terra, as forças navais desembarcadas serviriam de guarda-costas presidenciais." (...) "Instrutivo seria investigar quanta prontidão foi ordenada, quanto boato circulou, quanta fantasiada revolta ou simples levante meramente suspeitado teve origem no próprio gabinete ministerial, para dar força e justificar a nova teoria da Marinha bate-pau policial, a querer impor a paz a um Exército de turbulentos, a quem se acusava, caluniosamente, de conspirador."²²⁰

Para que isso fosse alcançado, era necessária, e foi praticada, propaganda segura, controlada, tenaz: "Oficiais distintos e conhecedores dos misteres de sua nobre profissão ousavam discordar? Dentro das normas disciplinares, e nas discussões técnicas das praças d'armas, afoitavam-se a defender a tese de que as regras de 1895 já eram obsoletas quase 25 anos mais tarde, que a missão da Marinha era o combate, a destruição das forças adversárias, e não a função de reles capanga em distúrbios de rua fomentados pela politicagem impenitente? Dissentiam da estagnação dos navios nos portos, e invocavam os princípios correntes da *blue water school* e os ensinamentos da crescente preponderância do fogo, de sua direção, de seus métodos? Admiravam-se de estar ainda em uso, para os oficiais de navegação, as cartas náuticas estrangeiras, quando já deveríamos tê-las nossas, como os meios de que dispomos em homens e material? Tudo era, e ainda é, considerado como rebeldia, indisciplina." (...) "No Conselho do Almirantado havia revoltas contra concepção

tão mesquinha? Anulava-se o Almirante, reduzido à impotência. No Estado-Maior da Armada, um chefe, que em todos os países é o responsável pela eficiência militar da esquadra, queria ter veleidades de reagir, por força de sua própria responsabilidade e de seu dever profissional para com o Brasil? Demitia-se tal chefe independente, e preenchia-se o cargo com oficial dócil e que se prestasse a tão somente executar as ordens recebidas. Havia possibilidade de não comungar no credo oficial a maioria dos marinheiros modernos, mais instruídos e de valor maior? A promoção por merecimento, as recompensas, as comissões rendosas premiavam aos partidários da ortodoxia governamental, deixando aos dissidentes a honra de suas convicções... e de seu ostracismo."²²¹

Calógeras continua a autópsia: "Era mister, entretanto, que não viessem a lume tais controvérsias; que nada empanasse o fulgor do administrador, do remodelador de nossa Marinha, que a teimosia invencível da verdade não lograsse apagar, pela divulgação dos fatos, a auréola do ministro único. Para isso, o melhor instrumento de propaganda era a imprensa, e esta foi largamente subsidiada, quer diretamente, pelos processos escusos de contabilidade oculta do Ministério da Marinha, quer por pagamentos ordenados pelo próprio gabinete a firmas fornecedoras ou a firmas construtoras que trabalham para a Armada."²²² Para tudo se dependia do exterior, naturalmente, nessa Marinha emprestada e inteiramente desvinculada do processo de desenvolvimento do país.

Em compensação, assim que saía do porto o navio, a guarnição ganhava em ouro: "Pois bem, quando sai uma força qualquer em viagem pelo oceano, desde o último porto de escala no Brasil são transformados tais vencimentos em ouro. Ainda estão os oficiais e marinheiros em território brasileiro - o navio de guerra que tripulam -, suas despesas em nada se alteram, pois rancho e morada lhes são dados pela nação, e jámais de duplicadas são suas remunerações."²²³

Não ficava nisso o problema: o terço de campanha era pago, como se estivessem em operações de guerra, às tripulações que guarneciam navios em portos brasileiros ou em portos americanos, onde estavam a reparos.²²⁴ Calógeras propunha diversas medidas para reaparelhamento da Marinha: acreditava que os créditos necessários poderiam ser englobados nas reparações de guerra, que a Alemanha pagaria quando vencida. Era uma ilusão, sem dúvida, e logo se comprovaria.

O outro caminho, ainda mais perigoso, que o latifúndio trilharia para liquidar o Exército, foi o fortalecimento das polícias militares estaduais, verdadeiros exércitos regionais, diretamente subordinados às oligarquias. Enquanto se debilitava a organização do Exército, robusteciam-se aquelas organizações estaduais, ricamente dotadas de meios, fortemente concentradas, de obediência imediata aos poderes locais, que as traziam de rédea curta. Os políticos que representavam o latifúndio, assim, criaram “com as polícias militares, novas forças de esfacelo nacional.”²²⁵ Uma delas, chegou a possuir artilharia e aviação, tendo recebido, antes do Exército, missão militar francesa de instrução. Claro que o poder de cada um desses pequenos exércitos variava com o poder do respectivo Estado. Sua finalidade era claríssima, entretanto: “O governo de Minas se preparava para o que desse e viesse, confiado na Força Pública Estadual”, conta um historiador dessa fase republicana.²²⁶ E não era uma exceção, evidentemente. O problema atingiu a tal nível que repercutiu entre os legisladores federais, a propósito de estarem ou não os militares dos Estados sujeitos aos códigos que jurisdicionavam as forças armadas federais. Era de espantar que, quando chamada a cumprir determinadas missões, a tropa do Exército ainda apresentasse um mínimo de eficiência, tal o seu abandono, “as promoções esdrúxulas; o descaso pela solidez da armadura bélica; as tentadas reformas administrativas dos oficiais; o abandono dos corpos em campanha, privados de tudo e não pagos.”²²⁷

A reação contra o descalabro militar começou muito mais cedo na Marinha do que no Exército, pela primazia de que o seu papel se revestia na época. Foi espetáculo digno de ver-se o esforço dos oficiais de Marinha em defesa do reaparelhamento de sua força armada. Nesse esforço, destacou-se, por todos os títulos, a figura do almirante Júlio César de Noronha. Dava ele, inclusive em sua campanha de imprensa, ênfase entusiástica à aquisição de poderosas naves de guerra, em absoluta desproporção com o quadro de desenvolvimento do país, e até em contraste com este quadro.²²⁸ O grave engano, a profunda ilusão que embalava o idealismo dos que formavam com a campanha de Júlio de Noronha consistia em desligar o problema da Marinha do quadro geral do país, em não compreender que só país altamente desenvolvido pode ter poderosa Armada, em supor que o contrário seria possível e traduzisse força real. Essa deficiência de compreensão estava ligada, evidentemente, à grave lacuna que surge da tese, cujo traço político é evidente, de que o militar não deve se interessar pela política. Um soldado e particularmente um chefe, não pode, de forma alguma, desobrigar-se do conhecimento político, e é claro que isso não tem parentesco algum com a militância partidária. A compreensão política permitiria aos idealistas do programa naval de 1904 situar o particular do país no geral do mundo, e entender que só poderia o Brasil ter a esquadra com que sonhavam quando tivesse a indústria pesada que a construísse e mantivesse, e que este era o marco inicial, e não a compra de navios, que seria arremedo de poder.

Gilberto Amado conta, em um dos volumes de suas memórias, o que foi o entusiasmo pela chegada ao Rio do primeiro dos encouraçados comprados na Inglaterra: "Durante o dia, no Itamaraty, onde fui, na Avenida, na Colombo, onde me sentei, de noite, na redação da *A Imprensa*, que começara a frequentar, só ouvia isto: o *Minas!* Você viu? Entusiasmo total. Os brasileiros estavam de

fervor patriótico. Sorrisos largos. Olhos brilhantes. Não tive com quem conversar, como homem pensante, sobre o assunto. Não encontraria ouvidos para o que pudesse querer dizer. Uma melancolia me apertou o coração. O *Minas*, como as demais unidades da esquadra, não tinha sido construído no Brasil por engenheiros e operários brasileiros, em estaleiro brasileiro. Não resultara da nossa técnica, da nossa indústria, nem do nosso capital próprio, fruto do nosso esforço criador, substantivo, de base, mas do crédito... só e só. De nosso havia nele apenas a encomenda... o ato do governo, o contrato com a firma construtora. Entretanto, o povo urrava em explosões que traduziam o que refletidamente o *País* publicava. Se o *Minas* fosse uma afirmação do Brasil, produto da sua ciência, da sua riqueza, da sua técnica! Se o *Minas* fosse mais do que um empréstimo!" Para rematar: "Poucos meses depois dessa chegada do *dreadnought*, revoltava-se a sua guarnição. O *Minas*, como o *São Paulo*, objeto também das nossas alvissaras infantis, transitórios emblemas de grandeza fictícia, tiveram a triste história que conhecemos: o *São Paulo*, errando solto no oceano, novo navio fantasma, e o *Minas* vendido como sucata. Conceito a rever: o de patriotismo no Brasil."²²⁹

A política oligárquica, que tinha sua base no latifúndio, não tivera como finalidade necessária dividir as forças armadas, colocando a Marinha contra o Exército; ia, no seu desenvolvimento natural, procurar lançar contra o Exército a própria opinião nacional. As sucessões presidenciais, pelo jogo de apetites que despertavam, eram os únicos momentos em que a opinião popular era mobilizada e tinha oportunidade de pesar. Assim, na medida em que passava o tempo, a cada sucessão, agravavam-se os problemas que as oligarquias tinham de enfrentar para assegurar a continuidade de seu domínio. Um desses problemas, apesar da situação a que fora relegado, era o do Exército, que acompanhava os acontecimentos. A sucessão

conturbada de Afonso Pena viria trazer a participação dos militares de terra ao primeiro plano, desde que o florianismo fora liquidado. Aí surgiu a manobra sagaz de Pinheiro Machado que, representando as forças oligárquicas, conseguiu articular a candidatura do próprio ministro da Guerra do governo Pena, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, cindindo no nascedouro as forças populares, de que o Exército era componente poderosa. E a bandeira das liberdades democráticas teria de ser levantada e defendida por Rui Barbosa, na sequência de sua conduta pública, afirmada tão claramente na passagem pelo ministério da Fazenda do governo provisório. Já o governador do Amazonas, desavindo-se com a oligarquia local, foi deposto por elementos militares ligados a Pinheiro Machado, forçando o governo federal a reconduzi-lo. A campanha de Rui se faz sob o nome de *civilismo*, o que fazia crer uma contradição entre civis e militares que, na realidade, não existia. Dentro da sistemática eleitoral brasileira, as condições de vitória do candidato de oposição eram nulas. Hermes foi reconhecido como vencedor.

Mal se empossara, porém, e rebentou a rebelião dos marinheiros. Alimentação deficiente, sobrecarga de trabalho e, principalmente, castigos corporais, foram as causas próximas do motim. Casos esporcos já haviam ocorrido, devidamente sonogados ao conhecimento geral; agora o caso era gravíssimo: poderosas naves de guerra dominadas pelos marinheiros assestavam os seus canhões para terra e exigiam para a tropa tratamento humano. A rebelião surgiu quando um marinheiro sofreu o castigo de 250 chibatadas e foram sacrificados, de início, alguns oficiais e praças. A situação, para o governo, era alarmante, pois não contava com as condições necessárias para sufocar a rebelião, embora as perspectivas dela fossem limitadas. Encarregado de entender-se com a marujada revoltada, o almirante José Carlos de Carvalho, então deputado federal pelo Rio Grande do Sul, dirigiu-se aos barcos dominados por ela. Foi neles recebido

com todas as honras, verificando que os bens nacionais estavam guardados, havia disciplina e não desordem. Ouviu os reclamos dos marinheiros, que lhe mostraram a vítima do castigo corporal: "Examinei esse praça e trouxe-o comigo para terra, para ser recolhido ao Hospital da Marinha. Sr. presidente, as costas desse marinheiro assemelhava-se a uma tainha lanhada para ser salgada", explicará o almirante, em seu discurso de informação à Câmara.²³⁰

O documento dirigido pelos marinheiros ao governo reivindicava particularmente a extinção dos castigos corporais, mas frisava também o regime de escravidão em que viviam, "porque, durante 20 anos de República, ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da pátria".²³¹ Em 24 de novembro, Rui Barbosa apresentou ao Senado o projeto de anistia, saída para o impasse criado. Pinheiro Machado declararia que "todos, quando surpreendidos pelo levante, reconhecendo as causas que o geraram, nos inclinamos, desde logo, a proclamar a justiça das reclamações que o determinaram: alimentação escassa, serviço exagerado, castigos corporais, que não se coadunam mais com o nosso regime liberal, com a lei, nem com a civilização atual e a cultura democrática a que temos atingido."²³²

A intervenção de Rui Barbosa constitui precioso depoimento a respeito do tratamento que o latifúndio concedia aos militares, discriminando-os por classes: "Direi mais: nunca compreendi como na República se tenha feito, com tanta liberdade, com tanta profusão, aumentos de soldos, todos os anos, sob pretextos vários, às classes armadas, aos oficiais, ora sob pretexto de equiparação, ora notificando-os a organização do quadro de generais, estabelecendo-se um quadro especial, de modo que temos no país um quadro numeroso de generais, sem termos soldados. Nunca compreendi que, para atender às necessidades da organização das forças armadas, fosse este o processo republicano, abandonando-se o interesse dos

praças e dos desfavorecidos.”²³³ O aparte do senador Alfredo Ellis, de São Paulo, foi elucidativo também: “São deserdados da República oligárquica.”²³⁴ Concedida a anistia, os rebelados dirigiram ao governo o último radiograma: “Confiando na vossa justiça, esperamos, com o coração transbordando de alegria, a vossa resolução, pois os culpados da nossa rebelião são os maus oficiais de Marinha, que nos fazem escravizados deles e não da bandeira que temos. Estaremos ao vosso lado, pois não se trata de política e sim dos direitos dos miseráveis marinheiros.”²³⁵ O comandante designado para o *Minas Gerais* aproximou-se do navio em lancha do gabinete do ministro da Marinha. Era o capitão de mar e guerra João Pereira Leite. À aproximação do barco, João Cândido, comandante dos rebelados, mandou a tripulação toda formar no convés e prestou as continências de estilo: dirigiu-se à escada e recebeu o novo comandante com um vigoroso aperto de mão, enquanto a banda de música executava um hino.²³⁶ Após a leitura do decreto que concedia anistia, o comandante Pereira Leite percorreu o navio, achando tudo na mais perfeita ordem.

Em 28 de novembro, desrespeitando o decreto de anistia, o governo deliberava dar baixa do serviço aos marinheiros que mais se haviam destacado na rebelião. Em princípios de dezembro, começaram as prisões. Em 9, irrompeu o motim na ilha das Cobras, onde aquartelava o Corpo de Fuzileiros Navais, e no cruzador *Rio Grande do Sul*. Foi logo dominado, sendo a ilha bombardeada. Decretado o estado de sítio, as autoridades aprisionaram os que haviam participado da rebelião de novembro. Meteram-nos em cubículos, de onde a maioria, desses cubículos e de presídios, foi transportada para o navio *Satélite*, que os levaria para a Amazônia. A carga do barco, segundo a *Folha do Norte*, de Belém, consistia em 250 ladrões, 180 facínoras e desordeiros, 120 cáftens, 250 marinheiros revoltosos e 44 meretrizes. Na viagem, devidamente marcados desde o Rio, foram

fuzilados 9 dos marinheiros rebelados. O desembarque, segundo depoimento de testemunha, no destino, as selvas amazônicas, foi assim: "A guarnição formou ao longo do navio armado em guerra, de carabinas embaladas, os portões foram abertos, e à luz de um sol amazonense, os 400 desgraçados foram guindados, como qualquer coisa menos corpos humanos, e lançados ao barranco do rio. Eram fisionomias esguedelhadas, mortas de fome, esqueléticas e nuas, como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfarrapadas deixavam ver todo o corpo. As mulheres, então, estavam reduzidas às camisas. Imediatamente uma porção de seringueiros apresentou-se e foram escolhendo aos lotes os que mostravam restos de uma robustez passada."²³⁷ Esse depoimento foi lido, na íntegra, no Senado Federal, por Rui Barbosa, em sessão de 15 de agosto de 1911.

O governo Hermes da Fonseca não foi manso para as oligarquias, como seria de esperar: "Entendeu desmontar as oligarquias que datavam do princípio do século, substituiu-as pelas *salvações*, as *intervenções* e os *estados de sítio* que se prolongam pelo quadriênio."²³⁸ As oposições locais se alçaram: "Pois bem, a partir de 1911 essas oposições começaram a se servir da força federal para destruir violentamente as situações de seus Estados – as oligarquias, como as chamavam – mas para destruí-las, não em benefício de um sistema democrático mais evoluído, porém para a implantação de novos bandos, de novas oligarquias."²³⁹ Em Pernambuco, Dantas Barreto destrói a máquina partidária de Rosa e Silva; na Bahia, Seabra depõe o governador, a tiros de canhão; no Ceará, Franco Rabelo encerra a trajetória dos Acioli e acaba deposto pela rebelião sertaneja comandada pelo padre Cícero.

Tais acontecimentos viriam revelar, entretanto, a forma nova de organização militar irregular de que as oligarquias lançavam mão, e que substituiria a velha tropa da *Guarda Nacional* que haviam utilizado tanto em outros tempos: os bandos de jagunços, recrutados

em regiões em que predominavam absolutas as relações feudais. Num vale úmido do Cariri, próximo à velha cidade do Crato, começa a surgir o cenário social de drama peculiar às áreas feudais brasileiras. Ali se estabelecera o padre Cícero Romão Batista, com enorme ascendência sobre uma população em que o misticismo disfarçaria as condições de miséria e de abandono. Essa gente, que se acumulava por força de sua necessidade, era material humano fácil, de que lançava mão o chefe local, aqui e ali, e chefes outros, para resolverem pelo trabuço as suas rivalidades políticas. Foi essa a matéria-prima de que se valeu Floro Bartolomeu para liquidar o governo de Franco Rabelo.²⁴⁰ Na Bahia, na região diamantífera, em torno de alguns chefes locais, entre os quais se destaca desde cedo a figura de Horácio de Matos, em consequência das mesmas condições, surgem forças irregulares também poderosas, cujo papel nos acontecimentos políticos será muito grande. Em todo o interior, assim, o latifúndio gera a sua força militar, e dela se serve amplamente.²⁴¹

A sucessão do presidente Hermes da Fonseca levaria o mineiro Wenceslau Braz ao governo; Rui Barbosa seria candidato de protesto, mais uma vez, e não seria a última, de protesto, inútil mas característico, contra sistema antidemocrático a que as forças do latifúndio se aferravam: teve menos de 60 mil votos para um total da ordem de 600 mil. Nunca lhe seria perdoada a passagem pelo ministério da Fazenda e a política de defesa dos interesses da burguesia: "É compreensível, pois, que a volta dos fazendeiros ao poder lhe houvesse fechado as portas do governo, a que aspirava. A classe média não tinha consistência que lhe assegurasse a conquista do poder. O café governou a chamada Primeira República, e quando a escolha do presidente escapou às mãos da oligarquia partidária, na sucessão de Afonso Pena, produziu-se a crise entre os dois ramos da classe média, que foi a epopeia do civilismo. Ainda aí

a casta agrária deu o peso de sua influência à vitória do marechal; o governo militar adquirira, naquele instante, um sentido oposto ao que tivera no advento do regime: o Exército já se tornara o poder subjacente, estabilizador das instituições e fiscal do jogo partidário, que as forças conservadoras do país podiam aplaudir sem temor.²⁴² Rui verificaria, passada a divergência com Floriano, como o papel dos militares não poderia ser de passividade e de omissão ante os grandes problemas do país. Faria a referência clássica a Osório: "sua farda não o discrimina do povo: confunde-o com ele, de onde surgiu," mas também o reconhecimento, particularmente face à política de Floriano, de que "aí está um homem que, no meio de todos os seus erros, era, ao menos brasileiro."²⁴³

No Contestado, surge outro problema que denuncia a situação do povo nas áreas de domínio de relações feudais: novamente o Exército será chamado a sufocar esse movimento, à base da violência. Desconhecia-se que "o misticismo, modalidade de reação dos pobres do campo contra a tirania econômica, social e política dos potentados locais, inicialmente uma reação passiva, só o é enquanto o núcleo rebelde é pequeno, restrito ou não consegue expandir-se. Desde que ganha influência sobre massas consideráveis da população, o 'fanatismo' desempenha um papel ativo, impulsionador da luta emancipadora local."²⁴⁴ O remédio que o governo encontrou, porém, foi o ferro e o fogo, a repressão brutal. Cegos em sua dominação, os representantes do latifúndio não viam a tempestade que se aproximava, julgavam que o festim não chegaria jamais ao final: veio a crise de 1913 e, em seguida, a guerra. A perturbação nas relações comerciais com o exterior traz efeitos profundos à estrutura econômica do país: o mais profundo deles é o ritmo na acumulação, a ascensão capitalista, o avanço da burguesia. Pinheiro Machado é assassinado, em 1916; surge, em 1917, a *Liga de Defesa Nacional*, o Brasil entra na guerra, Olavo Bilac desenvolve sua campanha pelo

serviço militar obrigatório. A nação estava em busca de suas forças militares, que a política amesquinhou e esquecera. A que situação estavam elas relegadas?

“Há 30 anos está acéfalo o ministério da Guerra”, escreverá comentarista autorizado.²⁴⁵ O latifúndio só se preocupava com os chefes militares, com sua formação de acordo com a situação política: “As promoções ao generalato raramente foram felizes. Obedeceram a considerações políticas e pessoais, a relações de amizade, muito mais do que às conveniências do serviço. Apesar de estarmos em guerra, da responsabilidade tremenda que recai sobre quem tem de escolher os chefes futuros de nossas tropas, seus guias nos combates; apesar de se tratar de selecionar os homens a quem incumbirá a missão terrível, embora honrosíssima, de defender o nome do Brasil, o brilho de sua bandeira, o resguardo da vida de seus comandados; o que mais pesou no critério da eleição foram a simpatia, serviços políticos, parentes influentes e empenhos, e não, como devera ser, o crisol do valor profissional, de dedicação à tropa, do esforço militar.”²⁴⁶

No que dizia respeito ao aparelhamento material, a situação era precaríssima. E surgiam, agora, iniciativas, cujas finalidades eram transparentes, de introduzir indústrias inteiras de armas e munições, como se houvesse aqui uma siderurgia altamente desenvolvida, que as suprisse do necessário, como se a demanda interna de canhões fosse inexaurível. Os estabelecimentos industriais existentes estavam reduzidos a situação deprimente, “aí há de tudo, menos trabalho”, observaria Calógeras.²⁴⁷ A instrução estava abandonada: “predominava a ordem unida, tipo das que impressionam esteticamente e dão coesão à tropa”; a de combate não existia; as unidades estavam desfalcadas ou mesmo sem efetivo e sem verbas: “De Norte a Sul chovem telegramas sobre a situação precária da força, sem cobertores, sem capotes, sem fardamento, sem quartéis, sem viaturas,

prés retardados, instrução nula."²⁴⁸ A cavalaria não tinha cavalos, a artilharia não tinha canhões, a infantaria não tinha fuzis: a norma fora liquidar a instituição: ela estava praticamente liquidada.

Uma rajada de renovação começa a perpassar pelo país, entretanto. Se, já em 1903, Serzedelo Corrêa, militar dos que haviam participado das agitações pela República e, depois, das tentativas para fazê-la efetiva, escrevera algumas verdades candentes, que caíram no silêncio, a respeito do gravíssimo problema do imperialismo, era agora a voz de um teórico como Alberto Tôres que se alçaria, em condições melhores de acústica, embora não ainda das mais efetivas. Serzedelo, no início do século, em artigos de jornal e em livro, afirmara: "E porque temos descurado da defesa de nossos interesses, e porque, país novo, adotamos e praticamos para a indústria, para o comércio nacional, para a navegação, para a marinha mercante, a política do *laissez faire*, chegamos à situação em que nos encontramos, uma nação que fez a sua emancipação política e que, dia a dia, mais e mais apertou os laços de colônia que a prendem ao estrangeiro."²⁴⁹ Acrescentando: "Ninguém se iluda: companhia alguma estrangeira dessa ordem nos traz capital e nada acrescenta ao trabalho e à riqueza brasileira. Ao contrário, são bombas fortes de sucção de toda a economia pátria, onde ela exista, para transferi-la para o exterior."²⁵⁰

Onze anos depois, com um mundo conflagrado, Alberto Tôres falaria a mesma linguagem: "Nesta terra, assim saqueada, o comércio, o trabalho estrangeiro e o crédito de usura que possuímos, drenam, em capital, para o estrangeiro, quase todo o produto dessa inconsciente e brutal destruição, dando-nos, em troco, gêneros e objetos que, muitíssimo longe de representar o preço da ruína de que resultam, não deixam, entre nós, em obras e bens voluptuários, senão fração mínima de seu valor."²⁵¹ Acusando, com veemência: "Foi preciso que a República atingisse a maioria, para que se

nos apresentasse a perspectiva de ver instalar, entre nós, colônias de mineração como as da África do Sul, monopólios industriais e agrícolas, extensas regiões entregues à exploração alheia, estradas de ferro marginadas de vastas zonas de influência estrangeira, toda a perspectiva de uma rede de viação férrea destinada a realizar a obra, absolutamente destituída de base e de necessidade econômica, de um aparelho de circulação continental interna; extensas culturas de borracha, entregues a estrangeiros, na Amazônia; o escândalo inqualificável do enfeudamento da indústria pastoril a um sindicato; a eventualidade da concentração do comércio do café, em mãos de comerciantes forasteiros; o estabelecimento de bancos hipotecárias munidos de favores e privilégios que a Turquia não concederia talvez.²⁵² Para concluir: "É simples abuso de tolerância vernácula confundir a reivindicação da posse completa da nossa política e da nossa autonomia com qualquer das formas mórbidas da exaltação nativista. Queremos, para nós, a liberdade e a autonomia nacional, que tem toda e qualquer nação soberana."²⁵³

Tôrres citava, para justificar suas proposições, palavras de estadistas estrangeiros, justamente do país que se tornaria, com a Primeira Guerra Mundial, o centro motor do imperialismo, os Estados Unidos da América do Norte. Citava Wilson: "O que esses Estados (os da América do Sul) estão procurando realizar é emancipar-se da subordinação, que foi inevitável, a empresas estrangeiras. Não tenho senão motivos para me congratular com a perspectiva de que consigam levar a efeito essa emancipação, e considero meu dever ser o primeiro a tomar lugar entre os que os auxiliam a levá-la a termo." Mas, particularmente, a de Elihu Root: "Uma falsa concepção da doutrina de Monroe, do que ela prescreve e do que ela justifica, de seu escopo e de seus limites, invadiu a imprensa e afetou a opinião pública, nestes últimos anos. Grandiosos planos de expansão nacional invocam a doutrina de Monroe. Interesses por obrigar os países

da América Central e do Sul a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa de que cidadãos americanos possam tirar proveito, invocam a doutrina de Monroe. Ambições de glória nacional, alimentadas por cérebros muito vazios para apreenderem, em seu conjunto, o senso do dever nacional, invocam a doutrina de Monroe. A pretensão intolerante de exercer essa espécie de superintendência sobre a conduta e as opiniões de outros povos, que é da essência da tirania, invoca a doutrina de Monroe. Indivíduos irrefletidos, que não veem a diferença entre a ação legal e a força física, sustentam que a doutrina de Monroe é um título de intervenção nos negócios internos das nações mais fracas do novo mundo.”²⁵⁴

A guerra, entretanto, colocando como problema fundamental a aliança com os Estados Unidos, tiraria à palavra de Tôrres o eco necessário. Tratava-se, com a sucessão de Wenceslau Braz, perturbada como as anteriores, cada vez mais difíceis as condições para o latifúndio exercer o seu controle da coisa pública, de encontrar uma saída hábil. A saída foi a escolha de Epitácio Pessoa, nosso representante na conferência da paz, que deveria regular as relações entre os países ligados ao grande conflito que vinha de terminar e onde os nossos interesses foram rigorosamente contrariados. Abria-se nova etapa na vida dos povos: mudavam as posições, no campo imperialista, passando a supremacia absoluta aos Estados Unidos, surgia o primeiro país socialista, a União Soviética, enquanto, no plano interno, com o desenvolvimento industrial, cresciam as condições para a expansão burguesa. A velha estrutura política, correspondente às velhas relações de produção, em que o latifúndio se destacava, começava a denunciar a sua deterioração acelerada. Tudo isso se refletiria, naturalmente, no aparelho militar. “A guerra de 1914 – esclarece um historiador – confirmava a inferioridade das nações que dependiam do estrangeiro para as coisas essenciais da vida. Demonstrava, por outro lado, que éramos capazes de improvisar

várias indústrias. O nacionalismo econômico nascia, pois, com a guerra, abrindo novas perspectivas ao nosso trabalho."²⁵⁵

Havia mais do que isso, entretanto: "A massa, ainda pouco consciente, começava a agitar-se e a participar, lenta, confusa mas progressivamente na vida política. Já em 1917, houvera em São Paulo - que já começava a ser o grande centro industrial que é hoje - uma greve séria, bem mais importante que as anteriores. a dos cigarreiros e ferroviários, em 1891, e a dos empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1906."²⁵⁶ Em 1922, fundava-se o Partido Comunista, com forte estria anarquista. Ia, por outro lado, surgir a agitação intelectual do Movimento Modernista, sinal evidente de mudança no plano das ideias e da criação artística. Logo surgiria a agitação tenentista.

O TENENTISMO

Atos legislativos de 1915 e de 1918 reformaram a organização do Exército; em 12 de janeiro deste último ano, era, finalmente, extinta a *Guarda Nacional*: passa a constituir o Exército de 2ª linha e, em consequência, à jurisdição do ministério da Guerra. Começam a organizar-se grupos de jovens oficiais que, colhendo observações na Guerra Mundial que se encerrara, batem-se por reforma profunda das instituições militares. Pretendem conferir-lhes a eficiência que outras apresentam. Uns julgam que o modelo deve ser alemão, outros julgam que deve ser francês. Acabam por fundar uma revista, *A Defesa Nacional*, onde divulgam as suas ideias. A oficialidade antiga mostra-se refratária a esse reformismo, entretanto. Está rotinada em longo período de estagnação, o período em que o Exército fora relegado a segundo plano e praticamente liquidado como instituição organizada.

O ambiente dos quartéis era de madorna: "Não havendo instrução continuada e metódica, só a administração e a disciplina ocu-

pavam os comandantes de subunidade; daí o costume de afastar os oficiais subalternos do convívio dos soldados. Esta era uma tradição contra a qual arremetiam os aspirantes chegados à tropa a partir de 1909. Muitos capitães acolhiam de braços abertos essa colaboração espontânea e entusiasta, mas outros se fechavam na fórmula – a subunidade é o capitão e o 1º sargento, e se mostravam hostis aos recém-chegados. Essa expressão era ainda muito simplificada para um grupo de capitães que só raramente entravam no recinto de suas companhias, esquadrões ou baterias, os quais assinavam todos os papéis do chamado *expediente* num dos compartimentos do *Estado-Maior*, ou seja numa pequena dependência destinada ao oficial de serviço, onde se reuniam para passar o tempo quase todos os oficiais do corpo. Enquanto um certo número de oficiais, sargentos e outros praças se esbaforiam, a escrever, na secretaria, na casa das ordens, na arrecadação (hoje denominada almoxarifado) ou nas dependências do rancho, a maioria dos capitães e tenentes matava o tempo numa sala do *Estado-Maior*, *trepando*, isto é, falando da vida alheia, jogando gamão ou dominó. Quando a gritaria dos jogadores ou da assistência se tornava insuportável, o ajudante vinha da parte do major pôr um jato de água fria naqueles entusiasmos.”²⁵⁷

Só havia exercícios nos dias de pagamento do soldo e, na véspera, “os oficiais escalados passavam horas a fio com o regulamento aberto e com um monte de paus de fósforos ao lado, para representar com estes as seções, os pelotões e as esquadras, procurando guardar de memória as numerosas vozes que, nas diversas evoluções, deviam ser dadas aos soldados.”²⁵⁸ Um oficial, que se afoitou a solicitar a atenção de determinada figura de prestígio para a necessidade de levar os oficiais para os corpos de tropa do interior, reduzidos, em regra a uns poucos, e para a necessidade da exigência de arregimentação em caso de promoção, foi submetido a rigoroso inquérito, de que resultou prisão de 30 dias para ele, e para outros que com ele se

solidarizaram. Era a mentalidade do tempo.²⁵⁹ A chegada, em 1918, dos primeiros elementos da Missão Militar Francesa, começa a trazer alterações nessa mentalidade. O novo ministro da Guerra, Calógeras, apoia a campanha dos "jovens turcos". Constroem-se quartéis, distribui-se melhor a oficialidade pelos corpos e, particularmente, refunde-se o ensino militar de formação e de aperfeiçoamento, no sentido de conferir eficiência profissional aos novos quadros. Sobre a formação do Estado-Maior e dos comandos, sobre a formação dos oficiais e seu aperfeiçoamento, é que se sentiu mais a influência da Missão Militar Francesa. Data daí, entretanto, o início do distanciamento entre Estado-Maior e comando, de um lado, e tropa, de outro lado, que outros fatores irão agravar com o decorrer do tempo. Na reorganização que se opera na época, é preciso recordar também o lançamento das bases da Aviação Militar. A Escola de Aviação, já criada, começa a reger-se, desde 1918, por regulamento em que preponderam as ideias francesas, com instrutores também franceses; em 1920, o pessoal da Aviação se reparte entre a Marinha e o Exército. O Ministério da Aeronáutica só surgiria em 1941.

O esforço dos jovens oficiais para a reorganização do Exército se assemelhou bastante ao dos oficiais de Marinha, no início do século, pela organização e reaparelhamento da força naval: desconheceu as condições brasileiras. Pretendia uma força militar modelar, num país em que isso teria sido um contraste. Defendendo, por outro lado, como ideia básica da reorganização e fundamento da eficiência profissional o distanciamento da política, estava agravando o divórcio entre a realidade e o projeto. Porque a realidade iria perturbar o projeto, desde os seus primeiros dias: ao mesmo tempo em que se pretende dar ao Exército organização modelar e eficiência exemplar, surgem graves questões políticas que o envolvem e perturbam todo esse esforço, perturbação que os idealistas do momento consideram oriunda de atos de vontade, de demérito de pessoas, quando

provinha de condições estruturais, de tudo aquilo que, em suma, é objeto de estudo da política.

Se as sucessões presidenciais eram sempre momentos de crise na ordenação a que o latifúndio submetera a vida pública do país, para melhor utilizar o aparelho de Estado, a de Epitácio Pessoa, após a Primeira Guerra Mundial, e já sob o efeito de todas as alterações que ela introduzira no mundo e em nosso próprio país, seria tempestuosa. Os processos políticos estavam condenados pela opinião nacional, e as escolhas de candidatos eram um resumo desses processos políticos, que retiravam aos cidadãos o direito de intervir, limitando-o a forças já rotinadas no seu uso. A longa vigência desse sistema viciado, apesar das crescentes lutas que acarretava, definiria a situação: era impossível liquidá-lo dentro das normas legais. Essa convicção alastrou-se no país, ligada às condições posteriores à Primeira Guerra Mundial, de tal forma que o desfecho armado passa a constituir preocupação continuada. Ora, esse caminho, o da solução pelas armas, seria impossível sem a participação dos militares. Daí o esforço cada vez maior para envolvê-los nos acontecimentos políticos e, por esse meio, chegar à derrocada do sistema. A sucessão de Epitácio Pessoa constitui episódio, na sequência do qual outros se definirão, convergindo todos para a grande transformação operada em 1930. As ocorrências, portanto, e os protagonistas, são simples indícios circunstanciais de longo processo: o da liquidação do domínio político do latifúndio.

Ora, o que os idealistas da reforma do Exército não viam, precisamente, é que não poderia existir Exército organizado, eficiente, moderno, compatível com as novas exigências da sociedade brasileira, com o domínio de velhas relações de produção, entre as quais o latifúndio se destacava. Os militares que participaram das perturbações de então não viam, também, esse aspecto profundo do processo histórico, eram meros instrumentos dele. Mas, ainda assim,

contribuíram muito mais do que os outros, paradoxalmente, para uma renovação das instituições militares em nosso país. A partir de 1921, o problema político da sucessão passa a constituir problema militar. E começa com a participação ostensiva de oficiais na luta sucessória, mobilizados por uma das mais terríveis campanhas de imprensa a que o país já assistiu. Nesta, levanta-se, a certa altura, o problema de cartas que o candidato da situação, Artur Bernardes, teria escrito, contendo grosseiras alusões aos militares e a um chefe, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Arvoraram-se os militares, reunidos em seu clube, em árbitros da questão e, depois de assembleias tumultuosas, decidiram pela autoria de Bernardes, apontado, assim, como incompatibilizado com a classe.

O clima que vivia a capital do país pode ser aferido pelo conhecimento de dois episódios. Um deles, a chegada de Bernardes ao Rio. Conta-o Afonso Arinos de Melo Franco: "E o que se deu, então, foi espantoso. Aquele homem desconhecido até há pouco, de quem, por isso mesmo, nada se poderia dizer de bem nem de mal, é recebido na cidade como se fosse um bandido público, um traidor da pátria, um *réprobo*, enfim, como ficou sendo costume tratá-lo. Assisti pessoalmente à vaia. Era aluno do internato Pedro II e me encontrava na Galeria Cruzeiro (Avenida Rio Branco) para ver a passagem do candidato do meu Estado. Nunca mais esqueci aquele selvagem espetáculo. Desde longe quando o cortejo deu entrada na Avenida, vindo da Central, estrugiram alaridos que só aos poucos fui percebendo serem de apupos, assovios e injúrias. Vagabundos, capangas (diziam que trazidos de Niterói), simples moleques de rua, misturados com mulheres do povo, senhoras bem-vestidas, militares fardados, civis de boas roupas, tudo reunido numa histeria coletiva, assaltavam os automóveis, insultavam com palavras obscenas os ocupantes, golpeavam com bastões arancados à cercadura das árvores os vidros e faróis, urravam como

possessos, numa espécie de libertação furiosa. Os políticos que eram reconhecidos se viam chamados pelos nomes, humilhados, conspurcados, às vezes ameaçados fisicamente." Continuando: "Tenho impressas na retina as figuras de megeras desgrenhadas, e tipos alvares, misturando torpezas e gracejos contra todos aqueles homens públicos, sendo que alguns populares exibiam bem aberta a primeira página de um vespertino, onde Bernardes aparecia representado em caricatura imoral. Foi uma triste vergonha aquela, que, se revoltava, como revoltou, um menino de colégio, deve ter aberto fundo ressentimento no espírito das vítimas daquela inútil brutalidade, não contra o povo inocente que a praticava, mas contra os seus inconscientes e encobertos condutores."²⁶⁰

O outro episódio foi o de uma sessão do Clube Militar, realizada em 24 de junho de 1922. Tal sessão deve ser entendida na sequência de várias outras, em que se discutia o problema das cartas de Bernardes, quando o calor das paixões chegava ao desvario. Fala o tenente Gwaier de Azevedo. Eis alguns trechos de seu discurso, com os apartes que recebeu:

TEN. GWAIER - Em defesa do Exército, desse Exército enxovalhado pelo presidente da República, desse Exército que V. Ex^a, general Setembrino, de modo algum representa. (Trocam-se apartes).

MARECHAL PRESIDENTE - Atenção. Quem está com a palavra é o senhor tenente Gwaier.

TEN. GWAIER - O sr. major Boanerges já havia declarado, antes de abrir a sessão, que viria me apartear com violência.

MAJ. BOANERGES - Não é verdade.

TEN. GWAIER - Quem me disse foi o ten. Siqueira Campos.

TEN. SIQUEIRA CAMPOS - Verdade; não querer sustentar é outra coisa.

MAJ. BOANERGES - Eu não disse assim.

TEN. GWAIER - V. Ex^a disse, mas não tem importância, seus apartes não me interrompem.

CAP. DUARTE DO CARMO - O sr. major Boanerges é um oficial digno, mais digno que V. Ex^a.

TEN. GWAIER - Mais digno que V. Ex^a.

CAP. DUARTE DO CARMO - V. Ex^a é incompetente e malcriado e não sabe português.

TEN. GWAIER - V. Ex^a tem razão: eu fui aluno do senhor seu pai.

CAP. DUARTE DO CARMO - Protesto, meu pai era um homem competente e sabia comandar.

TEN. GWAIER - Tinha tanta competência que se permitiu transferir *sine die* um eclipse total do Sol. Isto está escrito nos boletins do Exército; eu apelo para o sr. ten. Siqueira de Brito que, na ocasião, servia no 1º Batalhão de Engenharia.

CAP. DUARTE DO CARMO - O ten. Brito é um oficial digno e não pode afirmar isto.

TEN. S. BRITO - Sou amigo do cap. Duarte do Carmo e peço a S. Excia. que me perdoe, porém a afirmação do ten. Gwaier é verdadeira.

CAP. DUARTE DO CARMO - Muito obrigado a V. Ex^a.

TEN. S. BRITO - Não tem o que agradecer.

.....

TEN. GWAIER - Está direito, V. Ex^a submeterá o requerimento à votação, sr. presidente. Os jornais noticiam que o sr. presidente da República, para enxovalhar o Exército, vai mandar amanhã os seus agentes fecharem o Clube Militar, baseado numa lei que fecha as sociedades de anarquistas, de caftens e de exploradores do lenocínio. Maior injúria não se pode fazer. Suprema afronta jogada às faces do Exército nacional!

MAJ. E. FIGUEIREDO - O sr. presidente da República tem toda a razão.

TEN. GWAIER - V. Ex^a concorda que o presidente da República feche o Clube Militar baseado naquela lei?

MAJ. E. FIGUEIREDO - Concordo.

TEN. GWAIER - Então V. Ex^a é caften? É explorador do lenocínio? É anarquista? Queira desculpar porque, francamente, eu não sabia.

MAJ. E. FIGUEIREDO - Eu respondo a V. Ex^a como homem. Respondo sua audácia.

TEN. GWAIER - À vontade. Escolha lugar e marque hora. Sob minha honra de militar o juro, lá estarei.

MARECHAL PRESIDENTE - O sr. tenente Gwaier vai modificar essa linguagem. V. Ex^a está convidando os seus superiores para brigar.

TEN. GWAIER - Sr. presidente, se eu soubesse que os defensores do governo epítacista aparteariam o ten. Brito com tanta rudeza de linguagem e grosseria, não teria tocado na prisão daquele oficial, para não assanhar os gaviões e os abutres que rasgam a dignidade alheia.

TEN. PACHECO - Gavião é V. Ex^a.

TEN. GWAIER - Eu sou gavião e V. Ex^a é a rolinha.

GEN. POTIGUARA - Está se dirigindo a mim?

TEN. GWAIER - V. Ex^a aparteou o ten. Brito com grosseria?

GEN. POTIGUARA - Não. Mas sou solidário com os apartes dados a V. Ex^a.

TEN. GWAIER - Então permita que lhe diga: V. Ex^a Também é um corvo faminto que procura rasgar a honra alheia.

GEN. POTIGUARA - Protesto! Isto revolta, srs. oficiais!

TEN. GWAIER - O que revolta é V. Ex^a emprestar seus galões e a força que comanda a um bandido como o sr. Epitácio Pessoa, deixando-e livremente cavalgar o Exército, fechando o Clube Militar baseado numa lei infame, injuriosa e opressora!

GEN. POTIGUARA - V. Ex^a se atreve a chamar o sr. presidente da República de bandido?

GEN. HASTINFILO - Eu lhe repilo, tenente.

TEN. GWAIER - Ele não é somente bandido, é ladrão também; está provado.

GEN. POTIGUARA - V. Ex^a se arrependerá disto.

TEN. GWAIER - Registre-se a ameaça.

GEN. POTIGUARA - V. Ex^a não está ameaçado; eu lhe aparteei calmo e rindo!

TEN. GWAIER - Há homens, sr. presidente, cujo riso parece uma operação de descontos a juros de usurários. Assim é o riso do gen. Potiguara.

CAP. TEOPOMO DE VASCONCELOS - V. Ex^a é indigno de vestir a farda do Exército. Não agrida os seus superiores.

TEN. GWAIER - Eu falei com o gen. Potiguara e não com sua ordenança.

CAP. T. DE VASCONCELOS - Ordenança é V. Ex^a.

TEN. GWAIER - É V. Ex^a que, como capitão, se prestou aos papéis mais infames, como sejam os de perseguidor e algoz dos seus colegas.

CAP. T. DE VASCONCELOS - V. Ex^a está se alterando e o sangue lhe chegando às faces.

TEN. GWAIER - Sim, porque onde não tem sangue é na fisionomia dos cadáveres. Onde não tem sangue é na fisionomia de V. Ex^a que é um cadáver moral. (Trocam-se violentos apartes).

MARECHAL PRESIDENTE - Se os oficiais continuam nessa linguagem, eu sou obrigado a suspender a sessão. Todos nós somos do Exército, e o que se está passando aqui é uma vergonha que depõe contra a nossa cultura e educação. Continua com a palavra o sr. tenente Gwaier de Azevedo.

TEN. GWAIER - Os meus agressores ponham a carapuça. A observação do sr. presidente atinge aqueles que me obrigam a responder com violência apartes violentos e indelicados.

CEL. GOMES DE CASTRO - Indelicado é V. Ex^a que não tem educação.

MARECHAL FONTOURA - Não apoiado! V. Ex^a é um infame.

TEN. GWAIER - V. Ex^a não sabe nem escrever o próprio nome. Para que e por que se mete a apartear? Resultado: eu lhe respondo, V. Ex^a não sabe coisa alguma e é, portanto, obrigado a se calar.

TEN. GWAIER - Até quando sofreremos tão grandes ignomínias? Unamomos e teremos os aplausos da nação inteira, toda ela mais ou menos ferida pela perfídia, pela inépcia... (Protestos - Muito Bem!) pela prepotência de um presidente cretino, infame e déspota.

GEN. POTIGUARA - Cretino é V. Ex^a.

TEN. GWAIER - Cretino é V. Ex^a Não estamos no Contestado, onde V. Ex^a mandava fuzilar a torto e a direito. Isto é um costume seu... e muito antigo.

CEL. SANTA CRUZ - Eu estou revoltado com a linguagem desse oficial.

TEN. GWAIER - V. Ex^a está revoltado porque não pode me pegar no 1^o Regimento de Cavalaria, para me raspar a cabeça, como faz com os soldados.

CEL. SANTA CRUZ - Isto é uma infâmia.

TEN. GWAIER - V. Ex^a pode me informar porque todo o mundo o conhece por *Rapa-côco*?

.....

CEL. H. MOURA - V. Ex^a está preso!

TEN. GWAIER - Perdeu boa ocasião de ficar calado. Se eu, dizendo tudo isto, não soubesse que seria preso, seria idiota.

CEL. JOSÉ DE LIMA - V. Ex^a é um indisciplinado!

TEN. GWAIER - É verdade.

CEL. JOSÉ DE LIMA - V. Ex^a olhe para a minha cara e veja quem sou, atrevido!

TEN. GWAIER - Eu não conheço V. Ex^a direito mas, pela cara, parece um coveiro de cemitério, em tempo de epidemia.

CEL. JOSÉ DE LIMA - Protesto! Protesto!

OUTROS OFICIAIS - Muito Bem! Muito Bem!

.....

CAP. JOVINO MARQUES - O sr. Artur Bernardes é homem digno, e eu lhe repilo como superior.

TEN. GWAIER - V. Ex^a não tem idoneidade para fazê-lo.

CAP. JOVINO MARQUES - Tenho. Não sou como V. Ex^a. Sou um oficial de critério. Sou limpo.

TEN. GWAIER - Se fundo de panela, quando sai do fogo é limpo, eu concordo que V. Ex^a também o seja. Limpo como fundo de panela! Ora bolas!

CAP. JOVINO MARQUES - Repita!

TEN. GWAIER - V. Ex^a quer que repita de novo? V. Ex^a precisa ver onde está. Eu estou armado e não temo ameaças de quem quer que seja. Estou no meu direito.

GEN. SETEMBRINO - Devia ser cassada a palavra desse oficial.

TEN. GWAIER - Pois venha V. Ex^a cassar (A maioria: Muito bem!)

GEN. SETEMBRINO - Eu lhe repilo como homem!

TEN. GWAIER - V. Ex^a já teve ocasião de repelir alguém a não ser como homem? Eu não tive, graças a Deus. (Gargalhadas).

GEN. TASSO FRAGOSO - V. Ex^a veio aqui para dizer desaforos, porque não conhece o regulamento do Clube.

TEN. GWAIER - Em matéria de regulamentos, eu sou como V. Ex^a: não entendo coisa alguma. (Gargalhadas).

.....
GEN. SETEMBRINO - Fosse eu presidente do Clube, esse oficial não continuaria a falar.

TEN. GWAIER - V. Ex^a podia ser, mas não com o meu voto. Poderia ser presidente do Clube Militar um oficial-general que, na campanha do Contestado, de parceria com os peculatórios, roubou a nação em 2.600 contos, assinando recibos fantásticos de víveres e deixando os soldados morrer de fome?

GEN. SETEMBRINO - V. Ex^a provará isso?

TEN. GWAIER - Pois não! Os documentos existem.

ALMIRANTE SOUZA E SILVA - Se dessem uma comissão a V. Ex^a não há dúvida que se calaria imediatamente.

TEN. GWAIER - Não julgue o meu critério pelo de V. Ex^a. V. Ex^a é um concessionário que dorme regaladamente nas gavetas dos fornecedores de carvão para a esquadra e teve o despudor de engolir 1.600 contos, a pretexto de abastecer de combustível o depósito da Ponta do Galeão, onde o almirante V. de Matos, militar digno e respeitado por todos os títulos, indo lá, nada encontrou, nem mesmo sombra de combustível.

ALMIRANTE SOUZA E SILVA - Isso é uma balela.

TEN. GWAIER - O sr. Almirante V. de Matos declarou ou não tudo isso que eu acabei de afirmar? Faça o favor de responder, pois eu apelo para a sua dignidade de militar e para o seu passado.

ALMIRANTE V. DE MATOS - O que V. Ex^a disse é uma verdade e ele não me desmentirá.

TEN. GWAIER - Veja, sr. presidente, eu não estou caluniando.

GEN. POTIGUARA - Caluniador, V. Ex^a o é.

TEN. GWAIER - Foi também V. Ex^a quem mandou encher de palha 15 vagonões, que deviam levar roupas para os nossos soldados no Contestado; e, em vez de 30 volumes de granadas, remeteu 30 volumes de pedras. Foi, finalmente, V. Ex^a que, com o general Setembrino, fluidificou 20 mil pares de botas de montaria do Exército, que nunca foram vistos em ponto algum do planeta, a não ser nas algibeiras de V. Ex^a, vastas como o oceano (Protestos e Muito bem!) (O presidente chama a atenção dos oficiais).

GEN. LIMA - Ladrão pode ser V. Ex^a.

TEN. GWAIER - V. Ex^a manifestou-se sem ser chamado. Também terá que ouvir sua fé de ofício. Ei-la: V. Ex^a construiu uma estrada de ferro na fábrica de pólvora com o célebre túnel pelo qual as locomotivas só puderam passar depois de arrancadas as suas chaminés, porque não fora prevista altura suficiente, sendo que a via férrea era tão bem feita que os trens gastavam 74 horas para percorrer 120 quilômetros. Desminta-me, se é capaz?

GEN. ACHÉ - Torna-se necessária uma reação de nossa parte porque esse oficial está nos enxovalhando!

TEN. GWAIER - V. Ex^a também tem rabo comprido.

GEN. ACHÉ - V. Ex^a que aponte uma irregularidade minha.

TEN. GWAIER - Vou satisfazer a V. Ex^a com todo o prazer. V. Ex^a, na França, requisitou dinheiro do Tesouro para pagar dívidas contraídas na França e na Alemanha, consequência de jogo e libertinagem, aliás

libertinagem senil, em que V. Ex^a se contentava com os elogios das pro-
xenetas à artificial eternidade do vigor brasileiro. Isto está no relatório
do embaixador do Brasil, enviado ao Ministério do Exterior.

GEN. ACHÉ - O embaixador é um infame.

TEN. GWAIER - Não sou culpado, entenda-se com ele.

GEN. ACHÉ - V. Ex^a é um oficial degenerado... Provocador destas cenas
vergonhosas.

TEN. GWAIER - Dignas, entretanto, de vossa presença.

GEN. ANDRADE NEVES - O sr. general Aché está muito acima das injúrias
desse oficial energúmeno.

TEN. GWAIER - Antes ser energúmeno do que ser um devasso como
V. Ex^a que já desviou fundos de subscrições públicas em proveito de
suas numerosas concubinas. (Protestos - Muito bem).

.....
TEN. GWAIER - Sr. presidente, estamos às portas da Revolução."²⁶¹

O pronunciamento referido tem importância por representar estado de espírito que não era apenas o do orador, mas de grande parte da oficialidade. O clima que possibilitaria a vaia a Bernardes e a violência de linguagem entre militares denuncia a gravidade da situação. As personagens, porém, como os acontecimentos, são apenas sinais exteriores e superficiais do que ocorre no país. Não era contra Bernardes, exatamente, que os ânimos estavam exaltados, ou contra este ou aquele político, ou chefe militar (no caso dos oficiais): em toda essa torrente de paixões, o que se condenava, inconscientemente, era um regime levado à falência pelo predomínio do latifúndio, pela sua política de submissão ao imperialismo, por tudo aquilo que, em suma, ficou conhecido como política das oligarquias, que impunham sua vontade ao país.²⁶² O mal vinha dos fins do século 19, porém, com o governo de Campos Sales, que liquida a componente burguesa, encabeçada pelos militares, que

havia concorrido para a mudança do regime.²⁶³ Nessa liquidação, havia, de resto, claro e evidente, o traço do imperialismo.²⁶⁴

Numa fase em que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, pesava no conjunto das forças renovadoras a burguesia e, entre as suas camadas, a pequena burguesia se destacava como a mais combativa. Pertenceria ao grupo militar, nesta, a função de vanguarda, função que se iniciou nos fins do século 19 e que persistiu até depois da Revolução de 1930, embora com alternativas e desvios, como aquele de que resultou a campanha civilista, dividindo a pequena burguesia. Era fácil dividi-la, realmente, porque a muitos de seus grupos faltava, por motivos perfeitamente naturais, o necessário aguerrimento: "A classe média das concentrações urbanas do litoral, Rio de Janeiro e São Paulo, acreditava em Rui Barbosa, mas não parecia disposta a enfrentar uma luta mais séria contra os manipuladores das eleições a bico de pena e das atas falsas. Era uma gente conformada à situação, apenas deslumbrada pela facúndia oratória do velho liberal baiano. Nada de atitudes ousadas que pudessem identificá-los com os agitadores, especialmente italianos, espanhóis e portugueses infiltrados entre gráficos e tecelões, operários em construções civis e trabalhadores das obras de melhoramentos, calceteiros e estivadores, condutores e motorneiros de bondes. Esse proletariado ainda inexpressivo mal experimentara a sua força em meia dúzia de greves, logo dissolvidas pela polícia a pata de cavalo. Uma ou outra voz de político da velha geração, guardando ainda a chama do florianismo, como Barbosa Lima ou de neófitos ansiosos de notoriedade, como Maurício de Lacerda, tinham coragem para defender operários na Câmara dos Deputados."²⁶⁵

As *salvações* do governo Hermes haviam alarmado as oligarquias: nos Estados economicamente fortes, elas não se fizeram sentir, mas nos fracos, que não dispunham de recursos para organizar forças

policiais poderosas, a saída foi a dos bandos sertanejos, as forças irregulares, comandadas pelos latifundiários. O inimigo era o Exército, a este é que as oligarquias temiam, e por isso mesmo tratavam de organizar as suas próprias forças, as tropas específicas, para os fins específicos. Ministro da Justiça com pouco mais de 30 anos, Epiácio Pessoa havia sido o executor da "política dos governadores" de Campos Sales: "apoio integral aos governadores, assegurando-lhes a mais completa autonomia de ação, em troca do apoio integral dos governadores ao presidente da República, através das bancadas no Senado e na Câmara. Para atingir o objetivo tornava-se imprescindível um parlamento para o qual só tivessem ingresso deputados e senadores solidários com os governos estaduais. Desde então começou a funcionar a chamada guilhotina com a implacável e sistemática degola dos oposicionistas aos governos estaduais."²⁶⁶

Ora, contra Epiácio, agora na presidência da República, voltavam-se os movimentos militares, na fase turbulenta da sucessão presidencial. Só pela força se resolveria o problema; todos os caminhos políticos estavam fechados. E fora isso mesmo que Rui Barbosa reconhecera, ao renunciar, em 10 de março de 1921, um ano antes do pleito presidencial, à sua cadeira no Senado, em despedida melancólica: "Busquei servir ao meu país e ao meu Estado enquanto estive no erro de supor que lhes podia ser útil. Mas, acabando, por fim, de ver que não tenho meio de conseguir nada a bem dos princípios a que consagrei a minha vida, e que a lealdade a essas convicções me tornou corpo estranho na política brasileira, renuncio ao lugar que, em quase contínua luta, ocupo neste regime, desde o seu começo, deixando a vida política para me volver a outros deveres."²⁶⁷

A candidatura de Nilo Peçanha, por ser de oposição à candidatura oficial de Bernardes, mereceria apoio dos militares, particularmente daqueles que começavam a cuidar de uma intervenção

armada no processo político. Aplauda-a, de público, o general Luís Barbedo, comandante da tropa do Rio Grande do Sul; no Pará, os militares comparecem à reunião realizada no Teatro da Paz, com o general Clodoaldo da Fonseca, comandante da Região, à frente; a corrente do marechal Hermes da Fonseca acaba por enfileirar-se atrás de Nilo. É curioso lembrar que a Igreja tomou posição oposta.²⁶⁸ Evidentemente, essa intervenção dos militares na política não foi compreendida, sendo interpretada apenas à superfície, e vista como simples traço de indisciplina.²⁶⁹

O ambiente de exaltação política se generaliza e invade os quartéis. O Clube Militar chama a si o exame da carta atribuída a Bernardes e contendo referências desairosas ao Exército. Conclui pela autenticidade dela e abre caminho para uma série de incidentes que culminarão no movimento do Forte de Copacabana: “A exaltação partidária era agora violenta por entre os militares de terra e mar. Oficiais do Exército, uniformizados e armados, faziam viagens de propaganda política e pronunciavam discursos em praça pública contra o candidato oficial. Fermentavam de revolta as guarnições e a própria Escola Militar. Em novembro, quando menos se espera, o general Luís Barbedo abandona sem ordem superior a comissão que exercia no Rio Grande do Sul e na qual já se salientara pela violência das suas manifestações, e vem ao Rio de Janeiro, onde escreve uma carta aberta às classes armadas, concitando-as a rejeitarem de modo absoluto o candidato Bernardes: “Se o sr. Bernardes for presidente da República, será preciso dissolver o Exército”.

“A seu turno, o comandante da 6ª Região Militar, general Cardoso de Aguiar, percorre, acompanhado do seu Estado-Maior, o interior de vários Estados, onde não havia quartéis a inspecionar, e cristaliza em torno de sua pessoa o entusiasmo e as ovações dos partidários da Reação.”²⁷⁰ Em 26 de abril de 1922 é deposto o governador do Maranhão por militares, e em 28 é sufocada uma

tentativa de rebelião em navios da esquadra, na Guanabara. No Ceará, surge incidente entre o governador e a oficialidade da guarnição. Em Alagoas, após uma solenidade, a tropa desfila cantando marchinha política em que o candidato oficial era ridicularizado. Em Santa Catarina, elementos militares tentam um levante. O movimento de Copacabana, pois, veio na sequência de incidentes sérios e enquadrou-se no clima político reinante.

“O Exército - ou a parte revolucionária dele - constituiu-se numa espécie de partido político renovador que, não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis, derrotadas e descontentes para agir pelas armas.”²⁷¹ Este diagnóstico, muito mais inteligente do que aqueles que viam nos episódios militares apenas o aspecto de indisciplina e nisso esgotavam a análise, assinala a importância dos acontecimentos da época e a importância da participação militar. Mas é o mesmo autor quem acrescenta a observação precisa que fixa o momento inicial do tenentismo: “Aliás, deve-se reconhecer que tinham razão os políticos, no seu retraimento. De fato, os militares deflagraram a revolta sem qualquer aviso prévio aos correligionários civis, e até mesmo escondendo deles os seus propósitos de irem à ação direta. Otávio Rocha, que era militar, foi tratado com reserva e desconfiança, por ser deputado. A impressão era de que os políticos de farda queriam reservar somente para as classes armadas o uso do poder, caso fossem vitoriosos. Desejavam uma ditadura militar pura, como não houvera nos governos de Deodoro, Floriano e Hermes. Isso foi uma das causas do seu isolamento e do seu fracasso.”²⁷² Deixemos de lado a hipótese que se liga, subjetivamente, aos desejos dos rebelados, que poderiam ter sido os indicados, ou outros, para destacar o aspecto do isolamento em que ficaram. Porque este é o aspecto político importante.

De fato, o Tenentismo passará por três etapas bem definidas, embora, como sempre ocorre, imprecisamente limitadas no tem-

po: na primeira os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoal militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto de luta armada tão somente; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre; na terceira finalmente o vínculo será com a oposição federal, a propósito de problema de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luís, deflagrando, como coroamento, a Revolução de 1930. Claro está que essa evolução do *Tenentismo* esquematiza muitos dos seus aspectos, nem todos abrangidos ou valorizados.

As oligarquias estaduais, representando a organização do latifúndio, acompanharam essa evolução com as medidas correspondentes. Nos Estados economicamente poderosos, constituíram forças policiais organizadas como pequenos exércitos; nos Estados economicamente fracos, armaram os próprios exércitos privados dos latifundiários.²⁷³ Sobre esses dois suportes é que assentou o combate aos revolucionários tenentistas, desde que estes empreenderam a arrancada pelo interior, com a Coluna Prestes. Enquanto as forças regionais, estaduais, privadas caracterizam, assim, a tradição oligárquica, o poder do latifúndio, a força do atraso, o sentido conformista, limitado, regional, o *Tenentismo* começa a representar a renovação, o impulso burguês, a força do avanço, o sentido inconformista, amplo, nacional. Assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar, que se recusa a servi-lo.

A COLUNA PRESTES

Mas, enquanto o governo promovia a responsabilidade dos participantes do movimento do Forte de Copacabana, articulava-se

em todo o país levante de proporções muito mais amplas embora ainda de caráter puramente militar, pois o *Tenentismo* estava em sua primeira etapa de desenvolvimento: "O chefe do segundo 5 de Julho, de sentido bem mais sério que o primeiro, era o capitão Joaquim Távora, 'socialista ardoroso' e que se tornara 'bandeira, cérebro e alma do movimento'." ²⁷⁴ Bernardes enfrentava, agora, como presidente, os que se haviam arregimentado como adversários do candidato: governou sob estado de sítio permanente e com rigores policiais. A rebelião de 1924, que não alcançou a amplitude desejada, espoletou, entretanto, outros levantes: o do couraçado *São Paulo*, que se recolheria a Montevideu e, pouco depois, o das guarnições missioneiras do Rio Grande do Sul, que, ao comando de Luís Carlos Prestes, marcharam para o Norte, juntando-se aos remanescentes da malograda tentativa da capital paulista, isolados no sertão paranaense, constituindo-se, então, a Coluna Prestes, que iniciaria a longa jornada pelo interior do país, mal combatida por elementos militares do Exército, mas hostilizada tenazmente pelas forças policiais ao serviço das oligarquias e pelas forças irregulares do latifúndio. A missão da Coluna era a de manter aceso o facho da revolução, animando os tibios e provocando novos pronunciamentos. Conquanto os seus efeitos diretos não tenham sido grandes, os indiretos foram muito importantes. ²⁷⁵

Em 1926, a situação política sofreria mudança: Bernardes terminara o mandato, substituíra-o Washington Luís e havia esperanças de que optasse por uma anistia capaz de restituir às fileiras os militares, rebelados uns, exilados outros, foragidos terceiros. Exausta, depois da longa jornada, a Coluna Prestes, diante do novo quadro, internava-se na Bolívia. Em entendimento com forças políticas das oposições estaduais, particularmente no Sul, o movimento militar estava em plena segunda etapa, e em transição para a terceira. Esta abriu-se com a intransigência inicial do novo governo, que não se

inclinou para a solução da anistia. Fundara-se, em São Paulo, o Partido Democrático, que buscava conjugar as suas ações ao movimento militar, acompanhando o rumo traçado pela oposição sulina. No ano seguinte, 1927, constituía-se em partido de âmbito nacional. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo do Rio Grande do Sul, em 1928, abria-se a perspectiva para entendimento muito mais amplo entre a área militar e a área especificamente política.

Esse entendimento não foi fácil. Grandes diferenças separavam velhos políticos, arregimentados nas oposições, e jovens militares, envolvidos nos movimentos de rebeldia. Vencê-las tornou-se tarefa árdua, que a realidade ajudou, com a crise econômica de 1929. O Partido Democrático, fundado em São Paulo, "era um partido de elite, recrutado entre a 'gente bem', reunindo 'homens de cultura e de hierarquia social', figuras de proa das classes dirigentes do Estado, inclusive alguns saudosistas da monarquia, como o professor Francisco Morato."²⁷⁶ Era evidente a distância que separava esses políticos dissidentes dos jovens militares que pretendiam introduzir reformas sérias e empenhavam nisso as suas vidas. O que acontecia com os elementos civis paulistas era, pouco mais ou menos, o que acontecia em relação aos elementos de outros Estados, mesmo o do Rio Grande do Sul. Começava, por outro lado, a reação a utilizar, em desfavor dos revolucionários, a propaganda intensa de imprensa que os colocava na posição de bolchevistas. A situação de Pernambuco, em 1922, quando ocorreu ali a intervenção da tropa federal, motivando o incidente que se ligou ao telegrama do marechal Hermes da Fonseca e à sua prisão, anunciava a presença de massas populares nas ruas, em movimentos de protesto, levantando temores nos arraiais da política tradicional, de que se desvinculavam os que vinham formar com os revolucionários.²⁷⁷

Mas, por outro lado, a realidade impunha aos elementos políticos dissidentes das situações estaduais a aproximação com os

revolucionários militares. "Não havia fugir, esclarece Paulo Nogueira Filho. A gloriosa organização democrática teria de surgir lastreada de valores da alta sociedade paulista, da burguesia independente, das profissões liberais, da classe estudantil e de alguns elementos populares agremiados em torno de Marrey Júnior. De qualquer entendimento para uma efetiva participação popular, não se cogitou. Na esfera política, o conselheiro não escondia sua admiração e o seu entusiasmo pela mocidade revolucionária dos dois '5 de julho', máxime pela que persistia em sua luta heroica, na Coluna Prestes."²⁷⁸

O prestígio da Coluna Prestes e de seu comandante passa a ser utilizado pelas forças políticas dissidentes: "Para avaliar o efeito psicológico que então teriam produzido, convém reeditá-los: 647 dias de marcha, mais de 24 mil kms percorridos (não parando mais de 48 horas em lugar algum; eram 800 a 1.000 homens; utilizaram 100 mil cavalos; abateram 30 mil reses; morreram perto de 600 soldados e 70 oficiais; dentre estes, 68 caíram em combate; mais de 80% da tropa fora ferida nas refregas; gastaram-se 350 mil tiros, quando só em Iguazu, em 5 meses, foram disparados mais de 2 milhões pelos legalistas; travaram-se 53 combates, dos quais o *Diário Nacional* deu pormenores de um a um".²⁷⁹ Era a pressão da realidade que compelia forças políticas tradicionais à aliança e a dar os passos necessários nesse sentido, vencendo naturais resistências.²⁸⁰

A imprensa refletia bem o quadro em que se conjugavam as forças tenentistas, encabeçadas por Prestes, e as políticas das oposições estaduais: "O senhor Júlio Prestes não seria o candidato prematuro à presidência da República se o senhor Washington Luís contasse apenas com os sufrágios do povo. O Prestes seria outro."²⁸¹ E as resistências vinham, também, da área tenentista, cujas desconfianças ante antigos adversários, agora aliados, eram notórias e fundadas. Sob a manchete "Assim falou o general Luís Carlos Prestes", jornal

do Rio de Janeiro divulgava a palavra do chefe revolucionário: "Continuamos livres de compromissos, mesmo tácitos, com quaisquer correntes políticas na defesa intransigente das justas reivindicações de um povo empobrecido e escravizado por muitos anos de tirania."²⁸² Em abril de 1929, Prestes reafirmaria: "Nós, os revolucionários, somos inteiramente descrentes das possibilidades de uma solução eficiente para o caso brasileiro dentro dos trâmites constitucionais. Nem cremos que os partidos consigam pelo voto desalojar de suas posições os seus donatários."²⁸³

Havia uma disparidade muito grande entre o que pregavam os elementos políticos e o que pregavam os elementos militares, realmente. O programa do Partido Democrático, fundado em São Paulo em 1926 e tornado nacional em 1927, assim colocava soluções e problemas: "1º - defender os princípios liberais consagrados na Constituição; 2º - pugnar pela reforma eleitoral (voto secreto e garantia de apuração e reconhecimento); 3º - reivindicar para a lavoura, indústria e comércio influência nos negócios públicos; 4º - suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social; 5º - pugnar pela independência econômica da magistratura; 6º - pugnar pela independência econômica do magistério." Paulo Nogueira Filho informa que, "entre as alterações havidas no Manifesto do Partido Democrático, figura a supressão das palavras: 'e particularmente ao bem-estar das classes trabalhadoras'."²⁸⁴ O programa era de fragilidade inequívoca e de forma alguma encontraria condições para mobilizar a opinião. O próprio secretário-geral do Partido esclareceria, mais tarde: "Não posso nem pretendo, de modo algum, me eximir da culpa gravíssima que cometi na organização do esquema de ação inicial do Partido Democrático: deixei de sondar, como devia, os meios proletários. Fui, nesse particular, de um simplismo lamentável." (...) "No concernente aos comunistas, *satanazes vivos*, entendia que lhes devia dar combate."²⁸⁵

A situação dos meios políticos sulinos era ainda pior. Os *libertadores* colocavam-se aquém dos próprios *democráticos*: “No que tangia ao programa, suas linhas gerais eram as do Partido Democrático de São Paulo, porém revisionista, no sentido de se restaurarem as garantias democráticas cerceadas pela reforma de 1926; explícito, em relação ao voto secreto e ao castigo aos fraudadores. Propunha-se, ainda, a propugnar por leis protetoras do trabalho, da cooperação e da assistência. Abordava, enfim, o problema social. Propunha-se ‘combater as oligarquias estaduais, a incompetência, a corrupção, a irresponsabilidade, de maneira a assegurar a autonomia dos membros da Federação e o restabelecimento do mérito e da lei da honestidade e da responsabilidade na administração pública’.”²⁸⁶ Entre as teses regionais aprovadas no Congresso de Bagé estavam: “Buscar o acréscimo das rendas no aumento da produção e da riqueza, na boa distribuição dos produtos e só excepcionalmente na agravação dos impostos. Suprimir os impostos de exportação e transmissão da propriedade. Consagrar a maior cota possível do Tesouro ao serviço de instrução e educação profissional, principalmente no que toca à agricultura e à indústria rurais. Respeitar, invariavelmente, a autonomia municipal. Estabelecer leis em bases claras e positivas, para o progresso moral e material dos trabalhadores.” O enviado paulista tem a franqueza de acrescentar: “Não se podia negar que era ponderabilíssima, no partido sulino, a influência dos fazendeiros abastados que vinham das fileiras do mais puro e tradicional federalismo.”²⁸⁷

O movimento de ascensão burguesa, que a crise de 1929 viria a agravar e acelerar, abalando toda a estrutura brasileira, estava na dependência, para a tarefa imediata de marchar sobre o poder, a fim de adaptá-lo às necessidades de expansão da nova e poderosa classe, da conjugação de suas componentes, a militar e a civil, melhor dito, a que pretendia uma reforma efetiva, e a que apenas pretendia afastar

o latifúndio, submetendo-o sem destruí-lo, a radical e a conciliadora, do ponto de vista, evidentemente, da revolução burguesa em processo. Enquanto as duas componentes resistissem à conjugação de seus esforços, o governo tinha condições para manter-se, enfrentando a cada uma, separadamente. O que significa, em última análise, que, sem luta armada, isto é, sem a saída apontada pela componente militar, nada se conseguiria. Foi o que mais demorou a conquistar a consciência dos políticos civis.

Ora, a realidade não permitiria a espera de soluções como as que federalistas e democráticos pregavam. Era uma dura realidade, ainda que vista apenas em sua face política: "As obras contra as secas estavam paralisadas e esbarrondavam-se, testificando esforços humanos perdidos e materiais dilapidados em larga escala. Os governos estavam corrompidos até à medula. Em muitos Estados não se fazia o menor segredo sobre os intermediários que sorveram os empréstimos externos. Se não estou enganado, de uma dessas dívidas contraídas na Europa, apenas 20% chegaram às arcas do Tesouro estadual; menos de 10% foi efetivamente aplicado nos fins a que a operação de crédito se destinava... As eleições em vastas regiões eram procedidas apenas no papel como a que certa feita assisti, em Cosmópolis, ao tempo do major Artur Nogueira. Os reguletes locais não se davam sequer ao trabalho de reunir as mesas eleitorais. Tudo falsificado, da primeira à última linha e solenemente legalizado nas capitais. Sob o ponto de vista econômico-social, vivia-se ali em pleno feudalismo agrário, em meio da negreganda miséria das massas."²⁸⁵

Este depoimento, do secretário-geral do Partido Democrático, e não de algum revolucionário radical, estava na linha, aliás, de outros depoimentos, também de figuras insuspeitas à classe dominante. Em outubro de 1916, já Miguel Pereira, em discurso celebrado e discutido, afirmara: "Num impressionante arroubo de oratória já perorou, na Câmara, ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele

de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico, uma grande decepção acolheria a sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria: inválidos, exangues, esgotados pela anquilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo, chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer de sua modorra ao apelo tonitroante de trombeta guerreira, ecoando de quebrada em quebrada, ou, quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender por que a pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pedia agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor a arma defensiva. ²⁸⁹

E era ainda muito recente a repercussão do gesto do senador Reinaldo Porchat, ao abandonar a cadeira que o partido oficial lhe concedera, em São Paulo: "Ainda hoje está na ordem do dia o importantíssimo projeto autorizando o poder executivo a realizar, dentro do país, ou no estrangeiro, operações de crédito até o limite de 10 milhões de libras, ou seu equivalente em papel, como empréstimo ao Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. Este projeto chegou ao Senado no dia 23. Já no dia 24 estava com um ligeiro parecer favorável da Comissão de Fazenda. E, dispensada a impressão, já hoje, por ter sido ontem feriado, vai ser discutido e votado, sem que tenha havido tempo de se fazer um estudo, de meditar-se um pouco sobre matéria de tamanha gravidade." (...) "Sr. presidente, não tenho mais nada a fazer. A minha dignidade não permite que eu me mantenha nesta cadeira, quando estou convencido de que o meu trabalho e os meus esforços são anulados pela submissão do Senado às ordens do poder executivo. Assim foi em Roma. E Roma não teve remédio..." ²⁹⁰

Como se poderia alcançar o poder pela via eleitoral, como pretendiam e esperavam os políticos das oposições, temerosos das

consequências de movimento militar de envergadura, se o sistema eleitoral repousava no latifúndio que, para mantê-lo, e manter-se, empregava todos os meios, e em particular a violência? O quadro era perfeitamente traçado por um daqueles políticos: "Conhecia a crônica recente da circunscrição, onde a lei era o trabuco e as vilas, feitorias de bandos de grileiros de terras dentre os mais ousados e perversos. Os chefes, os *big bosses* desses bandos, vivendo em permanente risco de vida, assim que enriqueciam mudavam-se para São Paulo, deixando no campo de ação prepostos seus. As lutas sangrentas, nesse mister de usurpação de terras, eram inerentes ao negócio. Nessas condições, travavam os próprios prepostos contendas em que se digladiavam, intervindo o *boss* apenas para dar ganho de causa ao que melhor lhe servisse nos seus interesses ou fosse de sua preferência pessoal. Com a criação dos 'batalhões legalistas' no governo Bernardes, toda uma hierarquia se estabelecia entre esses grileiros. Atuavam alguns *generais* junto aos poderes públicos do Estado, permanecendo seus *coronéis* mais diretamente ligados à tropa principalmente a serviço dos bandoleiros, que assaltavam humildes possuidores de terras ou se entredevoravam, armando tocaias ou combates cruentos."²⁹¹

O primeiro passo para a unidade das forças foi dado, entretanto, quando se constituíram em bancada os elementos diversos que haviam conseguido um lugar na Câmara Federal: "No Rio, os nossos deputados passam a integrar a bancada intitulada 'esquerda democrática'. Na realidade eram bons burgueses, republicanos de filiação histórica ou ex-monarquistas de formação liberal, todos agora a inteiro serviço dessa democracia a que aspiravam parte das elites culturais e a opinião esclarecida das classes médias. Realmente 'esquerdistas' eram tão somente os representantes do Distrito Federal."²⁹²

A crise econômica de 1929 deu considerável impulso ao desenvolvimento político de tudo o que o *Tenentismo* vinha pregando.

A origem da candidatura de Getúlio Vargas desencantava muitos elementos: "Bastava ler superficialmente o noticiário dos jornais para que se deduzisse, desde logo, que também a candidatura do sr. Getúlio Vargas não nascera de fontes cristalinas, mas sim de um conchavo típico." E surgiam as injunções, esclarecendo um comunicado do Partido Democrático que "só poderia acompanhar uma candidatura que trouxesse, entre os princípios a defender, o voto secreto, o direito de representação das minorias e a defesa do café, esta de acordo com a maneira que o partido entendia deva ser feita."²⁹³ E o candidato, arregimentando forças de uma intitulada "esquerda democrática", dava indícios de simpatia pelo corporativismo fascista.²⁹⁴ A campanha presidencial, entretanto, como ocorrera tantas vezes antes, gerara condições novas de unidade. E as ilusões dos que esperavam solução pela via eleitoral logo se desfariam, porque o governo não teve jamais a menor dúvida em empregar as mesmas e velhas armas a que o seu domínio oligárquico agora obrigava.²⁹⁵

Pouco a pouco, os elementos mais recuados, os que mais temiam a solução militar, o levante puro e simples, começavam a verificar a impossibilidade de outra saída. O resultado eleitoral, obtido pelos processos conhecidos, trouxe uma fase difícil: algumas forças distanciaram-se, prudentemente, prontas a acomodar-se à nova situação e aceitando o julgamento das urnas. As circunstâncias favorecem os mais ousados, porém: "Mas, aí pega o presidente, resolutamente, a tocha incendiária e não a larga mais.

O sr. Carvalho Brito refugia-se num quartel do Exército e tropas e mais tropas são enviadas para a capital mineira, sendo reforçados os contingentes militares nas fronteiras de São Paulo. Na Paraíba, o plano é executado às claras. Nega o Governo Federal ao heroico João Pessoa armas para se defender da jagunçada. Impede que as importe, bem como que outros Estados lhas forneçam ou emprestem. Mas,

admite que se entregue aos jagunços do sertão farto armamento," (...) "Em poucos dias a situação seria dominada se um pequeno contingente paraibano pudesse passar pelo território pernambucano. João Pessoa formula então o pedido. O presidente da República é consultado e a Paraíba é tratada como um país estrangeiro!" (...) "Não podendo cercar Princesa, João Pessoa pede permissão ao Ministério da Guerra para importar 100 mil cartuchos. Com isso, restabeleceria a ordem em seu Estado. O ministro da Guerra, desde o primeiro instante, está decidido a negar a permissão. Faz exigências. João Pessoa retruca a uma delas: 'Essa exigência, releve-me vossa excelência, é, bem sei, um embaraço que me cria para, privado dos recursos de defesa, seja eu forçado a entregar o Estado a facínoras e salteadores profissionais da espécie de *Tocha, Sinhô, Salviano, Caixa de Fósforos, Asa Preta, Mocinho, Bode, Luís Triângulo, Possidônio, Mourão, José Fausto, Augusto Antas, José Soares, Manuel Virgulino, João Mourão* e outros, a fina flor do cangaço recrutado por José Pereira'." (...) "A entrega de dinheiro e munições pelos governantes paulistas aos cangaceiros ficou irretorquivelmente comprovada em sessão da Assembleia Legislativa, quando foram exibidas cartas encontradas em arquivo do sr. Júlio Prestes e a ele dirigidas pelo sr. Armênio Jouvin, um aos negociadores da operação."²⁹⁶

A ideia, e as decisões consequentes, de transformar a força militar em instrumento do latifúndio e da reação política deveria levar o governo ao desastre. As simpatias militares, mesmo nas áreas até aí imunes à influência do *Tenentismo*, voltavam-se cada vez mais para a revolução cujo ímpeto se avolumava.²⁹⁷ O prestígio tenentista crescia a cada passo e na medida das violências cometidas sucessivamente pelo governo.²⁹⁸ O assassinio de João Pessoa, em julho de 1930, foi o estopim. Daí por diante, unindo-se novamente políticos e militares, a face conspirativa se definiu e a decisão pelas armas foi adotada. Um grave enfraquecimento, porém, já ocorrera: a defecção de Prestes,

que evoluíra para uma posição muito mais avançada do que a das forças que comandavam a revolução em processo e se recusava a participar da conspiração.²⁹⁹

O choque que a decisão de Prestes provocou foi profundo. As eleições haviam sido em março, o manifesto em que o comandante revolucionário se definia apareceria nos últimos dias de abril, na fase, justamente, em que afrouxavam as ligações entre políticos e militares, até que o assassinio de João Pessoa, em julho, motivasse nova reaproximação e o início prático da tarefa conspirativa organizada. O *Diário Nacional*, de São Paulo, órgão do Partido Democrático, reproduziu, em 30 de maio, o documento: "O abalo sofrido pela opinião pública fora grande, repercutindo principalmente no seio de setores da burguesia independente e de camadas populares alheias à luta de classes. A massa proletária que Prestes, inopinadamente, jogava na fomalha apenas surgia e criava consciência de si mesma. Daí o baque equivalente à queda de um ídolo do pedestal que o mantinha. Além desse aspecto geral no campo revolucionário, considerado em sentido amplo, abrangendo as facções liberais, democráticas, libertadoras e outras de inclinação social não extremistas, os efeitos foram constrangedores. A verdade é que, em boa parte, o proselitismo revolucionário, no seio da juventude militar, se fazia tendo por pivô a figura de Prestes, alçada aos pináculos do gênio militar e da pureza moral" (...) "Era terrível o embaraço em que se viam, diante disso, aqueles que, como nós, os democráticos, o incensávamos leal e convictamente. Como explicar nossa inadvertência? Como dar, de chofre, o dito por não dito, sem sofrer consequências desmoralizantes?"³⁰⁰

Marcando bem sua nova posição, Prestes dirigira o seu manifesto "ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros, aos que

estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar”. Condenava, desde logo, o programa burguês defendido pelos que se propunham conjugar os esforços de políticos tradicionais e de militares rebelados para a derrocada da situação existente: “A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panaceias, nada resolvem nem podem de maneira alguma interessar a grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.”

Definia, em seguida, quais eram os inimigos do povo brasileiro: “Contra as duas vigas mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes – a grande propriedade territorial e o imperialismo norte-americano. Essas as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos.” Apontava a saída: “Só um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa.”³⁰¹

Para prosseguir, com o grave desfalque que o pronunciamento de Prestes vinha trazer ao movimento em esboço, tornava-se necessária uma palavra da parte de outros elementos do *Tenentismo*. Falou por ele Juarez Távora, cuja definição seria publicada pelo *Diário Nacional*, de São Paulo, menos de 20 dias depois da publicação do manifesto de Prestes. Távora, referindo-se embora ao antigo companheiro de lutas como “meu querido amigo, camarada e ex-chefe general Luís Carlos Prestes”, condenava os termos daquele manifesto e dava a orientação que deveria preponderar para o prosseguimento da tarefa conspirativa a que estavam dedicados, e que se intensificaria a partir

de julho. "O remédio contra essa diátese política - escrevia - não pode consistir, pois, logicamente, na simples substituição dos homens." (...) "Reforme-se criteriosamente a Constituição." (...) "Nós, revolucionários, não cremos que uma tal reforma possa processar-se, pelo menos em futuro próximo, por uma pacífica evolução legal".

Até aqui parecia dirigir-se aos políticos, que ainda hesitavam ante a saída pelas armas. Logo depois, dirigir-se-ia a Prestes: "Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos sertões." (...) "Teremos de fazê-la com o concurso de todos os homens de boa vontade que a mentalidade reacionária e desvairada do poder público conduzir àquele ponto de partida de onde nós, revolucionários, empreendemos a nossa caminhada: a descrença na eficácia dos processos legais vigentes para a solução do problema político nacional." (...) "Deverá haver, assim, lugar em suas fileiras para o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador, para o civil e o militar, para o burguês e para o proletário." (...) "Mas não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, de ascendência universal incontrastável, pelo proletariado, que se chegará ao almejado equilíbrio social." (...) "O fortalecimento da liberdade civil, por uma reforma criteriosa de justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas pela difusão da pequena propriedade; a coibição efetiva e prática dos arbítrios do poder pela criação de um novo organismo de controle; o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classes e, enfim, a continuidade indispensável à obra de solução dos grandes problemas nacionais, pela influência persistente de conselhos técnicos que se superponham permanentemente à temporariedade dos governos - eis os pontos básicos por que se devem bater, vencidos ou vencedores, os revolucionários brasileiros. Não penso que devemos preocupar-nos com o espantinho do imperialismo angloamericano.

Curemo-nos antes, das mazelas e incapacidades do nosso caciquismo indígena, para vermos em seguida a que proporções se terá reduzido essa aparatosa opressão externa..."³⁰²

A conspiração revolucionária, contando com o apoio de três governos estaduais, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, prosseguiu, particularmente após o desaparecimento de João Pessoa. O *Tenentismo*, desfalcado da chefia de Prestes e da participação dos elementos que ficaram com a posição que ele defendia, integrou-se nas correntes políticas de oposição ao governo federal. Em 3 de outubro de 1930, irrompia o movimento, vitorioso com o pronunciamento da guarnição do Rio de Janeiro, em 24 do mesmo mês. Em 3 de novembro, Getúlio Vargas empossou-se como chefe do Governo Provisório.

CONCLUSÕES

Para as Forças Armadas, ao iniciar o país a sua vida autônoma, trata-se, e nisso consiste, portanto, a sua missão, de manter a base física herdada da fase colonial, e de assegurar o exercício da autoridade central em toda a extensão daquela extensa base física. É o problema da unidade, entendido, aqui, em sua significação mais simples e rudimentar, isto é, a de manter unidas as antigas capitânias, agora províncias, reduzindo as resistências locais, sufocando os movimentos de rebeldia, impondo a toda a autoridade central, evidentemente no interesse da classe dominante senhorial, que empresara a autonomia e procuraria configurá-la dentro dos limites de seus interesses, e afastando do poder outras classes e camadas, que poderiam disputar com ela.

A missão era gigantesca, e as Forças Armadas brasileiras não estavam, de forma alguma, em condições de cumpri-la. A extensão do território, a diversidade das regiões, as enormes distâncias que separavam umas de outras, a ausência de meios materiais compatíveis

com a missão, as contradições profundas que afloravam por toda a parte e que afetavam a composição das forças militares, foram obstáculos consideráveis ao cumprimento de missão tão ampla e difícil. Continha ela, desde logo, a ideia extensiva e territorial, nas dimensões imensas com que se apresentava: um fator quantitativo, pois. A esse fator quantitativo se devia juntar o qualitativo, configurado no caráter da autoridade central. Era esse caráter que se devia afirmar em todo o território. Era esse caráter que devia ser defendido pelas Forças Armadas. Contra, portanto, manifestações populares – no nível que a época permitia –, que refletiam tendências democráticas.

A impossibilidade de realizarem as Forças Armadas, na circunstância, tudo aquilo que estava configurado em sua missão, e o perigo, para a classe dominante, de submergir ante uma situação de generalizada rebeldia – o período regencial assistiu, realmente, o problema assumir tais proporções. Obrigou a autoridade constituída a valer-se de instrumentos militares que não as Forças Armadas, isto é, os mercenários e os elementos que a Inglaterra colocava à disposição do governo do Rio de Janeiro. Uma situação desse tipo envolvia riscos consideráveis, evidentemente, e denunciava, desde logo, que a classe dominante preferia compor-se com potências estrangeiras, no caso a Inglaterra, a aceitar a composição com as outras classes e camadas do nosso próprio povo. A presença de batalhões estrangeiros na luta para submeter as rebeliões ocorridas nas províncias, e a ação de comando de chefes estrangeiros, na Marinha particularmente, caracteriza essa posição de classe. A decisão levaria, em última consequência, à centralização monárquica, iniciada com um golpe de Estado, o da Maioridade. Os efeitos começariam a cessar após a guerra com o Paraguai, quando surgiria em cena o Exército, como força organizada, capaz de colocar-se no nível da Guarda Nacional e de neutralizar-lhe as ações. É claro que, dentro do largo período aqui caracterizado como fase autônoma, abre-se uma nova subfase,

que será encerrada com a Revolução de 1930, quando se abre a fase nacional, isto é, quando o país começa a definir-se em termos de nação e começa a criar as condições para o aparecimento de Forças Armadas inequivocamente nacionais.

Claro está que as características e a missão das Forças Armadas no momento da autonomia, no momento da Regência, no momento da Maioridade são diferentes das características e da missão das Forças Armadas depois da guerra com o Paraguai, por ocasião do movimento abolicionista, quando da Questão Militar, quando da República, quando do *Tenentismo*. Não estavam, mesmo nesta segunda subfase, entretanto, criadas as condições que permitiriam a transformação das Forças Armadas em instrumento nacional, apesar de tudo. Não por deficiências ligadas às Forças Armadas, mas por deficiências ligadas ao país, ao seu povo. Se esmiuçarmos a primeira subfase, entretanto, aquela em que se tratava de assegurar a autoridade em toda a extensão territorial, sufocando, de maneira a mais drástica por vezes, as manifestações lididamente democráticas de camadas importantes da sociedade brasileira, verificaremos que as Forças Armadas se dividem, ficando importantes parcelas ao lado daquelas manifestações. Daí, também, a necessidade, diante da qual a classe dominante não hesita, de lançar mão da tropa mercenária e do chefe estrangeiro para lutar contra brasileiros. Já nesse alvorecer da vida autônoma, pois, as Forças Armadas, na extrema deficiência com que se apresentavam, provavam suas origens democráticas e sua posição de recusa às repressões para as quais sua ação era exigida. Trata-se, assim, de uma longa tradição, profundamente ancorada no tempo - uma de nossas melhores tradições, embora esquecida nos boletins alusivos, quando se referem às "nossas tradições", no sentido meramente retórico.

É fácil constatar, por outro lado, que a passagem, dentro do largo tempo compreendido nesta exposição como fase autônoma,

da primeira à segunda subfase, acompanha de perto o longuíssimo, e por vezes lentíssimo, processo de declínio do latifúndio e de ascensão da burguesia, no Brasil. As grandes questões dos fins do século 19, a eleitoral, a religiosa, a militar, a federativa, a abolicionista, a do regime, são questões em que a participação, direta ou indireta, do elemento militar é importante, em alguns casos fundamental e até específica. Essas questões são, de outro lado, sintomas eloquentes da ascensão burguesa. Mas, por outro lado, não é difícil verificar, e isso tem grande importância, que a burguesia brasileira não tem condições para forjar, aqui, o aparelho militar nas mesmas condições que a burguesia europeia forjou o seu, e de que as forças napoleônicas foram a expressão tão destacada. A consequência futura dessa impossibilidade está nas dificuldades que a burguesia encontra, na fase nacional, para fazer das Forças Armadas instrumento específico da sua repressão: consegue essa finalidade em algumas circunstâncias, para perder, depois, o domínio desse aparelho militar, progressivamente, processo que se concretiza na medida em que as Forças Armadas vão definir-se como nacionais. Se o fenômeno de ascensão da burguesia, no Brasil, é tardio, tardia é, também, a formação de Forças Armadas nacionais, e essa etapa não coincide inteiramente com a de dominação burguesa. A complexidade do processo histórico brasileiro - em que se insere a evolução das instituições militares, como não podia deixar de ser - aparece, assim, com clareza exemplar. Daí a necessidade de investigação acurada do processo histórico brasileiro, em que as formas atípicas surgem e confundem o investigador.

A fase autônoma aprecia, assim, a longa transformação das Forças Armadas de instrumento, já inadequado, da classe latifundiária - que tem necessidade, por isso mesmo, de criar a Guarda Nacional, sua força militar específica, depois de ter utilizado o mercenário e o comando estrangeiro -, em instrumento do latifúndio e da burguesia.

sia, ora conciliadas, ora em luta, até o momento em que a burguesia passa a ser dominante, e denuncia essa supremacia pela participação no poder. Pouco a pouco, as Forças Armadas vão se tornando, na longa fase a que nos referimos, de instrumento inadequado do latifúndio em instrumento da burguesia em ascensão, participando das transformações em que esta participa, e até como de suas forças de vanguarda, até o *Tenentismo*, quando a fase se encerra. Nesse conjunto de evolução, surge o caso platino, específico, em que influem condições locais e regionais - a luta pelo gado, a luta pelas pastagens, a luta pela liberdade de comércio na área platina, a luta pela liberdade de navegação dos rios daquela bacia -, misturando-se a condições gerais, predominando as locais e regionais até a guerra com o Paraguai, e as gerais depois dessa guerra, já se preludiando no curso dela, com a participação de elementos de todos os Estados, recrutados nas camadas mais baixas da sociedade imperial, e com reflexos profundos, que tornarão o Exército, em particular, fator político destacado a partir daí.

A ausência de burguesia, sua situação débil depois, são condicionamentos que definem a ausência de uma economia nacional e, portanto, de bases nacionais para o desenvolvimento material e, conseqüentemente, para o equipamento das Forças Armadas, que vivem e se adaptam, em sua organização para o combate, ao equipamento comprado no exterior, quando a Europa é grande, quando não única, fornecedora de material bélico, distinguindo-se a França como provedora de armas para a infantaria, a Alemanha para a artilharia, a Inglaterra para a Marinha. As alterações no armamento impõem alterações na organização. As alterações no armamento e na organização impõem alterações na tática e nos processos de combate, as formações rígidas tendem a ceder lugar às formações dispersas. Tudo isso traduz, em última análise, a alienação no processo de equipamento das Forças Armadas e em tudo que dele decorre.

São as nossas, pois, Forças Armadas típicas de país dito subdesenvolvido, isto é, de país que não possui indústria pesada, indústria de bens de produção, e que, portanto, equipando-se por aquisições no estrangeiro, ao mesmo tempo em que importa material bélico, importa processos de combate e tende à cópia de tudo o que se refere ao aparelho militar, que alguns ingênuos almejam seja tão perfeito, tão organizado e tão eficiente quanto os modelos externos, e se desesperam quando isso não é alcançado. A solução parece, a certa altura, a vinda de missões militares estrangeiras, oriundas de países em que o aparelho militar se aproxima da sonhada perfeição, e que encontram ambiente de surda resistência e cuja herança, por tudo isso, é reduzida, não ultrapassando as cúpulas militares. A realidade, nisso como no resto, é muito mais rica do que a teoria, e dissipa rapidamente ilusões cuidadosamente alimentadas, levando ao desespero os que as acalentavam. A responsabilidade passa a ser atribuída, então, a deficiências raciais, climáticas, geográficas, e outras.

NOTAS

- ¹ “É certo que, efetuada a conquista, as forças de mar tomaram em seguida três goletas francesas mercantes, com os seus carregamentos, a saber, *Quatro Primas*, *Nerey* e *Nanny*, de que se apoderou arbitrariamente o comandante da corveta *Confiança*, a que forçadamente cedi, tanto por subordinação como por ter em consideração evitar qualquer dissabor depois de tão gloriosa conquista; e de todo procedimento comuniquei ao governador de Caiena, o sr. Manuel Marques, em que lhe fiz sentir que as ditas presas foram capturadas pelas forças portuguesas de mar; sustentei igualmente que aquelas presas deviam ser enviadas para a corte do Rio de Janeiro, para ali serem julgadas pelos competentes tribunais, com os ofícios, informações e tudo quanto ocorreu a respeito, e até reclamei sobre a saída das mesmas presas para a Inglaterra, o que tudo deve existir nos papéis oficiais que dirigi ao sr. Manuel Marques, que é de supor fossem depois entregues ao governador que se seguiu, o sr. João Severino, ou talvez se encontrem em algumas secretarias de Estado desta Corte. Finalmente: ainda tentei pela casa do negociante (desta Corte) Antônio da Cunha, para obter da Inglaterra alguns esclarecimentos acerca de tais negócios, e quanto se oferecesse sobre as presas em questão”... (Memória de Luís da Cunha Moreira, Visconde de Cabo Frio sobre a cooperação das forças navais na tomada de Caiena, in Aliatari Loreto: *Capítulos de História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1945, [anexo, p. 29]).
- ² Gilberto Freyre: *Inglêses no Brasil*, Rio de Janeiro, 1948, p. 77.
- ³ J. F. Normano: *Evolução econômica do Brasil*, São Paulo, 1934, p. XXI.
- ⁴ A ideia corrente de que a dominação de classe surge da violência, pura e simplesmente, tem na violência a sua causa, foi combatida por Engels: “Qualquer operário socialista de qualquer nacionalidade que seja, sabe perfeitamente que a violência só ampara a exploração, mas não a origina; que sua exploração tem raiz nas relações entre o capital e o trabalho assalariado e que estas relações surgiram de bases puramente econômicas e não por via da violência”. (F. Engels: *Anti-Dühring*, 2ª ed., Montevidéu, 1960, p. 186). Engels explica, adiante: “A propriedade privada não surge em absoluto na história, muito menos, como fruto do roubo e da violência. Antes ao contrário. A propriedade privada existe já, ainda que limitada a certos objetos, nas antigas comunidades primitivas de todos os povos civilizados. Começa desenvolvendo-se já no seio dessas comunidades, a princípio na troca com gente de outras comunidades, sob a forma de mercadoria. E

quanto mais se acentua nos produtos da comunidade a forma de mercadoria ou, o que dá no mesmo, quanto maior é a proporção em que esses artigos se produzem não para ser consumidos pelo próprio produtor mas para a troca, quanto mais vai esta deslocando, ainda no seio da própria comunidade, a originária e natural divisão do trabalho, mais se acentua também a desigualdade no estado de fortuna dos diferentes membros da comunidade, mais se vai minando e socavando o velho regime de propriedade para sua dissolução, para converter-se em uma aldeia integrada por lavradores proprietários de suas parcelas". (*Idem*, p. 197). Com mais clareza ainda adiante, tratando de outra fase histórica: "O revólver triunfará, pois, sobre a espada e, desse modo, até o mais pueril axiomático terá que reconhecer que a violência não é um mero ato de vontade, senão que pressupõe condições prévias muito reais para seu exercício, a saber: instrumentos, o mais perfeito dos quais supera o mais imperfeito; que, além disso, esses instrumentos tiveram de ser produzidos, o que equivale a dizer que o produtor dos instrumentos de violência, vulgo armas, triunfa sobre o produtor dos mais imperfeitos, e que, em poucas palavras, o triunfo da violência se baseia na produção de armas, e esta, por sua vez, na produção em geral e, portanto, no 'poder econômico', nos meios *materiais* postos à disposição da violência. A violência é, hoje em dia, o exército e a marinha de guerra e ambos custam, como sabemos por dolorosa experiência, 'montões de dinheiro'. Mas a violência é incapaz de criar dinheiro; no máximo, pode arrebatá-lo já criado, e tão pouco isto serve de grande coisa, como sabemos também por dolorosa experiência dos milhares de milhões franceses. Em última instância, será sempre, pois, a produção econômica a que fornece o dinheiro; por onde voltamos a encontrar que a violência está condicionada pela situação econômica, que é a que tem de dotá-la dos meios necessários para equipar-se com instrumentos e conservá-los. Mas a coisa não termina aqui. Nada há que tanto dependa da situação econômica prévia como, precisamente, o exército e a marinha. O armamento, a composição do exército, a organização, a tática e a estratégia dependem, antes de tudo, do grau de produção imperante e do sistema de comunicações. Não foram as 'livres criações da inteligência' de chefes militares geniais que atuaram de modo revolucionária, mas a invenção de armas mais perfeitas e as mudanças experimentadas pelo material soldado; a influência do chefe genial reduz-se, no melhor dos casos, à adaptação dos métodos de luta às novas armas e aos novos combatentes. Nos começos do século 14, a pólvora passou dos árabes aos europeus do ocidente e revolucionou,

como sabe qualquer menino de escola, todos os métodos da guerra. Mas a introdução da pólvora e das armas de fogo não foi de modo algum um ato de violência, mas um progresso industrial e, portanto, econômico. A indústria não perde o seu caráter de indústria porque os seus produtos se destinam a destruir objetos e não a criá-los. E a introdução de armas de fogo não só influenciou nos métodos de guerra, mas também nas relações políticas de poder e de servidão. Para conseguir pólvora e armas de fogo faziam falta indústria e dinheiro, e ambos os elementos estavam em mãos dos vizinhos das cidades. Por isso as armas de fogo foram, desde o primeiro momento, armas das cidades e da monarquia ascensional nelas apoiada, contra a nobreza feudal. As muralhas de pedra dos castelos dos nobres, até então inexpugnáveis, sucumbiram ante os canhões dos burgueses, e as balas dos arcabuzes da burguesia perfuraram as armas duras cavaleheiras. E, ao fundir-se a cavalaria dos nobres, com os seus arneses, fundiu-se também a dominação da nobreza; com o desenvolvimento da burguesia, a infantaria e a artilharia se converteram pouco a pouco nas armas mais decisivas; obrigado pela artilharia, o ofício das armas teve que criar uma nova subseção plenamente industrial: a da engenharia". (*Idem*, pp. 203-204).

5. Nem o Brasil foi exceção, nesse particular. A participação de militares estrangeiros, na maioria ingleses, nas lutas da independência até nas que se seguiram, foi traço geral do processo ibero-americano de autonomia. Bolívar só dispôs de forças capazes de enfrentar os realistas e espanhóis após o seu exílio na Jamaica, e contou, para isso, com a cooperação de militares ingleses. Cochrane transportou ao Peru as forças que San Martín mantinha no Chile e, depois, veio a participar das atividades navais brasileiras.
6. "Sacramento era antes um posto avançado, importante e próspero em virtude do contrabando, mutuamente vantajoso, para a guarnição da praça e os comerciantes de Buenos Aires, e tão ativo que, em breve, entre 1716 e 1762, sua fase áurea, cresceu em 18 ruas, adquiriu um casario burguês e mesmo faustoso, que se alinhou a par das muralhas, prejudicando de futuro a residência da cidadela, e passou a concentrar uma pequena mas rica sociedade, de traficantes, embarcações, comboeiros, que compravam e vendiam mercadorias do Pampa e do Peru, açúcar, fúmos e escravos do Norte." (Pedro Calmon: *História Social do Brasil - II - Espírito da Sociedade Imperial*, São Paulo, 1940, pp. 258-259, II).
7. "A maior dificuldade deste negócio consiste em que, reconhecendo os castelhanos o dano que recebem de ocuparem as armas de V. A. um posto tão vizinho a Buenos Aires, que lhe pode impedir a navegação e comércio do

rio da Prata, e divertir a que ali chega do Peru, e admitir V. A. naquele porto navios de França e outras nações, julga que é precisa a sua defesa e conservação (...)" (Jaime Cortesão: *O Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, 1953, p. 18, I/parte III, parecer de d. Fernando de Meneses ao rei de Portugal).

⁸ "... nem ainda se impediu que as nações estrangeiras fossem com seus navios a carregar couros naquele território; deixando os padres da Companhia das Províncias de Itália se fizessem formidáveis em povoações e presídios, reputando em tudo aquele terreno como alheio, só tocou aos portugueses a defesa dele, continuando-a contra os mesmos padres da Companhia, lhes disputavam os moradores de São Paulo a injusta ocupação, com porfiada guerra ..." (*Idem*, p. 43, resposta às reclamações do enviado castelhano).

⁹ "Devo também dizer a V. S. que, sendo o maior escândalo da Corte de Madri, o contrabando que dizem fazemos, e permitimos que façam, à nossa sombra, os ingleses, julgou-se preciso, para responder e convencer este cargo, ajuntarmos a cópia da carta que ultimamente escrevi a V. S. sobre este particular, o que suposto facilmente compreenderá V. S. quanto é preciso toda vigilância em evitar e castigar os ditos contrabandistas, para que nos não arguão de que foram ou supostas ou aparentes aquelas ordens". (*Idem*, p. 495, carta do secretário de Estado Antonio Guedes Pereira a Gomes Freire de Andrade). "... até que achei que, já nos tempos passados, se havia feito a este governo a proposição de que o meio mais próprio que a Inglaterra podia ter de humilhar na América os castelhanos era a conquista de Buenos Aires, não só para dominar o Rio da Prata, e estabelecer aí um empório ao seu comércio, mas porque ..." (*Idem*, p. 312, ofício de Sebastião José de Carvalho, enviado extraordinário em Londres). O futuro marquês de Pombal explicava como "todo o Sul da América espanhola é provido com as mercadorias que a Europa lhe fornece para os diferentes usos de que depende o trato humano", mas que tais mercadorias deviam fazer, para chegar à área platina, um longo e perigoso percurso, desembarcadas que eram no Caribe. "Diferente coisa seria, porém, - diz adiante - se as mercadorias fossem pelo rio da Prata a Buenos Aires", porque, diretamente, atingiriam o amplo mercado por ela dominado. O relatório de Pombal, documento minucioso, cuja importância histórica é inequívoca, situa o problema do comércio platino em toda a sua complexidade e explica os motivos das prolongadas lutas que Portugal e Brasil ali mantiveram.

¹⁰ "... também os moradores de Buenos Aires, sujeitos a Castela, passavam daquela colônia a esta parte do rio, a usar da campanha, porque ninguém

- os podia proibir dela, quando ambas as margens eram pertencentes ao mesmo monarca." (*Idem*, p. 367).
- ¹¹ Uma Testemunha Ocular: *Contribuição para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires*, São Paulo, 1946, p. 40.
- ¹² *Idem*, p. 54.
- ¹³ Uma Testemunha Ocular: *op. cit.*, pp. 60-62.
- ¹⁴ *Idem*, p. 63.
- ¹⁵ Uma Testemunha Ocular, *op. cit.*, p. 121.
- ¹⁶ Rubens de Barcelos: *Estudos rio-grandenses*, Porto Alegre, 1955, p. 26.
- ¹⁷ *Idem*, p. 26.
- ¹⁸ Rêgo Monteiro: *Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, 1937, p. 168.
- ¹⁹ *Idem*, p. 190.
- ²⁰ *Idem*, p. 221.
- ²¹ *Idem*, pp. 286-287.
- ²² F. de Paula Cidade: *Lutas, ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes*, Rio de Janeiro, 1948, p. 109.
- ²³ *Inventários e Testamentos*, São Paulo, 1942, p. 299, XXVII.
- ²⁴ Borges Fortes: *Rio Grande de São Pedro. (Povoamento e Conquista)*, Rio de Janeiro, 1941, p. 58.
- ²⁵ *Idem*, p. 77.
- ²⁶ *Idem*, p. 12.
- ²⁷ Rego Monteiro, *op. cit.*, p. 237.
- ²⁸ *Idem*, p. 269.
- ²⁹ Carl Seidler: *Dez Anos no Brasil*, São Paulo, 1941, p. 134.
- ³⁰ *Idem*, p. 138.
- ³¹ *Idem*, p. 160.
- ³² Rubens de Barcelos: *op. cit.*, p. 27.
- ³³ Borges Fortes: *op. cit.*, p. 91.
- ³⁴ *Idem*, p. 90.
- ³⁵ *Idem*, p. 92.
- ³⁶ *Idem*, p. 96.
- ³⁷ *Idem*, p. 102.
- ³⁸ *Idem*, p. 111.
- ³⁹ *Idem*, p. 144.
- ⁴⁰ John Luccock: *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, São Paulo, 1942, p. 114.
- ⁴¹ Sousa Doca: *A estância*, Porto Alegre, 1941, p. 150.
- ⁴² Borges Fortes: *op. cit.*, p. 101.

- ⁴³ Salis Goulart: *Formação do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1933, p. 35.
- ⁴⁴ *Idem*, p. 54.
- ⁴⁵ Paula Cidade: *op. cit.*, p. 238.
- ⁴⁶ *Idem*, p. 247.
- ⁴⁷ Borges Fortes: *op. cit.*, p. 124.
- ⁴⁸ Salis Goulart: *op. cit.*, p. 49.
- ⁴⁹ Paula Cidade: *op. cit.*, p. 154.
- ⁵⁰ *Idem*, p. 158.
- ⁵¹ *Idem*, p. 162.
- ⁵² *Idem*, p. 169.
- ⁵³ Anibal Gama: *D. Pedro na Regência*, Rio de Janeiro, 1948, p. 12.
- ⁵⁴ Laurenio Lago: *Brigadeiros e generais de D. João VI e de D. Pedro I no Brasil*, Rio de Janeiro, 1941.
- ⁵⁵ Luiz Lobo: *História militar do Pará*, Rio de Janeiro, 1943, p. 69.
- ⁵⁶ Joao Ribeiro: *História do Brasil*, 15ª ed., Rio de Janeiro, 1954, p. 189.
- ⁵⁷ Tobias Monteiro: *História do Império. O Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, 1939, p. 22, I.
- ⁵⁸ *Idem*, p. 51.
- ⁵⁹ O quadro de efetivos referido está publicado no vol. XXX da *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1963.
- ⁶⁰ Samuel Guimarães da Costa: *Formação democrática do Exército brasileiro. (Pequena tentativa de interpretação social)*, Rio de Janeiro, 1957, p. 124.
- ⁶¹ Samuel Guimarães da Costa: *op. cit.*, p. 108.
- ⁶² Prado Maia: *Através da história naval brasileira*, São Paulo, pp. 31-35.
- ⁶³ Sobre a discutida figura de Cochrane, consultar a bibliografia. Tobias Monteiro dedicou-lhe um capítulo inteiro de sua obra citada, sob o título sugestivo "Cobrança à força". Prado Maia o elogia, confessando, porém: "Sendo, como era, um mercenário, só podia fazê-lo ou por amor da glória ou por amor do dinheiro".
- ⁶⁴ Tobias Monteiro: *op. cit.*, p. 134.
- ⁶⁵ Tobias Monteiro: *op. cit.*, p. 68.
- ⁶⁶ *Idem*, p. 69.
- ⁶⁷ Manuel Correia de Andrade: *As sedições de 1831 em Pernambuco*, São Paulo, 1956, p. 341.
- ⁶⁸ *Idem*, p. 343.
- ⁶⁹ *Idem*, p. 343.
- ⁷⁰ "Dela ficou, porém, como exemplo, a heroicidade de alguns de seus próceres, cujas figuras não são excedidas e talvez não tenham par no martirologio da Independência. O padre Miguelinho, Miguel Joaquim de Almeida

e Castro, como Jesus, não respondeu aos juizes uma só palavra, e recusou a salvação com que lhe acenou o conde dos Arcos, quando lhe insinuava negar a própria firma, falsificada talvez por inimigos. Só então falou, para garantir-lhe a autenticidade, indicando uma letra por acabar onde faltara tinta. O advogado Abreu e Lima, cognominado Padre Roma, sujeito no oratório à tortura moral do desespero de dois filhos também presos, nem um momento vacilou na serenidade do estoico; morreu com assombrosa calma desculpando o mister dos soldados e indicando-lhes o coração para atirarem. O padre João Ribeiro, cuja imaginação 'ia mais depressa do que o seu século', o homem mais interessante e útil a quem desejasse informações a respeito do Brasil, no dizer de Tollenare, no primeiro momento de incerteza, de sobrepeliz e estola arengava ao povo, concitando-o a combater. Sempre considerara dever o matar-se ou ser morto, mas nunca fugir; e assim marchava descalço, de saco às costas, para dar o exemplo às forças vencidas e em retirada; assim suicidava-se na hora da desesperança extrema. Sua cabeça, nutrida de saber, iluminada de ideais, desarticulada do corpo, exumado três dias após a morte, era trazida à cidade, e espetada num chuço, sangrenta e putrefata, passeava nas ruas, apavoradas pela infâmia dos profanadores". (Tobias Monteiro: *op. cit.*, p. 71).

⁷¹ *Idem*, p. 75.

⁷² *Idem*, p. 75.

⁷³ *Idem*, p. 78.

⁷⁴ *Idem*, p. 152.

⁷⁵ Tobias Monteiro: *op. cit.*, p. 154.

⁷⁶ *Idem*, p. 167.

⁷⁷ *Idem*, p. 201.

⁷⁸ *Idem*, p. 224

⁷⁹ *Idem*, p. 224, citando Manoel Joaquim de Menezes, em seu depoimento, manuscrito da Biblioteca Nacional, *História médica brasileira e da Revolução de Pernambuco de 1824*.

⁸⁰ Tobias Monteiro: *op. cit.*, pp. 233-234.

⁸¹ *Idem*, pp. 234-235.

⁸² Tobias Monteiro: *op. cit.*, p. 236.

⁸³ Luiz Lobo: *op. cit.*, p. 68.

⁸⁴ *Idem*, p. 68.

⁸⁵ Paula Cidade: *op. cit.*, pp. 238-239.

⁸⁶ Luiz Lobo: *op. cit.*, p. 69.

⁸⁷ Pereira da Costa: "Sociedades secretas", in: *Diário de Pernambuco* de 18. VI. 1902.

- 88 John Armitage: *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1924, p. 299.
- 89 Pandiá Calógeras: *Formação histórica do Brasil*, 3ª ed. São Paulo, 1937, p. 363.
- 90 Samuel Guimarães da Costa: *op. cit.*, p. 187.
- 91 Luiz Lobo: *op. cit.*, p. 75.
- 92 *Idem*, p. 82.
- 93 *Idem*, p. 91.
- 94 *Idem*, p. 102.
- 95 *Idem*, p. 113.
- 96 Luiz Lobo: *op. cit.*, p. 109.
- 97 Manule Correia de Andrade: *op. cit.*, p. 365.
- 98 *Idem*, p. 366.
- 99 *Idem*, p. 367.
- 100 *Idem*, p. 368.
- 101 *Idem*, p. 369.
- 102 *Idem*, p. 369.
- 103 Manuel Correia de Andrade: *op. cit.*, p. 371.
- 104 *Idem*, p. 375.
- 105 *Idem*, p. 376.
- 106 *Idem*, p. 376.
- 107 *Idem*, p. 385.
- 108 *Idem*, p. 387.
- 109 Samuel Guimarães da Costa: *op. cit.*, p. 188.
- 110 Samuel Guimarães da Costa: *op. cit.*, p. 194.
- 111 Henrique Boiteux: *Santa Catarina no Exército*, Rio de Janeiro, 1948, p. 25, II.
- 112 Rubens de Barcelos: *op. cit.*, p. 48.
- 113 *Idem*, p. 48.
- 114 Samuel Guimarães da Costa: *op. cit.*, p. 204.
- 115 Tavares Bastos: *A província*, 3ª ed., São Paulo, 1939, p. 85.
- 116 Samuel Guimarães da Costa: *op. cit.*, p. 208.
- 117 Uma Testemunha Ocular: *op. cit.*, p. 39.
- 118 *Idem*, p. 209.
- 119 *Idem*, p. 290.
- 120 Carl Seidler: *op. cit.*, p. 153.
- 121 *Idem*, p. 181.
- 122 Rego Monteiro: *op. cit.*, p. 87.
- 123 *Idem*, p. 203.
- 124 *Idem*, p. 282.
- 125 *Idem*, p. 284.
- 126 *Idem*, p. 288.

- ¹²⁷ *Idem*, p. 293.
- ¹²⁸ *Idem*, p. 299.
- ¹²⁹ J. F. Fernandes Pinheiro: *Anais da província de São Pedro*, Rio de Janeiro, 1946, p. 43.
- ¹³⁰ Paula Cidade: *op. cit.*, p. 237.
- ¹³¹ *Idem*, p. 199.
- ¹³² *Revista Militar Brasileira*, ano XXVI, n. 1, Rio de Janeiro, 1936, p. 5.
- ¹³³ Seweloh: *op. cit.*, pp. 80-81.
- ¹³⁴ Tasso Fragoso: *A Revolução Farrroupilha*, Rio de Janeiro, 1939, p. 245.
- ¹³⁵ Fernandes Luiz Osório: *A guerra civil dos Farrapos*, Porto Alegre, 1935, pp. 195-197.
- ¹³⁶ De Paranhos Antunes: *Andrade Neves, o Vanguardeiro*, Rio de Janeiro, 1943, p. 60.
- ¹³⁷ Samuel Guimarães da Costa: *op. cit.*, p. 208.
- ¹³⁸ Rego Monteiro: *op. cit.*, p. 267.
- ¹³⁹ Dante De Laytano: *História da República Rio-grandense (1833-1845)*, Porto Alegre, 1936, p. 54.
- ¹⁴⁰ Paula Cidade: *op. cit.*, p. 70.
- ¹⁴¹ *Idem*, p. 302.
- ¹⁴² *Idem*, p. 303.
- ¹⁴³ João Batista Magalhães: *A evolução militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1958, p. 273.
- ¹⁴⁴ H. Handermann: *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1931, p. 184, II.
- ¹⁴⁵ J. B. Magalhães: *op. cit.*, p. 289.
- ¹⁴⁶ H. Handermann: *op. cit.*, p. 190, II.
- ¹⁴⁷ J. B. Magalhães: *op. cit.*, p. 290.
- ¹⁴⁸ H. Handermann: *op. cit.*, p. 194.
- ¹⁴⁹ J. B. Magalhães: *op. cit.*, p. 291.
- ¹⁵⁰ *Idem*, p. 287.
- ¹⁵¹ Maria Isaura Pereira de Queróz: "O mandonismo local na vida política brasileira", in: *Anhembi*, nº 72, São Paulo, 1955.
- ¹⁵² J. B. Magalhães: *op. cit.*, p. 288.
- ¹⁵³ Carl Seidler: *op. cit.*, p. 138.
- ¹⁵⁴ Paula Cidade: *op. cit.*, p. 285.
- ¹⁵⁵ J. B. Magalhães: *op. cit.*, p. 299.
- ¹⁵⁶ Oliveira Viana: *Evolução*, *op. cit.*, pp. 282 e 293.
- ¹⁵⁷ *Idem*, p. 301.
- ¹⁵⁸ San Tiago Dantas: *Dois Momentos de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 1949, p. 18.

- ¹⁵⁹ Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, 1948, p. 108.
- ¹⁶⁰ *Idem*, p. 118.
- ¹⁶¹ *Idem*, p. 163.
- ¹⁶² Virgínio Santa Rosa: *O sentido do Tenentismo*, Rio de Janeiro, 1933, p. 14.
- ¹⁶³ Santiago Dantas: *op. cit.*, p. 19.
- ¹⁶⁴ *Idem*, p. 20.
- ¹⁶⁵ R. Magalhães Júnior: *Deodoro, a Espada contra o Império*, São Paulo, 1957, p. 137, l.
- ¹⁶⁶ Alguns autores situam o início da Questão Militar antes, referindo incidentes menores e de rotina. Na verdade, ela se iniciou com o caso Sena Madureira.
- ¹⁶⁷ R. Magalhães Júnior: *op. cit.*, p. 290, l.
- ¹⁶⁸ *Idem*, p. 290, l.
- ¹⁶⁹ *Idem*, p. 299, l.
- ¹⁷⁰ *Idem*, p. 301, l.
- ¹⁷¹ *Idem*, p. 306, l.
- ¹⁷² *Idem*, p. 314, l.
- ¹⁷³ *Idem*, p. 315, l.
- ¹⁷⁴ Sintomática a moção da Câmara Municipal de Curvelo, na província de Minas Gerais, citada por João Dornas Filho: *Apontamentos para a História da República*, Curitiba, 1941, p. 45.
- ¹⁷⁵ João Dornas Filho: *op. cit.*, p. 142.
- ¹⁷⁶ O incidente com Euclides da Cunha foi relatado por diversos autores; entre eles, Sílvio Rabello: *Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, 1948, p. 54.
- ¹⁷⁷ "Na sessão de 21 de janeiro, a questão da separação entre a Igreja e o Estado, embora, a rigor, fosse matéria vencida, volta a ser debatida, justamente com a da secularização dos cemitérios, ideia já corporificada em projeto de Saldanha Marinho, o anticlerical das grandes campanhas do tempo do Império, o Ganganelli que, quando da "questão dos bispos", apoiara a ação de Rio Branco e do imperador, achando, mesmo, que d. Vital e d. Antônio de Macedo. Costa deviam ser deportados como "estrangeiros", por terem jurado fidelidade a um Estado soberano que não o Brasil. A posição de Campos Sales fora influenciada, decerto, pelas críticas da imprensa e pela intransigência dos republicanos históricos. Entende, agora, que as reformas devem ser radicais, ou melhor seria que nada fosse feito. Declara quem não convém temporizar com o clericalismo, que o governo parece temer. Não é este o seu caso, pois, no governo, continua a esposar as mesmas ideias pelas quais se batera antes da República, em dis-

- cursos, artigos e na tribuna parlamentar. Não está disposto a ceder em tal questão. O clero, diz Campos Sales, não representa, no Brasil, uma força como na França e na Alemanha. Pode o governo, sem temor algum, agir com a maior energia, introduzindo reformas completas e compatíveis com o programa republicano." (R. Magalhães Júnior: *op. cit.*, pp. 129-130, II).
- ¹⁷⁸ Silvio Rabelo: *op. cit.*, pp. 52 e 53.
- ¹⁷⁹ Vivaldo Coaracy (V. Cy): *Todos contam sua vida. Memórias de infância e adolescência*, Rio de Janeiro, 1959, pp. 261-262.
- ¹⁸⁰ R. Teixeira Mendes: *A política positiva e o regulamento das Escolas Militares*, Rio de Janeiro, 1890, p. 2.
- ¹⁸¹ Alguns exemplos citados em J. C. de Oliveira Tôrres: *op. cit.*, p. 49.
- ¹⁸² R. Teixeira Mendes: *Benjamim Constant*, Rio de Janeiro, 1913, p. 348, I.
- ¹⁸³ *Idem*, pp. 348-349, I.
- ¹⁸⁴ Elói Pontes: *A vida exuberante de Olavo Bilac*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1944, p. 196, I.
- ¹⁸⁵ Euclides Da Cunha: *Contrastes e confrontos*, 6ª ed., Porto, 1923, p. 11.
- ¹⁸⁶ *Idem*, p. 12.
- ¹⁸⁷ *Idem*, p. 15.
- ¹⁸⁸ *Idem*, pp. 198 e 199.
- ¹⁸⁹ Elói Pontes: *A vida dramática de Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, 1938, p. 117.
- ¹⁹⁰ Elói Pontes: *A vida exuberante de Olavo Bilac*, 2 vols., Rio de Janeiro, p. 198.
- ¹⁹¹ Laurita Pessoa Raja Gabaglia: *Epitácio Pessoa (1865-1942)*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1951, pp. 118-119, I.
- ¹⁹² Miguel Lemos: *13ª Circ. An. do Apost. Posit. do Brasil*, Rio de Janeiro, 1893, p. 17.
- ¹⁹³ *Idem*, pp. 17-18.
- ¹⁹⁴ José Maria Belo: *História da República*, Rio de Janeiro, 1940, p. 180.
- ¹⁹⁵ *Idem*, p. 168.
- ¹⁹⁶ Luis Edmundo: *De um livro de memórias*, 5 vols. Rio de Janeiro 1958, p. 370, II.
- ¹⁹⁷ Luiz Edmundo: *op. cit.*, p. 397, II.
- ¹⁹⁸ *Idem*, p. 401, II.
- ¹⁹⁹ Luiz Edmundo: *op. cit.*, pp. 405-406.
- ²⁰⁰ Pedro Calmon: *História social do Brasil. (A época Republicana)*, São Paulo, 1941, p. 71.
- ²⁰¹ João Cruz Costa: *Contribuição à história das ideias no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956, p. 376.

- ²⁰² José Maria dos Santos: *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista. Subsídios para a história da República*, Rio de Janeiro, 1960, p. 277.
- ²⁰³ Afonso Arinos de Melo Franco: *Um estadista da República. (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)* 3 vols., Rio de Janeiro, 1955, pp. 260-261, I.
- ²⁰⁴ Cândido Mota Filho: *Uma grande vida*, São Paulo, 1931, p. 271.
- ²⁰⁵ A história das eleições republicanas está fixada em diferentes contribuições, muito dispersas. Procurado por um político que se queixava de esbulho eleitoral, Deodoro teve a franqueza de afirmar-lhe que as eleições eram "uma bandalheira". Para Afrânio de Melo Franco, ainda deputado estadual, a mentira das urnas era "o pior mal, a maior desgraça que tem infelicitado a República". (Afonso Ramos de Melo Franco: *op. cit.*, p. 372, I). Afrânio sabia do interesse dos chefes tradicionais "em multiplicar eleitores iletrados para se elegerem. (*Idem*, p. 373, I). Em 1906, na Câmara Federal, Barbosa Lima rugia: "o povo só se arreda de junto das comissões onde se escolhem os seus delegados quando essas comissões se transformam em verdadeiras prostitutas, quando elas são o veículo da representação bastarda, quando elas são o escoadouro que leva à sofisticação do voto e à desmoralização dessa arma, já tão desacreditada pelos publicistas de tantas escolas o sufrágio universal." (*Idem*, p. 493, II) "A eleição de 1º de março de 1910 processou-se no meio de um movimento pendular, que ia da fraude à compressão e da compressão à fraude." (*Idem*, p. 612, II). E Rui diria, dela: "o poder pesou com mão de ferro sobre as molas da força, e a fraude envidou recursos de prostituição do voto inauditos". (*Idem*, p. 614, II). "Realizaram-se as eleições, fraudadas como sempre tinham sido. Júlio Prestes foi proclamado eleito." (Vivaldo Coaracy: *Encontros com a vida. Memórias*, Rio de Janeiro, 1962, p. 262).
- ²⁰⁶ Laurita Pessoa Raja Gabaglia: *op. cit.*, p. 143, I.
- ²⁰⁷ *Idem*, p. 144, I.
- ²⁰⁸ Rui Facó: *Cangaceiros e fanáticos*, Rio de Janeiro, 1963, p. 82.
- ²⁰⁹ Euclides da Cunha: *Os sertões. (Campanha de Canudos)*, 15ª ed., Rio de Janeiro, 1940, p. 611.
- ²¹⁰ *Idem*, p. 611.
- ²¹¹ Alvim Martins Horcades: *Uma viagem a Canudos*, Bahia, 1899, p. 76.
- ²¹² Caio Prado Júnior: *História econômica do Brasil*, 7ª ed., São Paulo, 1962, p. 228.
- ²¹³ João Cruz Costa: *op. cit.*, p. 380.
- ²¹⁴ *Idem*, p. 380.
- ²¹⁵ Sertório de Castro: *A República que a revolução destruiu*, Rio de Janeiro, 1932, pp. 161 e 163.

- ²¹⁶ In João Cruz Costa: *op. cit.*, p. 382. São numerosas as manifestações de Rui contra o sistema oligárquico, em discursos de propaganda eleitoral e discursos parlamentares e, até, em razões de advogado.
- ²¹⁷ José Maria dos Santos: *op. cit.*, p. 261.
- ²¹⁸ José Maria dos Santos: *op. cit.*, p. 261.
- ²¹⁹ José Maria dos Santos: *op. cit.*, p. 273.
- ²²⁰ Pandiá Calógeras: *Problemas de administração*, 2ª ed., São Paulo, 1938, p. 58.
- ²²¹ Pandiá Calógeras: *op. cit.*, p. 59.
- ²²² *Idem*, p. 60.
- ²²³ *Idem*, p. 69.
- ²²⁴ *Idem*, p. 70.
- ²²⁵ Pandiá Calógeras: *Problemas de governo*, 2ª ed., São Paulo, 1936, p. 232.
- ²²⁶ Afonso Arinos de Melo Franco: *op. cit.*, p. 1043, II.
- ²²⁷ Pandiá Calógeras: *op. cit.*, p. 236.
- ²²⁸ *Subsídios para a história marítima do Brasil*, vol. IX, Almirante Júlio César de Noronha. *Programa Naval de 1904*, Rio de Janeiro, 1950.
- ²²⁹ Gilberto Amado: *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*, Rio de Janeiro, 1956, pp. 55-56.
- ²³⁰ Edmar Morel: *A Revolta da Chibata*, 2ª ed., 1963, p. 50.
- ²³¹ Edmar Morel. *op. cit.*, p. 53.
- ²³² *Idem*, p. 71.
- ²³³ *Idem*, p. 84.
- ²³⁴ *Idem*, p. 84.
- ²³⁵ *Idem*, p. 101.
- ²³⁶ *Idem*, p. 104.
- ²³⁷ *Idem*, p. 142.
- ²³⁸ João Cruz Costa: *op. cit.*, p. 385.
- ²³⁹ Afonso Arinos de Melo Franco: *op. cit.*, p. 702, II.
- ²⁴⁰ Rui Facó: *op. cit.*, p. 125 e seguintes.
- ²⁴¹ Walfrido Moraes: *Jagunços e heróis*, Rio de Janeiro, 1963. É a biografia de Horácio de Matos, um desses chefes irregulares.
- ²⁴² Santiago Dantas: *op. cit.*, p. 41.
- ²⁴³ Homero Pires: *Rui Barbosa e o Exército*, Rio de Janeiro, 1952, p. 7.
- ²⁴⁴ Rui Facó: *op. cit.*, p. 57.
- ²⁴⁵ Pandiá Calógeras: *Problemas de administração*, *op. cit.*, p. 96.
- ²⁴⁶ *Idem*, p. 96
- ²⁴⁷ *Idem*, p. 101.
- ²⁴⁸ *Idem*, p. 119.

- ²⁴⁹ Serzedelo Corrêa: *O problema econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1903, p. 11.
- ²⁵⁰ *Idem*, p. 95.
- ²⁵¹ Alberto Tôrres: *O problema nacional brasileiro*, 3ª ed., São Paulo, 1938, pp. 39-40.
- ²⁵² *Idem*, p. 198.
- ²⁵³ *Idem*, p. 280.
- ²⁵⁴ Alberto Tôrres: *op. cit.*, pp. 32-34.
- ²⁵⁵ José Maria Belo: *op. cit.*, p. 301.
- ²⁵⁶ João Cruz Costa: *op. cit.*, p. 399.
- ²⁵⁷ F. de Paula Cidade: "Verbetes para um Dicionário Biobibliográfico Militar Brasileiro. In: *Revista Militar Brasileira* ano XIV n. 1 e 2, junho, 1952, p. 25.
- ²⁵⁸ *Idem*, p. 30.
- ²⁵⁹ *Idem*, p. 35.
- ²⁶⁰ Afonso Arinos de Mello Franco: *op. cit.*, pp. 1027 e 1028, II.
- ²⁶¹ Gwaier de Azevedo: Discurso Pronunciado no Clube Militar no dia 25 de junho de 1922, Recife, 1932, pp. 8-11.
- ²⁶² "Os *potentados* da era colonial surgem na Regência, tendo como expoentes os *caudilhos* locais, que formam as torres fortificadas do *castelo* inexpugnáveis, descrito pelo visconde do Uruguai, e reapareceu no Segundo Reinado, sob a forma do coronel da Guarda Nacional. Na República, completa-se a engrenagem da máquina eleitoral, cuja alavanca era o coronel do interior." (...) "Tornou-se indispensável reforçar as defesas do P. R. M., manter em dia as cifras do contingente eleitoral de cada coronel, exercer permanente vigilância sobre qualquer mudança política, nos municípios. A direção de um pleito era uma tarefa difícil e perigosa, exigindo todo o escrúpulo e rigorosos cálculos, para o rodízio não sacrificar nenhum companheiro." (...) "A cúpula do sistema foi, indubitavelmente, dada pela política dos governadores de Campos Sales. Silviano Brandão pôde, então, com guante de ferro revestido de pelica, unificar a política mineira, *reunir a boiada*, como se disse na época, e eleger a poderosa bancada no *apoio incondicional*." (...) "Há uma semelhança evidente entre o coronelismo e o feudalismo. Em ambos, uma hierarquia de vassalagens, uma cadeia de deveres recíprocos, um laço de fidelidade mantido pelas regras indeclináveis de um Código de Honra político." (...) "A quebra da palavra ou do compromisso, a falta de lealdade, ou seja, a traição em suas variadas formas, era o mais nefando dos atentados ao Código de Honra que, embora não escrito, estava, vivo nos costumes e nas almas. A

felonia era punida com a expulsão do município, da zona ou do Estado e, quando ocorriam circunstâncias agravantes, notadamente a infâmia do suborno, o réprobo estava sujeito até à pena de morte por capangas ou escoltas policiais.” (Daniel de Carvalho: *Capítulos de memórias*, Rio de Janeiro, 1957, pp. 225 a 232).

²⁶³ “O dissídio entre Rui Barbosa e os militares, aberto com Deodoro, continuado com Floriano e agravado com Hermes, constituía o mais grave dos equívocos republicanos. Não soubera ou não pudera compreender o antigo dissidente liberal a posição do Exército, que fora de contenção ao avanço estadualista, desde o primeiro momento da nova ordem republicana, procurando ao mesmo tempo fortalecer o espírito de unidade nacional, ameaçado pela deturpação do federalismo. O florianismo não tem outro sentido, e foi na verdade marcado pelo vigor com que o marechal tomou todas as providências para a interiorização da capital federal e pelo apoio que deu ao movimento sertanista de Gomes Carneiro e Rondon.” (...) “Prudente de Moraes não deu tréguas aos jacobinos, que eram os florianistas, mas transigiu com os jagunços, os monarquistas, muitos dos quais passariam a colaborar com a República”. (Francisco de Assis Barbosa: *Juscelino Kubitschek, uma revisão na política brasileira*, Rio de Janeiro, 1960, p. 224).

²⁶⁴ “Aceitava-se de resto o paternalismo britânico sem constrangimento, com naturalidade até, tal a mentalidade dos políticos da época, havendo os que, apegando-se a uma falsa noção do federalismo, preferiam pedir dinheiro emprestado a firmas inglesas e não ao Banco do Brasil. Foi o que aconteceu no tempo de Silviano Brandão, em Minas Gerais, recusando o presidente do Estado um empréstimo federal para pagar a força pública e o funcionalismo em atraso. Preferiu solicitar o dinheiro necessário aos ingleses da *St. John Del Rey Mining*, que lhe forneceram £50 mil, em *bonds* de £100 cada um, ao juro de 6% ao ano, importância, que foi sendo resgatada à medida que venciam as promissórias nos governos de Francisco Sales, João Pinheiro, Bueno Brandão e Wenceslau Braz”. (Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, pp. 228-229). O federalismo, tal como o compreendia a política regionalista das oligarquias, caracterizadora do predomínio do latifúndio, associado natural do imperialismo, permitiu o entendimento direto de Estados e de Municípios com a finança internacional.

²⁶⁵ Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, p. 225. O autor acrescenta: “No folheto *A reforma constitucional*, publicado em 1904, Serzedelo Correia faz referência à manifestação da classe operária, prestada a Barbosa Lima, “pela sua posição à frente dos que pensam de que já é chegada a hora de

- fazermos a reforma social que incorpora em nosso país o operariado à sociedade". O deputado republicano era contra a reforma constitucional, entendendo que as leis sociais podiam ser obtidas, sem qualquer alteração na Constituição de 1891, "melhorando para conservar". (Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, p. 225).
- ²⁶⁶ Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, p. 264.
- ²⁶⁷ João Mangabeira: *Rui, o estadista da República*, Rio de Janeiro, 1943, p. 371.
- ²⁶⁸ "Nilo afirmara, de público, ser católico e antidivorcista". O clero protesta: "o sr. Nilo Peçanha é o grão-mestre da maçonaria, é mação integral, anti-católico, portanto. Aplaudir a candidatura de Nilo Peçanha é prestigiar conscientemente a politica sectária de opressão aos católicos, de que é um dos representantes máximos no Brasil o candidato dissidente. O católico - leigo ou sacerdote que trabalhar pela candidatura de Nilo Peçanha é, para o católico, um traidor das próprias crenças Votar em Nilo Peçanha é, para o católico, sobrepor, aos sagrados interesses do catolicismo, subalternos interesses pessoais. É cerrar os ouvidos à voz maternal da Igreja para abri-los ao clamor suspeito das paixões partidárias, que não devem cegar, até esse ponto, os crentes sinceros, que colocam acima de tudo a sua fé." (Brigido Tinoco: *A vida de Nilo Peçanha*, Rio de Janeiro, 1962, p. 251).
- ²⁶⁹ "O interesse partidário lavra de tal maneira nos meios militares que, ainda em junho, falando no Senado, Paulo de Prontin pôde responsabilizar pela agitação crescente 'a canalha das ruas e a ambição dos quartéis'. Uma franqueza, aliás, que valeu ao senador carioca as mais duras críticas da imprensa e de congressistas seus colegas". (Laurita Pessoa Raja Gabaglia: *Epitácio Pessoa (1865-1942)*, Rio de Janeiro, 1951, p. 486, II). "A questão militar de 1922 representa na história brasileira um novo surto de 'militarismo deliberante'. (...) "Militares descontentes faltam à disciplina, agitam o país, cabalam e conspiram". (Laurita Pessoa Raja Gabaglia: *op. cit.*, p. 541, II).
- ²⁷⁰ Laurita Pessoa Raja Gabaglia: *op. cit.*, p. 498, II.
- ²⁷¹ Afonso Arinos de Melo Franco: *op. cit.*, p. 1054, II.
- ²⁷² *Idem*, p. 1075, II.
- ²⁷³ "Quando assumiu o governo paulista, Tibiriçá entendeu-se com o Barão do Rio Branco para a vinda de uma missão militar francesa, antecipando-se, assim, ao próprio Exército, que só depois da Grande Guerra contaria com a orientação de Gamelin. O chefe da missão militar francesa, coronel Paul Balagny transformou, assim, a força pública de São Paulo num 'pequeno exército'". (Rodrigo Soares Júnior: *Jorge Tibiriçá e sua época*, São Paulo, 1959, p. 500, II).

²⁷⁴ Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, p. 297.

²⁷⁵ "No alvor do novo partido, contudo, o fato capital, no setor revolucionário, era o da arrancada da Coluna Prestes, Brasil a dentro. Debalde o governo continuava no propósito de encobrir ou falsear a verdade. Todo mundo sabia que a coluna de bravos, formada em Foz do Iguaçu, prosseguia a marcha, travando, naqueles dias, em terras do Maranhão, Piauí e Ceará, contra forças legalistas poderosas, dezenas de combates vitoriosos. De boca em boca espalhavam-se as notícias desses feitos guerreiros, alentando esperanças. Recordo-me do meu entusiasmo quando soube da chegada da Coluna a Carolina, no Maranhão, e, logo após, às portas de Teresina. Certo, já foi descrita a história dessa epopeia, mas não se considerou ainda, a meu ver, devidamente, a penetrante repercussão que alcançou no seio das nossas camadas populares. E essa repercussão, se a apreciarmos em toda a sua profundidade, veremos que não teve por causa, apenas, a ação armada, mas, também, as atitudes dos componentes da Coluna. Para mim é fora de dúvida que a mocidade revolucionária militar daquela época levou, sobre a civil, quanto ao favor público, inequívoca vantagem, em virtude da afirmação dos seus ideais e manifestações ideológicas. Inclina-se, em geral, mais decididamente do que os democráticos, para a esquerda, com o que conquistou extensas simpatias, apesar das prevenções antimilitaristas então existentes. Em que pesassem, porém, essas inclinações e asseverações decididamente socialistas, como as de Joaquim Távora, chefe cuja influência fora extraordinária na formação e aglutinação do núcleo revolucionário, certo é que tanto a revolução de Isidoro como a Coluna Prestes tiveram ostensivamente por bandeira a libertação do país do jugo da oligarquia política dominante". (Paulo Nogueira Filho: *Ideais e lutas de um burguês progressista*, São Paulo, 1958, pp. 162-163, I).

²⁷⁶ Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, p. 328.

²⁷⁷ "Por seu turno, Assis Brasil, espírito eminentemente conservador, mantém sempre uma posição de reserva para com os tenentes e elementos mais radicais da oposição, como Maurício de Lacerda, por exemplo, recusando-se a visitar, no Recife, o túmulo de Cleto Campelo, um dos tenentes sacrificados na série de levantes de 1924. A prevenção contra os tenentes era geral entre os políticos. A polícia do PRP, em São Paulo, coligira 'extensa documentação de que João Alberto, Siqueira Campos, Miguel Costa, Luis Carlos Prestes e outros elementos estavam de pleno acordo na implantação do bolchevismo no Brasil'. A Virgílio de Melo Franco e a Pedro Ernesto, quando ia adiantada a conspiração, Artur Bernardes cha-

maria a atenção para os boatos sobre as tendências comunistas de Prestes e seus companheiros. Essas dúvidas se dissipariam, mais tarde, em alguns setores, com a definição marxista de Luís Carlos Prestes, que perderia por isso mesmo o comando militar dos movimentos revolucionários, dele se afastando os antigos companheiros da Coluna, Miguel Costa, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Filinto Müller, Djalma Dutra, João Alberto, Siqueira Campos e tantos outros. Mesmo assim, a prevenção continuava. 'Nem por sombras, devemos admitir a possibilidade de nos ligarmos a essa gente' - era a opinião de Francisco Campos, então secretário do Interior em Minas e lugar-tenente de Antônio Carlos na articulação do movimento da Aliança Liberal". (Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, pp. 329-330).

²⁷⁸ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, pp. 152-153, I. O mesmo autor aduz, em outro trecho: "A palavra decisiva, e que não deixaria dúvida a respeito no espírito de quem quer que fosse, tomou-a, resoluto, o conselheiro Antônio Prado. Em 4 de janeiro, passou a d. Leocádia Prestes o seguinte telegrama: 'Peço transmitir ao vosso glorioso filho, o bravo militar que honra o Exército Brasileiro, Luís Carlos Prestes, as minhas mais sinceras felicitações pelo seu aniversário'. O *Diário Nacional* publicou essa mensagem na sua primeira página, afirmando que se tratava do 'chefe supremo da Revolução no Brasil, um herói legendário, vivendo no coração do povo, como os das antigas epopeias'." (...) "Dois documentos atestam a minha assertiva: interpelado, Assis Brasil declarava que o Partido seria o mais extremado defensor dos trabalhadores. Por sua vez, o Bloco Operário e Camponês recomendavam os candidatos do Partido Democrático, afirmando que, a ter que optar entre dois partidos políticos não proletários, um governamental oligárquico, outro popular, democrático e liberal, não havia como titubear." (Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 229, I).

²⁷⁹ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 229, I.

²⁸⁰ "Os velhos políticos, ao contrário, só podiam raciocinar dentro dos esquemas dos partidos estaduais. A verdade é que nenhum deles queria a revolução. 'Os democráticos e Assis Brasil, bem como Nereu Ramos, eram mais partidários da solução política do que da solução armada', escreveu Maurício de Lacerda. 'Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução', dizia João Pessoa, mesmo depois das eleições presidenciais. 'Antônio Carlos tinha um supremo horror à ideia da revolução', assegura Virgílio de Melo Franco, acusado, mais de uma vez, pelo mesmo Antônio Carlos, de estar conduzindo Minas a uma aventura louca!" (Francisco de Assis Barbosa: *op. cit.*, p. 331).

- ²⁸¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1928.
- ²⁸² Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 331, I.
- ²⁸³ *Idem*, p. 347, I. Em setembro de 1928, os entendimentos ameaçaram chegar à paralisação completa: Prestes escrevia a políticos paulistas do Partido Democrático: "Qual a vantagem, por exemplo, de termos entendimentos e ligações com o ilustre diretor de *O Estado de S. Paulo*, quando aquele nosso distinto patricio diz pelo jornal que dirige o contrário do que pensamos fazer?" E acrescentava: "Fazer toda a política de oposição em torno do voto secreto e da anistia é ficar muito aquém das aspirações nacionais e, portanto, não concorrer para a formação do ambiente indispensável à ação que planejavamos". (Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 270, I). Havia a pressão da realidade, entretanto: "Os motivos reais que levavam aquele povo à mobilização política que realizava eram de essência revolucionária. A multidão batia palmas aos democratas como vanguardeiros libertadores, sendo extraordinariamente significativo o calor com que aplaudia as fórmulas claramente revolucionárias dos discursos de Maurício de Lacerda, que por toda a parte fazia a apologia de Luís Carlos Prestes às escancaras, prometendo 'a esperança vermelha da revolução para breve'." (*Idem*, p. 296, I).
- ²⁸⁴ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 156, I.
- ²⁸⁵ *Idem*, p. 167, I.
- ²⁸⁶ *Idem*, p. 192, I.
- ²⁸⁷ *Idem*: p. 221, I. Para evitar qualquer dúvida, o autor entra em detalhes: "Que existiam uns poucos extremistas entre os democráticos, não havia dúvida. Mas, com o assentimento dos Diretórios, jamais propagaram ideias comunistas nos comícios e nas caravanas do Partido." (...) "Havia prometido a Prestes arrecadar a importância inicial de nossa contribuição financeira em poucas semanas, e disto já haviam decorrido dois meses aproximadamente. É preciso esclarecer que, se todos nós, a começar pelo conselheiro Antônio Prado, tínhamos o general Luís Carlos Prestes como chefe incontestável do movimento, a direção civil, a que se subordinava o meu setor, cabia, por inteiro, a Assis Brasil." (...) "Os quadros dirigentes dos partidos Democrático e Libertador eram constituídos, na maioria, de fazendeiros e profissionais liberais da burguesia. A tese do tribuno carioca, de que iríamos 'para duas etapas sucessivas, uma política e outra social, as quais só os próprios sucessos poderiam tornar simultâneas', não poderia vingar de chofre nos meios em que evoluíamos." (...) "Depois de reiterar nossa fidelidade à chefia dele e de Assis Brasil, e de solicitar algumas providências de ordem prática, concluí: 'Cabe-lhe, sem dúvida,

meu caro general, a missão de redimir o Brasil. Pelo bem de nossa pátria, que o destino lhe seja favorável. De nós disponha como soldados". (Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, pp. 249, 255, 256 e 267, I). Entre os dois comandos tão distintos, o rumo deveria ser difícil e lentas as decisões: "Restava a grande interrogação: a burguesia, que eu integrava, em São Paulo, economicamente satisfeita naquele outono de 1928, aceitaria os riscos da rebelião armada? Para a deposição da oligarquia dominante, não era excessivo para essa burguesia o preço de uma luta cruenta? Afinal, com a oligarquia no governo, não estava provado que não corriam risco os privilégios das elites abastadas? A revolução vitoriosa, ao contrário, não poderia aboli-los?" (*Idem*, p. 229, I).

²⁸⁸ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 437, II.

²⁸⁹ In Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 631, II.

²⁹⁰ *Idem*: p. 637, II.

²⁹¹ A luta sucessória estadual baiana, em 1920, deu motivo a três acordos, o *Convênio de Lençóis*, o *Convênio da Região do São Francisco* e o *Convênio de Castro Alves*, entre o comandante da tropa federal regular, general Cardoso de Aguiar, e os comandantes sertanejos de tropa irregular feudal. Do primeiro, escreveu um historiador: "A repercussão deste documento - que só vai, aliás, assinado, depois de uma longa troca de correspondência telegráfica entre o interventor federal general Cardoso de Aguiar e o coronel Horácio de Matos, é das mais profundas e mais graves nos meios políticos e jurídicos do país. As concessões ao chefe revolucionário vão muito além de todas as expectativas. O jovem caudilho de Chapada Velha, agora líder da capital do diamante - Lençóis - sai desse episódio engrandecido, fortalecido, prestigiado. É fora de dúvidas, o governador do sertão". (Walfrido Moraes: *Jagunços e heróis*, Rio de Janeiro, 1963, p. 103). Quando das jornadas da Coluna Prestes no sertão baiano, será a tropa irregular feudal que a combaterá tenazmente: "Assim, o general Álvaro Guilherme Marriante, comandante em chefe das operações contra os rebeldes, autoriza o coronel Horácio de Matos a organizar sua gente na chapada, do mesmo modo que o fará também o coronel Franklin de Albuquerque com a sua gente no vale do São Francisco." (...) "Essa derrota dos lavristas, faz com que novas forças agora se organizem, ainda em caráter de emergência. Campos de São João, a *chave das Lavras*, por onde se admite que a Coluna Prestes deseje entrar na capital do diamante, rumando, depois para a capital do Estado, é uma praça de guerra para onde afluem homens das mais diversas procedências: dos garimpos, das lavouras e dos campos de gado da região. Riacho do Mel é outro povoado em franco dinamismo,

onde se trocam os instrumentos de trabalho pelos rifles azeitados." (...) "Já agora, reunindo-se todas as patrulhas em Lençóis, está definitivamente organizado o Batalhão Patriótico Lavras Diamantinas. O fardamento e material bélico enviados pelo Ministério da Guerra são distribuídos entre os homens dos alcantis. As patentes, também. Horácio de Matos, comandante em chefe, tem prerrogativas de coronel". (*Idem*, pp. 169-173). As forças irregulares do latifúndio constituem, assim, o grosso da tropa que combate a Coluna Prestes. Serão reforçadas, ainda, pelo bando de Lampião, a que se concede também patente de capitão. O governo federal arma e instrumenta esses bandos todos, que acompanharão a marcha da Coluna em todo o sertão e permanecerão no combate até o momento que ela se interna na Bolívia. O aparelho de Estado estava a serviço do latifúndio armado.

²⁹² Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 190, II.

²⁹³ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 368, I.

²⁹⁴ Discursando em Porto Alegre, em 11 de agosto de 1929, Vargas afirmava: "Valorização dos nossos produtos e amparo suficiente aos produtores, outra não tem sido a minha diretriz no governo do Rio Grande, onde o que se tem feito se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovidos pelo fascismo no período de renovação criadora que a Itália atravessa". (*Idem*: p. 371, I).

²⁹⁵ "No ato eleitoral de 1º de março e nos dias que se seguiram as fraudes foram perpetradas com perfeição extrínseca. Falsificaram-se tantas atas e tantas assinaturas de eleitores quantas necessárias ao esbulho de todos os candidatos democráticos." (...) "Em Minas, havia o sr. Washington Luis entregue o comando da política federal ao sr. Carvalho Brito, que se apossou dos livros eleitorais, viciando-os à vontade e entregando-os à Junta Apuradora." (...) "A manobra é dirigida diretamente pelo ministro da Justiça. O aparato de força é escandaloso" (...) "Na Paraíba, a loucura já delirante, foi mais longe. São depurados todos os eleitos do povo, inclusive o candidato à senatoria, Vitorioso com imensa margem. Em compensação, são diplomados todos os homens de Heráclito Cavalcânti, chefe da política do Catete" (...) "Sem a presença dos livros eleitorais, o Congresso reconhece a validade dos diplomas de senador e deputados da Paraíba expedidos por uma Junta que depurou os representantes que tiveram nas urnas 90% dos sufrágios expressos, sem contestação, a 1º de março!" (...) "O parecer da comissão é uma ignomínia. A homologação da Câmara é um ato de subserviência de que não há memória nos Anais da nossa história política." (...) "O caso da Paraíba é a morte do regime

representativo no Brasil". (Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 443 a 450, II). "O relato das fraudes e barbarismos cometidos em todo o país chegavam até ele diariamente. O povo se impacientava e o governo descontrolado transformava em crimes seus erros. Getúlio Vargas sentiu que a decisão lhe escapava das mãos. Derrotado com fraude, cabia-lhe protestar, em nome de seus direitos, Mas nada, Mas o governo não se contentava com poucas vítimas. Esbulhou afrontosamente as representações federais de vários Estados, sobretudo Minas Gerais e Paraíba. Aqueles que, apesar da fraude e das violências, tinham conseguido se eleger, contra os desejos do poder central, foram 'degolados' atrabiliariamente no Congresso". (Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *Getúlio Vargas, meu pai*, Porto Alegre, 1960, pp. 49-50). A fase posterior às eleições foi assim, apesar da violência do esbulho, particularmente quanto a parlamentares, e afrouxamento da unidade dificilmente alcançada entre políticos e militares.

²⁹⁶ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, pp. 445-447, II.

²⁹⁷ "Góis Monteiro conhecia bem a situação do Exército. Em 1929, como oficial do Estado Maior, procedera a uma sindicância, chegando à seguinte conclusão: 'A fração de major para cima, em sua maioria, estaria ao lado do governo em caso de revolução; mas, de capitão para baixo também em sua maioria, as simpatias se voltavam para os revolucionários'." (Lourival Coutinho: *O general Góis depõe*, Rio de Janeiro, 1956, p. 52).

²⁹⁸ "Os tenentes tornaram-se os heróis do dia. Bem simbolizavam eles o espírito de toda uma geração inquieta, ainda sem rumo, animada pelo desejo incontido da reforma social, embora sem definições precisas, consequência inevitável da falta de maturação política". (*Idem*: p. 341).

²⁹⁹ "Prestes viera de longe (se bem me lembro, de Santa Cruz de La Sierra) para a entrevista com o enviado da CCE do Partido Comunista. Recebeu-me numa casa, aliás bem modesta, em companhia de dois oficiais da Coluna. Ai passei quase dois dias, e conversamos longamente. Eu lhe transmiti claramente o pensamento da direção do partido sobre as questões que nos levaram a procurá-lo e que tudo se resumia em coordenar as nossas forças tendo em vista os objetivos comuns. Era, em suma, o problema político da aliança entre os comunistas e os combatentes da Coluna Prestes, ou, em termos mais amplos, entre o proletariado revolucionário sob a influência do Partido Comunista e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da Coluna e do seu comandante. Colocada a conversa, desde o início, em forma de absoluta lealdade de parte a parte, fácil foi a concordância estabelecida." (...) "Disse no começo que levava na minha mala uma certa quantidade de livros

de autores marxistas. Entreguei-os a Prestes dizendo-lhe que era nosso desejo que ele estudasse por si mesmo a teoria e a prática da política pelas quais buscávamos orientar o Partido Comunista, inteirando-se, assim, não só dos princípios e fins da nossa atividade prática, mas também das soluções que a ciência marxista apresentava para os problemas sociais do nosso tempo. Devo hoje acrescentar que, ao dizer-lhe estas coisas, eu guardava a esperança de que Prestes, ao tomar conhecimento direto das ideias marxistas, não demoraria em compreender que elas exprimiam a verdade do presente e do futuro. Sua inteligência, sua honradez, sua experiência pessoal no contato com a gente e as coisas brasileiras fariam o resto. Os fatos demonstraram que eu não me enganava". (Astrojildo Pereira: *Formação do PCB, 1922-1928*, Rio de Janeiro, 1960, pp. 108-109).

³⁰⁰ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, pp. 462-463, II.

³⁰¹ *Idem*: 711-713, II.

³⁰² In Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, pp. 713-718, II.

III FASE NACIONAL

A REVOLUÇÃO DE 1930

A grande prova para a aliança entre os políticos tradicionais e os militares tenentistas teria de ser, evidentemente, a do poder. O que os distinguia não era o fato de serem uns políticos e civis e outros militares e tenentes, mas o de representarem correntes diversas da opinião, por serem, em conjunto, expressões de forças sociais diversas. Essa diversidade tinha sido verificada desde muito antes da vitória: "Constatou-se que um libertador era o retrato vivo de um republicano. E a explicação é clara. Os membros dos dois partidos rio-grandenses não apresentam entre si os traços diferenciados da psicologia de duas classes sociais contraditórias ou mesmo de duas zonas divergentes de correntes populares. São elementos soldados pela homogeneidade de interesses, exprimindo a mesma política dos grandes estancieiros do Sul. Do mesmo modo, os democráticos e perrepistas desempenhavam no fundo sempre o mesmo papel de representação dos fazendeiros de café e dos plutocratas paulistas. É claro que em política a contradição vaga de ideologias que não corresponde à contradição de interesses reais se desfaz com facilidade. Os nossos homens públicos têm tido quase todos a mesma raiz comum de modo que entre eles não há antagonismo fundamental de ideias em projeção no plano político."¹

A contradição aparente e antiga chegava à fase atual: "Já no Império, Ferreira Viana pregava a necessidade de ser evitada a 'degradação da política conservadora ser feita por liberais e a liberal ser feita por conservadores'. Ele não via a solidariedade íntima e

oculta de clã, a representação dos mesmos interesses, que levavam indiferentemente um elemento liberal a fazer a política conservadora e um conservador a fazer a política liberal. Quando o sr. Aristides Rocha, durante a campanha da Aliança Liberal, se levantou para dizer em pleno Senado, com uma simplicidade botocuda, que 'nós (liberais e reacionários) somos vinho da mesma pipa, farinha do mesmo saco', mal sabia que exprimia uma observação profunda sobre a situação real e íntima dos contendores liberais e reacionários, separados, apenas, por um dissídio acidental sem contradição orgânica profunda."²

Mas a realidade imporia esse dissídio e ele teria função no desenvolvimento político. É que, realmente, "as relações absorventes da propriedade cafeeira estavam entavando o desenvolvimento de outras produções",³ enquanto "a nossa máquina política estava toda calcada nessa lavoura cafeeira que vem constituindo há muitos anos uma grande potência eleitoral".⁴ O fato de o Estado vir sendo "a forma representativa da vontade dos grandes proprietários de terras" estava em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, no qual a ascensão burguesa se inseria, como consequência inevitável.⁵ O que estava condenado era o quadro antigo: "E os interesses dos senhores de latifúndios, aglutinados em clãs partidários, forçam a existência do regime de autonomias estaduais francas. Eles pretendiam manter a externa pressão sobre o governo central, através dos presidentes estaduais, assessorados pelas brigadas policiais."⁶ A base desse sistema em derrocada estava no interior: "A resistência das populações rurais, escravizadas à caudilhagem dos proprietários territoriais, fortaleceu por longo espaço de tempo as oligarquias políticas. Era a grande resistência da inércia contra toda tentativa de poderio e ascensão da pequena burguesia."⁷ Realmente, "todas as tentativas esboçadas pela pequena burguesia para conquistar posições de mando no quadro político social brasileiro

anularam-se de baque ante as resistências todo-poderosas dos interesses dos grandes proprietários de terras.⁹ Era esse entrave que havia sido removido pela conjugação, em movimento armado, de políticos e militares.

Constatava-se, entretanto, após a vitória, que havia entre os políticos decaídos e os triunfadores "uma diferença reduzida. Rebentos do mesmo tronco, filiados aos interesses dos latifúndios, esses políticos dissidentes se distinguiram apenas por mera gradação de tonalidade. A raiz era a mesma, só a floração variava."⁹ Ou em outras palavras: "Os nossos homens públicos podem ter, como têm realmente, seus pensamentos nas nuvens, mas suas raízes estão enterradas nos feudos afazendados em que está repartido o território nacional."¹⁰ Estas explicações dão bem o sentido das forças que emergiam com a vitória das armas, suas contradições internas prontas a traduzir-se, com a posse do poder, em acontecimentos os mais variados. A Revolução de 1930 fora largo estuário em que desaguaram componentes e afluentes diversos: se, antes, fora muito difícil assegurar um mínimo de unidade da ampla frente que lutava pela derrocada da situação vigente, agora, depois do triunfo, as dificuldades cresceriam extraordinariamente.

A luta entre as duas componentes, a civil e a militar, não tardaria a desencadear-se. Refletia, no fundo, contradições, algumas antagônicas, que o movimento contra a situação reinante havia escondido por breve período, e até nem escondera muito bem. Já alguns intérpretes, ligados ao latifúndio, viam a brecha propícia à penetração de seus elementos. Para eles, o latifúndio era uma força de avanço: "Tomara ao Brasil que ainda por longuíssimos anos haja latifundiários, esses beneméritos patrícios que têm levado o progresso ao sertão nacional."¹¹ A vitória da Revolução se deveria apenas à componente tradicional: "A Revolução foi um movimento civil, e seu sucesso devido ao governo de três Estados que a desenca-

dearam, dando-lhe a eficiência material e moral de que dispunham. Sem eles jamais seria ela possível no Brasil, pois com o aumento e disseminação de nossas populações em vários centros urbanos e, sobretudo, com a forte organização das milícias estaduais, as classes armadas já não podem repetir o pronunciamento militar de 15 de novembro.”¹² A outra componente, a tenetista, valia pouco: “Portanto, esse grupo era um simples reflexo das agitações políticas periódicas em torno das sucessões presidenciais e que, sem colaboração civil, fracassando nas intentonas e isolado no exílio, passou a alimentar-se de nebulosas teorias extremistas desde o comunismo vermelho de Luís Carlos Prestes até as tonalidades mais róseas do misticismo socialista.”¹³

Mas havia também os que percebiam muito do que o *Tenentismo* representava de novo: “Com isso, os tenentes iam surgir desassombradamente no cenário político nacional. Era uma componente inteiramente inédita que se apresentava no plano das forças diretoras. Distinguia-os uma forte consciência de classe e uma intensa experiência revolucionária adquirida durante os anos de exílio. Com o advento deles, as classes médias teriam, possivelmente, a sua primeira expressão política.”¹⁴ A observadores desse tipo, não passariam despercebidas as alterações sofridas pela sociedade brasileira nos últimos decênios: “Lado a lado, acompanhando a curva dessa ascensão vertiginosa, cresceu também a pequena burguesia. O desenvolvimento das indústrias e do comércio, exigindo múltiplas funções e cargos, provocou uma diferenciação mais ou menos instantânea no seio das massas anônimas das populações nacionais. Destacou-se o funcionário das administrações públicas e particulares, o empregado do comércio, o proletário dos campos e das fábricas.” (...) “Tivemos, assim, desde cedo, dois grupos em frente um do outro. Dum lado, a burguesia, confundida com a alta burguesia, devido ao acanhado desenvolvimento do nosso capitalismo. Do outro lado, a

pequena burguesia, confundida com o proletariado graças à miséria da nossa existência material.”¹⁵

Tais alterações, em suma, denunciavam a ascensão burguesa, e teriam de refletir-se no quadro posterior ao triunfo revolucionário: “Duas correntes extremas e antagônicas se diferenciaram desde logo na massa confusa dos triunfadores. Uma, desejosa de realizar somente as reformas de natureza estritamente política; outra mais radical, tomada de anseios renovadores, pleiteando grandes modificações internas, profundas transformações sociais. A primeira, constituída pelo bloco poderoso dos situacionismos regionais mineiro e gaúcho e as formações partidárias remanescentes ao triunfo revolucionário, como o Partido Democrático Paulista e as antigas oposições estaduais, era composta dos elementos propriamente políticos. A segunda, procurando atender aos reclamos da pequena burguesia, em busca de um ponto de apoio para a ação reconstrutora, distinguia-se pela predominância da mocidade militar, os ex-combatentes das revoltas dos últimos decênios da vida republicana...”¹⁶

Começaram, desde logo, as dissensões: “Em muitos elementos revolucionários militares havia eu próprio pressentido tendências socialistas mais ou menos avançadas. Mas não eram ainda as concepções de Lenine”, esclareceria um dos principais conspiradores da Revolução.¹⁷ Assim, uns afirmavam a tendência para a esquerda, como Osvaldo Aranha, responsável pelos entendimentos com as figuras mais eminentes do *Tenentismo*: “Uma revolução como esta que acabamos de fazer, com o concurso da vontade nacional, e dotada de tal extensão e de tamanha profundidade, que se avanta sobre as próprias causas determinantes. Elas excedem os limites previstos, avançando rapidamente no sentido da esquerda.”¹⁸ Outros advertiam: “Convença-se o ilustre sr. ministro do Interior que ocorre com as revoluções organizadas o que acontece com toda a procissão: só sai da igreja sabendo de antemão onde se vai recolher.”¹⁹

Engana-se quem verificar, nas dissensões posteriores ao triunfo revolucionário, meros atos de vontade; elas refletiam algo de mais profundo: "A nossa pequena burguesia, assim, como a nossa grande burguesia do alto comércio, da grande indústria, das altas finanças, até o presente não dispuseram de uma força econômica capaz de revesti-las de uma forte expressão de poder. As nossas classes médias, sem independência, sem organização, sem espírito associativo, não têm tido quase nenhuma influência política. O capitalismo industrial, comercial e financeiro dos grandes centros do país tem vivido sempre numa acomodação jeitosa e servil com os governos que vêm da aristocracia rural."²⁰

Ora, a irrupção do fenômeno tenentista vinha ameaçar justamente essa acomodação: "No momento em que as situações estaduais se procuravam fortalecer com a formação de frentes únicas a fim de defender as suas ameaçadas posições antigas, o chamado *Tenentismo*, já trabalhado por lutas anteriores contra a orientação política das nossas elites, vai procurando um ponto de apoio ainda indecisamente nas tendências extremistas pequeno-burguesas. A separação radical entre a corrente chamada política e a corrente denominada tenentista assume uma grande significação para o conhecimento das causas mediatas que geraram os fatos revolucionários. Realmente, debaixo do desenrolar superficial dos acontecimentos, foram abertos rasgões que deram lugar a um atrito violento de forças sociais contraditórias. É claro que a estrutura social do país permaneceu a mesma. Mas houve um estremecimento forte e significativo no fundo da nossa realidade."²¹

Daí os rumos que o *Tenetismo* começa a assumir: "Assim, por idealismo ou interesse partidário, o Tenentismo inclinava-se cada vez mais firmemente para representar o pequeno-burguês na peleja formidável contra os intuitos dominadores dos senhores de latifúndios e dos proprietários de fábricas."²² Mais claramente: "Era,

de fato, a pequena burguesia, por intermédio do jornalismo das grandes cidades, a instigar a lavoura em crise com a queda do café, pretendendo conquistar com isso um aliado valioso e dissolver a velha união da fábrica com a fazenda.”²³

Trata-se, aqui, de uma referência, de todo pertinente, à aliança entre a burguesia ascensional e o latifúndio, numa fase em que a ascensão burguesa tinha ainda possibilidade de coexistir com o latifúndio. Claro que se trata de uma união de contrários, que não exclui de forma alguma a contradição. Os elementos ligados à situação derrotada não queriam ver a realidade: “A Revolução de outubro não tinha qualquer programa de reformas sociais a resolver. Proveniente de uma luta eleitoral pelo poder, não podia ir além de uma modificação política, meramente de forma, como única equação que se apresentar.”²⁴ Foi com enorme surpresa, pois, que começou a ver, depois, repontar um programa que supunha avançado: “Foi uma surpresa para o país quando percebeu que nos clubes e legiões revolucionárias – após uma longa gestação de programas que se tornavam indispensáveis à justificativa dessas aberrantes instituições começavam por gaguejar uma ideologia que, referindo-se vagamente ao socialismo, agregava em seu bojo as mais disparatadas doutrinas e medidas. Os militares, sobretudo os mais graduados, deram entrevistas em jornais com alusões indefinidas aos princípios de Karl Marx.”²⁵ Claro que isso não assustaria apenas ao latifúndio, mas à própria burguesia, e iria juntá-los.

O abalo era profundo, o alarma generalizado. Os campos começavam a definir-se e a organizar-se: “Só quando as nossas poderosas e invencíveis oligarquias, profundamente radicadas no nosso solo, voltando a si do profundo abalo produzido pela revolução, começarem a tomar posição, é que o chamado *Tenentismo* sentiu a necessidade de se solidificar em partido, e se organizar em facção, de iniciar a sua política. Em face da pressão das antigas forças políticas

coligadas, vemos o Clube 3 de Outubro tender para uma organização partidária. Esse clube elaborou um programa bastante confusionista de reconstrução política e social do país, em que, através de muitas medidas impraticáveis, de um estadismo híbrido, com representação política e profissional, procura dar expressão às aspirações e anseios da pequena burguesia. O Tenentismo que divaga em inconsequentes ideologias revolucionárias busca um ponto de apoio na tendência representativa dos interesses das camadas médias da sociedade brasileira, pretendendo fundar entre nós um semifascismo.²⁶

A ameaça aos interesses do latifúndio e ainda, de certa forma, aos da burguesia, entretanto era demasiado clara para que passasse despercebida: "Os projetos de reforma política endossados pelo *Tenentismo* almeja aniquilar os últimos remanescentes das oligarquias partidárias, visando maior consolidação das posições já adquiridas pela pequena burguesia. Era o golpe formidável contra os poderes adversos. A federalização das brigadas policiais tentava minar o poderio incontestável dos governos estaduais, expressão legítima dos caudilhos locais. E a unificação da justiça, sob a égide do Supremo Tribunal Federal, era o ataque direto aos clãs dos latifúndios, caminhando ao encontro desses núcleos no próprio seio das comarcas. O *Tenentismo* armava contra o facciosismo das oligarquias regionais as mais formidáveis forças de que podia dispor."²⁷

Vale a menção dos pontos principais do programa bastante confuso do Clube 3 de Outubro: "Programa de classe média, igualmente distante dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno-burguês - o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário-mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores etc. E, ainda mais, com tendências pronunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas d'água e do comércio a varejo."²⁸

O fato de serem entregues a tenentes revolucionários alguns governos estaduais, sob o regime das intervenções, de que só ficou isento o Estado de Minas Gerais, despertou graves controvérsias. A mais destacada foi aquela que se desenvolveu em São Paulo, apresentadas como "terra ocupada", porque em seu território penetraram tropas revolucionárias vindas do Sul, ali estacionando por algum tempo: "Em todo o país imperou, por muito tempo, a vontade exclusiva dos que se apossaram das posições de mando. De Norte a Sul espalharam-se os pequenos ditadores, representando ou não o chefe do Governo Provisório, o mais centralizador de todos os governos, mas que nem fazia valer por todos os cantos a sua autoridade. Muitos deles tinham o desejo sincero de uma mudança, mas não estavam intelectualmente equipados para discernir o que devia ser mudado. Criou-se o 'outubrismo' e o 'tenentismo', como representantes do 'espírito revolucionário', os quais muitas vezes negaram obediência ao próprio ditador."²⁹ Para análises assim, a Revolução de 1930 fora uma catástrofe: "Desse ponto de vista, pode dizer-se que aquele tormentoso acontecimento da vida nacional constituiu simplesmente um verdadeiro desastre; uma catástrofe incentivando os aventureiros audaciosos e decepcionando todos que para ele cooperaram com sadias intenções patrióticas."³⁰

Em alguns casos, realmente, a sucessão de interventores militares deu ideia, evidentemente falsa, de que a componente militar da Revolução esgotava as suas finalidades no simples e puro mando.³¹ Por outro lado a intromissão dos militares revolucionários na política e na administração do país trazia evidentes perturbações à vida costumeira das Forças Armadas e deveria sensibilizar bastante os elementos profissionais, os mais antigos em particular, que esposavam honestamente a tese que reservava aos quartéis a atividade do soldado. Na Marinha, tais efeitos foram reduzidos: "A Marinha, alheia a princípio ao movimento dos generais, apenas aquiescera a participar da Junta.

Tanto o ministro da Guerra, general Leite de Castro, como o da Marinha, almirante Isaías de Noronha, conservados em seus postos pelo Governo Provisório, não eram nem se intitulavam revolucionários. Em toda a Marinha, poucos seriam os oficiais integrados na revolução: Augusto do Amaral Peixoto, Herculino Cascardo, Protógenes Guimarães, quantos mais?"³² No Exército, entretanto, a situação se tornava difícil: "Nos primeiros meses do Governo Provisório, depõe o próprio Góis Monteiro, havia como uma espécie de exército duplo: o que obedecia diretamente às ordens do governo revolucionário e o que obedecia ao ministro da Guerra."³³

Num primeiro momento, temerosos de se distanciarem, no prestígio popular, dos elementos tenentistas, que começavam a aprofundar as finalidades da Revolução, algumas facções políticas reformulavam suas colocações, particularmente no que dizia respeito às massas trabalhadoras: "Desde já a comissão previne que entre as reivindicações adotadas e aconselhadas para serem convertidas em lei estão as seguintes: 1º) Que o trabalho tenha um tratamento humano, não sendo mais considerado como mercadoria ou gênero de comércio; 2º) Que o salário deve consistir na justa remuneração do trabalho, fixado no sentido de garantir um nível conveniente de vida ao operário (salário mínimo), promovendo-se a adoção da participação do operário no lucro da indústria; 3º) Que o salário da mulher e da criança venha a ser igual ao do homem empregado em trabalho idêntico, de forma a diminuir a afluência da mulher e suprimir a da criança às oficinas ou fábricas; 4º) Que se estabeleça um sistema de assistência moral e material ao trabalhador, principalmente no sentido de assegurar-lhe habitação condigna, aposentadoria e auxílio à família."³⁴ Tais colocações já não atendiam, entretanto, o crescente interesse das massas pelo problema político, despertado não apenas pelas imposições da realidade mas ainda pelas solicitações de arregimentação que vinham de todos os

lados, com a organização ou o projeto de "legiões" as mais diversas. Mesmo nos salões em que se reuniam os próceres revolucionários o ambiente era de agitação e debate.³⁵

As desconfianças e as divergências repontavam por toda parte: "Aparentemente, poucos dos líderes democráticos ficaram com Prestes. Rodeavam-no, agora, homens desconhecidos do grande público, no Brasil; entretanto, tudo levava a crer que elementos brasileiros dos mais combativos, estando embora nas fileiras da Revolução Liberal-Democrática, continuavam em ligação secreta com o antigo chefe da 'Coluna Invicta'. Tive a impressão nítida de que alguns deles ou já estavam filiados ao Partido Comunista ou pretendiam aderir ao bolchevismo." (...) "Ao próprio presidente Getúlio, em Porto Alegre, não deixei de exprimir as minhas apreensões a respeito, como veremos." (...) "O coronel Góis estava efetivamente disposto a impedir que 'os mongóis', 'os tártaros' e 'os índios', como ele apelidara certas tropas irregulares, participassem da ocupação." (...) "Em 3 de novembro, cria-se a Delegacia Revolucionária de Ordem Política e Social, que, dias após, é entregue à direção discricionária do coronel Cícero Costard, se não me engano, herói da revolução nas plagas paranaenses. Encontrou ele detidas duas dezenas de presos políticos, elevando esse número, em algumas horas, a mais de uma centena." (...) "Na tarde de 12 de novembro, aviões militares jogam sobre São Paulo, em profusão, um Manifesto ao Povo. É frontalmente dirigido contra o Partido Democrático. São trechos essenciais: 'A Revolução vitoriosa nas armas não pode consistir numa derrubada de ocupantes de posições para dar lugar a um assalto a essas mesmas posições. O povo fez a Revolução para afastar definitivamente do poder todos os políticos profissionais, sem distinção de rótulos'."³⁶

As tendências fascistas, por outro lado, começavam a repontar: "Campos assumira a chefia doutrinária do partido em gestação,

seguindo o figurino italiano, adaptando contudo ao meio brasileiro: 'um fascismo de ideias, de espírito e não de métodos de compressão'. (...) "Ainda em fevereiro, aparecia o manifesto da legião, com a assinatura apenas de Campos, Lanari e Capanema. E, logo depois, o ministro da Educação explicaria o mecanismo do partido, a organização das milícias, o juramento de fidelidade, o uniforme (camisa cáqui) das grandes paradas cívicas." (...) "Em julho, a legião, agora Legião Liberal Mineira, realiza a primeira assembleia que elegeu o conselho supremo, composto de oito membros, conforme proposta do legionário Pedro Aleixo: Wenceslau Braz, Antônio Carlos, Ribeiro Junqueira, Teodomiro Santiago, José Bonifácio, Francisco Campos, Amaro Lanari e Gustavo Capanema. Olegário Maciel seria, então, aclamado 'o maior dos legionários'."³⁷

Embora a Revolução de 1930 trouxesse, entre as suas componentes, particularmente entre os militares, elementos novos, ansiosos por colocar em termos justos a chamada questão social – qualificada como simples "caso de polícia" pela situação vencida, a verdade é que tomou, desde logo, da parte de seus mais destacados responsáveis, atitude antioperária ostensiva. João Alberto, ao assumir a interventoria paulista, em manifesto assinado também pelo seu secretariado democrático advertia: "Embora garantida a plena liberdade de pensamento, o governo paulista não consentirá em agitações de caráter comunista ou anarquista, estando firmemente resolvido a reprimir com severidade as tentativas que se façam para perturbar a ordem pública, danificar a propriedade particular ou para ofender as pessoas. As medidas de caráter provisório que o coronel João Alberto tomou para pacificação do operariado serão mantidas unicamente em relação aos operários que continuarem a trabalhar e durante o prazo já estabelecido."³⁸

Havia, por outro lado, grande preocupação no sentido de caracterizar bem a Revolução para efeito externo, deixando claro que

não se tratava de movimento em que não pudessem confiar as forças externas burguesas: "Num dia de outono inglês, quando, na imagem de Wordsworth, a gélida cimitarra do inverno próximo nos fustiga, presente um Sol brilhante, almoçávamos, eu e minha Senhora, no Automóvel Clube de Londres, como convidados de *sir* Alexandre Mackenzie. Estávamos em novembro de 1930. Minhas cartas ao *Times* sobre a Revolução de outubro pareciam exercer incontestável ação sedativa nas inquietações da City, quanto aos rumos revolucionários. A nomeação de Afrânio de Melo Franco para ministro do Exterior e a de José Maria Whitaker para ministro da Fazenda haviam dissipado as últimas dúvidas sobre os Objetivos do movimento que, com esses homens, jamais caminharia para a esquerda e para a demagogia. *Sir* Alexandre, sincero amigo do Brasil, exultava."³⁹ É evidente que, à medida que se voltava contra o povo, que via o proletariado apenas como força a reprimir, à medida que desiludia os que esperavam algo mais do que a continuação da política interior, a Revolução perdia apoio e permitia o reforço daqueles setores que viera derrotar e afastar. Assim, pouco a pouco, a componente civil e política iria se recompondo com os elementos vencidos, para alijar os reformadores mais afoitos, neutralizando-lhes as boas intenções ou a ingenuidade: os tenentes interventores iriam ser despedidos, um a um, ou trocados convenientemente, de forma a uniformizar o padrão das decisões, e a Revolução buscava afanosamente encontrar o seu leito definitivo, a sua característica.

Foi quando surgiu a Revolução Constitucionalista, em São Paulo. Ainda aqui, o *Tenentismo* salvou o movimento de 30: "A Revolução Constitucionalista seria o canto de cisne da monocultura latifundiária, sustentada pelos antigos partidos estaduais cujo ponto de equilíbrio girava em torno da aliança mineiro-paulista. Foram os últimos resquícios desse federalismo mal compreendido que desencadearam a contrarrevolução. Era ainda o choque da mentalidade

velha dos coronéis políticos inconformados em ceder os postos de direção aos 'tenentes' ainda bisonhos que desbancaram os oligarcas estaduais. A luta sangrenta delimitaria as duas fronteiras, marcadas pela Revolução de 1930. Todos os jovens militares revolucionários, veteranos dos dois Cinco de Julho, Juarez, Estillac, Etchegoyen, Juraci, Eduardo Gomes e tantos outros, ficariam do lado de cá, em defesa do Governo Provisório, contra os chamados 'constitucionalistas'. (...) "A revolução foi um crime hediondo, há de reconhecer o grande paulista que foi Mário de Andrade, apontando ao mesmo tempo os verdadeiros culpados da carnificina: '... mancomunados com a disponibilidade militar, eu via políticos despeitados do antigo regime e do espantinho democrático...' E, em meio ao tumulto, muita gente iludida, principalmente os jovens. Nesse depoimento, sincero e brutal, escrito logo após a derrota, o que é mais impressionante é a confissão de que o voluntariado paulista só não foi maior pela indiferença com que a classe proletária, tanto urbana como rural, recebeu a contrarrevolução: 'Dos quase 200 mil operários de fábrica paulistas, muitos trabalhados pelo comunismo, a contribuição de voluntários para guerrear não foi mínima, foi nula' (Carta a Carlos Drummond de Andrade, de 6.11.1932, publicada no *Correio da Manhã* de 9.7.1957)." (...) "A mesma observação consta de um estudo sociológico sobre a revolução paulista, baseado no livro de Paulo Duarte, *Palmares pelo avesso*, da autoria de Florestan Fernandes, onde se lê o seguinte: 'É evidente, à análise sociológica, que os ideais da revolução constitucionalista não conseguiram empolgar grande parte da oficialidade, oriunda das corporações militares ou da população civil, nem a maioria da tropa.' E, ainda: 'Parece que a revolução constitucionalista fracassou seja na criação dos ideais políticos, que deveriam orientar a opinião pública, canalizar suas manifestações e coordenar as disposições inconformistas do povo, seja na propagação daqueles ideais. O clima de exaltação política

confinava-se aos núcleos urbanos mais densos, e a consistência dos valores que deviam presidir a ação revolucionária era pequena em comparação com as consideráveis proporções do movimento'.⁴⁰

De qualquer maneira, "com a rendição militar de São Paulo depois de uma luta bravia e desigual, estava decretada, afinal, a sentença de morte do estadualismo. Acabava-se a Republica Velha, com a dissolução da máquina política dos antigos peerres, consequência fatal de um longo processo que vinha de longe."⁴¹

A Revolução de 1930 apontara "a necessidade urgente da minoria detentora do poder fazer uma revolução fictícia antes que a imensa maioria da massa popular fizesse uma revolução verdadeira."⁴² O país estava amadurecendo para profundas e sérias reformas a que os quadros políticos ligados ao latifúndio não podiam atender. Nas brechas abertas pelas lutas tenentistas e, depois, pelo movimento outubrista, tais reformas começaram a ser inseridas, como bandeiras a princípio, como decisões, depois. A insatisfação com a ordem de coisas vigente permitiria a larga arregimentação de forças. Entre elas, o *Tenentismo* se destacara. Compusera-se com outras forças, as políticas, antigas e tradicionais. Era, agora, pouco a pouco aliado do quadro: "E o *Tenentismo*, cuja eclosão no cenário político obedeceu à necessidade imperiosa de representação das classes médias urbanas, impossibilitado de aniquilar definitivamente os velhos adversários, foi levado a desistir dos pruridos hegemônicos sobre os demais núcleos partidários."⁴³ Daí por diante, a perspectiva estaria na luta contra o latifúndio: "Assim, se o *Tenentismo* pretende fazer obra política capaz de vingar em nosso clima, deve volver os olhos para o problema dos latifúndios".⁴⁴ Porque "como unidade econômico-social, o latifúndio já começa a entrar o ritmo de expansão da vida nacional."⁴⁵

A Revolução de 1930 foi, assim, uma etapa do desenvolvimento da revolução burguesa em nosso país. A luta que ocorreu após a

vitória, entre os elementos militares e mais avançados, ansiosos por reformas, e os elementos políticos e mais recuados, desejosos de assegurar o mínimo de alterações, resultaria numa derrota para os primeiros, porque sem o apoio em amplas massas e particularmente, no movimento operário, o *Tenentismo* esgotara as suas possibilidades. A Revolução de 1930, permitiu a burguesia ascensional, num primeiro lance, e com apoio do *Tenentismo*, apoderar-se do Estado, utilizando-o em seguida para realizar as alterações que a interessavam, vigilante para não aprofundá-las. Na medida em que o *Tenentismo* representava o sentido de aprofundamento foi aliado da composição, voltando-se a burguesia para o latifúndio e apoiando-se nele para deter as novas forças que emergiam no cenário nacional, as forças populares, com o proletariado à frente. “O recalçamento do *Tenentismo* - dirá um autor - o levará talvez a acompanhar o movimento extremista das massas, a seguir, pela força dos acontecimentos, o comunismo em marcha, e pretende violentar as situações dominantes. Aí é que, em tempos vindouros, outras revoluções virão.”⁴⁶ É claro que, nessa altura do desenvolvimento histórico, o *Tenentismo* estava liquidado.

A MARCHA PARA A DITADURA

A composição de forças que permitira o triunfo da revolução, em 1930, não resistiria à prova do poder: as contradições que a sociedade brasileira apresentava, e que se aprofundavam aceleradamente, refletir-se-ia, de imediato, na luta que começou a se processar na própria área do poder, desde o instante em que passou este às mãos dos elementos revolucionários. Um dos aspectos mais significativos dessa luta, no que se refere aos militares, esteve na liquidação progressiva do *Tenentismo*. Os honestos propósitos reformistas dos elementos ligados ao *Tenentismo*, e particularmente daqueles colocados em interventorias estaduais, seriam tenazmente combatidos.

Para poder alijar essa componente incômoda, a burguesia teria de recompor-se com o latifúndio e de conciliar-se com o imperialismo. Quanto a este, tratava-se, desde o primeiro momento, de mostrar que o movimento revolucionário não tinha nenhum sentido anti-imperialista, dispostos que estavam os seus principais elementos a prosseguir na senda antiga. Para a luta interna, pois, recompor-se-ia uma velha aliança, entre o imperialismo, o latifúndio e a burguesia, que se voltava, agora, contra correntes que tentavam levar as reformas a limites mais amplos.

No domínio dos fatos, o alijamento do *Tenentismo* se reflete na luta travada entre o Clube 3 de Outubro, tentativa de dar forma organizada aos seus elementos mais combativos, e as forças políticas e partidárias tradicionais, agora arregimentadas sob novos títulos. A burguesia vai realizar, através de numerosas dificuldades, a remodelação do aparelho de Estado, nos limites estritos de suas necessidades e interesses, e com expresso cuidado para não exceder tais limites. O simples fato, entretanto, de ter sido decidida a posse do poder por meios violentos e de ter sido o país abalado profundamente pela fase cirúrgica da rebelião armada, trazia consequências de amplitude inédita no país. Na sequência do triunfo revolucionário, por isso mesmo, surgiu uma inquietação natural, as disputas de correntes, o jogo amplo, tanto quanto a nossa estrutura permitia, de ideias e de doutrinas, o vigor dos debates e a diversidade das opiniões. No espaço de tempo em que o Governo Provisório exerceu a sua atividade, o aparelho de Estado não estava ainda preparado para canalizar e institucionalizar tais divergências, adequando-as aos interesses da burguesia. Daí a relativa liberdade de manifestação e o desencontro natural das opiniões e das tendências, refletindo, com clareza relativa, as contradições dominantes.

É evidente que esse quadro conturbado, em que a nova ordem política não se estabelecera ainda ou não fora dotada dos instru-

mentos necessários à sua imposição ao país, refletiu-se nas Forças Armadas, de que faziam parte muitos elementos a que a revolução concedera destaque e que influíam nas decisões. Encarar a participação desses elementos nos acontecimentos políticos como apenas ligada ao problema formal da disciplina, no caso, era relegar a nível incabível de formalismo problema de complexidade muito grande. O apelo, já antigo e sempre repetido, de retorno dos militares a atividades específicas, de proibição de sua participação na política, de julgamento de atritos e de choques entre militares por questões políticas e opinativas segundo os regulamentos militares, traduzia o esforço das velhas correntes e das velhas forças em alijar a componente mais extremada, conduzindo a recomposição da estrutura política segundo os interesses da burguesia e na medida de sua recomposição com o latifúndio e de sua conciliação com o imperialismo, sempre inquieto ante os pronunciamentos militares latino-americanos e preparado para conduzi-los por caminhos que não lhe perturbassem as ações.

A Revolução Constitucionalista de São Paulo correspondeu ao auge dessa luta interna: mobilizando o *Tenentismo* e fazendo dele o seu sustentáculo, a burguesia conseguiu, ao mesmo tempo, esmagar o pronunciamento de predominância latifundiária, atrelar o latifúndio aos seus interesses, restituir às fileiras muitos dos militares envolvidos nas atividades políticas, e marchar para a montagem de aparelho de Estado conveniente ao exercício do poder. O perdão da metade da dívida dos cafeicultores, logo após a rebelião, a anistia em curto prazo, a nomeação de interventor paulista de acordo com os antigos rebelados, a adoção de medidas econômicas e financeiras suficientes para atraí-los e apaziguá-los, corresponderam a uma nova composição, de que o *Tenentismo* sairia inteiramente enfraquecido. O abalo que trouxera às organizações militares, entretanto, fora demasiado forte para que os seus reflexos não se prolongassem. A

reconstitucionalização, antes que o país estivesse preparado, correspondia a amputar a Revolução de 1930 da maior parte daquilo que poderia ter alcançado, embora dentro das condições da fase histórica que então se vivia.

A agitação, entretanto, ganhara camadas da sociedade até ai inatingidas pelas questões políticas ou desprovidas de condições para participar das lutas que em torno delas se levantavam. Entre elas, o proletariado, que ingressava agora, e de forma ativa e relativamente organizada, nas lutas que se sucediam, assustando profundamente a burguesia e ainda mais o latifúndio e o imperialismo. Uma grande curiosidade começava a difundir-se em torno dos problemas mais variados, encontrando possibilidades de satisfação e de esclarecimento no clima de relativa liberdade que ainda existia. Sinais evidentes dessa curiosidade, da presença de forças populares nas manifestações, de interesse pela solução de velhos problemas nacionais, repontam a cada momento. No terreno cultural, eles são evidentes. É a fase, inclusive, em que o Brasil começa a ser objeto de análises de conteúdo novo e as manifestações artísticas se revestem de teor nacional muito mais avançados do que antes. Em termos de literatura, é a fase do pós-modernismo, quando um grupo de romancistas coloca os quadros reais do país, e particularmente aqueles que trazem à evidência os velhos e alarmantes problemas, entre os quais se destaca o do latifúndio. Mas ainda no campo da luta ideológica, verifica-se o enorme número de livros traduzidos e a predominância dos ensaios de interpretação e dos livros de doutrinação política. Tal situação, como era natural, não passou despercebida à burguesia e alarmou as forças mais retrógradas. Ler, para elas, sempre representou algo de subversivo.⁴⁷

O desenvolvimento dos acontecimentos sofreu, pois, o efeito desse clima de debate, de relativa liberdade de opinião e de organização, quando se apresentaram no palco forças partidárias que,

se não eram novas, figuravam agora com uma representatividade nova, entre as quais se destacavam o Partido Comunista, contra cuja influência se organizara, sob bafejos ostensivos, a Ação Integralista, que congregava os adeptos do fascismo puro e simples como solução para as lutas políticas em andamento. Para tudo isso influíam, além das condições internas, as condições externas. A fase, na dimensão mundial, era de ascensão fascista, forma com que o capitalismo em etapa imperialista respondia à consolidação do socialismo na União Soviética e que constituía inequívoca ameaça de guerra, apresentando-se a guerra como única forma de impedir o avanço socialista. Desde que Salazar encontrara condições para impor o regime corporativo, em Portugal, e que Mussolini instalara o fascismo na Itália, sobre os dólares dos empréstimos e financiamentos, o sistema totalitário ganhava campo.

Em 1933, quando Hitler ascendeu ao poder na Alemanha e deu início ao nazismo, com o seu cortejo de torpezas, o sistema parecia dotado de todas as condições para corresponder à sua finalidade específica: fornecer a terapêutica eficaz, senão a única, capaz de barrar o avanço das conquistas democráticas. Que o modelo inspirasse burguesias do tipo da brasileira, submissas ao imperialismo pela sua debilidade, e colocadas ante a contradição de classe, reforçadas com o apoio do latifúndio para a tarefa de liquidação das liberdades, não é de surpreender. As tentativas de frente popular, na França e na Espanha, redundariam em fracasso, em curto prazo, com dolorosa experiência sobre o divisionismo e suas nefastas conseqüências. Por aí se pode verificar quantas e tamanhas dificuldades enfrentariam, no Brasil, as forças populares para criar uma organização de frente, capaz de travar a luta que se tornava mais aguda a cada dia.

O ano de 1934, em que se reuniu a Constituinte, e em que Getúlio Vargas, por escolha indireta, foi investido da condição de presidente da República, marcou a ascensão do movimento popular

e democrático, definindo-se em grandes greves. Em 1935, portanto, surgiria a Aliança Nacional Libertadora, forma encontrada, aqui e então, para reunir as forças que se antepunham à marcha para a ditadura fascista. A partir do momento em que a Aliança Nacional Libertadora conseguiu arregimentar as forças democráticas e realizar amplas manifestações de massa, definindo sua posição anti-imperialista, contra ela se concentrou a composição política que eliminara o *Tenentismo* e marchava decididamente para um regime de força.

O programa proposto pela Aliança Nacional Libertadora preconizava o cancelamento das dívidas imperialistas, a liberdade individual assegurada, a entrega dos latifúndios aos trabalhadores no campo, a liquidação das relações feudais e semifeudais. A arregimentação a que alcançou atingiu, naturalmente, a área militar, intensamente trabalhada pelo *Tenentismo* e pelas lutas que acabaram por liquidá-lo. Ora, para que o regime fascista se instalasse era necessário, fundamentalmente, que as forças da reação dispusessem de apoio militar amplo e inequívoco. Na medida em que a Aliança Nacional Libertadora conquistava adeptos nos meios militares, os perigos que anunciava para a ordem vigente cresciam. A saída imediata foi o financiamento dos grupos de choque, as milícias integralistas, que passaram a disputar adeptos também nas fileiras dos militares. Para criar as condições necessárias a essa arregimentação fascista, o governo pediu e o Congresso concedeu medidas de exceção que culminaram com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, sob acusação de ser organização comunista e ligada a Moscou e dali apoiada materialmente. Na medida, pois, em que as forças populares buscavam formas de organização e travavam a luta, as forças reacionárias vedavam todas as saídas pacíficas, lançando-se às soluções da violência. As esperanças depositadas pelas camadas populares na Revolução de 1930 vinham sendo frustradas: a cami-

nhada para a ditadura de fato era inevitável e constituía, naquela fase, a necessidade da burguesia.

Em 5 de julho de 1935, a Aliança Nacional Libertadora assim se definia: "O momento exige de todo homem honesto uma posição clara e definida, pró ou contra o fascismo, pró ou contra o imperialismo. Não há meio termo possível, nem justificável. A Aliança Nacional Libertadora é, por isso, uma vasta e ampla organização de frente única nacional. O perigo que nos ameaça, o perigo que aumenta, dia a dia, nos obriga a colocar em primeiro lugar, nos dias de hoje, a criação do bloco, o mais amplo, de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo e, portanto, pela ameaça fascista. Tal a tarefa decisiva, na atual etapa da Revolução Brasileira." Dias depois, o governo fechava a Aliança Nacional Libertadora e dava início à repressão de todos os movimentos e iniciativas de caráter popular e democrático, encontrando ampla conivência no Legislativo e com apoio de propaganda como o país ainda não conheceria. Tratava-se, em primeiro lugar, de desfigurar o caráter da organização de frente, acoimando-a de extremista e criando as condições para o seu enquadramento policial.⁴⁸

É inequívoco que representantes de todas as camadas da sociedade brasileira participaram da Aliança Nacional Libertadora, inclusive elementos das Forças Armadas. A marcha do governo para a violência, a brutalidade da repressão policial, a proibição das manifestações de pensamento e das tentativas de organização, criavam as condições para a explosão de movimento armado que, em 23 de novembro de 1935, surgiu em Natal, à base principalmente, mas não unicamente, como se pretendeu fazer crer, de forças militares; em 24, em Recife, onde, em condições idênticas, repontou outro foco e, em 27, no Rio de Janeiro. Na capital da República, a repressão imediata coube aos elementos militares regulares mas em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, em que o levante teve a capacidade

de durar mais de um dia, a repressão militar foi insuficiente, tendo sido poderosamente ajudada pelas forças irregulares do latifúndio. A essa repressão, sucedeu-se uma propaganda vesânica, destinada a colocar o movimento no nível do puro banditismo.⁴⁹

Apesar dessa propaganda maciça, não conseguiram as forças da reação reunir as condições necessárias à implantação da ditadura formal e de fato, desde logo, tal fora o abalo produzido pela campanha da Aliança Nacional Libertadora. É interessante lembrar que, entre o movimento fracassado de novembro de 1935 e o golpe de novembro de 1937 decorreram dois anos: foram necessários dois anos de propaganda maciça, de violências de toda espécie, de terror policial, para gerar as condições indispensáveis à suspensão de todas as garantias.

Tratava-se, para as forças da reação, de instaurar o terror de classe, visando a opinião pública, fortemente mobilizada pela Aliança Nacional Libertadora na campanha de esclarecimento contra o latifúndio e contra o imperialismo, mas visando particularmente a opinião militar. O sentido do terrorismo, que tinha finalidades amplas naturalmente, estava em destruir os elementos militares que guardassem qualquer simpatia ou tendência para as forças populares, arregimentando solidamente as Forças Armadas no sentido de se constituírem em barreira maciça, intransponível e ativa contra qualquer forma de manifestação popular, de cunho nacional ou de cunho democrático. A acusação de banditismo levantada contra os militares envolvidos no movimento de 1935 visava isolá-los de seus companheiros, pela mancha da ignomínia, ao mesmo tempo em que se apresentava o movimento de frente de libertação como financiado do exterior, como impulsionado pelos mais baixos sentimentos e como motivado por ímpeto de pura destruição, assim à semelhança das hordas mongólicas que, vitoriosas, desencadeariam a violência contra as mulheres, as crianças, a religião, a paz. Para

chegar a esse ponto de terrorismo, era necessária propaganda maciça, organizada, sistemática e, ao mesmo tempo, fazer calar qualquer voz de esclarecimento, qualquer possibilidade de defesa, qualquer palavra de equilíbrio, qualquer manifestação de simples sensatez. Tudo isso deveria ser colocado sob suspeição e, em seguida, colocado na ordem das atitudes puníveis. Nunca, nem mesmo nos mais negros dias da dominação colonial, o Brasil conheceu época tão vesânica, tão obscurantista, tão violenta. Nenhum direito permaneceu de pé, nenhuma liberdade foi poupada. O Legislativo foi cedendo, a pouco e pouco, dócil à pressão desencadeada em verdadeira fúria, todas as medidas que lhe foram pedidas ou impostas. As poucas e raras vozes de protesto foram caladas pelo arbítrio; as imunidades parlamentares foram violadas ostensivamente.⁵⁰

Criou-se o estereótipo de que contra comunistas, e no conceito eram abrangidos todos os que defendiam os interesses nacionais e os princípios democráticos, tudo era válido: tratava-se, não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos. E, ao mesmo tempo em que se acusava os comunistas de todas as atrocidades e violências, praticavam-se contra eles, e os supostos comunistas, todas as violências e atrocidades, sem qualquer discriminação. As bibliotecas foram varejadas, para serem “purificadas” de qualquer livro que contivesse a defesa da democracia, tida como posição subversiva. Fizeram-se autos de fé, queimando-se livros dos maiores romancistas nacionais, em praça pública, para escarmentar os possíveis leitores daquela ficção em que os problemas do país apareciam, sob forma artística. A cátedra universitária foi vitimada, dela sendo arrancados, para calabouços comuns, alguns de seus mais destacados vultos.⁵¹

Apresentando como perigosa forma de delinquência a posição de defesa dos interesses nacionais e das reivindicações populares, o terrorismo instalado no país não recuou diante de torpeza alguma,

de violência alguma, de desatino algum.⁵² A polícia matava nas ruas, invadia as casas a qualquer hora, inventava histórias, forjava documentos, arquitetava conspirações, torturava testemunhas e acusados. Instituiu-se, no melhor modelo fascista, a delação como norma de conduta, instalou-se o processo de denúncia sob qualquer pretexto, retirou-se ao cidadão o direito de escrever, de falar, de reunir-se com outros, de criticar, de protestar, de discutir, de conversar, de divergir. Foi a mais longa noite de terror que este país já conheceu.⁵³

Nada ficou a dever, no terreno policial, o governo brasileiro dessa fase tenebrosa aos métodos empregados pelo nazismo: eles foram aqui adotados, com rigor, e levados ao máximo limite, numa orgia de violências de que tomaram conhecimento os que não viveram tal fase com espanto e vergonha. Nenhum processo de tortura foi esquecido.⁵⁴

Que pretendiam, entretanto, os militares rebelados? Um documento importante, a esse respeito, é o manifesto dos oficiais que revoltaram o 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro. Apontam esses oficiais, como causa do levante: "a) a necessidade de libertação do Brasil da dominação imperialista; b) o regime de compressão das liberdades democráticas utilizado pelo governo; c) a diminuição dos efetivos do Exército, materializada pela proibição dos engajamentos e reengajamentos, com as expulsões em massa de sargentos e cabos pelos mais fúteis pretextos etc., ameaçando reduzir a uma significação secundária a mais democrática das Forças Armadas, enquanto ampliava e financiava a existência das Polícias Especiais, das Milícias Integralistas e, além disso, se permitia que as forças militarizadas estaduais fossem meros instrumentos de política regionalista, em vez de constituírem uma reserva do Exército Nacional; d) a manobra realizada com a criação dos abonos, no caso dos vencimentos do funcionalismo civil e militar, constituindo verdadeiro processo de protelação de tão justo e tão oportuno aumento em face do acréscimo espantoso do custo de vida."⁵⁵

O clima em que vivia o país era de terror generalizado, ninguém tinha garantia, nenhuma ideia podia ser discutida, nenhum pronunciamento era possível senão na conformidade com os desatinos em curso, ante os quais, submissa e servil, a Câmara tudo cedia, e o Senado acompanhava com elogios e diatribes contra o comunismo: "O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana. Mussolini era um grande homem, e escritores nacionais celebravam nas folhas as virtudes do óleo de ricino. A literatura fugia da terra, andava num ambiente de sonho e loucura, convencional, copiava figurinos estranhos, exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. O romance abandonava o palavão, adquiria boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de 4.400. Uma beatice exagerada queimava incenso, defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. Um professor era chamado à delegacia: 'Esse negócio de africanismo é conversa. O senhor quer inimizar os pretos com a autoridade constituída.' O Congresso apavorava-se, largava bambos as leis de arrocho - e vivíamos de fato numa ditadura sem freios. Esmorecida a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos, ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronices a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros."⁵⁶ Prendiam pessoas que nada tinham a ver com coisa nenhuma, e não havia protesto possível, nem explicação, nem garantia, nem mesmo desculpa.⁵⁷

Tratava-se, em primeira urgência, da destruição física dos que tinham tido a veleidade de combater o estado de coisas reinante,

levando-os ao cárcere e ali os reduzindo à condição de mulambos, para, simultaneamente, com o exemplo, afastar de qualquer cogitação emancipadora os que estivessem fora do cárcere.⁵⁸ O estado de liberdade era provisório; o risco de cadeia e destruição, permanente. Claro que o objetivo fundamental era a classe operária, cuja resistência devia ser reduzida, esmagada, triturada. Para isso, nada como fazer dos militares autômatos, prontos à execução das piores medidas, prontos ao uso da violência, contra fantasmas que lhes eram apresentados como a própria execração. As Forças Armadas foram, assim, comprometidas a fundo em todos os atentados à liberdade, em todos os crimes, em todas as violências porque tudo se fazia em nome delas, e, entre os executantes, estavam alguns oficiais.⁵⁹

As funções repressoras eram providas por militares e o papel deles crescia em força e importância, enquanto o dos políticos, no Legislativo, apagava-se melancolicamente, e os dos juizes era reduzido a frangalhos: um deles, que tivera a audácia de conceder um mandato de segurança, vira-se desautorado e espezinhado, sem nenhum protesto da instituição. O que valia, sem dúvida, era a força, aplicada de forma desatinada. Repetiam-se, todos os dias, as arbitrariedades mais descomedidas, as violências mais extremadas, e o país as ignorava; os poucos que as conheciam, calavam, temerosos, e compactuavam com elas. Sobre o país todo, como um manto negro, pairava o terrorismo, com o seu cortejo de misérias.

Num país onde, normalmente, tantos crimes ficam impunes, a impunidade para os crimes do terrorismo era agora a norma estabelecida oficialmente. Estabelecia-se uma espécie nova de delinquência política, contra a qual todo o aparelho de Estado deveria lançar-se, resumido em sua função policial. O nazismo em ascensão, e particularmente depois da derrota da República espanhola, servia, para o anticomunismo, com que encobria todas as violações das liberdades, às manobras do imperialismo. Para isso, a mobilização

da opinião deveria ser levada às últimas consequências, no sentido de colocar um estigma em quantos se propusessem defender aquelas liberdades e lutar contra o imperialismo, apontando-os como perigosos delinquentes, sobre os quais deveriam cair os rigores das leis excepcionais e a execração do julgamento público para isolá-los, aniquilando-os politicamente.⁶⁰

A cátedra universitária conspurcada, dela retirados, sem nenhum processo, alguns professores; a toga injuriada, porque desrespeitados os seus julgados ou pressionados os julgadores; o legislativo agachado servilmente, porque dele arrancados, sem permissão, os mais combativos de seus elementos; as associações de classe estreitamente vigiadas, todos os pronunciamentos fiscalizados – o país transformou-se num coro chocho de objurgatórias, em que se forjaram alguns chavões, impostos pela força da repetição e pela ausência de resposta e de debate. Tudo era atribuído aos militares, eles é que mandavam, segundo a impressão geral. Na verdade, eram meros e ingênuos instrumentos, manejados, com extrema facilidade, dançando música de simples repetição. Os que se esmeravam nessa conduta, entretanto, não traduziam o sentimento geral da tropa, a norma comum, aquele enraizado apreço pelas formas humanas que têm sido características dos soldados brasileiros. Mesmo naquela fase tenebrosa, em que tantos e tão valiosos prêmios couberam à torpeza, à vilania e à brutalidade, as provas foram concludentes de que se tratava de manifestação de uns poucos.⁶¹

O imperialismo e o latifúndio, a que a burguesia vinha se aliando, numa submissão que denunciava a sua debilidade para lutar contra eles, procederam implacavelmente, segundo o modelo nazista, e foram às últimas consequências. Intentaram, e conseguiram, ainda que de forma transitória e da parte das cúpulas, atrelar ao seu carro de rodas quadradas as forças armadas, transformando-as em instrumento e alinhando os militares nas funções policiais. Pre-

paravam apenas o terreno para a ditadura pretoriana, entretanto. E esta não demorou.

A DITADURA PRETORIANA

Um processo de ascensão burguesa em país de economia colonial da época do imperialismo pode revestir-se, naturalmente, por vezes inevitavelmente, de invólucro bonapartista de tipo também colonial e imperialista. Porque, no caso brasileiro, o processo era esse, sem a menor dúvida, e a ditadura instalada em 1937 ostensivamente – já vinha sendo exercida antes – não se esgota em seus aspectos meramente policiais, em sua fachada repressiva e vesga. Era, muito ao contrário, a forma possível de ascensão burguesa em nosso país, na época: a forma que continha as características ostensivas de repressão ao avanço da classe operária e de realização das reformas burguesas. Concentrando poderes, o Estado teria condições para operar em seu aparelho aquelas alterações renunciadas desde a Revolução de 1930 e entravadas depois, desde que tais alterações não chegassem a ferir fundamentalmente os interesses do imperialismo nem tocassem a estrutura do latifúndio e se realizassem principalmente à custa dos trabalhadores. O bonapartismo colonialista assumiria, assim, forma específica, levando à ditadura pretoriana, aquele tipo de ditadura em que a fonte de poder provém de forças militares. A cúpula militar estava preparada para o exercício dessa função, desde que se desencadeara a reação. Mais do que o próprio titular da pasta da Guerra, era, por isso mesmo, o chefe de Estado-Maior, general Góis Monteiro, um dos mentores da operação bonapartista.⁶²

Como a opinião, apesar do terrorismo desencadeado, não estivesse ainda suficientemente preparada para a transformação no aparelho de Estado, foi necessário forjar uma conspiração: não se teve, para isso, qualquer escrúpulo, e o Estado-Maior do Exército apresentou o documento que levantava diante do país, já com as

resistências democráticas aniquiladas, a prova de que existia perigo ainda de pé, a que era necessário vencer pela liquidação das últimas e aparentes formas de democracia subsistentes. Esse documento ficou conhecido como *Plano Cohen*.⁶³ Divulgou-o o Estado-Maior do Exército e, em seguida, passou-se à execução do golpe de cúpula que destruiu, sem qualquer dificuldade, os aspectos e os instrumentos institucionais em que se resguardava a estrutura antiga do Estado. A falta de confiança nas forças militares regulares, entretanto, era muito grande: ao lado do extremo sigilo na operação, conspirata palaciana caracterizava, alinhava-se a organização de milícias irregulares, em que militares e civis se misturavam, vivendo, mais do que isso, numa promiscuidade que os afeiçoados à disciplina muito estranhavam, sem nada poder dizer, sem condições para qualquer protesto, pois era a palavra de ordem dos chefes o de apreço e incentivo a tais milícias, que, assim, se sobrepunham às próprias forças regulares, de tal sorte que, pertencendo às duas organizações, os militares dependiam de dois comandos, o oficial e o irregular. O alcance que essa anomalia apresentava, no sentido de destruição dos laços hierárquicos e da dissolução da disciplina, escapava a todos, porque esse tipo de destruição e de dissolução interessava, naquele momento, às forças dominantes. Tratava-se de servir-se do fascismo indígena.⁶⁴

Todo apoio foi dado, então, a essa organização milicianiana que vivia entre o ridículo e o grotesco. Passava a apresentar-se como força e a figurar em primeiro plano, enquanto a força militar oficial, normal, regular transitava para segundo plano ostensivo, apenas aproveitada como guarda pretoriana, ou utilizada, pelos seus elementos de cúpula, para manobras políticas de maior envergadura. Bafejada pelo Estado, subsidiada pela burguesia e pelo latifúndio, apreciada pelo imperialismo, ajustada às congêneres estrangeiras que lhe haviam servido de modelo, a milícia integralista tornava-se, assim, componente, nova característica do momento, a arma

específica do garroteamento das liberdades democráticas, tentando, aqui, imitar as proezas de seus modelos externos fascista e nazista. Serviria de ossatura para reorganizar a nação inteira.⁶⁵

De acordo com a rotina, o *Plano Cohen* foi remetido ao ministro da Justiça, que era também o presidente da comissão apuradora das atividades dos comunistas. Baseado nele, o ministro juntou mais algumas informações, pertinentes às suas próprias atividades, tudo quanto ficara apurado em dois anos de terrorismo, e obtido através de torturas de toda espécie, coisas verdadeiras e coisas inventadas, e preparou a Mensagem que o Executivo enviou ao Legislativo, solicitando a decretação do estado de guerra em todo o país. Ao aceitar tal Mensagem, nos termos em que foi elaborada, e ao conceder essa medida de exceção inédita na existência do país, o Legislativo estava lavrando a própria sentença de morte. Não houve, assim, a menor dificuldade, em 10 de novembro de 1937, quando o governo expediu um esquadrão de polícia com a tarefa de fechar as duas casas do Congresso. Elas já estavam, para fins das liberdades públicas, fechadas de há muito.

E nenhuma outra dificuldade haveria, subsequentemente, se o chamado Movimento Integralista tivesse recebido a parcela de poder que lhe competia, pela ajuda que oferecera e efetivara. Quando isso não ocorreu, e os integralistas honestos, aqueles que acreditavam piamente na organização e na missão do movimento, e em sua função salvadora da pátria, verificaram que haviam sido meros instrumentos, aquela organização cindiu-se: a maioria conformou-se, mas pequena e ativa minoria decidiu atirar-se à ação. Pela madrugada, grupo armado assaltou a residência do chefe do governo, com a firme disposição de liquidá-lo. Até que ponto elementos de dentro do próprio governo propiciaram as condições em que o *putsch* integralista ocorreu, e até que ponto estavam comprometidos com solução ainda mais radical do que o próprio Estado Novo, então

instalado, é difícil precisar. Parece que, dentro do governo, havia forças interessadas em aprofundar o golpe, levando-o às últimas consequências, com a liquidação do detentor do poder e instalação do fascismo caboclo na sua plenitude.⁶⁶

Em sua última Mensagem anual ao Legislativo, Vargas havia colocado o problema da repressão em termos inequívocos: "Dentro da margem de arbítrio que lhe concedia a decretação do estado de sítio e sua posterior equiparação ao estado de guerra com plena aprovação do Poder Legislativo, poderia ter feito funcionar uma justiça sumaríssima, punindo implacavelmente os que tomaram armas contra a pátria." Agora, via-se na mira dos que armara, daqueles a que dera cobertura, a que favorecera. E os que o haviam ajudado a elaborar a trama de liquidação do regime democrático, nas últimas e formais e inócuas manifestações, assistiam, na madrugada turbulenta, ao espetáculo de vê-lo sitiado em seu palácio, ameaçado, como se estivessem em expectativa, prontos a aplaudir o vencedor. O vencedor foi ele: recebeu os aplausos e a adesão.⁶⁷ Se os vencedores tivessem sido os outros, os assaltantes, teriam recebido o aplauso e a adesão. Nos jardins do Palácio, por isso mesmo, acabaram a tiros com os poucos aprisionados. Ao chefe, o tenente Fournier, meteram numa masmorra e liquidaram, a pouco e pouco, dentro dos métodos policiais vigentes e já institucionalizados.

Liquidada a milícia integralista, em consequência do fracasso do *putsch* de 1938, restavam as organizações militares regulares, que deviam ser adaptadas para utilização como força de suporte do regime inaugurado em 1937. Tratava-se, além do mais, de retirar aos chefes regionais a possibilidade de resistência às ações do centro, como ocorrera com Flores da Cunha, e que levava à ocupação militar, não sem riscos, do Rio Grande do Sul.⁶⁸ E era tempo de fazer alguma coisa que, concretamente, correspondesse às solicitações dos interesses da burguesia que tanto e tão fortemente se empenhara no

estabelecimento do regime. O primeiro problema tratado foi o da siderurgia, que a Revolução de 1930 colocara em termos prementes, traçando os rumos de sua solução. Tais rumos não seriam seguidos, evidentemente: a composição com o latifúndio e com o imperialismo tornara-os inúteis. Buscou-se o auxílio estrangeiro, sem resultado. De protelação em protelação, as negociações atingiram o momento em que a Segunda Guerra Mundial relegou ao esquecimento a saída procurada no exterior.⁶⁹

Não é nosso propósito analisar, aqui, o que significou o Estado Novo como expressão burguesa em país de economia colonial, isto é, uma espécie de revolução burguesa, ou uma de suas etapas, em que a correlação de forças permitiu o avanço dessa classe, nas condições de dependência do imperialismo, pela repressão aos trabalhadores. Foram estes, sem nenhuma dúvida, objeto de particular atenção e vigilância do Estado, durante a vigência do citado regime. A ausência do partido único e de sua milícia impunha, de um lado, a organização das forças militares num sentido novo, que lhes permitisse ser o suporte do regime, e, de outro lado, a organização de forças políticas mas não partidárias que permitissem sistematizar o entrosamento dos diversos setores com o Estado. O principal viria a ser, desde logo, em consequência mesmo do caráter do golpe fascista, o dos trabalhadores, surgindo, assim, legislação que resguardou a autoridade e permitiu o controle dos sindicatos, relegando as relações a formalismo destinado a disfarçar tal controle. "Mas é preciso confessar sem exagero - escreveu um comentador - que as nossas eleições sindicais não são livres nem honestas. Não são sequer autônomas ou independentes porque o sindicato não tem a franquia ou a alforria da liberdade. É um apêndice, um títere mecânico, uma força surda, uma dependência ministerial."⁷⁰

A ditadura pretoriana tinha apenas dois anos de vigência quando irrompeu a Segunda Guerra Mundial. No ano de 1939, entretanto,

não foi este o único acontecimento importante para o nosso país. Houve outro, que teria as mais sérias repercussões: a descoberta, em Lobato, do primeiro poço de petróleo, colocando em destaque o problema da exploração dessa riqueza, problema que iria despertar ruidosa luta. O fato de que a primeira fase do grande conflito internacional apresentasse, numa sequência impressionante, o considerável saldo favorável ao eixo Berlim-Roma-Tóquio - embora, em 1939, só a Alemanha estivesse em guerra teve reflexos imediatos em nosso país, fortalecendo bastante o regime, que já denunciava suas insuficiências. Nosso comércio exterior voltara-se, em proporções consideráveis, para a área mundial dominada pelo nazifascismo e da Alemanha provinha o armamento com que a ditadura pretoriana buscava reequipar o Exército.

No Estado-Maior, as vitórias nazistas eram comemoradas festivamente, os mais destacados generais brasileiros recebiam altas condecorações nazistas e, quando a esquadra inglesa interceptou barco alemão que transportava armamento destinado ao nosso Exército, o ministro da Guerra ousou propor que o Brasil declarasse guerra à Inglaterra. No ano seguinte, por ocasião das comemorações máximas da Marinha, em 11 de junho, o ditador pronunciou discurso em que colocava ostensivamente a sorte do país como ligada à vitória do Eixo, discurso que teve repercussão muito larga, no interior e no exterior. A solenidade pública em que se punha mais ênfase era a de 27 de novembro quando, junto ao túmulo de vítimas da rebelião de 1935, vociferavam-se todos os chavões anticomunistas.⁷¹

A face policial do Estado Novo foi aquela que mereceu maiores cuidados, que mais se aprimorou, desdobrando-se em organizações variadas, ostensivas e secretas, que cobriam todas as atividades. Muitas dessas organizações foram conhecidas só depois da derrocada do regime. Outras eram antigas, e operavam agora sob novos moldes, indo desde a polícia de choque conhecida como Especial, cuja fama

facinorosa logo se espalhou, até à da Guarda ou Quadro Móvel, movida por verbas secretas e abrangendo numeroso pessoal, em todas as classes e categorias sociais, incluindo-se oficiais das Forças Armadas, que se prestaram a receber gratificações policiais por informes que forneciam. Como os chefes de polícia e os delegados de Ordem Política e Social eram escolhidos nas fileiras dos militares da ativa, era fácil estabelecer os laços com outros, que faziam da atividade policial meio de vida mais ou menos escondido, espúrio em suas finalidades e espúrio pela forma com que era exercido. Ao mesmo tempo, as segundas seções dos estados-maiores, encarregadas de informações, desdobraram as suas atividades, deixando as especificamente militares lugar às policiais, e não apenas no que se refere ao meio militar mas a todos os meios. O policialismo tornou-se uma rotina militar, impulsionada cuidadosamente pelo Estado-Maior, formando especialistas realmente primorosos, destinados, eventualmente, ao provimento das funções policiais comuns. O Estado Novo criou o hábito de todos se espionarem e se denunciarem.⁷²

Na medida mesmo em que as forças militares eram utilizadas como guarda pretoriana de um regime espúrio, e em que a corrupção penetrava, pela via policial, nas organizações antes imunes, o Estado voltava as suas atenções para o reequipamento da Marinha e do Exército, enquanto criava o Ministério da Aeronáutica, em 1941, ano em que se inaugurava também a Usina de Volta Redonda, com recursos nacionais e o reforço de capitais americanos de empréstimo. O almirante Guilhelm podia, nas comemorações do quinto aniversário do Estado Novo afirmar que, “no futuro” o Brasil disporia de “poderosos elementos de defesa no mar, construídos, armados e supridos exclusivamente pelos seus próprios meios”, o que era, evidentemente, um programa bem diverso daquele que, no início da República, presidira o reequipamento da Marinha. Vargas, ao responder, esclarecia: “Tempo houve em que a nossa esquadra foi

a maior da América. Não pudemos, porém, conservá-la no mesmo nível e estacionamos lamentavelmente. As causas imediatas desse retardamento residem, como é sabido, na transformação dos veleiros em navios a vapor e da construção de madeira em ferro. O papel a que fomos relegados, de simples produtores de matérias-primas, o destino rural que aceitáramos, obrigou-nos a essa regressão. Porque parar é verdadeiramente retroceder. Embora possuíssemos tudo para o desenvolvimento da indústria náutica, fecharam-se os nossos estaleiros e voltamos a uma situação colonial, comprando navios, encomendando feito o que podíamos fazer. Assim acontecia com a Marinha de Guerra e a de comércio." Vargas acrescentaria esta nota pitoresca: "Quando assumi o governo, os últimos navios adquiridos, ainda não pagos, porque devíamos os empréstimos contraídos para custeá-los, já estavam velhos, mais de 20 anos."

Era uma colocação nova, evidentemente, e mostrava a falsidade da política de compra de equipamento militares, associando a eficiência material das Forças Armadas ao desenvolvimento material do país: um país subdesenvolvido é que compra armamentos no exterior e se delicia com esse simulacro de poderio, que não disfarça a dependência mais estreita, a subordinação mais retrógrada e a submissão política mais servil. A colocação de Vargas, ainda incompleta, denunciava a orientação da burguesia no poder e visava apenas o lado material, esquecendo, por isso mesmo, porque burguesa, a face essencial, isto é, a da democratização das Forças Armadas.

Ao triunfar a Revolução de 1930, realmente, a força naval brasileira era ainda aquela adquirida inteira em 1910. A Revolução enfrentou o problema pela base, a da construção naval. Foi esta retomada com a construção do navio-escola *Almirante Saldanha*, enquanto se tratava de remodelar a infraestrutura da Marinha. Em junho de 1936, batia-se a quilha do monitor *Parnaíba*, na busca de libertação da indústria estrangeira. Em novembro de 1937, quando

foi aquele navio lançado ao mar, batia-se a quilha de dois navios-mineiros. Havia quase meio século que havia sido lançado ao mar um barco construído no Brasil, a canhoneira *Cananeia*: havia, portanto, quase meio século que não se construía um navio de guerra em nosso país, por pequeno que fosse. Já estavam batidas as quilhas de três contratorpedeiros. E a construção naval prosseguiu, agora em ritmo alentador, sucedendo-se o lançamento de navios. No que diz respeito ao Exército, fazia-se grande esforço para mobilizar a indústria no sentido de supri-lo, enquanto se encomendava e se recebia da Alemanha a artilharia necessária e que o nosso parque siderúrgico não tinha ainda condições de atender.

Nas Forças Armadas, por outro lado - a face ideológica -, instalava-se o sistema de vigilância estreita sobre os oficiais e sargentos. As segundas seções dos estados-maiores abriram fichários de suspeitos, em que figuravam tais elementos, e a que se recolhiam os *consta*, os *dizem*, os *segundo indícios*, cuidadosamente elaborados por elementos de confiança, muitos dos quais, antes ou depois, passaram às Delegacias de Ordem Política e Social ou mesmo às Chefias de Polícia, aos comandos de forças policiais estaduais, elementos especializados, encarregados da tarefa de regular a carreira de companheiros, impedindo que os *suspeitos* servissem nesta ou naquela função, recebessem esta ou aquela comissão, conquistassem promoções ou comandos.

No gabinete do ministro da Guerra, criou-se, também, uma divisão especializada, com o seu fichário próprio: ali jaziam, em sepultura secreta, os destinos de oficiais, muitos dos quais jamais suspeitaram que esta havia sido a sua sorte. Não podendo chegar a perfeição de aquilatar, um por um, do pensamento de oficiais e sargentos, o policialismo militar decidiu limitar a vigilância mais estreita, e a seleção mais rigorosa aos que se candidatavam ao Estado-Maior. Para a matrícula na Escola, precedida de concurso, criou-se

comissão secreta, de pareceres sigilosos e inapeláveis, que dispunha se o candidato tinha ou não condições para ingressar, opinando os seus componentes sobre toda a vida do candidato, suas maneiras, seu lar, sua esposa, seus pensamentos, suas posições. O acusado não podia recorrer de tais sentenças, na maioria dos casos as ignorava. Toda a sua vida vinha sendo esmiuçada, e ele não sabia.

O ingresso de jovens na Escola Militar e nas Escolas Preparatórias que começaram, então a surgir, ficou submetido, em caráter secreto, a rigorosa sindicância. Documento elaborado no gabinete do ministro e baixado aos comandantes, determinava a proibição terminante de inscrição em concurso ou de matrícula aos filhos de judeus, às pessoas de cor, aos de origem humilde, aos filhos de casais separados por qualquer motivo; os comandos eram autorizados a entendimento com as autoridades policiais para as investigações sobre essas condições e ainda, e naturalmente, sobre as de caráter ideológico. Tais medidas, ostensivas e frontalmente contrárias às tradições do Exército, onde as condições de ingresso e de acesso jamais haviam sido subordinadas a tais critérios, foram rigorosamente obedecidas durante o Estado Novo, as de caráter ideológico, mesmo depois de sua derrocada.⁷³

Usava-se, ao tempo da ditadura pretoriana, o método de transferência sumária para a reserva, sem processo, de oficiais, com fundamento no famigerado artigo 177 da Constituição outorgada em novembro de 1937: muitos deles o foram por acusações de crime comum, particularmente referentes a desvios de dinheiro, a acusações de conduta imoral quanto aos costumes, mas o arbítrio permitiu, em sua amplitude, atirar à reserva outros, pelo fato de pensarem, ou serem acusados de pensarem, de modo diferente, entre os quais se destacaram mesmo alguns generais. Enquanto isso, nos cárceres policiais, o processo da violência e do terrorismo prosseguia, agora sem a mínima possibilidade de denúncia.⁷⁴

A guerra prosseguia com vantagens sucessivas para o nazifascismo e os reflexos dessas vitórias, aqui, era o aperto na pressão pretoriana. Mas, em 1941, com o ataque de surpresa dos japoneses a *Pearl Harbor*, a situação começou a mudar. Desde 1940, entretanto, a posição do Brasil despertava graves apreensões em Washington, onde o governo de Roosevelt verificava a necessidade de intervir no conflito e preparava a opinião do país para isso, encontrando embora grandes dificuldades. A ditadura brasileira conhecia agora o impasse a que estava sendo levada. Em 1941, a situação começava a anunciar, com clareza cada vez maior, a próxima participação dos Estados Unidos na guerra. Não poderíamos ficar indiferentes a tal participação, nem nos permitiria ela prosseguir na aproximação com os países de regime idêntico ao nosso.⁷⁵

Começa, a partir de então, uma revisão da política externa brasileira, que encontra ampla resistência na força pretoriana, toda ela voltada para o nazifascismo, enquanto a massa de oficiais, a cada dia, encontrava meios de manifestar suas simpatias para com a causa dos adversários daquele regime, definindo-se, a pouco e pouco, também nesse terreno, a divisão entre a cúpula oficial, estreitamente controlada, e a massa de oficiais, inatingida por aquele controle, particularmente os que, como os da tropa, escapavam ao seu alcance, ao contrário do que acontecia com os de Estado-Maior. Em 1942, o Brasil começou a tomar as medidas militares preparatórias para o apoio à intervenção dos Estados Unidos na guerra: tomava-as em caráter sigiloso, e menos por força da necessidade de escapar à espionagem ativíssima desenvolvida no Brasil e na intimidade dos órgãos governamentais e militares pelos elementos do Eixo do que para atender à necessária transição numa mudança tão radical de atitudes.⁷⁶

Começaram as obras nas bases aéreas nordestinas: tais obras foram executadas como normais, por firma particular; deslocaram-se

tropas para a zona nordestina, em navios comuns, em promiscuidade com passageiros, mulheres, crianças, que nada tinham a ver com operações de guerra, e estas eram operações de guerra. Que significação havia nisso? Não a do sigilo, naturalmente, inerente a iniciativas de caráter militar, e visando a espionagem inimiga. Esta funcionava livremente: as saídas dos navios e o destino das forças eram conhecidos dos agentes inimigos. A clandestinidade visava o povo brasileiro, a que se temia. Porque a participação na guerra, e ao lado dos Estados Unidos, significava rompimento com o nazifascismo, propiciando ao povo uma tomada de posição.

Nada se fez, da parte do governo, no sentido de preparar a opinião pública para a participação brasileira no conflito; ele vinha sendo preparado para o contrário disso, há anos. Não tinha o governo condições para prepará-lo para a alteração porque era o antípoda das reivindicações populares e as temia mais do que ao novo inimigo externo, que ficava disfarçado. Tal clandestinidade a tal disfarce foi possível até agosto de 1942, quando os submarinos do Eixo torpedearam os navios brasileiros, em nossas costas e com a convivência de espiões brasileiros. Aí já não foi possível conter o povo que ganhou as ruas e lançou os primeiros protestos de massa depois dos anos de impedimento pela força. E o povo pediu a intervenção militar brasileira, ao lado dos países que vinham combatendo o nazifascismo.

A situação paradoxal foi discutida em todas as conversas e gravou-se até em versos populares: como íamos combater o nazifascismo tão longe se o tínhamos em nossa própria casa? Os que adotaram essa posição, e constituíram a maioria, não percebiam a mudança de qualidade da situação e a terrível derrota que o nazifascismo interno vinha de sofrer, tendo de ajudar a derrocada de seus modelos externos. Entrava, inevitavelmente, num processo de deterioração que prosseguiria inexoravelmente até sua liquidação definitiva e

seria tanto mais profundo quanto mais ampla fosse a participação das forças populares nesse processo. Essa compreensão foi lenta, entretanto, e teve seus motivos naturais de lentidão. Mas o regime começava a deteriorar-se de forma ostensiva: a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, sob a forma de reconhecimento da beligerância que a Constituição formalmente impunha, foi a abertura do largo processo de redemocratização em nosso país. Já em fins de 1942, na solenidade de formatura dos oficiais que concluíam o curso da Escola de Estado-Maior, o orador da turma, velho elemento tenentista, o coronel Newton Estillac Leal, fazendo a análise da situação, diante de todos os generais condecorados por Hitler, declarava o firme propósito dos militares brasileiros de combater o regime detestado pelo povo e agora enfrentado pelos nossos tradicionais aliados.

Diante da pressão popular, foi inevitável encarar o problema da participação de forças militares brasileiras no teatro de guerra europeu. Era um grave problema para as Forças Armadas brasileiras pois não estavam minimamente preparadas para enfrentá-la, nem do ponto de vista material, nem do ponto de vista da organização, nem do ponto de vista ideológico. Dificilmente uma organização militar preparada para funcionar policialmente pode funcionar em sua tarefa específica, pelas deformações inevitáveis que advêm da função policial. A preparação da Força Expedicionária Brasileira sofria, assim, as consequências do Estado Novo e teve uma gestação lenta, laboriosa, desordenada e difícil, que teria de refletir-se, inevitavelmente, em sua deficiência, como se verificou, intervindo aí outros fatores, no início de suas operações. A participação do Brasil na guerra, apesar disso, apresentou aspectos positivos que seria errôneo esquecer e soldados e oficiais que integraram a FEB souberam honrar as tradições genuínas do Exército brasileiro, que estavam, naturalmente, longe de aparentar-se com o pretorianismo vigente e sob o qual se formara aquela Força. De qualquer forma,

de outro lado, a referida participação integrou-se no processo de deterioração do Estado Novo, acelerado com a guerra, embora já iniciado antes de sua eclosão.

O pensamento da oficialidade teve, em 1944, oportunidade de manifestar-se quando, contrariando as preferências do ministro da Guerra, foi escolhido, no único pleito ocorrido na vigência do Estado Novo, o general José Pessoa para presidente do Clube Militar. Chefe de posição liberal, de forma alguma comprometido com o advento do regime nazifascista em nosso país, adversário pessoal de suas principais figuras e por isso tendo sido duramente punido, o general José Pessoa expressava, por outro lado, a opinião dos militares que simpatizavam com a causa dos aliados na luta contra o nazifascismo.

Em 1944, aproximando-se a guerra de seu termo, anunciavam-se claramente os sintomas de derrocada final do Estado Novo, e as massas saíam às ruas, depois das manifestações pela participação do país na guerra, agora para clamar pela anistia aos presos políticos, os que vinham sofrendo prisão desde a fase que se sucedeu à rebelião de 1935, e nela jaziam, portanto, há cerca de dez anos. O movimento pela anistia, e a sua concessão, constituíam o prelúdio da democratização política inevitável, situada no quadro geral de derrota mundial do nazifascismo. A liberdade de imprensa foi alcançada nesse mesmo ano, preludiando o quadro em que as forças políticas teriam de definir-se e dividir-se para a disputa do poder. A conformação do poder teria de sofrer os reflexos positivos que provinham do exterior e que tinham raízes também no interior do país. Tudo anunciava, pois, um momento de alterações profundas, na exata correspondência do novo clima que se respirava no mundo.

Vargas soube compreender tais sintomas e pretendeu conduzir os acontecimentos, assegurando as conquistas nacionalistas e burguesas que o Estado Novo trouxera, enquanto perdia as carac-

terísticas repressivas que apresentara. A saída normal estava, pois, na instalação de uma Constituinte que, em normas democráticas, forjasse os instrumentos políticos apropriados à nova etapa. Ora, precisamente o contrário disso tudo era o que interessava às forças retrógradas, a que o Estado Novo servira tão bem. Para elas, tratava-se precisamente de evitar que a onda democrática invadisse o nosso país. Tratava-se de preservar o nazifascismo, alterando-lhe a fisionomia. Já na escolha dos candidatos, ficava clara a dificuldade, para o povo brasileiro, de encontrar possibilidades de influir, de tal sorte os principais representavam, com pequenas diferenças, o sentido negativo de prolongamento do Estado Novo.

A partir do momento em que demonstrou receptividade à manifestação democrática e compreendeu a necessidade de assegurar condições em que a vontade popular se manifestasse, Vargas passou a ser visto com extrema desconfiança pelas forças militares pretorianas, distribuídas entre as duas candidaturas mais destacadas: a do ministro da Guerra, gen. Eurico Gaspar Dutra, o condestável do Estado Novo, e a do brigadeiro Eduardo Gomes, que nele fizera, sem tropeços, a sua rápida carreira. Vargas sentiu, com o desenvolvimento da campanha eleitoral, que lhe escapavam os poderes de conduzir os acontecimentos, tanto mais que, agora, aqueles precisamente que haviam forjado o Estado Novo e sustentado a sua vigência, tratavam de eximir-se de qualquer responsabilidade na empreitada. O imperialismo acompanhava, interessado, o desenvolvimento da situação política brasileira, colocado na posição de impedir que levasse a uma democratização autêntica. Deu a palavra de ordem, de público, o embaixador dos Estados Unidos, sr. Berle Júnior, que traçou os rumos que o Brasil deveria seguir.⁷⁷ Vargas tornara-se um obstáculo. Decidiram-se a removê-lo, nisso unidos os dois candidatos, Dutra e Gomes.

A deposição de Vargas por um golpe militar de cúpula representava a perturbação deliberada do processo de redemocratização

do país, por parte das forças que temiam o avanço desse processo e decidiram-se a travá-lo de qualquer maneira. É episódio que perence, por inteiro e pelas características, ao período que se iniciou com a repressão de 1935. Tratava-se de estabelecer, no Brasil, em substituição ao regime em liquidação, um dispositivo pretoriano que, ainda sob o formalismo democrático, com eleições e representação, resguardasse as forças retrógradas e lhes permitisse o controle da situação. Esse dispositivo só poderia ser militar e pretoriano, pois não havia outras forças que se prestassem a servir para tal fim. Para isso deveriam unir-se os militares, e os chefes principalmente, colocados, do ponto de vista eleitoral, em um e em outro campo: não foi difícil, de maneira alguma, muito ao contrário, uni-los desde as deliberações iniciais no sentido de depor o chefe do governo. Ambos estavam certos da vitória eleitoral, e isso assegurou a realização das eleições previstas e fixadas.

Assim chegou ao epítelo, formalmente, o Estado Novo, episódio da ascensão burguesa em nosso país, numa etapa em que a burguesia tinha condições para prosseguir na remodelação do aparelho de Estado, conciliando com o latifúndio e com o imperialismo e reprimindo duramente a classe operária. Foi uma estrutura que assentou no pretorianismo militar, isto é, na dominação de cúpulas militares que expressavam, nos seus atos, tendências e decisões, os interesses do latifúndio e do imperialismo. Os pretorianos criaram o Estado Novo; os pretorianos o destruíram.

O CONSULADO MILITAR

Em 29 de outubro de 1945, Vargas fora deposto por um golpe militar de cúpula, ao preparar a redemocratização do país. Em 2 de dezembro, as eleições deram a vitória ao candidato Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra durante a ditadura pretoriana. Vargas permanecia em seu exílio no Rio Grande do Sul. As eleições haviam

comprovado a repulsa do povo, mesmo nas precárias condições do processo eleitoral, à sua deposição: fora eleito deputado federal por vários Estados e Senador por São Paulo e Rio Grande do Sul. Não poderia haver manifestação mais expressiva e concreta. Concorreria de forma decisiva para a eleição de Dutra, manifestando o seu apoio à candidatura oficial deste. Teria sido normal que o novo presidente juntasse as suas forças às do antigo, que lhe haviam assegurado o triunfo, para enfrentar a oposição do outro candidato militar, Gomes. Foi o inverso que aconteceu: Dutra e Gomes, que se haviam unido para a deposição de Vargas, uniram-se para governar. Os dois partidos, PSD e UDN, fizeram um acordo, repartindo o governo, e trataram adequadamente o inimigo comum, o trabalhismo, os que acompanhavam Vargas. Era preciso extirpar da vida nacional qualquer possibilidade de avanço de qualquer manifestação popular, ainda no nível do trabalhismo que se originara no ventre do Estado Novo. Tratava-se, agora, de realizar, com fachada democrática, a política do imperialismo e do latifúndio, sem meias medidas.

No quadro externo, a situação se modificara rapidamente: a luta em comum, que forjara laços de solidariedade entre as nações que combatiam o nazifascismo, estava próxima do fim e teria início, sem transição, o período da chamada "Guerra Fria", quando as forças se repartiriam de modo inteiramente diverso: de um lado, os Estados Unidos, seus aliados ocidentais e os seus novos aliados, os próprios derrotados da véspera; de outro lado, a União Soviética e os países que acompanhavam a sua política, entre os quais se destacavam, agora, a China e as repúblicas populares. O período costuma ser marcado como tendo início com o discurso de Churchill em Fulton. Iniciou-se, entretanto, com o lançamento da bomba atômica em Hiroshima, quando a luta com o Japão estava praticamente decidida, constituindo clara advertência à União Soviética de que por tal processo seria barrada a sua penetração no Oriente. Monopolizador

da arma atômica, o imperialismo cuidava ter em suas mãos a sorte do mundo. Podia impor a sua regra de submissão a todos os povos.

A primeira necessidade estava, desde logo, em restabelecer as condições que permitiram ao imperialismo exercer a espoliação através da simples troca de mercadorias. No nosso caso, consistia em liquidar as reservas de divisas que a guerra nos havia proporcionado e que um governo medianamente interessado no desenvolvimento do país aproveitaria para impulsionar o reequipamento de seu parque industrial e na implantação de indústrias básicas. Pertence à economia, evidentemente, mostrar como se efetivou, em curto prazo, o malbaratamento dessas divisas, na administração unificada das forças reacionárias brasileiras, tipificada no governo do general Eurico Gaspar Dutra. Dos resultados, conhecem todos, especialistas e leigos: o imperialismo encontrava nesse governo um aliado submisso à tarefa de restabelecimento da espoliação externa; mais do que submisso, porque apressado em servi-lo ainda quando não solicitado. Porque, no fim de contas, a sua missão principal era a de deter o avanço das forças populares, extraordinariamente impulsionado na fase final da guerra, pelo próprio caráter que esta assumira.

Tratava-se para o governo do general Eurico Gaspar Dutra de realizar, com a vigência de alguns instrumentos democráticos, o funcionamento do Legislativo, por exemplo, aquela tarefa que é peculiar aos governos de força, agora difíceis. Para chegar a esse fim, era necessário reduzir a possibilidade de resistência do Legislativo e da opinião popular. A unificação partidária, logo estabelecida, permitiu a primeira parte; a segunda apresentava algumas dificuldades. Começou, assim, em 1946, a duríssima repressão policial que caracterizou o período de governo do general Eurico Gaspar Dutra. Dentro dos mesmos moldes estadonovistas, assassinavam ou espancavam, nas prisões ou em público, trabalhadores, intelectuais e até chefes militares, iguados no tratamento.⁷⁸

Era indispensável, entretanto, reduzir o Legislativo ao silêncio, submetê-lo, tal como fora feito antes, na preparação do Estado Novo. Assim, em 1947, o governo conseguiu da Justiça Eleitoral o fechamento do Partido Comunista e, em 1948, do Legislativo, a cassação do mandato dos representantes desse partido. Rasgados os seus diplomas, desrespeitada a vontade do eleitorado que os escolhera, arrancados de suas cadeiras, foram os deputados e o senador Prestes reduzidos à clandestinidade, obrigados a foragir-se.⁷⁹ O rompimento de relações com a URSS - à base de desordens de ébrio habitual que, como nosso representante diplomático, fizera desordens em Moscou - foi outro serviço prestado ao imperialismo, em prejuízo dos nossos interesses.

A fúria da reação, no consulado militar, entretanto, seria atin-gida quando do lançamento da campanha em defesa da exploração do petróleo brasileiro. O consulado militar não poupou nenhuma violência, nenhuma arbitrariedade, nenhuma ilegalidade para des-truir o movimento de união que ganharia as forças populares, para a preservação dessa riqueza nacional e de outras, campanha que con-quistou seguidores em todas as camadas sociais e que defendia uma bandeira cuja receptividade seria enorme em todas as áreas. Vinha tal campanha conquistando, a cada passo, adeptos tão numerosos e dedicados que era indispensável detê-la, sem o que o imperialismo arriscava perder batalha das mais importantes. Colocar a defesa do interesse nacional na ilegalidade, acoimá-lo de crime punível pela lei e passível de ações repressivas, caracterizá-lo como conspiração e conluio com o estrangeiro, foi a missão que o consulado militar recebeu e que buscou cumprir com todos os recursos de que dispu-nha. Mas, a essa altura, a opinião militar já estava ganha para a tese de monopólio estatal, levantada pelas forças populares.⁸⁰

Para o exercício de sua missão, o consulado militar havia sido devidamente habilitado, desde que se votara a Constituição, em

1946, realmente. É necessário frisar que a Constituição foi discutida, votada e promulgada inteiramente na vigência do consulado militar, e após o golpe de cúpula que liquidou a ditadura pretoriana, da qual o consulado era a continuação, sob fisionomia diversa.⁸¹ Na Constituinte de 1946, o PSD detinha 173 cadeiras, a UDN 85, o PTB 23, o PCB 15, o PR 12, o PSP 7, o PDC 2, a Esquerda Democrática 2 e o PL 1, isto é, a soma dos representantes dos dois grandes partidos conservadores, que se uniriam no consulado militar atingia a 258, para um total de 320; tinham tais partidos o controle absoluto das decisões. Já em agosto de 1945, ao elaborar os seus estatutos, a UDN definia assim a sua posição: "Apelar para o capital estrangeiro, necessário para o aproveitamento de nossas reservas inexploradas, dando-se um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros." Não podia ser mais explícita a definição. Vargas havia impulsionado o Conselho Nacional do Petróleo, nele colocando um homem de envergadura, o gen. Júlio Caetano Horta Barbosa, que sempre e indefectivelmente honrou a sua farda e a sua condição de brasileiro. Estabelecera relações diplomáticas com a URSS. Concedera anistia aos presos políticos. Promulgara a lei antitruste de 22 de junho de 1945.

Diante de tais medidas, o presidente da UDN não hesitara em afirmar: "Penso que as Forças Armadas estão no dever de intervir na atual situação brasileira. Vou mais adiante: é seu dever intervir." Os pretorianos realizaram a intervenção, em 29 de outubro: alguns dias depois, em 9 de novembro, foi revogada a lei antitruste. O representante do PTB na Constituinte, deputado Barreto Pinto, recebia a repulsa de seus pares, porque se deixara fotografar por uma revista ilustrada de cartola, casaca e cuecas, ao mesmo tempo em que propunha perante a justiça eleitoral a extinção do Partido Comunista. O pensamento do PSD a respeito do latifúndio foi expresso pelo deputado Israel Pinheiro: "Há terras até demais à espera

do homem.” (...) “A grande propriedade é um bem e o latifundiário, um benemérito.” (...) “Não há brasileiros que queiram terras e não as tenham. A terra é que precisa de brasileiros e não encontra braços.”⁸² E Aliomar Baleeiro, ao discutir-se os dispositivos que regulariam o ingresso de capital estrangeiro, diria, com ênfase, sete anos depois de descoberto o primeiro poço de petróleo em nosso país: “O Petróleo da Bahia é um dos mitos do Estado Novo, dizendo existir petróleo. Milhares de contos foram invertidos na exploração; e, no entanto, tivemos de recorrer ao álcool combustível, como muito bem o disse o nobre constituinte sr. Clemente Mariani.”⁸³ Havia, ainda, o sociólogo Gilberto Freyre, que aconselhava: “Com o mesmo espírito de democracia social não apenas nacional mas, sob certos aspectos, transnacional, devemos nos desembaraçar de sobrevivências de um exagerado nacionalismo econômico que nos esteja atraindo sob disfarces.” Pensamento profundo como se vê.⁸⁴

O parágrafo 16 do artigo 141, que definia o direito de propriedade, foi votado no dia 26 de agosto de 1946: e o dispositivo que impossibilita a Reforma Agrária, porque obriga a prévia indenização em dinheiro de todas as desapropriações. Iam entrar em votação os dispositivos que interessavam o capital estrangeiro. “Como medida acautelatória, destinada a intimidar os deputados indecisos das oligarquias estaduais e que estavam querendo dar mostras de independência, desencadeou-se tremenda repressão policial na cidade, com tiros, borrachadas, espancamentos, como iremos verificar dentro em pouco.”⁸⁵ Adiante: “Para eliminar a possibilidade de protestos populares, Pereira Lira havia proibido comícios em todo o território nacional. No dia 23 de maio de 1946, porém, vários deputados, senadores e os comunistas resolveram fazer um comício no Largo da Carioca. Não era possível deixar de transmitir ao povo o que estava se passando. Solicitaram permissão à polícia e esta não foi dada, nem recusada. Quando o comício ia no mais aceso do entusiasmo,

policiais vieram acabar com a reunião e empregaram metralhadoras contra o povo. Os jornais do dia seguinte não esconderam o crime. Convém ler, no dia 24 de maio, a descrição feita por Café Filho do ato selvagem, com suas violências, ferimentos e mortes, bem como do clima explosivo instituído provocadoramente na cidade, com falta de pão, de lei, de água, de transportes."⁸⁶

Fomentava a polícia demonstrações de protesto, a que acudia com violências, depois de ter distribuído panfletos falsos. Invadia residências e efetuava prisões: as casas de Prestes e Trifino Correia foram varejadas, foram presos Agildo Barata, vereador; Helio Walcacer, presidente do Sindicato dos Advogados; Álvaro Moreira, escritor, e numerosas outras pessoas. A sessão da Câmara, no dia seguinte, era iniciada com a comunicação da prisão, com violação das imunidades parlamentares, do deputado André Trifino Correia.

Os espancamentos haviam atingido jornalistas, indiscriminadamente. Café Filho narraria os acontecimentos de maneira candente, na Câmara.⁸⁷ Nereu Ramos, líder da maioria, foi obrigado a referir-se, embora situando como boato, à manobra em curso do consulado militar: "Ontem, quando nos chegaram as primeiras notícias do que ocorria em diversos pontos da cidade, nesta Casa circulou o boato malicioso de que era o preparativo com que se pretendia suprimir a própria soberania desta Assembleia."⁸⁸ Nesse clima de estado de sítio é que foram votados os dispositivos constitucionais que asseguraram os privilégios do imperialismo, os artigos 151, 152 e 153 da Constituição. Os interesses das empresas estrangeiras de serviços públicos foram assegurados. O Estado foi cuidadosamente manietado, para impedir a intervenção moralizadora, na defesa dos usuários e do povo.

A Constituição fora votada no regime de censura ao rádio, instituído em consequência do golpe pretoriano de 29 de outubro de 1945; com base na Lei de Segurança Nacional, estavam sendo processados 1.500 operários paulistas, que haviam entrado em greve;

proibira-se as comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de Maio, prendendo-se numerosos operários; o delegado de Ordem Política e Social, cel. Augusto Imbassaí dissolvera comício reunido nas escadarias da Câmara, com protestos dos parlamentares; chacinara-se o povo no Largo da Carioca; o chefe dos serviços jurídicos da Light, Pereira Lira, comandava as violências policiais, enquanto o major Mac Crimmon, diretor daquele monopólio, fazia censuras públicas à Constituinte; no Pará, fechava-se a Associação dos Ex-Combatentes da FEB; ferroviários eram mantidos presos incomunicáveis, em São Paulo, enquanto violações idênticas eram praticadas em vários Estados; o governo demitia o cientista Aloísio Neiva Filho do Instituto Oswaldo Cruz porque, na sua condição de médico, atendera vítimas dos espancamentos policiais do Largo da Carioca; vedava-se as comemorações, no Recife, da data aniversária da Confederação do Equador, por ordem da polícia federal; Carlos Luz, ministro da Justiça, mandava apreender edições de jornais; determinaria, em seguida, a proibição de comícios em todo o território nacional.

Com esse instrumento à mão, e com as leis repressivas da ditadura pretoriana, não revogadas, o consulado militar estava em condições de enfrentar, pois, o avanço do povo brasileiro que defendia a solução do monopólio estatal para a exploração petrolífera. Assim, com a Mensagem nº 61, de 31 de janeiro de 1948, o presidente da República encaminhava à Câmara o projeto de lei destinado a modificar dispositivos do Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, de sorte que fosse permitida a exploração da indústria de refinação e do transporte do petróleo bruto, de produção nacional ou importado, a sociedades organizadas no Brasil, por meio de ações nominativas, das quais 60% deveriam pertencer a pessoas físicas brasileiras e 40% poderiam ser tomadas por pessoas físicas estrangeiras ou por sociedades com sede no país e regidas exclusivamente pelas leis brasileiras. Quatro dias depois, a mesma

autoridade remetia à Câmara, por meio da Mensagem nº 62, o projeto de Estatuto do Petróleo, elaborado por uma comissão especial para tal fim designada pelo presidente do Conselho Nacional do Petróleo, isto é, o famigerado documento de traição nacional em torno do qual se travaria, nessa etapa, a luta do povo brasileiro para defender essa riqueza que lhe pertencia.

Não se limitava a isso, entretanto, a ação antinacional do consulado militar, no cumprimento de sua missão: vinha ele emprestando apoio decidido à internacionalização de vasta zona do nosso país, através do instrumento conhecido como Instituto da Hileia Amazônica, ao mesmo tempo em que se submetia docilmente às imposições norte-americanas no sentido de entrega de recursos minerais próprios ao aproveitamento para energia atômica. Fazia trabalho completo, pois, e com a meticulosidade da preparação policial e da legislação adequada, encaminhava a solução aparentemente legal dos problemas que diziam respeito à segurança e ao desenvolvimento do Brasil. Operava em toda a frente e agia sem força, sem nenhuma preocupação. Parecia ao imperialismo que a batalha estava ganha. Mas subestimava, em seus cálculos, a capacidade de luta do povo brasileiro e a ativa participação dos militares nessa luta, ao lado dos interesses nacionais, quais fossem as circunstâncias.

As areias monazíticas que ocorrem no litoral brasileiro, no trecho entre a Bahia e o Rio, vinham sendo criminosamente drenadas para o exterior: de 1900 a 1947, segundo relatório do Departamento Nacional da Produção Mineral, a evasão teria atingido mais de 62 mil toneladas, reduzindo as reservas a menos do que isso. As minas uraníferas de Afonso Cláudio vinham de ser visitadas por representante da Duperial, em companhia de um homem nascido no Brasil e que atendia pelo nome de Melo Viana. As áreas políticas estavam preparadas para o chamado "Acordo Administrativo Internacional sobre Pesquisas e Aproveitamento das Riquezas Minerais do Brasil",

em que entregávamos aos trustes tais bens. Era a luta pelo domínio das reservas mundiais de recursos atômicos. O *Diário Oficial* de 10 de fevereiro de 1949 publicava aquele documento e os leitores ficavam conhecendo seus detalhes em que o Brasil tudo concedia e nada recebia, permitindo aos técnicos do *Bureau of Mines* e do *Geological Survey*, com amplos direitos e totais isenções, o trabalho de levantamento dos recursos nacionais. Foi quando o Clube Militar tomou a iniciativa de promover o esclarecimento do problema, com as conferências ali pronunciadas por Rômulo Argentiêre, a que se seguiriam as do general Raimundo Sampaio, despertando inusitada celeuma em torno de problema até aí mantido em cuidadosa clandestinidade. As autoridades começavam a temer a opinião pública e o esforço teria de ser, agora, no sentido de impedir qualquer discussão a respeito, acoimando-a de subversiva. Mas a questão que motivaria, mais do que qualquer outra, o esclarecimento e a mobilização da opinião popular, seria a do petróleo.

O projeto de Estatuto do Petróleo foi encaminhado à Câmara depois de examinado por comissão constituída dos ministros do Exterior, Justiça, Viação e Trabalho, além do representante do Estado-Maior Geral. Foi acompanhado de sugestões dessa comissão e de observações do ministro da Agricultura, mas principalmente de recomendações da Comissão de Investimentos, “no sentido de atrair a colaboração de capitais estrangeiros no desenvolvimento econômico do país”. A preparação dos documentos estava completa. Havíamos passado, ao longo dos anos, da fase do “não tem petróleo” para a fase do “não tem capitais para explorar petróleo”, inaugurada em 1939, desde que se revelou, em Lobato, a existência de petróleo onde sempre fora negada.⁸⁹ Encaminhado o sinistro documento à Comissão de Justiça, teve, ali, parecer favorável, de que foi campeão o deputado Costa Neto, com a repulsa dos deputados Agamenon Magalhães e Domingos Velasco.

Ao apreciar o processo, que começava a tornar-se volumoso pela anexação de sucessivos pareceres, distinguiam-se as duas correntes: a dos que pretendiam a entrega pura e simples das jazidas brasileiras aos trustes, e a dos que pretendiam reservar tais jazidas a uma exploração em benefício do país. A primeira foi encabeçada principalmente pelo general Juarez Távora, que se bateu bravamente pela entrega, e pelo sr. Odilon Braga, responsável maior pelo Estatuto do Petróleo; a segunda encontrou seus maiores defensores no general Horta Barbosa, antigo presidente do Conselho Nacional do Petróleo, evidentemente demitido pelo governo do consulado militar, acompanhado de outros altos chefes militares como os generais Leitão de Carvalho, Raimundo Sampaio, Felicíssimo Cardoso, a quem o Brasil não fez ainda a justiça que merece, como velho lutador em prol de sua liberdade e de sua riqueza, Artur Carnaúba, que percorreu o país em pregação patriótica, além de muitos outros, a que se juntaram figuras de atividades as mais variadas, destacando-se, no meio parlamentar, a do deputado Artur Bernardes, incansável defensor dos interesses brasileiros.

A pressão dos monopólios começara, evidentemente, antes mesmo da investidura do general Eurico Gaspar Dutra na presidência - este fez apenas melhorar as condições de ação daqueles monopólios, colocando a serviço deles o aparelho de Estado na plenitude de seu poder, particularmente o de coação e repressão. Porque - é bom lembrar -, em 6 de maio de 1945, o então presidente do Conselho Nacional do Petróleo, general João Carlos Barreto, na Exposição de Motivos nº 2.558, sugerira ao chefe do governo que se modificasse a legislação vigente "a fim de que se pudesse adotar uma política de atração de capitais externos para o aproveitamento do nosso petróleo." A investida era, pois, anterior ao período do consulado militar, ligando-se ao período da ditadura pretoriana, de que aquele foi a continuação natural. Todos os trabalhos em

torno do desenvolvimento do Brasil partiam do pressuposto de que tal desenvolvimento era impossível sem a colaboração de capitais estrangeiros. Essa crença, ingênua em alguns, mas adrede cultivada por muitos, e objetiva em suas consequências era elevada à sua máxima potência no caso do petróleo, pelo vulto dos recursos que sua exploração exige. A referida Comissão de Investimentos, constituída no período do consulado militar, operava dentro de tal premissa: "Preocupado com os comentários que se faziam, sobretudo no estrangeiro, tendentes a demonstrar que nosso atraso econômico provenha de leis acentuadamente nacionalistas, desencorajadoras, quando não impeditivas do emprego de capital estrangeiro em empreendimentos necessários ao progresso do Brasil - criara o atual governo uma Comissão de Investimentos, destinada a estudar e propor as bases de uma política econômica que animasse o dinheiro alienígena a vir para o nosso país."⁹⁰

Ora, dentro da premissa da necessidade de capitais estrangeiros para a exploração petrolífera, impossível sem eles, e após a profunda campanha de desmoralização do comunismo, colocado na categoria de simples lepra social, de delinquência punível com todos os rigores legais e ilegais, - tudo o que discrepasse dessa linha vesânica seria inculcado de subversivo e, como tal, perseguido. Assim, a defesa do interesse nacional passava a ser crime perigoso. O ardil dos monopólios, a que o imperialismo concedia todo esforço, colhia, em consequência, numerosas camadas de opinião que, não fosse o problema colocado nesses termos, tenderia para a solução nacionalista, sem a menor dúvida. Daí se poder aferir o que foi a campanha de esclarecimento desenvolvida pelos patriotas que a iniciaram e levaram a cabo, e a soma de esforços e sacrifícios que demandou.

Presidida pelo sr. Odilon, a comissão elaboradora do Estatuto do Petróleo fora constituída pelos srs. Avelino Inácio de Oliveira, coronel Artur Levi, Rui de Lima e Silva, Glicon de Paiva Teixeira

e Antônio José Alves de Souza, todos com posição política notória e irredutível. Além disso, era oferecida à comissão a alternativa. Muito ao contrário, ela era constituída com o objetivo determinado de rever a legislação em vigor, isto é, "facilitar a participação do capital estrangeiro na descoberta e no aproveitamento de nossas jazidas petrolíferas." Ora, assim constituída e trabalhando sob tal premissa, fácil era avaliar a que conclusões chegaria. Justamente àquelas a que chegou, evidentemente. Assim, o consulado militar tomava a iniciativa de entregar as riquezas brasileiras aos monopólios estrangeiros.

La começar, pois, duríssima luta: a de impedir que o governo do país cometesse esse crime de traição nacional. Os militares não faltaram a essa luta. Nenhuma outra encontrou, no meio militar, tão ampla receptividade. Claro que essa mesma receptividade foi encontrada em todas as camadas da sociedade brasileira, tão inominável era a posição adotada e defendida, e da forma mais violenta e ostensiva, pelo consulado militar. Para fazer triunfar a norma a que se submetera, tornava-se necessário, para o consulado militar, criar um ambiente de guerra, um ambiente em tudo e por tudo idêntico ao que fora criado quando da preparação da ditadura pretoriana. Ora, o povo brasileiro não aceitaria, nas novas condições do mundo e do país, a volta àqueles dias tenebrosos, com os quais estavam profundamente comprometidos os elementos do consulado militar, que os haviam propiciado e defendido, que haviam sido gerados naquele ventre detestável, e que pretendiam apenas prolongar o estado de coisas liquidado em 1945.

Assim como nos parece risível, hoje, o ofício enviado pelo ministro Juarez Távora a Oscar Cordeiro, as razões alinhadas pela comissão elaboradora do Estatuto do Petróleo nos parecem risíveis. Ao tempo, entretanto, eram trágicas. Começavam aqueles "técnicos" em tudo e por tudo idênticos aos Oppenheim e aos Malamphy, de

triste memória, por afirmar enormidades como esta, aqui citada porque a realidade já a desmentiu de forma tão escandalosa quanto desmentiu a afirmação peremptória de Juarez Távora a Oscar Cordeiro de que não havia petróleo na Bahia: "Tomando por base a inversão de capital por nós feita até hoje e o tempo empregado para localizarmos os campos petrolíferos da Bahia, chega à desanimadora conclusão de que, se seguissemos o mesmo rumo, somente dentro de sete séculos e com o dispêndio de 210 bilhões de cruzeiros, teríamos podido pesquisar na centésima parte da área presumivelmente petrolífera do Brasil", daí afirmar que "só o capital estrangeiro ou melhor, só o capital já afeito ao jogo do petróleo se anima a arrostar com os tremendos riscos da caça mundial do *wild cat*."⁹¹ A tese final do Estatuto do Petróleo era a de que o governo dos Estados Unidos estava interessado na exploração de nossas prováveis jazidas, "por motivos estratégicos" e que, portanto, deveríamos aproveitar esse momento propício para associar o capital norte-americano àquela exploração.

O Estatuto do Petróleo, de que era advogado entusiasta o general Juarez Távora, a que pertencia, sem dúvida, o comando da campanha de entrega dos recursos petrolíferos nacionais ao capital estrangeiro, apresentava algumas ressalvas, com a finalidade de simular o controle brasileiro sobre a exploração. Contra essas ressalvas, que lhes pareciam forma intervencionista inadequada, colocaram-se, em posição ainda mais radical, figuras como as dos srs. Gudín, Oscar Weinschenck e Alcides Lins, membros da Comissão de Investimentos. "O pensamento desses senhores - escreve o deputado Amando Fontes, em seu parecer na Câmara -, sem esforço se infere de seus escritos, é o que somos um pobre povo, sem técnica, sem dinheiro, incapaz de grandes empreendimentos, não nos restando, em consequência, senão cometer aos povos fortes, já ricos e civilizados, a tarefa de explorar nossas riquezas naturais."⁹²

Nesse interim, outra comissão fora designada pelo consulado militar para elaborar um anteprojeto de lei sobre o petróleo. Sua composição era adequada: ministros Raul Fernandes, Morvan Dias de Figueredo, Clóvis Pestana, Adroaldo Mesquita da Costa e o general Salvador César Obino. Salvo detalhes, essa comissão louvou-se nas conclusões daquela que elaborara o Estatuto do Petróleo. E não por coincidência vemos, alinhados, formados por altura, os elementos mais combativos e mais ligados aos monopólios estrangeiros. A tais elementos é que o consulado militar entregava a tarefa de preparar a legislação petrolífera brasileira. Os ministros Raul Fernandes e Morvan Dias de Figueredo, por exemplo, formularam voto em separado, constante de folhas 67 do avulso, no sentido de que as ressalvas pretensamente destinadas a assegurar o controle do Brasil sobre a exploração de suas jazidas petrolíferas, e constantes do Estatuto do Petróleo, eram "tendentes a afugentar o capital estrangeiro." Achavam, assim, que os elementos que haviam preparado o Estatuto do Petróleo trabalharam mal.

Assumiu o comando da campanha de esclarecimento da opinião nacional, de outro lado, o general Júlio Caetano Horta Barbosa, homem de largo conceito nas fileiras do Exército, cuja atividade à frente do Conselho Nacional do Petróleo lhe havia proporcionado grande experiência e sobre cujo patriotismo não havia dúvida alguma. Nas conferências pronunciadas no Clube Militar, em 30 de julho e, em 6 de agosto de 1947, e no Instituto de Engenharia de S. Paulo, em 16 de outubro do mesmo ano, esclareceu, um por um, todos os enganos do Estatuto do Petróleo e mostrou os enormes perigos que se apresentavam na hipótese de sua transformação em lei pelo Congresso. E a luta ganhou as ruas. Nas ruas, esperava os defensores dos interesses do país a polícia do consulado militar, devidamente preparada para reduzir todos os pronunciamentos.

Surgiu na luta, a essa altura, o deputado Artur Bernardes, detendo-se em sucessivas intervenções sobre o tema e realizando análise aguda do projeto governamental. Em 7 de abril de 1949, Bernardes entrava no Clube Militar, onde fora, há pouco mais de um quarto de século, tão duramente injuriado, sob flores e aclamações: os militares reconheciam nele um patriota, travando memorável luta, e lhe emprestavam o seu mais decidido apoio. Bernardes concluiria um dos seus discursos na Câmara com estas palavras de advertência: "Não nos esqueçamos de que somos uma Câmara de representantes da nação, eleitos e pagos pelo povo para defender seus interesses, e não uma assembleia de acionistas de trustes poderosos que vivem a afrontar-nos com a corrupção do seu poder econômico." Na linha de combatentes dessa envergadura colocaram-se outras e numerosas figuras brasileiras, no parlamento, nas casas legislativas estaduais e municipais, na imprensa não controlada pelos monopólios, na cátedra universitária, nas organizações estudantis. O volume crescente da oposição à entrega de nossas riquezas, entretanto atingiu um ponto em que a quantidade se transformaria em qualidade quando a campanha conquistou a adesão dos trabalhadores, de um lado, e dos militares, de outro lado. Tornara-se impossível transformar em lei o famigerado Estatuto do Petróleo.

Verificava-se, a essa altura, a terrível deterioração do consulado militar, que se aproximava do termo de seu mandato não tendo, apesar de todos os seus esforços e violências e arbitrariedades, conseguido cumprir a missão de que fora incumbido.⁹³ Abria-se o problema da sucessão presidencial e gerava-se o impasse, pois o consulado não tinha condições para intervir de sorte a fazer do futuro presidente um homem moldado à maneira daquele que estava se aproximando de seu fim. Realizaram-se tentativas nesse sentido, sem possibilidades reais, e a burguesia conseguiu uma frente tácita com as forças populares, levantando a candidatura justamente de

Vargas que, na tranquilidade de sua estância, assistia ao espetáculo de deterioração política dos que o haviam deposto.

Os agentes do imperialismo participavam também da campanha de Vargas, buscando levá-lo a compromissos que possibilitassem a continuação das ações, no caso de vir ele a ocupar a presidência, para que o petróleo ficasse nas mãos dos monopólios.⁹⁴ Não conseguiram seu intento. A luta eleitoral delineou, desde logo, as amplas possibilidades da vitória de Vargas. O consulado militar sofreu contundente derrota, sem condições para evitá-la pelo emprego da força: a frente a que Vargas pertencia englobava forças poderosas, embora heterogêneas. Tais forças enfrentariam a ameaça de violência pelo golpe armado de cúpula. E, assim, Vargas triunfou nas urnas, derrotando espetacularmente os que o haviam apeado do poder cinco anos antes.

A eleição de Vargas, desmantelando o dispositivo articulado no consulado militar, trazia situação nova para o Brasil. A novidade ficava evidente, desde logo, no próprio ato eleitoral: pela primeira vez, em nosso país, o governo federal perdia uma eleição. Esta novidade, entretanto, traduzia apenas a correlação de forças gerada da luta popular, quando teria sido impossível, em termos eleitorais, assegurar a vitória de candidatos que se propusessem defender as normas seguidas pelo consulado militar e que haviam prejudicado não apenas as camadas populares, mas também camadas burguesas consideráveis. Não era apenas a arbitrariedade vesga, a torpeza policial, o descabro ético de um governo que não hesitara diante de violência alguma, mas a deficiência administrativa, a incapacidade para atender os reclamos burgueses que já não podiam ser ignorados, a inépcia levada à especialização. Vargas viria varrer tudo isso, e nele confiavam, contraditoriamente, forças a que o consulado militar não satisfizera. E, no conjunto dessas forças, uma componente militar nova, chefiada pelo seu indigitado ministro da Guerra, o general Newton Estillac Leal.

O CLUBE MILITAR

Por força da constituição democrática do Exército, a luta contra o imperialismo ganharia, em suas fileiras, adeptos numerosos e entusiastas, na mesma proporção em que os agentes do imperialismo dele se utilizaram para a conquista de posições e para a concretização das medidas necessárias à subordinação do Brasil ao carro da "Guerra Fria". Nas etapas da ditadura pretoriana e do consulado militar, as Forças Armadas foram colocadas, pela ação de suas cúpulas, na posição de atender obrigatoriamente às pressões imperialistas, considerando-se essa posição como um dever delas, imposto a todas as organizações militares que perderiam, assim, o seu caráter nacional. Sem formas outras de organização, as questões pendentes tenderiam, nos meios militares, a gravitar, naturalmente, para as associações de classe, única área onde poderiam ser ainda discutidas e onde, para a discussão, não pesaria o favor hierárquico. Daí o destaque que o Clube Militar conquistou: daí por diante, a sucessão de sua diretoria assumiria sempre aspecto de problema político, independente da opinião das pessoas. Com o caso do petróleo e a amplitude nacional da campanha em defesa dos interesses brasileiros nesse caso, a questão do Clube Militar ganhou o primeiro plano.

Em 1950, ao aproximar-se do fim o consulado militar, a sucessão de diretoria no Clube Militar apresentava quadro bem definido, com as duas candidaturas colocadas: a do general Oswaldo Cordeiro, que representava as forças comandadas pelo consulado militar, e a do general Newton Estillac Leal, que representava as forças nacionalistas. As eleições de maio de 1950, com a vitória, no Clube Militar, da diretoria encabeçada pelo general Newton Estillac Leal, introduziram, na situação brasileira, um fator novo que teria considerável peso daí por diante. Tratava-se, para o imperialismo de destruir este baluarte nacionalista, onde a batalha do petróleo estava sendo travada com ímpeto crescente, sob pena de perderem

a ação sobre as Forças Armadas, de cuja utilização vinha recebendo os mais amplos benefícios. Ora, em 1950, realizaram-se também as eleições presidenciais que reconduziram, e agora por forma inequívoca, ao poder o presidente Getúlio Vargas, cujas posições nacionalistas na campanha para a sucessão tinham sido claras em alguns pontos importantes, entre os quais o do petróleo. Para enfraquecer a autoridade de Vargas era indispensável reduzir o Clube Militar, liquidando a sua diretoria nacionalista. Pelo voto era impossível: o período de exercício daquela diretoria iria até 1952. Tratava-se, portanto de armar dispositivo golpista, destinado a superar o entrave eleitoral que a derrota concretizara: tratava-se de destruir a diretoria do Clube Militar atirando contra ela a organização das Forças Armadas, comandada pelas suas cúpulas.

Antes mesmo das eleições de 1950 no Clube Militar a sua diretoria contrariando as normas do consulado militar, levava para os salões, em reuniões cheias de movimento e de entusiasmo, o problema do petróleo e das demais riquezas naturais, objeto da cobiça dos monopolistas. E, em janeiro daquele ano, a *Revista do Clube Militar* fazia um balanço do problema, definindo, depois de longa introdução histórica, muito bem informada, a posição daquela associação de classe ao lado da solução monopolista de Estado.⁹⁵

O fato de ter o Clube Militar dado, com a abertura de seus salões, as condições legais de discussão do problema, que se tornara impossível em outros locais, por força das ações policiais do consulado militar, levou ao desespero os agentes monopolistas. Naqueles salões, realmente, muitos conferencistas esmiuçaram o grave problema, principalmente os chefes das duas alas militares, os generais Juarez Távora, de um lado, e Horta Barbosa, de outro. O primeiro fundamentando a sua tese entreguista, esclarecia que as insuficiências da administração estatal tornavam a "tarefa difícil e lenta, dados o baixo nível de compreensão cívica o nosso povo

e a falta de orientação e de escrúpulos de nossa elite." Por outro lado, combatendo a legislação de amparo ao trabalhador, denunciava "o caráter fracionário dessa legislação, beneficiando quase exclusivamente o trabalho urbano", e o seu "caráter unilateral" que "firmando direitos e regalias dos trabalhadores, esqueceu a necessária contrapartida dos deveres econômico-sociais e sanções correspondentes às suas infrações."⁹⁶

Vargas assumia o governo com sérios compromissos com as forças populares, mas sob graves ameaças, que logo surgiram, concretizadas nas tentativas de impedir-lhe a posse. Diante da ascensão de Vargas, realmente, com o encerramento do consulado militar, o imperialismo ficava em grandes dificuldades para suas ações internas. As pressões, por isso mesmo, aumentaram de forma ostensiva. Vargas deveria apoiar-se na ala nacionalista militar, para poder enfrentar os grupos conspirativos que o ameaçavam e que já haviam conseguido despojá-lo do poder, um lustro antes. As eleições do Clube Militar criavam condições para que vencesse a crise da posse e tomasse as primeiras providências concretas no sentido de consolidar sua posição. No quadro geral, prosseguia a luta contra as pressões imperialistas. Os problemas mais candentes, no momento, eram o da Hileia Amazônica em que se propunha a internacionalização de vastíssima área do país, e o das riquezas minerais, com destaque para o petróleo.⁹⁷

O Clube Militar passara de associação de classe relegada a segundo plano, com 3 mil associados, a entidade de largo prestígio na vida nacional, com 9 mil sócios, tendo levado a efeito já campanhas importantes, em defesa da classe, como a da Lei de Promoções, a da Carteira Hipotecária e Imobiliária, a do Código de Vencimentos e Vantagens, reivindicações longamente debatidas e acalentadas pela classe. O Código de Vantagens fora remetido à República em 1948 e lá jazia, motivando novo projeto, em 1950. Na medida em que levan-

tava as reivindicações e lutava por elas, a oficialidade batia-se também em defesa dos interesses nacionais. Ao comentar a vitória nacionalista de maio de 1950, com a constituição da diretoria encabeçada pelo general Newton Estillac Leal, a revista do clube definia assim a missão da entidade: “o Clube Militar, dentro das suas melhores tradições, continuará exercendo uma vigilância permanente, sob a forma de debates esclarecedores dos nossos problemas fundamentais, para que não soçobrem, ao embate dos interesses e dos apetites internacionais, a independência e a liberdade que nos legaram os antepassados que lutaram contra o colonialismo português, uma vez que temos razões para convencer-nos de que esses bens preciosos não se podem dar por integralmente conquistados.” Era uma tomada de posição, e isso enfureceria ainda mais os agentes externos.

É que, através do Conselho Federal do Comércio Exterior, o consulado militar remetera ao Congresso o “Anteprojeto da Lei sobre Investimentos Estrangeiros no Brasil”, que merecera a enérgica denúncia do CEDPEN, assinada pelos generais Horta Barbosa, Leitão de Carvalho e Raimundo Sampaio, em documento de análise que cauterizava aquele anteprojeto.⁹⁸ A derrota eleitoral de 1950, realmente, vinha pôr em risco toda a estrutura interna que servia ao imperialismo, inclusive o andamento de projetos como o referido, que tocava diretamente a questão do petróleo, das riquezas minerais em geral e dos lucros dos investimentos externos. Verificando, com a substituição da diretoria do Clube Militar em maio - que esperara conquistar, como base para as ações livres no meio das Forças Armadas - e com as eleições presidenciais, em outubro, que a situação se agravava, a reação interna mobilizou todas as suas forças para deter o avanço da consciência nacional e das formas de organização que já alcançara.

Ao tomar posse da presidência do Clube Militar, em junho de 1950, o general Newton Estillac Leal fizera incisivas e preemptórias

afirmações. Começava por apontar as provocações, já ensaiadas pela cúpula militar que estabelecera o consulado: "Nesse espetáculo - referia-se às eleições no Clube Militar - entretanto, alguns vesgos e hipócritas querem ver, não as cenas alentadoras duma consciência que se expande e ganha consistência crescente, aberta generosamente às justas reivindicações de nossa classe, mas tão somente os quadros sombrios de traição à pátria e de solapamento de suas instituições. Esta opinião suspeita, como suspeitos são os que a esposam, não invalida a verdade e a significação histórica e social do acontecimento cuja matriz assaz transcende de sua medíocre influência e estreita compreensão, porque, estagnados num passado morto, não sentem as palpitações e anseios do novo moral que cresce."

E punha logo o dedo na chaga: "Muita gente, de espírito negro e corrosivo, existe, que vive na atmosfera do erro, preconceito, maldicência e inveja, que raiva na impotência de criar e construir para o futuro e de ser algo mais do que farrapo moral; gente de quem Rui, em página imortal, travou o lóbrego perfil e estigmatizou a nefasta atividade social; gente que desama a luz e os ambientes limpos e estima o enredado, o falso e o escuso, criando, em sua temerária irresponsabilidade, fantasmas para intimidar ingênuos, forjando planos de pretensas conspirações para justificar golpes, tendentes, na aparência, a salvaguardar a pátria, sempre em perigo ao seu ver, mas, no fundo, com o fim de, acobertada, satisfazer apetites inconfessáveis em detrimento do país, é claro, perturbado e lesado pelas suas maquinações criminosas. Dessa urdidura, nem isenta sua família, apanhada em suas malhas, talada pelas dissensões e pelos ódios, envenenada pela peçonha que destila. Há poucos dias, atribui-se a eminente camarada a assertiva de que usando eu, em documento público, o termo *nação* em lugar de *pátria*, dava prova da minha condição de comunista, aliás propalada a medo e desde há muito, por gratuitos inimigos meus, a sombra é evidente, do

anonimato. Ignorava tivesse aquele termo perdido seu antigo valor semântico e muito menos sabia a influência comunista tão extensa e profunda na estrutura de nossa língua. Confesso o desconhecimento do evento surpreendente e isto pela razão de que não possuo o dicionário bolchevista da língua portuguesa, nunca deletreado por mim, mas amiudadas vezes, por certo, pelos hermeneutas dos *Planos Cohens*, de cujos conhecimentos especializados haverá, doravante, de se socorrer quem se aventure a escrever no idioma pátrio sem incidência no index dos exegetas totalitários.”

Estillac colocava, como primeiro dos deveres, a “defesa intransigente de todos os nossos superiores e vitais interesses, os únicos que nos devem real e honestamente interessar”, “uma solução patriótica para os problemas relacionados com a defesa nacional, como os do petróleo, das areias monazíticas, do manganês, do quartzo, do potencial amazônico etc. etc.” Afirmava que “a essência da democracia reside na soberania do povo, de cujo julgamento e decisão, desde que livremente expresso, sem compressões da máquina do Estado e as torpes concussões do dinheiro, não cabe qualquer recurso”. E a *Revista do Clube Militar* distinguiria, em seu editorial de julho, comentando a posse de Estillac: “Venceu a decisão inquebrantável que faz da defesa dos interesses e das riquezas nacionais contra a cobiça alheia, uma luta sem desfalecimento, uma batalha sem tréguas, da qual há de resultar o triunfo do sentimento patriótico, com a conquista e a consolidação de nossa independência econômica. Venceu o propósito de manter as Forças Armadas irmanadas ao Povo, em sua sagrada missão de intransigentes defensoras dos ideais democráticos, do respeito à vontade popular, contra os golpistas e seus movimentos antipatrióticos dissimulados ou não com a máscara de defesa das instituições.” Era pronunciamento claro, que os agentes imperialistas marcariam como subversivo, na campanha que iniciaram então, com todos os recursos de que dispunham.

O pretexto foi encontrado de maneira muito simples. Estava o mundo diante de caso concreto de intervenção armada dos Estados Unidos em outro país, a Coreia, onde suas forças militares combatiam, antes mesmo de colocado o problema perante a ONU, embora, depois, alegasse que combatiam em nome da ONU. Tal intervenção, um dos atos mais caracterizados de brutalidade imperialista na sequência dos muitos da "Guerra Fria", vinha servindo como motivo de pressão sobre os países americanos, no sentido de que enviassem tropas à Coreia. Claro que os Estados Unidos não necessitavam de reforço militar. Pretendiam utilizar o conflito para submeter à sua vontade os países de sua órbita em que surgiam resistências à ação imperialista. No nosso caso, uma das formas de pressão concretizou-se no alarma de guerra geral, compelindo-nos a malbaratar as divisas penosamente acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial pelas restrições à importação.

Outra seria, agora, a de nos forçar a uma participação militar que, de forma alguma, nos interessava. A *Revista do Clube Militar*, em seu número de julho de 1950, distribuído ao aproximar-se o ano de seu fim, pelo atraso comum em publicações desse tipo, além do discurso de posse do general Newton Estillac Leal e do editorial sobre a significação de sua escolha, trazia, como transcrição, correspondência do enviado especial do *Manchester Guardian* na Coreia. De Taegu, esse correspondente de guerra informava que as tropas norte-coreanas, apesar dos intensos ataques aéreos norte-americanos, continuavam em seu avanço para o sul, e que o general Dean, desaparecido em Taejan, tivera de combater na linha de frente para elevar o moral de seus soldados, assinalando, ainda, que o apoio dos camponeses da Coreia do Sul às tropas da Coreia do Norte, pelo anseio generalizado da reforma agrária já efetivada por esta parte daquele país, permitia uma consolidação rápida das conquistas militares. Além disso, em cinco páginas, e sob o título

“Considerações sobre a Guerra na Coreia”, a revista sumariava artigo aparecido em jornal de Paris, a propósito do mesmo assunto, aduzindo alguns comentários a respeito da hipótese de nossa participação no conflito.

La Tribune des Nations, realmente, historiava as razões da luta na Coreia, explicando como uma luta interna se transformara numa guerra de agressão dos Estados Unidos à Coreia. A crônica mencionava as diversas intervenções feitas pelos Estados Unidos no Oriente e mostrava como a campanha, na Coreia, obedecia à técnica da “estratégia total”, isto é, “o massacre das populações civis”. As considerações do redator mostravam a apreensão dos brasileiros ante a hipótese de intervenção de forças nossas naquele conflito, citando opiniões já divulgadas na imprensa brasileira, e de chefes diversos, desmentindo estivesse o governo cuidando de concretizar essa participação. Terminava com o seguinte trecho: “É aqui impõe-se situar bem o dever que nos cabe, a nós militares, como cidadãos brasileiros, de pensar e firmar opinião sobre os problemas que interessam à vida, à independência e ao futuro de nosso povo, todo eles intimamente entrelaçados às questões da defesa nacional e as condições essenciais de que depende o cumprimento de nossa missão de soldados. Isso quer dizer, antes de tudo, que o fato de sermos militares não nos tira a condição de cidadãos, condição que nos impõe o dever sagrado de analisar os acontecimentos políticos externos, para poder discernir o grau de sua justeza, sempre em função do interesse nacional e dos sentimentos da maioria da população.”

Discutir um problema que dizia respeito aos Estados Unidos, afirmando que nos cumpria examiná-lo à luz de nossos interesses, foi considerado atitude subversiva, que punha o regime em gravíssimo perigo. Como não havia o que punir, mesmo diante de qualquer regulamento militar, ainda os do conde de Lipe, o consulado militar tomou decisão curiosa: transferiu para guarnições longínquas os

oficiais que constituíam a diretoria do Clube Militar, recentemente escolhida em pleito livre e devidamente empossada, dissolvendo-a, praticamente. Essa arbitrariedade, consumada em defesa dos interesses dos monopólios norte-americanos, e quando se travava no país a luta pela exploração petrolífera em bases nacionalistas, caracterizava claramente a posição assumida pelo governo do consulado militar. Era tarefa cometida pelo imperialismo e colocada em primeira urgência: destruir o Clube Militar como barreira nacionalista.

A imprensa subvencionada pelos monopólios, ao mesmo tempo em que pressionava o Congresso no sentido de que lhes cedesse a exploração do petróleo brasileiro, lançava-se em peso contra o Clube Militar. Segundo balanço feito na época, publicava essa imprensa, diariamente e em todo o território nacional, 200 notas, artigos, comentários, editoriais, acusando de comunista a diretoria daquela associação de classe. Fora certo, sem dúvida, e democrático, discutir o acerto ou não de suas atitudes, entrando no mérito das questões afirmando, por exemplo, que era justo enviar tropas brasileiras à Coreia e argumentando nesse sentido – mas não era isso o que acontecia. Os subvencionados não discutem nunca o mérito das questões; colocam tabuletas que impedem ou dificultam a discussão delas. O problema é, para eles, não discutir.

Vargas foi eleito em meio a tal tempestade e nela começou a colocar-se outra, a da necessidade de impedir a sua posse. E não foi apenas nisso que os dois problemas se confundiram. Confundiram-se também pelo fato de que o general Newton Estillac Leal estava entre os que lutavam para assegurar a posse de Vargas com o apoio das forças nacionalistas, e era apontado como seu futuro ministro da Guerra. Ora, um ministro da Guerra nacionalista, pelas alturas de 1951, quando, em janeiro, Vargas assumiu escolhendo efetivamente Estillac, era algo de escandaloso e insólito. Era, principalmente, solução que o imperialismo não poderia tolerar. Ministro da Guer-

ra, presidente do Clube Militar, chefe da corrente nacionalista nas Forças Armadas, Estillac teria de ser alvo, por tudo isso, de terrível campanha. Era necessário, para enfrentá-la, não apenas firmeza e energia, mas a capacidade de manter unidas as forças que haviam permitido a liquidação do consulado militar e levado Vargas ao poder. A prova concreta estava no problema dos militares componentes da diretoria do Clube que haviam sido arbitrariamente transferidos. Vargas se afirmaria com a anulação desses atos de prepotência, mostrando-se fiel ao sentimento democrático das Forças Armadas, respeitando direitos e, principalmente, o mais sagrado deles, o de defesa dos interesses nacionais. Para Vargas, entretanto, isso era uma decisão política, embora das mais sérias. Para Estillac, era uma questão essencial. Assim, em sessão pública, no Clube Militar, prometeu que tais transferências seriam anuladas.

Frequentemente, entretanto, no jogo político, as criaturas supõem que o recuo é solução que permite ganhar forças - e a sanção da realidade as desmente. Estillac não teve condições para anular as transferências e, desde esse momento, verificou-se que se constituíra em prisioneiro do dispositivo militar do consulado, do qual era excrescente. Não é possível, evidentemente, um ministro da Guerra excrescente do dispositivo de comando; tende a ser expellido, a qualquer momento, e o será tanto mais cedo quanto mais demonstrar tibieza política. Estillac perdeu, assim, o primeiro combate, e enfraqueceu-se politicamente. Vargas entrou no caminho que o levaria à morte, ao suicídio físico. Porque a diretoria do Clube Militar prosseguiu na linha nacionalista, sem tergiversação. Assim, enquanto uma parte das forças recuava, por motivo do recuo de Vargas e seu governo, a outra continuava avançando. A divisão se definiu, inevitavelmente.

A cada membro da diretoria que era transferido, sucedia outro, da reserva, que ocupava o posto e defendia a mesma posição. E a

Revista prosseguia seu rumo, sem alteração de uma linha. No nº 108, de agosto de 1950, o editorial lembrava uma lição de Caxias, quando observara que deveríamos organizar “uma tática elementar privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias dos lucros dos capitais norte-americanos investidos no Brasil, enquanto o imperialismo queria, e com urgência, que as nossas Forças Armadas se transformassem numa espécie de força auxiliar das suas, para exercer o policiamento do mundo, obrigando-o a submeter aos trustes e monopólios e aos seus interesses; discutia o “Acordo do Fundo do Dólar”, destinado a garantir a transferência dos lucros dos capitais norte-americanos investidos no Brasil, esclarecendo que, por tal acordo, “tomaríamos dinheiro emprestado para garantia dos lucros que as empresas americanas arrancam de nosso povo, lucros pelos quais é responsável, em grande parte, uma desenfreada exploração do trabalhador brasileiro, a célebre mão de obra barata, que tanto seduz o capital estrangeiro”; publicava as conferências dos generais patriotas, Raimundo Sampaio, sobre minerais radioativos, Horta Barbosa, sobre a solução do monopólio estatal do petróleo, Leitão de Carvalho, sobre o mesmo problema.

No editorial do nº 109, de setembro, argumentava: “é árdua, bem o sabemos, esta luta. Tanto mais custosa quanto nela nos temos de empenhar contra patricios nossos, que, partilhando dos privilégios daquelas empresas estrangeiras, chegam a advogar a necessidade da alienação de nossa soberania em favor dos poderosos de fora, e procuram sopitar os brios patrióticos e o sentimento de independência de nosso povo, lançando mão da calúnia e aconselhando a violência.” Denunciava o escândalo do endosso concedido pelo consulado militar ao empréstimo da Light no Eximbank, no valor de 1,8 bilhão de cruzeiros, mostrando como esse truste de eletricidade nos vinha explorando e constituindo o seu capital com recursos auferidos no país.

Para fúria dos agentes do imperialismo, a *Revista* começou, em seu nº 110, de outubro de 1950, a publicar os dispositivos constitucionais que asseguram as liberdades individuais, o direito ao pensamento livre e, ainda, o dispositivo que proíbe guerras de conquista. No nº 111, que correspondia a março de 1951, o editorial esclarecia essa coisa óbvia, mas muito esquecida naqueles tempos: "Nossa pátria é o Brasil." Informava que a *Revista* estivera suspensa, por ato da própria diretoria, e por injunção do ministro da Guerra e presidente licenciado, voltando a circular, uma vez que a suspensão não correspondia aos anseios dos associados e nem fora entendida pelos adversários, que continuavam a tenaz campanha de descrédito contra o Clube Militar. A cúpula militar, realmente, não tomando conhecimento da existência do ministro da Guerra, que já experimentara no caso dos oficiais transferidos, lançava toda a máquina oficial contra a associação de classe que cometia o crime de defender o país contra a espoliação estrangeira: começavam a chegar à diretoria documentos com assinaturas de oficiais que não concordavam com a orientação da *Revista*. É interessante verificar o teor desses documentos em que minorias organizadas e devidamente articuladas eram obrigadas a mencionar razões, e entravam a contradizer-se com escândalo.

Um desses documentos, datado de 26 de setembro de 1950, manifesta "estranheza" pela publicação do trabalho "Considerações sobre a Guerra na Coreia", "no qual aparece indisfarçável a simpatia e o aplauso ao regime político da Coreia do Norte, quando é público e notório ser esse regime repudiado pelas nossas leis". Outro documento, de 23 de outubro daquele ano, menciona: "não é de hoje que se ouvem referências à orientação sutilmente esquerdista imprimida à *Revista*." Terceiro, adrede elaborado, acusava a *Revista* de vir, ultimamente, "dando guarida a artigos de caráter nitidamente comunista". Em manifestação individual, conhecido chefe acusava

a Revista de “referir-se repetidamente à Constituição”. Outro, esclarecia que, “como comandante de corpo, cioso de minhas responsabilidades, reuni os meus oficiais para examinar com os mesmos a situação criada com a publicação pela *Revista do Clube Militar* de um artigo extremista”. Outro comandante comunicava que “condeno-os aos meus oficiais, como encargo moral de minha situação hierárquica, obrigado a conduzi-los no interpretar o aparecimento desses conceitos numa revista autorizada”. Um dos poucos que entrava no mérito da questão, escrevia, com grande sinceridade: “Sendo a Coreia do Norte nitidamente comunista, de qualquer maneira, certa ou errada, a intervenção é uma ação contra essa ideologia e, desse modo, deve merecer nossa aprovação, a menos que nos queiramos sujeitar a suspeita de a ela, ideologia, sermos simpáticos.” Outro oficial, em telegrama ao presidente, dizia simplesmente isto: “Pesa-me ver V. Ex^a criando ambiente de agitação, favorável à implantação de nova ditadura pelo ex-ditador Vargas.” As manifestações favoráveis continuavam a chegar, em número muito maior, entretanto, e a *Revista* permanecia fiel à sua orientação.

Em 22 de fevereiro de 1951 - o governo Vargas tivera início em 31 de janeiro - realizou-se no Clube Militar sessão solene, por motivo da transformação em lei do projeto de Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Presidiu-a o general Estillac Leal, já ministro da Guerra. Em sua oração, o general Leitão de Carvalho referiu-se às transferências de oficiais que haviam decorrido da arbitrariedade do consulado militar, apelando para o ministro ali presente no sentido de anulá-las. E o general Djalma Polly Coelho, outro orador, disse: “A última tentativa de perturbação feita pelos políticos profissionais e pelos jornalistas da desordem e da confusão foi a divisão do Exército, a pretexto de um artigo infeliz que foi publicado na revista deste Clube. Esse artigo não tem nenhuma importância, porque não significa qualquer ‘atitude’ tomada contra os interesses do Brasil,

ou suas instituições constitucionais. Se não fora a situação política interna do momento, ele teria passado despercebido, por não traduzir senão pontos de vista pessoais, em relação a um conflito asiático, ainda em seu início. Os perturbadores contumazes da vida nacional, porém, com o atilamento de lobos famintos, viram nele o derradeiro pretexto para se vingarem da derrota que representou para as suas ambições primeiro a eleição do Clube Militar e depois a eleição de 3 de outubro, em que venceu o candidato Getúlio Vargas, contra os desejos de todas as forças que há muito vinham explorando a coisa pública em proveito dos seus interesses egoístas." E, ao terminar: "Existem alguns distintos camaradas nossos, sócios deste Clube, pertencentes ao grupo que mais se bateu pela adoção do novo Código de Vencimentos e Vantagens e que foram punidos em consequência das intrigas de jornalistas partidários, no último esperneio de sua tentativa de divisão das Forças Armadas. Creio que Vossa Excelência, que é o ministro da Guerra, culminaria as impressões elevadas, fraternais e confortadoras de toda esta assistência se pudesse nos dizer que o governo atual, fortalecido pela confiança da nação, como se acha, pretende suspender o efeito das transferências punitivas que foram aplicadas a esses camaradas." Estillac respondeu que "as injustiças seriam reparadas."

Não o foram. E já em seguida, preparava-se o Brasil para participar de uma conferência de chanceleres latino-americanos, oportunidade em que, sempre, as pressões imperialistas se alinham com mais força. Representaria o nosso país o chanceler Neves da Fontoura que, segundo o *Diário Oficial* de 12 de janeiro, havia sido eleito presidente da Companhia Ultragás S. A., uma das muitas associadas da Socony Vacuum Oil, isto é, a própria Standard Oil. Levantar-se-ia, naquele encontro, a questão do exército interamericano, fórmula engenhosa que o imperialismo descobrira para submeter ao seu comando as forças militares dos países em que atuava, e contra o

que, naturalmente, a *Revista do Clube Militar* se pronunciou. Não ficava nisso a ameaça, porém. Em Boca Raton, o sr. Edward Miller Jr., subsecretário de Estado esclarecia amavelmente: "Os Estados Unidos esperam que a América Latina participe da luta mundial, ajustando sua economia às realidades do programa de produção de guerra norte-americano. A primeira coisa a ser feita será apertar a barriga, preparar-se para o racionamento das exportações norte-americanas, aumentar a produção de materiais estratégicos para serem vendidos por preços controlados e preparar-se para as durezas de uma mobilização econômica." Boas palavras, assim, e ditas com aquele tato peculiar a diplomacia norte-americana e que tantos triunfos lhe tem proporcionado.

Enquanto a imprensa subsidiada atacava maciçamente o Clube Militar, numa ofensiva inédita em nosso país, situando particularmente o problema dos vencimentos e o problema político, a resistência continuava, impávida, como uma ilha em meio à tempestade, englobando as questões fundamentais do momento, a do exército interamericano, a da Hileia Amazônica, a do petróleo, a dos minerais atômicos, a do acordo militar Brasil-DSA, que vinha passando a primeiro plano.⁹⁹ A posição do general Estillac se enfraquecia, no Ministério da Guerra, na medida em que o dispositivo militar lhe permanecia estranho e em que o governo cedia às pressões internas e externas, recuando sucessivamente.

Em proporções maiores, era o que acontecia com Vargas, que se distanciava de suas bases populares e cuja administração, completamente dominada pelos que seguiam política oposta à sua, entrava a merecer as mais severas críticas, vindas dos dois lados. Sua política de conciliação ia de derrota em derrota porque, a cada recuo seu, correspondia um enfraquecimento em suas bases populares, enquanto, nas hostes adversárias, ganhava-se ímpeto para nova investida. Quando surgiu a discussão a respeito da Conferência

dos Chanceleres, onde se chegara à audácia de propor um exército internacional, com bandeira internacional, constituído das forças dos países latino-americanos, sob comando norte-americano, a *Revista do Clube Militar* deu o brado: "Auriverde pendão da minha terra! Bandeira Nacional, sim! Bandeira Internacional, Jamais!¹⁰⁰ E o editorial do nº 114, de junho-julho de 1951, sob o título "Não esqueceremos o Brasil", colocava em termos candentes o processo de desnacionalização a que estávamos sendo submetidos.¹⁰¹

O mundo acompanhava ansioso os acontecimentos no Irã, onde o governo Mossadegh fazia enorme esforço para assegurar a riqueza petrolífera do país, esclarecendo que "nossa miséria se deve a que os britânicos e a *Anglo-Iranian Oil Company* apoiavam a governantes corrompidos que exploravam o povo durante todos esses anos". Acrescentando: "Durante 150 anos, os britânicos mandaram assassinar nossos patriotas para proteger seus interesses." Era a situação para a qual caminhava o Brasil, no momento em que nos decidíamos a defender o nosso petróleo e quando os agentes internos do imperialismo afirmavam, ameaçando a todos, que patriotismo era entregar a essa e as outras riquezas nacionais. Para comprometer-nos mais profundamente, surgia a ideia de concorrermos com forças brasileiras no policiamento que os monopólios exerciam no mundo, e particularmente na Europa.¹⁰²

Em agosto de 1951, intoleravelmente, a *Revista* iniciava a publicação das memórias do general Dermeval Peixoto, que comandara parte do dispositivo militar brasileiro que guarnecera a área do nordeste durante a guerra. Peixoto mostrava, em depoimento altamente elucidativo, como se comportaram as forças militares americanas que utilizaram o território brasileiro naquela fase, em revelações oportuníssimas: "A presença de oficiais e soldados americanos em promiscuidade, nas beberagens alegres, nas casas de diversões, nas ruas e nos botequins, não causava boa impressão entre nós." (...)

"Assisti, de uma feita, no bar do hotel, um oficial ser esbofeteado por um simples marujo, por lhe haver sacado o cigarro, durante uma pilhéria alcoólica. E quando a patrulha brasileira pretendeu atender, já estavam abraçados amigavelmente os rixentos." (...) "Tínhamos a impressão de que os nossos aguerridos aliados, ao pisarem o nosso solo; principalmente os que o faziam para o repouso das demoradas travessias em operações navais, consideravam-se em terra ocupada." (...) "Evitava ver brutalidades praticadas contra os nossos patricios assalariados nos pesados trabalhos. Ao interceder, certa ocasião, por uma vítima, arrependimento. Não fora reagir, talvez fosse eu outra vítima de desconsideração." (...) "Certa manhã, ao chegar de automóvel ao portão do Campo de Aviação onde, simultaneamente, os americanos possuíam suas aeronaves e também funcionava o aeroporto civil, fui obstado de entrar, sem antes ser passado em revista o meu carro, eu próprio e o meu soldado motorista. O sentinela americano, embriagado, não importou mostrar a minha caderneta de identidade e o pavilhão de meu comando no carro, pois eu estava em traje civil. Também o motorista, como eu, não entendia o inglês alcoolizado do guarda. Insistia em revistar-me e também o interior do automóvel, tal como havia feito com outros carros que me antecederam com autoridades. O motivo de recepcionar o interventor, que chegava, havia levado ao campo o chefe de polícia, os secretários e outras pessoas, que todos passaram pelo vexame da revista. Não entendi o inglês do sentinela, nem ele entendia o meu português. Os gestos agravaram a incompreensão. Mandei prosseguir. Um tiro soou sobre o meu carro. Parei e mandei o motorista sacar de seu revólver, para enfrentar o bêbedo. Novo disparo, ainda perdido, levantou a terra, próximo dos pneus... Surgiu um jovem soldadinho da Aeronáutica brasileira que interceptou a continuação dos disparos pelo embriagado sentinela... O oficial americano a quem relatei o ocorrido pretendeu me fazer crer que seriam ordens

do general Walsh e que lhe comunicaria o caso para resolver. Nesta oportunidade, estavam presentes na sala do galpão da estação do aeroporto numerosas autoridades e personalidades da Bahia que me ouviram obtemperar, energicamente, e com a mais convencida brasilidade: 'O general que aqui comanda e dá ordens no território brasileiro da 6ª Região Militar sou eu.' Mandei substituir a guarda de soldados estrangeiros no portão do aeroporto brasileiro por soldados da aeronáutica nacional, cujo quartel estava próximo."

O nº 117 da *Revista do Clube Militar*, correspondente a novembro e dezembro de 1951, e que apareceu já em 1952, trazia o discurso do deputado Artur Bernardes na Câmara, condenando o projeto da Hileia Amazônica, estudo do general Leitão de Carvalho, condenando o Estatuto do Petróleo, análise do general Raimundo Sampaio sobre o problema dos minerais estratégicos, entrevista do presidente em exercício no Clube Militar, general Artur Carnaúba, condenando o projeto 1.156, encaminhado pelo Executivo ao Legislativo, sobre o problema da exploração petrolífera.¹⁰³ Os assessores de Vargas, realmente, haviam elaborado alguma coisa capaz de substituir o famigerado Estatuto do Petróleo, que não chegara a transformar-se em lei, o que desesperava o imperialismo e seus agentes internos. Ao mesmo tempo em que mandava encaminhar o projeto 1.156, que de forma alguma atendia os interesses brasileiros na questão, Vargas assumia corajosa posição diante da exaustão provocada pela remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui sediadas.¹⁰⁴

Estillac estava ainda no Ministério da Guerra. Parecia que o governo se inclinava para o lado nacional. Vargas, em denúncia pública, afirmava, a respeito das remessas de lucros, com veemência incomum: "E vamos restituir o que, pagar o quê? Pagar o que não devemos, restituir o que não recebemos, o que é nosso, o que foi majorado por simples magia de cifras, a fim de supervalorizar o capital estrangeiro, em detrimento dos valores do trabalho brasileiro

e da produção brasileira." Assim falara no discurso de fim de ano, em 31 de dezembro de 1951; e Estillac, no banquete protocolar oferecido pelas Forças Armadas ao chefe do governo, reafirmaria as suas posições. Já em entrevista à imprensa, em 30 de dezembro de 1951, quando a campanha dos monopólios lhe pedia a cabeça de seus companheiros do Clube Militar, afirmara: "Tenho lido certos artigos que mais se assemelham a relatórios de beaguins policiais, ansiosos por cartaz, do que informes que tenham a intenção honesta de esclarecer a opinião pública. Revelam claramente a intenção de certos funâmbulos do perigo comunista de subverter a ordem em favor do extremismo oposto e não da defesa da verdadeira democracia."¹⁰⁵

Na solenidade de encontro dos altos chefes militares com o presidente da República, Estillac diria: "Há quem considere a atitude das Forças Armadas perniciosa a determinado tipo de colaboracionismo, por isso as insultam e caluniam. Vindo de onde vêm, partindo de escusas e lóbregas cavernas, os insultos e as mais soezes assacadihas honram mais do que ferem. Se fosse oportuno dizer ainda mais claramente, pediríamos vênias para significar aqui não um estado de revolta, mas um desprezo profundo que merecem tais funambulescos mercadores da opinião. Quando, nas altas esferas da administração nacional, discutem-se, com grave apreensão, os temas capitais da nossa liberdade econômica - corolário da nossa emancipação política - os forjicadores, para os quais todas as ideologias e doutrinas são despautérios, porque pensam apenas em termos de contabilidade pessoal, atiram labéus e se permitem a calúnia e a torpeza a jato."

A assessoria da Presidência da República, entretanto, elaboraria anteprojeto para a exploração petrolífera cheio de profundas brechas, por onde os trustes penetrariam, sem a menor dúvida. Combateu-o o Clube Militar, sem tréguas, e a divisão entre as forças populares,

de que Vargas era uma das expressões, se aprofundaria, e na medida em que ele optaria pela transigência, pela conciliação, quando não pela capitulação. O parecer da comissão nomeada pelo Clube para estudar o anteprojeto, assim, conteria conclusão condenatória irresponsável.¹⁰⁶ E, em março, Estillac era obrigado a demitir-se das funções que exercia. O problema capital, motivo de sua demissão, era o acordo militar Brasil-Estados Unidos que, em lugar de ser negociado pelo ministro da Guerra, ou com a sua anuência, e conhecimento, vinha sendo conduzido, e por bons e sólidos motivos, tão somente pelo ministro do Exterior, sr. João Neves da Fontoura, que concedera tudo aquilo que o imperialismo exigira.

Quando o governo remeteu à Câmara, em 15 de abril de 1952, o famigerado acordo, o país, tomou conhecimento, na medida em que a imprensa realmente nacional permitiu, e em reduzida medida, portanto, da monstruosidade a que nos submetêramos. O documento “não era calcado em legislação brasileira, mas na legislação americana, e particularmente na “Lei de Assistência e Defesa Mútua”, de 1949, e na “Lei de Segurança Mútua”, de 1951. E ficava claro, pelo artigo IV, que o nosso governo se comprometia a “atender às despesas de administração dos serviços que execute no sentido de realizar na República dos Estados Unidos do Brasil os objetivos constantes da lei de Segurança Mútua de 1951”, isto é, comprometíamos-nos a fazer cumprir, em nosso território, uma lei estrangeira. Pelo artigo VI, comprometíamos-nos a receber os oficiais e funcionários norte americanos incumbidos de “administrar e fiscalizar no Brasil a assistência militar” concedendo-lhes todas as imunidades diplomáticas.

Outros e sérios compromissos, não especificados, seriam ajustados por simples troca de notas, de natureza secreta, isto é, desconhecidas do povo e de seus representantes, no Congresso. O parágrafo 1º do artigo I esclarecia que a “assistência militar” obedeceria aos

“planos que determinem a participação de ambos os governos em missões relevantes para a defesa do hemisfério”. Não se mencionava que planos seriam esses. No parágrafo 2º do artigo X aparecia a surrada expressão “mundo livre”, a cujos interesses também nos obrigavam militarmente, isto é, estendia-se a outros continentes a participação a que o nosso país se comprometia a “fazer uso eficaz da assistência recebida”, “no sentido de pôr em execução os planos de defesa, aceitos por ambos, que determinem a sua participação em missões relevantes”, e “não poderá utilizar a assistência militar para fins diversos daqueles para que foi fornecida, sem a prévia audiência do governo dos Estados Unidos”, isto é, os brasileiros se obrigavam a submeter a uma potência estrangeira qualquer uso da referida assistência, e aí se refere a meios materiais, sem o que ela lhe estava proibida. Tivemos, em séculos de vida, de firmar acordos lesivos; nenhum, entretanto, tão vergonhoso.

Havia, no famigerado acordo, cláusulas econômicas, entre as quais tinha destaque a da obrigação, que o ministro João Neves encarecia, ao encaminhar a documentação ao Congresso, de “fornecer aos Estados Unidos da América principalmente materiais básicos e estratégicos, sob a fiscalização de seus órgãos administrativos”. Reafirmava o acordo, por outro lado, o que ficara convencionado na reunião dos chanceleres, em que Neves fora intitulado representante brasileiro, e realizada em Washington em 1951, e poucos sabiam o que ali ficara convencionado. Tinha-se notícia, entretanto, que, entre as resoluções tomadas ali, estava aquela que dava aos Estados Unidos o direito de interferir em nosso comércio exterior, impedindo que realizássemos trocas com a área socialista, sob pretextos estratégicos. Os controles comerciais estavam especificados em outra lei norte-americana, o célebre *Battle Act*, que se destinava a manter o domínio imperialista sobre a economia dos países dependentes que, obrigados a comerciar apenas com as áreas do chamado “mundo

livre”, ficavam na dependência dos preços fixados pelos monopólios, agravando-se, a partir daí, o processo que ficaria conhecido depois e hoje denunciado em documentos oficiais, de “deterioração das tropas externas”, quando exportamos sempre mais e ganhamos sempre menos. Um negócio maravilhoso, evidentemente.

Já em 31 de março, em entrevista a um jornal, Estillac esclareceria: “No momento presente, quando nos fazem entrever possíveis concursos externos e intensamente procuram fazer ressuscitar *planos Cohens*, considero minha personalidade como deslocada no seio do atual governo e, por esta razão, deixei o Ministério da Guerra.” Ligaria na mesma entrevista, a campanha anticomunista em curso, e que o derrubara, à questão da exploração do nosso petróleo, em andamento no Congresso: “Confio no critério dos chefes das diversas Regiões Militares e do chefe do Estado-Maior. Estes altos funcionários, em relatórios mensais que me mandavam, alguns repetidos durante o mês, afirmavam do modo mais objetivo que a infiltração comunista não existia nos diversos regimentos e unidades. Estes documentos, firmados por todos os chefes de Regiões, inclusive da 1ª, são unânimes em trazer a mais completa tranquilidade a tal respeito. Não sei, assim, em quem acreditar, se nos relatórios oficiais ou nas declarações sem base veiculadas por certa imprensa, mais ou menos insinuadas pelos que cobiçam o nosso petróleo.”¹⁰⁷

Retomava, assim, a linha que reafirmava em seu discurso de 3 de janeiro, em nome das Forças Armadas. Dissera, então: “O que desejamos e aspiramos é um Brasil que satisfaça com os seus próprios meios suas necessidades de defesa. Um Brasil industrial que dê navios mercantes e de guerra aos seus marinheiros, aviões aos seus aeronautas, canhões e carros de combate aos seus soldados. Se isto é crime, se o que nos apontam os censores é a dependência crescente da nação, não os acompanhamos e, mais, os combatemos. Não há de ser com o nosso consenso que se alienem parcelas da

soberania nacional, nem se alijem nossas perspectivas de futuro vigoroso." (...) "Não foi nos velhos tempos da primeira República, quando vivíamos hipnotizados pelo ouro estrangeiro, que o Brasil se firmou no cenário mundial e gozou de prosperidade. Foi quando se voltou para as suas energias, para os mananciais do seu solo e para o trabalho de seus filhos, que vimos crescer as suas cidades, as suas fábricas e a sua capacidade produtiva."¹⁰⁸

A Mensagem com que Vargas encaminhou ao Congresso o projeto criando a Petrobrás, ali entrado em dezembro de 1951, recebia críticas, e fundadas, de todos os setores nacionalistas. A demissão de Estillac correspondia ao máximo da ofensiva imperialista para liquidar qualquer possibilidade de solução que lhe fosse adversa. O projeto não mencionava o monopólio estatal. Bernardes, em discurso de janeiro de 1952, teria oportunidade de esclarecer: "Tenho para mim que o projeto enviado à Câmara maqueia a boa-fé do sr. presidente da República. Quer por atos, quer por palavras, S. Ex^a sempre se manifestou nacionalista no que concerne às nossas riquezas minerais." Até que ponto, realmente, esse projeto denunciava um recuo na posição de Vargas, ou uma exorbitância de sua assessoria, bem clara quando um de seus elementos, o sr. Rômulo de Almeida, declarou que "a solução nacionalista do problema do petróleo é produzir petróleo e não *slogans*, fórmulas e discursos"? Estava, evidentemente, subestimando os *slogans*, os discursos, os pronunciamentos, que haviam constituído a campanha mais profunda a que o país já assistira, só ridicularizada pelos que se comprometiam com o outro lado. Na Câmara, o parecer pertenceu a figuras políticas como os srs. Antônio Balbino, Daniel Faraco, Lafaiete Coutinho, Manhães Barreto, cuja posição entreguista era notória.

Tudo fora armado, pois, no sentido de impor ao Brasil uma derrota inapelável. Como as condições para isso não eram ainda satisfatórias para os monopólios, mesmo com Vargas de capitulação em

capitulação, e com Neves dando as cartas, houve necessidade, para o imperialismo, de lançar mão do argumento que jamais dispensa: o terrorismo. Instalou-o, logo no primeiro trimestre de 1952.

A GRANDE CONSPIRAÇÃO

Para o imperialismo, em 1952, tratava-se de aprofundar o debilitamento do governo Vargas, pela conquista do Clube Militar, partindo daí para a conquista do próprio governo. A derrubada do general Newton Estillac Leal do Ministério da Guerra era apenas a primeira etapa, a que se seguira, inevitavelmente, o arrasamento da corrente nacionalista militar, que deveria ser reduzida por todos os processos, ainda os extremos. Dominando os meios de comunicação, a imprensa, o rádio, a televisão, dominando a estrutura econômica e financeira e extensas áreas do poder, restava apenas extinguir o foco de resistência militar, completando tarefa que vinha sendo metodicamente executada. A conquista do Clube Militar foi articulada com rigor e minúcia, pela plena, desembaraçada e escandalosa utilização do aparelho de comando das Forças Armadas integralmente a serviço do movimento antinacional, antipopular e antidemocrático que então se organizou.

Demissionário da pasta da Guerra, voltou o general Estillac ao meio de seus companheiros de luta, aceitando o lançamento de sua candidatura à reeleição no Clube Militar, em pleito que estava previsto para a primeira quinzena de maio. A campanha iniciou-se com larga antecedência e tomou impulso logo que o candidato deixou o Ministério da Guerra. Aceitando, em carta, a sua reeleição, Estillac divulgou manifesto em que afirmava: "Cessadas as razões para meu afastamento do pleito para a renovação da direção do Clube Militar, comunico-vos aceitar a inclusão de meu nome na chapa e reeleição da atual Diretoria, atendendo assim aos insistentes e reiterados apelos de meus camaradas. Desfeita pelos fatos a campanha difamatória,

organizada e estipendiada pelos agentes de interesses antinacionais, chegou o momento de promover a união em torno do grupo que vem demonstrando, pela ação decidida e positiva, seu respeito aos compromissos assumidos. Não bastam, diante de casos concretos, vagas promessas genéricas ou tiradas demagógicas, suscetíveis de acomodação. Cumpre definir-nos pelo nacionalismo, em honesta definição de posições, combatendo o entreguismo nos seus mais variados aspectos. Não devemos nem podemos permitir que a luta contra os extremismos, natural na defesa da legalidade democrática, venha a servir de pretexto ao desencadeamento de uma onda reacionária, que possa até ferir os próprios fundamentos do regime democrático. Esse movimento, tão a gosto de conhecidos elementos, serve para o preparo do terreno, encobrindo, como cortina de fumaça, o verdadeiro objetivo da campanha, que é a manobra entreguista daqueles que se propõem deliberadamente a alienar as nossas tão cobiçadas riquezas. Na defesa do patrimônio nacional, nas questões da Hileia Amazônica, materiais estratégicos e petróleo, devem se unir os corações e espíritos dos patriotas esclarecidos, sem distinções de classe. Não poderia fugir, nessa altura dos acontecimentos, ao dever de prestar a minha decidida cooperação aos que lutam na defesa de nossa soberania, pela manutenção intransigente dos invioláveis princípios constitucionais, que regem a vida de nossas instituições democráticas e representativas, senão formando ao lado da atual Diretoria na sua chapa de reeleição.”

À sombra do aparelho militar, e utilizando na plenitude os seus recursos e a cadeia de comando e de informações e comunicações, apresentava-se, agora, uma organização que a si mesma se batizara “Cruzada Democrática”. Em seu documento de apresentação, impresso em papel de excelente qualidade e largamente distribuído pela rede oficial, aduzia os motivos pelos quais se propunha alijar da direção do Clube Militar a corrente ali dominante. Começava por

afirmar que operava “sob a bandeira do nacionalismo sadio”, sob a qual, entretanto, esclarecia, “não se podem ocultar outras bandeiras repudiadas por nosso patriotismo e nossa índole democrática”. Destinava-se a uma missão que visava “afastar o Clube Militar das influências totalitárias da direita ou da esquerda”. Definia-se melhor, adiante: “O respeito a essas verdades leva-nos a desejar que sejam proscritas do Clube Militar de maneira absoluta: as atividades que afetem a ordem e a segurança interna e os compromissos internacionais da nação brasileira; as atividades que possam ser exploradas num sentido político-partidário, visando gerar dissensões de qualquer natureza entre os sócios; as iniciativas que possam ser interpretadas como pressões indébitas, quer sobre a opinião pública, quer sobre os poderes constituídos.”

Fazia referência, por fim, ao “nacionalismo racional”, que seria o de seus adeptos. Propunha-se, assim, e declaradamente, quando discriminava o que não faria no Clube Militar, o que não permitiria que se fizesse, a calar a voz da oficialidade patriótica, a impedir que ali se levantasse o protesto contra a entrega das nossas riquezas e, principalmente, a que ali não se ouvisse uma palavra de esclarecimento a respeito dos chamados “compromissos internacionais” a que o Brasil se obriga, isto é, qualquer discrepância no acompanhamento da política imperialista conduzida pelos Estados Unidos e consubstanciada, ultimamente, no famigerado acordo militar.

Fora tal acordo o motivo fundamental do afastamento do general Estillac Leal do Ministério da Guerra e, sobre tão grave problema, ele deporiam, pouco depois, da forma seguinte: “É muito comum, aliás, para facilitar ou apressar, sem mais exame, a aprovação de atos executivos, emprestar-lhes a chancela dos militares, bodes expiatórios de tudo quanto se pratica neste país com segundas intenções e a cuja responsabilidade, por isso mesmo, se procura fugir.” (...) “Como prova de nossa afirmação, assinalamos o caso da transformação de

nossos principais centros urbanos em bases militares, para o fim exclusivo de cassar-lhes a autonomia." (...) "Desconhecemos, pois, certos compromissos anteriores, que o novo acordo confirma, porquanto não foram objeto de ratificação e, em consequência, nunca foram sancionados pelo Congresso." (...) "Ora, o Brasil está sendo submetido, em plena paz, a rigoroso bloqueio, desta vez sem racionamento estabilizador dos preços e neutralizador do mercado negro, e os resultados aí estão, à vista de todos: alta crescente do custo de vida para a coletividade e lucros fabulosos para os felizes monopolizadores dos escassos produtos importados ou produzidos no país." (...) "À primeira vista, nossa análise parece escapar ao terreno militar. Sem dúvida alguma, porém, a ordem interna e a segurança internacional do nosso país estão estreitamente ligadas à sua ordem econômica e social, profundamente abaladas pelo regime semicolonial que nos é imposto pelos detentores desse funesto monopólio que nos está arruinando e enfraquecendo." (...) "O que ninguém pode ser é a favor *desse acordo*, que tão sérias dúvidas levantou, que não sabemos se devemos batizar de Camboim ou de Neves, pois, em nossa modéstia, não nos sentimos à altura de um Zola para formular um novo *J'accuse*".¹⁰⁹

Nessa altura, já a imprensa concentrara todos os fogos sobre o Clube Militar, a diretoria era acusada de comunista e comunistas seriam todos os que votassem pela sua reeleição, passíveis, portanto, de punições severas e incompatíveis com a carreira militar. Entre os milhares de artigos publicados então, em todo o território nacional, numa concentração inédita, mencionamos aqui alguns exemplos, sem qualquer preocupação de destacá-los como típicos. "Vargas a braços com nova crise militar" era o título de um deles, em que se situava a primeira crise militar como a que motivara a saída de Estillac do Ministério da Guerra, sendo a da renovação da diretoria do Clube Militar a segunda, a respeito da qual o articulista adiantava

que Estillac convidava “com muita malícia os adversários a anunciarem suas opiniões sobre o petróleo e a Hileia Amazônica.”¹¹⁰ É claro que tais adversários, não podendo afirmar de público, porque os militares honestos não os acompanhariam, e constituíam maioria, que eram favoráveis à entrega de vastíssima zona territorial e da riqueza nacional, refugiavam-se atrás da posição de não discutir tais questões e de impedir que elas fossem discutidas no meio militar.

O circunspecto *New York Times* repetia a manchete do jornal antes citado: “Ameaçado o Brasil pela crise militar.” Fazendo um resumo do que dizia o órgão americano, um dos nossos diários publicava o seguinte: “Para o *The New York Times* a crise militar brasileira ameaça degenerar em perturbação da ordem, qualquer que seja o resultado das eleições do Clube Militar, devido às atividades extremadas que o general Estillac Leal vem tomando no caso, que correspondem à linha favorita dos comunistas.” Transcrevia parte do artigo original: “Um movimento anti-Estados Unidos dentro das forças armadas brasileiras começa a cristalizar-se através de uma declaração formal do antigo ministro da Guerra, Newton Estillac Leal, de que era candidato à presidência do Clube Militar do Brasil. Em nome do nacionalismo, o general Estillac estava tentando reunir todos os elementos que pensam estarem as riquezas naturais do Brasil em perigo de ser roubadas pelos interesses estrangeiros. Isso incluiria elementos das mais variadas tendências, desde comunistas até nacionalistas extremados, todos, porém, hostis à política atual de estreita colaboração com os Estados Unidos.”

Adiante: “Ele acusou a campanha de oposição de ‘ser organizada e paga por agentes de interesses antinacionais.’ (...) Contra ele, o general Estillac, tem um grupo que se denomina *Cruzada Democrática*, batendo-se por estreita colaboração militar e econômica com os Estados Unidos em defesa do Hemisfério Ocidental e por medidas enérgicas contra os comunistas do Brasil. Seu candidato é o general

Alcides Etchegoyen, comandante da Artilharia de Costa e outrora chefe de polícia do Rio de Janeiro. O movimento congrega numerosos dos mais destacados oficiais do Brasil, entre eles o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, e brigadeiro Eduardo Gomes, um dos candidatos na última eleição. (...) A eleição do general Estillac não significaria que o Exército brasileiro seja preponderantemente comunista. Significaria que um forte grupo se oporia ao estreitamento de laços com os Estados Unidos".¹¹¹

Em abril, o general Alcides Etchegoyen tornava público que solicitara a constituição de um Tribunal de Honra de Parlamentares, para decidir sobre as acusações que se faziam aos defensores de sua candidatura, de que estariam a serviço de interesses estrangeiros: "Como candidato da Cruzada Democrática, no interesse social do Clube Militar e do próprio país, sugiro àquele ilustre general aceitemos um Tribunal de Honra para julgar qual de nós terá adotado programa real e legalmente nacionalista para o Clube Militar, e qual, sob essa aparência, estará empregando métodos ilegais, subversivos ou mesmo ligados a objetivos políticos vedados à classe militar."¹¹² Estava o grupo de oposição, evidentemente, sentindo a reação da oficialidade que, apesar de todas as pressões, recusava-se a servir de instrumento a uma manobra cujo sentido político não passava despercebido aos menos atentos e cujo desdobramento era já previsível. Tornava-se imperioso, pois, lançar na arena o recurso supremo: o terrorismo.

As eleições no Clube Militar processam-se em duas fases, começando a do interior dois meses antes da que se realiza na capital. As informações que começavam a afluir da votação do interior assinalavam posição excelente para a chapa encabeçada pelo general Estillac Leal. Foi em março – a eleição na capital se realizaria em maio – que começaram as prisões. Era a época do Acordo Militar Brasil-Estados

Unidos, da discussão do projeto da Petrobrás, das exigências para o envio de tropas brasileiras à Coreia, do movimento de massas que crescia a cada passo contra essa decisão e pelo regresso imediato ao país dos cruzadores *Barroso* e *Tamandaré* que, velhos navios reconicionados, haviam sido “cedidos” pelos Estados Unidos ao Brasil, mantendo, assim, o reequipamento de sua Marinha em moldes mais retrógrados do que meio século atrás, quando recebíamos do exterior os nossos barcos de guerra, mas novos e encomendados de acordo com o que presumíamos serem as nossas necessidades. As violências começam na Marinha, e voltaram-se contra a tropa em que se delineava ou repercutia a campanha de protesto contra a intervenção militar brasileira na Coreia.¹¹³

Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a conivência, ou a cumplicidade de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais. As violências abrangeram as três Forças Armadas.¹¹⁴ Assim, minoria de oficiais, que de forma alguma podia ser tomada como representativa das classes armadas e de sua mentalidade, tomara a si a sinistra e suja tarefa de esmagar aqueles que desejavam apenas defender os interesses do país e repelir a intervenção indébita e impatriótica de potência estrangeira. Tais elementos deixaram uma página negra em nossa história militar e representaram a infâmia de que o imperialismo é capaz.

Em 5 de abril de 1952, distando ainda um mês da fase final do pleito no Clube Militar, a oficialidade nacionalista que formava com a candidatura do general Estillac Leal divulgava, em boletim eleitoral, as seguintes informações, que dão bem uma ideia do quadro da época: “É bem verdade que os restantes consócios, abstração feita do reduzido grupo que nunca virá formar na unidade garantidora da orientação patriótica de que se fez baluarte o Clube Militar, vêm tendo entravada, por meios e progressos que empanam o brilho do

pleito, sua marcha incoercível para se unirem à sólida maioria dos consócios que, nas guarnições do interior, já votaram para que não seja entregue o nosso petróleo aos trustes americanos, para que não seja alienada a soberania brasileira nos 3/5 do território nacional que constituem a chamada Hileia Amazônica, para que os nossos minérios estratégicos sejam preservados em proveito unicamente do progresso do Brasil e de sua defesa, para que não seja negado ao oficial o direito de manifestar livremente o seu pensamento e de ter, em sua entidade de classe, o baluarte inamologável de seus justos e legítimos direitos e aspirações." (...) "É o caso, a título de exemplo, de uma grande guarnição do Norte do país, e de uma outra, de escol, no interior fluminense, onde é alegada a incompatibilidade dos votantes da chapa Estillac-Horta para ali servirem." (...) "Acolá, é a mistificação eleitoral apoiada no já desmoralizado chavão do comunismo, como aconteceu, temos notícia, no interior do Rio Grande do Sul, onde jovens oficiais foram instados a votar contra o clube por um consócio mais experimentado que lhes dizia serem considerados 'a favor de Moscou' aqueles que votassem na chapa Estillac-Horta".

Como, no prosseguimento das eleições no interior, a chapa nacionalista caminhava à frente, foi necessário romper as últimas barreiras de escrúpulo: começavam a ser presos os próprios oficiais que traziam os votos, não só para desqualificá-los no conceito de seus companheiros de armas, como para impedir o afluxo desses votos ao Clube Militar. Numerosos foram, então, os oficiais presos, e todos em trabalho eleitoral, com votos em seu poder. Em 7 de abril, em Juiz de Fora, foram presos os majores Sebastião Dantas Loureiro e Fortunato Câmara de Oliveira, quando em trabalho eleitoral. Em seu depoimento perante a justiça militar, o major Fortunato Câmara de Oliveira, herói da guerra, de que participou na esquadrilha enviada pela FAB, teve oportunidade de situar com precisão

o problema: Perguntado se tinha fatos a alegar, que justificassem sua inocência, respondeu:

“Que sim; e quer, agora, o declarante chamar, data vênha, a atenção deste Egrégio Conselho que é nos próprios autos que se encontram as provas de que o declarante não cometeu qualquer crime, e que, portanto, desde a sua prisão, inclusive, só arbitrariedades foram cometidas contra o mesmo”;

“- a sua missão foi a arbitrariedade inicial cometida pela autoridade que a ordenou; isso porque o militar só pode ser preso por mandado, diz o art. 149 do CJM, se, fora do flagrante delito, houver confessado crime, houver declaração de duas testemunhas que deponham sob compromisso ou prova documental que resulte em veemente indicio de culpabilidade; e nenhuma dessas circunstâncias ocorreu para que a prisão fosse ordenada”;

“- logicamente essa prisão teve por fim interromper os trabalhos que o declarante vinha desenvolvendo na campanha eleitoral do Clube Militar, em 1952, em prol da reeleição da Diretoria Estillac-Horta, e é o que passará a demonstrar o declarante”;

“- o declarante relembra que o início da campanha eleitoral do Clube Militar se deu em meados de novembro de 1951; que, em dezembro daquele ano, o declarante, com a colaboração de outros colegas, entre os quais o major Sebastião Dantas Loureiro, já havia formado uma Comissão Eleitoral Estadual em Porto Alegre, a favor da reeleição da Diretoria do Clube Militar, composta de mais de 30 membros: enquanto os adversários formam, posteriormente uma comissão eleitoral com apenas 5 membros; da primeira das comissões faziam parte o declarante e o major Dantas”;

“- que o declarante e o major Dantas foram, em 17.12.1951, repentinamente transferidos daquela Zona Aérea para a capital federal, a título de ‘necessidade do serviço’, mas que a essas transferências não se pode dar qualquer explicação de ordem administrativa

normal, uma vez que não havia oficial superior excedendo na zona bem como os claros deixados por essas transferências não foram preenchidos durante o ano que se seguiu; é de se concluir que os êxitos iniciais na campanha eleitoral do Clube Militar em Porto Alegre tenham motivado essas transferências, (doc. anexo)";

"- que, entretanto, o declarante prosseguiu nos seus trabalhos da campanha eleitoral; no Estado de Mato Grosso fundou, no dia 1º de fevereiro de 1952 (doc. anexo), uma comissão estadual eleitoral; no interior desse Estado recolheu uma tal quantidade de votos para a chapa Estillac-Horta que quase atingiu a unanimidade; aproveita a oportunidade para revelar que, nesse Estado e nessa ocasião, cruzou com o avião UC-45 do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, tripulado pelos então majores Fídias Piá de Assis Távora e Hamlet Azambuja Estrela e tendo como passageiro um oficial do Exército que o declarante não identificou, que também percorriam o Estado de Mato Grosso em trabalhos da campanha eleitoral do Clube Militar, porém em propaganda da chapa contrária à do declarante";

"- que, no prosseguimento desses trabalhos eleitorais, seguiu, no dia 5.4.1952 para a cidade de Juiz de Fora, juntamente com o major Dantas, onde conseguiu em dois dias vencer as eleições na dita cidade; ao regressar ao Rio, no dia 7, o declarante e o major Dantas foram presos e os documentos do Clube Militar que levavam foram apreendidos; entre esses papéis estavam os votos ali obtidos; esses votos só foram devolvidos ao major Dantas, apesar de solicitações escritas desse oficial para que lhe devolvessem esses votos ou que os mesmos fossem entregues ao Clube Militar em tempo útil, só foram entregues de volta por essas autoridades após a realização do pleito";

"- eis porque afirmou o declarante que sua prisão, no dia 7.4.1952, teve como finalidade imediata a interrupção de seus trabalhos na campanha eleitoral do Clube Militar em prol da reeleição da diretoria Estillac-Horta."¹¹⁵

Ao ser ouvido, na 1ª Auditoria do Exército, o major Leandro José de Figueiredo Júnior teria oportunidade de esclarecer: “que sua prisão havia sido determinada às vésperas das eleições no Clube Militar e tivera como objetivo afastá-lo do pleito e criar, no seio das Forças Armadas, um clima de terror que impedisse a vitória da chapa encabeçada pelos generais Estillac Leal, Horta Barbosa e Artur Carnaúba. Disse o major Leandro que, na ocasião da sua prisão, integrava a Comissão Eleitoral do Estado de São Paulo pró-reeleição da chapa Estillac e que desenvolvera grande atividade não só no Estado de São Paulo como ainda em algumas guarnições do Rio Grande do Sul, onde estivera dias antes de ser preso, em pleno gozo de licença-prêmio. A seguir fez um rápido apanhado das magníficas vitórias obtidas no Estado de São Paulo pela chapa Estillac.”¹¹⁶ Em carta que a imprensa divulgou, a mesma afirmação é feita pela esposa do capitão Joaquim Miranda Pessoa de Andrade.¹¹⁷ “Esse processo, como os demais processos forjados contra os militares do Clube Militar e da Casa do Sargento do Brasil, tem a sua base nas maquinações dos trustes internacionais contra a nossa emancipação econômica” – diria o deputado Euzébio Rocha, advogado do major Humberto Freire de Andrade, antigo diretor da *Revista do Clube Militar*, preso posteriormente às eleições. Por seis votos contra três, aliás, o Supremo Tribunal Militar revogaria a prisão preventiva a que estivera sujeito o capitão Joaquim Inácio Cardoso, outra vítima da insânia da época, afirmando o ministro Cardoso de Castro, relator do feito, que “a acusação atribuída ao capitão Joaquim Inácio Batista Cardoso, no ponto de vista de atividades subversivas, cinge-se ao recebimento e distribuição, a princípio de material de propaganda eleitoral referente aos generais Leitão de Carvalho e Felicíssimo Cardoso, candidatos a cargos de representação eletiva e, igualmente, recebimento e distribuição ostensiva ou clandestina do jornal *Emancipação*, dirigido pelo general Felicíssimo

Cardoso, jornal esse considerado de tendência comunista". O mais alto tribunal de Justiça militar tinha de ocupar-se de casos tais, tão tola a acusação: o fato de um filho interessar-se pela eleição de seu pai, ou distribuir o jornal dirigido pelo pai, e que defendia pontos de vista nacionalistas. Colocar o nacionalismo na ilegalidade, esse o grande esforço do terrorismo militar então desencadeado.

O deputado Euzébio Rocha, tratando ainda de tais processos, esclareceria: "Não é por acaso que eles surgiram em cena justamente na ocasião em que o Congresso Nacional debatia o processo da Petrobrás. Não é por simples coincidência que os militares presos e processados são justamente aqueles que se distinguiram na caserna e em suas associações de classe como fervorosos batalhadores pela tese do monopólio estatal do petróleo. Não me admira que, no momento em que se reacenderem no país os debates em torno da encampação da Light e do projeto da Eletrobrás, outras 'tramas subversivas', 'pondo em risco as instituições nacionais', sejam também 'descobertas' e ocupem as manchetes de certa imprensa." (...) "É nos próprios autos do processo que vamos encontrar os elementos de prova, os mais veementes da coação e da violência que se abateu sobre os acusados, na fase do Inquérito Policial Militar, a fim de forçá-los a assinar documentos forjados previamente pela própria Comissão de Inquérito, documentos que mais tarde seriam apresentados por ela como 'confissões'."¹¹⁸

A marcha dos processos, entretanto, não foi simples como a dos inquéritos, em que todas as arbitrariedades foram utilizadas. Alguns promotores reagiram contra a opressão que lhes era imposta. O da Auditoria da Polícia Militar do Distrito Federal em seu pronunciamento final, denunciou a tentativa de desmoralização que sofreu no exercício de suas funções; esclareceu que teve de tomar providências para abreviar o tempo de prisão dos acusados, na fase do inquérito, porque considerava tal prisão ilegal e finalmente pediu a absolvição

de todos os acusados, O promotor da 1ª Auditoria do Exército, no Rio, se negou a requerer a prisão preventiva de alguns indiciados e foi por isso afastado da função e submetido a processo, por ordem do cel. Amaury Kruel. Livrou-se desse processo, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal, que lhe concedeu *habeas-corpus*. O promotor da 2ª Auditoria do Exército, no Rio, declarou perante o Conselho de Justiça considerar os processados homens dignos e patriotas, palavras que constam da sentença absolutória, passada em julgado, daquele conselho. Houve exceções, naturalmente: o promotor Nestor d'Agosto, infamando a justiça de seu país, pediu para os acusados pena que não consta de nossos códigos, a de morte...

A ofensiva imperialista desencadeada desde 1951 começava a alcançar vitórias expressivas. Na Mensagem relativa a 1951, realmente, Vargas denunciara que "por detrás dos bastidores da administração pública, logrou o governo descobrir aos poucos, e não sem dificuldade, uma trama criminosa, que há cinco anos se vem tecendo contra a economia, a riqueza e a independência da pátria". Referia-se às fraudes ao Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, estabelecendo que "as remessas de juros, lucros e dividendos não ultrapassará de 8% do valor do capital registrado, considerando-se transferência e capital o que exceder essa percentagem. Na fase do consulado militar, essa disposição vinha sendo burlada e, depois, revogada, com o maior desembaraço. Vargas fornecia, agora, números escandalosos relativos à fraude: as remessas ilegais aproximavam-se de um bilhão de cruzeiros. Tal denúncia fundamentaria a decisão do Executivo, de 3 de janeiro de 1952, que determinava a revisão dos registros de capital estrangeiro, com a finalidade de limitar as remessas de lucros, evitando que excedessem o capital realmente entrado no país. No art. 2º, o ato definia: "capital com direito a retorno é somente aquele que, *oriundo do estrangeiro*, esteja investido no país e conste de registro da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil."

A reação do imperialismo foi imediata. Em sua edição de 9 de janeiro, já o *Journal of Commerce*, de New York informava que as autoridades de Washington haviam dirigido enérgico protesto ao governo brasileiro, declarando ser inadmissível o controle dos capitães norte-americanos aqui investidos. Na Câmara de Comércio Internacional, o representante americano George Sloan fez violenta carga contra o nosso país. Edward Miller, secretário adjunto do Departamento de Estado, falando na Câmara de Comércio de São Francisco, declarou que os empréstimos bancários ao Brasil seriam suspensos se fosse mantido o ato do governo brasileiro. Aqui, os agentes imperialistas faziam coro com os seus mandantes externos, levantando a virulenta campanha contra Vargas e seu governo, daí por diante ameaçado permanentemente de deposição pela força. Vargas tocara no calo de estimação do imperialismo quando, na Mensagem de 1951, mencionara a "ação predatória dessas forças de rapina que não conhecem bandeira nem cultuam outra religião que não seja a do lucro".

Em 21 de maio, realizaram-se as eleições no Clube Militar: a chapa encabeçada pelos dois ex-chefes de polícia, os generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo obteve 8.288 votos; a chapa nacionalista encabeçada pelos generais Newton Estillac Leal e Horta Barbosa alcançou 4.489 votos. O espantoso é que 5 mil oficiais tenham, nas condições em que o pleito se processou, quando o terrorismo estava desencadeado, a coragem de escolher a chapa nacionalista, porque isso importava em correr todos os riscos, o de prisão, o de perder a carreira, o de passar aos fichários policiais do Estado-Maior do Exército e não alcançar mais promoções por merecimento, nem comissões, nem prêmio de espécie alguma. Esse índice correspondeu a uma afirmação, a mais alta possível naquelas circunstâncias, de fidelidade aos princípios democráticos e de cumprimento dos deveres para com a nação e o seu povo. Nem o

terrorismo conseguira esmagar esse indomável espírito de luta. E já em 7 de junho, em entrevista a *O Cruzeiro*, o novo presidente do Clube Militar, interrogado sobre o problema capital, travava com o repórter o seguinte e elucidativo diálogo:

“- E quanto à orientação da *Revista* daqui por diante?

- Haverá liberdade para debate de assuntos de interesse interno da entidade.

- Inclusive o petróleo?

- Esse não é assunto de interesse interno do Clube. Ademais quanto ao petróleo, o Executivo já se manifestou a respeito e o Legislativo está se manifestando, neste momento. Tudo quanto eu poderia, dizer sobre a matéria, já foi dito pela Cruzada em documentos escritos.

O jornalista insistiu no assunto. O general respondeu, de modo terminante:

- Mas eu fui eleito pelos militares que não queriam mais que se falasse em tal assunto no Clube...”¹¹⁹

Vargas estava, agora, completamente cercado por um dispositivo militar de cúpula - o mesmo que o depusera em outubro de 1945 - e que não permaneceria inativo. Enquanto calava o Clube Militar, aguardando o momento de colocá-lo a serviço de novo golpe de Estado, explorava o êxito levando às últimas consequências o terrorismo já desencadeado. Prosseguiram as prisões de militares: destruída a Casa do Sargento, ocupado o Clube Militar, presos e torturados os mais conhecidos, tratava-se de, enquanto prosseguia a ofensiva imperialista e o problema do petróleo era discutido no Congresso, de esmagar, individualmente, os últimos elementos, aqueles que gozavam ainda de uma liberdade precária, espalhados pelo território nacional, colocados sob vigilância.¹²⁰

A fúria não se abatia somente sobre os militares, naturalmente. A fase de euforia nazista foi aproveitada na plenitude de suas pos-

sibilidades, para destruir as organizações de defesa dos interesses populares e até mesmo aquelas que, tão simplesmente, pregavam a paz.

A paz, é claro, era crime, perante os critérios do imperialismo, trabalhar por ela constituía perigosa delinquência, no nível do trabalho pela solução estatal do petróleo. Não era apenas o patriotismo que estava no index, era também a dignidade humana.¹²¹

À ofensiva da cúpula militar contra os companheiros de armas cujo crime consistia em defender os interesses nacionais, a oficialidade respondia com a conduta sobranceira dos Conselhos de Justiça Militar constituídos por oficiais da ativa, em número de quatro, e um juiz togado, que absolviam os oficiais e praças até aí presos, torturados, reduzidos à miséria física. O fato de que não houve um só desses conselhos que tinha votado a condenação dos acusados foi outra prova eloquente da firmeza da massa militar, apesar da ofensiva terrorista. Porque, além das inevitáveis suspeições que vitimaram todos os que tinham atitude de equanimidade no julgamento de acusados pelo imperialismo e seus agentes, havia que enfrentar a tremenda campanha de imprensa, uma das mais sistemáticas e maciças já desenvolvidas no país. Em 23 de agosto de 1952 - agosto foi um mês de muitas prisões de oficiais - conhecida revista do Rio, caracterizada como instrumento dos trustes internacionais, estampava reportagem de notório chantagista, divulgando, a seu modo, isto é, a modo dos trustes e de seus agentes militares, o que era o inquérito em desenvolvimento na 1ª Região Militar, já na fase da justiça. Assim, o que era segredo de justiça para alguns, era matéria de divulgação para outros.¹²²

Correspondência dos Estados Unidos anunciava, simultaneamente, que o Banco de Exportação e Importação, segundo o *Journal of Commerce*, "não tenciona permitir que a lei brasileira, que restringe a exportação de capitais, se acesse no caminho dos vários emprés-

timos que está ativamente pensando fazer àquele país.” Observava o jornal, por sua conta, porém: “Há escassa probabilidade de que o Brasil obtenha qualquer empréstimo do Banco Internacional de Recuperação e Desenvolvimento, até que a lei seja modificada.” Informava-se, por outro lado, que “os empréstimos que o Banco de Exportação e Importação têm em estudo relacionam-se estreitamente com as empresas privadas norte-americanas no Brasil. Um dos maiores desses empréstimos visa expandir os recursos energéticos elétricos, através da ampliação das instalações de utilidade pública filiadas à *American and Foreign Corp* – uma companhia norte-americana.”¹²³ Tais informações eram de junho, quando, aqui, os oficiais e sargentos presos eram torturados ou humilhados. Ao mesmo tempo em que um jornalista combativo levantava suspeições sobre o silêncio a que fora reduzido o Clube Militar.¹²⁴

Tornava-se público o tratamento que os oficiais e sargentos recebiam, nas masmorras nazistas. Em 16 de junho, conhecido articulista divulgava carta da esposa de um desses oficiais, informando: “Fui ao regimento e lá constatei que, de fato, meu marido se encontrava incomunicável e não só isso como em condições indignas e incompatíveis com o oficialato, além de desumanas. Em um quarto trancado a cadeado, com as janelas fechadas a prego, onde não entrava a não ser pela bandeira da porta que dá para um corredor interno, e onde não entrava sol de espécie alguma. Na porta, permanece um soldado armado e, para a abertura do compartimento, foi preciso formar a guarda (três soldados) de acordo com as formalidades previstas para abrir xadrez dos praças”.¹²⁵ No dia 14 de junho, era a mãe de outro oficial preso que recorria à imprensa para informar não saber o paradeiro de seu filho, tenente Mauro Vinhas de Queiroz, da Aeronáutica.¹²⁶

Em 15, o mesmo articulista frisava: “Mas o que se está fazendo no Brasil é a manobra de intimidação. Intimida-se os militares com os rigores de disciplina. E o Parlamento se encolhe, comodamente,

em face do silêncio dos militares. Gostaríamos de saber até onde nos querem levar. Esperamos, todavia, que se não for possível obter esclarecimento nas fontes nacionais, seja-nos dada a esperança de conseguí-los brevemente, quando aqui chegar o ilustre sr. Dean Acheson."¹²⁷ Ao iniciar-se o ano de 1953, Vargas poderia informar, com alguma inverossimilhança: "Os pequenos surtos de agitação que têm sido registrados ultimamente provêm, paradoxalmente, de círculos que, pelas suas responsabilidades na hierarquia social, deveriam ser os primeiros interessados na manutenção de um clima de paz."

Em 1953, as despesas de publicidade feitas pelas companhias petrolíferas estrangeiras em nosso país - no ano em que o Congresso discutia o projeto da Petrobrás - ultrapassava os 3,5 bilhões de cruzeiros: era o lubrificante da maciça campanha antinacional então desencadeada. Em julho, Vargas reformou o seu ministério: sua atividade mais objetiva foi na tendência para o liberalismo de câmbio e do comércio exterior. O Brasil abria as portas aos monopólios, e a sua diplomacia, agora comandada por Vicente Rao, completava o que Neves deixara inacabado. Pois não fora Rao o ministro da Justiça do terrorismo estadonovista? Voltava agora e para as Relações exteriores, isto é, para os negócios com o imperialismo. Ninguém mais adequado, certamente.

Na mensagem de 1953, por isso mesmo, Vargas esclarecia que era necessário vencer as resistências, de remover certos obstáculos para que fosse possível promover "substanciais mudanças de caráter econômico e político", a "superação do subdesenvolvimento nacional" Em setembro, discursando na Câmara, o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, afirmava: "O capital estrangeiro pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para sair... O capital estrangeiro no Brasil, salvo raras exceções, tem-se instalado e crescido de modo quase a impedir o crescimento e o desenvolvimento do capital brasileiro."

Era a burguesia expressando a sua angústia, o seu tímido protesto contra a expropriação: Vargas, seu dirigente máximo, estava, já a essa altura, vendo derrocada a sua base política. Era necessário levá-lo à parede, entretanto.

Rebentou, então, o escândalo dos dinheiros fornecidos ao jornal *Última Hora*, órgão oficioso fundado para proporcionar a Vargas condições de divulgação de sua política. O fato era apresentado, por toda a imprensa monopolista, em concentração cada vez maior, como excepcional. Ora, esse não era o traço, evidentemente. No mesmo ano em que a imprensa, obedecendo ao comando dos monopólios, criava o escândalo, verificou-se que cadeia dos *Diários Associados* era devedora de mais de 160 milhões aos cofres públicos, enquanto *Última Hora* era devedora de 156 milhões. Só o jornal *O Globo* era devedor de mais de 55 milhões; as empresas de radiodifusão deviam mais de 120 milhões. Distribuía-se dinheiro do povo a granel pelos órgãos a serviço dos monopólios, assim, e isso nada tinha de original. Escândalo que desviasse as atenções dos graves problemas em jogo, o da Petrobrás, o da liberdade, o dos direitos operários, todos tratados de forma a favorecer os interesses do imperialismo e já despertando graves preocupações em todas as camadas.

A prova dessas preocupações estava nas dificuldades que o imperialismo encontrava, mesmo com o desencadeamento do terrorismo: não conseguia obrigar os oficiais a condenar os seus companheiros, não conseguira arrasar o movimento popular a favor do nacionalismo, não conseguira criar condições suficientes para liquidar o projeto da Petrobrás. Em junho, surpreendendo a todos, e falando em nome da UDN, o deputado Bilac Pinto esclarecia que o seu partido estava de acordo com o governo, em vista dos seus objetivos, no que toca ao projeto que cria a Petrobrás, mas, adiantava, "as nossas advertências básicas podem ser resumidas em dois pontos: o projeto governamental prevê a pesquisa, a lavra e a

exploração do petróleo pela Petrobrás em regime de concorrência, e a União Democrática Nacional advoga a instituição do monopólio do Estado para a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte do petróleo, por navios e condutos; o projeto do Executivo propõe a constituição de uma sociedade de economia mista e de um sistema de subsidiárias para executar o programa governamental do petróleo em todas as fases, e a União Democrática Nacional propõe a constituição de uma empresa estatal que tenha a mesma flexibilidade das empresas privadas, para executar aquele programa.”

Concretização de tal ponto de vista está na emenda substitutiva nº 1 de que é o primeiro signatário, no § 2º do seu art. 1º Que “constitui monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas indicadas neste artigo, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, o transporte marítimo, fluvial e lacustre do petróleo bruto, para o abastecimento das refinarias e a distribuição dos derivados que produzir...” Monopólio da União, note-se bem, e monopólio de tudo, inclusive da refinação e da distribuição. Assim, a UDN, em oposição virulenta ao governo, e já na fase conspirativa, apresentava-se mais realista do que o rei. A manobra, de extraordinária habilidade e cujo maquiavelismo – impossível na época da política de massas –, ficaria desfeito adiante, permitia que a oposição se apresentasse como moralizadora e nacionalista, contra um governo corrupto e entreguista. Conquistava para a sua posição aqueles setores que, sensíveis ou não à bandeira moralizadora, eram sensíveis também ou apenas à bandeira nacionalista. E colocava o governo de Vargas no pelourinho, perante a opinião: vinha sendo minado pela corrupção administrativa e pelo entreguismo econômico. Assim, a oposição passava a fazer aquilo que o governo deveria fazer, enquanto o governo, cedendo às pressões imperialistas, fazia aquilo que era específico da oposição conspirativa. E perdia, a cada passo, novas e importantes camadas populares e o apoio de forças organizadas.

A imprensa subsidiada pelos monopólios estrangeiros, evidentemente, diria que a UDN, "tomando a atitude que tomou, em matéria de exploração do petróleo, desmente seu programa e trai o seu passado liberal". A luta contra a estatização obrigou o deputado Armando Falcão a requerer votação secreta, contra o que se levantou a imprensa, exigindo o conhecimento da posição de cada um dos parlamentares. Surgiram as emendas que franquearam alguns aspectos - o das refinarias já possuidoras de concessões por exemplo - e o projeto, dentro das novas normas, que instalavam o monopólio estatal, tornou-se lei. A lei nº 2.004, pela qual tantos brasileiros haviam lutado e alguns morrido, enquanto outros naquele instante mesmo, padeciam no cárcere. É claro que agora, tratava-se de fazer com que o monopólio fosse apenas uma lei a mais, entre as não cumpridas, neste país.

Nada melhor, para isso, do que prover a empresa de uma estrutura administrativa de tal sorte minada, que jamais lhe fosse possível conseguir sucesso. Era preciso liquidar a Petrobrás por dentro, de dentro para fora. Vargas procurou o seu primeiro presidente, por tudo isso, nas hostes da UDN. E esse presidente, ao empossar-se, diria, com aquele pessimismo a que os brasileiros já se haviam acostumado: "Ao enfrentar as perspectivas nebulosas que cercam o seu destino, mais se acende o meu espírito patriótico, e mais alto se ergue a minha vontade de prestar novo serviço à pátria."¹²⁸ Assim, conciliava prestação de serviços com perspectivas nebulosas e, pouco depois, em viagem aos Estados Unidos, contratava, pelo mais alto salário que o Brasil já conheceu, o estranho e depois discutido sr. Link, que manteve, por longos anos, o seu decidido propósito de não encontrar petróleo no Brasil. Quem, aliás, se dispuser a olhar a galeria de presidentes e altos diretores que a empresa conheceu, desde sua fundação, com algumas honrosas exceções, há de espantar-se de que ela tenha sobrevivido. Essa sobrevivência, contra os desejos

da direção da empresa, foi uma das mais extraordinárias façanhas que a história brasileira já registrou: uma façanha do nosso povo, naturalmente.

Os processos dos militares estavam, agora, na justiça. Em 30 de novembro de 1953, o Supremo Tribunal Militar, órgão da cúpula, tornava público que a 1ª Auditoria da Aeronáutica apelara da sentença em que o Conselho Especial de Justiça absolvera por unanimidade, em 22 de junho, os 30 militares da FAB acusados de "atividades subversivas" na 3ª Zona Aérea. A decisão seria tomada em sessão secreta, anunciou o general Francisco Gil Castelo Branco, presidente do Supremo Tribunal Militar. A sessão secreta tomou todo o dia 27, entrando pela noite. O resultado só foi conhecido, portanto, em 30: havia 12 condenações, 13 absolvições e 5 exclusões do processo. Entre os excluídos e absolvidos, havia sargentos expulsos da Aeronáutica, antes mesmo de qualquer julgamento, e que jamais voltaram às fileiras, apesar da sentença em seu favor.

Os absolvidos, os que cumpriram sentença insuficiente para configurar a perda da patente, entre os oficiais, jamais alcançaram a reintegração completa nas fileiras: passaram a ser vistos como homens marcados, indignos de comissões e de comandos, relegados às promoções por antiguidade, marcando passo na carreira. O imperialismo conseguira aniquilar boa parte das forças militares nacionalistas, abrindo nelas uma brecha que jamais se reconstituiu. Nem houve anistia que os atendesse porque as leis nesse sentido foram sempre burladas pela cúpula militar, numa atitude que a qualificação de subversiva é apenas eufemística. Muito ao contrário, gerava-se um monstrengo antidemocrático, a Lei nº 1.057, ou Lei de Reforma de Oficiais, que permitia a transferência para a reserva, sem processo judicial, de qualquer elemento suspeito. Assim, as garantias que a lei sempre proporcionara a patente foram jogadas ao lixo.¹²⁹

Em 20 de dezembro de 1953, em Curitiba, Vargas voltava a acusar o imperialismo: "Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganhavam muito no Brasil, que têm em cruzeiros 200 vezes o capital que empregaram em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro a título de dividendos." E, no seu discurso de 31 de janeiro de 1954, retomava a acusação, produzindo agora verdadeiro libelo: "Mandeí cotejar declarações feitas pelos exportadores ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos com as declarações feitas aos nossos consulados. Num quadro de balanço de 18 meses consecutivos, foi registrado um aumento de valores, nas faturas, de 150 milhões de dólares. Se considerarmos que o sistema era generalizado, nos é fácil concluir que, representando o nosso comércio com os Estados Unidos 55% do total, tivemos um mínimo de desvios cambiais de 250 milhões de dólares em 18 meses. Isso representava cerca de 14 milhões de dólares por mês em várias moedas." Concluindo: "Reduzido assim o valor da moeda, apresentava-se como reflexo natural a elevação de preços, consequência e não causa de um fenômeno que escapava ao nosso controle."¹³⁰ Desmascarando a Light e a Bond&Share, o presidente esclarecia ainda: "Se fornecermos, através do câmbio, os dólares para a compra das instalações, onde está o capital estrangeiro?"

A linguagem empregada por Vargas tornava premente para o imperialismo o problema de sua derrubada. Seria uma repetição de 1945, segundo se esperava. Desencadeou-se no exterior a ofensiva econômica e alçaram-se as pressões políticas exigiam, em primeiro lugar, a desvalorização do café. A retração nas compras atingiu dimensões inéditas: nos primeiros sete meses de 1954, exportávamos para os Estados Unidos 2,9 milhões de sacas contra 4,1 milhões para o mesmo período do ano anterior numa queda de 30%. Em agosto, a queda foi ainda pior: 145 mil sacas vendidas, apenas em

comparação com as 860 mil de agosto de 1953. A queda em valor era gravíssima, embora a cotação do café tivesse ascendido, de 1953 para 1954, de 55,95 centavos de dólar para 83,14, totalizando, nos sete meses referidos, cerca de 70 milhões de dólares. Em relação ao mês de agosto, o declínio é expresso na diferença entre os 66 milhões de dólares pagos em 1953 e os 14 milhões apenas pagos em 1954. Era o estrangulamento, para reduzir-nos de tal forma que tudo fosse possível ser arrancado de nós. Empréstimos de curto prazo e a juros extorsivos, por vezes à custa de concessões ruinosas, como aquela por onde entrou a Hanna Corporation, porque o secretário do Tesouro dos Estados Unidos era um de seus dirigentes, mal davam para contemporar. Para responder a esse arrocho, surgiram as primeiras reivindicações burguesas de comércio com a área socialista, e o governo concretizou algumas medidas nesse sentido. Era urgente liquidar Vargas, reduzido já em seu poder, podado de suas bases políticas.

Em junho de 1953, por decisão unilateral, que sempre ou quando lhe foi conveniente, os Estados Unidos tomaram, ficou extinta a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, instalada em junho de 1951 e que havia já elaborado mais de 40 projetos a serem financiados por fontes americanas. Claro que tais projetos visavam apenas atender os interesses dos monopólios no dispor de nossas riquezas e seu fracasso não representava um desastre para nós, de forma alguma. A extinção, entretanto, era decisão inamistosa, que guardava sentido evidente de pressão.¹³¹ Nessa mesma época, visitava o Brasil poderosa esquadra americana, composta de 29 navios, tripulados por 15 mil homens e munida do armamento mais moderno. Era uma demonstração curiosa de força, e a época de sua realização não poderia ser atribuída a mera coincidência.¹³²

Em 1954, a situação do governo Vargas denunciava debilidade insuperável no quadro em que se colocara, com o avanço da cons-

piração para a sua demobada. Passava, ao comando das ações um especialista em golpes militares na América Latina, mr. Johnston, do Departamento de Estado. Os efeitos da derrota na Coreia haviam levado ao grau da fúria as consequências em outras áreas do mundo. A temperatura política ficou expressa na X Conferência Pan-Americana, realizada em Caracas, em março, sob a batuta áspera de Foster Dulles. Sua finalidade era clara: conferir aos Estados Unidos o direito de intervenção armada em qualquer país latino-americano que lhes oferecesse resistência e aos propósitos do imperialismo. O alvo imediato era a Guatemala, onde o governo Arbenz levara a efeito reforma agrária que ferira profundamente os interesses da United Fruits, a tradicional *Frutera*, dona incontestada do Caribe. Internacionalizava-se o macartismo, como esclareceu, ali, diante das delegações impassíveis, o chanceler Guillermo Torriello, da Guatemala. Em junho, efetivamente, armando a expedição de um mercenário, Castillo Armas, os Estados Unidos liquidavam o governo democrático de Arbenz, exemplificando, de maneira concreta e eloquente, sua forma de agir e fazendo, com isso, uma advertência aos demais países do continente. No Brasil, o comando imediato da operação caberia ao embaixador Kemper.

A ofensiva começou em fevereiro, com a denúncia de suposto acordo entre os governos de Vargas e de Perón para formação, com o do Chile, de um bloco destinado a resistir aos propósitos agressivos dos Estados Unidos. A forma concreta foi a de documento de denúncia assinado por militares, numa das mais flagrantes e escandalosas demonstrações de indisciplina já verificadas em qualquer exército. O chamado Manifesto dos Coronéis continha dois pontos importantes: o veto ao aumento do salário mínimo, reivindicação sentida dos trabalhadores, contando com o apoio do jovem ministro do Trabalho e pessoa da absoluta confiança de Vargas, João Goulart, cuja cabeça se pedia; e a acusação de generalizada corrupção na área do governo.¹³³

O primeiro signatário, coronel Amaury Kruel, fora o encarregado dos inquéritos policiais militares contra os oficiais e sargentos nacionalistas em 1952 em fase processual ainda por essa época.

Os 80 coronéis e tenentes-coronéis tinham a cobertura ostensiva dos generais da cúpula militar que articulara o golpe de outubro de 1945, propondo-se, assim, repetir a operação. A técnica era conhecida: a do golpe branco, caracterizada pela apresentação, no palco dos acontecimentos, de tal dispositivo de força que desestimulasse qualquer resistência. Já não era necessário insistir nessa técnica: as possíveis resistências haviam sido antecipadamente destruídas, quando dos inquéritos contra os militares nacionalistas. Em sua política de conciliação, o governo colocara nos postos de mando justamente os seus inimigos, e deles iria receber a paga, com os juros normais. Dois dias depois, Vargas cedia: João Goulart era obrigado a abandonar o Ministério do Trabalho, enquanto o ministro da Guerra passava a ser o general Zenóbio da Costa, em substituição àquele que prestara o grande serviço à cúpula militar de encarcerar os militares nacionalistas e permitir a montagem de dispositivo militar destinado à derrubada do governo e ao esmagamento das forças populares.¹³⁴

Em março, o bombardeio parecia ter sido julgado suficiente pelo imperialismo, pois a revista americana *Current History* podia afirmar, com tranquilidade: "É duvidoso que Getúlio se mantenha na cadeira de presidente até o término do mandato presidencial." Vargas sentia o terreno fugir-lhe e decidiu fazer alguma coisa que lhe proporcionasse simpatia na área dos trabalhadores. Decretou, em 1º de maio, o aumento de 100% no salário mínimo, necessidade real para o que vinham os trabalhadores desenvolvendo ativa campanha. Mr. Johnston julgou que a situação estava madura para chegar às últimas consequências e determinou o desencadeamento da operação de derrubada para o segundo semestre, consumindo-se o intervalo

em severo bombardeio das posições governamentais, à base de sua desmoralização. Tal campanha preparatória deveria ser entregue a elementos cujas características respondessem bem às necessidades. Foi, assim, convenientemente espoletado conhecido jornalista cuja especialidade se tornara a incontinência de linguagem.¹³⁵ Vargas acompanhava os acontecimentos, já sem dispor de recursos para enfrentar a ofensiva de seus adversários: para enfrentá-la teria de operar uma tal mudança em seu governo, nas pessoas e nos processos, que seria como inverter toda a sua política.¹³⁶

Nas eleições para sucessão da diretoria do Clube Militar, em maio de 1954, haviam sido escolhidos, numa unidade frágil e forjada apenas para os fins precípuos da operação, os generais Canrobert Pereira da Costa, antigo ministro da Guerra do consulado militar, e Juarez Távora, o campeão da entrega do petróleo e dos minerais atômicos brasileiros aos trustes internacionais. Assim, no Clube Militar, também estava convenientemente armado o dispositivo para o golpe. Restava o fato, e este foi cuidadosamente preparado, em agosto. Tudo leva a crer, analisados os acontecimentos depois de tantos anos, que o dedo do imperialismo esteve presente no atentado da rua Toneleros.¹³⁷

O fato de oficiais acompanharem o encarregado da tarefa de injuriar as autoridades e fomentar a desordem e o golpe de Estado mostra a noção de disciplina que agora imperava, e justamente pela orientação daqueles que pretendiam "afastar os militares da política". Quando os oficiais nacionalistas defendiam, no Clube Militar, os interesses do país, estavam fazendo política, e era necessário pôr fim a tal anomalia. Quando outros militares, conquistado o Clube Militar, transformavam-no em arena de suas ambições de poder, e constituíam focos conspirativos em bases militares, isso não era fazer política. E não tardaria o momento em que a disciplina, assim reduzida a cacos, entrasse em colapso.

E isso aconteceu quando do atentado da rua Toneleros, na madrugada de 5 de agosto, de que resultou a morte de um oficial da Aeronáutica. Reduzindo a nada a autoridade do presidente da República e a de seus ministros militares oficiais da Aeronáutica já com a base conspirativa instalada no Galeão, assumiram a tarefa de apurar responsabilidades e prender culpados. Implantou no país um segundo poder – o poder real – a República do Galeão, que se arvorava o direito, inclusive, de invadir dependências do palácio presidencial e humilhar até a esposa de Vargas, distinta senhora que sempre se impusera pela alta compostura e discrição de seu procedimento. A autoridade de Vargas estava reduzida a frangalhos; a de seus ministros não existia. Mandavam as autoridades da República do Galeão. Nos clubes das três Forças Armadas, as reuniões incendiárias sucediam-se, ouvindo-se discursos que eram tremendas descomposturas ao governo, reduzido às últimas extremidades. Na Aeronáutica, as decisões dependiam do brigadeiro Gomes; na Marinha, dos almirantes Amorim do Vale e Pena Boto; no Exército, dos generais Canrobert, Juarez e Cordeiro de Farias.

No dia 21, as unidades do Exército estavam de prontidão; as da Marinha e Aeronáutica em estado de alerta. A bordo do cruzador *Almirante Barroso*, o almirante Muniz Freire pronuncia discurso, com as mais pesadas acusações ao presidente da República. A ordem de prisão contra ele, dada pelo ministro da Marinha, é desrespeitada. No dia 22, em assembleia do Clube da Aeronáutica, presidida pelo brigadeiro Gomes, exige-se a renúncia de Vargas, que passa a ser a palavra de ordem. O almirantado, em seguida, apoia essa exigência. O vice-presidente Café Filho, plenamente integrado na conjura, prepara-se para assumir o poder, em nome dos militares insubordinados. Que fazia o governo, diante de tão grave conjuntura? Armava o seu dispositivo, articulava forças populares, voltava-se para o povo? Longe, muito longe disso: em 23, o ministro da Justiça, Tancredo

Neves, prevenia a população contra os "interessados na desordem", afirmando que o governo estava preparado para enfrentar qualquer ação subversiva, visando particularmente as forças populares. Ora, só no povo o governo poderia, se quisesse, encontrar base para resistir. Daí as soluções de transigência e de capitulação, como a proposta de afastamento temporário de Vargas. No dia 23, um manifesto assinado por 32 generais, e do conhecimento do ministro da Guerra, repudia a proposta de afastamento temporário e coloca o *ultimatum*: renúncia imediata e definitiva, ou emprego da força para isso. Tais generais tomavam, assim, posição subversiva caracterizada, passível dos rigores da lei. Na madrugada de 24, no Catete, reuniu-se o governo sem encontrar saída. Vargas, ao que parece, já encontrara a sua, embora não a revelasse. Verificava, nesse instante supremo, quanto valia a gente em que se apoiara e de que processos o imperialismo se utilizava.

Deixou, em sua carta, depoimento candente a esse respeito. Acusava a "campanha subterrânea dos grupos internacionais" a que se havia aliado a dos "grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho". E dizia, dramaticamente: "Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida." Afirmava, ao fim: "Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo." Nessa carta, o imperialismo está retratado de corpo inteiro, e quem o retrata conhecia os seus processos. A euforia golpista foi enorme. Mas encontrou, nas ruas, vibrante e violenta, a massa popular em protesto. Nunca homens tão amedrontados chegaram ao poder.

O GOLPE GORADO

A consagração popular que foi o deslocamento do corpo de Vargas do palácio presidencial ao aeroporto, com as massas populares

nas ruas, protestando de modo violento contra o atentado e sendo espaldejadas e espingardeadas pela tropa a mando dos conspiradores, e a sequência e generalização de tais manifestações, voltadas contra as representações do imperialismo e contra os seus agentes internos, com depredações enormes, como em Porto Alegre, deixaram os senhores do poder hesitantes. Jamais poderiam pensar que o povo tivesse coragem para tais manifestações e a possibilidade de, imediatamente, verificar as verdadeiras dimensões do golpe que se desencadeara contra a liberdade em nosso país. Tais manifestações, colocando na defensiva os golpistas, fizeram-nos recuar de seus propósitos de imediato aprofundamento da conspiração, levando-a às últimas consequências. Tornou-se imperioso, por isso mesmo, que os responsáveis principais assumissem de pronto as rédeas do poder: o brigadeiro Gomes foi levado às pressas ao Ministério da Aeronáutica, o almirante Amorim do Vale ao Ministério da Marinha.

Na pasta da Guerra, entretanto, além da rivalidade entre os conspiradores, havia necessidade de um chefe que merecesse um mínimo de respeito, que os indisciplinados da véspera não inspiravam de forma alguma, pelo exemplo que haviam dado. Havia, entre os generais brasileiros, uma figura singular pelas suas virtudes pessoais e profissionais, que se impusera ao respeito e consideração e todos por uma longa carreira, em que se destacara pela soma divulgar de credenciais apresentadas, entre elas o rigoroso sentido da disciplina e probidade jamais posta em dúvida. Só um homem desses poderia, num ambiente tão conturbado, exigir e alcançar a obediência de seus subordinados. Tanto mais que, na unilateralidade de sua formação, era tido e apregoava-se apolítico, isto é, infenso ao jogo de interesses que, em nosso país, é confundido com a política. Esse homem singular, procurado para a fase de convulsão, e o único julgado capaz de superá-la era o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Juarez chamou-o ao palácio e Café Filho exigiu que assumisse de

pronto a pasta. Lott bateu os calcanhares e partiu em cumprimento da missão, que demandou uns poucos minutos.

Para os que haviam operado o golpe de Estado, a solução era ideal: à sombra do respeito que o chefe militar posto no Ministério da Guerra inspirava, e com a conivência de seu apoliticismo, realizariam tudo o que desejavam. Caberia ao ministro manter a ordem, isto é, fazer-se obedecer, impedir que os militares do Exército manifestassem sua repulsa ao que seria realizado. Na Marinha e na Aeronáutica não haveria problemas: Gomes e Vale estavam por tudo, como elementos fundamentais da conspiração. Era indispensável, entretanto, remover alguns obstáculos. Em São Paulo, por exemplo, no comando do II Exército, estava o general Newton Estillac Leal, cujo passado não permitia sua incorporação ao dispositivo novo das Forças Armadas. Era preciso retirar-lhe aquele comando, onde inspirava sérios temores, tanto mais que cercado de alguns comandantes de unidade que não trepidariam em acompanhá-lo em qualquer protesto. Estillac passou o comando, baixando Ordem do Dia em que fazia grave advertência ao país e, portanto, aos seus novos dominadores.¹³⁸

Café Filho tratou de constituir um ministério com figuras de alto gabarito, como afirmou então, chamando para a pasta da Justiça um insigne jurista, Seabra Fagundes, e entregando as demais aos elementos indicados especificamente para realizarem a política de submissão ao imperialismo. Não é aqui o lugar, evidentemente, para fazer a autópsia desse negro período da história republicana, quando se acumularam as medidas destinadas a entrar definitivamente o nosso desenvolvimento econômico e político.¹³⁹ Um dos problemas tratados então deve ser examinado, pelo interesse que tinha em relação à segurança nacional: o dos minérios atômicos.¹⁴⁰

A imprensa imperialista não fazia segredo algum de sua enorme satisfação pelo sucesso do golpe militar no Brasil, que havia sido

guatemalado de forma decidida por alguns Castillos Armas sul-americanos. Quinze dias após o suicídio de Vargas, o *New York Times* afirmava, sem papas na língua: "O Brasil tem que corrigir a política verdadeiramente desastrosa do extinto presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo."¹⁴¹ Nos Estados Unidos, onde fora prestar contas do cumprimento de sua missão, o embaixador no Brasil, James Scott Kemper, declararia à imprensa: "O sr. Café Filho, novo presidente do Brasil, é um homem capaz. Escolheu um governo maravilhoso". O qualificativo é uma das melhores caracterizações do ministério de "alto gabarito" que o golpismo armara, claro que do ponto de vista do imperialismo.¹⁴²

Três dias apenas depois do suicídio de Vargas, o *Wall Street Journal* escrevia: "Funcionários americanos predizem que Café Filho pode, eventualmente, abrir a possibilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica no Brasil."¹⁴³ Em 9 de setembro, e em viagem de urgente oportunidade, portanto, chegava ao Brasil o conhecido caixeiro-viajante do imperialismo, mr. Henry Holland. Qualificando de oportuna tal viagem, o *New York Times*, em 8 de setembro, acrescentava, objetivamente: "Não é nenhum exagero dizer-se que, se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderia transformar-se." Acrescentando, paternalmente: "A nacionalização da indústria do petróleo efetuada pelo governo de Vargas deixou de fora os investimentos estrangeiros, sem os quais não pode haver indústria petrolífera no país. O Brasil faria muito bem se estudasse a nova indústria petrolífera do Canadá, onde se recebe com agrado e se favorece o capital estrangeiro... A Venezuela é um modelo de como uma nação pode beneficiar-se com uma inteligente regulamentação dos investimentos."¹⁴⁴

Holland, que se celebrizaria com a elaboração do estatuto petrolífero boliviano, manteve contatos com os maiores do novo governo.

Em novembro, por inconfidência do general Otacílio de Almeida, vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro transpirou que a *Standard Oil* dispunha, naquele momento, de 500 milhões de dólares para investir na exploração do petróleo brasileiro, ao passo que outras empresas estrangeiras dispunham, para o mesmo fim, de 1,5 bilhão. Holland, com sua habilidade, viera abrir as primeiras brechas. Por elas, e seguidamente, penetrariam outros aventureiros de seu tipo: em janeiro de 1955, chegava ao Brasil mr. Leo Welch, diretor da *Standard Oil* de New Jersey para a América Latina. Levado ao presidente Café Filho pelo ministro Eugênio Gudim, pôs as cartas na mesa: a *Standard* dispunha-se a empregar mesmo os referidos 500 milhões de dólares na exploração do petróleo brasileiro. Mas havia uma condição: o governo promoveria a revisão da lei 2.004. E o governo fez o que lhe mandavam: em janeiro mesmo, os udenistas Oton Mader e Plínio Pompeu, com apoio do sr. Apolônio Sales, davam início, no Senado, a tal revisão. Já no dia 5 de janeiro, e alvissareiramente, a *McGraw American Letter* proclamava: "As empresas de petróleo deste país estão hoje mais otimistas em relação a futuros investimentos no Brasil do que em qualquer outra oportunidade." Tal definição servia também para caracterizar o tipo de governo que se instalara no Brasil, e como o golpe militar se destinava a entregar as riquezas nacionais e a extinguir a liberdade de nosso povo. Porque, ao mesmo passo que tudo isso ocorria, nos bastidores, fatos concretos pontilhavam os entendimentos: a Petrobrás não conseguia no Ministério da Fazenda as divisas de que necessitava para importar sondas, a refinaria de Mataripe estava ameaçada de paralisação por falta de equipamentos, o presidente do Conselho Nacional do Petróleo, suspeito ao entreguismo, era sumariamente demitido pelo telefone. E o próprio governo alarmava a opinião com o *deficit*, para criar o ambiente em que os 500 milhões da *Standard* apareceriam como solução salvadora.

No caso dos minerais atômicos, entretanto, a coisa chegou a limites ainda mais graves, com farta documentação comprovadora da conduta do governo e da cúpula militar que empresara o golpe de Estado. Em 4 de setembro de 1954, pouco mais de dez dias após o suicídio de Vargas, o general Juarez Távora, da Casa Militar e verdadeiro chefe do governo, oficiava ao Conselho de Segurança Nacional, de que era, aliás, secretário, solicitando um "projeto de diretrizes" destinado a fixar "uma orientação geral sobre a política nacional de energia atômica", juntando quatro documentos considerados secretos, "redigidos em inglês e sem qualquer identificação", conforme ficou esclarecido na Comissão Parlamentar de Inquérito posterior, de dezembro de 1956. Esses documentos comprovam uma conspiração palaciana para a entrega de nossos recursos em minerais atômicos, constituindo um dos maiores escândalos da vida republicana.

Um deles, o de número 3, prescreve: "Durante cerca de três anos, os EUA vêm tentando estabelecer um acordo sobre energia atômica com o Brasil sem maior sucesso. A principal figura nessas negociações, do lado brasileiro, tem sido o almirante. Os EUA chegaram à conclusão de que, provavelmente, é impossível chegar a qualquer entendimento mutuamente satisfatório, mediante novas negociações com o almirante ou o conselho, tal como se acha atualmente constituído." O almirante era Álvaro Alberto, o Conselho era o conselho Nacional de Pesquisas. O documento estranhava, ainda, as negociações entabuladas entre o Brasil e a França e a Alemanha ocidental. O documento número 4 afirmava, entre outras coisas, que "se o projeto brasileiro-alemão for posto em execução, restaria pequena ou nenhuma possibilidade de cooperação brasileira com os EUA" e a "iniciativa evidenciaria que o Brasil não tem desejo real de cooperar com os EUA no campo da energia atômica prática." Concluía, de maneira categórica, que "nenhum jogo de palavras pode

modificar este fato consumado” e passava à intimidação, quando esclarecia que o referido projeto “pode ser considerado como uma ameaça potencial à segurança dos EUA e do hemisfério ocidental”. Notem bem: o projeto era brasileiro-alemão, mas alemão ocidental. Não envolvia em nada o campo oriental. Pois isso mesmo era considerado “ameaça à segurança dos EUA e do hemisfério ocidental”.

O general Távora, ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, negou-se a declinar os autores de tais documentos, que o haviam induzido a propor projeto calcado nas imposições americanas neles contidas e a demitir o almirante Álvaro Alberto de suas funções. O deputado Renato Archer, entretanto, fez chegar à comissão outro documento, do próprio punho do general Távora, em que ele identificava aqueles autores, agentes do imperialismo em nosso país. Eram eles: M. Terril, da embaixada americana no Rio, mr. White, geólogo americano em serviço na Bahia, e o químico nascido no Brasil Hervásio de Moraes Carvalho, que trabalhara nos Estados Unidos e era inimigo do almirante Álvaro Alberto.

As instruções contidas nos citados documentos foram rigorosamente cumpridas pelo general Távora, e o Conselho de Segurança, com a Exposição de Motivos nº 1.017, aprovada pelo presidente Café Filho em 25.11.1954, retirando ao Conselho Nacional de Pesquisas a competência para negociar com países estrangeiros e assegurando “tratamento preferencial aos EUA”; com a demissão do almirante Álvaro Alberto, em 2.3.1955, sem que conhecesse a Exposição de Motivos antes citada; com a suspensão das negociações mantidas com a França e com a Alemanha ocidental; com a conclusão, em 3.8.1955, de dois acordos atômicos com os Estados Unidos, rigidamente subordinados às exigências contidas nos já repetidamente citados “documentos secretos”. Isto era apenas uma caracterização a mais do governo estabelecido pela cúpula militar em 24 de agosto de 1954. O golpe de Estado não pôde realizar muitas de suas finali-

dades, realmente. Mas porque o povo se mobilizou imediatamente e saiu à rua em protesto, assegurando assim, condições impeditivas ao aprofundamento daquele golpe. Mantidas às franquias democráticas mínimas, - e elas foram reduzidas ao mínimo - era impossível aprofundá-lo. Só uma ditadura poderia permitir tal aprofundamento. Daí por diante, para o golpismo imperialista, tratar-se-ia, em consequência, de marchar para a ditadura.

A primeira tentativa foi rápida: suspender ou transferir as eleições previstas para 3 de outubro de 1954. Não houve condições para efetivar a ameaça, e as eleições foram realizadas. A segunda consistiria em assegurar, em 1955, quando se abriria o problema da sucessão presidencial, findo o tempo de Café Filho, condições para a escolha de candidato conveniente, com dispositivo político esmagador, que assegurasse a sua vitória, ou encaminhar o país para novo golpe de Estado, caso surgisse algum competidor temível. Foi o problema que o ano de 1955 colocou, claramente, e que levou o golpismo imperialista ao golpismo, nele consumindo suas principais figuras militares, a fina flor de seus quadros. Para alcançar pleno sucesso na manobra era indispensável unidade militar sólida, à base da repressão. Ora, no curso dos acontecimentos, tal unidade começou a ruir. E o elo principal, o do Exército, rompeu-se, finalmente, quando o general Henrique Teixeira Lott começou a resistir à manobra liberticida. Lott demonstraria não se prestar à posição de títere, omisso quando se operava uma política antinacional aberta e ainda omisso quando se pretendesse, para completá-la, a liquidação do regime democrático.

Em 1º de maio de 1955, as forças democráticas sofreram perda sensível, com a morte do general Newton Estillac Leal, que deixava o cenário justamente quando se abria uma etapa em que a sua ajuda teria sido importante.¹⁴⁵ Se o movimento nacionalista, de que fora incontestado chefe, fosse tão reduzido que a perda de seu

dirigente principal lhe ameaçasse a solidez e os rumos, tudo estaria favorável à manobra ampla que, de posse do aparelho de Estado, os golpistas iam realizando. Não era assim, entretanto: conquanto a perda de Estillac fosse grande, o movimento a que emprestara a sua solidariedade era já tão poderoso que independia de acontecimentos fortuitos como a morte de um de seus dirigentes. O problema fundamental, que se colocava, então, era o do próprio regime. Para as forças ligadas ao imperialismo, tratava-se de liquidá-lo de vez. Sem liquidar as franquias democráticas, ainda as elementares, que estavam em vigor, era impossível realizar a política conveniente ao imperialismo. Para as forças democráticas, ao contrário, tratava-se de defender o regime democrático, impedindo que ele fosse derrocado, para, à base do regime preservado, ampliar as franquias e defender, pelo esclarecimento popular e pela organização das forças, as riquezas nacionais.

Quando surgiu a candidatura do governador de Minas Gerais, sr. Juscelino Kubitschek, os golpistas ficaram alarmados: isso significava que parcelas apreciáveis das organizações políticas pretendiam marchar para o ato eleitoral, previsto para outubro de 1955, colocando, para os dominadores do aparelho de Estado, e concretamente, o dilema: encontrar candidato melhor e derrotar aquele que vinha de ser lançado, ou impedir a realização do ato eleitoral, instalando um governo de força. Diante desse dilema, suas componentes se dividiram: a mais otimista, que acreditava na possibilidade de vitória eleitoral, colocou a solução no levantamento da candidatura de um dos chefes militares do golpe de agosto de 1954, e em torno disso surgiu logo a luta interna de competição pessoal; a menos otimista, que conhecia bem a repulsa popular a candidatura de tal origem e a dificuldade que ofereceria, mesmo nas condições precárias das eleições brasileiras, preferiu a linha do aprofundamento do golpe, pregando, decididamente, o “regime de exceção”.

A candidatura do sr. Juscelino Kubitschek provava, por outro lado que, tal como acontecera após o consulado militar, a burguesia brasileira, e sua parcela nacional particularmente, recusava solidariedade com as forças fascistas, que pretendiam impor um regime de força e servir ao imperialismo. Em 1950, a burguesia e setores mesmo do latifúndio haviam procurado, com o retorno de Vargas ao poder, desembaraçar-se da componente direitista que o consulado militar representava e cujas perspectivas políticas eram cada vez mais estreitas, tendendo, inevitavelmente, para a ditadura ostensiva, isto é, para colocar-se inteira e desembaraçadamente a serviço do imperialismo, sem qualquer possibilidade de barganha. Em 1955, o problema reaparecia, embora sob novas condições: daí o distanciamento entre numerosas camadas conservadoras particularmente as burguesas, da manobra que o golpismo desenvolvia e que levava, claramente, e outra vez, à ditadura direitista, e com os mesmos e evidentes propósitos. Se a candidatura Kubitschek tivesse surgido em fase normal e unicamente ligada às suas origens – em que apareceu, desde logo, cindindo partidos e ocasionando lutas e divergências – seu conteúdo seria pouco mais ou menos o mesmo de outras, anteriores, de origem idêntica. O que alterou esse conteúdo foi, precisamente, a luta que travou para manter-se e chegar à etapa eleitoral. Particularmente a luta que travou contra o golpismo, que tudo fez para impedir o seu desenvolvimento, negando ao sr. Kubitschek o direito de ser candidato, como lhe negaria, adiante, o direito de ser reconhecido e o direito de ser empossado quando eleito.

Para travar essa luta, extremamente difícil porque os adversários estavam de posse o aparelho de Estado, a candidatura Kubitschek recebeu o apoio das correntes populares que defendiam os seus direitos à consulta eleitoral. A inserção, no desenvolvimento dessa candidatura, portanto, de componente nova, a popular, representada pelas suas forças mais avançadas, deu-lhe conteúdo novo. Colocou-a,

inclusive, nos termos de bandeira pelas instituições ameaçadas, ampla bandeira que agremiou a maioria dos brasileiros. Operou-se, assim, tacitamente, como acontecera em 1950, mas em condições mais amplas e mais sólidas, uma frente antigolpista que acabou por assegurar a manutenção do regime. Ora, esse era o ponto fundamental, era a condição que o golpismo não poderia suportar - em ambiente de liberdade, ainda que precária, sofre de asfixia e se deteriora, irremediavelmente. Nesse desenvolvimento, a função do general Henrique Teixeira Lott, respeitado e obedecido pelo Exército, seria de suma importância. Ao opor-se frontalmente à quebra do regime, Lott estava prestando ao país o serviço de que ele mais necessitava. E passava a ser encarado, do outro lado, como um traidor.¹⁴⁶

Os ódios desencadeados contra esse chefe militar cujo crime consistia em restituir o Exército às suas funções específicas, e que não pactuava com a conspiração palaciana pelo regime de exceção, repetiram, em tudo e por tudo, a campanha de difamação antes levantada contra Estillac. Inflexível no cumprimento de seu dever, entretanto, o ministro da Guerra prosseguia no exercício de seu cargo, unindo o Exército - e realmente unindo porque operando sobre a única base possível, a do respeito à lei e às instituições - e permitindo que a campanha eleitoral prosseguisse, com o clima tempestuoso em que a colocara o golpismo militar, de que uma das correntes acabara por levantar a candidatura do general Juarez Távora, optando pela saída constitucional, pelo menos enquanto não alcançava as condições para a outra, a do regime de exceção, a que era evidentemente simpática e a que aderiu, tão logo as apurações definiram a sua derrota irreparável.

Chefe democrata, que punha os seus subordinados ao corrente dos problemas, em boletins sucessivos, que os recebia e ouvia em audiências públicas, que se recusava a discriminar oficiais por simples suspeições, cumprindo as disposições da justiça e dos regulamentos,

o general Teixeira Lott assumia, pouco a pouco, o papel de árbitro da situação. Nesse desenvolvimento, verificava a precariedade de suas antigas ilusões a respeito de problemas e de figuras, e compreendia os motivos profundos das lutas de que o país vinha sendo palco, acabando por tornar-se defensor da Petrobrás e das riquezas naturais do país. Quando atingiu esse nível, em sua evolução pessoal, passou a receber toda a carga da fúria e de seus processos, aquilo que caracterizava a frustração golpista. Para aqueles que viam como única saída o regime de exceção, pois, o objetivo principal passaria a ser a demissão do ministro da Guerra, sem o que não conseguiriam alcançar a unidade de cúpula indispensável à conspiração em andamento. A manobra engendrada para alcançar esse objetivo foi, contudo, de primarismo singular: realizar provocação militar que colocasse em choque a autoridade do general Teixeira Lott, no primeiro tempo. E, no segundo tempo, gerada a crise, retirar-lhe as condições de agir, pela conduta da autoridade de que dependia, a do presidente da República.

Restava escolher a oportunidade. Esta surgiu, rapidamente, com a morte do general Canrobert Pereira da Costa, em cujo enterramento um coronel do Exército à disposição da Escola Superior de Guerra e, portanto, dependendo diretamente do presidente da República, através do chefe do Estado-Maior Geral, pronunciaria discurso de teor político ostensivo, com claras proclamações ao não reconhecimento do candidato eleito, sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Lott não se conformou, é claro, com o fato e solicitou o recolhimento do oficial ao Exército, para sofrer a punição que merecia. Nessa altura, o presidente Café Filho, com muita oportunidade, adoeceu e deixava o cargo ao sr. Carlos Luz, presidente da Câmara, e elemento da mais estrita confiança do golpismo, antigo ministro da Justiça do consulado militar. Luz apoiou a decisão do chefe do Estado-Maior Geral e do comandante da Escola Superior

de Guerra que, com a autoridade de que dispunham, davam a mais ampla cobertura ao oficial referido. Luz procurou cumprir a sua missão a rigor: deu ciência a Lott de que não o apoiaria e recebeu dele o pedido de demissão consequente, já com o substituto em palácio, devidamente instruído e pronto a assumir as funções. Tudo parecia correr “segundo os planos estabelecidos”.

Foi quando os comandantes com responsabilidade na manutenção da situação verificaram que a conspirata contra a autoridade de Lott reduzia a frangalhos a autoridade de cada um e levava as Forças Armadas ao nível de indisciplina que já haviam assistido em agosto de 1954, compreendendo o perigo que tudo isso alinhava. Na noite de 10 para 11 de novembro de 1955, reunidos em diversos locais, os chefes militares com responsabilidade de comando, decidiram que Lott continuaria no Ministério da Guerra e que as instituições seriam mantidas, encontrada fórmula capaz de resguardá-las, com a retirada dos elementos que insistiam em subverter a ordem. As forças militares deixaram os quartéis e, diante dessa demonstração, Luz e seus sequazes refugiaram-se num cruzador e deram um passeio marítimo de cujo regresso rumariam para suas residências. Estava, com uma penada, liquidado o golpismo. O Congresso sancionou a decisão militar e colocou na presidência o sr. Nereu Ramos, presidente do Senado, considerando impedido o sr. Carlos Luz. No dia 21, ante a tentativa de retorno ao poder do sr. Café Filho, repetiu-se o episódio, e esse conspirador de 1954 recolheu-se à sua residência também, sem nenhuma perda e sem nenhum impacto de opinião. O golpismo ficara reduzido às suas devidas proporções, isto é, agrupamento de conspiradores, destituído de seus propósitos.

Porque esses propósitos existiam, conforme ficou depois documentado.¹⁴⁷ Os chefes militares que tomaram a histórica e oportuna decisão de impedir a perturbação da ordem e a eclosão do golpe militar em preparo para a liquidação das instituições e instalação do

regime de exceção, não se deram conta, na maioria, do profundo alcance do Movimento de 11 de novembro. Muitos deles perceberam apenas a exterioridade, o aspecto disciplinar, e cuidaram que o conteúdo daquele movimento se esgotava nesse aspecto superficial. Assegurando a vigência do regime democrático, entretanto, estavam operando decisão muito mais profunda e traduzindo a verdadeira posição das Forças Armadas, posição esposada pela esmagadora maioria do povo brasileiro, já parcialmente expressa nas urnas de 3 de outubro, com as deficiências peculiares ao nosso processo eleitoral. Mas o golpismo percebeu perfeitamente essa profundidade, com o imperialismo, a que servia. Tratava-se, para este, daí por diante, de conquistar o governo do sr. Kubitschek, enquanto mantinha, aguerridos e em reserva, agrupamentos golpistas, sempre em posição de ameaça, como fator interno de pressão e de manobra.

Não estavam em condições, entretanto, mandantes externos e obedientes internos, de impedir a inserção, no governo que se empossaria em 31 de janeiro de 1956, de componente nova, aquela representada pelo general Teixeira Lott, mantido no Ministério da Guerra. Os atos de hostilidade se concentrariam, agora, na pessoa do ministro da Guerra, deixando-se de lado o presidente da República que seria ganho por um tratamento suave, uma vez que o seu conteúdo e as forças que representava não tinham incompatibilidade alguma com o imperialismo. Seria longo enumerar os episódios em que a autoridade do general Teixeira Lott foi posta à prova, recebendo sucessivas manifestações de aversão de elementos militares e sofrendo a maciça ofensiva da imprensa subordinada, pela publicidade ou por compra direta, aos monopólios estrangeiros. Lott moveu dezenas de processos por crime de calúnia e difamação, enquanto, dentro da própria estrutura do Exército, elementos adrede escolhidos forneciam documentos e agenciavam provocações. Sua posição nacionalista e firme seria constantemente sujeita à provas difíceis.

Numa delas, quando da visita de Foster Dulles, teve de afastar-se da capital, pronunciando, em Volta Redonda, a frase, que a imprensa subsidiada ridicularizou, mas que o impôs à estima do nosso povo: "A Petrobrás é intocável." Dando aos sargentos tratamento condigno e conferindo sentido democrático à sua administração, Lott fortalecia a sua base militar e conquistava uma base popular que o projetaria inevitavelmente na área política. E era, por fim de contas, um tropeço às manobras de envolvimento, que já haviam alcançado pleno sucesso, ganhando o presidente Kubitschek para a posição, que adotou e agravou, de subordinado ao imperialismo. Sob a bandeira do "desenvolvimento", na realidade, operou-se a maior penetração de capitais estrangeiros que a história do país registra.

Os motins militares de Jacareacanga e de Aragarças, por isso mesmo, englobando pouquíssimos elementos, e particularmente da Aeronáutica, apareceram como manifestações de inconformismo da parte dos elementos mais ingênuos e mais combativos, daqueles que, inclusive, começavam a descreer das possibilidades e da capacidade de seus próprios comandantes. A tais movimentos, sem a mínima base de força militar, o governo Kubitschek respondeu com atitude conciliatória imediata, providenciando anistia rápida para os envolvidos e reintegrando-os no dispositivo militar. Perdendo o Clube Militar, em maio de 1956, para os nacionalistas, por outro lado, os golpistas do Exército ficavam reduzidos em suas possibilidades de agitação. Iniciava-se todo um processo de progressiva redução do golpismo militar e sua posterior liquidação quanto às possibilidades políticas, sem que, para isso houvesse necessidade de providências outras que não uma atitude firme e serena do aparelho de comando. Ficava comprovado pela prática, que o golpismo militar apresentava condições de figurar em evidência quando era estimulado de cima para baixo e que bastava uma posição clara dos detentores de auto-

ridade para reduzi-lo às proporções devidas, muito menores do que a propaganda de imprensa fazia crer.

No fim de contas, ficou ele recolhido a alguns setores, em que se enquistou, num regime vegetativo, aproveitando as poucas oportunidades de que dispunha: alguns comandos menores, as escolas de formação e de aperfeiçoamento, o Estado-Maior. Do ponto de vista ideológico, foi uma solução perigosa pois, colocados, assim, em órgãos de controle da doutrina e de formação de comandos, podia influir, e continuou de fato a influir, na mentalidade dos oficiais, em particular, e sob orientação americana, no sentido de manter viva a chave do anticomunismo, que tão fecunda lhe fora sempre. Tal situação, entretanto, repousava muito na autoridade do general Teixeira Lott, ante a qual a cúpula militar temia assumir a posição antigamente comum dos pronunciamentos coletivos. Na medida em que o governo se caracterizava como subordinado ao imperialismo, pela sua política econômica essencialmente, e o ministro da Guerra pela sua posição nacionalista, surgia a brecha por onde o golpismo poderia infiltrar-se, ressurgindo de sua longa hibernação.

Ao iniciar-se o ano de 1959, o problema da sucessão de Kubitschek estava colocado no centro dos acontecimentos políticos. O governo vinha sofrendo profundo desgaste perante a opinião pública, particularmente pela sua orientação antinacional, que encontrava reflexo na aceleração inflacionária consequente do gigantesco financiamento do latifúndio e do imperialismo. Foi quando as forças nacionalistas tiveram condições para impor ao dispositivo partidário dominante a candidatura do general Teixeira Lott, que se destacava, naturalmente, e que aquele dispositivo foi obrigado a aceitar com visível constrangimento. A oposição, em que o golpismo militar representava componente preponderante, pendeu para a candidatura do governador paulista, sr. Jânio Quadros, cuja posição de hostilidade ao governo Kubitschek - muito mais aparente do

que real - fizera dele o protetor dos elementos militares recolhidos então à insignificância. Abria-se a campanha sucessória em clima de dúvida e de confusão.

Existia, desde logo, paradoxo de graves consequências: o candidato nacionalista, general Lott, era apresentado como ligado a um governo que se submetera ao imperialismo, e do apoio desse governo dependia em muito para o desenvolvimento de sua campanha; o candidato opositorista, que vinha capitalizando o desgaste do governo, era, no fundamental, o continuador de sua política porque comprometido com as forças do imperialismo, do latifúndio e do golpismo militar, embora definisse, em muitos de seus pronunciamentos, simpatias para com o povo, e defendesse medidas destinadas a buscar-lhe as simpatias. Na proporção em que a campanha avançava, o paradoxo aprofundava-se. Via-se o candidato nacionalista abandonado pelo governo, que tudo fazia em benefício e proveito de seu opositor, ostentando o presidente Kubitschek a atitude, aparentemente democrática, de juiz de contenda, como se lhe fosse dado ser neutro nela. Beneficiava-se duplamente o candidato de oposição: porque era de oposição, isto é, recebia as vantagens de combater os métodos do governo, e porque era cumulado de favores e benevolências da parte desse mesmo governo, que se propunha continuar, na essência de sua política. Pretendia mesmo ser um Kubitschek moralizado.

Ora, tudo isso se refletiria na área militar, a partir do momento em que, por necessidade constitucional de desincompatibilização, o general Teixeira Lott tivesse de deixar o Ministério da Guerra. Deixou-o, efetivamente, no primeiro trimestre de 1960, entregando-o ao homem que, no Movimento de 11 de novembro de 1955, contra o golpismo militar, fora o inspirador e mais firme sustentáculo, o marechal da reserva Odílio Denys, convocado para a ativa em condições excepcionais, meses antes, sob severo e impiedoso ataque

dos militares golpistas. Se o governo Kubitschek vinha favorecendo o candidato de oposição pela parte civil de seu ministério, e em particular pela sua política econômica e financeira, favoreceria, agora, e também o mesmo candidato, colocando a seu serviço o dispositivo militar, capitaneado pelo marechal Odílio Denys, que, antes de assumir as funções, já estava em entendimento com os seus antigos adversários.

Em sua condição de candidato de oposição ao governo de Kubitschek, o candidato Jânio Quadros sensibilizou, realmente, largas camadas populares e alcançou votação surpreendente. Na aparência, derrotara o nacionalismo; na verdade, derrotara a política empreendida pelo governo a que sucederia, e que pretendia continuar, por exigência mesmo das forças econômicas que o apoiavam, e que tinham em relação ao governo anterior divergências formais, exigindo mais aperto nas medidas destinadas a favorecer o imperialismo e ao latifúndio.

Os que, honestamente, esperavam do sr. Jânio Quadros no poder, medidas novas, destinadas a reformar os processos políticos, não tardaram a decepcionar-se: seu ministério era fragilíssimo e organizado à base das mesmas e velhas injunções partidárias, e suas medidas iniciais, visando horário de trabalho do funcionalismo, briga de galos e coisas tais, inspiravam-se no mais sovado e inócuo moralismo, ao mesmo tempo em que, tendo realizado candente autópsia da situação econômica e financeira que encontrara, assumia a responsabilidade de desencadear, com a instrução 204 da Sumoc, aceleração tal do nível de preços que o povo cedo verificaria ser insuportável: estava, como era de esperar, fazendo a mesma política do seu antecessor, mas com maior rapidez e violência. Para isso, reputa-se solidamente amparado pelo dispositivo militar que organizara, ou que haviam organizado para ele. E tal dispositivo era a mobilização rápida de todos os elementos ligados ao golpismo militar, isto é, os piores ini-

migos da democracia. Prisioneiro do latifúndio e do imperialismo, o presidente Quadros prestava os primeiros e assinalados serviços que estas forças dele exigiam.

Tinha, entretanto, compromissos também com a área popular, de cujas camadas recebera inequívoco apoio eleitoral, e não a poderia abandonar, não poderia deixar de realizar algo que a satisfizesse. O presidente escolheu a política exterior para atender a tais camadas. Realizou, nesse campo, algumas alterações importantes, que constituem mérito incontestado de seu governo. A conduta que determinou à delegação brasileira à conferência de Montevidéu, em 1961, e que esta descumpriu, foi desse molde; a forma como fez sentir ao sr. Berle, enviado ao Brasil com alguns recados inconvenientes, que não estava de acordo em ser simples cumpridor de ordens oriundas do exterior; tudo finalizou com a condecoração que, ostensivamente, concedeu ao ministro da Economia da República de Cuba, Guevara, quando da passagem deste pelo Brasil, regressando de conferência pan-americana em que se chocara frontalmente com os representantes do imperialismo. O gesto foi recebido com escândalo pelos setores que haviam depositado todas as esperanças em que o sr. Jânio Quadros fosse maciçamente um reacionário obediente ao mando externo. E o presidente tinha pruridos de autonomia para a sua conduta. Para isso, supunha contar com dispositivo militar de simples cumpridores de ordens, que não lhe faltariam no momento difícil que começou a sentir aproximar-se. Nessa aproximação, de outro lado, era necessário considerar que o vice-presidente escolhido em 3 de outubro de 1960 havia sido o de seu oponente. E o sr. João Goulart representava parcela importante da opinião nacional. Visado embora por comissões de inquérito, presididas adrede por adversários seus, e militares, mantinha atitude cautelosa em relação ao presidente Quadros, que viria a convidá-lo para viagem oficial ao Oriente, em que deveria visitar a China.

Jamais existiu em nosso país dispositivo militar como aquele que, à sombra da omissão ou da ingenuidade do presidente Jânio Quadros, foi montado. O golpismo militar afastou, sem nenhuma exceção, sem nenhuma tolerância, de todos os comandos, de todas as funções, de todos os campos, de todas as atividades, todos os elementos que não merecessem a máxima confiança. Montou dispositivo integralmente seu. Colheu todos os elementos suspeitos e deslocou-os para pontos distantes; cortou-lhes as perspectivas da carreira; privou-os de todos os direitos e recompensas, atirou todos à margem. Nos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, a limpeza foi também rigorosa. O primeiro decreto que o ministro da Aeronáutica levou ao presidente foi o da promoção a brigadeiro do coronel Adil de Oliveira, presidente da República do Galeão. Assim, a reação militar assumiu as rédeas do poder e, dentro em pouco, Jânio Quadros estava nas condições de simples prisioneiro daqueles a que escolhera.

Desde o instante em que as forças reacionárias perceberam os propósitos de decisões autônomas no presidente, passaram a cuidar de colocá-lo em sua devida posição, isto é, de instrumento delas. O elemento escolhido para fazer sentir ao presidente que a sua submissão era exigida foi o mesmo escolhido, em 1954, para a missão de que se desempenhou tão bem. Na televisão e no rádio, segundo a fórmula empregada sete anos antes, e que se mostra tão eficaz, desencadeou suas baterias contra o presidente. O fim era reduzi-lo, obrigá-lo a recuar, situá-lo em posição de impotência, fazer dele o joguete esperado, cortando-lhe as asas de autonomia e os pruridos de decisões pessoais e independentes. Quadros verificou que estava em situação difícil. Pareceu-lhe dilemática entre a desmoralização e a renúncia. Não estava pela primeira. A segunda apresentava alternativa interessante: ou, colocado o país, dramaticamente, diante de fato escandaloso, formaria ao seu lado, permitindo-lhe retomar

a autoridade perdida, ou, aceita a renúncia, o governo caberia a um adversário de seus derrubadores, com o qual teriam de haver-se então. De qualquer forma, criar-lhes-ia problema de gravíssimas consequências. Era em agosto – como estava no momento dos que cuidam que a história é suscetível de repetir-se. Guardando sigilo de seu propósito, o presidente Jânio Quadros enviou o documento de renúncia ao Congresso e abandonou Brasília em avião já preparado para a sua saída. Deixava um documento ambíguo, a respeito da decisão que tomara. De qualquer forma, soltara uma bomba que os próprios adversários do momento e seus aliados da véspera não esperavam.

Para o dispositivo militar golpista, não poderia ser mais desastrosa a decisão intempestiva do presidente Jânio Quadros: de súbito, desabava toda a soberba e meticulosa articulação montada à sombra de uma autoridade consagrada pelo voto e investida pelo consentimento nacional. E surgia a obrigação de entregar o poder e garantir a investidura de homem suspeito a tal dispositivo, que não o poderia aceitar, que o conhecia perfeitamente, que já lhe sofrera as ações, quando despejado do Ministério do Trabalho, em 1954, que assistira e testemunhara a conspiração que levava Vargas ao suicídio, que estava ligado aos trabalhadores e – além de tudo, viajava agora justamente pela China. Era imperioso impedir que se consumasse tamanha derrota. Foi a decisão que tomaram os três ministros militares.

A DITADURA FRUSTRADA

Em 25 de agosto de 1961, Dia do Soldado, por coincidência, o presidente Jânio Quadros consumou a sua renúncia. Era uma sexta-feira. O vice-presidente João Goulart estava em viagem pelo Oriente, e encontrava-se na China justamente, quando a renúncia ocorreu. Cabia-lhe, constitucionalmente, a presidência, exercendo-a, em sua

ausência, o presidente da Câmara dos Deputados, sr. Ranieri Mazzili. Comunicando tal fato aos comandos militares, o ministro da Guerra acrescentava: "Situação completa calma todo país."¹⁴⁸ Empossado o presidente da Câmara dos Deputados, tratava-se, normalmente, de avisar o vice-presidente, no exterior, para que regressasse e viesse assumir as altas funções que lhe cabiam. Ante saída dessa ordem, entretanto – a do cumprimento da lei –, os ministros militares decidiram, à revelia da nação, perturbar o processo normal de sucessão, antepondo a sua vontade à vontade do povo brasileiro.

Em um de seus depoimentos a respeito, o marechal Henrique Teixeira Lott, na reserva e retirado das atividades políticas, mas logo procurado por companheiros de armas, nacionalistas e democratas civis, declarou o seguinte: "A primeira informação positiva sobre a intenção dos ministros militares, de não darem posse ao sr. João Goulart, me foi dada pelo sr. Armando Falcão, na noite da própria sexta-feira, 24 de agosto, data da renúncia do sr. Jânio Quadros. Falcão comunicava-me que esses ministros, não só impediriam a investidura de Jango, como, também, o prenderiam, assim que ele pisasse solo brasileiro. Para evitar ao vice-presidente tão grande vexame, os ministros militares exigiam: ou sua renúncia ou que o Congresso votasse seu impedimento. Se isso não fosse feito, os ministros militares tomariam a iniciativa de dissolver o Congresso."¹⁴⁹

Assim, desde que consumada a renúncia do presidente Jânio Quadros, em cujo governo fora articulado o dispositivo militar golpista mais perfeito que o país jamais conheceu, os ministros militares tomavam em suas mãos o poder e determinavam o destino do país. Negavam os direitos do vice-presidente escolhido nas urnas, com o que rasgavam a Constituição; providenciavam a sua prisão assim que retornasse ao país, cometendo o crime de vir cumprir o seu dever; exigiam do Congresso que votasse o impedimento do novo mandatário, sob pena de dissolução; exigiam do vice-presidente

que contestasse o golpe, com a sua renúncia. Tudo isso em termos conspirativos, sem anuência de qualquer poder, burlando a vontade popular e, particularmente, consumando o crime, claramente previsto no Código Penal Militar, de sedição, com a agravante do uso do poder. Desde o instante em que tomavam tal decisão e as medidas necessárias a concretizá-la, os ministros estavam fora de lei. Repetiam, aliás, o esquema dos golpes militares anteriores: golpes brancos, crimes políticos e militares inequívocos, montados à base de dispositivo de tal força aparente que dissuadissem qualquer ideia de resistência. Esse tipo de golpe, que havia funcionado perfeitamente até então, caracterizava o domínio que a cúpula militar exercia sobre todo o aparelho, pela sua estrutura hierárquica. As possibilidades de resistência eram sempre mínimas, por isso mesmo, e a vontade da cúpula era apresentada e figurava, como vontade da massa militar, sem possibilidades de externar a sua verdadeira posição e ainda menos a sua verdadeira vontade. O ardil, pela repetição, tornara-se uma espécie de rotina, e o golpe branco traduzia essa reiteração costumeira. No golpe de agosto de 1961, a confiança da cúpula conspirativa na repetição do resultado era de tal ordem – e só isso denuncia a ausência de sensibilidade política que a caracterizava – que não tomou medidas preventivas naturais; a censura à imprensa e ao rádio veio depois, quando já se pronunciavam as primeiras resistências. Estas foram num crescendo tão rápido que, em poucos dias, o dispositivo militar golpista se deteriorou irrecuperavelmente.

Porque, está claro, as resistências surgiram, desde logo. A primeira manifestação de repulsa deveria partir do setor nacionalista das Forças Armadas. Ao compreender, com precisão e coragem, o problema que se apresentava, o marechal Teixeira Lott deu alta prova de seu espírito democrático e patriótico. Sua resistência pessoal tornou-o o foco da resistência geral.¹⁵⁰ E, em 26 de agosto, aparecia o seu manifesto:

"Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro".

"Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do sr. ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise em território nacional. Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das minhas atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha pátria e as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e os intelectuais, os operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição, em preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da pátria".

Tendo o manifesto do marechal Teixeira Lott despertado movimento de apoio que começava a alastrar-se em todas as correntes e em todos os círculos, com profunda repercussão entre os militares, a junta golpista automaticamente constituída foi enveredando pelo caminho que lhe restava, o da violência: instaurou a censura, assaltando a redação dos jornais, ocupando-os com grupos de militares que os controlavam; estabeleceu o controle das comunicações telefônicas e telegráficas, montou um serviço que logo despertou a atenção pela grosseria e estupidez de sua orientação, o da "guerra psicológica", comandado por militares cuja noção de verossimilhança escapou a qualquer dimensão; efetuando prisões em todos os grupos. Começou pela própria figura, sempre tão altamente

respeitada, do próprio marechal Teixeira Lott, recolhido a uma fortaleza, como preso comum.¹⁵¹

Os antecedentes dessa prisão e o modo como ocorreu merecem ser contados, e pelo próprio marechal Teixeira Lott, para que fique lembrado o nível a que descia, com a junta militar golpista, a situação militar: “Na manhã de sábado, entre tantas outras pessoas que me procuravam, esteve aqui um moço de Porto Alegre, de nome Danilo (não me recordo o sobrenome) o qual me declarou que o governador Brizola precisava muito falar comigo e estava tentando uma ligação telefônica. Passei a aguardar essa ligação e, enquanto isso, o deputado Rui Ramos, do PTB do Rio Grande do Sul, comunicava-me o fim dramático que tivera um encontro seu com o marechal Denys, naquela manhã de sábado. Rui Ramos, que me visitou em companhia do general Janari Nunes e do sr. Hugo de Faria, atual subchefe da Casa Civil do presidente João Goulart, relatou-me, emocionado, que sua entrevista com o então ministro da Guerra chegara a tomar feição quase agressiva, e que, entre outras coisas, o marechal Denys lhe dissera: ‘Diga ao Brizola que em hipótese alguma o Jango toma posse’. Esse deputado respondeu que se eles, os ministros militares, tinham a força das armas, o povo brasileiro, mesmo desarmado, formaria um exército invencível, lutando com a arma da lei. Percebi, então, que os ministros militares queriam implantar no país uma odiosa ditadura militar. Cerca das 11 horas desse sábado, 26 de agosto, chegou telefonema de Porto Alegre. Era o governador Brizola. Com a precipitação da crise, disse-me ele estar disposto a resistir à pressão militar e expôs-me a situação no Rio Grande. A revolta já dominava aquele Estado.” (...) “Sabedor da situação no Rio Grande e da disposição dos três ministros militares de prenderem o vice-presidente, já então presidente da República por direito incontestado, achei de bom alvitre conversar com o marechal Denys e o fiz pelo telefone, cerca das 13 horas desse mesmo dia. O

ex-ministro parecia ter a mente obscurecida pela ideia da ditadura. Fiz ver o mal que advinha para o país do não cumprimento do que estabelecia a Constituição, e ainda mais: a convulsão que abalaria o país se o sr. João Goulart fosse preso ao pisar o solo pátrio. Pedi-lhe que meditasse sobre a tragédia de uma guerra civil. Que pensasse mais uma vez na sua ideia de impedir a posse de Jango, antes de pôr essa ideia em ação. Procurei mostrar-lhe que essa ação significaria, para o Exército, uma nódoa vergonhosa e que perante o próprio Exército, como perante toda a nação, o que viesse a suceder seria de responsabilidade dele, ministro. Mostrei-lhe que, fatalmente, adviria a guerra civil. Mas o marechal Denys não respondia nem sim, nem não, nem talvez. Dizia apenas: 'Estou ouvindo, estou ouvindo.' Concluí que estava perdendo meu tempo e pus fim à ligação telefônica."

Depois, o marechal Henrique Lott conta a sua prisão, um dos mais torpes episódios que ilustram a aventura golpista e que conferiram as características exteriores - bem conhecidas as características exteriores - bem conhecidas as características profundas - que marcaram como tentativa de utilizar as Forças Armadas contra o povo: "Pelas 3 horas da madrugada meu filho - major Duffles -, acordou-me para informar que em casa estivera o coronel Ardo-vino Barbosa, dizendo que eu estava preso, embora não dizendo por ordem de quem. Eu começava a sofrer as consequências pelo manifesto aos militares, irradiado por algumas emissoras, sendo de notar que os jornais de domingo, que o publicaram, tiveram suas edições apreendidas. Hoje, digo que esse coronel Ardo-vino teve muita sorte em não me encontrar de pé, porque, francamente, não sei qual seria minha reação vendo um coronel entrar em minha casa altas horas da noite, dando-me voz de prisão. Esse coronel, cujas façanhas nesta infortunada cidade, nos dias da crise, tornaram-no tristemente célebre, deixou dito a meu filho que iria falar com o

general Nestor Souto de Oliveira (comandante do I Exército) e que viria mais tarde 'para arrombar a minha porta'. Veja o povo brasileiro a que ponto já havia chegado a subversão da ordem naqueles dias dramáticos. Por volta das 4 e meia da madrugada, chegaram em casa o general da reserva Horácio de Oliveira Sucupira e o tal coronel Ardovino. O general Sucupira disse-me que vinha por ordem do marechal Denys e que eu deveria apresentar-me ao ministério da Guerra. Vesti-me à paisana e saí rumo ao Ministério. Meus familiares estranharam que eu fosse em trajes civis e não com a farda. Respondi que eu estava habituado a vestir uniforme limpo e que a farda do Exército estava enodoada. No Ministério da Guerra encontrei o marechal Mascarenhas de Moraes, os generais Nestor Souto de Oliveira, Emílio Rodrigues Ribas e Aurélio de Lira Tavares. O marechal Mascarenhas informou-me que transmitia ordem do ministro para que eu me recolhesse à Fortaleza da Laje. Fiz sentir aos oficiais-generais presentes a minha repulsa ante o desrespeito flagrante de dispositivos legais e militares nos fatos relacionados com a minha prisão, inclusive o desrespeito a um direito comum dos cidadãos - a inviolabilidade do lar à noite - e, ainda mais, por um oficial de categoria muito inferior à minha. E não compreendia como um marechal poderia ser recolhido a uma fortaleza comandada por um major. O general Nestor Souto explicou que para lá havia transferido o comandante da Artilharia de Costa. Repliquei que isso não modificava a situação, porque era posto de patente inferior à minha patente. Por fim, desisti, porque, àquela altura, a palavra direito estava proscrita."¹⁵²

A essa altura, a junta militar que se instalara no poder e conservava como títere o sr. Mazzili, estava no terreno do mais completo desmando: na casa do marechal Teixeira Lott e na rua foram presos numerosos oficiais, outros em suas casas, todos recolhidos ao porão de um navio; estabeleceu-se férrea censura à imprensa, saindo

os jornais com grandes espaços em branco; instituiu-se, no rádio, a “guerra psicológica”, isto é, a divulgação dos despautérios mais descomedidos. Criava-se o clima destinado a arrancar do Congresso a decisão exigida, de impedimento do sr. João Goulart. Para gerar tal clima no Estado da Guanabara, o seu governador partilhou dos atos de vandalismo que se praticaram, colocando o seu aparelho policial, comandado por oficiais golpistas, inteiramente a serviço da junta militar. Não houve violência que ficasse esquecida, nem desrespeito à lei que fosse posto de lado: a mostra foi completa.

A salvação não tardaria, porém. O sinal mais evidente de que o golpe começava a deteriorar-se veio do Rio Grande do Sul, no radiograma em que o comandante do III Exército participava a posição assumida pelo governador Leonel Brizola de não reconhecer o golpe militar e dispor-se a resistir: “Gov. Brizola declarou-me resistirá contra ação impeça posse JG pt Coordena ação BM nesse sentido pt Tenho percebido grande número oficiais ideia ser mantido princípio constitucional vg inclusive cmt 3ª DI et 1ª DC pt Todas unidades cumprindo ordens manutenção ordem pública pt Situação tensa porém calma todo III Exército pt” Este radiograma foi expedido de Porto Alegre às 13 horas e 20 minutos de 27 de agosto. Às 15 horas desse mesmo dia, o comando do III Exército recebia o radiograma informando da prisão do marechal Teixeira Lott e da resistência dos “elementos comunistas do Congresso”. Respondeu o comandante do III Exército nos seguintes termos: “Entendido vg vou providenciar pt Situação Palegre muito tensa pt Governador Brizola organizou defesa palácio et parece ter distribuído armamento civis seus adeptos pt Estou vigilante manutenção ordem pt Seria de todo conveniente encontrar solução legal pt General Machado Lopes vg comandante III Exército.”

A posição do comandante do III Exército estava ainda longe de uma definição, tanto assim que expediu aos comandos subordinados

o seguinte radiograma: "Nº 59 - Sr. ministro informa elementos comunistas Congresso estão perturbando encontro solução legal crise decorrente renúncia presidente pt Mar. Lott lançou manifesto subversivo forçando ministro determinar sua prisão pt Sr. ministro pretende defender instituições et manter lei et ordem em todo país et declara solução legal será procurada todos meios pt Este cmdo. aguarda confiante governo constituído et chefes militares encontrem solução legal desejada pt Aguardo resposta pt Gen. Machado Lopes vg comandante III Exército."

Este radiograma circular, cifrado, foi expedido às 5 horas da madrugada do dia 28 de agosto: o comandante do III Exército sentia a necessidade do encontro de uma "solução legal", mas transmitia as versões dos militares da junta ditatorial e compreendia a necessidade de sentir a reação dos subordinados, aguardando resposta destes. Mas, pouco antes das 10 horas da manhã desse mesmo dia, recebia, por fonia, do Rio de Janeiro, a ordem que caracteriza até onde pretendia chegar a junta militar em seus desmandos e que a situa claramente no terreno do crime político e militar de bombardear Porto Alegre.

Convém reter, um instante, os dados fundamentais desse documento típico: quem defende a legalidade é acusado de subversivo, determina-se o emprego da máxima violência e imediatamente, inclusive o bombardeio aéreo, isto é, o meio militar que não escolhe suas vítimas e que atinge mais civis, mulheres e crianças do que militares, espera-se o cumprimento rápido e situa-se o dever como na obediência a tais desmandos. Que significa tudo isso? Significa, em primeiro lugar, a disposição de ir às últimas consequências, inclusive contra o povo e contra autoridades constituídas por ele, na sequência do que se vinha fazendo em relação ao vice-presidente. Significa que os amotinados confiavam ainda plenamente em que o aparelho militar, cujas rédeas detinham, obedecesse religiosamente

tais desmandos, e seguisse essa linha de violência e de arbítrio. Assim havia acontecido antes; assim deveria acontecer agora: o momento era o mesmo.

Que efeito encontra esse despautério, porém? Está expresso no Boletim Reservado em que o comando do III Exército deixou registrado o histórico dos acontecimentos, na sequência fria dos fatos e dos documentos: "1000 - Em resposta o cmt do III Exército declarou ao gen. Geisel que não cumpriria a ordem recebida, por não encontrar apoio legal." Teria o comandante do III Exército chegado a essa decisão por via do simples e puro raciocínio? Não. Chegou a essa decisão porque verificou que o cumprimento de tal ordem corresponderia a uma desobediência generalizada: a situação da tropa, a essa altura dos acontecimentos, era de confraternização com o povo do Rio Grande do Sul, e o povo do Rio Grande do Sul acompanhava a histórica decisão de seu governador. Ao meio-dia de 28 de agosto, e agora em caráter ostensivo, o comandante do III Exército informava aos comandos subordinados: "Comunico que, tendo recebido ordem do sr. ministro, intermédio general Geisel, que implicaria deflagrar guerra civil, declarei que não cumpriria e, a partir deste momento, e enquanto cmt do III Exército, só cumpriria ordens legais dentro da Constituição vigente. Gen. Machado Lopes, cmt do III Exército." As 18 horas, o comandante do III Exército, segundo seu Boletim Reservado, recebia a resposta que lhe permitiria fazer constar daquele Boletim o seguinte: "Todas as Grandes Unidades e Unidades integrantes do III Exército manifestaram acordo com a decisão tomada pelo comando." Desligava-se, assim, da subordinação, e, portanto, da obediência à junta militar golpista, o maior núcleo de força do Exército. A junta entrava, rapidamente, na fase final de sua deterioração.

Às 9 horas de 29 de agosto, estava o comando do III Exército em condições de radiografar aos seus subordinados nos termos seguin-

tes: "Nº 262 E/2 de 29 Ago 61pt Participo prezado amigo III Exército vg sob meu comando vg perfeitamente coeso torno seus chefes vg resolveu como seu dever apoiar integralmente constituição vigente vg gen Machado Lopes vg comandante III Exército." E, às 9 horas do dia 30, em termos peremptórios: "ministro Guerra-Rio-Nº 264 E/2 de 30 Ago 61-Terceiro Exército perfeitamente coeso não mais aceitará ordens V. Exª e agirá por conta própria dentro da ideia de manter o regime liberal democrata cristão vg assegurando integral execução da Constituição vigente sem qualquer modificação nela seja porventura introduzida pt Gen. Machado Lopes vg comandante III Exército." O comandante do III Exército empenhava, assim, a sua palavra contra qualquer modificação na Constituição.

A tais decisões, corresponderam, naturalmente, medidas concretas, com deslocamento das forças do III Exército em direção ao Norte, vindo suas pontas atingir os limites do Estado de São Paulo. Comunicando esse deslocamento de tropas aos governadores dos Estados do Paraná e Santa Catarina, o comandante do III Exército prevenia-se contra qualquer ação da junta militar, visto como seu radiograma aos comandantes dos demais Exércitos, I, II e IV ficara sem resposta ou tivera uma resposta que os situava no apoio àquela junta, apoio que, verificava quem estava próximo, não revelava mais do que a posição individual desse chefe, concluídos com a junta militar, e já sem condições para acompanhar o III Exército. Às 19 horas de 4 de setembro, realmente, o comandante do III Exército dirigira-se aos comandantes dos demais Exércitos e ao Comando Militar da Amazônia nos termos seguintes: "Urgentíssimo-Nº 18, 19, 20 e 21 Gab-De 4 Set 61-intransigência alguns comandos forças armadas vg não querendo obstinadamente aceitar decisões soberanas Congresso vg poderão levar país ao caos pt Estamos todos agora dentro mesmo propósito legal posse presidente no atual regime constitucional et manutenção ordem pública pt Aguardo resposta

prezado camarada pt Gen M. Lopes vg cmt III Ex." Reafirmava sua fidelidade ao "atual regime constitucional", como se vê. Recebera, aliás, o general Machado Lopes, em 2 de setembro, de um dos comandos subordinados, o seguinte e interessante radiograma: "Urgente-Gen Machado Lopes - cmt III Exército-Palegre -545-Gab de 2 Set pt Considerando emenda parlamentar modificação Carta Magna vg momento recente investidura presidente constitucional vg rogo lealmente chefe amigo recusar esse novo golpe vg fim evitar desencanto nossos comandados respeito absoluto Constituição vigente pt Gen Oromar Osório, cmt 1ª DC."

A decisão do governador Leonel Brizola de resistir à junta militar e de lutar contra o golpe - decisão que nunca será demasiadamente valorizada - colocava um elemento novo diante do memento golpista, até aí executado à base da imposição branca, decorrente de dispositivo de força que dissuadia qualquer ideia de resistência. Agora, como fato inédito, surgia o propósito da resistência. Não apenas a resistência passiva, a resistência de opinião, mas a resistência concreta, de um governo estadual e de um agrupamento de força militar de valor. Pela primeira vez, pagava-se para ver. E pagava-se alto: havia que enveredar mesmo pela luta ou recuar. Ora, golpe em recuo não existe. Por isso mesmo, no primeiro momento, a junta militar decidiu pela luta e começou a armar o dispositivo de luta e a deslocar suas forças. Aí é que aconteceu a deterioração, agora no interior desse dispositivo mesmo. Começaram a surgir as resistências, as dissensões, as negativas, culminando com generalizada desobediência.

Não é aqui o lugar para o estudo da ampla resistência apresentada pelas forças populares, que foi num crescendo e que culminou em exemplos destacadíssimos. Está claro que tal estudo tem importância fundamental, mas este relato visa apenas o lado militar e os efeitos militares do evento. Que fique registrado, apenas, em relação ao

quadro de conjunto em que o problema especificamente militar estava inserido, que todo o aparelho militar operava de acordo com esse conjunto, em que as forças populares deram excelente e concreta prova de amadurecimento e de organização, sem que o amadurecimento tenha sido completo e a organização plenamente satisfatória, fora de dúvida. O importante, o novo, é que o aparelho militar defrontava uma situação em que ficava provado que não podia operar contra a nação, não mais podia repetir o golpe antipopular impunemente, não mais tinha condições para levá-la às últimas consequências.

É claro que tudo isso estava ligado ao conjunto, isto é, ao avanço da politização das forças populares e às possibilidades de organização que podiam surgir agora, e que surgiram. Se os acontecimentos não sofressem a intercorrência do golpe político, conduzido pelo Congresso, ou antes, através do Congresso, se tivesse sido desencadeada a luta, é certo que as forças antipopulares teriam sofrido, naquele instante, derrota irreparável, de que dificilmente se recuperariam. Ora, o imperialismo e o latifúndio perceberam imediatamente esse imenso risco. Tratava-se, agora, de encontrar solução de emergência, que conciliasse os lados em antagonismo profundo ou circunstancial, restabelecendo a normalidade por manobra ampla de recuo, no campo militar, e de avanço, no campo político. Daí ter surgido, então, a acomodação parlamentarista: na calada de uma madrugada, no sossego de Brasília, à revelia dos três militares que detinham nominalmente as pastas, subtrair à bandeira da legalidade, levantada pelo governador do Rio Grande do Sul, o seu extraordinário conteúdo democrático, substituindo-o por outro conteúdo, que obrigasse, pelo lado formal, à obediência, os que tinham optado pela desobediência.

Tratava-se de criar, rapidamente, uma outra legalidade. Ela foi criada, em uma noite, por emenda parlamentar que transformava o

regime. Aceitava-se, assim, o formal do movimento de rebeldia – o direito à posse do sr. João Goulart – mas inseria-se alteração fundamental, a da transformação do regime político inaugurando-se singular parlamentarismo, de modo que os poderes do novo presidente passariam ao Congresso, cuja composição inspirava toda confiança ao imperialismo, ao latifúndio e aos setores vacilantes da burguesia. Essa manobra política, realizada num passe de mágica, e que só alguns chefes militares perceberam, acomodava tudo e restabelecia a normalidade, voltando as forças à situação anterior e ganhando as reacionárias tempo para reorganizar-se e para restabelecer, ante um aparelho militar já inteiramente deteriorado, novas condições, que permitissem sua recuperação.

Nos acontecimentos militares, verificara-se, e isso estava o novo, que a massa de oficiais não se dispunha mais a acompanhar golpes de cúpula apenas pela obediência. A recusa, que começou em casos isolados, e que logo se generalizou, de comandantes de unidades, apressadamente presos ou substituídos, e de grupos inteiros de oficiais, em cumprir as ordens, evidentemente ilegais, emanadas dos três ministros subversivos, criava um fato novo, que constituía perigosíssima ameaça ao aparelho militar em uso, e sempre usado para golpes brancos, repousando na cega obediência. Isto não era o mais sério, porém. Porque o mais sério, o que faria tremer a cúpula militar, incapaz de compreender essa transformação e de sentir-lhe o profundo conteúdo, estava na posição dos sargentos. Durante toda a crise, e nas três Forças Armadas, em episódios escandalosos, os sargentos, a que só se conferia o direito de cega obediência, e com muito mais fortes razões que aos oficiais, manifestaram a firme vontade de desobedecer, por terem entendido que obedecer, no caso, era ir contra o país e contra o povo.

Penetraram, assim, no conteúdo da obediência militar e da hierarquia militar. Foram inúmeros os episódios em que a ação

concreta dos sargentos salvou a democracia brasileira, naqueles dias tristes, amargos e duvidosos. A firmeza com que os sargentos se comportaram, em situações extremamente difíceis, a exata noção do cumprimento do dever que provaram, colocou-os numa situação de destaque, que mereciam, mas não foi entendida, nos devidos termos, mesmo por muitos daqueles chefes militares que tiveram, nos mesmos acontecimentos, posição democrática, mas que só os sentiram nos seus aspectos exteriores e formais.¹⁵³

Na luta contra o golpismo militar, estabelecera-se uma ampla frente em que se destacou o papel desempenhado pela classe operária que, com a greve política, demonstrou sua exata compreensão da gravidade do momento e do caráter do surto golpista; o movimento camponês provou o seu avanço, arregimentando-se, em algumas áreas, os trabalhadores rurais, prontos a resistir, e participando das manifestações contra o atentado que se pretendia consumar; o movimento estudantil teve participação destacada, desde o deslocamento da sede da UNE para Porto Alegre à palavra de ordem de greve geral em todo o país; foi, importante a participação da burguesia, de que uma parte se aproximou do povo, para a luta comum, enquanto outra parte se compunha com os golpistas. Tendo fins limitados - para muitos, apenas a defesa formal da legalidade - essa frente abrangia forças bastante heterogêneas.

O desfecho decorreu da hegemonia que a burguesia exerceu na frente que se formou ao calor dos acontecimentos e com um nível de organização ainda precário. As forças fundamentais não haviam alcançado ainda o preparo suficiente para dirigir a luta. Assim, o esforço do novo governo, nos moldes parlamentaristas, seria dirigido para entravar o avanço das forças populares, para destruir as formas de organização que haviam sido estabelecidas durante a crise e para impedir que prosseguissem em desenvolvimento aquelas forças que se haviam revelado no decorrer dos acontecimentos.

O primeiro sinal desse movimento reversivo surgira ao defini-rem-se as forças reacionárias no sentido de desmoralizar o sr. Jânio Quadros e destruir os aspectos de sua administração que haviam alcançado o apoio popular: a posição externa que impedira o isolamento a Cuba, o restabelecimento de relações com a Bulgária, a Romênia, a Hungria e a Albânia, o encaminhamento desse restabelecimento com a União Soviética; o esforço para a liberalização do crédito à pequena agricultura; o propósito, proclamado pelos seus auxiliares, de promover grandes reformas: antitruste, remessa de lucros, imposto de renda, bancária, lucros extraordinários, agrária, dos códigos.¹⁵⁴ A desmoralização da pessoa e do governo do sr. Jânio Quadros constituiu uma das tarefas fundamentais da imprensa ligada aos trustes estrangeiros. Era preciso destruí-lo para sempre. Era preciso destruir, com ele, as possibilidades de ressurgimento ou de avanço de alguns pontos em que formalizara o seu governo uma posição antimonopolista.

O problema fundamental, entretanto, estava, para as forças que haviam conseguido, a duras penas, assegurar o controle da situação, no plano militar e, mais particularmente, na posição que os sargentos haviam definido, quando da crise. A ameaça era demasiado clara para passar despercebida. Neutralizar a influência dos sargentos, destruir as formas de organização que haviam alcançado, isolar os elementos mais destacados na resistência aos desmandos dos ministros subversivos, impor uma disciplina rígida de obediência, depurar o quadro de sargentos e exercer sobre eles estreita vigilância, passaram a ser as grandes preocupações da cúpula militar onde os elementos golpistas permaneciam, em paradoxo aparente. É variada e numerosa a série de fatos que assinalam a anomalia curiosa: vencidos pareciam vencedores, os militares que haviam assegurado a continuidade democrática passavam a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos, particularmente os sargentos. A situação,

ao que tais dados indicavam, era de vitória do golpe militar e não de derrota. Por outro lado, a maioria dos chefes que haviam concordado, ostensivamente ou por omissão, com a atitude dos ministros golpistas, permanecia em suas funções e as utilizavam para perseguir os que haviam se colocado ao lado da lei. É fácil calcular os efeitos dessa política e o dano que causou.¹⁵⁵

Em torno dos sargentos, a suposição era generalizada e profunda. Em vez de encarar a participação dos sargentos na crise, com as formas que apresentara, como um indicio veemente e positivo avanço, como demonstração concreta de consciência, benéfica às Forças Armadas, tônica para a estrutura militar, colocada a disciplina em sua exata conceituação, as autoridades encaravam tudo isso como terrível realidade que exigia severas providências acauteladoras da "ordem pública". Sargento pensar, sargento estudar, sargento participar, sargento ter direitos de julgamento pareceram formas subversivas, a que era necessário atender de pronto, não no sentido de encaminhá-las, de colocá-las a serviço da estrutura militar e do país, mas no sentido de reprimi-las, de vigiá-las, de considerá-las marginais e condenáveis.

O governo parlamentarista - governo imobilista, presidido pela preocupação fundamental de conciliar com o imperialismo e com o latifúndio -, não apenas se desinteressou do que era novo nas Forças Armadas, mas perseguiu o que era novo, buscou colocar o novo no terreno da ilegalidade, e foi implacável com os militares a que o regime deveria tantos serviços, na crise de agosto de 1961. Coroou tudo isso com uma anistia singular, que visava, não os que haviam cometido os crimes de sedição e de subversão, mas, irrisoriamente, os que haviam defendido o regime democrático. Premiava os golpistas, e punia os legalistas.

É claro que essa orientação, em seu conjunto, não derivava de incompreensão, derivava da própria natureza do dispositivo mili-

tar que o golpe parlamentarista mantinha, derivava do conteúdo político das forças dominantes. Como tudo isso, agora, estava em contradição com o pensamento da massa militar, consideravelmente reforçada pela participação dos sargentos, o divórcio entre cúpula e massa acentuou-se irremediavelmente, fazendo os responsáveis temer sempre pela segurança. O que mais desejaram, a partir daí, é que os militares – oficiais, sargentos, ou ambos – enveredassem por um caminho conspirativo, que permitisse ao dispositivo dominante verificar o contorno da massa nacionalista e democrática e expurgá-la.

A política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio, que permitia o inexorável avanço do processo inflacionário e se refletia cada vez mais profundamente na vida do povo brasileiro teria de ser enfrentada com firmeza pelas forças populares que, conjugando as suas reivindicações políticas aos interesses do sr. João Goulart, desejoso de recuperar os poderes que o golpe de setembro de 1961 lhe havia arrancado, conseguiram, por um movimento de massas de proporções inéditas em nosso país, que o Congresso fixasse para 6 de janeiro de 1963 a realização de plebiscito em que se decidiria da sorte do regime. E o pronunciamento foi esmagador, condenando o regime parlamentar, oriundo de um golpe e tendo demonstrado a sua absoluta e total incapacidade para encaminhar ou resolver os problemas com que o país se defrontava.

Em setembro de 1961, o povo esperara do governo cuja posse assegurara uma política que o beneficiasse, e que se caracterizaria, no terreno militar, pelo expurgo do golpismo; em janeiro de 1963, o povo esperara do governo cujos poderes assegurara uma política que no terreno militar, se caracterizaria pelo expurgo do gorilismo, que era a forma que o golpismo vinha assumindo. Nas duas oportunidades, foi rapidamente desiludido: nem o largo movimento de massas durante a crise de 1961 fora suficiente para liquidar o golpismo, nem

o impressionante movimento de massas de 1962, quando ocorreram duas greves gerais de profunda significação política, fora suficiente para liquidar o gorilismo. Começava a surgir, no Brasil, a situação de instável equilíbrio, que se poderia romper a cada passo e por força de acontecimentos fortuitos que permitisse o desencadeamento de um processo de crise. A progressiva organização das forças populares começou a impor-se, desde então, com mais clareza. Na medida em que essa organização avançava, as forças da reação aumentavam o seu grau de fúria e o imperialismo crescia em ameaças. No campo militar isso se traduziu por inquietação permanente.

Uma das grandes ilusões acalentadas pelas forças populares, evidentemente que da parte de setores menos esclarecidos, consiste, em tais fases de transição, cuja complexidade é evidente – mas não deve ser confundida com os aparentes paradoxos que os acontecimentos por vezes alinham –, em desejar e esperar a ascensão de ministros militares esquerdistas que, pelos seus pronunciamentos públicos, caracterizem posição política participante, a todo e qualquer propósito. O equívoco decorre de equívoco maior quanto à interpretação do papel das Forças Armadas num processo histórico como o da revolução brasileira. Supor que esse papel seja vanguardeiro é uma ilusão que tem já custado caro aos que a acalentam. Muito ao contrário, o papel das Forças Armadas – que está sendo assim desempenhado, em linhas gerais e pelo conjunto delas – consiste em assegurar as liberdades democráticas. Assim, os ministros militares ideais são aqueles que juntam, à sua condição de soldados respeitados pelas suas virtudes especificamente militares, a condição de comandantes de organizações colocadas a serviço do povo e, portanto, da democracia. Para isso, não é de forma alguma necessário, e até errôneo e condenável, que se portem como candidatos a vereadores, com pronunciamentos discursivos que não correspondem à verdadeira posição do aparelho militar em seu conjunto. O pecado do chefe

militar de esquerda, entretanto, seria dos últimos a ser abandonado entre nós.

Perseguidos, incompreendidos, maltratados, os sargentos perceberam a insegurança de sua posição como tais, e enveredaram pelo caminho político, conseguindo, mercê de sua unidade e organização, eleger vários de seus elementos para as Assembleias Legislativas estaduais e um deles para a Câmara Federal. Era sem a menor dúvida, demonstração digna do maior apreço. A justiça eleitoral, entretanto, colocou todos os impedimentos para o registro, de início, e ao reconhecimento, depois, desses sargentos, que tiveram que bater às portas do Supremo Tribunal Federal para a decisão última. Foi nesse ambiente - perfeitamente enquadrado na política de conciliação com o imperialismo e de retomada de poderes pela cúpula militar - que ocorreu o acontecimento de maio, no Estado da Guanabara, quando o subtenente Gelci Rodrigues Correia, falando em nome de seus companheiros, definiu com veemência o problema que os atormentava, colocando uma nota de escândalo nos arraiais militares.¹⁵⁶

A indisciplina raramente pode ser encarada, em suas crises graves, como fato isolado e súbito. Tem sempre antecedentes, causas profundas. Revela, como sintoma ostensivo e escandaloso, o grau de aprofundamento dessas causas. Porque os pronunciamentos de outros militares, de chefes inclusive, vinham ocorrendo, e repetidos, sem que, sobre eles, caísse a força regulamentar, com os seus rigores punitivos. Vínhamos assistindo, na verdade, há mais de um decênio, à premiação sucessiva de elementos envolvidos em subversões, em motins, em golpes, em perturbações da ordem, incentivadas e impulsionadas pela cúpula militar. Vínhamos de assistir três ministros militares rasgarem a Constituição e cometerem crimes previstos nos códigos comuns e militares, e estavam gozando da tranquilidade necessária à continuação de seus propósitos.

Enquanto o problema da elegibilidade dos sargentos estava sendo convenientemente cozinhado na justiça, surgia, diante do país estarecido, o escândalo do Ibad, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, pelos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar as atividades daquela organização. O país conheceu as manifestações do MAC, perfeitamente identificados, mas que prosseguiram, impunemente. Defrontava, agora, algo de espantoso, pelas proporções e pelo alcance. O inquérito viria comprovar que organização poderosamente financiada, que não podia explicar a origem de seus imensos recursos, conseguia eleger para o Congresso um número tal de senadores e deputados que constituiria, naquelas casas, bancada numericamente superior à do partido majoritário. É impossível, nas proporções deste ensaio, definir o que é o Ibad, ainda que de maneira sumária. Para conseguir a sua finalidade, o domínio do poder em nosso país, pelo controle daquele que elabora as leis, o Ibad ocupou, no período eleitoral, a maioria dos horários das estações de rádio e de televisão, em todo o país, e o espaço dos maiores jornais. O movimento dos fundos do Ibad era feito por bancos estrangeiros e ficou provado que parte desses fundos provinha de empresas estrangeiras, na maioria norte-americana, instaladas no Brasil.

Pois foi quando o país tomava conhecimento das espantosas revelações ligadas ao Ibad que o Supremo Tribunal Federal tomou a decisão de negar aos sargentos a elegibilidade, depois de registrados e de apuradas as eleições, em que apareceram com votação que lhes assegurava presença nas casas do legislativo a que se haviam candidatado. O contraste era manifesto: de um lado, assistia-se, sem providências, ao mais escandaloso crime cometido contra as instituições, fora o uso de armas, por parte de organização vinculada a uma potência estrangeira, em que ficava comprovada a compra de votos e o auxílio a candidatos segundo sua orientação, que é a compra

de consciências; de outro lado, negava-se direito de elegibilidade, reconhecido àqueles corruptos, para os sargentos tão simplesmente por serem sargentos. Tudo isso explica a evidente anomalia da representatividade política de grupo profissional e armado. Ela não surgiu do nada.

Em 12 de setembro, na guarnição de Brasília, surgiu outro sintoma alarmante da situação em que o problema colocava o aparelho militar: 600 sargentos levantavam-se, em protesto contra a decisão do Supremo, sendo rapidamente sufocada a rebelião. Foram presos os sargentos, cabos e soldados, alguns conseguindo fugir, submetidos a inquérito policial militar, para isso transferidos ao Rio de Janeiro, onde permaneceram incomunicáveis por largo tempo. A diretoria do Clube Militar estabelecia, por outro lado, um sistema de substituição em que se tornava juiz supremo de todo o processo eleitoral, impedindo a participação de largos setores de associados, exigindo atestado de ideologia para os candidatos, reservando-se o direito de recusar programas, caracterizando uma forma nazista ostensiva de ocupação de sociedade civil. Era anomalia que denunciava o agravamento do problema militar. A anomalia essencial estava no perigoso rumo de erigir a força armada em arena política e em colocar essa arena como centro de gravidade do processo político.

A DITADURA VITORIOSA

A partir do momento mesmo em que ficou assegurada a posse do vice-presidente João Goulart no cargo que vinha de ser abandonado pelo sr. Jânio Quadros, elementos militares iniciaram a conspiração para depô-lo. Todos eles, após a vitória do golpe de abril de 1964, confessaram tal atividade e vangloriaram-se dela. Aos primeiros conspiradores, de número reduzido, outros se foram juntando, à medida que o tempo avançava, mas à medida, principalmente, em que, no governo do sr. João Goulart, abriam-se condições para o

alargamento da democracia brasileira e esse alargamento permitia encaminhar as reformas de que a estrutura brasileira necessita, de forma cada vez mais premente. Assim, a afirmação de que o golpe resultou de acontecimentos de março de 1964 – o comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, a solenidade do Automóvel Clube, já ao findar o mês – não corresponde à verdade. Tais acontecimentos contribuíram, evidentemente, para a eclosão do ato de força, mas este vinha sendo meticulosamente preparado há muitos e muitos meses, e as confissões, nesse sentido são numerosas. A decisão para a solução de força amadureceu, sem a menor dúvida, a partir do plebiscito em que o presidente retomou os poderes que o golpe político de setembro de 1961 lhe havia retirado. Já a realização do plebiscito, pelo sentido popular de que se revestiu, confirmando a realidade a significação da palavra, importava em derrota que as forças da reação não poderiam suportar.

O ano de 1964 seria decisivo, por tudo isso: o avanço da consciência nacional, a respeito das reformas em curso, o golpismo correspondente das componentes do atraso, ainda participantes do poder, acompanhavam o processo histórico que vinha demonstrando, com mais clareza a cada dia, que a estrutura vigente não apresentava condições para conter o desenvolvimento do país, isto é, que as reformas eram realmente necessárias e não resultava a agitação que se fazia em torno delas de ação maléfica de agentes políticos, suscetíveis de serem paralisados por outra ação, a policial e repressiva, mas de uma situação em que os índices econômicos estavam denunciando violentamente a gravidade da estrutura vigente, sua incapacidade para conter as forças em desenvolvimento. A culpa fundamental do sr. João Goulart passou, a partir daí, a ser, justamente, a de não empregar as ações repressivas para deter o avanço da mobilização política, de ampla base popular, que exigia as reformas. O que as forças reacionárias, no Brasil, desejavam, e até haviam esperado do

sr. João Goulart, até certa altura de seu período de governo, é que exercesse formas de ação que eram específicas daquelas forças, que se tornasse instrumento delas. A isso se furtava o presidente, para sobreviver politicamente, embora ciente dos enormes riscos que essa recusa apresentava.

A perspectiva de emprego da violência para interferir no processo político se apresentava crescente. Convém verificar, a tal respeito, como as forças do atraso, aqui e por toda a parte, ao mesmo passo que acusam as forças populares de ameaçar com a violência ou até de empregá-la, são sempre as responsáveis, concretamente, pelo emprego desse processo de luta, são sempre as que lançam mão dele. De sorte que a violência é uma saída que depende muito mais das forças do atraso do que das forças do avanço, e não só no caso brasileiro, evidentemente. Não é o povo que escolhe a violência; ela lhe é imposta, ainda nos casos - que não ocorreram aqui - em que cabe ao povo apelar para esse caminho. A violência é específica do atraso, que não tem outras saídas; não é específica do avanço, que tem muitas outras formas eficazes de luta, e só apela para a do adversário quando este lhe impõe essa necessidade. Nesse sentido, é interessante frisar, ainda, que os acusadores da radicalização do processo político brasileiro, nos últimos anos, ficariam surpreendidos e até chocados em verificar que as ações de abril de 1964 e meses posteriores radicalizaram o processo político brasileiro muito mais do que discursos, agitações, comícios e outras demonstrações anteriores ao golpe vitorioso.

O que ajudou extraordinariamente a conquista de largas camadas da opinião e de ponderáveis forças econômicas e políticas, da parte dos que vinham conspirando desde 1961 foi, sem dúvida o quadro militar, e aqui voltamos ao tema específico deste trabalho. Convém tomá-lo, de início, nas exterioridades, nos acontecimentos de março de 1964, de que participaram militares, e que antecede-

ram e precipitaram o golpe que deporá o presidente João Goulart. Note-se como são absolutamente diferentes daqueles que ajudaram a depor o presidente Getúlio Vargas, em 1945 e em 1954, mostrando como só variou a forma: o conteúdo desses golpes foi sempre o mesmo. O sentido deles não se alterou em nada.

Em março de 1964, o presidente João Goulart compreendia que o espaço de manobra que lhe restava era extremamente reduzido. A chamada "política de conciliação", que vinha conduzindo, e que o desgastava enormemente nas duas áreas, esgotava rapidamente as suas possibilidades. Não é aqui o lugar para discutir a significação, muito mais profunda e complexa do que se pensa em geral, da "política de conciliação", supostamente ato de vontade, ligado a condições meramente psicológicas de presidentes e de detentores de parcelas de poder, mas, na verdade, derivada de condições sociais, políticas e econômicas acima dos traços individuais. De qualquer forma, tal política, na situação em que a conduzia o presidente João Goulart, não apresentava a rentabilidade necessária e exigia substituição. Se o processo não tivesse sido interrompido abruptamente, pelo golpe militar, verificar-se-ia, para golpismo de alguns ingênuos, que o substituto seria uma outra forma da "política de conciliação", isto é, a mesma "política de conciliação" sob forma diversa e em nível diferente. O simples fato de pretender essa mudança de nível, entretanto, pareceu alarmante às forças do atraso, em nosso país. É particularmente porque envolveu o elemento militar, isto é, o instrumento específico de força. Não foram apenas setores numerosos das forças populares que supuseram a possibilidade de mudança de quadro pela força, a seu favor; setores muito mais numerosos das forças do atraso admitiram que, ou interviriam ou o instrumento específico da ação pela violência, as Forças Armadas, serviriam para o estabelecimento de um tipo de poder novo. Ambos estavam enganados, entretanto, uns por ingenuidade, outros por malícia, nos dois campos.

O desencadeamento do processo ocorreu inicialmente em 13 de março, quando se realizou gigantesco comício, ao lado do Quartel General do Exército. O fato de ter sido gigantesco, com mobilização popular extraordinária, evidentemente apoiada em muito no fato de ser legal, isto é, bafejada pelo poder público, constituiu a primeira séria ameaça às forças do atraso, que só por isso se alarmariam consideravelmente, tal o horror que professam a povo, e particularmente a povo nas ruas e nas praças, proclamando as suas reivindicações. Isto lhes pareceu sempre a ignomínia suprema. Mas houve ainda mais, e isso é que as levou ao extremo limite do alarma: o comício teve a garantia de tropas do Exército. Tropas do Exército garantir comício popular, pareceu o cúmulo do excesso, ato verdadeiramente subversivo.

O ministro da Justiça do governo do sr. João Goulart, em seu depoimento, publicado em revista e depois reunido em livro, esclareceu alguns pontos do espetáculo do dia 13 de março: "Lembro-me bem que, nessa noite, a convite do general Jair, que revelava cuidado com a minha segurança pessoal, jantei com vários generais no Palácio da Guerra. Todos eles estavam eufóricos e achando de grande beleza e significado democrático o povo se misturando, tranquila e confiantemente, com os tanques e carros blindados, com a tropa maciçamente distribuída por toda a praça do comício. De cima, das varandas do Palácio da Guerra, generais e inúmeros oficiais das três armas exultavam com o espetáculo cívico. Uma mole humana ordeira, pacífica, ao som de bandas de música, reunia-se na praça, sob a proteção de um Exército que sempre foi das causas populares." (...) "O governo tinha povo e o governo tinha Força Armada." (...) "E o que impressionou a todos foi a ausência de qualquer fato desprimoroso da conduta popular. Nenhum incidente se verificou e a ordem foi absoluta. Contrariando todos os prognósticos, a massa se dissolveu ordeiramente, indo para a casa distante sem provocações e revelando

disciplina e compreensão". Esse o quadro que outros viram como de indisciplina, de subversão, de absoluto desrespeito à autoridade.

Em 25 de março, entretanto, a situação se agravaria consideravelmente quando um caso que já se vinha arrastando, e mal colocado sempre, por incompreensão da autoridade principalmente, o dos marinheiros, atingiria o perigoso paroxismo da reunião num sindicato, o dos Metalúrgicos, gerando episódio que serviu à ampla exploração dos que viam nele os aspectos exteriores de indisciplina, quando não os de subversão no seu limite mais amplo, supondo estar diante de repetição do episódio do couraçado *Potenkin*, na Rússia anterior à revolução de 1917. O diagnóstico do episódio, se se revestisse de objetividade, comprovaria as suas raízes e isso o despojaria logo dos aspectos mais alarmantes de que se revestiu, graves aspectos sem a menor dúvida. Em primeiro lugar, as reivindicações iniciais dos marinheiros, antes da questão atingir o nível a que chegaria no dia 25, colocavam-se em nível exequível. Convenientemente tratadas, sem preconceitos, teriam evitado o agravamento do problema. Não foi o que aconteceu, porque preferiu-se repeli-las, de plano, gerando o descontentamento fundado na frustração.

O mais grave, porém, aquilo que a análise desapassionada não pode ignorar, é que a disciplina é inteiriça: não há uma disciplina para oficiais e outra para marinheiros; não há uma disciplina para superiores, e outra para inferiores. E a disciplina, nas Forças Armadas, e na Marinha, portanto, vinha sendo ferida, e especialmente por oficiais, e os mais graduados, os mais responsáveis, pelos seus postos, em episódios numerosos, de que o último fora a restituição acintosa e coletiva de condecorações, por motivo de terem sido julgados merecedores das mesmas pessoas que os oficiais assim subordinados reputavam indignas de recebê-las. Só esse julgamento constituía indisciplina, pois cabe às autoridades constituídas ajuizar da distribuição das condecorações, e não os componentes de uma

força armada. O inverso seria admitir a divisão da autoridade e a sua conseqüente diluição e anarquia. Claro que, a juízo pessoal de cada um, a autoridade pode escolher mal; mas se o julgamento dos erros de autoridade, e desse detalhe, ficasse ao arbítrio dos subordinados, também seria a anarquia e a indisciplina, e não aquilo que constitui a base em que repousa uma organização militar. Desde que chefes militares arrogam-se o direito de deliberar, e deliberar por motivo de preferências políticas, sobre condecorações ou atos dessa natureza, sem estar revestidos de autoridade para tanto, a disciplina deixou de existir, na sua inteireza. Terá de ser imposta, pela força, e não pela aceitação do consenso; começou a perecer aí.

Lamentáveis foram os acontecimentos em que se envolveram os marinheiros, nos dias 25 e seguintes. O que mais revoltou os que se prestavam à exploração escandalosa desses acontecimentos, feito com rigoroso método e para fins políticos, entretanto, foi assistir à junção de marinheiros e operários, isto é, a ocorrência ter como palco um sindicato. Assim, o episódio em que a associação dos marinheiros se envolvia era, em tudo e por tudo, afim com outros, desde 1954: as reuniões francamente subversivas realizadas nas associações de oficiais, por exemplo, onde se pregava abertamente a subversão da ordem e a deposição da autoridade máxima, a do presidente da República. O que se pretende ignorar de plano é, assim, a integridade da disciplina, que não pode existir apenas para alguns, isentados outros dela, como se pertencessem a condição diferente. Foi a posição, na verdade extremamente difícil, em que se viu colocado o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, ao assumir, já em plena rebeldia - tanto que se anunciava a recusa da oficialidade em permitir-lhe a posse e até a entrada no prédio do Ministério. Esse alto chefe, modelo de marinheiro disciplinado, o antípoda de conspiradores que pregam a disciplina para os outros, e arvoram-se do direito de negá-la com os seus atos, recusando-a para

seu uso, optou pela anistia geral: para oficiais e para marinheiros, tanto mais que, na sua larga experiência, bem sabia que, quando a indisciplina atinge os limites do motim, há sempre responsabilidades de chefia e comando a apurar e condenar e punir.

A situação atingiria o clímax, entretanto, quando, nos últimos dias de março, quando já circulavam as primeiras informações de levante nas guarnições de Minas Gerais, realizou-se a solenidade em que o presidente Goulart foi homenageado por sargentos das três Forças Armadas, nos salões do Automóvel Clube. A solenidade de homenagem de inferiores a superiores, ainda em público, não era original; o presidente havia, como outras autoridades, antes, fornecido ou contribuído para que fossem fornecidos recursos às suas associações de classe. Como outras autoridades, antes, vinha receber homenagem daqueles a quem beneficiara. O momento, entretanto, era diverso, e o clima chegara a tal ponto que se consideraria subversivo tudo o que ali ocorreu.

Este relato de fatos, demasiado sumário, não pretende, de forma alguma, situar as autoridades como absolutamente certas em suas decisões; desencadeado o processo que afeta a disciplina e a hierarquia, realmente, torna-se extremamente difícil discriminar o certo e o errado, e, via de regra, há erros distribuídos. O que não padece dúvidas, entretanto, é que o erro máximo consiste em pretender restabelecer a disciplina com maciça dose de indisciplina, em pretender restabelecer a normalidade do regime, destruindo-o, e em particular quando, da parte dos elementos conscientes, tais iniciativas estão menos ligadas à intenção honesta de colocar as coisas nos devidos termos, isto é, no caso, de restabelecer a disciplina e a hierarquia, do que em valer-se de episódios para destruir as franquias democráticas, isto é, de realizar os seus propósitos políticos.

Não é possível, em capítulo de livro, historiar o golpe militar de 1964. Inseriu-se ele em nossa história, como fato consumado, e

suas conseqüências serão sentidas ainda ao longo dos anos, qualquer que seja o tempo de duração da ditadura que se instaurou, com alguns diáfanos disfarces, em abril de 1964. Mas é preciso mostrar, a breves traços que, muito ao contrário do que, honesta e sinceramente acreditaram muitos dos que dele participaram, ativa ou passivamente, correspondeu, para as Forças Armadas, não ao restabelecimento da disciplina e da hierarquia, mas, ao contrário, ao agravamento de sua subversão. Nunca, realmente, nem mesmo nos mais escandalosos acontecimentos anteriores, uma e outra foram tão profundamente feridas. O futuro provará isso e só um grande esforço coletivo, de que o povo não poderá ficar excluído, permitirá o restabelecimento de condições normais, em que tais conceitos readquiram a sua profunda e vital significação. Não há, realmente, qualquer seja o país, o regime político e social, a força armada, organização militar que possa prescindir da disciplina e da hierarquia. É fato, por outro lado, que uma e outra estavam sendo gravemente lesadas, antes do golpe militar. Admitir como remédio, entretanto, uma lesão mortal, aceitar que a indisciplina pertenceu apenas aos escalões inferiores, antes daquele ato de força, é contrariar a verdade de maneira frontal.

Não resiste à mais superficial análise, por outro lado, a suposição de que as Forças Armadas operam isoladamente, e vivem e atuam separadas das forças sociais do país. O golpe de 1964, militar na sua exteriorização - correspondendo a inegável alteração na correlação de forças, e com apoio, portanto, de variadas e numerosas e poderosas componentes -, foi político na sua essência, e atendeu a interesses políticos inconfundíveis, independentes da vontade da maioria esmagadora de seus participantes e de muitos de seus mais destacados chefes. As Forças Armadas brasileiras foram acionadas para operar transformação cirúrgica na estrutura política brasileira, a fim de deter o processo de transformação estrutural que permitiria

o desenvolvimento do país, econômico, social, político, dentro de normas democráticas.

Mobilizadas intensamente pela propaganda, classes e camadas sociais diversas integraram o movimento que derrocou a precária democracia brasileira. Passado o ato cirúrgico, entretanto, a maioria daquelas classes e camadas começaram a ver o que o golpe continha de essencial e iniciou-se, ao mesmo tempo, a separação das forças que se haviam, rapidamente, composto para romper a frágil base política em que assentava o regime. Nesse sentido, a vitória do golpe correspondeu a colocar diante de todos o quadro da realidade, dissipando inúmeras ilusões. A debandada progressiva das forças que se haviam composto para desencadeá-lo foi o outro lado do desenvolvimento dialético em que se processa a história dos dias atuais.

Logo após os primeiros dias de perplexidade, quanto ao rumo a tomar, as forças golpistas foram generosamente assistidas por especialistas políticos, e estes, expressando diretrizes muito conhecidas, definiram no Ato Institucional o programa e o rumo. Com esta decisão, de responsabilidade de um dito Alto Comando Revolucionário, ficavam definidas as linhas do movimento, e prescritas as suas normas. Eram, realmente, inéditas. O Ato Institucional derivava de uma necessidade, da parte da componente que acabou por preponderar no golpe de abril, necessidade gerada do fato de que aquele golpe fora vitorioso sem choque armado. O Ato Institucional, realmente, representa uma decisão política peculiar a movimento armado que o impõe após a conquista do poder *pela destruição do adversário*. Essa destruição só não se efetivou, apesar de prevista, e até desejada, porque não houve a resistência que a possibilitaria. Não tendo havido a resistência, tornou-se difícil a destruição do adversário, física quando menos. Daí o aparecimento, depois da perplexidade motivada por não terem ocorrido as coisas "conforme os planos estabelecidos". O Ato Institucional, estabelecido a frio,

foi colocado nas mãos dos chefes militares que se apossaram do comando do movimento, por razões de circunstância, para que o executassem. É de se presumir, da parte de muitos, com que constrangimento o executaram. Porque, na verdade, trata-se de iniciativa inédita em nossa história. Nem mesmo o Estado Novo, nem mesmo a Revolução de 1930 chegara a utilizar-se de instrumento semelhante. O Ato Institucional caracteriza a presença dominante do imperialismo e de sua representação fascista no conjunto do golpe de 1964. Desde que foi baixado, a marcha para a ditadura fascista tornou-se inevitável, todas as violências foram permitidas, todas as burlas de promessas anteriores ficaram constatadas, inclusive, e particularmente, aquela de que o movimento se destinava a "defender a Constituição". Na mesma medida, as componentes que não esperavam a curva em tal direção começaram a distanciar-se do movimento que, em seu processo, tenderia a reduzir-se a uma de suas componentes.

Logo isso se confirmou, politicamente. Mal fora coroado de sucesso o golpe, realizou-se no Rio de Janeiro reunião de chefes militares de Aeronáutica, comparecendo representantes dos países americanos. Tal reunião caracterizou-se por um caráter em que as peculiaridades de cada país e as necessidades de cada uma de suas forças do ar foram inteiramente esquecidas, para pairar, como nota dominante, o consenso anticomunista e o aplauso a ações militares do tipo daquela de que o Brasil fora palco. Permitiu-se, logo em seguida, que coubesse à Força Aérea dos Estados Unidos o levantamento aerofotogramétrico de vasta área do nosso país, ato de submissão que afeta profundamente a segurança do país concedente, e não apenas no aspecto militar, mas ainda no que toca ao conhecimento de suas riquezas. Em maio, a Câmara dos Deputados, convenientemente amputada dos representantes que se poderiam opor a tal decisão, aprovava dois acordos com os Estados Unidos que, de há muito,

dormiam nas gavetas, o que estabelecia "Missão Militar Norte-Americana no Brasil" e o que estabelecia "Missão Naval Norte-Americana no Brasil", fazendo parte de ambos a exigência, que aceitávamos, de que o nosso país não poderia, sem consentimento dos Estados Unidos, utilizar serviços de pessoal de "qualquer outro governo estrangeiro para funções de qualquer natureza relacionadas com o Curso para Chefes do Executivo, Marinha e Aeronáutica, sobre Operações Combinadas", que o jornal do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, em 13 de maio de 1964, assim comentava: "Em ambos os acordos existem cláusulas, que acima reproduzimos, que cerceia completamente nossa liberdade de escolher e contratar técnicos militares nos demais países do mundo. Mesmo que precisássemos contratar técnicos ingleses ou franceses para instruir e cuidar de nosso equipamento militar existente, teríamos de pedir licença ao Pentágono." E isto era colocar, sem a menor dúvida, as Forças Armadas do nosso país sob controle de uma potência estrangeira.

Em 14 de maio, o Brasil rompia relações diplomáticas com a República de Cuba. A justificativa, contida em nota do Itamaraty, era de "não admitir ação comunista no território nacional, propósito este posto em destaque pelo presidente da República, em seu discurso de posse, quando afirmou que o Brasil respeitaria a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos, mas exigiria igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por mais discreta e sutil que seja". Completando: "Com respeito às relações entre o Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o governo de Fidel Castro, sobretudo nos últimos tempos, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular pelos canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados num proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas

de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela revolução vitoriosa". É perfeitamente dispensável comentar tal nota, e sua irônica referência, no dia seguinte ao ato da Câmara sobre os acordos militares com os Estados Unidos, de que não permitiríamos a "mínima interferência, por mais discreta e sutil que seja" em nossos negócios interiores.

Mas a mentira é capenga. Em 19 de junho, a imprensa brasileira noticiava a presença do subsecretário de Estado para os assuntos interamericanos, Thomas C. Mann na subcomissão da Câmara dos Representantes. Mr. Mann (o antípoda do romancista do mesmo nome e de outra nacionalidade), ali declarara, alto e bom som, e a imprensa reproduzira, apenas o seguinte: "Os Estados Unidos distribuíram entre os governadores eficientes de certos Estados brasileiros a ajuda que seria destinada ao governo João Goulart, pensando financiar assim a democracia, e que Washington não deu nenhum dinheiro para o balanço de pagamentos ou para o orçamento federal porque isso poderia beneficiar diretamente o governo central". Tais espantosas declarações, feitas com a maior naturalidade, porque correspondiam a uma rotina de interferência nos negócios internos brasileiros, claro que não estavam em contradição com a antes referida "mínima interferência, por mais discreta e sutil que seja", da nota de rompimento com a República de Cuba. É que as interferências são repelidas quando de determinadas origens, mas aceitas, e até solicitadas, quando de outras, e não há em declarações como a da nota do Itamaraty nenhum compromisso com a verdade, nem mesmo com a verossimilhança. Para provar isso, o Senado aprovava, em 25 de junho, os antes mencionados acordos militares com os Estados Unidos, com o protesto do sr. Aurélio Viana, que opinava no sentido de que feriam "frontalmente a soberania do Brasil".

Nos primeiros dias de junho, os jornais reproduziam declarações do ministro da Fazenda, Gouveia de Bulhões, confirmando informações divulgadas em abril, "de que o governo pretende entregar à iniciativa privada as empresas de economia mista e algumas que são totalmente do Estado". Não todas, completava o ministro, mas apenas aquelas que apresentassem rentabilidade. Assim, o Estado, no Brasil, ficaria com os prejuízos, e entregaria os lucros. Política, assim, de desenvolvimento às avessas. O horror às iniciativas estatais, ao setor estatal da economia, característica do desenvolvimento dos países submetidos ao imperialismo, forma das poucas e viáveis para superá-lo definia o caráter do governo instalado em abril aqui. Esse caráter se tornaria cada vez mais definido: em julho o Congresso ocupava-se da Lei de Remessa de Lucros encaminhada pelo Executivo, e que se propunha destruir a anterior, que nem chegara a ser cumprida porque o órgão específico, a Sumoc, era chefiado precisamente pelo agora ministro Gouveia de Bulhões, que dela não tomara conhecimento. O Congresso estava, com as cassações de mandatos, devidamente arado e preparado para aprovar a revogação pura e simples que o novo projeto representava. Pois, apesar disso, houve ali resistência, e não pequena.

Como foi tratada essa resistência? Forneçimos dois exemplos. O primeiro, contido em nota do *Jornal do Brasil* de 3 de agosto, informa textualmente: "A presença maciça nos corredores do Congresso de funcionários da Embaixada dos Estados Unidos e de grandes empresas norte-americanas no Brasil, no momento em que ali se discutem as alterações na Lei de Remessa de Lucros, está causando mal-estar entre os parlamentares para o encontro de uma fórmula que harmonize os interesses do Brasil e do capital estrangeiro. O clima de irritação com o fato atinge sobretudo a bancada da UDN." A irritação, evidentemente, não provinha, no caso, da posição de "não admitir a mínima interferência, por mais discreta e sutil que seja" em nossos negócios

internos, mas de tais presenças e interferências ficarem ostensivas, pelo comportamento dos distintos funcionários norte-americanos. O outro exemplo é retirado das colunas do jornal *Estado de S. Paulo*, órgão oficial da situação dominante que, por ocasião do Ato Institucional e da cassação de mandatos dos parlamentares não eleitos pelo Ibad defendera solução drástica: deveriam ser cassados os mandatos *de todos os deputados do PSD e do PTB*. A sua intervenção, agora, devia-se a que o projeto governamental fora derrotado na Comissão de Economia da Câmara. Para o referido jornal, “mesmo que o bom senso acabe por triunfar no plenário”, a decisão da Comissão constituía “crime contra o Brasil”. Não satisfeito de sustentar essa posição em nota, sustentava-a em copioso editorial, publicado em 5 de julho, cujo título “A contrarrevolução na ofensiva” dispensa comentários. Em 5 de agosto a Câmara aprovava, por estreitíssima margem de votos, o que o *Correio da Manhã* de 6 de agosto chamava “insensato projeto”. Essa margem mínima, dada a composição da Câmara, mostra como grandes parcelas das forças que haviam participado do golpe de abril dele se haviam já distanciado.

Na véspera, o mesmo jornal noticiara a reunião de gerais latino-americanos com os do Estado-Maior norte-americano, em Washington, perturbada apenas pelo discurso do senador daquele país, Wayne Morse, que propunha reduzir a ajuda militar fornecida pelos Estados Unidos aos países daqueles gerais, porque, segundo seu julgamento, “trata-se de um fundo desonesto para subornar outros países”. Não tinha importância, e em 18 de julho, o Congresso, sob grande tumulto, e por votação com diferença de um voto apenas, prorrogara o mandato do presidente em exercício. Em agosto realizara-se no Rio, também, a IV Conferência Naval Interamericana, convido em enviar voto de solidariedade aos Estados Unidos, “pela agressão que sofreram das forças comunistas do Vietnã do Norte”. A sugestão partira do representante brasileiro.

Causava mal-estar no Itamaraty, apesar de tudo, a proposta do embaixador do governo de abril nos Estados Unidos, Juraci Magalhães, de troca de excedentes agrícolas norte-americanos por produtos estratégicos. O jornal, o *Correio da Manhã*, esclarecia, em sua edição de 23 de julho, que o "nosso representante dá seus primeiros passos nos Estados Unidos, dentro da política entreguista por que, sempre, se guiou". Causara espanto, realmente, a declaração desse embaixador característico do novo poder instalado em nosso país, logo aos primeiros dias de sua nomeação para Washington, quando afirmou, com ênfase: "O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil," confirmada adiante, em entrevista do próprio a uma revista ilustrada carioca. Mas o sr. Lincoln Gordon, distinto embaixador dos Estados Unidos no Brasil que, conforme edição de *Life* em espanhol, de abril, tivera decisivo papel no movimento que interrompeu o processo democrático em nosso país, esclarecia, em julho, que o seu país já entendera aquele movimento e estava pronto a ajudar o Brasil.

A política econômica e financeira do novo governo, entretanto, estava sendo posta à prova. É impossível, nos limites deste ensaio, e mesmo não faz parte de seus fins específicos, situar e caracterizar tal política, que abalou e ameaça destruir as bases da estrutura econômica brasileira. Seus efeitos são públicos: trata-se de plano ajustado aos interesses estrangeiros, que leva à ruína da área capitalista nacional, forçando-a a entregar-se a sócios estrangeiros, que reduz o nível de vida de todo um povo, que paralisa o desenvolvimento, gerando a estagnação e o retrocesso, evidentemente com a salvação de alguns setores que, ao inverso, sairiam dela extremamente fortalecidos. Aqui cabe, apenas, mencionar que a escolha de tal política não derivou, como se pode supor, de ato de vontade: a política pela qual se responsabiliza o sr. Roberto Campos e seu grupo é parte integrante da política que cabe à componente que passou a dominar o golpe

de abril. Não derivou de escolha, de alternativa. Ela só é passível de alteração na medida em que se altere o poder, em nosso país.

No que diz respeito ao problema especificamente militar, foi exigido do novo poder que realizasse operação cirúrgica inédita, retirando das fileiras todos os militares que tivessem, direta ou indiretamente, contribuído para manter a situação legal anterior, isto é, o governo do presidente João Goulart. Não se tratava, agora, apenas de isolar e amputar pretenso grupo comunista de oficiais e sargentos, como em 1952; tratava-se de liquidar todos aqueles que tivessem o mínimo resquício de pensamento nacionalista ou democrático; tratava-se, ademais, de levá-los à barra dos tribunais militares, acusando-os por terem defendido, ou pretendido defender o governo anterior que, diga-se de passagem, era o governo legal, a que nenhum militar poderia recusar obediência sob pena de incorrer nas culpas previstas nos códigos. Invertia-se, assim, o sentido da disciplina e da hierarquia e da subordinação, com a agravante retroativa: levava-se a inquérito e a processo os que haviam cumprindo o seu dever, tentando defender a ordem existente. Isso passava a constituir crime.

O mais importante ainda, para as instituições militares, o que as minou verdadeiramente, introduzindo um germe de dissolução terrível foi o papel, que aos militares se confiou, de funcionar policialmente, prendendo, presidindo inquéritos, intervindo nos Estados nas Assembleias, nos sindicatos, nas associações estudantis, nas empresas públicas e privadas. Uma Comissão Geral de Investigações, constituída por militares e arregimentando centenas deles para a execução, tomou a si apurar todos os crimes, de militares e de civis agrupando-os em corrupção e em subversão. Se as ações de alguns militares, no calor dos dias finais de março e iniciais de abril merecia o mais severo exame e crítica, colocando-as em paralelo com outras, cometidas por bandos armados, que dominaram algumas cidades e realizaram tropelias inenarráveis, lá comprometia seriamente as

instituições armadas, porque o povo ignorava sempre a exata responsabilidade dos que maculavam a farda, - as ações cometidas nos inquéritos que se seguiram, por todo o país, mostram a presença de indivíduos que, ostentando e utilizando a cobertura das instituições militares a que pertencem, comprometeram-nas gravemente com a sua conduta. É impossível, aqui, proceder ao arrolamento, ainda que mínimo, pela simples amostragem, das inomináveis tropelias cometidas, nas prisões, nas inquirições, nos processos, os abusos de poder, o desrespeito às normas da lei, a ostentação da violência e mesmo a utilização da tortura.

Tais métodos e processos, normais ao tempo da ditadura estadonovista e em alguns episódios antes e depois, eram, até 1964, peculiares ao policialismo, e ao policialismo político com destaque. O uso desses métodos e processos por militares limitara-se, antes, a uns poucos elementos, bastante conhecidos, via de regra frustrados em suas carreiras ou nelas bem marcados como figuras insignificantes. O golpe de 1964 colocaria os militares como autores de atrocidades, de violências, de arbitrariedades e de torturas que jamais se coadunaram com o sentido das Forças Armadas e eram indicação eloquente de deterioração dessas instituições por força de condições políticas. A utilização repetida e continuada das Forças Armadas, em nosso país, para a conquista do poder, impossível, para as forças do atraso, pela via eleitoral, é responsável por tal deterioração e, conseqüentemente, pelo declínio da disciplina que lhes é necessária, e que constitui mesmo a sua razão de ser. Quando tais forças, assim, acusam a indisciplina como motivo de seus pronunciamentos e golpes, que se sucedem a prazos cada vez mais curtos, estão mentindo, na essência, porque são elas responsáveis, sem qualquer engano, pela quebra desse princípio. Quantos golpes foram realizados, no Brasil, desde o movimento de 1930? Para mencionar apenas os que afetaram a composição do poder, é possível citar: o de 1937, que

estabeleceu o Estado Novo; o de 1945 que impediu a retomada da norma democrática, impondo a continuação do estadonovismo sob outra forma; o de 1954, que levou ao suicídio de Vargas; a tentativa de 1955, gorada pelo ministro Teixeira Lott em 11 de novembro; o de 1961, para impedir a posse do vice-presidente eleito; o de 1964, que resultou vitorioso e radical. Basta verificar a galeria de personagens envolvidas em tais golpes para comprovar como constituem filão único, sempre com o mesmo sentido: intervir pela força militar contra o processo democrático normal, a serviço de componentes políticas a que a decisão popular, mesmo nas condições eleitorais precárias do Brasil, jamais deram assentimento.

Utilizar as Forças Armadas para a realização de processos de conquista do poder leva, necessariamente, inevitavelmente, à quebra da disciplina. E isso é o que vem fazendo, em nosso país, há 30 anos. Perto dessa corrosão da disciplina, continuada, insistente, a de sargentos, depois de 1961, e de marinheiros, no episódio de março de 1964, é de significação reduzida. E não pode ser separada das outras, daquelas cometidas por chefes, que perderam, por isso mesmo, a autoridade para proclamar-se restauradores daquilo que vêm ajudando a deteriorar desde muitos lustros. Verifica-se, por outro lado, com o golpe de 1964, que coroa a longa sucessão dos que se iniciaram em 1937, um aprofundamento singular do processo de dissociação das Forças Armadas: daí o sentido radical que assumiu, pelo expurgo que realizou, inédito na vida brasileira e todo fundado na falsa premissa de defesa da disciplina, de um lado, o específico da força militar, e de defesa da democracia, por outro lado, o específico da vida política.

Os acontecimentos envolvendo militares, após o golpe de 1964, fez surgir, no Brasil e fora do Brasil, da parte dos que se ocuparam na análise de suas razões mais profundas, a tese, evidentemente falsa, de que as Forças Armadas brasileiras estão liquidadas para a

democracia, que o restabelecimento das normas democráticas aqui exige, como premissa indispensável, a liquidação delas. Algumas dessas análises, e particularmente no exterior, partem da premissa, também falsa, de que as Forças Armadas se transformaram, no Brasil, em simples tropa de ocupação do nosso território, a serviço de potência estrangeira. É uma tese tão falsa quanto aquela que atribui a potências estrangeiras, neste caso as do campo socialista, tudo o que aqui acontece com relação a nacionalismo, democracia, liberdade etc. Decorrido o prazo suficiente, após o golpe de 1964, que permitiu verificar claramente qual de suas componentes assumia a direção e dava o rumo, numerosos brasileiros, profundamente feridos com mais essa brutal intervenção dos militares no sentido de perturbar o processo democrático, concluíram, desesperadamente, que era mister recorrer à violência, que a única saída estava na violência, desde a violência individual e anarquista dos atentados pessoais até a violência planejada da guerrilha.

Enquanto isso acontecia no interior, e com evidente prejuízo da recuperação das forças populares, gravemente lesadas com o golpe e as suas consequências, no exterior surgiam as mesmas teses, em estudos que a imprensa divulgava, ou mesmo em livros: a ideia de formação democrática das Forças Armadas brasileiras era falsa e deveria ser posta de lado; aquelas Forças Armadas não passavam, realmente, de tropas de ocupação, telecomandadas pelo Pentágono para a realização dos objetivos políticos, econômicos e sociais do imperialismo; havia que destruí-la, pois, como ponto de partida para qualquer iniciativa no sentido de repor o país nas suas condições normais de desenvolvimento político. Alguns livros, defendendo tais pontos de vista, chegaram a ser traduzidos, e encontraram sucesso entre nós, porque correspondiam, em conjunto, a um estado de espírito, o de um povo que estava submetido pela violência militar. Esse estado de espírito apenas começa a dissipar-se, ao completar

o seu primeiro ano o golpe de 1964. Ora, o aparecimento de militares torturadores, arbitrários, desrespeitadores dos julgados dos tribunais, vinha ajudar a aceitação daquelas falsas teses e confundir as Forças Armadas com parcela reduzida de seus elementos, aqueles que, realmente, desfiguraram a função militar, para se fazerem algozes.

O grande esforço do imperialismo, sem dúvida alguma, vem sendo desenvolvido nesse sentido: o de transformar as Forças Armadas nacionais em tropa de ocupação, a seu serviço. Para isso, em todos os momentos, nos repetidos encontros de chefes militares, em cursos especiais que oferecem, em viagens de estudo que proporcionam e, principalmente, valendo-se das missões militares, manipulam o anticomunismo. Acabar com o comunismo, e pela violência armada, constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo "ocidental e cristão" a missão fundamental, conjugando-as como únicas, obedientes ao mesmo comando, despojadas de características nacionais, desinteressadas dos problemas específicos de cada um dos países a que devem servir. Essa continuada e minuciosa operação de lavagem cerebral, que não pode atingir, individualmente e de perto, cada indivíduo das Forças Armadas, tem atingido, realmente, e com êxito determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis: os do comando, os do Estado-Maior, os de alguns serviços especiais. O que vem acontecendo, assim, entre nós, é a tentativa, rigorosamente planejada e executada de ganhar o aparelho de comando das Forças Armadas porque, ganho este, como tais instituições operam por gravidade, isto é, de cima para baixo, por força da hierarquia e da disciplina, o resto vem como consequência. É preciso confessar que, realmente, o imperialismo vem conseguindo alguns êxitos espetaculares nesse sentido. Supor que isso comporte, entretanto, a aceitação da tese de que as Forças Armadas já chegaram ao grau de deterioração que as tenha transformado em simples tropa de

ocupação do território do próprio país, a serviço do imperialismo, é levar longe demais, a aceitar como consumado aquilo que é o sonho carinhosamente acalentado pelo imperialismo. Esse sonho chega a limites pitorescos: assim como a alienação de alguns esquerdistas supõe a existência da possibilidade de desenvolver no Brasil, agora, a luta de guerrilhas, o imperialismo supõe que tudo se resolverá instruindo tropa especializada brasileira no combate à guerrilha. Ambos desconhecem que a guerrilha, cuja base é ideológica – não havendo, pois, possibilidade de guerrilha reacionária – não é uma forma avançada de lutas, mas uma forma primária. Ambos, assim, subestimam o grau de avanço político do povo brasileiro.

Esta visão das coisas é demasiado sumária, e instantânea, entretanto, para conter a complexidade e a riqueza da realidade em movimento e em desenvolvimento. Porque as próprias Forças Armadas, e aqueles setores mais profundamente envolvidos no golpe de 1964, começam a verificar os dados da realidade. Diante da compra do ferro velho da *Bond & Share* – operação iniciada no governo anterior, e que o novo não teve pejo em efetivar, – como diante das riquezas ferríferas ao truste da *Hanna Corporation* – a oficialidade e os graduados devem pensar bem, e na realidade estão pensando se foi para isso que organizaram e desencadearam o golpe. Diante das torturas e das violências, do arbítrio e até das vinganças pessoais e políticas cometidas em nome da restauração da disciplina e da “democracia”, há de refletir também. Está ocorrendo uma politização profunda dos militares brasileiros, e o golpismo mais consciente estará surpreso com isso, e chocado. Um novo quadro se abre diante de todos.

CONCLUSÕES

É possível ter uma ideia nítida do longo caminho percorrido pela evolução das Forças Armadas brasileiras, e das alterações que

sofreram ao percorrê-lo, pelo simples confronto do que constituía a missão delas, no passado, e do que constitui essa missão, no presente. Na fase colonial, a missão delas consistia, claramente, em conquistar o território, manter as faixas ocupadas e expandir a conquista territorial. Essa ideia extensiva traduzia muito bem o apossamento extensivo e o desenvolvimento extensivo da riqueza, isto é, um crescimento meramente quantitativo. Desse tipo de missão derivava o resto, no que dizia respeito às Forças Armadas: sua organização, seu dispositivo, seu armamento. E tudo acabaria por uma finalidade ligada à estrutura econômica, política e social: assegurar a empresa da colonização. Na fase autônoma, as coisas se passam de maneira bem diferente. A missão das forças armadas é de manter a base física do país e assegurar nela o exercício da autoridade central. Que significa isso? Significa, de um lado, preservar o patrimônio territorial da fase anterior, daí as lutas de fronteira; de outro lado, e com papel relevante, assegurar a unidade política, criando as condições para o exercício da autoridade central em todo o território, tarefa a que Caxias deu a sua contribuição, nos moldes que a época impunha, e que caracterizou pela generalidade das manifestações de rebeldia. Tratava-se, em suma, de assegurar a unidade nacional e o território. Existia, no problema, uma velha herança, a territorial, ligada a uma ideia quantitativa, e uma nova tarefa, a da unidade, subordinada a uma estrutura social em que a classe dominante, latifundiária e escravista, considerava como gerais, nacionais, portanto, os seus interesses.

Tal situação, entretanto, ao longo de toda a fase, passa por alterações significativas. Por isso é que as instituições militares sofrem também alterações significativas: o papel da Guarda Nacional era um, o do Exército era outro. A importância do Exército antes da guerra com o Paraguai era uma, depois da guerra era outra. Sua influência política em algumas transformações, a Abolição, a Re-

pública, foi muito grande, em alguns aspectos decisiva; depois, essa influência declinou, por força do domínio das oligarquias, surgindo, para neutralizá-la, a função das forças irregulares regionais e das forças policiais dos Estados. É a Revolução de 1930, como vimos, que encerra esse período, de grandes alterações na estrutura brasileira e, conseqüentemente, de grandes alterações na estrutura militar.

Ora, a diferença, agora, vai ser qualitativa, e logo se verifica isso pela missão das Forças Armadas. Qual a missão, nos dias atuais? Poderia ser resumida em poucas palavras: assegurar ao país as condições para realizar-se como nação. E é necessário, e mesmo indispensável, entender claramente, no caso, a distinção, que é de qualidade, entre país (conceito ligado estreitamente ao de território e muito preso, historicamente, às características medievais) e nação (conceito que emerge depois da fase da revolução burguesa no mundo, com a liquidação das relações medievais, portanto). Ao mesmo tempo em que é preciso distinguir o caráter e o processo da revolução burguesa, de tipo diferente, – e a que o título parece já inadequado –, que é a revolução dos países latino-americanos de passado colonial, os que emergiram para a vida autônoma no início do século 19.

Para que o Brasil se realize como nação, que é necessário e, em consequência, em que consiste a tarefa das Forças Armadas? A resposta, em termos sumários, poderia ser: assegurar as instituições democráticas e a livre expansão econômica nacional. Distinguindo o caráter fundamental que existe na íntima associação entre os dois termos: assegurar as instituições democráticas e assegurar a livre expansão econômica nacional. Isso nos permite entender como escapa, e distorce, a tarefa das Forças Armadas, não só a separação entre os dois termos, que guardam uma relação dialética, como, e principalmente, a deformação em qualquer deles. Dai o caráter antinacional de um desenvolvimento, por exemplo, que assenta, finalisticamente, na contribuição do capital estrangeiro, aqui situado

como capital imperialista, uma vez que, pela sua essência, esse capital é antinacional, no sentido de que desajuda a expansão econômica nacional. Essa expansão econômica não se caracteriza, muito ao contrário, pela conquista de determinados índices de produção. Mas pelo fato de que tais índices são alcançados pela acumulação nacional, com o seu emprego, com a sua ampliação, e traduzem, em termos de distribuição, um benefício geral, que alcança todo o povo, ou a maioria do povo. Não em condições de igualdade (a ideia de igualdade econômica é uma falsidade e uma deformação burguesa) mas de nível mínimo de existência, a que se liga uma exigência mínima de contribuição pelo trabalho.

Para assegurar as instituições democráticas e a livre expansão da economia nacional, as Forças Armadas, necessariamente, devem desligar-se de qualquer subordinação ao latifúndio e ao imperialismo. Verificamos, ao longo da exposição ligada aos fatos e alterações posteriores à Revolução de 1930, como as Forças Armadas, no Brasil, vêm, efetivamente, se desligando da subordinação ao latifúndio e ao imperialismo; como esse desligamento foi assinalado por grandes lutas, como chega ao momento final. Ao terminar esse processo de desligamento, adquirem os traços nacionais inequívocos, de que o Exército está mais próximo, neste instante, do que a Marinha e a Aeronáutica, não sendo obrigatório que permaneça até o fim, nesse avanço, já que as outras duas forças, aceleradamente, caminham para emparelhar-se com a de terra nesse processo de acabamento.

É claro que as formas vão sendo ligadas ao conteúdo novo que as Forças Armadas apresentam. É por isso que surgem e se afirmam formas de organizações novas, específicas, nacionais: métodos novos, também específicos, de combate - uma tática brasileira enquanto voltada para a utilização de forças em defesa dos interesses brasileiros; processos e técnicas também novos, inclusive aqueles que se referem ao armamento e às organizações que os utilizam. Todo um

processo de alienação, que segue em curso nas escolas de formação e de aperfeiçoamento das Forças Armadas – e em que o Brasil é totalmente esquecido, não existe –, chega ao seu termo. O caráter antinacional intrínseco dessa alienação começa a surgir aos olhos menos atentos. Começa a ficar claro que tais escolas poderiam funcionar no Rio como em Cingapura, sem a menor alteração para as Forças Armadas brasileiras, de que só ostentam o título, desligadas que estão da realidade do país e, principalmente, de suas necessidades e exigências.

Torna-se pacífica e de entendimento geral a compreensão de que o equipamento material das Forças Armadas jamais poderá ser convenientemente atendido enquanto fornecido de fora, e segundo interesses que não são os nossos. Trata-se de produzir tais equipamentos, de acordo com as nossas verdadeiras necessidades e colocando o aparelhamento das Forças Armadas na exata correspondência com o desenvolvimento material do país, e não mais através de processos de aquisição no exterior que se colocam na mesma linha e no mesmo sentido do processo de endividamento externo e de deterioração do comércio exterior que surge, hoje, com demasiada clareza para continuar a ser aceito e tolerado. Devemos, por isso, não apenas nacionalizar o material em uso, mas a técnica de sua produção, os princípios a que o seu uso obedece, os conhecimentos a que está ligado. Tudo isso leva à compreensão de que só existem Forças Armadas organizadas em país organizado, Forças Armadas eficientes em país eficiente, Forças Armadas estáveis em país estável, e assim por diante. A suposição de que existe a possibilidade de existência de Forças Armadas diferentes do país a que servem desaparece das nossas cogitações. Tudo o que diz respeito às Forças Armadas deriva do que diz respeito ao país; elas lhe refletem o desenvolvimento, em todos os sentidos, não apenas no sentido nacional.

Está claro que esse processo qualitativo, de que surgem Forças Armadas nacionais, na exata e verdadeira significação, decorre do processo global por que passa o Brasil - o processo que se convencionou conhecer como Revolução Brasileira. A compreensão dessa dependência nos coloca, desde logo, e com evidência, o erro que seria admitir que ele fosse passível de avanço por força de ações militares, unicamente. Não. Muito longe disso: o processo da Revolução Brasileira já atingiu o nível e a etapa que nos permite verificar claramente a impossibilidade de realizá-lo por uma quartelada, como a impossibilidade de impedi-lo por uma quartelada. Mesmo porque nada tem de conspirativo. Assim, o militar não representa, no Brasil, a vanguarda da revolução, em seu sentido sociológico, e as ações isoladas que estão ligadas a essa compreensão errônea antes distanciam do processo os seus participantes do que os integram nele. As Forças Armadas ajudarão a cumprir o processo da Revolução Brasileira na medida mesmo em que se conservarem fiéis à sua missão específica, em que funcionarem como tais, e não fora de suas atribuições normais. Nisso não há confusão alguma com a pregação reacionária que afirma ser dever dos militares distanciamento da política, viver apenas em quartéis, navios e aviões etc. Trata-se de coisa inteiramente diversa.

A ideia sectária de que, para o avanço da Revolução Brasileira, torna-se indispensável a destruição do atual aparelho militar, e a criação de uma espécie de "exército popular" que só existe na imaginação alvoroçada de alguns, é, pois, inteiramente desligada da realidade brasileira. Seria exata se as Forças Armadas estivessem, aqui, a serviço do latifúndio e do imperialismo, e inaptas à passagem a serviço do povo brasileiro. Mas é o inverso que ocorre, embora a transformação não se tenha ultimado, ainda. Dentro dessa sectarização, está ainda a ideia de que é a Força Armada que deve realizar a revolução, confundindo esse processo histórico complexo com o

simplismo da quartelada. Nisso, a quartelada de sargentos não se distingue da quartelada de oficiais, se houvesse possibilidade de separar uma de outra, que não existe.

O avanço do país está ligado, conseqüentemente, à organização, ao aparelhamento, à melhoria, à eficiência de suas Forças Armadas e não ao antípoda disso. Está ligado ao cumprimento, pelas Forças Armadas, de sua missão precípua e específica, e não ao cumprimento de outras missões, de natureza especificamente e ostensivamente política, que cabem a outras forças. É na medida em que as Forças Armadas asseguram as liberdades democráticas que o país avança, inexoravelmente, para a realização de seu destino nacional. É nessa medida que as Forças Armadas isolam e asfixiam o latifúndio e o imperialismo, incompatibilizados com toda e qualquer liberdade democrática e cuja única saída é o golpe contra as instituições democráticas, como tantas vezes empreenderam, com alguns triunfos parciais e transitórios que, sem a menor dúvida, atrasaram o nosso processo histórico.

A noção de que as Forças Armadas devem alhear-se do problema político, tão vivamente defendida pelos representantes do latifúndio e do imperialismo, que as pretendem resguardar para intervenções antipopulares, antidemocráticas e, conseqüentemente, antinacionais, fica bem nítida, no seu verdadeiro e claro sentido, quando se afirma a necessidade do cumprimento, por elas, da segunda parte de sua missão, que é a de assegurar o livre desenvolvimento da economia nacional, problema de essência política profunda. Essa parte da missão é inseparável da outra, mas é também específica das Forças Armadas, e nesse sentido é que operam em participação política, e não em distanciamento político. Não tem sido mera coincidência, evidentemente, a participação das Forças Armadas na solução de problemas como o da exploração petrolífera em regime de monopólio estatal, como o do aproveitamento dos nossos recursos

em minerais atômicos, como o do desenvolvimento da siderurgia, e tantos outros. Tem derivado, naturalmente, do cumprimento daquela parte da missão que lhes cabe, e que se conjuga com a outra parte, a da manutenção das liberdades democráticas.

Não seria possível a existência de Forças Armadas nacionais sem o cumprimento daquela missão, com o distanciamento de seu cumprimento, com o alheamento do que interessa ao país para a realização de seu desenvolvimento material: Ao participar, como instituições, da gigantesca tarefa de desenvolvimento em bases nacionais, pelo aproveitamento das riquezas naturais em benefício do país, e não de outros países, as Forças Armadas colocam-se, inevitavelmente, ao lado das forças populares, e distanciam-se, inevitavelmente, do latifúndio e do imperialismo, os interessados em transferir tais riquezas ao exterior, em entregá-las aos trustes e monopólios externos. Esse papel é fundamental, indissolavelmente ligado ao de assegurar as liberdades democráticas, e define o caráter nacional das Forças Armadas, e tem um conteúdo político profundo, sem ter, de outro lado, qualquer sentido de participação política, enquanto atividade partidária de sentido tradicional. As Forças Armadas são um partido político de conteúdo nacional, que não participa de atos eleitorais, que não se insere na linha de organizações especificamente políticas, dentro dos limites indicados. Sua sorte está ligada ao desenvolvimento do país, e esse desenvolvimento só é possível em bases nacionais.

Um velho regulamento militar, dos tempos em que tais regulamentos resultavam, não da tradução de outros, estrangeiros, para uso imediato e sem exames, mas do estudo das contribuições estrangeiras - sempre dignas de estudo - conjugando-as com as necessidades nacionais, um velho regulamento continha, como características do chefe militar, estas: "conservar, em todas as circunstâncias, o coração ardente, a vontade firme, a visão clara e a razão serena."

Estas virtudes, que raramente são encontradas no mesmo indivíduo, e particularmente em situações difíceis e complexas, só existem quando alimentadas na exata compreensão do que é nacional e do que é democrático. A democratização da estrutura militar, pois, é a fase final, a de acabamento, para que o caráter nacional apareça em sua inteireza, nas Forças Armadas. O divórcio entre uma cúpula, que aparenta tudo poder e pode pouco, e entre a massa militar que, longe de estar estimulada para a desobediência, deseja calorosamente e profundamente obedecer aos dignos de obediência, terminará ao atingir a cúpula o processo de transformação que já dominou a massa. Os próprios conceitos de hierarquia, de ordem e de subordinação, que se vão despojando de seu antigo conteúdo, assumem aspectos novos, porque traduzem um conteúdo novo. Haverá uma hierarquia mais sólida, uma ordem mais estável, uma subordinação mais consciente, na medida em que as Forças Armadas completem a sua transformação em instituições nacionais. Com a aceitação plena de que só é nacional o que é popular.

NOTAS

- ¹ Martin de Almeida: *Brasil Errado*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 81.
- ² *Idem*, p. 82.
- ³ *Idem*, p. 25.
- ⁴ *Idem*, p. 25.
- ⁵ *Idem*, p. 56.
- ⁶ Virgínio Santa Rosa: *O sentido do Tenentismo*, Rio de Janeiro, 1933, p. 98.
- ⁷ *Idem*, p. 26.
- ⁸ *Idem*, p. 22.
- ⁹ *Idem*, p. 53.
- ¹⁰ Martins de Almeida: *op. cit.*, p. 56.
- ¹¹ Alcindo Sodré: *A Gênese da Desordem*, Rio de Janeiro, s/d., p. 145.
- ¹² *Idem*, p. 73.
- ¹³ *Idem*, p. 75. "A noção de 'ordem' e de 'desordem', característica do pensamento reacionário, começa a vincular-se, desde então, à noção de 'extremismo' e de 'comunismo'". O mesmo autor escreverá que "o soldado de outubro trouxe na mochila para São Paulo a erva daninha do comunismo". (p. 109).
- ¹⁴ Virgínio Santa Rosa: *op. cit.*, p. 65.
- ¹⁵ *Idem*, pp. 21-22.
- ¹⁶ Virgínio Santa Rosa: *op. cit.*, p. 58.
- ¹⁷ Virgílio de Melo Franco: *Outubro 1930*, Rio de Janeiro, 1931, p. 236.
- ¹⁸ In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1930.
- ¹⁹ J. E. de Macedo Soares, in: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1930.
- ²⁰ Martins de Almeida: *op. cit.*, p. 55.
- ²¹ *Idem*, p. 42.
- ²² Virgínio Santa Rosa: *op. cit.*, p. 78.
- ²³ *Idem*, p. 86.
- ²⁴ Alcindo Sodré: *op. cit.*, p. 116.
- ²⁵ *Idem*, p. 116.
- ²⁶ Martins de Almeida: *op. cit.*, pp. 122-123.
- ²⁷ Virgínio Santa Rosa: *op. cit.*, p. 112.
- ²⁸ *Idem*: p. 114. A propósito do Clube 3 de Outubro, composto por militares, em maioria, e tendo estes a responsabilidade da orientação política, é interessante o depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto: "Logo

após os primeiros atos do Governo Provisório visando à objetivação dos propósitos da Aliança Liberal, surgiram no cenário político duas castas inteiramente distintas: a dos 'carcomidos' e a dos 'revolucionários históricos'. Nem todos os 'carcomidos' eram reacionários e nem todos os 'históricos' eram na verdade revolucionários" (...). "Para manter o equilíbrio entre ambas surgiu a terceira força: o 'espírito revolucionário' do qual nasceu o famoso 'Clube 3 de Outubro'. Para ele convergiram os mais ardorosos defensores da Revolução de 1930. Getúlio Vargas não era nem 'carcomido' nem 'histórico', mas possuía 'espírito revolucionário'. O 'Clube 3 de Outubro' o apoiava incondicionalmente. Era um apoio perigoso, embora honesto e sincero. Grande parte de seus membros eram jovens, ardorosos e destemidos, mas politicamente inexperientes. Ser 'tenente' e pertencer ao Clube 3 de Outubro, foi durante alguns meses, muito mais importante do que ser general ou fazer parte de Ministério. Não foram poucas as crises criadas por eles, dentro da família governamental, pelo excesso de entusiasmo e intransigência, chegando, às vezes, quase à indisciplina. Cumpriram, porém, bravamente a missão de dar cobertura política aos chefes revolucionários leais. Mais tarde, os 'tenentes' foram promovidos a capitães, majores e generais, e o Clube dos 'tenentes' se dissolveu naturalmente. Quinze anos mais tarde, em 1945, generais que haviam sido 'tenentes' reorganizaram o clube em outros moldes, mais modernos, e em 1950 entregaram as chaves da sede aos coronéis." (*op. cit.*, pp. 78-79).

²⁹ Euclides Figueiredo: *Contribuição para a História do Movimento Constitucionalista de 1932*, São Paulo, 1954, p. 17.

³⁰ *Idem*: p. 15. A par dos interventores militares, figuras que entraram para o anedotário e para a canção popular, surgiu o antitenentismo, defendido na fórmula que acabou por vingar em São Paulo: "civil e paulista".

³¹ "O Estado do Rio estava destinado a uma longa fase marítima. Ari Parreiras, oficial de Marinha, foi sucedido pelo alm. Protógenes Guimarães, governador. Em 1937, o cap. ten. Ernâni do Amaral Peixoto foi nomeado interventor. Em 1946, ocupou o lugar o cap. ten. Lúcio Meira. José Eduardo, que também passou pela Marinha, é verdade que em brancas nuvens, explodiu: 'Afim de contas, estão pensando que o Estado do Rio é navio de guerra?'" (Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, p. 157).

³² *Idem*: p. 345.

³³ *Idem*: p. 346.

³⁴ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 598, II.

- ³⁵ "O salão regurgitava de jovens militares, quase todos fardados, numa algararra muito parecida com a das antigas repúblicas de estudantes. Discutiam os moços acaloradamente, em torno do sr. Aranha e do sr. Juarez Távora. Este último ainda trazia no antebraço, em pequenos discos de pano vermelho, as estrelas do generalato. Reclamavam todos à redação de um programa de governo (provavelmente o programa a que João Alberto fizera alusão, quando da fundação da Legião Revolucionária). Aquela hora da linda manhã carioca, já os precursores do 'Clube 3 de Outubro' sentiam os mesmos pruridos de enquadrar o majestoso movimento cívico - a Revolução de 1930 - dentro de uma fórmula timbrada, escrita e enumerada, que eles, ali ou alhures, traçariam com maravilhosa onisciência, para gáudio de 40 milhões de botocudos... Era uma forma de apropriação indébita como outra qualquer". (João Neves: *Acuso*, Rio de Janeiro, 1933, pp. 19-20). O esforço em sonegar o papel do operariado era notório, de outro lado: "Pelo decidido amparo ao trabalhador nacional, iniciava-se a ação social governamental, estabelecendo-se novo padrão de relações entre operários e patrões. Em tempo de se substituir ao velho e negativo conceito da luta de classe, o conceito novo, construtor e orgânico de colaboração de classe. A Nova República propunha-se 'a dar expressão legal e real a essas novas diretrizes sociais' - o Brasil primeiro, depois os interesses de classe." (Paulo Filho: *op. cit.*, p. 614, II).
- ³⁶ Paulo Nogueira Filho: *op. cit.*, p. 594, II.
- ³⁷ Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, pp. 349-352.
- ³⁸ Euclides Figueiredo: *op. cit.*, pp. 19-20.
- ³⁹ Daniel de Carvalho: *op. cit.*, p. 181.
- ⁴⁰ Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, pp. 362-363.
- ⁴¹ *Idem*: p. 363.
- ⁴² Martins de Almeida: *op. cit.*, pp. 43-44.
- ⁴³ Virginio Santa Rosa: *op. cit.*, p. 156.
- ⁴⁴ *Idem*, p. 175.
- ⁴⁵ *Idem*, p. 176.
- ⁴⁶ Martin de Almeida: *op. cit.*, p. 124.
- ⁴⁷ É apenas típico o depoimento da autoridade policial de Natal, após a rebelião de 1935: "De par com essa indiferença criminosa dos poderes estaduais, contribuía o governo da União, com o seu liberalismo mal compreendido, para a difusão de um socialismo anárquico. As livrarias outra literatura não exibiam em suas vitrines senão a de Lenin, Stalin, Tolstoi, Marx, Engels, Kropotkin, Bakunin, Owen etc. As doutrinas mais

avançadas eram ensinadas abertamente na tribuna e na imprensa. Discutiam-se os mais graves problemas do país, com desdouro para a liberal-democracia. O povo, tão fácil de explorar escutava as sereias e assuntava..." (João Medeiros: *Meu depoimento*, Natal, 1937). Para o depoente, "discutir os mais graves problemas nacionais" era algo de insólito, a participação de elementos populares nessas discussões, francamente subversivo...

- ⁴⁸ A história do movimento de 1935 está por ser escrita; o terrorismo policial instalado no país desde então tem impedido que isso aconteça. No depoimento de Luís Carlos Prestes, 28 anos depois, o caráter do movimento assim se define: "É certo que, em 1935, os comunistas já constituíam a força de vanguarda, esclarecedora e mobilizadora das grandes massas populares. A insurreição de 1935 não foi, porém, um movimento exclusivamente comunista, nem pretendiam os insurretos de 35 instaurar em nosso país a ditadura do proletariado nem muito menos um governo comunista, como afirma a reação. A correlação de forças era outra, bem diferente da exposta pelos reacionários e agora perflhada pelo sr. Afonso Arinos. De um lado, estavam os patriotas e democratas e, de outro, os integralistas e os que foram por eles enganados juntamente com todos os reacionários e agentes do imperialismo. Os comunistas lutavam com os primeiros, como ainda hoje o fazem, contra os reacionários, em defesa das liberdades democráticas, pelo progresso do Brasil. Esta a verdade histórica que nenhum anticomunista poderá modificar". (In: *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 21-11-1963). O depoimento de Agildo Barata, quando ainda preso, é no mesmo sentido: "O programa da ANL não surgiu por acaso. Nada tem de comunista. Não foi importado da Rússia." (...) "O fato do Partido Comunista apoiar a ANL não caracteriza essa organização como comunista." (...) "Não há, porque não poderia haver, em todo o corpo do processo em torno da insurreição de novembro e em toda a propaganda aliancista, um único documento ou fato capaz de tornar sequer aceitável a maior acusação que pesa sobre a ANL e o movimento armado de novembro: ser aquela uma organização comunista, e este 'um movimento armado financiado por Moscou para implantar, no Brasil, a ditadura proletária'." (...) "A coesão das classes deve subsistir na própria organização do governo revolucionário: nele estarão representadas todas as camadas acima citadas (operários, camponeses, pequenos burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo). De fato, só a participação efetiva no poder de todas as classes, apoiadas por todas as camadas populares - desde os mais humildes proletários aos maiores e mais poderosos industriais brasileiros - permitiria a um tal governo a realização das aspirações mais sentidas por essas classes, pelo povo

como nação. Para isso era necessário não só o apoio do PCB como representante de setores do proletariado, mas também de todos os partidos e organizações que pudessem mobilizar o proletariado dos campos e das cidades, as classes médias e os setores nacionalistas dos grandes comerciantes e industriais." (...) "Quem não compreende que Prestes era o presidente de honra da ANL, não por ser comunista, mas por ser o mais querido líder popular brasileiro?" (...) "Mas não é só: durante todo o movimento não foi dado um grito sequer por ninguém, alusivo a um governo comunista a uma ditadura proletária." (...) "No R. G. do Norte, em quatro dias de Governo Popular Nacional Revolucionário, não foi organizado nenhum soviet, um único sequer conselho de operários com ação governamental. Do governo revolucionário de Natal participaram funcionários públicos e estaduais de alta categoria." (...) "E se fôramos, então, aludir a que o fato de ver em Luís Carlos Prestes o chefe de um movimento armado é pretender implantar o comunismo no país, o que seria de dizer de um movimento que, em 1930, quando todos sabiam das ideias do Cavaleiro da Esperança, reclamava para seu general esse mesmo presidente de honra da ANL!" (A. D. Tavares Bastos: *A Verdade sobre Agildo Barata*, Rio de Janeiro, 1937, pp. 20-36).

⁴⁹ "Com o fim deliberado de enganar e confundir a opinião pública, e por esse meio esconder o que em realidade foi o movimento armado de 1935, sua natureza e seus objetivos, a propaganda reacionária utilizou a fundo os mais sórdidos meios de distorção e deformação da realidade, inventando as piores mentiras e calúnias contra os revolucionários. Uma dessas calúnias, repetida durante anos a fio, até agora, é a que se refere a oficiais legalistas, *assassinados na cama, quando dormiam*." (...) "Oficiais revolucionários e seus amigos têm rebatido, mais de uma vez, a infamante invenção dos propagandistas da reação, desafiando publicamente estes últimos a apresentarem provas - *provas concretas*, irrecusáveis, não apenas palavras - em abono da acusação que fazem aos revolucionários. Como não existem, as provas não são apresentadas, nunca foram apresentadas; mas a calúnia continua a ser divulgada, em obediência à técnica nazista." (...) "Existe uma documentação completa acumulada pelas autoridades policiais, sobre a insurreição de 1935 é o Relatório elaborado pelo delegado Bellens Porto, com base nos depoimentos tomados pela polícia num inquérito exaustivo." (...) "Pois bem: não há no Relatório policial uma única menção a qualquer soldado ou oficial legalista assassinado na cama, abatido enquanto dormia. Nenhum nome - nem da suposta vítima (ou vítimas), nem do atacante (ou atacantes). Nada, nada, nada." (...) "A conclusão a se tirar do Relatório Bellens Porto, fonte oficial, fonte básica dos fatos

apurados em inquérito rigoroso, exaustivo, essa conclusão é uma só e única: nenhum oficial ou soldado legalista foi morto na cama. A documentação oficial destrói pela base a calúnia". (Astrojildo Pereira, in: *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 21.11.1963).

- ⁵⁰ "Não obstante, sem licença do Senado, estou preso desde 23 de março de 1936; sem licença do Senado, foi decretada a minha prisão preventiva, luxo de arbitrio que caracteriza a hora que vivemos, como, contra pronunciamento expresso do Senado, estou sendo processado pelo Tribunal de Segurança Nacional." (...) "E, no entanto, estou preso desde 23 de março, tendo ficado durante sete dias, absolutamente incomunicável e isolado na garage da Polícia Especial, exatamente o lugar onde estivera Berger, sem que se me desse ao menos uma mesa, tendo exclusivamente uma cama, enquanto vários automóveis entravam e saíam, durante toda a noite, naquele compartimento. E enquanto eu aí permanecia, o ministro da Justiça e o chefe de polícia declaravam à Seção Permanente que os parlamentares eram tratados com toda a consideração a que tinham direito pelos seus mandatos! E, para cumular a vilania, prenderam, uma hora depois de mim, o bacharelendo Francisco Chermont que, após um mês de prisão incomunicável, na Detenção e na Colônia Correcional de Dois Rios, dormindo aí no chão, em meio de gatunos e vagabundos para lá enviados juntamente com ele, no porão do *Campos*, foi solto, afinal, em 25 do corrente, sem que nunca tivesse sido ouvido por nenhuma autoridade". (Eurico de Souza Leão, Acúrcio Tôrres e João Neves: "Defesa do Senador Abel Chermont, Rio de Janeiro, 1937, pp. 22-35). "Aqui preciso dizer: fui espancado na mesma garage, em que o senador Abel Chermont foi submetido a inomináveis violências, espancado com canos de borracha e jogado no pátio da famosa garage". (Do depoimento do deputado Carlos Marighella na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura). "No dia 3 de maio, quando aqui compareceu o ministro da Justiça, já fora espancado o senador Abel Chermont. Fora levado à Polícia Especial para ser brutalmente surrado. Ele próprio declarou isso no Senado; e este, em sua mudez, não reparou que se suicidava moralmente, em cena aberta, perante a opinião nacional." (Do discurso do deputado João Mangabeira, na Câmara Federal, em 1936).
- ⁵¹ "Não sabiam muito bem: um certo mistério envolvia os fatos, não havia processo contra eles. Foram presos sob a acusação de comunistas e mais nada. De nossa faculdade eram quatro: Edgard Castro Rabêlo, catedrático de Direito Comercial e professor interino de Introdução à Ciência do Direito; Leônidas de Rezende, catedrático de Economia Política; Hermes

Lima, o novo catedrático de Introdução à Ciência do Direito, e Carpenter Ferreira, catedrático de Direito Judiciário Penal. Avisaram-me que a pessoas favoráveis a eles, na Escola, eram também tachadas de comunistas; que havia em toda a cidade um ambiente de mal-estar, receio e desconfiança, que, quem fosse apanhado lendo as obras de determinados autores, era considerado suspeito, e muita gente andava atemorizada". (Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, p. 209). Tendo falado ao presidente, sobre este quadro, ouviu a autora razões como as seguintes, para justificar o clima de terror: "A repressão tinha de ser drástica, para poder satisfazer a opinião pública, revoltada ante a brutalidade dos fatos, e também restabelecer a sensação de segurança que todos necessitavam para poder trabalhar, produzir e viver sem sobressaltos. Infelizmente, à sombra dessa proteção dada pelo governo, com as leis de exceção, muitas injustiças foram cometidas, difíceis de reparar imediatamente. Houve quem se aproveitasse no momento para vingar-se de desafetos políticos, sob a acusação de ideias subversivas. De todos os Estados, estão enviando para cá, sem processo, sem provas, centenas de pessoas talvez inocentes..." (*Idem*, p. 211). A quem se atribuía, entretanto, tais desmandos? Com a palavra, novamente, no depoimento de sua filha, o presidente Getúlio Vargas: "O terreno estava propício para o objeto de minha missão. - E os professores? Papai meditou, relutante em me contar o resto. Levantou-se, acendeu um charuto, deu alguns passos em torno da mesa e depois me disse: - Foi uma exigência dos chefes militares. Consideravam uma injustiça serem punidos os oficiais presos de armas na mão, enquanto os instigadores de tudo, os intelectuais que pregavam as ideias subversivas, continuavam em liberdade. Foi alegado em favor da prisão imediata o fato de se utilizarem da cátedra, da pena e da imprensa para instilarem o 'comunismo' na cabeça não suficientemente amadurecida dos jovens. Eram muito mais perniciosos do que aqueles que combateram." (*Idem*, pp. 211-212).

⁵² "Lá estavam as denúncias, as acusações, os pedidos de providências para conter a onda comunista e, finalmente, datado de 5 de fevereiro de 1936, um ofício do presidente da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, dr. Adalberto Corrêa, dirigido ao ministro da Justiça, dr. Vicente Rao. Solicitava a prisão preventiva das seguintes personalidades: Pedro Ernesto, Maurício de Lacerda, Anísio Teixeira, Eleazar Magalhães, Virgílio de Melo Franco, cel. Filipe Moreira Lima, Valério Konder, Odilon Batista. Que mistura esdrúxula, pensei. Preciso rever meus conhecimentos sobre comunismo para entender como conseguiram juntar tantas quantidades heterogêneas." (*Idem*, p. 215)

- ⁵³ "E hoje o chefe de polícia tem a coragem de afrontar a opinião nacional, num relatório que é um padrão de impudência, dizendo que a polícia não exagerou, ela que tem as mãos pingando de sangue de Augusto Medeiros, assassinado pela polícia dois dias após sua detenção e cujo cadáver foi transferido à noite para a Vista Chinesa e crivado de balas. E a polícia teve o descaro de afirmar que ele foi assassinado pelos próprios companheiros! Foi trucidado, barbaramente, torturado até extremos nunca vistos e em seguida assassinado." (...) "As vítimas não de comparecer à Câmara, aqui, rosto a rosto, por ocasião da prestação de contas do estado de guerra. Quero ver a atitude da Câmara quando deparar com aqueles corpos mutilados. O que se fez com o estudante de engenharia Marighella, no dia 1º de maio, é de fazer piedade a um coração empedernido. As torturas infligidas a esse rapaz, a noite inteira chibatado, pisado, ora na Polícia Central, ora na Polícia Especial, se revelam até nas fotografias que tenho, publicadas num dos jornais matutinos, com seu retrato como comunista, com tabela em que vem o seu número." (...) "Tudo isso se passou, realmente, sob a chefia do sr. Müller. Tudo isso, de que a Câmara não tem notícia, monstruosidades como essa, que degradam a civilização brasileira e desonram o nosso nome perante o mundo civilizado, tudo isso foi perpetrado por esse chefe de polícia que hoje tem a desfaçatez de aparecer de público, dizendo que o governo agiu com brandura! O sr. Domingos Velasco - É o processo de que sempre usou. O sr. João Mangabeira - Esses crimes não de ser daqui verberados. O sr. Domingos Velasco - (...) para encobrir a sua covardia conhecida". (Discurso citado do deputado João Mangabeira).
- ⁵⁴ "Há marinheiros e operários cujos tornozelos, cujas carnes foram arrancadas, queimadas a maçarico!" (...) "Mas, se quiser apontar um caso monstruoso, direi que em 1º de maio deste ano, uma moça de 18 anos, Helena Faccioli, porque queriam que denunciasse o namorado como comunista, foi presa, na Lagoa Rodrigo de Freitas alta noite, sendo trazida a murros e pontapés, dentro de um automóvel até o Largo da Lapa, onde desmaiou. Em seguida, levada à Polícia Central, foi, no dia seguinte, transferida para o que se chama o consultório de beleza. Despiram-na e, com alicates, torturaram-lhe o corpo inteiro". (*Idem*) "Com referência ao deputado Carlos Marighella, afirmou-me aquele médico (dr. Nilo Rodrigues) que nunca viu tanta resistência a maus tratos e tanta bravura. Relata, ainda, que viu gente receber pontas de fogo, enfim, coisas que só mesmo em cérebro doentio poderia conceber-se. Nada podia fazer porque era impotente para impedir esses maus-tratos e espancamentos, como também denunciá-los, porque teme agora pela própria vida". (Depoimento do jornalista Vitor

do Espírito Santo, em 27 de outubro de 1947 na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura). (...) "Entre esses, estava o jovem estudante Carlos Marighella que, depois de cumprir vários anos de detenção nos cárceres da reação, onde foi bestialmente torturado pela polícia, teve seu nome sufragado pelo povo baiano, que o elegeu deputado federal. Pouco antes de ter seu mandato parlamentar cassado, por iniciativa de muitos dos responsáveis pelas câmaras de tortura do Estado Novo, Carlos Marighella foi convidado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura, onde fez o impressionante relato que ora publicamos: 'Quando, em 1936, em pleno estado de guerra, eu me encontrava no Distrito Federal e ouvia falar das atrocidades cometidas pela polícia do sr. Filinto Müller, não podia imaginar chegasse ao ponto que verifiquei, ao acabar nas garras da polícia. Contava-se que a polícia mutilava, espancava até à morte e citava-se mesmo nomes de pessoas que haviam desaparecido após terem sido levadas até a 'bastilha' da rua da Relação. Mais tarde, com a minha prisão - que ocorreu a 1º de maio de 1936 - pude constatar que os fatos eram reais: a polícia, efetivamente, matava, espancava até à morte os que lhe caíam ao alcance da mão.'" (...) "O sr. Serafim Braga mandou que se procedesse, de imediato, a um espancamento inicial, sem mais preâmbulos. O SR. PLÍNIO BARRETO - Mesmo sem ouvi-lo? O SR. CARLOS MARIHELLA - Sim." (...) "Fui agarrado pelas pernas e braços e o sr. Serafim mandou que iniciasse pela sola dos pés. Foi-me tirado o calçado. Como, porém, não desse grandes demonstrações de me achar abalado, passaram a espancar-me nos rins. Depois de certo tempo, o próprio Serafim Braga teve seus receios e mandou que suspendessem aquele tratamento." (...) "Depois de ter desfalecido, fui ameaçado, no meio das tropelias, gritos e urros dos investigadores, de ser levado para a Polícia Especial, onde teria de sofrer ainda mais, caso não confessasse." (...) "As torturas a que fui submetido foram as seguintes: depois de murros, pontapés e outros golpes que me aplicaram, fui queimado por todo o corpo com pontas de cigarros que os próprios investigadores estavam fumando. Além disso, o investigador Galvão tirou seu alfinete de gravata que enfiou debaixo de minhas unhas, deixando-as em sangue." (...) "Na Polícia Especial, o espancamento durou até a madrugada. Cheguei lá mais ou menos às 7 ou 8 horas da noite, e só de madrugada suspenderam o que chamavam de *sessão espírita*." (...) "Apesar de estar todo machucado em consequência das surras e torturas, não podia deitar-me nem sentar-me. Tinha de ficar passeando no interior da saleta, que aliás é pequena. Assim, fiquei com as roupas completamente estraçalhadas e ensopadas de san-

gue; mesmo nessas condições era obrigado a permanecer de pé. O polícia especial de nome Gaúcho, que montava guarda de mosquete em punho, obrigava-me a levantar e marchar, até o momento em que caí exausto." (...) "Esses espancamentos se deram no dia 1º de maio e, depois de alguns dias para curativos, e de novas ameaças, prolongaram-se até o dia 23 de maio". (Depoimento do deputado Carlos Marighella na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura).

- ⁵⁵ Desse documento consta, ainda, a descrição do combate de 27 de novembro na praia Vermelha, com alguns detalhes interessantes: "A preferência do bombardeio em visar o pavilhão central, que era exatamente o único local em que se agrupavam uns poucos governistas do regimento, isolados da tropa revolucionária (fato do conhecimento do comandante da Primeira Região Militar), empresta ao fato um aspecto curioso e pouco lisonjeiro para as intenções do ataque dirigido pelo referido general." (...) "Os parlamentares do 3º R. I. foram agredidos à bala e, por espaço de duas horas quase, tentaram cumprir a missão pacífica de que estavam investidos, e no desempenho da qual deveriam contar senão com a ética universalmente aceita, da parlamentação, pelo menos com a retribuição do gesto a que faziam jus, pela maneira como tinham recebido o parlamentar enviado pela tropa atacante." (...) "Tal não sucedeu, e os parlamentares, acompanhados pelo capitão Agildo Barata, foram cercados, desarmados e brutalizados com palavras pelo capitão Néelson Barbosa de Paiva e pelo próprio general Eurico Dutra".

⁵⁶ Graciliano Ramos: *Memórias do Cárcere*, Rio de Janeiro, 1953, p. 29, I.

- ⁵⁷ "Sei que muitos daqueles que se envolveram na masorca não eram comunistas. Daí a desorganização desta, querendo uns, como Epifânio Guilhermino e seus sequazes, aplicar a técnica bolchevista, demonstrando outros respeito à vida e propriedade alheias, coisa absolutamente incompatível com um movimento de caráter nitidamente comunista". (J. Medeiros: *op. cit.*, p. 76). (...) "Em poucas palavras, confessei-me que se chamava Anastácio Pessoa, era recém-chegado e estava ali por equívoco. Talvez julgasse comprometer-se falando comigo: encerrou o assunto e mergulhou na leitura do seu inglês. Mais tarde informei-me. Era alto funcionário de um banco. Chamado à polícia, tomara o automóvel, fora prestar declarações, meio intrigado. Que diabo queria com ele! Ao chegar, recomendara ao *chauffeur* que esperasse. As horas se tinham passado, os dias, e nenhuma pergunta. Quando supunha esclarecer o negócio e voltar à sua carteira, transferência para a Casa de Detenção. Anastácio Pessoa, atordoado, ainda, esperava desfazer o engano, ouvir explicações e gentilezas. A qualquer momento o chamariam."

(Graciliano Ramos: *op. cit.*, p. 44, II) (...) "Entre os sujeitos ali reunidos, atentei num velho encorpado, vermelho, de óculos, muito sério, visto dias antes na fila, à hora da boia. Conversamos, essa noite, e descobri que ele se notabilizava por vários motivos: falava polaco, citava com abundância versículos da *Bíblia* e era danadamente reacionário. Precisava desabafar e segredou-me confidências: fora preso por engano; sim senhor, engano, calúnias de inimigos." (*Idem*: p. 6, III). (...) "E contou de novo a história, que me deixara incrédulo meses antes, no pavilhão dos primários. Tiago servia na marinha inglesa, muitos anos viajara em linha do Pacífico. Um dia tivera o pensamento infeliz de se dirigir à América e saltara no Brasil, depois de longa ausência. Levado pelo amor, encaminhara-se ao Manguê. De volta, chamara um táxi. E ao saltar no cais do Porto ouvira a escorchante exigência da patifaria nacional: 100 mil réis pela corrida, um furto. - 'Você está maluco, protestava Tiago. Pensa que sou gringo? Nasci no Rio de Janeiro, tenho isto de cor. Tome 20 mil réis, que é muito, e guarde o troco'. Berros do chofer: - 'Ladrão, comunista!' Apitos, rolos, gritos, homens de farda, Tiago no embrulho. O chão molhado, a esteira, pulgas, percevejos, afinal o interrogatório. - Que anda fazendo aqui? perguntara o delegado. Qual é a sua missão? Tiago não tinha missão nenhuma: era marinheiro da Inglaterra e conhecia Java e Singapura. Brasileiro, tivera saudade, revira a pátria e fora ao Manguê. Apenas. Queria regressar ao navio, falar inglês, viajar novamente no Pacífico. - 'Está bem, está bem, resolvera o delegado. Você fica. Não é bom que esse negócio seja contado lá fora. Você fica.' - 'Doutor, afirmara Tiago, prometo não dizer uma palavra, esquecer-me do Brasil. Se me aparecer numa rua a nossa bandeira ou estiverem tocando o hino nacional ali, torço o caminho, volto, passo longe. E deixo de falar português.' Essa promessa de nada servira. Tiago virara comunista, perdera o lugar no pacote - e, de cabeça raspada, vestindo zebra, carregava tijolos na colônia correcional". (*Idem*, p. 162, III).

- ⁵⁸ "Avancei, um bolo na garganta, o coração a estalar, venci a pequena distância que me separava dos companheiros. Chegamos ao fim da escada, paramos à entrada de um porão, mas durante minutos não compreendi onde me achava. Espaço vago, de limites imprecisos, envolto em sombra leitosa. Lá fora anoitecera; ali duvidaríamos se era dia ou noite. Havia luzes toldadas por espesso nevoeiro: uma escuridão branca. Detive-me, piscando os olhos, tentando habituar a vista. Erguendo a cabeça, via-me no fundo de um poço, enxergava, estrelas altas, rostos curiosos, um plano inclinado, próximo, onde se aglomeravam polícias e um negro continuava a dirigir-me a pistola. Era como se fossemos gado, e nos empurrassem para dentro

de um banheiro carrapaticida. Resvaláramos até ali, não podíamos recuar, obrigavam-nos ao mergulho. Simples rebanho, apenas, rebanho gafento, na opinião dos nossos proprietários, necessitando creolina. Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam". (Graciliano Ramos: *op. cit.*, p. 124, II) (...) "Engoli o café, abalamos todos em busca do pavilhão onde se aboletavam refugos da colônia. Encontrei um bando a comprimir-se numa abertura estreita, e nos espaços que havia entre os corpos surgiam rostos magros e desbotados. Outras fileiras deviam emperrar-se, invisíveis, pois do fundo, escuro, fumacento e fuliginoso, partiam vozes percebidas em qualquer parte. Os homens da frente, quase nus, cabeças lisas, tinham muita sujeira, muita amarelidão, órbitas cavadas, bochechas murchas. Deixavam provavelmente a enfermaria. À primeira vista não reconheci nenhum. Quando principiaram a falar, depressa, em desordem, como se o tempo não desse para todos, fui notando aqui e ali sinais guardados inconscientemente. Sorriam, descobrindo as gengivas pálidas. O esqueleto que o moço da rouparia tinha no pulso voltou-me ao espírito. Os ácidos não haviam desfeito a medonha tatuagem. Por cima da cicatriz, que repuxava a pele e se estendia num desenho róseo, sobressaíam costelas, vértebras, o riso da caveira. As figuras estranhas apinhadas ali riam. Riam para mim como se eu fosse uma carcaça também. Quantos meses fazia que tinham vivido comigo no pavilhão dos primários? Dois meses. Era, dois meses, pouco mais ou menos. E estavam assim. Talvez ignorassem que estavam assim. Estremeci. Não me acharia daquele jeito? Olhei o pijama curto e rasgado. Ultimamente dormia pouco, alimentava-me com dificuldade. Extingui a comparação desagradável. Farrapos. Regressavam da colônia, farrapos". (*Idem*: p. 13, III) (...) "Uma noite chegaram-nos gritos medonhos do pavilhão dos primários, informações confusas de vozes numerosas. Aplicando o ouvido, percebemos que Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo: àquela hora tentavam arrancá-las da sala 4. As mulheres resistiam, e perto os homens se desmandavam em terrível barulho. Tinham recebido o aviso, e daí o furioso protesto, embora a polícia jurasse que haveria apenas mudança de prisão. 'Mudança de prisão para a Alemanha, bandidos!' 'Frases incompletas erguiam-se no tumulto, suspenso às vezes com a transmissão de pormenores. Isso durou muito. Pancadas secas nos mostravam de longe homens fortes balançando varões de grades, tentando quebrar fechaduras. No dia seguinte vários cubículos estariam arrombados, imprestáveis algum tempo. Na sala da capela um rumor de cortiço zangado cresceu rápido, aumentou a algazarra. Apesar da manifestação ruidosa, inclinava-me a recusar a notícia: inadmissível. Sentado na cama, pensei com horror em campos

de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases. Iriam a semelhante miséria? A exaltação dominava os espíritos em redor de mim. Brados lamentosos, gestos desvairados, raiva impotente, desespero, rostos convulsos na indignação. Um pequeno tenente soluçava, em tremura espasmódica: Vão levar Olga Prestes. A queixa lúgubre deixava-me em situação penosa; esforçava-me por extingui-la. Nenhuma verossimilhança: com certeza aquilo era boato, consequência de imaginações desregradas. Vivíamos num ambiente de fantasmagorias. Asserções imprevistas me deixavam zozno, entre a realidade e o sonho, a perguntar a mim mesmo, considerando um homem que se transformava em duende: - 'Estará doido? Ou serei doido eu?' (...) "Mas porque, na horrível ignominia, haviam dado preferência a duas criaturas débeis? Elisa Berger, presa, era tão inofensiva quanto o marido, preso também. Contudo iam oferecê-la aos carrascos alemães, e Harry Berger permanecia aqui, ensandecido na tortura. O nazismo não exigia restos humanos, deixava que eles se acabassem devagar, no cárcere úmido e estreito. À noite, na sala 4, Elisa despertava banhada num suor de agonia, os olhos espavoridos. A lembrança dos tormentos não a deixava, um relógio interior indicava o instante exato em que, meses atrás, a seveciavam na presença de Harry, imóvel, impotente. Olga Prestes, casada com brasileiro, estava grávida. Teria filho entre inimigos, numa cadeia. Ou talvez morresse antes do parto. A subserviência das autoridades releu a um despotismo longínquo enchia-me de tristeza e vergonha." (...) "Olga Prestes e Elisa Berger nunca mais foram vistas. Soubemos depois que tinham sido assassinadas num campo de concentração na Alemanha". (*Idem*, pp. 111-117, IV).

⁵⁹ "Pela manhã, de volta do banheiro, atravessando um corredor, avistamos o comandante em companhia de um homem alto, magro, sério. Enviamos-lhe um cumprimento, e ele detendo-nos, nos apresentou: - General, estes senhores... Finda a apresentação, o homem alto pregou-me um olho irritado: - Comunista, hein? Atrapalhei-me e respondi: - Não. - Não? Comunista confesso. - De forma nenhuma. Não confessei nada. Espiou-me um instante, carrancudo manifestou-se: - Eu queria que o governo me desse permissão para mandar fuzilá-lo. - Oh! general! murmurei. Pois não estou preso?" (*Idem* p. 83, I) (...) "Afim, cerca de sete horas, um automóvel deslizou - e um oficial do Exército, espigado, escuro, cafuno ou mulato entrou na sala. - Que demora, tenente! Desde meio-dia estou à sua espera. - Não e possível, objetou o rapaz, empertigando-se. - Como não? Está aqui a valise pronta, não falta nada". (*Idem*, p. 25, I) (...) "O juiz flexível cansou na espera inútil, desapareceu, foi substituído por outro, severo, intransigente, de maus bofes, oficial do Exército. Esse usou um

método rápido e eficaz. Inteiro-se da oposição, entendeu-se com o diretor e ordenou conciso o arrastamento dos cabeçudos ao interrogatório. Como os guardas eram incapazes da tarefa, requisitou a polícia especial, que veio numerosa e bruta, invadiu as celas, distribuiu pancadas, malogrou a resistência". (*Idem*, p. 120, IV).

- ⁶⁰ "O homem da rua nos julgava com severidade imensa, aceitando sem exame balelas forjicadas sobre os rapazes do 3º Regimento, ampliava-as, estendia-as, enfim nos considerava a todos uns monstros. A pequena burguesia ainda se arrepiava, imaginando os perigos de que se livrara em noite de bombardeio e sangueira, e os vencedores lhes surgiam como heróis, a monopolizar a gratidão nacional. Um governo corrupto disfarçava as mazelas e restaurava-se, cobria-se de novo, expunha-se a luz favorável. Todos os meios de publicidade a articular-se contra nós, nenhuma defesa". (*Idem*, p. 120, II) (...) "Antes de irmos para a cama escutávamos numerosas calúnias em linguagem de hidrofobia; a liberdade de imprensa funcionava, atacando-nos com violência e desespero". (*Idem*, p. 125, II) (...) "– Sei lá. Nunca pensei em fuga. Onde existe um pouco de liberdade é a cadeia". (*Idem*, p. 51, IV).
- ⁶¹ "Julguei isto e enganei-me: ao cabo de meia hora entrou na sala e apANHOU-me de surpresa um velho calmo, polido, ar de fria dignidade, o rosto magro. As estrelas, o gesto, o apuro, identificaram-no – e diante dele o meu companheiro entesou-se em posição de sentido. O homenzinho cumprimentou-nos, examinou o aposento, quis saber se nos faltava alguma coisa e permaneceu de pé junto à mesa uns três ou cinco minutos aplicáveis à nossa situação, dizendo com lhaneza palavras de hospitalidade regulamentar". (*Idem*, p. 59, 11) (...) "Cumpridas algumas formalidades, capitão Lôbo despediu-se. Ao sair, estacou junto à mesa: – Ia-me esquecendo: quero fazer-lhe um pedido. Estranhei: não me achava em condições de ser-lhe útil em coisa nenhuma. Hesitou um instante e jogou-me de chofre este discurso: – Bem, o tempo é curto para explicações e cerimônias. Trata-se disto: eu pus aí num banco algumas economias que não me fazem falta por enquanto. Ignoro as suas posses, mas sei que foi demitido inesperadamente. Caso as suas condições não sejam boas, eu lhe mostro daqui a pouco uma caderneta, o senhor põe num cheque a importância que necessita, eu assino e à tarde venho trazer-lhe o dinheiro. Convém?" (*Idem*, p. 104, 1) (...) "Infelizmente a perna me atormentava e não me seria possível correr. Declarei isto ao sargento. Examinou-me, talvez procurando no meu rosto sinais de mentira. – Que é que o senhor tem? perguntou áspero. – Fui operado. Não consigo viajar depressa. Refletiu, decidiu: – Vou pedir um cavalo. Isso me aborreceu: desagradame

incomodar alguém. – Talvez não seja preciso. Qual é a distância? – Doze quilômetros de serra. – Que horas são? Dez. – A que hora devo chegar? – À tarde. Chegando às seis chega bem. – Obrigado, sargento... Não é necessário o cavalo. Vou a pé. Voltou-se para os dois policiais: – Este senhor está doente, não pode acompanhar os outros. Andem muito devagar com ele, parando para descansar”. (*Idem*, p. 53, III). Havia, também, por vezes, entre civis e militares em função policial, um escondido temor: – “Levo recordações excelentes, doutor. Hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram. – Pagar como? exclamou a personagem. – Contando lá fora o que existe na ilha Grande. – Contando? Sim, doutor, escrevendo. Pondo tudo isso no papel. O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo: – O senhor é jornalista? – Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a colônia correcional. (...) Deu-me as costas e saiu resmungando: – A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever”. (*Idem*, p. 194, III).

⁶² “Seu sonho sempre foi implantar no Brasil não direi uma ditadura militar, mas um governo tutelado pelo Exército, do qual seria ele o fiador. (Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, p. 291).

⁶³ “Sabe-se, por um vago depoimento do gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que estava sendo batido à máquina, em uma sala do Estado-Maior do Exército, por um oficial superior, filiado ao movimento *integralista*. É ele seu autor? Obedecia a ordens? Copiava um documento? De quem? Para quê? Ninguém responde. Diz o mesmo vago depoimento que cópias desse documento foram enviadas a várias autoridades brasileiras. Se era falso, porque sua falsidade não foi provada de imediato e seu ou seus autores não foram desmascarados? Ainda não estávamos em estado de guerra, não vivíamos em regime ditatorial, não havia censura da imprensa. Reinava no Brasil a mais legítima e genuína democracia. Se era verdadeiro, quais as providências tomadas para abortar o golpe terrorista apregoado e descobrir sua origem? Havia base para execução do plano? Era realmente um plano comunista? Seria uma armadilha preparada pelos *integralistas*, discípulos *cum laude* na arte de propaganda nazista? Não sei. Só sei que surgiu de dentro do Estado-Maior do Exército.” (Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, p. 306).

⁶⁴ “Um novo horizonte se abriu para a ala pacifista do *integralismo*. Essa ala se aproximou de Getúlio Vargas, buscando entendimento, através das pontes naturais: o dr. Francisco Campos e o gen. Newton Cavalcanti, protetor dos *camisas-verdes*”. (*Idem* p. 307) (...) “Em setembro de 1936, o movimento *integralista* passou a ser encarado com mais seriedade. Pessoas de categoria, tidas até então como indiferentes à política e à administração

do país, começavam a engrossar suas fileiras. Dentro do Governo, gozava de acentuada simpatia de vários elementos de responsabilidade. Já possuía estações de rádio e colunas de jornais para sua propaganda. Fazia exhibições de prestígio e de força em paradas simbólicas. Decidiu ostensivamente cantar o Hino Nacional pela metade, por considerar a segunda parte esdrúxula". (*Idem*, p. 228) (...) "Durante mais de uma hora desfilaram ao som dos *tambores silenciosos*, perfiladas e tesas como se fossem militares pessoas que eu conhecia de longa data sem suspeitar que fossem apreciadoras desse tipo de atividade. O Movimento havia ficado maior, muito maior do que eu supunha e atingira as mais variadas categorias sociais. Havia marinheiros e oficiais de Marinha, soldados e oficiais do Exército, comerciários e comerciantes, industriários e industriais, pequenos funcionários e chefes de repartição, mocinhas da classe média e senhoras da alta sociedade". (*Idem*, p. 318) (...) "Eu ficara conhecendo os entendimentos mantidos com os chefes integralistas para apoiar o golpe de 37. Indaguei do presidente, logo depois de 10 de novembro, se era verdade que Plínio Salgado viria para o Ministério da Educação. Respondeu-me que a pasta lhe estava oferecida e reservada". (Luís Vergara: *Fui Secretário de Getúlio Vargas*, Porto Alegre, 1960, p. 149).

- ⁶⁵ "Nos primeiros dias de fevereiro, papai me entregou um projeto do ministro da Educação para estudar." (...) "Ficou em minhas mãos, perto de dois anos. Era, mais ou menos adaptada para o clima brasileiro, uma cópia da organização fascista dos jovens *balilas*. (Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, p. 349) (...) "A noite dos punhais, também conhecida como *noite dos tambores silenciosos*, começou a série. A polícia, em uma batida feliz, apreendeu vários caixotes contendo punhais, caprichosamente trabalhados e ostentando no cabo, em esmalte, o símbolo integralista: o sigma. Cada um deles tinha destino previamente estabelecido. Manejados com carinhosa precisão e óbvio interesse, deveriam perfurar determinadas gargantas, ou um certo tórax, já antecipadamente escolhidos". (*Idem*, p. 375) (...) "Criando o SIPS (Serviço de Informações Políticas e Sociais) fora da polícia, como uma agência particular, podemos entrar em contato com as principais autoridades de cada município. Ficam gratas porque são lembradas de tão longe e por receberem, semanalmente, as últimas notícias da capital que, em geral, chegam as suas cidades com grande atraso. Em compensação, temos em primeira mão informações de maior interesse sobre o estado de espírito das populações do interior. "Realmente, haviam escolhido os representantes do SIPS em cada cidade, com grande cuidado: o médico que penetra em todos os lares, o advogado mais acatado, o pároco

do município, o político de mais prestígio na zona, o maior comerciante local, algumas vezes o prefeito etc.". (*Idem*, p. 353).

- ⁶⁶ O depoimento da sra. Alzira Vargas é precioso a tal respeito, embora não inteiramente elucidativo: "Disse-lhe que ficasse a postos, pois todas as nossas possibilidades de sair com vida se limitavam agora a uma guerra telefônica. Filinto Müller atendeu logo e declarou que assim que fora informado do ataque havia mandado uma tropa de choque da Polícia Especial: já devia ter chegado". (*Op. cit.*, p. 185) (...) "Falei com o chefe de polícia, novamente. Confirmou o prévio envio de tropas e espantou-se de que não houvesse chegado a seu destino. Declarou que iria mandar reforços sob o comando do cel. Oswaldo Cordeiro de Farias. Falei com o gen. Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, que me disse nada poder fazer, porque também estava cercado em seu apartamento. Falei com o sr. Francisco Campos, ministro da Justiça, que transmitia, através do telefone, palavras de solidariedade admirativa e passiva." (...) "Falei com o comandante do posto Mundo Novo da Polícia Militar, que ficava ao lado do mirante, para que descesse com seus homens pelo morro. E aí perdi a fala. Deviam ser perto de três horas da manhã. O ten. Walmor respondeu que só dispunha de dois homens e que esses estavam de tocaia no morro, aprisionando os primeiros fúgitivos temerosos do fracasso de sua emboscada ou arrependidos de seu feito, ele era o único que ficara para defender o posto." (...) "Outra pessoa romper o cerco. Júlio Santiago, assíduo frequentador da roda do chimarrão e ex-comandado de Benjamim no *quatorze-pé-no-chão* de 1932, trazia um recado: o ministro da Guerra, gen. Eurico Gaspar Dutra, estava no portão da *Dondoca*, com dois soldados. Fora levemente ferido na orelha e queria instruções. Se ele conseguira chegar até lá, por que não o podiam os outros? É uma pergunta para a qual nunca obtive resposta." (...) "Voltei a falar ao chefe de polícia. Foi categórico. Todas as tropas de que dispunha já estavam nos arredores do Palácio. Talvez tivessem até entrado. Não haviam podido passar! Só não podia entender por que não apareciam." (...) "Em compensação, o interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernâni do Amaral Peixoto, avisava que em seu setor estava tudo em calma, as barcas de prontidão e o 3º Regimento de Infantaria, sediado em Niterói, pronto para marchar em nosso socorro. Responderam-lhe, disse ele, que aguardasse ordens para não criar confusão. As tropas do Rio bastavam. Desta vez fiquei com raiva. Cinco horas da manhã, nenhum socorro decente, e ainda dispensavam oferecimentos. Novamente chamei o chefe de polícia: 'Afinal de contas, o que está fazendo esse tal de Cordeiro que não aparece? Espera,

por acaso, entrar em contato conosco no astral? Onde está ele?" (...) "Dei-lhe nossa última posição e, já nas últimas gotas de paciência: 'Além do mais, se estão com medo de entrar pelo portão principal que ainda está sob o controle do Josafá, há uma pequena porta de comunicação, entre o campo de futebol do Fluminense e o jardim do Palácio. Há uma chave que abre e desse lado do Palácio não há ninguém. Tanto nós, como os atacantes estamos do lado oposto. Mas, que acabem logo com essa espera'. Mais uns minutos de angústia e outra resposta evasiva: 'Eles não sabem onde está a chave'. 'Pois então que arrebem a porta a bala. Eles não estão armados?' retruquei impaciente." (...) "A situação estava ficando incômoda e, antes de decorridos os 15 minutos, papai se irritou, voltando a caminhar, apesar de meus protestos. Esperamos meia hora. Nada. Resolvi recomeçar os telefonemas, enquanto Sarmanho foi dar uma busca na portaria para ver se encontrava a chave que abriria a famosa porta, ainda no escuro. Achou-a e achou também um outro companheiro de infortúnio, cuja presença entre os defensores do Palácio ignorávamos. O investigador Aldo Cruschen estivera durante toda a noite guardando sozinho a outra ala do Guanabara, justamente a que faz vizinhança com o Fluminense F. C. Ofereceu-se para ir abrir a porta de comunicação e o fez sem ser visto nem molestado. Os 'salvadores' entraram então pacificamente e sem dar um tiro. Afinal!" (...) "Aconteceu muita coisa mais, que eu soube, que me contaram, que descobri, que li. Mas, 'não vá o sapateiro além do sapato'. Eu não vi. Não fiquei sabendo como nem por que o gen. Eurico Gaspar Dutra foi o único membro do governo que conseguiu atravessar a trincheira integralista. Não pude apurar também o que aconteceu depois que se retirou com um arranhão na orelha, novamente transpondo o cerco do inimigo. Teria ido buscar reforços que não chegaram? Libertar o chefe do Estado-Maior do Exército? Socorrer o chefe de seu gabinete militar? Ou, como medida de segurança, teria ido inspecionar as tropas sob seu comando? Não entendi até hoje, embora os acontecimentos me tenham sido relatados por ele próprio, como conseguiu se libertar sozinho, de seus atacantes, o gen. Góis Monteiro. Não sei como nem por que, o gen. Canrobert Pereira da Costa foi raptado em 'trajes caseiros e apareceu prisioneiro na Esplanada do Castelo. Ignoro os motivos que obrigaram as tropas enviadas em nosso socorro a gastar mais de 5 horas para percorrer menos de 100 metros. Gostaria de saber as verdadeiras razões que impediram o cel. Oswaldo Cordeiro de parias de abrir uma porta. Muita coisa ainda está envolta em mistério e não me atrevo a tentar desvendá-lo. Mesmo dentro do Palácio Guanabara devem ter ocorrido outras cenas que

não presenciei, outros sentimentos que não senti, outros conflitos íntimos que não percebi". (*Idem*, pp. 187-199). Este tremendo libelo ainda não foi respondido.

⁶⁷ "No dia seguinte, na parte da tarde, apareceram no Catete vários membros da Câmara dos Quarenta da Ação Integralista: Raul Leite, Rocha Vaz, Mansueto Bernardi, e outros. Getúlio Vargas recebeu-os cordialmente. Vinham declarar-lhe que estavam alheios à intentona e a consideravam um ato de violência sob todos os aspectos condenável. Logo que se retiraram, o presidente chamou o gen. Pinto e disse-lhe que se comunicasse com o chefe de polícia, dando-lhe os nomes dos maiores integralistas que tinham vindo pessoalmente manifestar-lhe o seu repúdio ao atentado e recomendando que não fossem molestados em nada e deixados em paz". (Luís Vergara: *op. cit.*, p. 149).

⁶⁸ "Questões sentimentais, políticas, estratégicas, ou apenas falta de verba, haviam feito com que, ainda em 1936, se respeitasse a existência *in totum* de várias milícias estaduais. Uma das mais fortes e mais aparelhadas, devido a uma longa história de lutas, sempre fora a Brigada do Rio Grande do Sul. Sua tradição de bravura a tomara respeitada em todo o Estado. Era quase um tabu. A de São Paulo, embora mantida sob a vigilância do comando da 2ª Região Militar, desde a aventura constitucionalista, era considerada e acatada. As de Pernambuco, Estado do Rio, Minas Gerais tinham uma tradição de feitos heróicos na Independência e na República. E outras tantas, outros tantos motivos e direitos de continuar a existir. Antes de as reduzir ou extinguir, era necessário pensar, meditar e pesar". (Alzira Vargas do Amaral Peixoto: *op. cit.*, p. 261).

⁶⁹ "As negociações para instalar a indústria siderúrgica receberam renovado impulso. As empresas particulares norte-americanas, para não perderem um mercado certo, negacearam sua colaboração, propondo estudos e esquemas inexecutáveis". (*Idem*, p. 378).

⁷⁰ Lourival Fontes: *Política, Petróleo e População*, Rio de Janeiro, p. 28. O autor aduz, adiante: "Os sindicatos não elegem líderes, não defendem causas e reivindicações, não têm audiência ou voto nas disputas trabalhistas, porque acima deles há uma superposição arbitrária contra a eleição, a greve ou a justiça. Não escapam à onipotência dos escaninhos ministeriais, à fúria das delações secretas e à onisciência do fichário policial. A censura, o impedimento, a intriga e a perseguição não permitem a escolha dos mais úteis e dos mais capazes". (*Idem*, p. 28).

⁷¹ Uma testemunha insuspeita dirá: "Não será com a galvanização do cadáver insepulto do integralismo que se poderá deter o prestígio comunista.

Não será com celebração espetacular edípiana dos mortos de 27 de novembro que se lutará contra as forças inimigas da democracia, desde que, intencionalmente, se olvidam os que pereceram lutando contra o *putsch* fascista de 10 de maio". (Juraci Magalhães: *Minha Vida Pública na Bahia*, Rio de Janeiro, 1957, p. 184).

- ⁷² "Entre nós também funcionou, ao tempo do governo ditatorial uma entidade policial similar, em tudo, à *Gestapo* idealizada e posta a funcionar por Hitler e seus asseclas." (...) "Sua finalidade precípua era vigiar e espiar os homens públicos do país, civis e militares, mesmo os que colaboravam intimamente com a ditadura. Ninguém escapava à sua ação." (...) "O pessoal do Quadro Móvel era constituído por efetivos e extranumerários. Os primeiros eram escolhidos entre detetives e investigadores que mereciam a confiança do chefe do Quadro Móvel, que se tinham destacado por atos de arbítrio e de violência. Os segundos eram nomeados em portarias reservadas e escolhidos entre amigos, protegidos e apadrinhados do chefe de polícia. Os últimos atingiam a milhares e eram pagos pela verba secreta que não era controlada por ninguém. Como não apareciam na Polícia Central indo, apenas, às filiais onde estavam lotados, eram denominados por *invisíveis*. Os *invisíveis* espalhavam-se por toda a cidade. Nos bondes, ônibus, botequins, bares, restaurantes, cinemas, teatros, feiras, repartições públicas, filas, boates, cabarés, *dancings*, cassinos, pontos de embarque e desembarque, escolas, praças de esporte, nas salas em que se faziam conferências, nas reuniões dos sindicatos e associações culturais, praias de banho, sempre estava um *invisível*. Ouvia as conversações, anotava as piadas, registrava os boatos, tomava nota dos comentários. Fingindo que estava lendo ou cochilando, o *invisível* estava sempre de ouvidos atentos. Do que ouvia ou sabia fazia um *relatório* que, depois de lido, era transferido para as fichas individuais. Os *relatórios* eram pagos segundo a importância da comunicação ou valor da pessoa referida: Sem a menor indagação, abria-se no arquivo do Quadro Móvel a ficha de um cidadão que ignorava o que estava sendo feito a seu respeito. Somente mais tarde, quando necessitava de um atestado de ideologia, visar seu passaporte ou tomar posse de um cargo qualquer é que vinha a saber que era inimigo do regime! Na rua do Costa, 84, sobrado, estavam o arquivo secreto e as cinco mesas telefônicas da censura. Eram duas interurbanas e três urbanas. Por meio delas, os elementos do Quadro Móvel, especializados, ouviam e gravavam as conversas entre políticos e militares. Nem o ditador escapava a esse controle. O mesmo acontecia com o ministro da Guerra, na ocasião o general Dutra. O arquivo de gravações era enorme. Havia

também a censura epistolar. Junto aos Correios, funcionava uma turma de *invisíveis* que recolhia as cartas dirigidas aos *suspeitos*, entre os quais encontravam-se elementos do próprio governo". ("O homem que sabe demais - Dos Arquivos Privados do ex-Diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas da Polícia Civil do Rio - Também tivemos *Gestapo*", in: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28.6.1963).

⁷³ O autor reserva para as *Memórias de um Soldado*, os fatos de que foi testemunha, com documentos de seu arquivo.

⁷⁴ "E aqui posso acrescentar: fui testemunha dos processos empregados com maçaricos, com que arrancavam as solas dos pés dos presos. Isto se fez na Polícia Central, ainda em 1940, quando se deu, no Rio de Janeiro, a prisão de cento e tantas pessoas, que tiveram de sofrer as mesmas torturas. Já em 1946, conheci um marinheiro de nome Faustino, que não tinha uma parte das nádegas; esta havia sido arrancada através de processos especiais empregados pela polícia." (...) "O processo adotado era esse: arrancar os cabelos do corpo com alicates, além de outros processos que nos deixam de cabelos arrepiados, como o que usavam com as senhoras. Isso a polícia fez no caso da companheira de um militante que havia sido preso, Sebastião Francisco; essa senhora acabou por suicidar-se, depois de ter sido submetida a semelhante processo de tortura." (...) "Em outubro de 1940, quando cheguei de São Paulo, e fui alojado na Seção dos Militares do Presídio do Distrito Federal, pude entrar em contato com todos os presos que haviam passado pela Polícia Central. O espetáculo era dos mais terríveis; uns chegavam queimados, outros com equimoses produzidas pelos espancamentos com canos de borracha." (...) "Havia o processo dos *adelfis*, que era enfiar um estilete de taquara ou um alfinete por debaixo das unhas. Havia também a *americana*, que consistia em fazer permanecer de pé o preso, com uma máscara afivelada ao rosto e sem poder respirar. Havia, ainda, o processo das esponjas com mostarda aplicados às senhoras. Espancavam-se até crianças, como foi o caso da filha de Antônio Xavier, presa com a mãe, em 1940, e submetida a terríveis torturas. (...) O SR. JOSÉ CRISPIM - Recorda-se também o nobre colega se havia na Polícia Especial. um oficial de Marinha, que dirigia pessoalmente os espancamentos de marinheiros? O SR. CARLOS MARIGHELLA - Sim; era o capitão Lúcio Meira, que não só interrogava os presos e os espancava ou mandava espancar, como dirigia, por fora, todos os trabalhos, determinando quais os marinheiros que deviam ser presos. Posso citar o caso, que se deu em 1936-37, do marinheiro Freitas, preso e terrivelmente espancado e que, sabendo que sua família estava em difíceis condições de vida, não teve outro recurso senão lançar mão de

uma gilete para cortar os pulsos. Conseguimos evitá-lo daquela vez, como também da segunda, em que tentou contra a vida com um caco de garrafa, mas finalmente suicidou-se numa enfermaria, enforcando-se com um lençol. O SR. JOSÉ CRISPIM: - É verdade que, na ilha Grande, também se deu o suicídio de um tuberculoso? O SR. CARLOS MARIGHELLA - Sim; chamava-se José Ferreira. Além desses, há os que a polícia assassinou, como o caso de João Rabelo, que foi atirado, no largo do Pedregulho, de um automóvel conduzido por policiais, e dado como suicídio. Há, ainda, o caso de Jofre Alonso da Costa, que a polícia matou, numa diligência, atuando contra a casa onde se encontrava". (Documentos referidos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Atos Delituosos da Ditadura).

- ⁷⁵ "Viajei de avião para Washington. Ao chegar, informaram-me que o governo havia decretado várias medidas, visando o controle das radiocomunicações e de todos os meios de publicidade radiofônica. Na Embaixada, não consegui melhorar o estoque das informações que me interessavam. Na entrevista e longa conversa que, no mesmo dia, tive com o gen. Amaro Bittencourt, as coisas correram de modo diferente. O general começou confessando que eu viera caído do céu. Estava atravessando uma situação constrangedora e resolvido mesmo a vir ao Brasil. Havia conseguido junto ao gen. Marshall, chefe do Estado-Maior, uma posição de confiança a que precisava corresponder. Marshall punha-o ao corrente da preparação militar dos Estados Unidos, o estudo de providências que eram fundamentais aos planos estratégicos. Ele fizera diversos relatórios secretos e os enviara ao nosso governo. Mas nada lhe respondiam e não sabia mais o que fazer quando lhe pediam notícias a respeito. E havia um ponto que considerava delicadíssimo e urgente - o aproveitamento e instalação de bases aéreas no Nordeste. E ponderava, visivelmente apreensivo: 'Essa parte é fundamental na nossa cooperação militar. Está prevista de modo definitivo. É tão séria que, se nós falharmos, os Estados Unidos irão ao extremo de instalar e utilizar essas bases mesmo pela força. O presidente precisa saber disso com urgência. Informe-o de viva voz, como se falasse por mim.' No dia seguinte transferi-me para Miami e ali tomei o avião da Pan-American de regresso ao Rio." (Luís Vergara: *op. cit.*, pp. 169-170).
- ⁷⁶ Embarcando tropas em navios mercantes e de passageiros, o Ministério da Guerra assumiu graves responsabilidades. Foi essa, ao tempo, entretanto, a norma: os torpedeamentos de 1942 fizeram vítimas, indistintamente, a militares e civis.
- ⁷⁷ "No dia 25 de outubro, vieram dizer-me de fonte segura que os generais estavam em reunião permanente no Ministério da Guerra. Após as au-

diências do Catete, transféri-me para o Guanabara. Dei ao presidente a informação e ele a confirmou: - 'Os generais estão mesmo reunidos e conspirando sob a chefia do Góis.' Mostrei-me alarmado e não escondi que julgava a situação de extrema gravidade. Ele concordou, com absoluta calma". (Luís Vergara: *op. cit.*, p. 175) (...) "Às últimas horas da tarde do dia 29, o gen. Dutra apareceu no Palácio Guanabara. Queria avistar-se com o presidente. Anunciei-o e foi logo recebido. Demorou-se uma meia hora. Assim que o vi sair dirigi-me ao gabinete. Encontrei o presidente passeando com o semblante fechado -, sinal de contrariedade. Como de costume, procurei evitar o tom dramático e indaguei se já estávamos com a tempestade à vista. Respondeu-me que era isso mesmo. À vista, e Dutra vinha anunciá-la. Contou-me que a missão de Dutra fora de conciliação. Viera preveni-lo de que os generais haviam resolvido não deixar o Bejo empossar-se de maneira nenhuma. Nessas condições, achava que se o presidente tornasse sem efeito a nomeação, o caso ficaria encerrado. Ele se propunha a acertar as coisas nesse sentido e Góis estava de pleno acordo. Indaguei, então, qual havia sido a sua resposta e ele me declarou, sem demonstrar alteração na voz, que dissera não estar disposto a atender a essa exigência, porque julgava que se, como chefe do governo, não tinha mais autoridade para nomear o seu chefe de polícia, que era cargo de confiança e ainda mais tratando-se de seu próprio irmão, também não a tinha para continuar governando o país". (*Idem*, p. 180) (...) "Lá pelas 9 horas da noite, apareceu o gen. Oswaldo Cordeiro de parias. Desejava falar com urgência ao presidente. Esperou uns minutos até que ele voltasse ao gabinete próximo à Secretaria e foi levado à sua presença. Cordeiro vinha como representante dos generais e apresentou ao presidente, após rápidas explicações, uma minuta de declaração de renúncia. O presidente chamou-me e mandou-me datilografá-la em papel de uso da Presidência." (...) "O presidente veio até nós e enfrentando o gen. Alcio de sobrececho carregado, perguntou-lhe o que vinha fazer e o que desejava. Eu tomei a palavra e disse ao presidente que já havíamos nos entendido e dado ao general as informações que pedira. O presidente, mal eu terminei de falar, mantendo-se na mesma atitude, declarou ao general: 'Aqui ainda sou eu que mando. Portanto, retire-se porque a sua presença é indesejável'. Inibido, o gen. Alcio não pronunciou palavra". (*Idem*, p. 189) (...) No livro de Vergara, figura uma carta de Vargas, de 27 de novembro de 1945, em que este trecho é expressivo: "Os heróis da masorca que procuram vangloriar-se de seus feitos em discursos e entrevistas, estão realmente em crise de medo como afirmas. Creio, porém, que esse medo não é tanto de mim.

Com o tempo vou me transformando num fantasma histórico, portanto, inofensivo. O medo desses generais é da prestação de contas a essas novas gerações de militares a quem iludiram, faltando com a verdade."

- ⁷⁸ "Depois de algumas voltas, os *tiras* conseguiram localizar Lafaiete, que seguia pela rua João Torquato. Cairam sobre ele como feras e, dentro da camioneta, o espancaram a pontapés e coronhada. Por ordem de Charles Borer a camioneta seguiu para a avenida Brasil, parando à encruzilhada desta com a estrada da Ilha do Governador. Um lugar ermo, adequado para o monstruoso crime. Já de mãos amarradas, foram os dois presos lançados ao chão. Os *tiras* continuaram a espancá-los. Depois, passaram a feri-los com punhais, divertindo-se com o sangue que corria. Finalmente, liquidaram-nos pelas costas com 6 tiros de revólver. Ao mesmo tempo, Charles Borer recomendava: "Não deixem pista!" Como João Trindade, depois de fuzilado, ainda fizesse algum movimento, foi mais uma vez baleado." (...) "Com a intenção de desorientar quaisquer pesquisas futuras, voltaram os assassinos policiais ao local do crime. Estranharam a ausência de Trindade, mas levaram Lafaiete, talvez ainda vivo, para Patada de Lucas, onde acabaram de matá-lo com dois tiros". (*O Assassínio do Patriota Lafaiete Fonseca*, Rio de Janeiro, 1950, pp. 6 e 8). Era chefe de polícia, então, o general Antônio José de Lima Câmara. (...) "Haveria personagens de segunda e terceira ordem, juizes, delegados, testemunhas, *tiras* e espancadores, bem como outros comparsas, simples figurantes. Os empresários norte-americanos - como o chefe deles, na época, Mullins Jr. - ficariam, como sempre, por detrás dos bastidores, puxando os cordéis dos mamulengos. A vítima que ingenuamente pensavam imolar era Agilberto Vieira de Azevedo." (...) "Sequestrado, vai Agilberto sofrer espancamentos e torturas por que nunca passara antes um oficial de nossas Forças Armadas. No pátio do quartel da 2ª Base Aérea é brutalmente espancado, até perder os sentidos, diante da tropa formada". (*A Luta do capitão Agilberto Vieira de Azevedo*, Rio de Janeiro, 1950, p. 11) (...) "Todos se recordam da chacina do praça Floriano, naquele ano, por ocasião da qual o povo foi agredido, na presença de três generais, ao pé da estátua do Marechal de Ferro, quando o general Carnaúba, nosso presidente em exercício, saudava a memória de Floriano, após o encerramento da sessão inaugural do Congresso". (*Cadernos de Emancipação-Libertação Econômica*, Rio de Janeiro, 1952, p. 25). O fato ocorreu em 1948. Os três fatos são apenas amostras da generalizada arbitrariedade então vigente.

- ⁷⁹ "O requerente foi registrado candidato a representante do Distrito Federal no Senado, pelo Partido Comunista do Brasil, então, para tanto

devida e legalmente credenciado perante o Superior Tribunal Eleitoral. Assim concorreu às eleições de 2 de dezembro de 1945, como é notório, havendo sido o senador mais votado na capital da República, com um total de cerca de 157 mil votos. Seu Partido, o maior Partido no Distrito Federal nas últimas eleições, obteve, então, 90 mil votos, o que vale dizer haver sido o requerente votado por eleitores de outros partidos, dos quais recebeu perto de 70 mil votos. Participou da Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, do Senado Federal, regularmente cumprindo o mandato do povo desta cidade. Em 7 de maio de 1947, o Superior Tribunal Eleitoral, por uma maioria eventual de 3 votos a 2, considerou incompatível com o artigo 141 § 13 da Constituição a existência de um Partido Comunista do Brasil, cancelando, em consequência, seu registro eleitoral. Dessa decisão, que é um erro judiciário desses que ficarão na história para vergonha dos homens do direito, recorreu o Partido Comunista do Brasil a esse Colendo Supremo Tribunal Federal, que, se não teve ainda ensejo de proferir seu julgamento em causa de tal transcendência, é porque o processo se vem arrastando em protelações intencionais, para evitar o rápido decidir dessa Alta Corte. Cancelado o registro do Partido Comunista do Brasil, não poderia a reação se deter em meio ao despenhadeiro para a ditadura, em que já vivemos tantos anos, por desgraça nossa e para vexame da consciência jurídica nacional, particularmente desse Tribunal excelso, tantas vezes por ela atingido em sua majestade. Assim, depois da tentativa frustrada perante o próprio TSE, surgiu o chamado projeto Ivo d'Aquino, visando cassar os mandatos dos comunistas eleitos pelo povo, livremente, às diversas assembleias do país. Transformado em lei e em cumprimento ao seu artigo 2º, a mesa do Senado, por ato de 11 do corrente, considerou extinto o mandato do requerente." (...) "Quando se escrever a história desses dias tumultuados, desse Consulado do general Dutra, quando se falar da justiça eleitoral, particularmente em sua instância superior, sobre eles poderemos repetir o pensamento de Virgílio de Lemos sobre Tobias Barreto: 'Na planície da justiça eleitoral brasileira, Sá Filho e Ribeiro da Costa são montanhas altaneiras cuja frente emerge no azul profundo do céu'. Expulsar Prestes do Senado, com o voto de Filinto Müller, implicado em espionagem pelo Eixo, como foi denunciado do Supremo Tribunal Militar pelo saudoso general Manoel Rabêlo!" (Sinval Palmeira: *Em defesa do mandato de Prestes*, Rio de Janeiro, 1948, pp. 34 e 24).

⁸⁰ "Centenas de oficiais do Exército, fiéis às tradições democráticas de nossas Forças Armadas, trouxeram publicamente seu apoio à campanha. A

21 de Junho de 1948, em telegrama ao general Estillac Leal, então comandante da 3ª Região Militar, 54 oficiais da guarnição de Santa Maria pronunciaram-se a favor do monopólio estatal. A estes se seguiram 122 oficiais-alunos e 15 professores da Escola Técnica do Exército. Mais outros 245 oficiais da 1ª Região Militar também se manifestaram, em telegrama coletivo. O Clube Militar, como não podia deixar de ser, participou da cruzada". (*Libertação Económica op. cit.*, p. 16).

- ⁸¹ Trabalho fundamental para o conhecimento do ambiente e do funcionamento da assembleia que elaborou a Constituição de 1946 é o de Osny Duarte Pereira: *Que é a Constituição?*, Rio de Janeiro, 1964, ricamente documentado e rigorosamente apoiado na seriação dos fatos. É livro que amplia consideravelmente e particulariza as informações contidas no anterior, do mesmo autor: *Quem faz as leis no Brasil?*, Rio de Janeiro, 1963.
- ⁸² Osny Duarte Pereira: *Que é a Constituição?* Rio de Janeiro, 1964, p. 61.
- ⁸³ *Idem*, p. 65.
- ⁸⁴ *Idem*, p. 66.
- ⁸⁵ *Idem*, p. 199.
- ⁸⁶ *Idem*, p. 225.
- ⁸⁷ *Idem*, p. 226.
- ⁸⁸ *Idem*, p. 227.
- ⁸⁹ Deve-se a descoberta de petróleo no Brasil à pertinácia de alguns pioneiros, entre os quais se distinguiu Oscar Cordeiro, cuja odisseia demandaria um volume para ser contada. O ponto decisivo dessa odisseia está na resposta que recebeu do então ministro da Agricultura, Juarez Távora, ao apelar para ele no sentido de que mandasse realizar pesquisas no Recôncavo baiano. Juarez, chefe revolucionário de grande prestígio, poderia ter rompido o bloqueio e estabelecido novas condições para o andamento do problema. Preferiu justamente a decisão oposta e respondeu ao apelo de Oscar Cordeiro nos termos seguintes: "Ministério da Agricultura - (gabinete do ministro) - Rio de Janeiro, 14 de maio de 1934 - Ilmo. sr. Oscar Cordeiro - Em resposta à vossa carta de 8 do corrente, informo-vos que a opinião do geólogo Victor Copenheim é a opinião dos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral e pode ser resumida como está no ofício que vos dirigiu o diretor desse departamento. Outra opinião não terá este Ministério que não seja a de seus técnicos, que estudaram suficientemente o assunto que vos interessa. Atenciosas saudações Juarez Távora." Assim, o sr. Távora, entre os técnicos estrangeiros e o denodado brasileiro ficou com os primeiros e cometeu esse erro palmar. Erro a que se aferrou, ao longo de toda a sua atividade.

- ⁹⁰ Câmara dos Deputados: "Estatuto do Petróleo", Rio de Janeiro, 1950, p. 5.
- ⁹¹ Câmara dos Deputados: "Estatuto do Petróleo", Rio de Janeiro, 1950, p. 9.
- ⁹² *Idem*, p. 10.
- ⁹³ Um juízo sobre o consulado militar: "Um governo que deveria ficar caracterizado pelos intelectuais - e para vergonha e anátema de quem nele ocupou cargos e posições - como o mais violento, o mais grosseiro e o mais desonesto de todos os governos republicanos". (Álvaro Lins: *Os mortos de sobrecasaca*, Rio de Janeiro, 1963, p. 451).
- ⁹⁴ "Já havia organizado quase todo o material quando o presidente me disse que pretendia fazer o primeiro comício na Bahia e o assunto a tratar teria de ser o petróleo. Recomendou-me que examinasse o esboço do discurso que alguém lhe havia oferecido. Não o lera, mas talvez fosse aproveitável. Verifiquei logo que a orientação do trabalho estava em contradição flagrante com os rumos que o presidente vinha dando de longa data à política petrolífera. Pedi à Alzira para chamá-lo e mostrei-lhe que o esboço não me parecia aproveitável. Representava uma verdadeira 'virada' nos rumos por ele assentados e obedecia a uma linha claramente 'entreguista'. Perguntei se poderíamos identificar o autor da 'encomenda'. Respondeu negativamente. Não se lembrava como lhe viera às mãos. Mas, acrescentou, não valia a pena perder tempo com tais indagações. Era preciso elaborar logo o discurso. Eu devia redigi-lo coerentemente, reafirmando os seus pontos de vista por mim bem conhecidos. E nada de meias palavras. Declarar, sem deixar dúvida, que o petróleo e a sua exploração constituiriam monopólio estatal". (Luís Vergara: *op. cit.*, p. 218).
- ⁹⁵ É interessante lembrar esse balanço, publicado no nº 103, de janeiro de 1950, sob o título "Comentários à Margem do Anteprojeto de Estatuto do Petróleo", com os juízos de que era "contrário aos interesses nacionais", possibilitando e até preparando "a entrega pura e simples de nossas riquezas aos grandes monopólios internacionais", acusando a Standard Oil de haver colaborado na elaboração do referido anteprojeto, "através de seus enviados Curtis e Hoover Jr.". A introdução histórica merece ser destacada, também: começa lembrando que a Constituição de 1891 dispunha que "as minas pertencem aos proprietários do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei, a bem da exploração desse ramo da indústria", dispositivo natural num país em que o capitalismo era ainda débil, com predomínio latifundiário. Assinala que a indústria começou a crescer, aqui, durante a Primeira Guerra Mundial, surgindo a necessidade de rever aquele dispositivo constitucional, e aparecendo a lei nº 4625, de 15.1.1921 que, embora colocasse limites à interferência dos poderes públicos em pro-

blema que se julgava dever continuar no domínio da iniciativa privada, buscava coibir "os exageros de um individualismo golpeador da indústria mineira". Em 1927, o governo do Estado de São Paulo procurara impulsionar as pesquisas, faltando-lhe o amparo do governo federal. No Ministério da Agricultura, o Serviço Geológico e, depois, o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, seguia política de "não explorar nem permitir que se explore o petróleo" a que se referiria Monteiro Lobato. Pesquisas dispersas começam a assinalar a existência de petróleo. Depois da Revolução de 1930, cresce o interesse e cresce a ação dos monopólios externos, que investigam o território brasileiro: Gestar Grossmann relata que "dada sua área, a quantidade de petróleo do Brasil talvez seja maior do que a de qualquer outro país do mundo"; Koeller, técnico da Standard Oil, confessaria a Lobato que descobrira, em quatro anos de pesquisas, 12 estruturas petrolíferas. Os monopólios organizam, então, as companhias mistas, "sociedades brasileiras", reservando-se as melhores áreas. Mas não fazem sondagens: dois técnicos da Standard Oil, Victor Oppenheim e Mark Malamphy, instalados no Departamento de Pesquisas Minerais do Ministério da Agricultura, desde 1933, bloqueiam as iniciativas, na missão de "conservar o Brasil em estado de escravidão petrolífera". Aparece a Constituição de 1934 dispondo, no art. 119, § 1º "As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil..." Surge, em medida, a lei de 20.7.1934, inaugurando o domínio da União sobre as minas e jazidas; o art. 5º prescrevia: "As jazidas conhecidas pertencem aos proprietários do solo onde se encontram, ou a quem for por legítimo título; § 1º - As jazidas desconhecidas, quando descobertas, serão incorporadas ao patrimônio da Nação, como propriedade imprescritível e inalienável. § 2º - Só serão consideradas conhecidas, para efeito deste Código, as jazidas que forem manifestadas ao poder público, na forma e prazo prescritos". O Código de Minas traduzia, assim, o sentido nacionalista do Tenentismo; o aparelho estatal de registro, entretanto, estava nas mãos de Oppenheim e Malamphy: o petróleo nacional ficaria guardado e as importações em ascensão; Oscar Cordeiro, Monteiro Lobato e Edson de Carvalho sofreram as consequências de sua audácia, querendo encontrar petróleo. Começava a agitar-se a opinião pública, entretanto. Surgia a Constituição de 1937, dispondo, no art. 143: "As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal".

E feria os trustes, em seu § 1º "A autorização só poderá ser concedida a brasileiros ou a empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração ou participação nos lucros". Surgia, agora, a opinião militar, com a aprovação, em 1938, da tese do general Horta Barbosa, então subchefe do Estado-Maior do Exército, e uma série de decretos-leis: nº 366, de 11.4.1938, ampliando aos gases naturais o Código de Minas; nº 395, de 29.4.1938, criando o Conselho Nacional do Petróleo; nº 538, de 7.7.1938, regulando as atribuições deste; concluindo, em 24 de abril de 1939, com a legislação sobre lavra de jazidas de petróleo e gases naturais e fundamentalmente, desapropriando as terras adquiridas pelos trustes e intensificando o Estado as pesquisas, com os poucos recursos então disponíveis. Ficavam com os trustes, ainda, a refinação, o transporte e a distribuição. Em 1943, Horta Barbosa era forçado a deixar o CNP. Surge a guerra. Com o golpe de outubro de 1945, parece que os trustes ganharão a luta. É a Constituição de 1946 lhes dá a primeira vitória: em seu artigo 143, a situação é reposta no marco de 1934, reabrindo a exploração de nossas jazidas "a brasileiros ou a empresas organizadas no país". E já em 6 de maio de 1945, a nova direção do CNP. propunha a modificação da legislação nacionalista de Horta Barbosa, no sentido de permitir livre acesso aos capitais- estrangeiros em nossas jazidas, sugerindo justamente aquelas alterações que o texto constitucional recolheu. Bernardes denunciara, na Câmara, que "um dos trustes internacionais mandou emissário especial ao Brasil para ver se conseguia, na Constituição, que companhias estrangeiras pudessem explorar o nosso petróleo, como se o nosso regime estivesse por-dre ou fossemos um país semiperdido", e que o "emissário informou, com grande antecipação do texto que deveria ser submetido à Constituinte". Era apenas o início: faltavam as leis ordinárias para regulamentação do problema. Segundo o *Time* de 26 de abril de 1948, era essa a missão do embaixador Pawley, então enviado para o Brasil, preparar essa legislação. Assim que ele saiu do país, realmente, apareceu no Congresso o anteprojeto de Estatuto do Petróleo.

⁹⁶ Juarez Távora: *O Problema Brasileiro do Petróleo. Ensaio de Solução Objetiva*, Rio de Janeiro, 1948. Trata-se de folheto, publicado pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, contendo conferência pronunciada no Clube Naval, em 16 de setembro de 1947. A essência da posição do autor está na conceituação seguinte: "dentro do espírito de cooperação continental que comanda, cada vez mais, as relações entre os povos da América, devemos fazer da exploração de nosso petróleo não um negócio regido por exclusivismos nacionalistas, mas um poderoso e

nobre instrumento, ao mesmo tempo de impulsão de nossa economia e de reforço da segurança continental" (p. 17). O petróleo, para ele, deveria ser entregue aos trustes, para a defesa contra "a ameaça comunista".

- ⁹⁷ O Instituto Brasileiro de Geopolítica reuniu-se, em fins de 1949, para tomar conhecimento do problema, quando o projeto foi combatido pelo coronel Jaguaribe de Matos, sendo constituída comissão para dar parecer a respeito, integrada pelo major-brigadeiro Lísias Rodrigues e outros oficiais. Esse parecer foi veementemente contrário ao projeto. Em 21 de abril de 1948, foi fundado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, em que se integrava muitos oficiais das Forças Armadas, entre os quais vários dos mais destacados chefes militares na reserva. Tais associações, e o CEDPEN com destaque absoluto, tiveram atuação importante, a cada tentativa de assalto à soberania e à riqueza nacional. Ao vencerem as eleições no Clube Militar, os nacionalistas alinhavam essa instituição entre as que, congregando militares, opunham barreira à penetração imperialista. Isso motivou o desespero de seus agentes internos.
- ⁹⁸ Logo em seu artigo 1º, o anteprojeto dispunha que "a todo estrangeiro, pessoa física ou jurídica, é assegurado o direito (o grifo é nosso) de fazer entrar seus capitais no território nacional, aplicando-os em bens e empreendimentos cuja propriedade ou controle não lhe seja vedada pela Constituição, e de retirá-los, livremente, com os benefícios (lucros) auferidos no país." Instituiu o anteprojeto a discriminação dos investimentos estrangeiros em *comuns* e *favorecidos*, incluindo entre estes, para gozo de favores especiais, a "pesquisa, lavra, industrialização e distribuição de combustíveis", a "instalação, ampliação ou aperfeiçoamento de usinas hidrelétricas", o "transporte e distribuição de energia elétrica" e a "industrialização dos produtos de atividades minerais", vale dizer tudo o que é fundamental à economia do país. O pior, porém, estava no art. 7º, segundo o qual as regalias a serem concedidas aos "investimentos favorecidos" constariam de "contratos especiais em que serão parte o investidor estrangeiro e a Sumoc ou a entidade a que venham a ser atribuídas as suas funções". No parágrafo único deste artigo, inauditamente, ficava estabelecido que, "mediante simples instrumento contratual", podiam ser outorgados a empresas estrangeiras privilégios como "o favorecimento cambial ou comercial" e a "garantia de mercado por prazo certo". Era a venda do Brasil, total, absoluta, integral, documentada, legalizada: nunca se imaginou, aqui, instrumento tão amplo, tão claro, tão preciso de entrega das riquezas nacionais. O consulado militar trabalhava rápido e bem, no cumprimento de sua tarefa específica.

⁹⁹ Exemplo, e só um, de como a imprensa via os vencimentos dos militares, aumentados em consequência da luta dirigida pelo Clube Militar: "Foi por motivo da falta de articulação entre o governo e o Congresso que se aprovaram as leis de abono, as reestruturações de quadros, as criações de serviços dispensáveis e de cargos inúteis, os créditos de favor e esse incrível Código de Vantagens dos Militares, que coloca o atual governo entre a cruz das dificuldades financeiras e a 'espada das reivindicações intolerantes e opressoras'". *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1.4.1951.

¹⁰⁰ Artigo do major Tácito Livio Reis de Freitas, um dos membros da diretoria eleita transferidos para guarnição longínqua pelo consulado militar pelo crime de defender os interesses do Brasil.

¹⁰¹ O editorial comenta conhecido episódio ocorrido em escola de formação e aperfeiçoamento de oficiais: "Procurariam, (os inimigos do Brasil) mesmo sem encontrar eco, fazer de nossa associação e de seu órgão oficial tribunas de onde pudessem lançar, aos quatro ventos, conselhos idênticos àquele que nossos colegas aviadores ouviram, há pouco, de um intoxicado companheiro, instrutor brasileiro, numa escola de aperfeiçoamento de oficiais da Aeronáutica, quando, em plena aula, procurava um aluno manifestar, com fundamento na realidade nacional, as suas restrições à utilização, entre nós, de determinadas técnicas ou processos puramente norte-americanos: "Velhõ, esquece o Brasil!"

¹⁰² O jornal carioca *Última Hora*, órgão oficioso, publicava, em sua edição de 19.4.1951: "Estão sendo feitas sondagens junto ao governo brasileiro para o envio de tropas para a Europa, que ali ficariam sob o comando do general Eisenhower. Essas tropas - adiantam os nossos informantes - seriam deslocadas para qualquer parte do continente e mesmo fora do continente, caso se tornasse preciso." (...) "Em fontes ligadas ao Estado-Maior Geral das Forças Armadas, a notícia de *Última Hora* obteve plena confirmação. É verdadeira a nota do jornal, informaram-nos lá, acrescentando a mesma fonte digna de crédito: - A questão está em estudo. E o esforço pela desnacionalização das nossas Forças Armadas prosseguia, intensamente, e por todos os meios e caminhos e fórmulas. Aumentava o número de oficiais brasileiros chamados a cursar escolas americanas, e o número de oficiais americanos instalados nas escolas brasileiras de oficiais, instruindo, dando rumos, enquanto o reequipamento das Forças Armadas, antes procurado na Europa, era atendido pelos Estados Unidos, agora, mas mediante condições políticas que pesavam até sobre o uso do armamento vendido. Estávamos, entretanto, pagando ainda, dólar a dólar, o equipamento utilizado pela Força Expedicionária Brasileira nos

campos de batalha da Europa, quando do último conflito mundial, armamento que os ingênuos sempre supunham ter sido cedido gratuitamente ao nosso país.

¹⁰³ “Quanto à luta pela defesa do petróleo, a história ainda não foi completamente contada. Começou no Conselho Federal de Comércio Exterior, quando se tratou da criação do Conselho Nacional de Petróleo e a ‘curiosidade’ das companhias estrangeiras tornou-se tão intensa e agressiva que foi preciso cercar os estudos para a criação do Conselho e legislação correspondente ao seu funcionamento, de providências sigilosas as mais completas, a fim de evitar a intromissão de interesses contrários em franca atividade sabotadora.” (...) “Daí em diante o pressionamento dos trustes foi continuado e incansável. Antes viviam proclamando que o Brasil não tinha petróleo e fingiam acreditar em semelhante patranha. Mas quando viram que o petróleo existia no nosso subsolo, movimentaram-se para impedir que o extraíssemos e o explorássemos. Getúlio Vargas foi submetido a toda sorte de pressões: políticas, econômicas e financeiras. Faziam saber, por todas as formas, que se desistíssemos dos nossos planos nacionalizadores tudo nos seria facilitado. E ainda hoje essa tática, compressoramente não cessou. Vargas resistiu a todos os cercos. Até mesmo se chegou a pretender envolvê-lo numa cilada galante, dessas que tentam e afundam tantos homens públicos de moral periclitante e difusa”. (Luís Vergara: *op. cit.*, p. 241).

¹⁰⁴ Trecho do discurso de Vargas, em 31.12.1951: “Fala-se muito em colaboração do Brasil, em solidariedade americana, já não digo para defesa do continente, mas para defesa da própria democracia. Está certo. Não o negamos. Mas não se deve exigir do Brasil colaboração e sacrifício, distribuindo aos outros os benefícios. Temos importantes e urgentes problemas a resolver. O petróleo é um deles. Se desejam a nossa cooperação eficiente, devem, primeiramente auxiliar-nos a conseguir a solução, de acordo com os interesses brasileiros atendendo-os de preferência. Não nos opomos, como se costuma insinuar, à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham. Somos contrários, sim, a entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas, ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital monopolista. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue a interesses estranhos: deve ser explorado por brasileiros com organizações predominantemente brasileiras e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado, evitando-se desse modo a penetração sub-reptícia de monopólios

ameaçadores." (...) "Já disse e repito solenemente que quem entrega o seu petróleo aliena a sua própria independência. O petróleo não pode escapar ao controle econômico do Estado, para que não se comprometa nossa soberania política".

¹⁰⁵ In: *Revista do Clube Militar*, nº 117, Rio de Janeiro, 1952.

¹⁰⁶ Parecer publicado na *Revista do Clube Militar*, nº 120, de março, abril, maio de 1952, último sob a direção nacionalista.

¹⁰⁷ Entrevista a *O Mundo*, Rio de Janeiro, 31.3.1952.

¹⁰⁸ Na mesma linha, e com grande objetividade, o almirante Juvenal Greenhalg, diretor da Engenharia Naval, falava a *O Mundo*, em 16.12.1951: "Para termos o poder marítimo de que necessitamos e Marinha *realmente nacional*, precisamos, não só ter as guarnições nacionais, mas nacionalizar os navios e os conhecimentos.

¹⁰⁹ *Diária de Notícias*, Rio de Janeiro, 6.11.1952.

¹¹⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15.4.1952.

¹¹¹ Transcrição do *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, de 20. IV. 952.

¹¹² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13.4.1952

¹¹³ "José Pontes Tavares, civil, ex-marinheiro, preso no dia 13 de junho, por ordem do ministro da Marinha, prisão que foi efetuada por escolta constituída de soldados e oficiais da Marinha e do Exército, civis da polícia política e três americanos, foi ameaçado de morte, barbaramente espancado e amarrado no ato da prisão, e assim conduzido, sob mira de metralhadoras e outras armas, para a Polícia do Exército (PE). Na mesma noite foi entregue à Polícia Civil (DOPS), onde foi espancado barbaramente por mais de uma hora, levado nu para cela cheia de fezes cobertas com pó de serra. Esfregado nesses dejetos e forçado, em seguida, a ingerir uma dose cavalari de óleo de ricino." (...) "No dia 23, redobram-se os espancamentos e sevícias, sendo praticados consigo, à força, atos de pederastia, introdução no reto de cassete untado de pimenta, e de dedo, foi-lhe esfregado pimenta nos olhos, cuspiram-lhe dentro da boca, com um alicate puxaram-lhe o pênis, com um cano de borracha esmagaram-lhe os testículos." (...) "Esteve também preso em uma cela do Batalhão de Guardas (BG) onde foi espancado pelo capitão Adriano Freire, acompanhado de outros oficiais". Eliezer Bandeira de Aquino, ex-marinheiro, preso no dia 27 de maio a bordo do contratorpedeiro *Greenhalg*, por ordem do ministro da Marinha. "Conduzido para o 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (no Campinho, Madureira) foi lançado numa cela de 1,75m por 1m, úmida, sem luz e infecta. No dia 2 de junho, foi transferido para o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, onde foi espancado pelo

tenente Zenóbio, permaneceu ali até o dia 17 de junho encerrado em cela, quando foi levado para a Polícia Civil (Dops) já seriamente doente do estômago e com sinusite. Foi selvagemmente espancado e lançado à cela cheia de vermes e dejetos fecais. De instante a instante, jogavam-lhe água fria no corpo, aplicavam-lhe grandes doses de óleo de rícino, queimaduras de cigarros, pimenta nos olhos, na boca e nariz, introdução de cassete de borracha no ânus, ficando prostrado sem sentidos em consequência disso." (...) Enéas Menezes, ex-marinheiro, preso no dia 2 de março, por ordem do ministro da Marinha, na Quinta da Boa Vista, foi barbaramente espancado no ato da sua prisão. "Conduzido para o Presídio da Marinha, aí permanece incomunicável 35 dias. No dia 7 de abril é levado para a PE, onde foi espancado, e daí para o 1º RCG, onde foi novamente espancado." (...) Aribaldo de Oliveira, ex-segundo-sargento, preso no dia 25 de abril a bordo do contratorpedeiro *Acre*, por ordem do ministro da Marinha, pelo primeiro-tenente Lira, um cabo, dois soldados e um elemento da polícia civil. "Foi conduzido para sua residência, onde esses policiais, insultando a sua família, reviraram tudo. Daí foi para a PE, onde foi vítima de coações e ameaças. Na PE, presenciou a entrada de um civil preso, que hoje identifica como sendo o sr. Vitor Raimondi, que era conduzido aos socos e pontapés. Pela madrugada, foi conduzido para o 2º RI do Exército e jogado em uma cela, completamente despido, atendendo ali mesmo as suas necessidades fisiológicas." (...) "Assistiu ser retirado de uma dessas celas o taifeiro Clarindo Pereira Serpa, inchado e desfalecido, aparecendo, no outro dia, morto na calçada do referido quartel". (*Depoimentos Esclarecedores sobre os Processos dos Militares*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1953, p. 5-13, 1).

- ¹¹⁴ "Antônio Paulo Andreazzi, 3º sargento da FAB, preso em 14 de fevereiro de 1952, na Base Aérea de Natal, sob ameaças e levado a interrogatório." (...) "Entre os inquiridores, está o major Hipólito que tenta estrangulá-lo, não conseguindo levar até o fim seu intento porque houve intervenção de outros torturadores, inclusive do tira presente. Entre os presentes, estava o cel. cmt. do 16º RI." (...) "As mais variadas torturas têm lugar, praticadas pelos majores Hipólito e Sousa Mendes, cap. R. I. M. Pereira, ten. C. A. B. da Câmara e asp. Magalhães." (...) "Mantido sentado, ritmicamente, o major Hipólito dá na cabeça com uma caixa, o asp. Magalhães bate com uma régua nas orelhas, o cap. Ivan dá nas mãos e o ten. Câmara nos joelhos, por mais de 40 minutos." (...) Enéas de Oliveira Filho, 3º sargento da FAB, preso em serviço em 13 de fevereiro de 1952, é levado a interrogatório sob ameaça de torturas e transferido para o QG da 2ª Zona Aérea,

onde fica incomunicável." (...) "Com outros, é conduzido ao 16º RI, sob escolta e as mesmas ameaças do major Hipólito." (...) "Apesar de doente e com febre, no dia seguinte é novamente submetido a torturas, ameaças de morte e serve de alvo ao major Hipólito, que põe uma lata em sua cabeça e atira com um revólver, atravessando-a bem próximo à cabeça." (...) "Armando Pulis Gomes, 2º sargento da FAB, preso a 23 de fevereiro de 1952 na Base Aérea de Natal, onde servia, foi submetido a interrogatórios e ameaças, ficando preso até 19 de março, quando foi solto por força de *habeas-corpus*. Em 2 de junho é novamente preso, no mesmo local de trabalho." (...) "Entre as torturas morais e físicas suportou: cabeça raspada, empurrões, pescocões, espancamentos com cassetetes, pontapés, alvo para o major Hipólito, que lhe colocava uma lata na cabeça e atirava com uma pistola, forte lâmpada próximo aos olhos. Jogado e atirado num armário calafetado, imundo e cheio de fumaças." (...) "Lourenço Filipe, 2º sargento da FAB: tais foram os sofrimentos que, em 12, perdeu os sentidos. Em 16, voltou para o 16º RI. Novamente esteve entre a Base e o 16º RI sendo, em 28 de julho, definitivamente transferido para o Campo de Concentração da Base." (...) José Benjamin Sousa, 2º sargento da FAB: queimaram-lhe o corpo com ponta de cigarro, inclusive o ânus." (...) "Ficou 72 horas sem comer nem beber, sendo em seguida reconduzido ao 16º RI, onde a oficialidade, em sua maioria, tomou conhecimento de seu físico maltratado e ferido. O próprio oficial de dia, tenente Zamith, providenciou enfermeiro, porque o seu rosto estava sangrando." (...) "A Base Aérea de Natal transformara-se, realmente, em um verdadeiro Campo de Concentração. Ali se empregavam os métodos mais requintados de torturas: física, moral e psíquica, não faltando o mais baixo instinto da depravação humana. Ali foram construídas celas especiais, dentro de um bloco maciço de cimento armado, celas especiais de tortura, não faltando o clássico alto-falante para ajudar a enlouquecer os menos resistentes e para impedir que, fora daquele antro, a própria massa de oficiais, sargentos e praças pudessem tomar conhecimento do que em seu interior se passava. E, cercando tais dependências, um aramado especial compostos de metralhadoras e sentinelas reforçadas, tudo o que se considerou indispensável para criar um típico ambiente de terror nazista" (*idem*, pp. 21 a 25).

¹⁵ Depoimento do major aviador Fortunato Câmara de Oliveira no seu interrogatório, na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no dia 24.6.1955, pp. 2-3. Tal depoimento deve ser complementado pelo do major Sebastião Dantas Loureiro, de teor seguinte, em alguns de seus trechos, principais: "O depoente está em liberdade, mas esteve preso durante o inquérito, e a sua

prisão teve como objetivo imediato interromper os trabalhos eleitorais que vinha desenvolvendo na campanha para as eleições no Clube Militar, em 1952, a favor da reeleição da diretoria encabeçada pelos generais Estillac Leal e Horta Barbosa." (...) A imprensa da época está plena de comentários a respeito das torturas que eram impostas aos acusados nesses inquéritos militares. No parlamento brasileiro, elas foram diversas vezes denunciadas. Entre outros, os deputados Campos Vergal, Euzébio Rocha, Antunes Oliveira e os senadores Domingos Velasco e Atilio Vivacqua protestaram contra as coações que estavam sendo impostas aos presos envolvidos nesses inquéritos militares. Os deputados Coelho de Sousa, Celso Peçanha e outros realizaram uma visita ao presídio da Marinha, na Ilha das Cobras, para apurar as denúncias recebidas a respeito das torturas que sofriam os presos desses inquéritos militares naquele presídio." (...) "E quanto à veracidade das torturas, o depoente pode afirmar, de ciência própria, porque o depoente viu o estado de miséria física e de cansaço mental em que estava o sargento José Rodrigues quando foi levado à presença do depoente na fase do inquérito. Entre os acusados neste processo, mais de um sargento foi hospitalizado com distúrbios mentais por causa dos maus-tratos sofridos na prisão, e o sargento Tertuliano Borges ainda se encontra no hospício. O depoente viu, no 2º Regimento de Infantaria, unidade em que o depoente esteve preso, o sargento da FAB Hélio Spinola trancado no cubículo de uma privada velha e nesse lugar imundo e humilhante o sargento passou fechado mais de um mês. A imprensa também noticiou com grande destaque e com fotografias fornecidas pela própria Polícia do Exército, conforme se pode ver na revista *O Cruzeiro*, a morte de um dos presos, o taifeiro da Marinha de nome Clarindo Pereira Serpa, no pátio do 2º Regimento de Infantaria. O depoente viu esse homem morto, no pátio daquela unidade. No dia seguinte à morte do taifeiro o subcomandante do Regimento disse ao depoente que o preso morto tinha diversas fraturas nos pés, nas pernas e no crânio. Esse taifeiro, morto quando preso, isolado, incomunicável e acusado de atividades subversivas e, dado como morto por motivo de serviço na publicação do *Boletim do Ministério da Marinha*, nº 38, de dezembro de 1952." (...) "Aliás, em inquéritos tão repudiados pela opinião pública como foram esses inquéritos militares, feitos para apurar atividades subversivas, repudiados também pelos oficiais das Forças Armadas, cujos representantes, em diversos Conselhos de Justiça Militar, absolveram a totalidade dos acusados, reconhecendo a falsidade dos inquéritos, não haveria de aparecer testemunhas idôneas de acusação." (...) "Nenhum material subversivo foi apreendido na residên-

cia do depoente. O que o encarregado do inquérito apreendeu foram os votos para a chapa Estillac Leal - Horta Barbosa que o depoente tinha em seu poder. O depoente reclamou por escrito a devolução desses votos, para que fossem computados naquele pleito, mas o encarregado do inquérito somente os devolveu após as eleições, e isto indica o objetivo de ação ilegal e violenta da busca e apreensão." (...) "Assim foi o caso de Fortaleza: soube-se que, devido ao ambiente de intimidação, inclusive a prisão disciplinar dos oficiais do Exército que compunham a Comissão Estillac-Horta naquela cidade, os oficiais da base aérea estavam propensos a se absterem de votar naquelas eleições. A comissão eleitoral do Clube Militar pediu ao depoente que fosse a Fortaleza trabalhar na campanha eleitoral. Com a chegada do depoente àquela base aérea, o comandante da base ordenou uma prontidão que durou o tempo que o depoente ali permaneceu, comprovando o ambiente de intimidação. Mesmo assim, a maioria dos oficiais que lá se achavam votou na chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, portanto uma maioria de votos colhida dentro do ambiente de coação onde a liberdade estava realmente cerceada. Outro exemplo é o de Juiz de Fora: soube-se que, nas unidades ali sediadas as duas chapas eleitorais teriam mais ou menos o mesmo número de votos. O major Fortunato e o depoente foram àquela cidade para incentivar a vitória da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa. Passamos nessa cidade dois dias, conquistamos mais algumas dezenas de votos que garantiram a vitória naquela guarnição. Os trabalhos na campanha eleitoral mostravam que a vitória estava sendo conquistada pela Diretoria Estillac-Horta, apesar de toda a campanha de difamação que era movida diariamente pela imprensa subvencionada pela Standard Oil, pela Light, pelo escritório Momsen etc. E isto foi o que precipitou o início desses inquéritos militares, com a prisão do depoente, no dia 7 de abril, dia em que o mesmo regressara de Juiz de Fora, e com as prisões sucessivas de outros oficiais que realizavam o mesmo trabalho eleitoral. Todos os oficiais que então viajavam pela campanha eleitoral a favor da Diretoria Estillac Leal-Horta Barbosa foram presos e submetidos a processos." (...) "Assim é o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que o sr., João Neves da Fontoura, então ministro das Relações Exteriores, somente encaminhou ao Congresso Nacional após a agitação provocada planificadamente com esses inquéritos militares e a saída do general Estillac Leal do Ministério da Guerra. Esse acordo se entabulava às escondidas, sem o conhecimento do ministro da Guerra, segundo reiteradas afirmações feitas por aquela autoridade. Nesse acordo, cedeu o governo brasileiro o comando de nossas Forças Armadas

aos generais americanos, comprometeu o sangue da mocidade brasileira para regar as guerras de conquista norte-americana em qualquer parte do mundo, concedeu o direito perpétuo aos trustes norte-americanos para explorarem as nossas matérias-primas aos preços que os trustes estabelecerem, leis norte-americanas ficaram tendo vigência em nossa pátria. O menosprezo pela nossa soberania foi de tal ordem que o texto dessa lei foi enviado para aprovação do Congresso Nacional escrito em língua inglesa." (...) "Esses inquéritos militares são um plano norte-americano, executados sob a direção de um oficial norte-americano, capitão Edgar Bundy, denunciado à nação, da tribuna do Senado, por um senador da República, para impedir o desenvolvimento da democracia e da unidade nos meios militares que o Clube Militar, com a Diretoria Estillac Leal-Horta Barbosa vinha engrandecendo. São esses inquéritos terroristas, principalmente, para coibir a livre expressão do pensamento". (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, de 2.7.1955).

- ¹¹⁶ Em seu depoimento, o major Leandro José de Figueiredo Júnior, primeiro aluno de sua turma na Escola Militar e herói da FEB, denunciaria o coronel Amaury Kruehl, encarregado do inquérito policial militar, assim como o tenente-coronel Álvaro Alves dos Santos e outros oficiais de "terrem exercido coação sobre testemunhas a fim de que fizessem afirmações tendentes a envolver o nome do acusado no inquérito policial militar".
- ¹¹⁷ Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, então capitão, herói de Monte Castelo, preso incomunicável, trancafiado a cadeado, segundo a carta de sua esposa, publicada no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, de 12.6.1952. Sobre o tratamento dado aos militares presos, oficiais, verificar a edição de *O Mundo*, Rio de Janeiro, de 17.6.1952 e outros jornais da época, bem como os numerosos discursos parlamentares do ano de 1952, entre os quais o do senador Atilio Vivaqua, no Senado, também de junho de 1952, sob o título "Dignidade do oficialato". Nunca tal dignidade foi tão conspurcada.
- ¹¹⁸ "O deputado Euzébio Rocha na Tribuna de Defesa dos Militares." In: *Última Hora*, Rio de Janeiro, de 5.7.1954.
- ¹¹⁹ *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 7.6.1952, p. 108.
- ¹²⁰ "Major João Telles de Menezes: Preso no dia 15 de agosto de 1952, foi conduzido à Bahia e recolhido ao quartel do 19.º BC, donde era levado ao Forte do Barbalho para depor, passando de cada vez 3 a 4 dias no Forte, jogado em uma cova infecta, antigo depósito de lenha, com um balde onde deviam ser satisfeitas as necessidades fisiológicas, o qual não era despejado. Seus filhos e genros foram presos e espancados, tendo um dos filhos fugido por ter sido ameaçado de morte. Levaram as ameaças

até sua esposa e filha. Passou 49 dias incomunicável, durante os quais sua debilidade orgânica chegou a um grau tal que, quando sua família pôde vê-lo, tinha de ser ajudado para levantar-se da cama. Ao ser levado para assinar os 'depoimentos', disse-lhe o cel. Freitas: 'cheguei a não dar nada pela sua vida'. Já comunicável, ao ser levado para acareações, as mesmas eram precedidas da ameaça de que se não confirmasse tudo quanto lhe fosse perguntado seria posto em situação pior do que a em que ficara anteriormente." (...) "1° Sargento João Alves de Santana: Foi preso no dia 16 de agosto de 1952, conduzido para a Capitania dos Portos de Aracaju, e ali recolhido a uma cela." (...) "Ao ser interrogado, foi esbofeteado por duas vezes pelo cap. Adriano, em vista de não ter confirmado acusações que eram feitas a colegas e não haver admitido as acusações que lhe eram imputadas." (...) "1° Sargento Manoel Messias dos Santos: Preso no dia 15 de agosto de 1952, em Aracaju, foi conduzido para o Forte do Barbalho, em Salvador, Bahia." (...) "Ao levantar-se, com grande esforço, o cap. Adriano lhe deu forte empurrão que novamente o derrubou. Levado ao cel. Freitas pelo cap. Adriano, que chamou a atenção do coronel para seu estado de saúde, o cel. Freitas declarou: "deixa morrer, pois será um de menos". (*Depoimentos Esclavecedores*, cit., pp. 31-33, I).

- ¹²¹ "Dr. Vulpiano Cavalcanti, médico-cirurgião-ginecologista, 42 anos, casado, presidente do Movimento Norte-Rio-grandense dos Partidários da Paz." (...) "Na mesma hora e na presença do cel. Koeller, comandante da base, foram-lhe brutalmente rasgadas as vestes e, depois de despido, espancado a socos, pontapés e cassetetes de borracha pelos majores Roberto Hipólito da Costa e Nelson Dias de Sousa Mendes, tenente Carlos Alberto Bravo da Câmara, tenente Correia Pinto e sargento Manoel Antônio Gomes Correia." (...) "Nessa cela, permaneceu 135 dias, sendo retirado constantemente para interrogatórios e torturas." (...) "Com cassetete espancaram-lhe os órgãos genitais e procuraram introduzi-lo na região anal. Nessa noite, desmaiou várias vezes. Numa dessas ocasiões, foi despertado com um clister de pimenta." (...) "Com um pequeno cassetete de borracha, de aproximadamente dez centímetros, espancaram-lhe os dedos das mãos, separadamente, até, não poderem ser articulados, visando inutilizá-lo como cirurgião, conforme, sadicamente, diziam os torturadores." (...) "Com luvas de boxe, o mesmo major esbofeteou-o até quebrar-lhe os dentes. Derrubado a pontapés, foi pisado brutalmente, tendo expelido sangue pela boca. Alarmados, foi o mesmo levado altas horas da noite, ao hospital da base aérea, para exame de raio-X, tendo sido constatadas quatro fraturas de costelas e derrame de sangue no pulmão e no tórax.

Não obstante tais lesões, foi-lhe negada hospitalização, sendo reconduzido à cela." (...) "Diariamente, o tenente Câmara jogava-lhe urina e dejetos fecais. Durante uma semana, o seu corpo foi untado de mel, para ser torturado pelas formigas, sendo ainda obrigado a satisfazer na cela suas necessidades fisiológicas." (...) "Dr. Luis Inácio Maranhão Filho, 32 anos, solteiro, advogado, jornalista, membro da Associação Norte-Rio-grandense de Imprensa e de seu Conselho Deliberativo, professor do Colégio Estadual do Rio Grande do Norte." (...) "No mesmo dia, foi levado à presença do coronel Koeller, comandante da base, que ordenara sua prisão. Exigia o coronel Koeller 'explicações' sobre várias reportagens publicadas na *Folha do Povo* do Recife, sobre torturas a presos políticos em Parnamirim. No dia seguinte foi levado, à meia-noite, para o que chamavam uma 'sessão espírita', sendo então espancado e torturado por um grupo de oito oficiais e um sargento." (...) "Por ordem do major Hipólito, foi metido em camisa de força e amarrado. Depois de assim imobilizado, teve o saco escrotal amarrado a um cordão que era puxado pelo tenente Câmara e ao qual o mesmo oficial pendurou um peso de madeira. Pelo major Hipólito, foi espancado a cassetete até cair sem sentidos, após o que era levantado do chão pelos cabelos." (*Idem*, pp. 41-44).

¹²² O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 23.8.1952, pp. 36-42.

¹²³ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3.6.1952.

¹²⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5.6.1952, artigo de Rafael Corrêa de Oliveira, que dizia: "Na verdade, o general Etchegoyen, que era nacionalista ao candidatar-se, ficava silencioso depois de eleger-se, e assim a disciplina, repentinamente, tomava novas feições..." (...) "Para falar a verdade, este silêncio da Cruzada Democrática em face da Petrovargas não me parece decorrer de uma rigorosa interpretação da disciplina. Receio muito que alguns chefes daquele movimento sejam partidários da intervenção estrangeira e que tenham conservado oculto o seu pensamento e o seu sentimento por motivos de ordem eleitoral".

¹²⁵ Carta da esposa do major Leandro José de Figueiredo Júnior, publicada no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, de 6.6.1952.

¹²⁶ Carta da mãe do tenente Mauro Vinhas de Queiroz, publicada no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, de 14.6.1952.

¹²⁷ Artigo de Rafael Corrêa de Oliveira, no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, de 6.6.1952.

¹²⁸ Juraci Magalhães: *Minha Vida Pública na Bahia*, Rio de Janeiro, 1957, p. 242.

¹²⁹ O primeiro oficial atingido por essa lei foi o tenente Walter de Sousa Ribeiro. Suas Razões de Defesa de Oficial constituem precioso documento da época.

- ¹³⁰ Vargas refere-se à fraude do superfaturamento que, em país policiado, leva à cadeia; no Brasil, à presidência de partido de oposição moralizadora.
- ¹³¹ Em entrevista a *Última Hora*, em 24.6.1958, o ex-ministro Hermes Lima declararia, a tal propósito, que a decisão norte-americana fora tomada em face da resistência oferecida pelo Brasil à aplicação de determinados esquemas econômico-financeiros, esclarecendo que a extinção ocorreu por meio de "documentos que causaram espanto", aduzindo ainda: "Entre esses documentos, lembro-me de uma famosa carta que mr. Black teria mandado ao ministro da Fazenda, carta em tais termos que, se fosse lida, por exemplo, da tribuna das Nações Unidas, haveria de causar grande escândalo internacional". Em outra entrevista, concedida ao mesmo jornal, o sr. Valentim Rouças esclareceria, ainda a propósito do discutido gesto: "É difícil precisar até que ponto essa questão do petróleo tem sido responsável pela atual situação das relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Acredito, inclusive, que ela esteja na origem do ato ordenando a dissolução da Comissão Mista".
- ¹³² Tais demonstrações de força estão ligadas à política externa americana, segundo declarações do almirante D. V. Vallery: "Mesmo em tempo de paz, uma poderosa esquadra serve a muitos objetivos de longo alcance. A presença desses navios em tempos e lugares críticos não é acidental. A Marinha manda-os aí a pedido do Departamento de Estado". (Almir Matos: *Em agosto Genílio ficou só*, Rio de Janeiro, 1963, p. 64).
- ¹³³ O Manifesto dos Coronéis foi publicado na íntegra no jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, de 2.2.1954.
- ¹³⁴ Dizia o Manifesto dos Coronéis, numa clara advertência a respeito da inconveniência do novo salário mínimo: "Perigosas só poderão ser, hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se pressentiam e anunciam, de leis e decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insupportável de todas as utilidades". Era a tese reacionária de que os aumentos de salário são causa da inflação, já bastante desmoralizada.
- ¹³⁵ Seria falso, entretanto, atribuir o sucesso da ofensiva apenas a esse agente: a mobilização da imprensa, para isso, foi impressionante: Repetiu-se em março de 1965. O rádio e a televisão se somavam à imprensa: a operação foi meticulosamente montada e executada.
- ¹³⁶ "Nos primeiros dias de maio, fui procurado por um oficial aviador, meu amigo, que me pôs ao corrente do complô do Galeão, com detalhes pormenorizados, e me autorizou a transmitir tudo ao presidente, prontificando-se a ir à sua presença." (...) "Considerarei tão graves as suas revelações

que imediatamente me dirigi ao Catete." (...) "Relatei-lhe a minha conversa dessa tarde com o referido coronel aviador, que ele identificou pelo nome como um dos últimos tenentes-coronéis que havia promovido na Aeronáutica. Escutou-me calmamente". (Luís Vergara: *op. cit.*, p. 246).

¹³⁷ O assassinato de Gregório Fortunato na penitenciária, às vésperas de ser posto em liberdade, constituiu curiosa "coincidência", a esse respeito.

¹³⁸ "Advirto mais uma vez: qualquer golpe, astucioso ou de força, sejam quais forem as razões invocadas, poderá provocar no país perturbações imprevisíveis e possivelmente de gravíssimas consequências, e, talvez mesmo, nos lançar em profundas e cruentas convulsões sociais. Estejamos atentos contra semelhante eventualidade, como paladinos - agora mais do que nunca - da legalidade democrática. E, se ainda me sobra autoridade, se ainda resta confiança em minha espada, que só foi desembainhada na defesa das grandes causas nacionais, se alguma coisa vale ainda a vida de um soldado, toda inteira devotada ao serviço da pátria, e nestes últimos anos dedicada à obra imensa - que aguarda as novas gerações - e cujas diretrizes a carta do presidente morto consagra, definitivamente, como um dever de todos os patriotas, seja-me permitido, ao despedir-me de vós - meus dignos comandados - e da grande terra paulista, invocar a união sagrada de todos os brasileiros honrados em torno do movimento de que fui um dos pioneiros, da efetiva e definitiva emancipação política e econômica de nossa pátria".

¹³⁹ Tais estudos o autor sumariou em seus livros: *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, 1963, e *História da burguesia brasileira*, Rio de Janeiro, 1964; os aspectos militares de que foi testemunha serão sumariados nas *Memórias de um soldado*.

¹⁴⁰ Tal problema está amplamente elucidado na documentação da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou os fatos, definindo a responsabilidade do chefe da Casa Militar, general Juarez Távora.

¹⁴¹ *New York Times* de 8.9.1954.

¹⁴² "Na verdade, os membros do governo que emergia do golpe, a começar por quem passava por ser formalmente o seu chefe, foram escolhidos a dedo pelos mentores da conspiração entreguista. Nisso, justamente, está a primeira prova de seu caráter antinacional. Ainda no dia 24 de agosto, Vargas insepulto, foi nomeado ministro da Aeronáutica o brigadeiro Eduardo Gomes. Seguiram-se: Eugênio Gudim, na pasta da Fazenda; Raul Fernandes, no Ministério do Exterior; Clemente Mariani, na Educação; Otávio Gouvêa de Bulhões, na Sumoc; Juarez Távora, na Casa Militar da Presidência da República." (...) "Dentre outras, duas iniciativas marcaram

a gestão do ministro Eugênio Gudin, o papa do liberalismo econômico, que acumulava também as funções de diretor de várias empresas do grupo Bond & Share. A primeira iniciativa, adotada logo ao assumir a pasta da Fazenda, foi partir para os Estados Unidos e lá contrair um empréstimo ruinoso e humilhante de 200 milhões de dólares a um grupo de 19 bancos americanos, liderados pelo *First National City Bank of New York*, empenhando para isso mais de dois terços do ouro brasileiro depositado no *Federal Reserve Bank*, o banco oficial dos EUA. Tão vergonhosas foram as condições a que se consumou esse negócio que um homem como o sr. Valentim Bouças, habituado a curvar-se diante dos círculos financeiros ianques, em artigo publicado no *Observador Econômico e Financeiro*, de março de 1958, as equiparou às cláusulas abertamente colonialistas que prevaleciam nos empréstimos contratados antes de 1930 com os banqueiros ingleses, a cujo controle ficava exposta inclusive a arrecadação de nossos impostos. A segunda iniciativa marcante do ministro Gudin foi a famosa Instrução 113 da Sumoc, que abria escandalosamente as portas do país ao capital estrangeiro, assegurando-lhe privilégios negados à indústria nacional. Em essência, a Instrução 113 consistia no seguinte: os investidores estrangeiros ficavam autorizados a importar equipamentos sem cobertura cambial - isto é, aos preços do mercado livre - enquanto às empresas nacionais se exigia que adquirissem divisas estrangeiras nos leilões oficiais de câmbio. Ora, dados os elevados ágios cambiais e as reduzidíssimas disponibilidades de divisas à venda, os empresários brasileiros ficavam praticamente impossibilitados de importar maquinaria, ao passo que os investidores alienígenas - em particular, norte-americanos - penetravam, em enxurrada, sem que o governo lhes impusesse ao menos um critério de seletividade, nos setores industriais mais rentáveis, deles expulsando o capital nacional. O ato da Sumoc, baixado rigorosamente por encomenda de grupos norte-americanos, serviu-se ainda sob outro aspecto: ficavam eles autorizados a importar equipamentos usados, já obsoletos e, portanto, desvalorizados e, até certo ponto, invendáveis nos Estados Unidos, mas mandados para cá por valores absurdamente altos. Esses capitais, às vezes materializados em verdadeiro ferro-velho, passaram a sobrecarregar tremendamente o nosso balanço de pagamentos". (Almir Matos: *op. cit.*, pp. 67-68).

¹⁴³ *Wall Street Journal*, New York, de 27.8.1954.

¹⁴⁴ *New York Times*, de 8.9.1954.

¹⁴⁵ Curiosamente, a revista americana *Time*, em seu nº de 16 de maio de 1955, demonstrava a satisfação que a morte de Estillac causou aos impe-

rialistas: O *tenente de vida longa*. Para os comunistas fora da lei e instigadores de confusões, o general Estillac Leal foi, muitas vezes, um aliado útil. Para os nacionalistas brasileiros, um herói. E, para ambas as correntes, um candidato óbvio à presidência da República nas próximas eleições de outubro. Nos seus dias de jovem oficial, Estillac foi uma firme expressão do que o brasileiro chama de tenentismo e que vem a ser um estado de espírito tendente ao nacionalismo e ao reformismo político. Foi ele um dos oficiais do Exército que, em 1922, se rebelaram contra o governo. Mas inúmeros desses tenentes revoltosos, a maioria mesmo, com o correr do tempo e com as promoções, tiveram arrefecido o entusiasmo de início e tornaram-se conservadores. Estillac, porém, mesmo com os bordados do generalato, continuou um tenente de coração. O seu fervente nacionalismo, muitas vezes, fez com que os seus discursos se parecessem inspirados nas fontes do Partido Comunista Brasileiro e ecoassem como antiamericanistas. Durante os seus dois anos na presidência do Clube Militar, do Rio de Janeiro, o jornal desse clube escandalizou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica por sua orientação comunista contra os Estados Unidos. Como ministro da Guerra (1951 a 1952), Estillac provocou uma séria crise nacional por recusar-se a ser enérgico com os comunistas do Exército. Por isso, foi exonerado. Com a fragmentação do país em numerosos partidos e facções, os esquerdistas, ultimamente, insistem em tirar proveito disso. E, assim, pensaram na possibilidade de ser feita uma coalisão chamada de 'Frente Nacionalista' e apresentar Estillac, então inspetor-general do Exército, como seu candidato à presidência da República. Mas, entre todas as incertezas da política brasileira, é absolutamente certo que o general Newton Estillac Leal jamais será presidente do Brasil. Em sua casa, no Rio de Janeiro, aos 61 anos de idade, morreu na semana passada, vítima de um ataque de coração".

¹⁴⁶ "Não quero repetir as acusações que já fiz ao general Lott, como responsável pela cisão de nossas Forças Armadas, sendo a obra de restaurar aquela união tão indispensável à sobrevivência nacional, a obra com absoluta prioridade sobre todas as iniciativas do futuro governo legal e legítimo, que se constituir no país". (Juraci Magalhães: *op. cit.*, p. 347).

¹⁴⁷ "No cofre do então chefe de polícia do Distrito Federal, coronel Menezes Côrtes, havia um plano, apreendido no dia 11 de novembro, com o seguinte despacho: "De acordo. Ouvido Borer, providenciar. Era o plano de repressão a ser posto em prática no Rio de Janeiro, uma vez dado o golpe de novembro: 1.200 pessoas seriam presas, algumas fuziladas sumariamente; jornais que se opunham ao golpe seriam invadidos e depreda-

dos, matando-se na hora os seus principais redatores, sob o pretexto de 'resistência à prisão'. Enfim, uma autêntica noite de São Bartolomeu, ponto de partida para o 'regime de exceção', anunciado meses antes por Carlos Lacerda". (Almir Matos: *op. cit.*, p. 81).

¹⁴⁸ Para a sequência dos entendimentos militares aqui mencionados, servimo-nos do *Boletim Reservado* nº 1, de 15.10.61, do comando do III Exército, reproduzido em *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 2.12.1961.

¹⁴⁹ Acrescenta o marechal Henrique Lott, com a sua inegável autoridade: "Achei isso uma atitude insólita e revoltante, além de impatriótica. Seria preferível o Congresso resistir a tão absurda imposição e ser fechado pela força das armas - porque assim cairia de pé e teria a seu lado a solidariedade de todos os brasileiros". (Entrevista concedida a *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 30.9.1961).

¹⁵⁰ "Devo dizer que, desde a hora da renúncia de Jânio Quadros, minha casa regurgitava de gente, amigos, civis e militares, jornalistas e simples eleitores, que queriam ouvir minha opinião, minhas previsões ou conselhos. Depois que se tornou conhecido o ponto de vista dos ministros militares, de negarem a Jango o direito que a Constituição lhe assegurava, tão grande foi o assédio que me faziam pessoas de todas as classes que, atendendo a uma sugestão do almirante Aragão, escrevi uma nota para ser divulgada pelo rádio e jornais, fazendo um apelo a todos os cidadãos brasileiros, particularmente aos 3 milhões e tanto de eleitores que sufragaram o meu nome no pleito presidencial - concitando-os a cerrarem fileiras em defesa da Constituição vigente. Apelava para que se esquecessem das divergências ou antipatias porventura existentes e se unissem todos em defesa do regime ameaçado. Esse apelo ainda pôde ser publicado pela imprensa e divulgado pelas emissoras, porque a censura não havia ainda baixado seu guante de ferro sobre os jornais cariocas. A irradiação desse apelo (que não deve ser confundido com o manifesto que determinou minha prisão) fez com que muito mais gente acorresse à minha residência". (*Idem*).

¹⁵¹ A junta militar comunicou aos comandos subordinados a prisão do marechal Teixeira Lott nos seguintes termos: "Elementos comunistas Congresso estão perturbando encontro solução legal crise decorrente renúncia presidente pt Marechal Lott envolvido por tais agitadores lançou manifesto subversivo forçando ministro Guerra determinar sua prisão pt Ministro pretende defender instituições e manter a lei e ordem em todo país mesmo que para isso tenha que impedir posse Jango pt Conveniente chamar e reter qualquer pretexto cmt 3ª DI et 1ª DC Palegre pt (*O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 2.12.1961). Não merece comentário.

¹⁵² O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 30.9.1961.

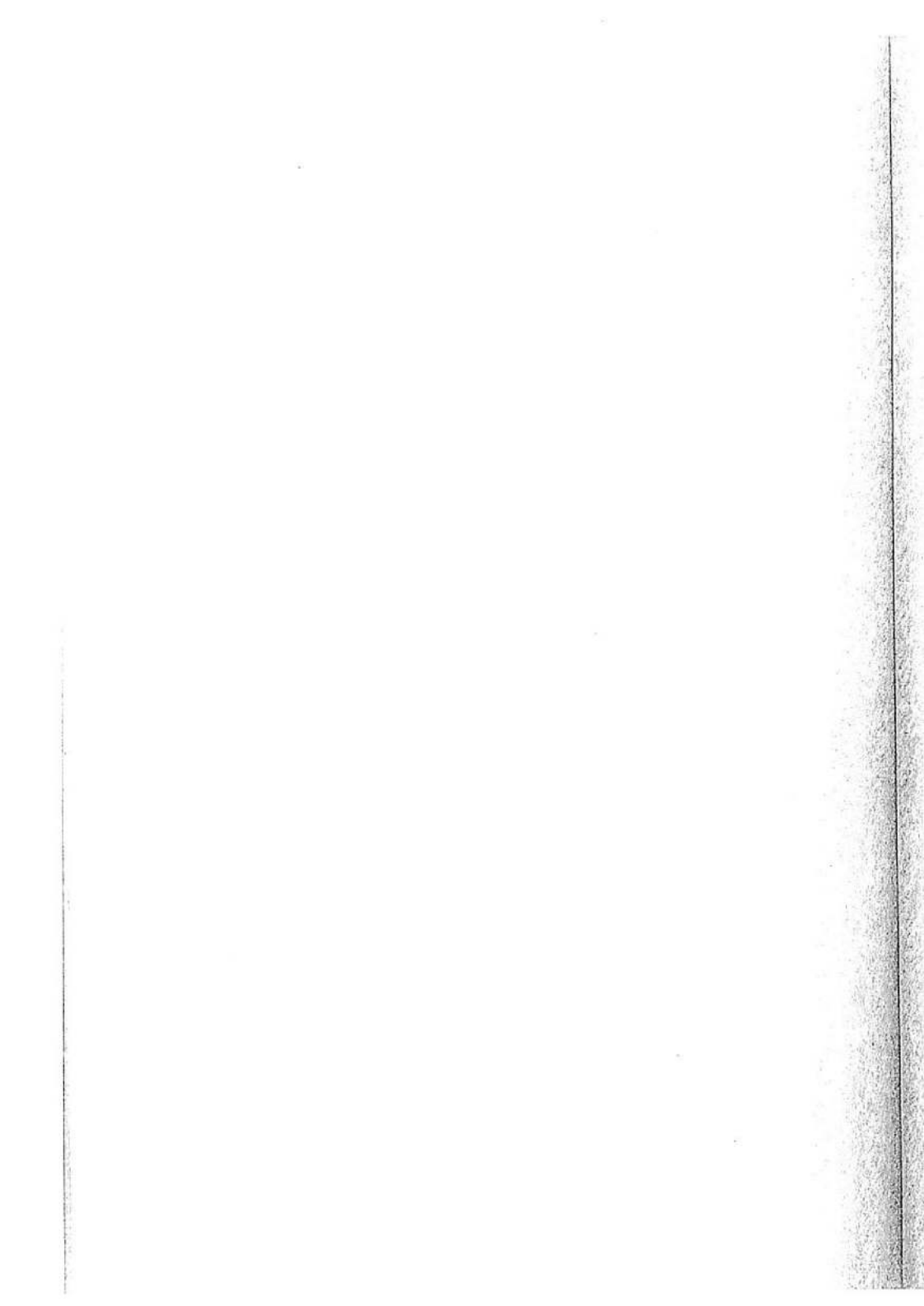
¹⁵³ Os episódios em que os sargentos salvaram a sorte das instituições democráticas, somando-se aos oficiais que tomaram a mesma posição, ou operando isolados, são inúmeros. Aqui está um, simplesmente a título de exemplo: "Ao regressar, telefonei ao brigadeiro Passos, achando-o muito confuso ao telefone. Soube, depois, que o brigadeiro, diante da situação e da confusão entre seus oficiais, resolvera tomar um avião com a família e ir embora para o Rio de Janeiro. Abandonou o comando. O comandante da Base Aérea, igualmente, momentos depois, resolveu decolar num pequeno avião de treinamento, abandonando seu comando. Ficaram a 5ª Zona Aérea e a Base Aérea em verdadeira confusão. Cerca das 14 horas, os esquadrões a jato, armados com munição e bombas, decidiram decolar, quando foram impedidos pelos sargentos, que tomaram conta do depósito de armas, muniram-se de metralhadoras e assumiram o controle da Base. Eram mais ou menos 200 sargentos. Os oficiais ficaram retidos dentro dos prédios, também armados. Mas os sargentos desarmaram os aviões, retirando as bombas. Esse clima de tensão permaneceu até cerca das 10 horas da noite, quando um contingente de sargentos, armados de metralhadoras, exaustos, usando carros de praça, chegou ao Palácio Piratini, onde relataram os episódios ocorridos na Base. Encaminhei-os ao general Machado Lopes que providenciou a ida de um batalhão do Exército para tomar conta da Base". (Depoimento do governo Brizola, em O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 2.12.1961).

¹⁵⁴ "Ao deixar o governo, havíamos concluído a vistoria sobre as jazidas de ferro e, segundo seus resultados, a Hanna perderia mais da metade de suas jazidas." (...) "Uma companhia estrangeira obtivera do governo passado contrato de exploração de determinados minérios em Minas Gerais. Entre eles, minérios estratégicos. Fazia uma exploração predatória. Trazido o fato a nosso conhecimento, submetemos ao presidente. Fizemos sindicâncias em caráter sigiloso e, de posse das conclusões, que positivavam a ação danosa ao interesse nacional, o presidente determinou imediato cancelamento do contrato e a exploração dos referidos minérios pela Comissão de Energia Nuclear. O contrato não chegou a ser cancelado, porque a ordem de cancelamento foi dada pouco tempo antes de 25 de agosto." (...) Mas é certo que os grupos estrangeiros tiveram uma noção nítida de que não poderiam continuar mais no Brasil na situação em que estavam até agora, e isso era muito importante para os seus interesses e objetivos." (...) "O presidente parecia-me, nos últimos meses anteriores a sua renúncia, um tanto inquieto. Não desejava ser prisioneiro de coisa alguma e,

desgraçadamente, estava se tornando prisioneiro. A política financeira era decorrente de compromissos assumidos para obtenção de financiamentos externos. Não tínhamos condições de elaborar, nem mesmo na Comissão de ministros de que eu era coordenador - designada para os projetos de reforma da Lei Antitruste, remessa de lucros, imposto de renda, lucros extraordinários e reforma bancária -, as proposições segundo o pensamento do presidente ou de acordo com aquilo que considerávamos indispensáveis à soberania do Brasil e seus interesses. Em muitos pontos, se conflitavam com os compromissos assumidos em decorrência da política financeira." (...) "Jânio jamais seria ditador de forças reacionárias e todos sabemos que o seu sistema militar jamais permitiria, já não digo ditadura, mas mesmo um governo democrático de esquerda. Ninguém ignora a inquietação havida nos meios militares e na elite econômica do Brasil em relação à sua política externa." (Entrevista do sr. João Agripino a *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 21.10.1961).

¹⁵⁵ Enquanto os oficiais que haviam acompanhando o golpe militar continuavam a gozar de situação privilegiada, os que haviam tomado posição ao lado das instituições eram submetidos, como criminosos, a processo. Esse o caso, por exemplo, do coronel Kardec Leme, servindo no QG da 6ª RM, onde, por ordem do general João Almeida Freitas, celebrado, em 1952, como encarregado do inquérito policial militar contra os oficiais e sargentos nacionalistas, foi preso. Sobre o problema, ver os números de *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, de 21.10.1961 e 2.12.1961. O coronel Kardec, excluído da anistia, respondeu a processo e levou meses para retornar à situação normal, pelo crime de haver defendido o regime democrático.

¹⁵⁶ *O Semanário*, nº 333, ano VIII, 16 a 22 de maio de 1963.



BIBLIOGRAFIA

FASE COLONIAL

- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1931.
- . Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)* 2ª ed., Rio de Janeiro, 1930.
- ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*, Montevideu, 1933.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1860-1874.
- ALMEIDA, José d'. *Vice-Reinado de d. Luís de Almeida Portugal, 2º marquês de Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*, S. Paulo, 1942.
- ALVES, Fernando. *Biografia de Maria Quitéria de Jesus*, Salvador, 1952.
- AMARAL, Brás do. *A conjunção republicana de 1798*, Rio de Janeiro, 1926.
- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, S. Paulo, 1923.
- ARAÚJO, J. S. Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, 2ª ed., 9 vols., Rio de Janeiro, 1952.
- ARAÚJO JORGE, A. G. *Ensaio de história e crítica*, Rio de Janeiro, 1948.
- ARMITAGE, John. *História do Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, 1924.
- . *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*, 7 vols., Rio de Janeiro, 1935-1938.
- AZARA, Félix. *Viajes por la América del Sur*, Montevideu, 1950.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico*, Lisboa, 1929.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O marquês de Pombal e sua época*, 2ª ed., Lisboa, 1922.
- AYERS, Cristóvão. *História do Exército português*, 3 vols., Lisboa, 1938.
- BAERS, Joanes. *Olinda conquistada*, Recife, 1898.
- . *Bandeirantes do Paraguai*, S. Paulo, 1949.
- BARCELOS, Rubens de. *Estudos Rio-grandenses. Motivos de história e literatura*, Porto Alegre, 1955.
- BARLEUS, Gaspar. *História dos oito anos do governo de Nassau no Brasil*, Rio de Janeiro, 1939.

- BARRETO, Anibal. *Fortificações do Brasil*, Rio de Janeiro, 1958.
- BARROS, Luís Teixeira de. *A Revolução de 1817 no Ceará*, Recife, 1944.
- BASTOS, Manuel E. Fernandes. *A estrada de Laguna ao Rio Grande*, Porto Alegre, 1937.
- BELMONTE. *No tempo das bandeiras*, 2ª ed., S. Paulo, 1940.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*, Lisboa, 1749.
- BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola*, Londres, 1952.
- BRASIL, P. de Assis. *Batalha de Caiboaté*, Porto Alegre, 1935.
- BRASILIANO, Rúbio. *Rio Grande e a Cisplatina*, Rio Grande, 1935.
- CALADO, Manuel. *Valeroso Lucideno*, 2ª ed., 2 vols., S. Paulo, 1943.
- CALMON, Pedro. *A conquista histórica das bandeiras baianas*, Rio de Janeiro, 1929.
- CALMON, Pedro. *Francisco Barreto, Restaurador de Pernambuco*, Lisboa, 1940.
- _____. *História do Brasil*, 7 vols., Rio de Janeiro, 1960.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Brasil*, 3 vols., Rio de Janeiro, S. Paulo, 1927 e 1936.
- _____. *Formação histórica do Brasil*, 3ª ed., S. Paulo, 1937.
- _____. *O marquês de Barbacena*, 2ª ed., S. Paulo, 1936.
- _____. *Campaña del Brasil. Antecedentes Coloniales*, Buenos Aires, 1949.
- CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Bahia*, Rio de Janeiro, 1940.
- CAPURRO, Fernando. *La Colonia del Sacramento*, Montevidéu, 1928.
- CARDOZO, Ramón I. *El Guairá. Historia de la Antigua Provincia. 1554-1676*, Buenos Aires, 1938.
- CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina*, S. Paulo, 1940.
- CARNEIRO, Davi. *Tiradentes*, Curitiba, 1946.
- CARNEIRO, Édison. *O Quilombo dos Palmares. 1630-1695*, S. Paulo, 1947.
- CARVALHO, M. E. Gomes de. *D. João III e os franceses*, Lisboa, 1909.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*, Rio de Janeiro, 1956.
- _____. *História do Rio Grande do Norte, Brasil*, 7 vols., Rio, 1960.
- CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina, Queen of Portugal*, Londres, 1947.
- COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*, Rio de Janeiro, 1958.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil, 1630-1638*, Recife, 1944.

- CONI, Emilio. *Contribución a la Historia dei Gaucho*, Buenos Aires, 1937.
- CORREIA FILHO, Virgílio. *As raias de Mato Grosso*, 4 vols., S. Paulo, 1925.
- CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, 1958.
- COSTA, A. Fontoura da. *A marinharia dos Descobrimentos*, 2ª ed., Lisboa, 1939.
- COSTA, F. A. Pereira. *de Anais pernambucanos*, 4 vols., Recife, 1952.
- COUTINHO, André Ribeiro. *O capitão de Infantaria português*, Lisboa, 1751.
- COUTO, Diogo do. *Soldado prático*, Lisboa, 1937.
- CRUZ, Alcides. *Vida de Rafael Pinto Bandeira*, Porto Alegre, 1906.
- CUNHA, Amadeu. *Sertões e fronteiras do Brasil*, Lisboa, 1945.
- DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, S. Paulo, s/d.
- DIAS, Carlos Malheiros. *História da Colonização portuguesa no Brasil*, 3 vols., Porto, 1924-1926.
- DOCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1954.
- . *Documentos holandeses*, Rio de Janeiro, 1945.
- . *Documentos para a história do açúcar*, I. Legislação (1534-1596), Rio de Janeiro, 1954.
- . *Documentos para a História pernambucana. (Epoca Holandesa)*, Recife, 1944.
- DREYES, Nicolau. *Notícia descritiva da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1927.
- DUGUAY-TROUIN, René. *Mémoires*, Amsterdam, 1748.
- DUNDONALD, Conde de. *Narrativa dos serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa, prestados pelo almirante conde de Dundonald (Lord Cochrane)*, Londres, 1859.
- DUSSEN, Adrian van der. *Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses em 1639. Suas condições econômicas e sociais*, Rio de Janeiro, 1947.
- EÇA, Vicente M. M. C. Almeida de. *Normas econômicas da colonização portuguesa até 1808*, Coimbra, 1921.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, Rio de Janeiro, 1932.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo *Raposo Tavares e sua época*, Rio de Janeiro, 1944.
- ENES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*, S. Paulo, 1938.
- FERREIRA, A. A. de Sousa. *História militar do Brasil. Regime Colonial*, Rio de Janeiro, 1945.

- FERREIRA, Waldemar M. *História do direito brasileiro*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1951.
- FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, 1925.
- FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro. (Povoamento e Conquista)*, Rio de Janeiro, 1941.
- _____. *Troncos seculares*, Porto Alegre, 1932.
- _____. *Casals*, Rio de Janeiro, 1932.
- _____. *O brigadeiro José da Silva Pais e a fundação do Rio Grande*, Porto Alegre, 1933.
- FOUQUET, C. *O cerco de Igarapé*, 1549, S. Paulo, 1943.
- FRAGOSO, A. Tasso. *Os franceses no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1950.
- FRANCO, F. A. Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*, S. Paulo, 1940.
- _____. Carvalho. *Os companheiros de d. Francisco de Sousa*, Rio de Janeiro, 1930.
- FREIRE, Francisco de Brito. *História da guerra brasileira*, Lisboa, 1875.
- FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil*, vols., S. Paulo, 1960.
- FUNCHAL, Marques do. *O Conde de Linhares*, Lisboa, 1908.
- GAFFAREL, Paul. *L'Histoire du Brésil français au seizième siècle*, Paris, 1878.
- GAMA, Anibal. *Libertação do Brasil do jugo lusitano*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1946.
- _____. *D. Pedro na Regência*, Rio de Janeiro, 1948.
- GANDIA, Enrique de. *Historia de piratas*, Buenos Aires, 1936.
- _____. *Las misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas*, Buenos Aires, 1936.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*, Rio de Janeiro, 1956.
- GAY, João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguai*, Rio de Janeiro, 1863.
- GIL, L. H. Azavola. *Las origines de Montevideo*, Buenos Aires, 1933.
- GOULART, Jorge Sans. *Formação do Rio Grande do Sul*, 2ª ed., Porto Alegre, 1933.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*, S. Paulo, 1956.
- GUEDES João Alfredo Libânio e RIBEIRO, Joaquim. *História administrativa do Brasil*, III, *A União Ibérica e o Brasil holandês*, Rio de Janeiro, 1957.
- GUEDES, João Alfredo Libânio *História administrativa do Brasil*, IV - *(Da restauração a d. João V*, Rio de Janeiro, 1962.)
- GUENIN, E. *Anno et ses Pilotes*, Paris, 1901.
- GUIMARÃES, MOREIRA. *Organização da força militar*, Rio de Janeiro, 1926.

- HANDELMANN, Henrique. *História do Brasil*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1931.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro, 1957.
- _____. *Monções*, Rio de Janeiro, 1945.
- JAEGER, Luís Gonzaga. *Os heróis do Cauro e Pirapó*, Porto Alegre, 1940.
- _____. *As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul (1635-1641)*, 2.ª ed., Porto Alegre, 1940.
- _____. *Os três mártires riograndenses*, Porto Alegre, 1952.
- _____. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1594-1640)*, Rio de Janeiro, 1951.
- _____. *Jesuítas e bandeirantes no Itatin (1596-1760)*, Rio de Janeiro, 1952.
- JESUS, Rafael de. *Castrioto lusitano*, 2ª ed., Lisboa, 1944.
- JOMINI. *A Arte da Guerra*, Rio de Janeiro, 1949.
- JORGE, Artur de Araújo. *A restauração e a história diplomática do Brasil Holandês (1640-1661)*, Lisboa, 1942.
- LAET, Joanes de. *História da Companhia das Índias Ocidentais*, Rio de Janeiro, 1916.
- LAYTANO, Dante de. *A estância Gaúcha*, Porto Alegre, 1952.
- _____. *História da propriedade das primeiras fazendas do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1945.
- _____. *Notícia breve da pecuária no Rio Grande do Sul no Século XVIII*, Porto Alegre, 1945.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *História da capitania de São Vicente*, S. Paulo, s/d.
- _____. *Informação sobre as minas de São Paulo*, S. Paulo, s/d.
- LESSA, Clado Ribeiro de. *Salvador Correia de Sá e Benevides. Vida e feitos, principalmente no Brasil*, Lisboa, 1940.
- LIMA, J. I. de Abreu. *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1861.
- LIMA, M. Oliveira. *Dom João VI no Brasil*, 3 vols., 2ª ed., Rio de Janeiro, 1945.
- LIMA, M. Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, Rio de Janeiro, 1944.
- LIPE, Conde de. *Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de infantaria*, Lisboa, 1763.
- LISBOA, Baltasar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*, 7 vols., Rio de Janeiro, 1835.
- LÔBO, Eulália Maria Labmeyer. *Administração Colonial Luso Espanhola nas Américas*, Rio de Janeiro, 1925.

- LÓBO, Luis. *História militar do Pará*, Rio de Janeiro, 1943.
- LLOYD, Christopher. *Lord Cochrane, Seaman, Radical, Liberator*, Londres, 1947.
- LORETO, Aliatar. *Capítulos de história militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1946.
- LYRA, Augusto Tavares de. *Sinopse histórica da capital do Rio Grande do Norte (1500-1800)*, Rio de Janeiro, 1952.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*, S. Paulo, 1929.
- MACHAIN, R. de Lafuente. *Los portugueses en Buenos Aires (Siglo XVII)*, Madrid, 1931.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, S. Paulo, 1936.
- MAGALHÃES, Basílio de. *História administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 1951.
- MAGALHÃES, João Batista. *A batalha do Monte das Tabocas*, Rio de Janeiro, 1946.
- MAGALHÃES, João Batista. *A compreensão da unidade do Brasil*, Rio de Janeiro, 1956.
- MALAGRIDA, Carlos. *El Factor geográfico en la política sudamericana*, Buenos Aires, 1936.
- MARGRY, P. *Les Navigations Françaises*, Paris, 1867.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, S. Luis, 1870.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*, 2ª ed., S. Paulo, 1945.
- MELO, Francisco Manuel de. *Restauração de Pernambuco. Epanáfora Triunfante e Outros Escritos*, Recife, 1944.
- MELO, Mário. *A Guerra dos Mascates como Afirmação Nacionalista*, Recife, 1941.
- MELO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Antônio Dias Cardoso, Sargento Mor do Terço de Infantaria de Pernambuco*, Recife, 1954.
- MELO NETO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão, Capitão Mor das Índias da Costa do Nordeste*, Recife, 1954.
- MELO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Filipe Bandeira de Melo, Tenente de Mestre de Campo General do Estado do Brasil*, Recife, 1954.
- MELO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias, Governador dos Pretos, Crioulos e Mulatos do Estado do Brasil*, Recife, 1954.
- MELO NETO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*, 2 vols., Recife, 1956.
- MELO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, Rio de Janeiro, 1947.
- MENDONÇA, Renato. *Os Sete Povos das Missões e o Tratado de Madrid*, Porto Alegre, 1940.
- MIRALES, José. *História Militar do Brasil*, Lisboa, 1900.

- MIRANDA, Salm. *Expansão para o Norte*, Rio de Janeiro, 1946.
- MOERBEECK, Jans Andries. *Motivos pelos quais a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar ao Rei da Espanha a Terra do Brasil*, Rio de Janeiro, 1942.
- MONTEIRO, Jonatas da Costa do Rêgo. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, 2 vols., Porto Alegre, 1937.
- MONTEIRO, Jonatas da Costa do Rêgo. *Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, 1937.
- MONTEIRO, Mário. *Aleixo Garcia*, Lisboa, 1923.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império. A Elaboração da Independência*, Rio de Janeiro, 1927.
- MONTELO, Josué. *Os Holandeses no Maranhão*, Rio de Janeiro, 1946.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*, S. Paulo, 1959.
- NEVES, João Caetano Alves das. *A Inconfidência Mineira*, Rio de Janeiro, 1936.
- NETSCHER, P. M. *Os Holandeses no Brasil*, S. Paulo, 1942.
- NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, S. Paulo, 1942.
- NOGUEIRA, M, T. Alves. *O Monge Cavaleiro, Nicolas Durand de Villegagnon*, Rio de Janeiro, 1944.
- OSÓRIO, Fernando. *Sociogenes da Pampa Brasileira*, Podotas, 1927.
- PEIXOTO, Afrânio. *Martim Soares Moreno*, Lisboa, 1940.
- PINTO, Luís. *Tiradentes*, Rio de Janeiro, 1944.
- PINTO, Luís. *Vidal de Negreiros*, Rio de Janeiro, 1943.
- PIRASSUNUNGA, Adailton Sampaio. *O Ensino Militar no Brasil (Período Colonial)*, Rio de Janeiro, 1958.
- POMBO, Rocha. *História do Brasil*, 5 vols., Rio de Janeiro, 1942.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio de Janeiro, 1943.
- PRADO, Paulo. *Paulística*, S. Paulo, 1926.
- PRESAS, José. *Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina*, Rio de Janeiro, 1940.
- PRESTAGE, Edgar. *As Relações Diplomáticas com Portugal, com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*, Coimbra, 1928.
- QUESADA, Vicente G. *História Diplomática Latino-Americana*, 3 vols., Buenos Aires, 1919.
- QUINTAS, Amaro. *Atualidades da Inconfidência*, Recife, 1952.
- RAMIREZ, Eugenio. *Nuestras Fronteras. La República de los Estados Unidos del Brasil*, Buenos Aires, 1917.
- REIS, A. C. Ferreira. *Lobo d'Almada, um Estadista Colonial*, 2ª ed., Manaus, 1940.
- REVELLO, José Torres. *El Marques de Sobre Monte*, Buenos Aires, 1946.
- RICA, Antonio Bermejo de la. *La Colonia del Sacramento, su Origen, Desarrollo e Vicisitudes de su Historia*, Toledo, 1920.

- _____. *Relatos Sertanistas*, S. Paulo, 1953.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1940.
- RICKSCHOFFER, Ambrosius. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1624-1632)*, Recife, 1897.
- RIBEIRO, D. da Ponte. *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata*, Rio de Janeiro, 1936.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*, 15ª ed., Rio de Janeiro, 1954.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*, Rio de Janeiro, 1948.
- RODRIGUES, José Honório e RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil*, S. Paulo, 1940.
- ROSSI, Vicente. *El Gaucho. Su Origen y Evolución*, Córdoba, 1921.
- RUBIO, J. M. *La Infanta Carlota Joaquina y la Política de Espolia en América (1808-1812)*, Madrid, 1925.
- RUI, Afonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*, S. Paulo, 1942.
- RUI, Afonso. *Dossier do Marechal Pedro Labatut*, Rio de Janeiro, 1960.
- SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Rio de Janeiro, 1900.
- SALES, Ernesto Augusto Pereira O Conde de Lipe em Portugal, Vila Nova de Famalicão, 1937.
- SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*, 3ª ed., S. Paulo, 1954.
- SAN MARTIN, Olinto. *Bandeirantes no Sul do Brasil*, Porto Alegre, 1949.
- SANTOS, Carlos Afonso dos. *As Lutas entre Emboabas e Paulistas e suas consequências*, Belo Horizonte, 1952.
- SANTOS, Francisco Marques dos. *História de Santos*, 2 vols., S. Paulo, 1936.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*, Rio de Janeiro, 1924.
- SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes*, S. Paulo, 1927.
- SANTOS, Luis Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, 2 vols., Rio, 1943.
- SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*, Recife, 1943.
- SARMIENTO, Domingo F. *Facundo*, Rio de Janeiro, 1939.
- SCHIMID, Albert. *Os Rezingões*, Rio de Janeiro, 1951.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*, Lisboa, 1931.
- SILVA, Antônio Delgado da. *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1830.
- SILVA, João Pinto da. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, 1930.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da Conjuração Mineira*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1948.

- SILVA, Silvestre Ferreira da. *História do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Lisboa, 1748.
- SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. *As Missões Orientais*, Porto Alegre, 1909.
- SOARES, J. C. de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, Rio de Janeiro, 1939.
- SOUSA, A. Botelho de. *O Período de Restauração nos Mares da Metrópole, no Brasil e em Angola*, Lisboa, 1940.
- SOUSA, Bernardino José de. *Luís Barbalho (1601-1644)*, Lisboa, 1940.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*, 2 vols., S. Paulo, 1945.
- SOUSA, Pero Lopes de. *Diário de Navegação (1530-1532)*, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1940.
- SOUSA JÚNIOR, Antônio. *Do Recôncavo aos Guararapes*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1949.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, 6 vols., Rio de Janeiro, 1862.
- STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*, Rio de Janeiro, 1930.
- TAUNAY, Afonso de E. *A Grande Vida de Fernão Dias Pais*, Rio de Janeiro, 1955.
- TAUNAY, Afonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 11 vols., S. Paulo, 1924-1956.
- TAUNAY, Afonso de E. *Na Era das Bandeiras*, S. Paulo, 1922.
- TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco*, 3ª ed., Recife, 1917.
- TEITELBOIM, Volodia. *El Amanecer del Capitalismo y la Conquista de América*, Santiago, 1943.
- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul nos Dois Primeiros Séculos*, 3 vols. Porto Alegre, 1918-1922.
- TÔRRES, Antônio. *As Razões da Inconfidência*, Rio de Janeiro, 1928.
- TRIPOLI, César. *História do Direito Brasileiro*, I. *Época Colonial*, S. Paulo, 1936.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*, 3ª ed., 5 vols., S. Paulo, 1926-1936.
- VARNHAGEN, P. A. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*. S. Paulo, 1938.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1948.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*, Rio de Janeiro, 1948.
- VASCONCELOS, Frazão de. *Henrique Dias, Herói da Restauração de Pernambuco*, Lisboa, 1940.

- VASCONCELOS, Salomão de. *Bandeirismo*, Belo Horizonte, 1944.
- VIANA, Hélio. *Estudos de História Colonial*, S. Paulo, 1948.
- VIANA, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1948.
- VIANA, Hélio. *História Administrativa e Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1951.
- VIANA, Hélio. *Matias de Albuquerque*, Rio. 1944.
- VIANA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*, 3ª ed., S. Paulo, 1938.
- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*, 2 vols., S. Paulo e Rio de Janeiro, 1938-1952.
- VIANA, Urbino. *Bandeirantes e Sertanistas Baianos*, S. Paulo, 1935.
- VIEIRA, Antônio. *Obras Inéditas*, 3 vols., Lisboa, 1856-1857.
- VIGNAUD, Henry. *Améric Vespuce, 1451-1512*, Paris, 1917.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas, Bahia*, 1927.
- WATJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, S. Paulo, 1938.

FASE AUTÔNOMA

- ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil. (A Fronteira com o Paraguai)*, S. Paulo, 1938.
- ACCIOLY, Hildebrando. *O Reconhecimento da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, 1927.
- ABRANCHES, Dunshee de. *Atas e Atos do Governo Provisório*, Rio de Janeiro, 1907.
- ABRANCHES, Dunshee de. *A Ilusão Brasileira*, Rio de Janeiro, 1917.
- ABRANCHES, Dunshee de. *Memórias de um Histórico*, Rio de Janeiro, 1896.
- AGUIAR, Antônio Augusto de. *Vida do Marquês de Barbacena*, Rio de Janeiro, 1896.
- ALMEIDA, Aluisio de. *A Revolução Liberal de 1842*, Rio de Janeiro, 1944.
- ALMEIDA, Luis Castanho de. *O Sacerdote Diogo Antônio Feijó*, Petrópolis, 1951.
- ALMEIDA, Mário Monteiro de. *Episódios Históricos da Formação Geográfica do Brasil. Fixação das Raias com o Uruguai e o Paraguai*, Rio de Janeiro, 1951.
- ALMEIDA, Tito Franco de. *O Brasil e a Inglaterra ou o Tráfico de Escravos*, Rio de Janeiro, 1865.
- ALMEIDA, Washington de. *Ação da Marinha Imperial na Guerra dos Farrapos*, Rio de Janeiro, 1935.
- AMADO, Gilberto. *A Chave de Salomão*, Rio de Janeiro, 1917.
- AMADO, Gilberto. *Grão de Areia*, Rio de Janeiro, 1919.
- AMADO, Gilberto. *Depois da Política*, Rio de Janeiro, 1960.

- AMADO, Gilberto. *Mocidade do Rio e Primeira Viagem à Europa*, Rio de Janeiro, 1956.
- AMADO, Gilberto. *Presença na Política*, Rio de Janeiro, 1958.
- AMADO, Gilberto e Outros. *À Margem da História da República*, Rio de Janeiro, 1924.
- AMARAL, Azevedo. *Ensaio Brasileiro, Rio de Janeiro, 1930 - Anais do I Congresso de História da Revolução de 1894*, Curitiba, 1944.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*, S. Paulo, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *As Sedições de 1831 em Pernambuco*, S. Paulo, 1956.
- ANDRADE, Oswald de. *Um Homem sem Profissão*, Rio de Janeiro, 1953.
- ANSELMO, Otacilio. *O Ceará na Revolução de 30*, Crato, 1957.
- ANTUNES, De Paranhos. *Andrade Neves, o Vanguardeiro*, Rio de Janeiro, 1943.
- ANTUNES, De Paranhos. *Antônio Vicente da Fontoura*, Porto Alegre, 1935.
- ANTUNES, De Paranhos. *História de Rio Pardo*, Porto Alegre, 1940.
- ANTUNES, De Paranhos e Outros. *O Conde de Porto Alegre*, Rio de Janeiro, 1952.
- ANTUNES, De Paranhos. *Osório*, Porto Alegre, 1952.
- ANTUNES, De Paranhos. *Vultos e Fatos de 1835*, Porto Alegre, 1935.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso*, Rio de Janeiro, 1961.
- ARAÚJO, Oscar. *L'Idée Républicaine au Brésil*, Paris, 1893.
- ASSIS, Dilermando de. *A Trágédia da Piedade*, Rio de Janeiro, 1951.
- ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira. *A Campanha do Contestado*, 2 vols., Belo Horizonte, 1917.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*, 2ª ed., S. Paulo, 1944.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino de. *História Militar*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1950.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino de. *O Marechal Pêgo Júnior e a Invasão do Paraná*, Rio de Janeiro, 1946.
- AYAGARRAY, Lucas. *La Anarquía Argentina y el Caudilismo*, Buenos Aires, 1919.
- BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral e do Brasil*, Rio de Janeiro, 1952.
- BAEZ, Adolfo I. *Convención Preliminar de Paz entre el Imperio del Brasil y la República Argentina*, Buenos Aires, 1929.
- BALDRICH, J. Amadeo. *Historia de la Guerra del Brasil*, Buenos Aires, 1905.
- BARBAGELATA, Hugo de. *Artigas y la Revolución Americana*, Montevideu, 1928.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek, uma Revisão na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, 1960.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*, Rio de Janeiro, 1959.
- BARBOSA, Francisco de Assis e SILVEIRA, Joel. *Os Homens Não Falam Demais*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1945.

- BARBOSA, Rui. *Campanha Eleitoral*, Salvador, 1919.
- BARBOSA, Rui. *Obras Completas*, XXIII, *Cartas de Inglaterra*, Rio de Janeiro, 1946.
- BARBOSA, Rui. *Obras Completas*, XVI, *Queda do Império*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1947.
- BARBOSA, Rui. *Mocidade e Exílio*, 3ª ed., S. Paulo, 1949.
- BARBOSA, Rui. *Rui Barbosa e o Exército*, Rio de Janeiro, 1951.
- BARBOSA, Olímpio Antônio. *Horácio de Matos, sua Vida e suas Lutas*, Salvador, 1956.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Artur Jaceguai*, Rio de Janeiro, 1955.
- BARCELOS, M. *Evolução Constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933.
- BARRETO, E. Dantas. *Conspirações*, Rio de Janeiro, 1917.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*, S. Paulo, 1937.
- BARROSO, Gustavo. *O Brasil em Face do Prata*, Rio de Janeiro, 1952.
- BARROSO, Gustavo. *Tamandaré*, Rio de Janeiro, 1938.
- BARTOMEU, Floro. *Juazeiro e o Padre Cícero. (Depoimento para a História)*, Rio de Janeiro, 1923.
- BASTOS, J. Justino Alves. *Palmo a Palmo*, S. Paulo, 1934.
- BELO, José Maria. *História da República*, Rio de Janeiro, 1952.
- BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*, Rio de Janeiro, 1899.
- BEVERINA, Juan. *Caseros*, Buenos Aires, 1911.
- BEVERINA, Juan. *La Guerra contra el imperio del Brasil*, Buenos Aires, 1927.
- BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay*, Buenos Aires, 1921.
- BOEHRER, George. *Da Monarquia à República. (História do Partido Republicano do Brasil)*, Rio de Janeiro, 1953.
- BOITEUX, Henrique. *Anita Garibaldi*, Rio de Janeiro, 1935.
- BOITEUX, Henrique. *A República Catarinense*, Rio de Janeiro, 1937.
- BOITEUX, Henrique. *O Marquês de Tamandaré*. Rio de Janeiro, 1943.
- BOITEUX, Henrique. *Santa Catarina no Exército*, Rio de Janeiro, 1945.
- BOITEUX, Lucas. *A Marinha de Guerra Brasileira no Reinado de D. João VI e D. Pedro I (1807-1831)*, Rio de Janeiro, 1913.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Marinha Imperial Versus Cabanagem*, Rio de Janeiro, 1943.
- BORMANN, J. B. *Dias Fratricidas*, Curitiba, 1901.
- BORMANN, J. B. *Rosas e o Exército Aliado*, 2 vols., Aio, 1912-1913.
- BOSCHE, Ernesto Teodoro. *Quadros Alternados*, S. Paulo, 1929.
- BOX, Pelham. *Orígenes de la Guerra del Paraguay contra la triplíce Alianza*. Assunção, 1936.

- BRANDÃO, Moreno. *Aristides Lóbo*, Rio de Janeiro, 1938.
- BRANDÃO, Otávio. *O Caminho*, Rio de Janeiro, 1956.
- BRANDÃO, Ulisses. *A Confederação do Equador*, Recife, 1924.
- BRASIL, J. F. de Assis. *História da República Rio-grandense*, S. Paulo, 1887. - *O Brasil na Segunda Guerra Mundial*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1944.
- BRAVO, M. Pinto. *Curso de História Naval*, Rio de Janeiro, 1878.
- BASTOS, Humberto. *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*, Rio. 1949.
- BRIGIDO, João. *O Ceará. Homens e Fatos*, Rio de Janeiro, 1919.
- BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*, Rio de Janeiro, 1950.
- BRITO, Luís Tenório de. *Memórias de um Ajudante-de-Ordens*, S. Paulo, 1951.
- BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e Costumes dos Gaúchos*, Porto Alegre, 1918.
- BRYCE, James. *South America; Observation, and Impressions*, Londres, 1912.
- CABRAL, Osvaldo R. *Anita Garibaldi*, Rio de Janeiro, 1935.
- CABRAL, Osvaldo R. *João Maria. Interpretação da Campanha do Contestado*, S. Paulo, 1960.
- CABRAL, Osvaldo R. *República Juliana e as Comemorações do seu Centenário*, Florianópolis, 1939.
- CABRAL, Osvaldo R. *Santa Catarina*, S. Paulo, 1937.
- CADY, John F. *La Intervención Extranjera en el Rio de la Plata*, Buenos Aires, 1943.
- CALAGE, Fernando. *Episódios Históricos da Revolução dos Farrapos*. Rio de Janeiro, 1935.
- CALAGE, Fernando. *Revolução dos Farrapos*. S. Paulo, 1935.
- CALASANS, José. *A Guerra de Canudos na Poesia Popular*, Salvador, 1952.
- CALMON, Pedro. *Gomes Carneiro, o General da República*, Rio de Janeiro, 1933.
- CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*, 3 vols., S. Paulo, 1940.
- CALMON, Pedro. *Vida de D. Pedro I, o Rei Cavaleiro*, S. Paulo, 1943.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Problemas de Administração*, 2ª ed., S. Paulo, 1938.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Problemas de Governo*, 2ª ed., S. Paulo, 1936.
- CÂMARA, Adauto Miranda Raposo da. *O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai*, Natal, 1951.
- CAMINHA, Adolfo. *O Bom Crioulo*, Rio de Janeiro, 1895.
- CAMPELO, Neto. *O Barão de Lucena. (Esboço Biográfico)* 2ª ed., Rio de Janeiro, 1914.
- CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luís Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês, Duque de Caxias*, Rio de Janeiro, 1938.

- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Obras Políticas e Literárias*, Recife, 1917.
- CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay. Orígenes y Causas*, 3 vols., Buenos Aires, 1939.
- CARDOSO, Efraim. *Vísperas de la Guerra del Paraguay*, Buenos Aires, 1955.
- CARDOSO, Leontina L. *Licínio Cardoso, seu Pensamento, sua Obra, sua Vida*, Rio de Janeiro, 1944.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História do Brasil*, S. Paulo, 1933.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *Figuras e Conceitos*, Rio de Janeiro, 1924.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *Vultos e Ideias*. Rio de Janeiro, 1924.
- CARNEIRO, Davi. *A História do Incidente Cormoran*, Curitiba, 1950.
- CARNEIRO, Davi. *História da Guerra Cisplatina*, S. Paulo, 1946.
- CARNEIRO, Davi. *O Paraná na História Militar do Brasil*, Curitiba, 1942.
- CARNEIRO, Davi. *O Paraná e a Revolução Federalista*, S. Paulo, 1944.
- CARNEIRO, Davi. *Os Fuzilamentos de 1894 no Paraná*, Curitiba, 1937.
- CARNEIRO, Edison. *A Conquista da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1956.
- CARNEIRO, Edison. *A Insurreição Praieira*. Rio de Janeiro, 1961.
- CARNELLI, Lorenzo. *Oribe y su época*, Montevideu, 1933.
- CARVALHO, Afonso de. *Caxias*, 4ª ed., Rio de Janeiro, 1944.
- CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de Memórias*, Rio de Janeiro, 1957.
- CARVALHO, Daniel de. *Estudos e Depoimentos*. Rio de Janeiro, 1952.
- CARVALHO, Daniel de. *Novos Estudos e Depoimentos*. Rio de Janeiro, 1954.
- CARVALHO, Daniel de. *Traços de Uma Grande Vida. Teófilo Otoni, Campeão da Liberdade*, Rio de Janeiro, 1934.
- CARVALHO, Setembrino de. *Memórias*, Rio de Janeiro, 1950.
- CARVALHO, Rodrigues de. *Serrote Preto*. Rio de Janeiro, 1961.
- CARVALHO, José Carlos de. *O Livro de Minha Vida*, Rio de Janeiro, 1912.
- CARVALHO BRITO. *O Civilismo em Minas*, Rio de Janeiro, 1912.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *O Conde d'Eu*. S. Paulo, 1933.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a Revolução Destruiu*, Rio de Janeiro, 1931.
- CELSE, Afonso. *O Visconde de Ouro Preto*, Porto Alegre, 1935.
- CELSE, Afonso. *Oito Anos de Parlamento*, Rio de Janeiro, s/d.
- CELSE, Afonso. *O Porquê me Ufano do Meu País*. Rio de Janeiro, 1901. - *Centenário do Almirante Saldanha, 1846-1946*, Rio de Janeiro, 1947. - *Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves*, 2 vols., S. Paulo, 1951.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*, Rio de Janeiro, 1948.

- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Fronteira*, Rio de Janeiro, 1928.
- CIDADE, F. de Paula. *Lutas, ao Sul do Brasil, com os Espanhóis e seus Descendentes*, Rio de Janeiro, 1948.
- CINTRA, Assis. *O Presidente Carlos de Campos e a Revolução de 5 de Julho de 1924*, S. Paulo, 1952.
- CINTRA, Assis. *Os Escândalos da 1ª República*, S. Paulo, 1933.
- CHAGAS, América. *O Chefe Horácio de Matos*, S. Paulo, 1961.
- CLAUSEWITZ. *Princípios de Guerra*, Rio de Janeiro, 1947.
- COARACY, Vivaldo. *Couves da Minha Horta*, Rio de Janeiro, 1958.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1953.
- COARACY, Vivaldo. *Todos Contam Sua Vida. Memórias de Infância e Adolescência*, Rio de Janeiro, 1959.
- COLIN, J. *Les Transformations de la Guerre*, Paris, 1916.
- COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, Rio de Janeiro, 1938.
- *Constituições do Brasil, (1824-1946)*, Rio de Janeiro, 1948.
- CORDOBA, Pedra de. *Nuestra Guerra*, Rio de Janeiro, 1917.
- COELHO, Alberto Durão. *Algozes e Vítimas*, Rio de Janeiro, 1924.
- COELHO NETO, H. *Livro de Prata*, S. Paulo, 1928.
- COSTA, Antônio Joaquim da. *Rui Barbosa na Intimidade*, Rio de Janeiro, 1949.
- COSTA, Didio. *Noronha*, Rio de Janeiro, 1944.
- COSTA, Didio. *Saldanha*, Rio de Janeiro, 1944.
- COSTA, Craveiro. *A Conquista do Deserto Ocidental. (Subsídios para a História do Território do Acre)*, S. Paulo, 1940.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *Formação Democrática do Exército Brasileiro. (Pequena Tentativa de Interpretação Social)*, 1957.
- COSTA, Sérgio Correia da. *A Diplomacia do Marechal. (Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada)*, Rio de Janeiro, 1945.
- COSTA PORTO. *Pinheiro Machado e seu Tempo*, Rio de Janeiro, 1951.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*, Porto, 1919.
- CUNHA, Euclides da. *Campanha de Canudos. Diário da Expedição*, Rio de Janeiro, 1948.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*, Porto, 1920.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canudos*, 17ª ed., Rio de Janeiro, 1948.
- CUNHA, H. Pereira da. *A Revolta na Esquadra Brasileira em Novembro e Dezembro de 1910*, Rio de Janeiro, 1953.
- CUNHA MATOS, R. José da. *Repertório da Legislação Militar*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1834-1842.

- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956.
- DAMASCENO, Filadelfo Reis. *História do Batalhão Pirajá*, Rio de Janeiro, 1960.
- DANTAS, San Tiago. *Dois Momentos de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 1949.
- DOCA, E. F. de Sousa. *A Missão Ponsonby e a Independência do Uruguai*, Porto Alegre, 1933.
- DOCA, E. F. de Sousa. *Limites entre o Brasil e o Uruguai*, Rio de Janeiro, 1939.
- DOCA, E. F. de Sousa. *O Brasil no Prata (1815-1828)*, Rio de Janeiro, s/d. – *Documentos Parlamentares*, XIV, *Intervenção nos Estados*, Rio de Janeiro, 1921.
- DORNAS FILHO, João. *Apontamentos para a História da República*. Curitiba, 1941.
- DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja no Brasil*, S. Paulo, s/d.
- DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*, S. Paulo, 1936.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio*, Porto Alegre, 1895.
- DUARTE, Bandeira. *Rondon, o Bandeirante do Século XX*, Rio de Janeiro, 1944.
- DUARTE, Manuel. *A Revolução Farrroupilha. Suas Causas Sociais, Políticas e Económicas*, Porto Alegre, 1935.
- DUQUE-ESTRADA, Osório. *A Abolição*, Rio de Janeiro, 1918.
- EDMUNDO, Luís. *De um Livro de Memórias*, 5 vols., Rio de Janeiro, 1958.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu Tempo*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1938.
- EU, Conde d'. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, S. Paulo, 1936.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução de 1893*, Porto Alegre, 1928.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos. Gênese e Lutas*. Rio de Janeiro, 1963.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, 1958.
- FIALHO, Anfrísio. *História da Fundação da República*, Rio de Janeiro, 1891.
- FIGUEIREDO, A. J. de e FONTES, A. Silveira. *Breve Introdução à História dos Colégios Militares no Brasil*, Rio de Janeiro, 1958.
- FIGUEIREDO, A. P. de. *O Progresso*. Recife, 1950.
- FIGUEIREDO, Jackson de. *Correspondência*, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1946.
- FIGUEIREDO, J. de Lima. *Grandes Soldados do Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1944.
- FIX, T. *La Guerre du Paraguay*, Paris, 1891. – *Floriano. Memórias e Documentos*, 6 vols., Rio de Janeiro, 1939.
- FONSECA, Gondin da. *Santos Dumont*, Rio de Janeiro, 1940.
- FONSECA FILHO, Hermes da. *Pinheiro Machado*, Rio de Janeiro, 1938.
- FRAGOSO, A. Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*, Rio de Janeiro, 1922.
- FRAGOSO, A. Tasso. *A Revolução Farrroupilha*, Rio de Janeiro, 1939.

- FRAGOSO, A. Tasso. *História da Guerra da Tríplice Aliança*, 2ª ed., 5 vols., Rio de Janeiro, 1959-1962.
- FRANCISCO, João. *Psicologia dos Acontecimentos Políticos Sul-rio-grandenses*, S. Paulo, 1923.
- FREGEIRO, C. L. *La Batalla de Ituzaíngo*, Buenos Aires, 1919.
- FREGEIRO, C. L. *Lecciones de Historia Argentina*, Buenos Aires, 1913.
- FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, 2ª ed., 2 vols., Rio de Janeiro, 1894.
- FREITAS, O. Tuiuti de Oliveira. *A Invasão de São Borja*, 2ª ed., Porto Alegre, 1943.
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitacio Pessoa (1865-1942)*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1938.
- GALENO, Henriqueta. *A Revolução Farroupilha. Causas Sociais, Políticas e Econômicas*, Porto Alegre, 1935.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias*, Porto Alegre, 1958.
- GAMA, Anibal. *A Marinha de Guerra na Pacificação Interna do Brasil*, Rio de Janeiro, 1923.
- GAMA, Anibal. *Libertação do Brasil do Jugo Lusitano*, Rio de Janeiro, 1941.
- GARIBALDI, Anita. *Garibaldi na América*, Porto Alegre, 1935.
- GARMENDIA, J. I. *Campaña de Corrientes y de Rio Grande*, Buenos Aires, 1904.
- GENTIL, Alcides. *As Ideias de Alberto Tôrres*, 3ª ed., S. Paulo, 1938.
- GONZALEZ, Joaquim. *Mitre*, Buenos Aires, 1931.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*, Rio de Janeiro, 1961.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. *Alma Heroica das Coxilhas*, Rio de Janeiro, 1935.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. *Gumercindo Saraiiva na Guerra dos Maragatos*, Rio de Janeiro, 1943.
- GREENHALG, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História. 1763-1882*, Rio de Janeiro, 1951.
- GRIECO, Donatelo. *Napoleão e o Brasil*, Rio de Janeiro, 1939.
- GUANABARA, Alcindo. *A Presidência Campos Sales*, Rio de Janeiro, 1902.
- GUEIROS, Oprato. *Lampião*, 2ª ed., S. Paulo, 1953.
- GUIMARÃES, Moreira. *Juízos Críticos*, Rio de Janeiro, 1904.
- GUIMARÃES, Pinheiro. *Um Voluntário da Pátria*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1958.
- HERRERA, Luis Alberto. *La Misión Ponsonby*, 2 vols., Montevideu, 1930. - *História da Guerra do Paraguai*, 4 vols., Rio de Janeiro, 1871.
- HERRERA, Luis Alberto. *La Clausura de los Rios*. Montevideu, 1920.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1948.
- HORCADES, Alvim Martins. *Uma Viagem a Canudos*, Bahia, 1899.
- GUIMARÃES ROSA, J. *Grande Sertão: Veredas*, Rio de Janeiro, 1959.
- HUMPHREYS, Robin A. *Liberation of South America*, Londres, 1952.
- HUPÉ, Robert Strausz e HAZARD, Harry W. - *The Idea of Colonialism*, New York, 1958.
- HURLEY, Jorge. *A Cabanagem*, Belém, 1936.
- HURLEY, Jorge. *Traços Cabanos*, Belém, 1934.
- IBARGUREN, Carlos. *Juan Manuel Rosas*, Buenos Aires, 1933.
- ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, 1949.
- JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*, Rio de Janeiro, 1893.
- KLINGER, Bertoldo. *Narrativas Autobiográficas*, 7 vols., Rio de Janeiro, 1944-1953.
- LAGO, Laurênio. *Generais da República*, Rio de Janeiro, 1944.
- LAMBERT, J. *Os Dois Brasis*, Rio de Janeiro, 1959.
- LASSAGA, R. J. *História de Lopez*, Buenos Aires, 1932.
- LAVRADOR, José. *Heróis de Noventa e Três*, Rio de Janeiro, 1938.
- LAYTANO, Dante de. *Almanaque do Rio Pardo*, Porto Alegre, 1935.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*, Porto Alegre, 1936.
- LEAL, Aurelino. *História Constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, 1915.
- LEAL, Aurelino. *O Parlamentarismo e o Presidencialismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1924.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio de Janeiro, 1949.
- LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*, S. Paulo, 1942.
- LEMOS, Miguel. *Ao Povo e ao Governo da República. Indicações Urgentes*, Rio de Janeiro, 1889.
- LEMOS, Miguel. *Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1934.
- LEMOS, Miguel e LEMOS, T. *Representação ao Congresso Nacional*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1935.
- LEMOS, Miguel. *Mensagem ao General Deodoro*, Rio de Janeiro, 1889.
- LEMOS, Miguel. *O Positivismo e a Escravidão Moderna*, 2ª ed., Rio.
- LEMOS, Miguel, e LEMOS, T. *A última Crise*, Rio de Janeiro, 1891.
- LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *Na Revolução de 30*, Rio de Janeiro, 1931.

- LIMA, Cláudio de Araújo. *Plácido de Castro, um Caudilho contra o Imperialismo*, S. Paulo, 1952.
- LIMA, Azevedo. *Reminiscências de um Carcomido*, Rio de Janeiro, 1958.
- LIMA, João. *Figuras da República Velha*, Rio de Janeiro, 1931.
- LIMA e SILVA, Luis Manuel de. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*, Rio de Janeiro, 1956.
- LINS, Álvaro. *Rio-Branco*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1946.
- LINS, Ivã. *Benjamim Constant*, Rio de Janeiro, 1936.
- LINS, Ivã. *Católicos e Positivistas*, Rio de Janeiro, 1937.
- LINS, Ulisses. *Um Sertanejo e o Sertão*, Rio de Janeiro, 1957.
- LLOYD, Christopher. *The Navy and the Slave Trade*, Londres, 1949.
- LIRA, A. Tavares de. *Organização Política e Administrativa do Brasil. (Colônia, Império, República)*, S. Paulo, 1941.
- LÔBO, Hélio. *Antes da Guerra, A Missão Saraiva ou os Preliminares do Conflito com o Paraguai*, Rio de Janeiro, 1914.
- LÔBO, Hélio. *História Diplomática do Brasil. Às Portas da Guerra. (Do Ultimato Saraiva, 10 de Agosto de 1864, à Convenção de 1865)*, Rio de Janeiro, 1916.
- LÔBO, José de Figueiredo. *Conseqüências da Tragédia do 29º. B.C. na Paraíba*, Salvador, 1950.
- LOURENÇO FILHO. *O Juazeiro do Padre Cícero*, 2ª ed., S. Paulo, s/d.
- LOPEZ, Vicente Fidel. *Manual de História Argentina*, Buenos Aires, 1920.
- LOPEZ, Teodorico, e TÔRRES, Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil. 1808-1945*, Rio de Janeiro, 1946.
- LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e as Partes Meridionais do Brasil*, S. Paulo, 1942.
- LUNA, Corrêa. *Campaña del Brasil*, 2 vols., Buenos Aires, 1931.
- LUZ, Aujor Ávila. *Os Fanáticos. Crimes e Aberrações da Religiosidade dos Nossos Caboclos*, Florianópolis, 1952.
- MACEDO COSTA, Antônio. *Direito contra Direito*, Porto, 1875.
- MACEDO COSTA, Antônio de. *Processo e Julgamento do Bispo do Pará*, Rio de Janeiro, 1874.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. *Justiça. A Revolta Militar em São Paulo*, Paris, 1925.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. *Os Falsos Troféus de Ituzaingo*, S. Paulo, 1926.
- MACEDO SOARES, Henrique Duque Estrada de. *A Guerra de Canudos*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1959.
- MANACORDA, Telmo. *Frutuoso Rivera*, Madrid, 1933.
- MACIEL, Pretetaxto. *Os Generais do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1940.

- MAIA, Prado. *Através da História Naval Brasileira*, S. Paulo, 1936.
- MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. *A Obra Ciclóptica do General Rondon*, Rio de Janeiro, 1956
- MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*, 4ª ed., S. Paulo, 1942.
- MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. *Pelos Sertões do Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, 1941.
- MAGALHÃES, J. B. *A Compreensão da Guerra*, Rio de Janeiro, 1943.
- MAGALHÃES, J. B. *Evolução Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1958.
- MAGALHÃES, J. B. *Consolidação da República*, Rio de Janeiro, 1947.
- MAGALHÃES, J. B. *Osório, Símbolo de um Povo, Síntese de uma Época*, Rio de Janeiro, 1946.
- MAGALHÃES, Francisco. *Reminiscências de Gaúcho*, Pelotas, 1940.
- MANGABEIRA, João. *Rui, o Estadista da República*, Rio de Janeiro, 1943.
- MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político do Ano de 1842 em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, 1844.
- MARTINS, José Júlio da Silveira. *Silveira Martins*, Rio de Janeiro, 1929.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro, a Espada contra o Império*, 2 vols., S. Paulo, 1957.
- MAUÁ, Barão de. *Autobiografia*, Rio de Janeiro, 1943.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *O Regime Presidencial no Brasil*, Rio de Janeiro, 1914.
- MELO, Antônio Joaquim de. *Gervásio Pires Ferreira*, 2 vols., Recife, 1895.
- MELO, Custódio José de. *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, 2 vols., S. Paulo, 1938.
- MELO, Dante de. *A Verdade sobre "Os Sertões"*, Rio de Janeiro, 1958.
- MELO, Milton F. de. *A Setembrizada*, Recife, 1951.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Introdução à Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, 1934.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um Estadista da República. (Afrânio de Meio Franco e seu Tempo)*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1955.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um Soldado do Reino e do Império*, Rio de Janeiro, 1942.
- MELO FRANCO, Virgílio. *Outubro*, 1930, Rio de Janeiro, 1931.
- MENNA BARRETO, João de Deus Noronha. *Os Menna Barreto. Seis Gerações de Soldados (1769-1950)*, Rio de Janeiro, 1950.
- MENDES, R. Teixeira. *A Pátria Brasileira*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1902.

- MENDES, R. Teixeira. *Benjamim Constant*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1913.
- MENDES, R. Teixeira. *O Ano Sem Par*, Rio de Janeiro, 1900.
- MENDES, R. Teixeira. *O Apostolado Positivista*, Rio de Janeiro, 1901.
- MENDES, R. Teixeira. *Resumo Cronológico da Evolução do Positivismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1930.
- MENDES, R. Teixeira. *Uma Retificação: A Ditadura Republicana e o Positivismo*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1933.
- MENDONÇA, Geonísio. *Os Positivistas na República*, Rio de Janeiro, s/do
- MENDONÇA, Renato de. *Fronteira em Marcha*, Rio de Janeiro, 1956.
- MENDONÇA, Renato de. *História da Política Externa do Brasil, México*, 1945.
- MESQUITA, Elpidio. *Dois Regimes*, Rio de Janeiro, 1896.
- MILTON, Aristides. *A Campanha de Canudos*, Rio de Janeiro, 1902.
- MIRANDA, Nini. *A Vida do Marechal Hermes da Fonseca*, Rio de Janeiro, 1926.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império. O Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, 1946.
- MONTEIRO, Tobias. *O Presidente Campos Sales na Europa*, Rio de Janeiro, 1928.
- MONTEIRO, Tobias. *História dos Depoimentos*, Rio de Janeiro, 1913.
- MONTENEGRO, Abelardo. *História do Cangaceirismo no Ceará*, Fortaleza, 1955.
- MONTENEGRO, Abelardo. *História do Fanatismo no Ceará*, Fortaleza, 1959.
- MORAIS, Evaristo de. *Da Monarquia para a República*, S. Paulo, 1936.
- MORAIS, E. Vilhena de. *Caxias em São Paulo. A Revolução de Sorocaba*, Rio de Janeiro, 1934.
- MORAIS, E. Vilhena de. *O Duque de Ferro. Aspectos da Figura de Caxias*, Rio de Janeiro, 1933.
- MORAIS, João Batista de. *Revolução de 1842*, S. Paulo, 1908.
- MORAIS, Walfrido. *Jagunços e Heróis*, Rio de Janeiro, 1963.
- MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes*, 2ª ed., S. Paulo, 1945.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1963.
- MOREL, Edmar. *Dragão do Mar, o Jangadeiro da Abolição*, Rio de Janeiro, 1949.
- MOREL, Edmar. *Padre Cícero, o Santo do Juazeiro*, Rio de Janeiro, 1946.
- MOTA, Artur Silveira da. *De Aspirante a Almirante*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1906-1907.
- MOTA, Artur Silveira da e FREITAS, Carlos Vidal de Oliveira *Ensaio Histórico sobre a Gênese e Desenvolvimento da Armada Brasileira até o Fim do Século XIX*, Rio de Janeiro, 1903.
- MOURA, A. Lourival de. *As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil*, S. Paulo, 1937.

- MURICY, José Cândido da Silva. *A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná*, Rio de Janeiro, 1946.
- NABUCO, Joaquim. *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta*, S. Paulo, 1939.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, 2ª ed., 2 vols., S. Paulo, 1938.
- NAPOLEÃO, Aluísio. *Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos*, Rio de Janeiro, 1947.
- NAPOLEÃO, Aluísio. *Santos Dumont et la Conquête de l'Air*, Rio de Janeiro, 1948.
- NICHOLS, Madaline Wallis. *O Gaúcho, Captivo de Gado, Cavaleiro, Ideal de Romance*, Rio de Janeiro, 1946.
- NOETTES, Lefebvre de. *L'Attelage et le Cheval de Selle à Travers les Âges*, Paris, 1931.
- NUNES, J. de Castro. *Alguns Homens do Meu Tempo. (Memórias e Impressões)*, Rio de Janeiro, 1957. - *Ofícios do Barão de Caxias. (Como Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante-Chefe do Exército em Operações contra os Farrapos)*, Rio de Janeiro, 1950.
- ÓLEARY, Juan. *El Mariscal Solano Lopez*, 2ª ed., Madrid, 1925.
- OLIVEIRA, Clodomiro de. *Concessão da Itabira Iron*, Belo Horizonte, 1934.
- OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e. *Bosquejo Histórico e Documentado das Operações Militares na Província do Rio Grande do Sul*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1938.
- OLIVEIRA, Xavier de. *O Exército e o Sertão*, Rio de Janeiro, 1932.
- OLIVEIRA LIMA, M. *Memórias*, Rio de Janeiro, 1937.
- OLIVEIRA VIANA, F. F. de. *O Ocaso do Império*, S. Paulo, s/d.
- OLIVEIRA VIANA, F. F. de. *Problemas de Política Objetiva*, S. Paulo, 1936.
- OLIVEIRA VIANA, F. J. *Instituições Políticas Brasileiras*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1949.
- ORIBE, Aquiles B. *Brigadier General Don Manuel Oribe*, 2 vols. Montevideu, 1913.
- ORICO, Osvaldo. *O Condestável do Império*, Porto Alegre; 1933.
- OSÓRIO, Fernando. *História do General Osório*, Rio de Janeiro, 1894.
- ORNELAS, Manoelito de. *Gaúchos e Beduínos*, Rio de Janeiro, 1948.
- OSÓRIO FILHO, Fernando. *A Ação Militar e o Plano Republicano de 1836*, Porto Alegre, 1935.
- OSÓRIO FILHO, Fernando. *A Graça e o Livramento Heróico dos Farrapos*, Pelotas, 1935.
- OSÓRIO FILHO, Fernando. *As Mulheres Farrapuilhas*, Porto Alegre, 1935.
- OSÓRIO FILHO, Fernando. *Guerra dos Farrapos*, Porto Alegre, 1935.
- OSÓRIO, Fernando Luís. *A Guerra Civil dos Farrapos*, Porto Alegre, 1935.
- OTONI, C. B. *O Advento da República no Brasil*, Rio de Janeiro, 1890.
- OURO PRÉTO, Visconde de. *Marinha de Outrora*, Rio de Janeiro, 1886.

- OURO PRÉTO, Visconde de. *Advento da Ditadura no Brasil*, Paris, 1891.
- PEÇANHA, Nilo. *Política, Economia e Finanças*, Rio de Janeiro, 1922.
- PAGUIER, Pierre. *Santos Dumont, Maître d'Action*, Paris, 1952.
- PENALVA, Gastão. *A Marinha do Meu Tempo*, Rio de Janeiro, 1951.
- PEIXOTO, Dermeval. *Memórias de um Velho Soldado*, Rio de Janeiro, 1960.
- PEIXOTO, Silveira. *A Tormenta que Prudente de Moraes Venceu*, Curitiba, 1942.
- PEREGRINO, Umberto. "Os Sertões" como História Militar, Rio de Janeiro, 1956.
- PESSANHA, José Benedito de Almeida. *Os Almirantes Pessanha*, Porto, 1923.
- PESSÔA, Epitácio. *Discursos e Artigos em Defesa de um Livro*, Rio de Janeiro, 1926.
- PESSÔA, Epitácio. *Obras Completas, I. Discursos Parlamentares (1890-1893)*, Rio de Janeiro, 1955.
- PESSÔA, Epitácio. *Pela Verdade*, Rio de Janeiro, 1925.
- PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado*, Rio de Janeiro, 1949.
- PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, Rio de Janeiro, 1938.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*, Rio de Janeiro, 1946.
- PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu Tempo*, S. Paulo, 1942.
- PINTO, Estevão. *O General Abreu e Lima*, Recife, 1949.
- PINTO, L. A. da Costa. *Luís de Famílias no Brasil*, S. Paulo, 1949.
- PINTO, Pereira. *Apontamentos para o Direito Internacional*, 4 vols., Rio de Janeiro, 1864-1869.
- PONTES, Carlos. *Motivos e Aproximações*, Rio de Janeiro, 1959.
- PONTES, Elói. *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, 1938.
- PONTES, Elói. *A Vida Exuberante de Olavo Bilac*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1944.
- PORTO, Aurélio. *Jacinto Pinto Guedes*, Rio de Janeiro, 1937.
- PORTO, Aurélio. *Os Corrêas da Câmara*, Rio de Janeiro, 1938.
- PORTO, Aurélio. *Processo dos Farrapos*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1934-1935.
- PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e o seu Tempo*, Rio de Janeiro, 1951.
- PORTO, José Mariano. *Apontamentos Biográficos de Gaspar da Silveira Martins*, Rio de Janeiro, 1891.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*, Porto Alegre, 1935.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*, 2ª ed., Paris, 1895.
- PRADO, Eduardo. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, Lisboa, 1890.
- PRADO, Nazareth. *Antônio Prado no Império e na República*, S. Paulo, 1929.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*, S. Paulo, 1929.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*, S. Paulo, 1933.

- PRAZERES, Oto. *O Brasil na Guerra. Algumas Notas para a História*, Rio de Janeiro, 1919.
- QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *Estudos de Sociologia Histórica*, S. Paulo, 1957.
- QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *La Guerre Sainte au Brésil, le Mouvement Messianique du "Contestado"*, S. Paulo, 1957.
- QUEGADA, Ernesto. *La Epoca de Rosas*, Buenos Aires, 1899.
- QUINTAS, Amaro. *A Gênese do Espírito Republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817*, Recife, 1939.
- QUINTAS, Amaro. *A Revolução Praieira*, Recife, 1948.
- QUINTAS, Amaro. *Considerações sobre a Revolução Praieira*, Recife, 1949.
- QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Recife, 1946.
- QUINTAS, Amaro. *Um Intérprete da Revolução Praieira*, Recife, 1948.
- RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, 1948.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*, 5 vols., Rio de Janeiro, 1865-1890.
- RAMOS, R. Antônio. *La Política del Brasil en el Paraguay*, Assunção, 1946.
- RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleans*, S. Paulo, 1935.
- RANGEL, Alberto. *Fora de Forma*, Rio de Janeiro, 1900.
- RANGEL, Alberto. *No Rolar do Tempo*, Rio de Janeiro, 1937. - *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*, Rio de Janeiro, 1938.
- REICHARDT, H. Canabarro. *Bento Gonçalves*, Porto Alegre, 1932.
- REICHARDT, H. Canabarro. *David Canabarro*, Porto Alegre, 1935.
- REIS, Artur César Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1947-1948.
- REIS, T. Furtado dos. *Os Brasileiros na História da Navegação Aérea*, Rio de Janeiro, 1934
- _____. *Revolução (A) dos Farrapos no Arquivo Imperial*, 2 vols., Porto Alegre, 1951.
- _____. *Revolução (A) de 7 de Novembro de 1837. (Sabinada)*, Bahia, 1945.
- _____. *República (A) Brasileira*, Rio de Janeiro, 1939.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Mínhas Recordações*, Rio de Janeiro, 1952.
- RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata*, Rio de Janeiro, 1936.
- RIBEIRO, Sabóia. *Roteiro de Adolfo Caminha*, Rio de Janeiro, 1952.
- RIO BRANCO, Barão do. *Obras*, VII, *Biografias*, Rio de Janeiro, 1947.
- RIO BRANCO, Barão do. *Obras*, VIII, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1948.
- ROCHA, Melquíades da. *Bandoleiro das Caatingas*, Rio de Janeiro, s/d.

- RODRIGUES, Félix Contreiras. *O Farrapo*, Porto Alegre, 1935.
- RODRIGUES, Lísias. *Brasil Aeronáutico*, Rio de Janeiro, 1944.
- RODRIGUES, Lísias. *Brasileiros Pioneiros do Ar*, Rio de Janeiro, 1944.
- RODRIGUES, Lísias. *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1947.
- RODRIGUES, Mário. *Meu Libelo*, Rio de Janeiro, 1928.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. *General Antônio Ernesto Gomes Carneiro*, Rio de Janeiro, 1946.
- ROSA, Otelo. *Júlio de Castilhos*, Porto Alegre, 1928.
- ROSA, Otelo. *Vultos da Epopéia Farrouphilha*; Porto Alegre, 1935.
- ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*, Rio de Janeiro, 1920.
- SÁ, Carlos e outros. *Biografia de Francisco Sá*, S. Paulo, 1938.
- SABOIA, Barão de. *Traços da Política Republicana no Brasil*, Rio de Janeiro, 1897.
- SAN MARTIN, Olinto. *Bento Manuel Ribeiro*, Porto Alegre 1935.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Bosquejo de Minhas Viagens ao Brasil e Paraguai*, Rio de Janeiro, 1949.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. (1820-1821)*, S. Paulo, 1939.
- SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*, S. Paulo, 1908.
- SANTOS, Amílcar Salgado dos. *A Guerra entre o Brasil e a Argentina em 1827*, S. Paulo, 1923.
- SANTOS, José Maria dos. *A Política Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, 1934.
- SANTOS, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista. Subsídios para a História da República*, Rio de Janeiro, 1960.
- SANTOS, Noronha. *Centenário do Nascimento do Almirante Júlio César de Noronha*, Rio de Janeiro, 1945.
- SCHNEIDER, L. *A Guerra da Triplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai, (1864-1870)*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1875-1876.
- SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers*, Porto Alegre, 1901.
- SEIDLER, Carl. *Dez Anos no Brasil*, S. Paulo, 1941.
- SEIDLER, Carl. *Histórias das Guerras e Revoluções do Brasil. (De 1825 a 1835)*, S. Paulo, 1939.
- SENA, Caio Nelson de. *João Pinheiro. Sua Vida, sua Obra, seu Exemplo*, Belo Horizonte, 1941.
- SENA, Ernesto. *Deodoro (Notas de um Repórter. Subsídios para a História)*, Rio de Janeiro, 1895.
- SERRA, Astolfo. *A Balaiada*, Rio de Janeiro, 1945.
- SERRA, Astolfo. *Caxias e seu Governo Civil na Província do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1943.
- SERPA, Phocion. *Visconde de Taunay*, Rio de Janeiro, 1952.

- SERZEDELO, CORREIA, I. *O Problema Econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1903.
- SERZEDELO CORREIA, I. *A reforma Constitucional*, Rio de Janeiro, 1904.
- SEWELOH, A. A. F. *Reminiscências da Campanha de 1827*, Rio de Janeiro, 1936.
- SIMONSEN, Roberto. *As Crises no Brasil*, S. Paulo, s/d.
- SILVA, J. Pereira da. *História da Fundação do Império Brasileiro*, 6 vols., Rio de Janeiro, 1864.
- SILVA, Teotônio Meireles da. *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro, 1884.
- SILVA, Valentim Benício da. *Osório*, Rio de Janeiro, 1939.
- SILVA JARDIM. *A República no Brasil*, Rio de Janeiro, 1889.
- SILVA JARDIM. *Salvação da Pátria*, Santos, 1888.
- SILVA JARDIM. *Pela República, contra a Monarquia*, Rio de Janeiro, 1889.
- SOARES, José de Sousa. *O Militarismo na República*, S. Paulo, 1925.
- SOARES, J. O. Pinto. *O Contestado. Subsídios para a História*. (1914-1915), Santa Maria, s/d.
- SOARES, Teixeira. *A Diplomacia do Império no Rio da Prata*, Rio de Janeiro, 1955.
- SOARES JÚNIOR, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua Época*, 2 vols., S. Paulo, 1959.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, 1944.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História do Vice-Reinado do Rio da Prata*, Rio de Janeiro, 1947.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Narrativas Militares*, Rio de Janeiro, 1959.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, 1963.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo*, Rio de Janeiro, 1961.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*, S. Paulo, 1939.
- SOUSA, Eusébio de. *Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança. 1865-1870*, Rio de Janeiro, 1944.
- SOUSA, Eusébio de. *História Militar do Ceará*, Fortaleza, 1950.
- SOUSA, Eusébio de. *Sampaio, Patrono da Infantaria*, Rio de Janeiro, 1944.
- SOUSA, José Antônio Soares de. *A Vida do Visconde do Uruguai. (1807-1866)*, S. Paulo, 1945.
- SOUSA, J. P. Coelho de. *O Sentido e o Espírito da Revolução Farroupilha*, Porto Alegre, 1945.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*, 9 vols., Rio de Janeiro, 1959.
- SOUSA, Raul Alves de. *História Política dos Governos da República*, Rio de Janeiro, 1927.

- SOUZA JÚNIOR, Antônio. *Caminhos Históricos de Invasão*, Rio de Janeiro, 1950.
- SPALDING, Walter. *A Invasão Paraguaia no Brasil*, S. Paulo, 1940.
- SPALDING, Walter. *Farrupilhas e Caramurus*, Porto Alegre, 1944.
- SUBIROFF, Ivan (Nereu Rangel Pestana). *A Oligarquia Paulista*, S. Paulo, 1919.
- SOSA AGUIAR, F. M. de. *Indústria Siderúrgica*, Rio de Janeiro, 1910. - *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, 1942-49.
- TAMM, Paulo. *João Pinheiro*, Belo Horizonte, 1947.
- TAPAJÓS, Vicente. *História Administrativa do Brasil*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1956-1957.
- TAUNAY, Visconde de. *Augusto Leverger*, S. Paulo, s/ d.
- TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna, Episódios da Guerra do Paraguai*, 10ª ed., S. Paulo, s/d.
- TAUNAY, Visconde de. *Cartas da Campanha. A Cordilheira. Agonia de Lopez*, (1869-1870), S. Paulo, 1922.
- TAUNAY, Visconde de. *Cartas da Campanha de Mato Grosso*, Rio. 1944.
- TAUNAY, Visconde de. *Diário do Exército, I, A Campanha da Cordilheira*, S. Paulo, s/ d.
- TAUNAY, Visconde de. *Diário do Exército, II. De Campo Grande a Aquidabã*, S. Paulo, s/d.
- TAUNAY, Visconde de. *Dias de Guerra e de Sertão*, S. Paulo. s/d.
- TAUNAY, Visconde de. *Em Mato Grosso Inválido*, (1866-1867), S. Paulo, s/d.
- TAUNAY, Visconde de. *Marcha das Forças. (Expedição de Mato Grosso) (1865-1866)*, S. Paulo, s/d.
- TAUNAY, Visconde de. *Memórias*, S. Paulo, 1948.
- TAUNAY Visconde de. *Recordações de Guerra e de Viagem*, S. Paulo, 1934.
- TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*, S. Paulo, 1923.
- TAUNAY, Visconde de. *Trechos de Minha Vida*, S. Paulo, 1921.
- TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, 3ª ed., Recife, 1917.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A Seca de 1915*, Rio de Janeiro, 1922.
- TEÓFILO Rodolfo. *A Seca de 1919*, Rio de Janeiro, 1922.
- TEÓFILO, Rodolfo. *História da Seca no Ceará. (1877-1880)*, Rio de Janeiro, 1922.
- THIOLLIER, Renée. *A República Riograndense e a Guerra Paulista de 1932*, S. Paulo, 1952.
- TINOCO, Brígido. *A Vida de Nilo Peçanha*, Rio de Janeiro, 1962.
- TITARA, Ladislau dos Santos. *Diário das Operações do Exército Brasileiro. Campanha de 1851-52*, Rio de Janeiro, 1878.

- TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, 3 vols., Rio 1961.
- TOLENTINO, José. *Nilo Peçanha*, Rio de Janeiro, 1934.
- TÔRRES, Alberto. *A Organização Nacional*, S. Paulo, 1938.
- TÔRRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*, 3ª ed., S. Paulo, 1938.
- TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *O Positivismo no Brasil*, Petrópolis, 1943.
- TÔRRES HOMEM, J. S. *Anais das Guerras do Brasil com Os Estados do Prata e Paraguai*, Rio de Janeiro, 1911.
- UMA TESTEMUNHA OCULAR. *Contribuição para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires*, S. Paulo, 1946.
- VAL, Nilo. *Formação do Exército Brasileiro e sua Evolução no Século XIX*, Rio de Janeiro, 1928.
- VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*, 6 vols., Porto Alegre, 1933.
- VARELA, Alfredo. *História da República Riograndense*, 2 vols. Porto Alegre, 1929.
- VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*, 2 vols., Porto Alegre, 1915.
- VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1897.
- VARGAS, Heitor. *O Nefasto Militarismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1932.
- VASCONCELOS, Genserico. *História Militar do Brasil*, 3ª ed., 2 vols., Rio de Janeiro, 1942.
- VIANA, Carlos Onete y. *La Diplomada dei Brasil en el Rio de la Plata*, Montevidéo, 1903.
- VIANA, Hélio. *Estudos de História Imperial*, S. Paulo, 1950.
- VIANA, Hélio. *História da Viação Brasileira*, Rio de Janeiro, 1949.
- VIANA FILHO, Luís. *A Sabinada (República Baiana de 1837)*, Rio de Janeiro, 1938.
- VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Rui Barbosa*, S. Paulo, 1941.
- VIEIRA, Hermes. *Ouro Preto, o Homem e a Época*, S. Paulo, 1949.
- VIGNALE, Julio César. *Consequencias de Caseros*, Montevidéo, 1946.
- VILLEROY, A. Ximeno de. *Benjamim Constant e a Política Republicana*, Rio de Janeiro, 1928.
- WEBSTER, Charles. *Britain and the Independence of Latin America. 1812-1830*, 2 vols., Oxford, 1938.
- WEBSTER, Charles. *The Foreign Policy of Palmersto, 1830-1914*, 2 vols., Londres, 1951.
- WERNECK, A. L. Santos. *O Positivismo Republicano na Academia*, S. Paulo, 1880.
- WERNECK, Américo. *Erros e Vícios da Organização Republicana*, Petrópolis, 1893.

FASE NACIONAL

- ALLEN, James S. *Atomic Imperialism. The State Monopoly and the Bomb*, New York, 1952.
- ALMEIDA, Gil de. *Homens e Fatos de uma Revolução*, Rio de Janeiro, 1931.
- ALMEIDA, José Américo de. *Ocasos de Sangue*, Rio de Janeiro, 1955.
- ALMEIDA, Martins de. *Brasil Errado*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1953.
- AMADO, Jorge. *A Vida de Luís Carlos Prestes*, S. Paulo, 1948.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Rio de Janeiro, 1938.
- AMARAL, Azevedo. *O Brasil na Crise Atual*, S. Paulo, 1934.
- AMARAL, L. *Os Pródromos da Campanha Presidencial*, S. Paulo, 1929.
- ANDRADE, Almir de. *Contribuição à História Administrativa do Brasil. Na República, até o ano de 1945*, Rio de Janeiro, 1950.
- ANDRADE, Delmiro Pereira de. *O 11º RI da Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, 1950.
- ANDRADE, H. *Tudo por S. Paulo*, S. Paulo, 1932.
- ARAGÃO, Campos de. *Cadete do Realengo*, Rio de Janeiro, 1959.
- ARANTES, Altino. *Passos do Meu Caminho*, Rio de Janeiro, 1958.
- _____. *Assassinato (J) do Patriota Lafaiete Fonseca*, Rio de Janeiro, 1950.
- AZEVEDO, Gwaier de. *Discurso Pronunciado no Clube Militar no Dia 25 de Junho de 1922*, Recife, 1932.
- BAGÚ, Sergio. *Argentina en el Mundo*, Buenos Aires, 1961.
- BARATA, H. *O Assalto de 1930*, Rio de Janeiro, 1932.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, S. Paulo, 1933.
- BARRETO, G. *Memórias de Duas Campanhas*, Rio de Janeiro, 1933.
- BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1952.
- BASTOS, Abgvar. *Prestes e a Revolução Social*, Rio de Janeiro, 1946.
- BASTOS, J. J. Alves. *Palmo a Palmo*, S. Paulo, 1932.
- BIOSCA, Fernando Lavaquiel. *A Intendência no Teatro de Operações da Itália*, Rio de Janeiro, 1950.
- BLACKETT, P. M. S. *Fear, War and the Bomb. Military and Political Consequences of Atomic Energy*, New York, 1946.
- BORGES, Kepler. *O Brasil na Guerra*, Rio de Janeiro, 1947.
- BRAGA, Rubem. *Com a F. E. B. na Itália*, Rio de Janeiro, 1945.

- BRUSSOLO A. *Tudo pelo Brasil. Diário de um Repórter sobre o Movimento Constitucionalista*, S. Paulo, 1932.
- CABANAS, João. *A Coluna da Morte*, S. Paulo, 1928.
- CABANAS, João. *Os Fariseus da Revolução*, Rio de Janeiro, 1932.
- CALLAGE, R. *Episódios da Revolução*, Porto Alegre, 1930.
- CÂMARA, L. *Na República Velha*, Rio de Janeiro, 1931.
- CARVALHO, A. *1ª Bateria, Fogo!*, Rio de Janeiro, 1931.
- CARVALHO, J. Nunes de. *O Terceiro 5 de Julho*, Rio de Janeiro, 1952.
- CARVALHO, Nelson Rodrigues de. *Do Têrço Velho ao Sampaio da F. E. B.*, Rio de Janeiro, 1953.
- CARVALHO E SILVA, Herculano de. *A Revolução Constitucionalista*, Rio de Janeiro, 1932.
- CASASSANTA, Mário. *As Razões de Minas*, Belo Horizonte, 1931.
- CASTILHO CABRAL, C. *Batalhões Patrióticos na Revolução de 1924*, S. Paulo, 1927.
- CASTRO, A. N. *Tenentismo e Fascismo*, Rio de Janeiro, 1932.
- CASTRO, Sertório de. *Política, és Mulher*, Rio de Janeiro, 1933.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato. Vida e Obra*, 2 vols., S. Paulo, 1959.
- CHEVALLIER, Carlos. *Memórias de um Revoltoso ou Legalista*, Niterói, 1927.
- CISNEIROS, A. *A Nova República*, Rio de Janeiro, 1931.
- COARACY, Vivaldo. *A Sala da Capela*, S. Paulo, 1933.
- COARACY, Vivaldo. *Encontros com a Vida*, Rio de Janeiro, 1962.
- COPE, Harley F. *Command at Sea*, New York, 1943.
- COSTA, Ciro e GÓIS, Eurico de. *Sob a Metralha*, S. Paulo, 1924.
- COSTA, J. A. *Criminosos de Duas Revoluções*, S. Paulo, 1933.
- COUTINHO, Lourival. *O General Góis depõe*, Rio de Janeiro, 1955.
- CUPERTINO, Fausto. *Inflação, Arma dos Ricos*, Rio de Janeiro, 1963.
- DEPOIMENTO DE OFICIAIS DA RESERVA SOBRE A F. E. B., S. Paulo, 1949.
- DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas*, S. Paulo, 1926.
- DINIZ, Osório da Rocha. *O Brasil em Face dos Imperialistas Modernos*, S. Paulo, 1940.
- DUARTE, Paulo. *Agora, nós!*, S. Paulo, 1927.
- DUARTE, Paulo. *Palmares pelo Avesso*, S. Paulo, 1948.
- DUARTE, Paulo. *Que é que há?*, S. Paulo, 1951.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *A Nossa Guerra*, S. Paulo, 1932.
- ENEIDA. *Banho de Cheiro*, Rio de Janeiro, 1962.
- ESTUDANTE (J) MARIGHELA NAS PRISÕES DO ESTADO NOVO, Rio de Janeiro, 1948.

- FAGUNDES, M. Seabra. *As Forças Armadas na Constituição*, Rio de Janeiro, 1955.
- FARIA, Otávio de. *Maquiavel e o Brasil*, Rio de Janeiro, 1931.
- FIALHO, Adalardo. *Problemas do Brasil*, Rio de Janeiro, 1952.
- FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a História do Movimento Constitucionalista de 1932*, S. Paulo, 1954.
- FONTES, Lourival. *Política, Petróleo e População*, Rio de Janeiro, 1958.
- FONTOURA, João Neves da. *Por S. Paulo e pelo Brasil*, S. Paulo, 1932.
- FREIRE, Hilário. *Depoimento ante a Comissão de Inquérito sobre o Petróleo*, Rio de Janeiro, 1936.
- FREYRE, Gilberto. *Nação e Exército*, Rio de Janeiro, 1949.
- GÓIS MONTEIRO, P. A. de. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, Rio de Janeiro, 1931.
- GONÇALVES, C. TÓRRES. *As Constituições de 14 de Julho e de 10 de Novembro*, Rio de Janeiro, 1940.
- HENRIQUE, Elber de Melo. *A F. E. B. Doze Anos Depois*, Rio de Janeiro, 1959.
- HERSEY, John. *Hiroshima*, New York, 1958.
- JARDIM, Renato. *A Aventura de Outubro e a Invasão de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 1932.
- JARDIM, Renato. *Um Libelo a Sustentar*, Rio de Janeiro, 1933.
- KLINGER, B. e outros. *Nós e a Ditadura*, Rio de Janeiro, 1933.
- LACERDA, Maurício. *A Segunda República*, Rio de Janeiro, 1931.
- LACERDA, Maurício. *Entre Duas Revoluções*, Rio de Janeiro, 1927.
- LACERDA, Maurício. *História de uma Covardia*, Rio de Janeiro, 1927.
- LANDUCCI, Italo. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*, Rio de Janeiro, 1932.
- LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *Dever Militar e a Política Partidária*, Rio de Janeiro, 1934.
- LEITE, Aureliano. *Dias de Pavor*, S. Paulo, 1928.
- LEITE, Aureliano. *Memórias de um Revolucionário*, S. Paulo, 1931.
- LESSA, Orígenes. *Não há de ser nada*, S. Paulo, 1932.
- LIMA, Medeiros. *Petróleo, Desenvolvimento ou Vassalagem?*, Rio de Janeiro, 1960.
- . *Luta (A) do Capitão Agliberto Vieira de Azevedo*, Rio de Janeiro, 1953.
- MACHADO, Lúcio. *A Terceira Guerra*, Rio de Janeiro, 1963.
- MAGALHÃES, Juraci. *Minha Vida pública na Bahia*, Rio de Janeiro, 1957.
- MALAQUIAS, J. *Diário da Guerra*, Rio de Janeiro, 1946.
- MARTINS, Dormund. *Da República à Ditadura*, Rio de Janeiro, 1931.

- MATOS, Almir. *Em Agosto Getúlio Ficou Só*, Rio de Janeiro, 1963.
- MEDEIROS, João. *Meu Depoimento*, Natal, 1937.
- MEDEIROS, Mauricio de. *Outras Revoluções Virão*, Rio de Janeiro, 1932.
- MELO FRANCO, A. A. *Alma do Tempo*, Rio de Janeiro, 1961.
- MELO FRANCO, A. A. *Preparação ao Nacionalismo*, Rio de Janeiro, 1935.
- MELO FRANCO, Virgílio de. *A Campanha da U.D.N.*, Rio de Janeiro, 1946.
- MELO FRANCO, Virgílio de. *Outubro 1930*, Rio de Janeiro, 1931.
- MERGULHÃO, Benedito. *O General Café na Revolução Branca de 1937*, Rio de Janeiro, 1943.
- MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Crise Nacional*, S. Paulo, 1925.
- MESQUITA FILHO, Júlio de. *Memórias de um Revolucionário*, S. Paulo, 1954.
- MONTEIRO LOBATO, J. B. *O Escândalo do Petróleo*, S. Paulo, 1936.
- MORAIS, Aurino de. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*, Belo Horizonte, 1931.
- MORAIS, J. B. Mascarenhas de. *A F.E.B. pelo seu Comandante*, S. Paulo, 1947.
- MORAIS BARROS, Paulo de. *Política do Café*, Rio de Janeiro, 1929.
- MOTA FILHO, Cândido. *A Educação e o Soldado*, Rio de Janeiro, 1955.
- MOURA, Hastinfilo de. *Da Primeira à Segunda República*, Rio de Janeiro, 1936.
- MOURA, J. P. *A Fogueira Constitucionalista*, S. Paulo, 1933.
- NABUCO, Carolina. *A Vida e Virgílio de Meio Franco*, Rio de Janeiro, 1962.
- NAGAI, Paul. *Les Cloches de Nagasaki*, Paris, 1958.
- NOGUEIRA, Paulo de Almeida. *Minha Vida*, S. Paulo, 1955.
- NORONHA Abílio de. *Narrando a Verdade*, S. Paulo, 1924.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1955.
- OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. *1924. A Revolução de Isidoro*, S. Paulo, 1956.
- OLIVEIRA, Xavier de. *O Exército e o Sertão*, Rio de Janeiro, 1932.
- PALHARES, Gentil. *De São João Del Rei ao Vale do Pó*, Rio de Janeiro, 1957.
- PALMEIRA, Sinval. *Em Defesa do Mandato de Prestes*, Rio de Janeiro, 1948.
- PEIXOTO, Gilberto. *A Campanha da Itália*, Rio de Janeiro, 1949.
- PERDIGÃO, Luis F. *Missão de Guerra*, Rio de Janeiro, 1958.
- PICCHIA, Menotti Del. *A Revolução Paulista*, S. Paulo, 1932.
- PIRES, Jurandir. *Abaixo as Máscaras*, Rio de Janeiro, 1931.
- PIZA, Moacir. *Roupa Suja*, S. Paulo, 1924.
- PINHEIRO, Maria Esolina. *O Líder Soares Filho*, Rio de Janeiro, 1955.
- RAMOS, Arnaldo. *Como o Brasil Ajuda os Estados Unidos*, Rio de Janeiro, 1963.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*, 4 vols., Rio de Janeiro, 1953.

- SILVEIRA, Joel. *Histórias de Pracinhas*, Rio de Janeiro, 1945.
- SIMÕES LOPES, Ildefonso. *O Petróleo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1945.
- SOARES, G. de M. *A Ação da Marinha na Revolução Paulista*, Rio de Janeiro, 1932.
- SOARES, J. de S. *O Militarismo na República*, S. Paulo, 1925.
- SODRÉ, Alcindo. *A Gênese da Desordem*, Rio de Janeiro, s/d.
- SANTOS, Francisco Ruas. *Fontes para a História da F.E.B.*, Rio 1958.
- SEABRA, J. J. *Esfola de um Mentiroso*, Rio de Janeiro, 1936.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Cruzes Brancas*, Rio de Janeiro, 1947.
- SANTA ROSA, Virginio. *O Sentido Tenentismo*, Rio de Janeiro, 1934.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia no Brasil*, Rio de Janeiro, 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, 1958.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem Matou Kennedy*, Rio 1963.
- SOUSA, José Garcia de. *A Epopéia do Correio Aéreo*, Rio de Janeiro, 1947.
- SOUZA LEÃO, Eurico de, TÔRRES, Acúrcio e NEVES, João. *Defesa do Senador Abel Chermont*, Rio de Janeiro, 1937.
- TAVARES, A. de Lira. *Território Nacional. Soberania e Domínio do Estado*, Rio de Janeiro, 1956.
- TAVARES, A. de Lira. *Seguânça Nacional. Antagonismos e Vulnerabilidades*, Rio de Janeiro, 1958.
- TAVARES BASTOS, A. D. *A Verdade sobre Agildo Barata*, Rio de Janeiro, 1937.
- TÁVORA, Juarez. *À Guisa de Depoimento*, S. Paulo, 1927.
- TENÓRIO, Heliodoro e OLIVEIRA, Odilon Aquino de. *São Paulo contra a Ditadura*, S. Paulo, 1933.
- UZEDA, Olivio Gondin de. *Crônicas de Guerra*, Rio de Janeiro, 1952.
- VAMPRÉ, Leven. *São Paulo, Terra Conquistada*, S. Paulo, 1932.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*, 10 vols., Rio de Janeiro, 1941, 1954.
- VARGAS DO AMARAL PEIXOTO, Alzira. *Getúlio Vargas, Meu Pai*, P. Alegre, 1960.
- VERGARA, Luis. *Fui Secretário de Getúlio Vargas*, P. Alegre, 1961.
- VICENTE, João. *A Revolução de 5 de Julho*, S. Paulo, 1925.
- VIDAL, Ademar. 1930. *História da Revolução na Paraíba*, S. Paulo, 1933.
- VIDAL, Ademar. *O Incrível João Pessoa*, Rio de Janeiro, 1931.
- VIDAL, R. *Padre Cícero*, Rio de Janeiro, 1936.
- WEBER, Ernesta von. *Bergaminilista*, Rio de Janeiro, 1933.

Um outro fundamento importante dessa tese é aquele que chama atenção para os vários momentos da história do Brasil em que os militares estiveram ao lado do povo. E são muitos: a campanha da abolição e a conseqüente proclamação da República (exemplos dignificantes de patriotas são citados em generais como Floriano e Lott); as expressões do movimento tenentista e da Coluna Prestes; a campanha "O Petróleo é Nosso"; os movimentos de resistência como o 11 de novembro e a posse de João Goulart etc. são também exemplos de manifestações progressistas e democráticas dos militares ao longo da história. Mas, em seu livro, o autor também não se abstém de analisar criticamente as situações em que os militares se envolveram ou foram envolvidos negativamente: a campanha de Canudos; a chamada Intentona Comunista e suas conseqüências, a atuação golpista em 1937, a Doutrina Góis Monteiro e especialmente, algo de triste memória, o golpe de 1964. Ainda assim, Sodré defende que a história dos militares é um componente da história do Brasil em seus avanços e recuos, nada isolada do processo político brasileiro.

Paulo Ribeiro da Cunha

